



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2166

Quarta-feira - 11 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar	344	Petrolândia	528
Alto Bela Vista.....	6	Grão Pará	349	Pinheiro Preto	529
Anchieta	7	Guaraciaba	350	Planalto Alegre.....	531
Antônio Carlos	10	Guarujá do Sul	351	Pomerode.....	532
Aurora	18	Herval d'Oeste	393	Ponte Serrada	534
Balneário Piçarras.....	26	Ibiam	395	Porto Belo.....	536
Balneário Rincão	28	Ilhota	396	Porto União.....	544
Barra Bonita.....	30	Imbituba	398	Pouso Redondo	545
Bela Vista do Toldo.....	32	Indaial.....	402	Princesa	561
Benedito Novo	36	Ipuacú.....	403	Rio do Sul.....	564
Biguaçu	44	Ipumirim	404	Romelândia.....	571
Bom Jardim da Serra	46	Irineópolis	406	Salto Veloso.....	572
Bom Jesus do Oeste	47	Itá	408	Santa Rosa do Sul	574
Bom Retiro	69	Itapiranga.....	409	Santa Terezinha do Progresso	577
Braço do Trombudo	70	Itapoá	424	São Bento do Sul.....	582
Brusque.....	75	Jaraguá do Sul	428	São João Batista.....	584
Caçador.....	81	Joaçaba	433	São João do Oeste	585
Camboriú.....	85	Lacerdópolis.....	443	São João do Sul	586
Campo Alegre	86	Lajeado Grande.....	463	São Joaquim	587
Campos Novos.....	90	Lauro Muller	467	São José.....	588
Canelinha	96	Lebon Regis	468	São José do Cedro.....	589
Capinzal	97	Leoberto Leal.....	470	São Lourenço do Oeste.....	591
Catanduvas.....	99	Lindóia do Sul	471	São Miguel do Oeste.....	592
Caxambu do Sul.....	124	Luzerna	473	São Pedro de Alcântara.....	593
Chapadão do Lageado	126	Maracajá	474	Seara	596
Chapecó	131	Maravilha.....	476	Serra Alta	597
Cocal do Sul.....	288	Marema	478	Tigrinhos	599
Concórdia	290	Meleiro	479	Timbé do Sul	601
Cordilheira Alta	296	Modelo	480	Timbó	606
Coronel Freitas.....	298	Mondaí	482	Três Barras	642
Coronel Martins.....	299	Monte Carlo	483	Treze Tílias	643
Correia Pinto.....	303	Morro da Fumaça	484	Trombudo Central.....	652
Corupá	304	Navegantes	485	Turvo	654
Curitibanos	307	Novo Horizonte	489	União do Oeste	769
Dionísio Cerqueira	308	Orleans	490	Urussanga	770
Erval Velho	309	Ouro Verde	491	Vargeão.....	771
Flor do Sertão.....	320	Palhoça	492	Vargem Bonita	772
Forquilha	321	Palma Sola.....	522	Videira.....	777
Fraiburgo.....	334	Passos Maia	523	Vitor Meireles.....	784
Galvão.....	339	Paulo Lopes	524	Xanxerê.....	787
Garopaba.....	340	Penha.....	526	Xavantina	791
Garuva	343	Peritiba.....	527		

Consórcios

AGIR	793	CIS/AMERIOS	806
CIGA	795		
CIS/AMMVI.....	795		
CIS/AMOSC.....	799		
CIS/AMURES.....	803		

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 1/2017

CONTRATO DE RATEIO

Contrato nº. 1/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.939.398/0001-90, com sede na Pça. João Macagnan, 322, na cidade de Água Doce - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Antonio José Bissani, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Água Doce - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönnau, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 2425/2016, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2016–05.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 31.680,00 (Trinta e um mil seiscentos e oitenta reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$2.640,00 (Dois mil seiscentos e quarenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário, depósito em conta do PROLICITA ou através de autorização de débito automático.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS

2.009 – Contribuições Financeiras a Entidades

3.1.71.70.00.00.00 00.01.0000/17 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 23.400,00

3.3.71.70.00.00.00 00.01.0000/18 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 7.200,00

4.4.71.70.00.00.00 00.01.0000/21 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.080,00

TOTAL R\$

R\$ 31.680,00

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Água Doce - SC, 09 de Janeiro de 2017

Município de Água Doce - SC ANTONIO JOSÉ BISSANI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	--

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

CONTRATO Nº 2/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 2/2017 DE 09/01/2017

Contrato de locação de imóvel, que entre si fazem de um lado a Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº 032.667.619-87, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Sr. DANIELLE KARINE DE LIMA, pessoa física, inscrita no CPF nº 062.438.239-70, brasileira, do lar, maior, solteira, com endereço na Rua Fernando Katschor, na cidade de Luzerna – SC, de agora em diante denominada Contratada, que na melhor forma de Direito e pelas cláusulas abaixo celebram o presente contrato da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é Locação de área urbana, localizada na Travessa 25 de Julho, centro, com galpão destinado a garagem para veículos de pequeno porte com 01 pavimento medindo 118,35m² e uma garagem para veículos de pequeno porte, com 01 pavimento medindo 27,00m², área para manobra dos veículos e área de acesso. O espaço será cercado com portão. As instalações ficarão a disposição da Prefeitura Municipal de Água Doce servindo de garagem para veículos da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE

Pelo uso do espaço, o Contratante pagará para o Contratado 6 parcelas no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) sendo o total de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM-FGV ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor acima descrito será pago sempre no dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta das seguintes dotações do orçamento da Prefeitura Municipal de Água Doce

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
2.022 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0/63 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

São responsabilidades do contratante:

- pagar o valor do aluguel, na data aprezada;
- desocupar o imóvel quando da rescisão ou termino do contrato;
- arcar com o pagamento das despesas de manutenção e conservação do referido imóvel;
- O município vai disponibilizar 34 chapas tipo metálicas com espessura de 0,5mm, perfil ondulado, com 1 metro de largura e 6 metros de comprimento, usadas, para serem aproveitadas na cobertura da garagem que vai ficar a disposição da prefeitura. As

chapas foram avaliadas em R\$ 1.093,03 (um mil e noventa e três reais e três centavos) conforme laudo de avaliação em anexo. No término da vigência do contrato este material deverá ser devolvido ou ressarcido ao município pelo valor atual de mercado na ocasião da devolução do imóvel.

São Responsabilidades da contratada:

I – Disponibilizar o espaço com os galpões construídos de acordo com o descrito na cláusula primeira de acordo com projeto técnico de engenharia;

II – Disponibilizar o espaço cercado, com portão eletrônico inibindo o acesso de pessoas estranhas;

III – No término da vigência do contrato devolver as chapas disponibilizadas pela prefeitura ou ressarcir o município pelo valor atual de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo de duração do presente é da data da assinatura até 30 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de até 12 meses, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, no interesse público, na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O descumprimento de cláusula(s) deste contrato de parte da Contratada aplicar-se-ão isoladas ou conjuntamente, as seguintes penas:

- advertência;
- multa de 10% sobre o valor do contrato;
- suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, sua diretora e responsável técnico;

- rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Água Doce (SC), 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI DANIELLE KARINE DE LIMA
Prefeito Municipal Contratada
Contratante

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF nº 005.614.419-95 CPF nº 005.614.419-95

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Juliana Pereira de Souza Katschor, aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor 1º ao 5º ano – 20 horas, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de janeiro de 2017
Antonio José Bissani
Prefeito

Juliana Pereira de Souza Katschor
Recebido em ____/____/____.

CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Marisete Kochem, aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor 1º ao 5º ano – 20 horas, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de janeiro de 2017
Antonio José Bissani
Prefeito

Marisete Kochem
Recebido em ____/____/____.

CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Luiza Pereira Duarte, aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor Educação Infantil – 20 horas, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de janeiro de 2017
Antonio José Bissani
Prefeito

Luiza Pereira Duarte
Recebido em ____/ ____/ ____.

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o(a) Senhor(a) Maria Isabel Schuller, aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Administrador Escolar, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de janeiro de 2017
Antonio José Bissani
Prefeito

Maria Isabel Schuller
Recebido em ____/ ____/ ____.

PORTARIA Nº 063/2017

PORTARIA Nº 063/2017 – DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL A SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, a servidora MAGALI FERREIRA DA COSTA FERRETTI, inscrita no CPF sob o nº 018.882.589-42, a partir 10/01/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 064/2017

PORTARIA Nº 064/2017 – DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“REVOGA PORTARIA 115/2013, NOMEIA RESPONSÁVEL PELO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS E CONCEDE CHEFIA DE SETOR A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Revoga Portaria 115/2013, nomeia a servidora CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ, inscrita no CPF sob o nº 518.030.899-20, funcionária efetiva no cargo de Psicóloga – 20 horas, a partir 02/01/2017, para ser a responsável pelo CAPS – Centro de Atenção Psicossocial do Município e concede Chefia de Setor pelas atribuições elencadas.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2017 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.355, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue.

§ 1º - Servidores na função de motorista;

a) Do dia 07/01 a 13/01 – Servidores Marcos Finger;

b) Do dia 14/01 a 20/01 – Servidor Marinho Castro;

c) Do dia 21/01 a 27/01 – Servidor Marcos Finger;

d) Do dia 28/01 a 03/02 – Servidor Marinho Sergio Castro; e

e) Do dia 04/02 a 10/02 – Servidor Adilson Schwingel.

§ 2º - Servidor na função de Técnica de Enfermagem;

a) Do dia 07/01 a 13/01 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

b) Do dia 21/01 a 27/01 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

c) Do dia 04/02 a 10/02 - Servidora Marcia Schneider Nordt.

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 853,08 (oitocentos e cinquenta e três reais com oito centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – Os servidores relacionados na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 06 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2.356, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. GILBERTO RECH, inscrito no CPF sob nº 915.031.249-91, portador da cédula de Identidade nº 1.877.405 – SSP/SC, para o cargo de GERENTE DE URBANISMO E HABITAÇÃO com as atribuições estabelecidas no art. 15, da Lei Complementar

nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 09 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 25/2017

PORTARIA nº. 25/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, ao servidor público municipal efetivo, senhor Neori Hoppe, o qual desempenhará funções de Chefe do Setor Contábil.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de afastamento da servidora efetiva, senhora Nelsi Luísa Schmidt Piovesan, Contadora Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, efeitos retroativos a 02/01/2017.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 26/2017

PORTARIA N. 26/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o afastamento da Contadora Geral do Município, senhora Nelsi Luíza Schmidt Piovesan por motivo de procedimento cirúrgico;

Considerando a necessidade de um profissional contábil;

RESOLVE,

Designar Servidor Efetivo,

Art. 1º - Fica designado o senhor Neori Hoppe, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotado na secretaria Municipal da Fazenda, para assumir no período de 02/01/2017 até o retorno da titular, como responsável pela Contabilidade Pública Municipal, na função de Técnico em Contabilidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 27/2017

PORTARIA nº. 27/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, à servidora pública municipal efetiva, senhora Idenes Maria Fiorentin Schena, à qual desempenhará funções junto ao Setor de Empenhos na Contabilidade Geral, sendo Município, Fundos e Autarquia.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 28/2017

PORTARIA nº. 28/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 2 – Coordenador de Programa, ao servidor público municipal efetivo, senhor Ivo Mário Snigura, o qual desempenhará funções de Coordenador de Programa de Serviços Urbanos, sendo responsável para coordenar os trabalhos de limpeza no perímetro urbano.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 2 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 29/2017

PORTARIA nº. 29/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 2 – Coordenador de Programa, ao servidor público municipal efetivo, senhor Adriano Mezzaroba, o qual desempenhará funções de Coordenador de Programa junto ao setor de oficina mecânica do Município.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 2 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 30/2017

PORTARIA nº. 30/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 5 – Chefe de Setor, à servidora pública municipal, senhora Rosangela Dondoerfer Teixeira, à qual desempenhará funções junto aos Programas relativos à Saúde Pública, digitalização das informações, acompanhamento e alimentação das informações nos Sistemas e Programas .

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 5 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 31/2017

PORTARIA nº. 31/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 6 – Coordenadora de Serviços, à servidora pública municipal, senhora Gessi Fátima Meneghini, à qual coordenará os serviços da Sala de Vacinas da Unidade Sanitária de Saúde do Município.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 6 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

Em 09 de Janeiro de 2017.

PORTARIA Nº 32/2017

PORTARIA nº. 32/2017

De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 4 – Chefe de Unidade Básica de Saúde, à servidora pública municipal senhora Patrícia Campana, à qual desempenhará funções como Enfermeira Responsável Técnica perante o COREN (Conselho Regional de Enfermagem), supervisionando e coordenando os trabalhos da equipe de enfermagem da Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 4 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 33/2017

PORTARIA nº. 33/2017

De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar Responsáveis,

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pela assinatura nas contas da Caixa Econômica Federal, agência de São José do Cedro – SC, constantes do CNPJ 83.024.687/0001-22 – Município de Anchieta (Prefeitura), o Prefeito Municipal, Senhor Ivan José Canci e o Tesoureiro, senhor Robson Swirke.

Art. 2º - As contas correntes são as seguintes: 00000022-6, 00000092-7, 00000224-5, 00000225-3, 00647004-6, 00647016-0, 00647022-4, 00647032-1, 00647043-7, 00647067-4, 00647082-8, 00647102-6, 00647105-0, 00647106-9, 00034020-8 e 00037412-9.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Antônio Carlos

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições, torna público que estão abertas de 11 à 26 de janeiro de 2017, na Secretaria de Administração e Finanças do Município de Antônio Carlos, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, para seleção e contratação de servidor em caráter temporário, objetivando o preenchimento das vagas para os Cargo de Motorista Categoria "D"; Motorista Categoria "C"; Monitor transporte Escolar; Professor Graduação e Licenciatura Plena 40 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 30 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 20 horas; Agente de Serviços Gerais; Auxiliar de manutenção e conservação, para atuação junto a esta Municipalidade, o qual se regerá pelas instruções deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Prefeito Municipal.

1.2 A seleção dos candidatos será publicada em Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos (www.antoniocarlos.sc.gov.br) e consistirá na nota obtida na prova escrita.

1.3 O processo seletivo simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária pelo período de até doze meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo prazo.

1.4 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.5 O Contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública; e

III – por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, sob pena de pagamento de multa de um vencimento.

2. DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO, HABILITAÇÃO.

2.1 O Candidato concorrerá à vaga oferecida, conforme seguinte quadro demonstrativo:

Cargo	nº de vagas	C/H semanal	Habilitação necessária para a posse	Vencimento inicial	Tipo de Provas
Auxiliar de Manutenção e Conservação	01	40hs	Alfabetizado	R\$ 1.236,57	Escrita
Agente de Serviços Gerais	01	40hs	Alfabetizado	R\$ 1.359,99	Escrita
Motorista Categoria "C"	01	40hs	Alfabetizado, e CNH Categoria "C"	R\$ 1.249,79	Escrita
Motorista Categoria "D"	01	40hs	Alfabetizado, e CNH Categoria "D", com habilitação para transporte escolar nos termos do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro	R\$ 1.249,79	Escrita
Monitor transporte Escolar	12	40hs	Ensino fundamental completo	R\$ 1.236,57	Escrita
Professor Graduação e Licenciatura Plena 40 horas	01	40hs	Conclusão em Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena em pedagogia	R\$ 2.562,77	Escrita
Professor Graduação e Licenciatura Plena 30 horas	01	30hs	Conclusão em Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena em pedagogia	R\$ 1.922,08	Escrita
Professor Graduação e Licenciatura Plena 20 horas	01	20hs	Conclusão em Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena em pedagogia	R\$ 1.281,38	Escrita

* - Valor bruto, não incluídos os descontos legais, nem o valor do Vale-Alimentação.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições serão recebidas no período de 11 à 26 de janeiro de 2017, no Balcão do Cidadão, na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30minh e das 13h às 17h.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais na ficha de inscrição que está em anexo ao presente edital e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- Cartão do CPF;
- Comprovante de Residência;

4. DA PROVA

4.1 A prova escrita será aplicada para todos os candidatos inscritos neste Processo Seletivo.

4.2. A prova escrita será composta de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, seguindo as seguintes temáticas:

Para os cargos de: Professor Graduação e Licenciatura Plena 40 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 30 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 20 horas.

1. 10 perguntas de conhecimentos específicos;
2. 10 perguntas de conhecimentos gerais, atualidades e sobre o município de Antônio Carlos.

Para os cargos de: Motorista Categoria "D"; Motorista Categoria "C"; Monitor transporte Escolar; Agente de Serviços Gerais; Auxiliar de manutenção e conservação.

1. 20 perguntas de conhecimentos gerais, atualidades e sobre o município de Antônio Carlos.

4.3 A parte da prova referente às questões de conhecimento específico terá peso dobrado em relação às perguntas sobre conhecimentos gerais.

4.4 Ao final da realização das provas será feita a somatória de todas as notas e serão publicados os resultados.

5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1 A prova escrita será realizada no dia 2 de fevereiro de 2017, as 14:00 horas, na Escola Municipal Dom Afonso Niehues, na Rua São Francisco, n. 700, Centro, Antônio Carlos/SC,;

5.2 O dia acima designado para a prova (2 de fevereiro de 2017) poderá ser alterado diante da ocorrência de situações que impeçam a sua realização naquele dia, sendo que tal fato será comunicado aos candidatos exclusivamente no site da Prefeitura – www.antoniocarlos.sc.gov.br, e com antecedência de, pelo menos, 24 horas.

5.3 A prova escrita obedecerá aos seguintes critérios:

- a) A prova terá duração de até 90 minutos;
- b) Sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- c) A prova deverá ser feita com caneta azul ou preta;
- d) Só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;
- e) Não será permitido ao candidato ausentar-se do local da prova após ter assinado a lista de presença;

5.4 Para ter acesso aos locais de prova, o candidato deverá apresentar a carteira de identidade original com a qual se inscreveu e o comprovante de inscrição;

5.5 Quando da realização da prova escrita, não haverá tempo mínimo de permanência na sala de provas, sendo que os três últimos candidatos de cada cargo somente poderão entregar a prova e retirar-se do local simultaneamente;

5.6 Será eliminado o candidato que:

- a) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista;
- b) agir com incorreção ou descortesia;
- c) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada;
- d) consultar, durante as provas, livros, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido.

5.7 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Processo Seletivo;

6. CLASSIFICAÇÃO

6.1 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos.

6.2 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- a) graduação escolar;
- b) maior idade;
- c) sorteio.

6.3 A prova para os cargos de Motorista Categoria "D"; Motorista Categoria "C"; Monitor transporte Escolar; Agente de Serviços Gerais; Auxiliar de manutenção e conservação, conterá questões com peso igualitário, sendo atribuída nota de 0 a 10.

6.4 os cargos de Professor Graduação e Licenciatura Plena 40 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 30 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 20 horas conterão questões de conhecimentos específicos e terá peso em dobro em relação à nota da prova conhecimentos gerais, sendo atribuída nota de 0 a 10, sendo usada a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{NPCG + (NPCE \times 2)}{3}$$

NF = Nota Final Prova Escrita

NPCG = Nota da Prova Conhecimentos Gerais

NPCE = Nota da Prova Conhecimentos Específicos

6.5 Ao final da realização das provas serão feitas as somatórias de todas as notas e publicados os resultados.

6.5 Na inexistência de recursos quanto ao gabarito oficial, à listagem classificatória será divulgada no mural e no site desta Prefeitura no dia 09 de fevereiro de 2016, a partir das 10h00min.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação e apresentação dos seguintes requisitos básicos, quando da posse:

- classificação no processo seletivo simplificado;
- habilitação necessária conforme descrito no item 2 do presente edital;
- idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral.
- estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;
- escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
- PIS – PASEP;
- declaração de Bens e Valores;
- declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários).

8. DAS VAGAS DE DEFICIENTE

8.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.

8.2. Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

8.3. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrar nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

8.4. O candidato com deficiência deverá protocolar, junto com sua inscrição laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital. A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos está localizada na Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, CEP: 88180-000, aberta das 7h às 13h.

8.5. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 8.4 terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não-portador de deficiência.

8.6. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

8.7. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

8.8. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- a) do presente edital;
- b) do não deferimento do pedido de inscrição;
- c) do gabarito oficial e da classificação;
- d) da homologação do resultado do Processo seletivo;

9.2 A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

9.3 Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá sobre este no prazo de 02 (dois) dias. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Prefeitura Municipal e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias, a partir da publicação:

- da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
- da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão das notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo.
- os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

9.4 Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas esta, se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecera à ordem de classificação, durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

10.3 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

10.4 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

10.5 Caberá à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2017 a análise de recursos.

10.6 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Público de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo. Será destituído da Comissão, se constatado em qualquer fase do Processo Seletivo, o membro que tiver qualquer parentesco até 2º grau, com os candidatos inscritos.

10.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

10.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo.

10.9 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SC.

Antônio Carlos, em 10 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS Inscrição Para Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2017		N.º de Inscrição _____
Cargo:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M() F ()
CPF:	Título Eleitoral:	
Estado Civil:	e-mail-	
Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	Fone: ()
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.		
Local e Data:		Assinatura do Candidato:

Via Prefeitura

.....
.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS Inscrição Para Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2017	N.º de Inscrição _____
Nome do(a) Candidato(a):	
Cargo:	
Local e Data:	Assinatura do Responsável pelo recebimento:

Via Candidato

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Motorista Categoria "D"; Motorista Categoria "C"; Monitor transporte Escolar; Agente de Serviços Gerais; Auxiliar de manutenção e conservação

Disciplina	Conteúdos
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Atuais, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia do Brasil, Geral e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, e econômicos e populacionais do município); matemática básica.
OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.	

Professor Graduação e Licenciatura Plena 40 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 30 horas; Professor Graduação e Licenciatura Plena 20 horas;

Disciplina	Conteúdos
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Atuais, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia do Brasil, Geral e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal. (aspectos históricos, geográficos, e econômicos e populacionais do município).
Conhecimentos Específicos	Alfabetização com letramento. Gêneros textuais, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística; Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Ciências humanas e sociais: tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação.
OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.	

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Motorista Categoria "C"

Dirigir e conservar automóveis, camionetas e caminhões utilizados nos transportes de passageiros e cargas em geral, de acordo com itinerários e instruções específicas.

Motorista Categoria "D";

Dirigir e conservar automóveis, camionetas e caminhões utilizados nos transportes de passageiros e cargas em geral, de acordo com itinerários e instruções específicas, bem como o transporte escolar nos termos do art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro.

Monitor transporte Escolar

Atividade de acompanhamento e orientação aos educandos durante a entrada, saída e permanência no veículo da rede municipal, nos

termos do art. 3º da Lei Municipal n. 1441/2013

Agente de serviços gerais

Desenvolver atividades relacionadas com o preparo e distribuição de merenda escolar. Limpeza das dependências internas e externas das Escolas.

Auxiliar de manutenção e conservação

De acordo com o anexo I da Lei Municipal nº 595/1993, as atribuições inerentes ao cargo de Auxiliar de manutenção e Conservação são: Executar serviços manuais e/ou braçais tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, atividades de cemitério e auxiliar em serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro e outros, carregar e descarregar viaturas em geral.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Municipalidade de Antônio Carlos possui concurso vigente para os diversos cargos objeto do presente processo seletivo simplificado, com exceção ao cargo de monitor de transporte escolar.

Porém, temporariamente existe o afastamento de servidores efetivos por diversos motivos, tais como doença, férias, licenças, dentre outros, os quais demandam a contratação temporária em substituição desses servidores efetivos.

Quanto ao cargo de monitor de transporte escolar, embora conste do quadro de servidores da municipalidade a previsão, tal cargo não foi contemplado no último concurso, motivo pelo qual se faz necessária a contratação em caráter temporário enquanto não realizado o concurso público.

Desse modo, justificadas as contratações temporárias.

Antônio Carlos, 10 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 032/2017

PORTARIA Nº 032/2017

Constitui e nomeia a comissão de avaliação do processo seletivo 001/2017, e dá outras providências.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir e nomear os servidores SERGIO ROBERTO CAMPOS JUNIOR, ANA PAULA RICHARTZ e MARINA KOERICH para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão especial de avaliação do Processo Seletivo 001/2017 – afim de, selecionar candidatos para o preenchimento das seguintes vagas:

- a) Auxiliar de manutenção e conservação;
- b) Agente de serviços gerais – 40H;
- c) Motorista (categoria C e D);
- d) Monitor de transporte escolar;
- e) Professor Graduação Licenciatura Plena (carga horária 40H, 30H e 20H);

Parágrafo único - No desempenho das suas funções, os servidores nomeados no caput do presente artigo poderão se utilizar de instalações, equipamentos, servidores e todos os elementos que forem necessários para o correto desempenho das suas atividades.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 033/2017

PORTARIA Nº 033/2017

Dispensa ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, ANTÔNIO ALTAMIRO MIRANDA, do cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de janeiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 003/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2016

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Mesa da Câmara Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei resolve

DECRETAR

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para dar cobertura a Dotação vigente abaixo relacionados:

01 – LEGISLATIVO MUNICIPAL**01.01 CAMARA MUNICIPAL**

2034 3.3.90.00.00.00.0601 – Manutenção da Câmara Municipal.

Total R\$ 10.000,00

2034 3.1.90.00.00.00.00.0601 – Manutenção da Câmara Municipal.

Total R\$ 20.000,00

Art.2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior serão anuladas as seguintes Dotações:

01 – LEGISLATIVO MUNICIPAL**01.02 CAMARA MUNICIPAL**

2034 4.4.90.00.00.00.00.0601 – Manutenção da Câmara Municipal.

Total R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 06 de dezembro de 2016.

Eliziário José Schmitt

Presidente Câmara Municipal

Vera Lúcia Conrat Silveira

1º Secretária

Anici Josiani Wiese da Silveira

2º Secretária

JUSTIFICATIVA

O presente Decreto Legislativo tem como objetivo, segundo critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, Lei Federal nº 4.320/64 e Leis Municipais suplementar dotação orçamentária em questão, equivalente a R\$30.000,00, para o pagamento de despesas de manutenção desta Casa Legislativa. No entanto, as despesas referente as anulações das dotações aos projetos previstos no orçamento deste ano não serão realizadas neste período, sendo desnecessária a manutenção daquelas dotações neste exercício. Deste modo, constatada a necessidade, validade e a legalidade da suplementação de dotação orçamentaria, bem

como a anulação de dotação aqui prevista, é imprescindível o referido Decreto.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2016.

Eliziário José Schmitt

Presidente Câmara Municipal

Vera Lúcia Conrat Silveira
1º Secretária

Anici Josiani Wiese da Silveira
2º Secretária

Aurora

CÂMARA MUNICIPAL

Lei nº 1.584 de 21 de dezembro de 2016

LEI Nº 1.584 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DENOMINA VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE AURORA

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "Rua Augusto Mees", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo Único. A via pública, até então denominada Rua "G", com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua denominada "A" e se estende por aproximadamente 385 metros, até a denominada área remanescente.

Art. 2º Fica denominada de "Rua Vitor Maas", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo Único. A via pública, até então denominada Rua "A", com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até a neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 3º Fica denominada de "Rua Augusta Guilhermina Kruger", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo Único. A via pública, até então denominada Rua "B", com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 4º Fica denominada de "José Alfredo Staloch", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo Único. A via pública, até então denominada Rua "C", com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 5º Fica denominada de "Alberto Henrique Gustavo Kruger", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo Único. A via pública, até então denominada Rua "D", com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 6º Fica denominada de "Vereador Pedro Hames", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo Único. A via pública, até então denominada Rua "E", com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 7º Fica denominada de "Hamilton Luiz Staloch", como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.
Parágrafo Único: A via pública, até então denominada Rua "F",

com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão sem ônus para o Município.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aurora, 21 de dezembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Presidente

Lei nº 1.585 de 21 de dezembro de 2016

LEI Nº 1.585 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR A CAMPANHA DE INCENTIVO À EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE AURORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Aurora, Estado de Santa Catarina, a campanha de incentivo à emissão de documentos fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) denominada "COMPRANDO EM AURORA QUEM GANHA É VOCÊ".

Parágrafo Único. É objetivo da campanha:

- I - Educar e conscientizar a população do nosso Município sobre a importância do tributo e sua função social;
- II - Promover o cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelos contribuintes ICMS e ISSQN;
- III - Combater a sonegação e a evasão fiscal;
- IV - Criar na população o hábito de exigir a nota ou cupom fiscal por ocasião da aquisição de mercadorias ou tomada de serviços;
- V - Estimular a emissão voluntária de nota ou cupom fiscal por parte do contribuinte do ICMS e do ISSQN;
- VI - Estimular a concessão de prêmios e a realização de sorteios e outros instrumentos promocionais, motivando a participação da sociedade na exigência do documento fiscal, quando da aquisição de bens e serviços alcançados pela incidência do ICMS e do ISSQN.
- VI - Estimular a Emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural.

Art. 2º A campanha será operacionalizada pela Secretária de Administração, Planejamento e Finanças, em parcerias com as demais Secretarias Municipais.

Art. 3º Poderão participar desta campanha:

I - Toda e qualquer Pessoa Física ou Jurídica que apresentar as Notas Fiscais em concordância com o Art. 4º e §1º e §2º da presente Lei.

Art. 4º O alcance dos objetivos da campanha compreenderá as seguintes ações:

I - Por parte da população, a exigência de nota ou cupom fiscal para fins de troca por cupons;

II - por parte do Município:

- a) Ações de esclarecimento e divulgação à população, no intuito de mobilizá-la a participar da campanha;
- b) Ações educativas junto às instituições de ensino, no intuito de conscientizar os alunos da função social do tributo.

§ 1º Poderão ser utilizados na campanha, exclusivamente, os originais das primeiras vias das notas e cupons fiscais emitidos por pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro de Contribuintes do Município de Aurora, Estado de Santa Catarina, e as Notas Fiscais de Produtor Rural emitidas a partir da entrada em vigor da presente Lei, desde que atendam a todas as exigências previstas na legislação pertinente e às especificações abaixo:

I - Notas Fiscais de Circulação de Mercadorias:

- a) A denominação - Nota Fiscal;
- b) O número da nota e da via (Nº e 1ª Via);
- c) A natureza da operação - Venda a Consumidor;
- d) Data da emissão - (Dia, Mês e Ano);
- e) O nome, o endereço e o número de inscrição estadual do emitente;
- f) A discriminação dos produtos vendidos e seu preço total;

II - Notas Fiscais de Prestação de Serviços:

- a) A denominação - Nota Fiscal de Serviços;
- b) O número da nota e da via - (Nº e 1ª Via);
- c) A data da emissão - (Dia, Mês e Ano);
- d) O nome, o endereço e o número da inscrição municipal do emitente;
- e) A discriminação dos serviços prestados e seu preço total.

III - Cupons Fiscais:

- a) O nome do emitente e o número de inscrição estadual e ou municipal do emitente;
- b) A data da emissão (Dia, Mês e Ano)
- c) O número de ordem da operação fiscal;
- d) O preço total da venda ou serviços.

IV - Nota Fiscal de Produtor Rural:

- a) O nome do emitente e o número de seu cadastro como produtor rural;
- b) O número da nota e da via (Nº e 1ª Via);
- c) A data da emissão (Dia, Mês e Ano);
- d) A discriminação do produto comercializado.

§ 2º Não serão aceitos, para fins da campanha de que trata esta Lei, os seguintes documentos fiscais:

I - Nota fiscal da conta de energia elétrica, de serviço de comunicação, de serviços de telecomunicações;

II - De conta de fornecimento de água, de serviço de transporte, conhecimento de transporte ou bilhete de passagem;

III - Operações sujeitas a outros tributos alheios aos atribuídos no artigo 1º desta Lei;

IV - Operações realizadas por contribuintes estabelecidos fora do Município de Aurora.

Art. 5º Esta campanha se inicia em 02 de janeiro de 2017, com a entrada em vigor da presente Lei e, se encerra em 30 de novembro de 2020, às 13:00 horas.

Art. 6º Os consumidores ou adquirentes de mercadorias ou de serviços que reúnem documentos fiscais previstos nos incisos I, II, III do artigo 4º desta Lei, atingindo o somatório de Notas Fiscais, a cada R\$ 1.000,00 (Mil Reais), e os produtos referidos no inciso IV, do artigo 4º, desta Lei, atingindo a somatória, a cada R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) terão direito a proceder a troca por um cupom numerado fornecido pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e o habilitará a concorrer aos sorteios no Natal dos

anos de 2017, 2018 e 2019 e 2020, que será realizado no sábado que antecede ao Natal, de forma que um voluntário, após ter seus olhos vedados, fará o saque de apenas um cupom, que será o premiado, do recipiente contendo todos os cupons à vista pública nas dependências da Praça da Igreja Católica, centro do Município de Aurora em data e horário a ser divulgado posteriormente, conforme programação natalina do CDL.

§ 1º Somente dará direito ao respectivo cupom o alcance integral dos valores citados no caput, desconsiderada qualquer fração.

§ 2º As Notas e Cupons Fiscais deverão ser apresentados junto a Secretaria Municipal de Agricultura e serão analisados e após serem considerados aptos serão trocadas e receberão um carimbo com assinatura do servidor que efetuou o processo de análise e aprovação, a informação que os cupons referentes a esta Nota Fiscal entregues e para garantia de que somente serão trocados apenas uma vez.

§ 3º O cupom será preenchido pelo participante com o nome legível, CPF, endereço e se possível número de telefone para contato.

§ 4º Os cupons deverão ser depositados em uma urna, que estará lacrada, localizada na Secretaria Municipal de Agricultura, situada na área central do Município de Aurora, no horário de expediente.

§ 5º Se o cupom não estiver legível, de forma a não identificar o ganhador, a comissão procederá a um novo sorteio, e assim sucessivamente até que se tenha um ganhador.

§ 6º Os cupons, após cada sorteio, serão destruídos e não poderão participar dos sorteios subsequentes.

Art. 7º O contribuinte do ICMS ou do ISSQN inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município fica obrigado a fixar, em local visível ao público de seu estabelecimento, cartaz informativo (entregue pela administração municipal) da obrigatoriedade da emissão do documento fiscal e do direito do contribuinte de exigir a nota ou cupom fiscal.

§ 1º Os Contribuintes que se recusarem a fornecer aos consumidores ou adquirentes de mercadorias e ou serviços os documentos aludidos nesta Lei, poderão ser denunciados ao Setor de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Aurora, Secretaria de Estado da Fazenda (Regional de Rio do Sul) ou ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

§ 2º A denúncia deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias da data da operação, devendo ser formalizada por escrito, qualificando devidamente o denunciante e as testemunhas.

Art. 8º A premiação na modalidade de sorteios anuais entre os consumidores que preencherem os requisitos desta Lei, será constituída de 05 (cinco) prêmios por sorteio, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) cada, somando o total de 9.000,00 (nove mil reais)

Art. 9º O cupom numerado propiciará ao seu detentor a participação no sorteio previsto nesta Lei.

Art. 10. A entrega do prêmio será efetuada ao legítimo ganhador até 10 (dez) dias da realização do sorteio, mediante apresentação de documento de identificação pessoal e de residência.

Parágrafo Único. O prêmio será entregue mediante recibo assinado pelo premiado ou seu representante legal no qual declarará, expressamente, estar de acordo com as regras estabelecidas na presente Lei e ter recebido o que lhe foi conferido por sorteio.

Art. 11. O nome do premiado será divulgado em rádio e jornal, prescrevendo o direito de receber o prêmio após 60 (sessenta) dias da publicação.

Parágrafo Único. Nome, foto ou imagem do contemplado poderão ser utilizados para a publicidade institucional da Prefeitura Municipal de Aurora (SC), sendo vedadas para quaisquer outras finalidades.

Art.12. O Executivo Municipal nomeará através de ato próprio uma comissão composta de 05 (cinco) servidores públicos para superintender a realização da campanha, do acompanhamento do sorteio e da entrega do prêmio, mantendo os registros que se fizeram necessários para o atendimento desta Lei.

Art. 13. As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aurora, 21 de dezembro de 2016
VILMAR ZANDONAI
Prefeito Municipal

Lei nº 1.586 de 21 de dezembro de 2016

LEI Nº 1.586 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Aurora, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva lei devem ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo Único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

Demonstrativo I - Metas Anuais

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

Anexo I.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

Anexo II.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais

Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido.

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos.

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

Demonstrativo VI - Projeção Atuarial do RPPS.

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são aquelas definidas no ANEXO de prioridades e metas desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação de despesa.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens e serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

VIII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

IX - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações

especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006.

§ 2º A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 340/2006 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o anexo 1, da Lei nº 4.320/64;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas conforme o anexo 2, da Lei nº 4.320/64;

IV - Funções e Sub-funções de Governo, conforme o anexo 5, da Lei nº 4.320/64;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos, conforme o anexo 8, da Lei nº 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções, conforme o anexo 9, da Lei nº 4.320/64;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme artigo 22, inciso III, da lei nº 4.320 de 1964;

XI - Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por categoria de Programação, com Identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria econômica, Diagnóstico situacional do programa, Diretrizes, Objetivo, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394 de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados a saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

§1º O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo de Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível ao Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto, atividade ou operações especiais, definidos por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldo de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme demonstra o anexo III.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 10. O Orçamento para o exercício de 2017 e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre despesa e receita em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, suas Fundações e Fundos. (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os estudo para definição dos Orçamentos da Receita para 2016, devem observar os efeitos das alterações na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 12. Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recurso nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos

oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operação de crédito, alienação e ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transporte, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento da metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.

Art. 14. A compensação que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizado a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I. 11, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 4º, §2º da LRF).

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei. (artigo 4º, §3º da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação e recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. O orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (ART. 5º, III "d" da LRF).

§1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no anexo III. (artigo 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016 poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos

oriundo de transferência voluntárias, operações de crédito, alienações de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contidas nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma as destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (artigo 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do anexo I.10 desta Lei, não será considerada para efeitos de cálculo do orçamento da receita. (artigo 4º, §2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 21. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativas, assistenciais, recreativas, culturais, esportivas, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60(sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de Controle Interno. (Art. 70, Parágrafo Único da CF).

§ 2º A prestação de contas, após concluída pelo Controle Interno, deverá ser encaminhada o parecer em até 30 (trinta) dias ao Poder Legislativo para ser analisado pela Comissão de Finanças e Orçamento, assim como, cópia da documentação entregue pela entidade beneficiada, de acordo com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas 14/2012, do TCE/SC.

§ 3º Enquanto não prestadas ou não aprovadas as contas da entidade que tiver recebido subvenção social, auxílio especial ou celebrado convênio com a Administração Municipal Direta ou Indireta, não serão liberadas novas parcelas, nem celebrados novos convênios, ficando a entidade devedora sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, bem como nas penalidades previstas na Lei Federal 8.429/92 e a devolução dos recursos recebidos, com inscrição na dívida ativa do Município.

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeitos do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarreta aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operações de crédito. (artigo 45 da LRF).

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 25. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 26. A execução do orçamento da Despesa obedecera, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (artigo 167, VI da CF).

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, constantes desta lei. (artigo 167, I da CF).

Art. 28. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentária, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas de despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Art. 29. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme demonstrativo da compatibilização das metas de despesa - anexo V, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo, a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (artigo 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento as despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (artigo 32, I da LRF).

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo

31 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta Lei. (artigo 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL.

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 35. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 22, § único, V da LRF).

Art. 36. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções prevista no Plano de Cargos da Administração Municipal de Aurora ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos no orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e os dois subsequentes. (artigo 14 da LRF).

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF)

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (artigo 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com juros e multas por eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrente de insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município durante o exercício de 2017.

Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 21 de dezembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

Lei nº 1.587 de 21 de dezembro de 2016

LEI Nº 1.587 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE AURORA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 - LOA

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Aurora, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, incluindo seus fundos, para o Exercício de 2017 discriminado nos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 23.040.844,00 (vinte e três milhões e quarenta mil e oitocentos e quarenta e quatro reais).

Art. 2º As receitas do Município, serão realizadas na forma da Legislação em vigor com o seguinte desdobramento consolidado:

Receitas Correntes	18.897.844,00
Receita Tributária	878.500,00
Receita de Contribuições	238.000,00
Receita Patrimonial	58.000,00
Receita Agropecuária	100.000,00

Transferências Correntes	15.872.344,00
Outras Receitas Correntes	1.739.000,00
(-) Dedução da Receita Corrente	2.370.000,00
TOTAL	16.515.844,00

Receitas de Capital	6.525.000,00
Transferência de Capital	5.475.000,00
Operações de Crédito	1.050.000,00
TOTAL	6.525.000,00
TOTAL DE RECEITAS	23.052.844,00

Art. 3º A despesa fixada, para o município, será executada obedecendo a seguinte distribuição consolidada:

01.01	Câmara de Vereadores	784.088,00
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice	793.912,00
03.01	Secretaria de Adm., Planejamento e Finanças	2.797.357,28
04.01	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo	6.788.343,20
10.01	Fundo Municipal de Assistência Social	793.700,00
09.01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	15.000,00
06.01	Secretaria de Infra-Estrutura e Obras	5.929.084,00
07.01	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, e Crescimento Econômico	1.350.000,00
08.01	Fundo Municipal de Saúde	3.359.359,52
90.99	Reserva de Contingência	50.000,00
11.01	Fundação Municipal de Desporto	380.000,00
TOTAL DE DESPESAS		23.040.844,00

Art. 4º As transferências de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiaria aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, de cooperação técnica e de saúde.

Parágrafo único. Não se aplica neste artigo, as contribuições estatutárias devidas as entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 5º O Executivo Municipal é autorizado mediante Lei a tomar medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autoriza a realizar operações de créditos, ainda que por antecipação de receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no artigo 167, III, da Constituição Federal.

Art. 7º O Executivo através de Lei está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recurso:

Art. 8º O Prefeito Municipal por Lei está autorizado a remanejar, dentro de cada órgão o saldo das dotações das modalidades de aplicação que o compõem, bem como, utilizar vínculo de recurso de uma categoria de programação para outra.

Art. 9º As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução do orçamento, mediante autorização legislativa.

Art. 10. Os recursos de Reserva de Contingência são destinados ao

atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§1º A utilização dos recursos da reserva de contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais específicos neste artigo.

§2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionados ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçados a menor.

§3º Não se efetivado até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido §2º deste artigo, desde que o orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convenio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. A presente lei vigorará durante o exercício financeiro de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Aurora, 21 de dezembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 01/2017 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 001/2017-FMC

Inexigibilidade nº 001/2017-FMC

Contrato 001/2017 - FMC

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da ASSOCIAÇÃO TERAPEUTICA SÍTIO CAMINHO NOVO, inscrita no CNPJ 05.118.375/0001-74, para realização de apresentação da Peça teatral A TURMA DA BILICA DE CARROÇA A BEIRA MAR nos dias 14, 21, 28/janeiro e 04, 11, 18 e 25/fevereiro, das 18:30 às 20:30 horas no calçadão da Avenida José Temístocles de Macedo. Valor do Contrato: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Vigência: 25/03/2017. Balneário Piçarras/SC, 09 de janeiro de 2017. Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA 078/2017

PORTARIA N.º 078/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Art. 90, VII, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Designar a Sra. Silvana Dallagnol, brasileira, maior, CPF nº 033.460.479-62, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças; a Sra. Leila Maria Rodrigues Willem, brasileira, maior, CPF nº 729.899.809-97, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças; e a Sra. Maria Olíndia Vieira, brasileira, maior, CPF nº 035.783.709-67, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo III; para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa, destinada a apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, os fatos de que trata Sindicância nº 001/2017, bem como, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE.

Balneário Piçarras (SC), 5 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 079/2017

PORTARIA N.º 079/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 008/2017 de 01 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor DORVAL VIEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, maior,

casado, portador do CPF nº 063.974.309-95, e inscrito na CI nº. 3.604815 SSP-SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município, a partir da presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 09 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 080/2017

PORTARIA N.º 080/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 038/2017 de 02 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo em comissão de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor VINÍCIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, maior, portador do CPF nº 047.518.139-51, CI nº. 4658224 SSP, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município, a partir da presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 09 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 081/2017

PORTARIA N.º 081/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 061/2017 de 02 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo em Comissão de CHEFE DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS, com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural o senhor BRUNO ROBERTO SANTANA, brasileiro, maior, portador do CPF nº 104.094.319-65, e CI nº. 5.811.079 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município, a partir da presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 09 de janeiro de 2017.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 082/2017

PORTARIA N.º 082/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSORA PEDAGÓGICA, junto a Secretaria Municipal de Educação, a senhora SILVANA MARIA REBELLO PEREIRA, brasileira, maior, casada, CPF nº 704.287.439-00, CI nº 199.623 SSP – SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 09 de janeiro de 2017.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017- FMAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 001/2017- FMAS

Pregão Presencial nº 001/2017 -FMAS

Fundamento:Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por global, para aquisição de passagens de ônibus para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Recebimento dos Envelopes até: 26/01/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 26/01/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 10 de janeiro de 2017.
Ana Paula Ribeiro Stiebler – Secretária de Assistência Social.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 -PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 -PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- PMBP

Fundamento:Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item/lote/global, para aquisição de Contratação de empresa de Telefonia Celular, para atender as necessidades do Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias. Recebimento dos Envelopes

até: 26/01/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 26/01/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 10 de JANEIRO de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/PMBR/2017.

Tipo: MENOR VALOR GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 24/01/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2017.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 10 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

DECRETO/GP/Nº 015/2017

DECRETO/GP/Nº 015/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Designa ao Sr. JEAN WILHAN TEIXEIRA NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Saúde, por prazo indeterminado e com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 10 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO/GP/Nº 016/2017

DECRETO/GP/Nº 016/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Designa ao Sr. RAFAEL MOTA CUSTÓDIO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Saúde, por prazo indeterminado e com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 10 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. SA 001/2017

PORTARIA Nº. SA 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar 001/2013, de 08 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR; João Filipp Cardoso, brasileiro (a), CPF nº. 047.612.059-46, ao cargo de Diretor Administrativo Financeiro - DAS 2, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão.

Balneário Rincão (SC), 02 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em 02 de janeiro de 2017.

PORTARIA SANº. 076 -B/2017

PORTARIA SA Nº. 076 -B/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

CONSIDERANDO a instalação do novo município, as necessidades urgentes que se apresentam, a falta de funcionários efetivos, considerando os princípios da administração pública, quais sejam, LEGALIDADE, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA E PUBLICIDADE; JAIRO CELOY CUSTÓDIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Municipal em vigor, nº. 02/2013, artigo 20, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal,

RESOLVE:

CONTRATAR; A pedido da SECRETARIA DE SAÚDE, Jean Willian Teixeira Nascimento, brasileiro (a), CPF nº. 035.030.879-90, para atuar como Fisioterapeuta II; 20 horas semanais, em virtude da necessidade da Secretaria de Saúde e as exigências legais para a contratação de profissionais habilitados para atuar nas áreas específicas.

Balneário Rincão (SC), 05 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em 05 de janeiro de 2017.

PORTARIA SANº. 078/2017

PORTARIA SA Nº. 078/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

CONSIDERANDO a instalação do novo município, as necessidades urgentes que se apresentam, a falta de funcionários efetivos, considerando os princípios da administração pública, quais sejam, LEGALIDADE, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA E PUBLICIDADE; JAIRO CELOY CUSTÓDIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Municipal em vigor, nº. 02/2013, artigo 20, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal,

RESOLVE:

CONTRATAR; A pedido da SECRETARIA DE SAÚDE, Jean Willian Teixeira Nascimento, brasileiro (a), CPF nº. 035.030.879-90, para atuar como Fisioterapeuta II; 20 horas semanais, em virtude da necessidade da Secretaria de Saúde e as exigências legais para a contratação de profissionais habilitados para atuar nas áreas específicas.

Balneário Rincão (SC), 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em 06 de janeiro de 2017.

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº01/2017

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS A FEITURA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 24 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 5 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº01/2017 FMS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de materiais odontológicos para Unidades Básicas de Saúde. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 25 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 6 de janeiro de 2017.

NILVA BAU BOSS
Gestora FMS

EDITAL PREGÃO Nº04/2017

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº 004/2017

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando Aquisição de produtos de higiene e limpeza para Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2017. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 23 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 09 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito

PORTARIA N.º 018, DE 10 DE JANEIRO DE 2016. "ADMITE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º 018, de 10 de janeiro de 2016.

"Admite servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, e resultado do Processo Seletivo edital 01/2016.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a Senhora, Fabiana Delevatti para ocupar o Cargo de Técnica em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 10 de janeiro a 16 de junho de 2017, em substituição a servidora licenciada para assumir Cargo Comissionado, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 10 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 019, 10 DE JANEIRO DE 2017. CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 019, 10 de janeiro de 2017.
Convoca servidor em férias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e conforme consta no paragrafo 4º do Art.87, da Lei Complementar 037/2011.

Resolve.

Art.1º. Ficam convocada a voltar as suas atividades a servidora Jaciara Viviane Sehnem que se encontram em férias, Estes dias serão compensado em data ser definida posteriormente.

Nome	Período
Jaciara Viviane Sehnem	16 a 31 de janeiro de 2017

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 10 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2017

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO SEUS FUNDOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 14h00min do dia 23/01/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 23/01/2017 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 11 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, s/n, centro, no município de Bela Vista do Toldo - SC.

NOTIFICADO: LJ-AUD ESCRITÓRIO CONTÁBIL S/C LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.190.275/0001-96, com sede a Rua Paraná, 89, centro, no município de Xanxerê - SC, neste ato representada por Luiz Alberto Moraes Granzotto, cadastrado no CPF sob nº 294.970.439-53 e portador da Cédula de Identidade nº 16/R 362.106, com endereço comercial a Rua Paraná, 89, centro, no município de Xanxerê - SC, pelos motivos a seguir expostos:

TEOR DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu Prefeito Municipal que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

O NOTIFICANTE firmou com o NOTIFICADO em data de 15 de

fevereiro de 2013 o Contrato nº 08/2013, o qual está vinculado ao Processo de Licitação nº 007/2013, Edital de Convite nº 002/2013.

Aludido contrato refere-se a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, assessoria, auditoria financeira e tributária.

Ocorre que atualmente a prestação de serviços encontra-se paralisada e o NOTIFICADO vem descumprindo o contrato ao deixar de prestar o serviço, o que via de consequência, acarreta a descontinuidade das prestações dos serviços públicos, assim como o descumprimento das cláusulas contratuais.

O NOTIFICADO está em total inadimplência no que tange as cláusulas do Contrato nº 08/2013, o qual está vinculado ao Processo de Licitação nº 007/2013, Edital de Convite nº 002/2013 e seus aditivos, para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, assessoria, auditoria financeira e tributária.

A narrativa dos fatos acima transcritos demonstram a total ineficiência por parte da NOTIFICADA para a plena execução do Contrato.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR a empresa LJ-AUD ESCRITÓRIO CONTÁBIL S/C LTDA-ME, que com força nos art. 78, incisos I, II e V, e art. 79, inciso I, todos da Lei nº 8.666/93 fica rescindido a contar da data de 02/01/2017 o contrato de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, assessoria, auditoria financeira e tributária 008/2013.

No tocante as sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido o prazo de 10(dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Este procedimento tem como base legal os artigos 77, 78, incisos I, II e V c/c 79, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas cláusulas oitava e nona, do Contrato nº 008/2016, de 15 de fevereiro de 2013.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 03 (três) laudas assinadas e rubricadas, representa a salvaguarda dos legítimos direitos do NOTIFICANTE.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Adelmo Alberti

Prefeito Municipal

NOTIFICANTE

TERMO DE RESCISÃO

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro,

casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, s/n, centro, no município de Bela Vista do Toldo - SC.

NOTIFICADO: ELEOTÉRIO GILMAR KRAUSS e MARILZA SEMPKO-VSKI KRAUSS, brasileiros, casados entre si, ele orientador, portador da Cédula de Identidade nº 18ª R 2.314.295 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 692.022.149-72, ela dona de casa, portadora da Cédula de Identidade nº 18ª R 3.568.272 SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 017.581.899-16, ambos residentes e domiciliados na Rua Leopoldo Koch, 149, centro, no município de Bela Vista do Toldo – SC, pelos motivos a seguir expostos:

TEOR DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu Prefeito Municipal que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

O NOTIFICANTE firmou com os NOTIFICADOS em data de 01 de julho de 2015 o contrato nº 056/2015, o qual está vinculado ao Processo de Licitação nº 020/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 001/2015.

Aludido Contrato refere-se a locação de parte do piso inferior de uma edificação em alvenaria, com área de 55,00 m² (cinquenta e cinco metros quadrados) de área construída, situada na Rua Leopoldo Koch, 149, no Município de Bela Vista do Toldo – SC, devidamente matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob o nº 30.919.

A referida locação destinava-se a instalação e funcionamento da Biblioteca Municipal, devido a necessidade de desocupação do imóvel sede para demolição, haja vista o Projeto de Construção de uma Praça Pública no local.

Considerando que as contratações efetivadas pela administração devem ser motivadas pela necessidade de atender ao interesse público.

Considerando, que no caso em tela o interesse público para o aluguel do imóvel foi a necessidade de abrigar os servidores evitando a paralisação do atendimento na Biblioteca Municipal.

Considerando, que verificou-se que a municipalidade possui uma sala para o amplo funcionamento da Biblioteca Municipal, desta forma, não necessitando mais pagar aluguel para tanto.

Considerando que a municipalidade possuindo uma sala para funcionamento da Biblioteca Municipal, e continuar pagando aluguel caracteriza ato antieconômico.

Portanto, diante dos fatos, evidencia-se faltar interesse público para a manutenção desse contrato de locação.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR os Locadores ELEOTÉRIO GILMAR KRAUSS e MARILZA SEMPKO-VSKI KRAUSS, com força no art. 79, da Lei nº 8.666/93, que fica rescindido a contar da data de 02/01/2017 o Contrato de Locação nº 056/2015 e seus aditivos, por falta de interesse público na sua manutenção.

No tocante as sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido o prazo de 10(dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes

estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 03 (três) laudas assinadas e rubricadas, representa a salvaguarda dos legítimos direitos do NOTIFICANTE.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Adelmo Alberti

Prefeito Municipal

NOTIFICANTE

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo - SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, s/n, centro, no município de Bela Vista do Toldo - SC.

NOTIFICADO: OVIDIO JOSÉ DAMASO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, produtor agrícola, portador da Cédula de Identidade nº 2.082.475-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 358.142.419-34 e sua esposa ANITA PEREIRA DA SILVEIRA, brasileira, casada, professora aposentada, portadora da Cédula de Identidade nº 673.196 SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 419.795.919-20, ambos residentes e domiciliados na Rua Estanislau Schumann, 1.033, centro, no município de Bela Vista do Toldo – SC, pelos motivos a seguir expostos:

TEOR DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu Prefeito Municipal que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

O NOTIFICANTE firmou com os NOTIFICADOS em data de 02 de maio de 2016 o contrato nº 006/2016, o qual está vinculado ao Processo de Licitação nº 004/2016, modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2016.

Aludido Contrato refere-se a locação de uma sala comercial em alvenaria com área de 109,20 m² (cento e nove virgula vinte metros quadrados), construída sobre um terreno com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), localizado na Rua Estanislau Schumann, 1.033, no Município de Bela Vista do Toldo – SC, devidamente matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, sob o nº 18.098.

A referida locação destinava-se a instalação do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo usado para os encontros dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, bem como as oficinas que consistem na realização de atividades no âmbito dos grupos deste serviço.

Considerando que as contratações efetivadas pela administração devem ser motivadas pela necessidade de atender ao interesse público.

Considerando, que no caso em tela o interesse público para o aluguel do imóvel foi a necessidade de realizar encontros dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, bem como oferecer as oficinas que consistem na realização de atividades no âmbito dos grupos deste serviço.

Considerando, que verificou-se que a municipalidade possui um amplo espaço para realização de encontros dos grupos em tela e oficinas, não necessitando assim, pagar aluguel da referida sala.

Considerando que a municipalidade possuindo um espaço amplo para realização desses encontros, bem como para realização de oficinas, e continuar pagando aluguel caracteriza ato antieconômico.

A narrativa dos fatos acima transcritos demonstram a falta de interesse público para a manutenção desse contrato de locação.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR os Locadores OVIDIO JOSÉ DAMASO DA SILVEIRA e ANITA PEREIRA DA SILVEIRA, com força no art. 79, da Lei nº 8.666/93, que fica rescindido a contar da data de 02/01/2017 o Contrato de Locação nº 006/2016 e seus Aditivos, por falta de interesse público na sua manutenção.

No tocante as sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido o prazo de 10(dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 03 (três) laudas assinadas e rubricadas, representa a salvaguarda dos legítimos direitos do NOTIFICANTE.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal
NOTIFICANTE

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo - SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, s/n, centro, no município de Bela Vista do Toldo - SC.

NOTIFICADO: JOÃO ALVES LOURENÇO, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 1.193.910 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 434.576.309-68, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 976, centro, no município de Bela Vista do Toldo - SC, pelos motivos a seguir expostos:

TEOR DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu Prefeito Municipal que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

O NOTIFICANTE firmou com o NOTIFICADO em data de 05 de maio de 2016 o contrato nº 007/2016, o qual está vinculado ao Processo de Licitação nº 005/2016, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2016.

Aludido Contrato refere-se a locação de uma sala comercial em alvenaria com área de 104,00 m² (cento e quatro metros quadrados), parte de uma edificação maior com área de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), construída sobre um terreno com área de 1.000 m² (mil metros quadrados), localizado

na Rua Estanislau Schumann, 942, no Município de Bela Vista do Toldo - SC, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC, sob o nº 43.866.

A referida locação destinava-se ao funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo usado para atividades do Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo - SC.

Considerando que as contratações efetivadas pela administração devem ser motivadas pela necessidade de atender ao interesse público.

Considerando, que no caso em tela o interesse público para o aluguel do imóvel foi a necessidade de abrigar os servidores evitando a paralisação do atendimento do Conselho Tutelar Municipal.

Considerando, que verificou-se que a municipalidade possui uma sala para o amplo funcionamento do Conselho Tutelar Municipal, desta forma, não necessitando mais pagar aluguel para tanto.

Considerando que a municipalidade possuindo uma sala para funcionamento do Conselho Tutelar, e continuar pagando aluguel caracteriza ato antieconômico.

A narrativa dos fatos acima transcritos demonstram a falta de interesse público para a manutenção desse contrato de locação.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR o Locador JOÃO ALVES LOURENÇO, com força no art. 79, da Lei nº 8.666/93 fica rescindido a contar da data de 05/01/2017 o Contrato de Locação nº 007/2016 e seus aditivos, por falta de interesse público na sua manutenção.

No tocante as sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido o prazo de 10(dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 03 (três) laudas assinadas e rubricadas, representa a salvaguarda dos legítimos direitos do NOTIFICANTE.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal
NOTIFICANTE

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305, inscrito no CPF sob o nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, s/n, centro, no município de Bela Vista do Toldo - SC.

NOTIFICADO: UNIÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.895.901/0001-91, com sede na Travessa Afonso Schwartz, 185, Bairro São Bernardo, no município de União da Vitória - PR, neste ato representada por Claudimir de Oliveira França, brasileiro, cadastrado no CPF sob nº 792.658.479-72, com endereço comercial na Travessa Afonso Schwartz, 185, Bairro São Bernardo, no município de União da Vitória - PR, pelos motivos a seguir expostos:

TEOR DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu Prefeito Municipal que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

O NOTIFICANTE firmou com o NOTIFICADO em data de 04 de outubro de 2016 o contrato de execução da obra de construção de quadra esportiva em grama sintética, contando com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra.

Ocorre que a NOTIFICADA sequer iniciou a obra e o prazo estipulado pelos órgãos repassadores dos recursos financeiros que custeiam a referida obra estipularam prazo para a conclusão da mesma.

A NOTIFICADA está em total inadimplência no que tange as cláusulas do Contrato nº 039/2016, de 04 de outubro de 2016, Carta Convite nº 012/2016 e seus aditivos, para a execução da obra de construção de quadra esportiva em grama sintética, contando com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra.

A narrativa dos fatos acima transcritos demonstram a total ineficiência por parte da NOTIFICADA para a plena execução do Contrato.

Desta forma, o NOTIFICANTE vem por intermédio desta, NOTIFICAR a empresa UNIÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, de que em data de hoje (09/01/2017) com força nos art. 78, inciso I, e art. 79, inciso I, todos da Lei nº 8.666/93 fica rescindido a contar da data de 09/01/2017 o contrato de execução de obra de quadra esportiva em grama sintética nº 039/2016.

No tocante as sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido o prazo de 10(dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Este procedimento tem como base legal os artigos 77, 78, inciso I c/c 79, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas cláusulas décima terceira e décima quarta, do Contrato nº 039/2016, de 04 de outubro de 2016.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 03 (três) laudas assinadas e rubricadas, representa a salvaguarda dos legítimos direitos do NOTIFICANTE.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal
NOTIFICANTE

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO Nº 141/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 141/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 139.400,00 (cento e trinta e nove mil e quatrocentos reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3319000000000000	Aplicações Diretas
01670104	Sus/Estado - Financiamento
	R\$ 29.400,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 110.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 110.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01670104	Sus/Estado - Financiamento
	R\$ 29.400,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 141/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 142/2016 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADACAO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 142/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE
ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "a" da Lei Orgânica do município e pela Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2053	Manutenção Do Programa Saude Na Familia
3319000000000000	Aplicações Diretas
01670104	Sus/Estado - Financiamento
	R\$ 20.700,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI
Prefeito

O Decreto nº. 142/2016 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 143/2016 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTACAO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 143/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2053	Manutenção Do Programa Saude Na Familia
3319000000000000	Aplicações Diretas
01380101	Sus/União - Pab
	R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude

04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2053	Manutenção Do Programa Saude Na Familia
3339000000000000	Aplicações Diretas
01380101	Sus/União - Pab
	R\$ 12.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 143/2016 foi publicado na forma da Lei Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 144/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 144/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "a" da Lei Orgânica do município e pela Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2053	Manutenção Do Programa Saude Na Familia
3319000000000000	Aplicações Diretas
01380102	Sus/União - Sf
	R\$ 24.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº. 144/2016 foi publicado na forma da Lei. Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 145/2016 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 145/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.940,00 (seis mil e novecentos e quarenta reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3319000000000000	Aplicações Diretas
01380101	Sus/União - Pab
	R\$ 6.940,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01380101	SUS/União - PAB
	R\$ 6.940,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 145/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 146/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 146/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE
ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "a" da Lei Orgânica do município e pela Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 23.455,49 (vinte e três mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0122	Administração Geral
03.001.0004.0122.0031	Gestão Administrativa E Financeira
03.001.0004.0122.0031.2006	Manutenção Das Atividades Administrativas
3319000000000000	Aplicações Diretas
01890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas
	R\$ 2.947,07
04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01650002	Suas/Estado - Prot.Soc.Bas
	R\$ 1.235,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura

05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2035	Adequar E Manter O Setor De Cultura
3319000000000000	Aplicações Diretas
01890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas
	R\$ 1.916,12
08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infraestrutura Urbana
08.001.0015.0451.0080	Sistema Viário
08.001.0015.0451.0080.2050	Manutenção De Maquinas E Do Sistema Viário
3319000000000000	Aplicações Diretas
01890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas
	R\$ 17.357,30

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 13 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº. 146/2016 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, 13 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 147/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

AVALIAÇÃO DO ACORDO DE RESULTADOS 02/2016

PERÍODO 01/07/2016 A 30/12/2016

SEU NOME

Descrição	Atingido
Objetivo 1:	95%
• Resultado Chave 1:	90%
• Resultado Chave 2:	100%
Objetivo 2:	100%
• Resultado chave 1:	100%
• Resultado chave 2:	100%
Objetivo 3:	85%
• Resultado chave 1:	90%
• Resultado chave 2:	80%

Florianópolis, 03 de Janeiro de 2016.

Seu Nome Bruno Machado Soares

Seu Cargo Gerente de TI

DECRETO Nº 148/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 148/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.320,98 (sete mil e trezentos e vinte reais e noventa e oito centavos), para

reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0028	Encargos Especiais
03.001.0028.0843	Serviço Da Dívida Interna
03.001.0028.0843.0032	Operações Especiais
03.001.0028.0843.0032.2008	Amortização E Encargos Da Dívida Fundada Interna
3329000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 4.520,98
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2035	Adequar E Manter O Setor De Cultura
3335000000000000	Transferências A Inst.Priv.S/ Fins Lucro
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.800,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0028	Encargos Especiais
03.001.0028.0843	Serviço Da Dívida Interna
03.001.0028.0843.0032	Operações Especiais
03.001.0028.0843.0032.2008	Amortização E Encargos Da Dívida Fundada Interna
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 4.520,98
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2035	Adequar E Manter O Setor De Cultura
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.800,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 13 de dezembro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 148/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 13 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 149/2016 - DETERMINA A APLICAÇÃO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS À EMPRESA AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

DECRETO Nº 149/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Determina a aplicação de penalidades administrativas à empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu art. 50, XXIII, c/c art. 70, I, alínea "n", e com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

Considerando o julgamento proferido nos Autos do Processo Licitatório nº 077/2015, Modalidade Ata de Registro de Preços nº 9/2015, por intermédio do Processo Administrativo, tendo em vista que a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP, solicitou desistência da ata de registro de preços, justificada ser impossível praticar o preço cotado proposta, conforme as especificações constantes no edital;

Considerando ainda, que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal à empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP, especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como da proporcionalidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidades proporcionais aos ilícitos praticados e expressamente previstas em lei especializada, quais sejam: suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Municipalidade, na forma prevista no instrumento convocatório, em razão da desistência da ata de registro de preços do contrato (descrita no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) e, por fim, infringindo dispositivos contratuais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada à empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, a aplicação da sanção administrativa, em razão do descumprimento das obrigações decorrentes do Processo Licitatório nº 77/2015, Modalidade Ata Registro de Preços 9/2015, de SUSPENSÃO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, a contar da publicação deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 16 de dezembro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 149/2015 foi publicado e registrado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 16 de dezembro de 2016.

Marília Panoch
Agente Administrativo

DECRETO Nº 150/2016 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

DECRETO Nº 150/2016, de 16 de dezembro de 2016.

Homologa Resultado Final do
Processo Seletivo Simplificado 003/2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei

Orgânica do Município, no seu art. 70, inciso I, alínea "n", e Art. 17, III da Lei Complementar nº 004/1995;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada, nesta data, a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 003/2016, considerados os critérios de desempate e o julgamento dos recursos contra a Classificação Preliminar, para os cargos de Auxiliar de Creche; Agente Comunitário de Saúde ESF Barra São João, Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil, Agente Comunitário da Saúde – Centro, Auxiliar de Serviços Gerais I, Médico Pediatra, Auxiliar de Serviços Gerais II, Instrutor de Modalidades II, Operador de Máquinas, Motorista, Professor I-40, Professor I-20, Servente, Técnico de Enfermagem ESF e Técnico em Saúde Bucal ESF, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 16 de dezembro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 150/2016 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 16 de dezembro de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

DECRETO Nº 151/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 151/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Salário Educação
	R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educacao
05.001.0012.0365	Educacao Infantil
05.001.0012.0365.0051	Crianca Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutencao E Desenvolvimento Do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicacoes Diretas
03360000	Salário Educação
	R\$ 25.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 16 de dezembro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

O Decreto nº 151/2016 foi publicado na forma da Lei

Benedito Novo, aos dias de 16 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 247/2016

DECRETO Nº 247/2016 DE:27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de credores que menciona.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que a remuneração dos professores contratados para atuar no Centro de Ensino Profissionalizante, constitui, a rigor, verba de caráter alimentar, por isso com graves consequências à sua sobrevivência e de sua família com repercussão na sua dignidade;

Considerando, que eventuais atrasos nos pagamentos de obrigações dessa natureza podem levar os prestadores de serviços não só cobrar encargos moratórios, mas também à suspensão dos serviços, com sérios transtornos aos alunos e ao andamento dos cursos profissionalizantes;

Considerando, tratar-se de despesas mensais e de pequena monta, portanto, de pouco impacto na ordem cronológica de pagamento das faturas;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 90 dias no pagamento das obrigações assumidas pelo Município;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, restar presente relevantes razões de interesse público e a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município em processo anterior a este,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretario Municipal de Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimento das faturas para pagar o professor do Centro de Ensino Profissionalizante: Josiane Campos Raulino da Silva, CPF 022.033.849-30, relativamente aos meses em atraso até a presente data.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 244/2016, de 20/12/2016.

Biguaçu, 27 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

ERRATA CONVOCAÇÃO 01 - EDITAL 003/2016

ERRATA - CONVOCAÇÃO Nº 01 – EDITAL 003/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu torna público a ocorrência de equívoco na grafia dos nomes dos seguintes candidatos convocados por meio da Convocação nº 01 – Edital 003/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA

31 - VALMIRENE DE SOUZA OLIVEIRA

49 - DANIELA ALMEIDA ZEQUIAO

CARGO: AUXILIAR DE SALA – 30HORAS

21 – CRISTIANA DE SOUZA ALVES ELEOTERO

CARGO: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL 40HS

4 – BRUNA COSTA SCOTA

6 – GIOVANA CRISTIN DA SILVA

31 – FABIOLA MACHADO

CARGO: PROFESSOR III – LINGUA PORTUGUESA – 20HS

1 - JULIETE DA SILVA MARQUES

Leia-se:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA

1 - VALMIRLENY DE SOUZA OLIVEIRA

49 - DANIELA ALMEIDA ZEQUINAO

CARGO: AUXILIAR DE SALA – 30HORAS

21 – CRISTIANA DE SOUZA ALVES ELEOTERIO

CARGO: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL 40HS

4 – BRUNA DA COSTA SCOTA

6 – GIOVANA CRISTINA DA SILVA

31 – FABIOLA HORACIO

CARGO: PROFESSOR III – LINGUA PORTUGUESA – 20HS

1 - JULIENE DA SILVA MARQUES

Biguaçu, 10 de Janeiro de 2017.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal de Biguaçu

LEI Nº 3706/2017

LEI Nº 3706/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA PRAÇA "CARLOS WILDNER", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu-SC, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica denominada de "Carlos Wildner", a Praça situada ao final da Rua Gustavo Lopes Farias, Loteamento Lauro Locks, Bairro Centro, Município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2017.

Vereador Ângelo Ramos Vieira
Presidente

Lei nº 3706 /2017, de 04/01/2017

Promulgada em 04/01/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escrutária

PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIA nº 012 de 10 de janeiro de 2017

Designa o Servidor Alex José de Andrade, detentor do cargo comissionado de Assessor de Finanças, para efetuar agendamento de pagamento eletrônico (primeira assinatura) na conta corrente nº74-9 da CEF do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, e para responder pela Tesouraria do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Infância e Adolescência e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designa o Servidor Alex José de Andrade, detentor do cargo comissionado de Assessor de Finanças, na Secretaria Municipal de Administração, para efetuar agendamento de pagamento eletrônico (primeira assinatura) na conta corrente nº 74-9 da CEF do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM e para responder pela Tesouraria do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 1º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PP150/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 150/2016 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CENTÍMETRO DE COLUNA EM JORNAL

DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, E JORNAL LOCAL COM PUBLICAÇÃO NO MÍNIMO DE 04 VEZES POR SEMANA, OBJETIVANDO A PUBLICAÇÕES DOS AVISOS DE LICITAÇÃO, BEM COMO: CONVOCAÇÕES, CONTRATOS, DECRETOS E PORTARIAS DESTA MUNICIPALIDADE NO ANO DE 2017.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 23 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 23 janeiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 02/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Edital de Licitação Nº03/2017

Modalidade: pregão 02/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR. Forma de julgamento: menor preço por item

Data de abertura das propostas: 23/01/2017 às 14horas. O Edital obedece a Lei nº 10.520/02 às Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e demais regulamentações no que couber, podendo ser retirado em inteiro teor pelos interessados através da página www.bomjardimdasera.sc.gov.br ou ainda no setor de licitações na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra/SC.

Bom Jardim da Serra, 10 de janeiro de 2017.

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito Municipal Interino

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 006-2017 - ASSESSORIA EDUCACIONAL

AVALIAÇÃO DO ACORDO DE RESULTADOS 02/2016
PERÍODO 01/07/2016 A 30/12/2016

SEU NOME

Descrição	Atingido
Objetivo 1:	95%
• Resultado Chave 1:	90%
• Resultado Chave 2:	100%
Objetivo 2:	100%
• Resultado chave 1:	100%
• Resultado chave 2:	100%
Objetivo 3:	85%
• Resultado chave 1:	90%
• Resultado chave 2:	80%

Florianópolis, 03 de Janeiro de 2016.

Seu Nome Bruno Machado Soares
Seu Cargo Gerente de TI

LICITAÇÃO Nº 007/2017 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS TEXTEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 24 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Aquisição de Maquinas e Equipamentos para fins Industriais para fomento da área têxtil do município de Bom Jesus do Oeste. O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 10 de Janeiro de 2017.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 013/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEAR SRA SOLANGE ANDREIA BONNI DE BASTIANI AO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do

Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. SOLANGE ANDREIA BONNI DE BASTIANI, portadora do CPF sob nº. 022.414.529-04, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com direito a percepção da remuneração ao padrão CC-9, com carga horária de 40 horas semanais constante na Lei 755/2010 de 08 de dezembro de 2010, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de janeiro de 2017.
RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 014/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 014/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidor público municipal Sr. Joelcio Johann, inscrito na matrícula sob nº 162-7, ocupante do cargo de Motorista, a partir do mês de janeiro do ano 2017, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), mediante requerimento formal e apresentação de comprovantes, correspondendo a um percentual de 12% sobre seu vencimento base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de janeiro de 2017.
RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

R G F 3º Q 2016

Página: 1 de 1
10/01/2017 08:33

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2016 a Dezembro/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.743.044,37	-
Pessoal Ativo	5.743.044,37	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.743.044,37	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.926.234,25	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	5.743.044,37	48,15
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	6.440.166,50	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.118.158,17	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	5.796.149,85	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 33m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 2
10/01/2017 08:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e não Pagos	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	1.004.824,13	795.130,04	848.744,83	1.247.490,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.004.824,13	1.213.294,64	1.112.577,01	1.278.323,97
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	418.164,60	263.832,18	30.833,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-1.004.824,13	-795.130,04	-848.744,83	-1.247.490,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.752.260,01	10.632.959,94	10.863.526,66	11.926.234,25
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	-	-	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-9,35	-7,47	-7,80	-10,45
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	-	-	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.776.807,10	2.417.988,92	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

Página: 2 de 2
10/01/2017 08:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X) ¹	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 34m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
10/01/2017 08:43

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS(II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	10.752.260,01	10.632.959,94	10.863.526,66	11.926.234,25
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS(VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 38m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
10/01/2017 08:47

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.926.234,25	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 45m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')										R\$ 1,0,
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	670.824,51	-	30.833,31	-	30.833,31	609.157,89	-	-		
Grupo da Fonte de Recurso não Cadastrado	670.824,51	-	30.833,31	-	30.833,31	609.157,89	-	-		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	607.499,46	-	-	-	-	607.499,46	-	-		
Grupo da Fonte de Recurso não Cadastrado	607.499,46	-	-	-	-	607.499,46	-	-		
TOTAL (III) = (I+II)	1.278.323,97	-	30.833,31	-	30.833,31	1.216.657,35	-	-		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVID	-	-	-	-	-	-	-	-		

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

WALTER NAUJOKS

Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI

Contador CRC 020.101-7/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER

Controle Interno

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 50m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Fonte de Recursos que estão sem vínculo com o Grupo da Fonte de Recursos.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Fontes de Recursos!

Página: 2 de 2
10/01/2017 08:52

Página: 1 de 1
10/01/2017 09:00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3º Quadrimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	11.926.234,25	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	5.743.044,37	48,15
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	6.440.166,50	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	6.118.158,17	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
<u>Valor Total</u>	-	1.216.657,35

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 55m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno



Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)										R\$ 1.00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015			Saldo (b)
										Saldo Total (a+b)

Não existem registros a serem impressos.

Existem Empenhos de Restos com código de Órgãos de Restos zerados, acerte-os antes de imprimir este relatório novamente.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/jan/2017, 08h e 53m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUTORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

RGF 2º QUADRIMESTRE 2016

Página: 1 de 1
10/01/2017 13:18

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3º Quadrimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	11.926.228,25

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	424.821,52	3,56
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	715.573,70	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	679.795,01	5,70

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 18m.

RGF 2º QUADRIMESTRE 2016

Página: 1 de 2
10/01/2017 13:17

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a') R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 17m.
Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Página: 2 de 2
10/01/2017 13:17

RGF 2º QUADRIMESTRE 2016

Página: 1 de 1
10/01/2017 13:11

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2016 a Dezembro/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	424.821,52	-
Pessoal Ativo	424.821,52	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	424.821,52	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.926.228,25	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	424.821,52	3,56
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	715.573,70	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	679.795,01	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	644.016,33	5,40

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 11m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

HARI SCHMIDT
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

ADRIANA ESTEFANI
CONTADORA

RREO 6º BIMESTRE 2016

Página: 1 de 2
10/01/2017 13:41

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		0,00			
Previsão Atualizada da Receita		0,00			
Receitas Realizadas		11.926.228,25			
Déficit Orçamentário		-			
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-			
DESPESAS					
Dotação Inicial		687.000,00			
Créditos Adicionais		0,00			
Dotação Atualizada		687.000,00			
Despesas Empenhadas		629.387,57			
Despesas Executadas		629.387,57			
Liquidadas		629.387,57			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
Despesas Pagas		629.387,57			
Superávit Orçamentário		11.296.840,68			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre			
Despesas Empenhadas		629.387,57			
Despesas Executadas		629.387,57			
Liquidadas		629.387,57			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL					
Receita Corrente Líquida		11.926.228,25			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Executadas(V)					
Liquidadas		0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal		0,00	0,00		
Resultado Primário		0,00	-629.387,57		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		25%	
Liquidadas	0,00		
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		60%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental			
Liquidadas	0,00		
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	11.595,00	13.405,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00		0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 41m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

HARI SCHMIDT
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

ADRIANA ESTEFANI
CONTADORA

RREO 6º BIMESTRE 2016

Página: 1 de 1
10/01/2017 13:52

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)												
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES												
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)		
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos		Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
Não existem registros a serem impressos.												
LEGISLATIVO												
Poder Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL(I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

FORNTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 52m:

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/jan/2017, 13h e 52m.

HARI SCHMIDT
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

ADRIANA ESTEFANI
CONTADORA

Página: 1 de 1
10/01/2017 13:32

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2016 a Dezembro/2016

R\$ 1,00

RREO - ANEXO III (LRF, Art.53, inciso I)

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											Previsão Atualizada 2016		
	Janeiro/2016		Fevereiro/2016		Março/2016		Abril/2016		Maio/2016		Junho/2016		Total (últimos 12 Meses)	
	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016								
RECEITAS CORRENTES (I)	921.731,34	988.224,14	754.674,54	819.292,92	1.077.270,00	889.355,53								
	1.004.754,76	861.493,34	785.475,24	884.697,60	1.257.427,01	1.681.831,83						-		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	921.731,34	988.224,14	754.674,54	819.292,92	1.077.270,00	889.355,53								
	1.004.754,76	861.493,34	785.475,24	884.697,60	1.257.427,01	1.681.831,83						-		
Outras Transferências Correntes	921.731,34	988.224,14	754.674,54	819.292,92	1.077.270,00	889.355,53								
	1.004.754,76	861.493,34	785.475,24	884.697,60	1.257.427,01	3.363.663,66						-		
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	-	-						-		
	-	-	-	-	-	-						-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	921.731,34	988.224,14	754.674,54	819.292,92	1.077.270,00	889.355,53								
	1.004.754,76	861.493,34	785.475,24	884.697,60	1.257.427,01	1.681.831,83						-		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 32m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 32m.

HARI SCHMIDT
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

ADRIANA ESTEFANI
CONTADORA

RREO 6º BIMESTRE 2016

Página: 1 de 1
10/01/2017 13:29

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
			No Bimestre	Até o Bimestre		%	No Bimestre			Até o Bimestre
	(a)		(b)	(b)	(b)/(total b)	(c)=(a-b)	(d)	(d)/(total d)	(e)=(a-d)	(f)
DESPESAS(EXCETO INTRA Legislativa	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	100,00	57.612,43	629.387,57	100,00	57.612,43	0,00
Ação Legislativa	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	100,00	57.612,43	629.387,57	100,00	57.612,43	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.612,43	629.387,57	100,00	57.612,43	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	100,00	57.612,43	629.387,57	100,00	57.612,43	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 29m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas pagas não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II da Lei 4.320/64.

HARI SCHMIDT
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

ADRIANA ESTEFANI
CONTADORA

RREO 6º BIMESTRE 2016

Página: 1 de 3
10/01/2017 13:27

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS(I)	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I)+(II)	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobilizatória	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobilizatória	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III)+(IV)	-	-	-	-	-	-	-
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	629.387,57	-	-
TOTAL(VII)=(V)+(VI)	-	-	-	-	629.387,57	-	-629.387,57
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Página: 2 de 3
10/01/2017 13:27

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (l)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	ANOTAÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	57.612,43	150.227,64	629.387,57	57.612,43	629.387,57	-
DESPESAS CORRENTES	587.000,00	662.000,00	141.717,99	617.792,57	44.207,43	148.882,64	617.792,57	44.207,43	617.792,57	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	450.000,00	91.766,44	424.821,52	25.178,48	91.766,44	424.821,52	25.178,48	424.821,52	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	137.000,00	212.000,00	49.951,55	192.971,05	19.028,95	57.116,20	192.971,05	19.028,95	192.971,05	-
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	25.000,00	1.345,00	11.595,00	13.405,00	1.345,00	11.595,00	13.405,00	11.595,00	-
INVESTIMENTOS	100.000,00	25.000,00	1.345,00	11.595,00	13.405,00	1.345,00	11.595,00	13.405,00	11.595,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(XI)=(VII)+(IX)	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	57.612,43	150.227,64	629.387,57	57.612,43	629.387,57	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(XI)+(XII)	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	57.612,43	150.227,64	629.387,57	57.612,43	629.387,57	-
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XI)+(XII)+(XIII)	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	57.612,43	150.227,64	629.387,57	57.612,43	629.387,57	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 10/Jan/2017, 13h e 27m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35.

Página: 3 de 3
10/01/2017 13:27

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Inciso II da Lei 4.320/64.

R\$ 1,00

ADRIANA ESTEFANI

CONTADORA

HARI SCHMIDT

PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

Bom Retiro

PREFEITURA

87.01.17 - P. FÉRIAS ANT. IOLANDA F. B. PADILHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 87/17 de 09.01.17
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezessete) a funcionária Iolanda de Fátima de Brida Padilha, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, para gozá-las a partir de 02 de janeiro com término no dia 31 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 007/2017

DECRETO Nº. 007/2017.

Define a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2017 e estabelece outras providências.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

D E C R E T A:

Art. 1º Para a execução orçamentária de 2017, fica estabelecida a programação financeira, fixado o cronograma de execução mensal de desembolso e definido o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, consoante a Lei Municipal nº 875/2016, de 13 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Braço do Trombudo para o exercício de 2017.

Parágrafo único. Fazem parte integrada deste Decreto:

I – O Anexo I – Dispõe sobre o desdobramento da receita em metas mensais, bimestrais e para o exercício, da receita estimada no orçamento, evidenciado na forma analítica as receitas de acordo com a classificação legal; e

II – O Anexo II – Dispõe sobre a programação e cronograma de execução mensal de desembolso sintético que os órgãos municipais ficam autorizadas a utilizar no exercício de 2017, com base nas metas de arrecadação constantes no Anexo I, servindo como demonstrativo para a publicação legal, em atendimento aos artigos 8º e 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Janeiro de 2017.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

ANEXO I

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO

RÚBRICAS	RECEITAS	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	TOTAL
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.949.667,94	2.728.429,33	2.994.568,99	2.833.004,68	2.756.118,18	3.266.834,65	17.528.623,77
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	76.754,52	173.129,16	218.805,29	266.430,78	174.619,23	152.497,13	1.062.236,11
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.081,43	23.321,82	24.206,15	24.700,65	25.626,83	26.063,12	147.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	23.381,24	24.206,47	18.970,63	19.936,72	18.314,47	19.520,16	124.329,69
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	646,53	1.047,05	1.111,55	1.102,55	1.011,78	1.080,54	6.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	122.708,62	138.817,43	149.344,65	160.033,15	149.198,22	149.897,93	870.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.639.673,14	2.328.658,62	2.508.592,24	2.325.605,79	2.347.624,56	2.881.991,23	15.032.145,58
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.422,46	39.248,78	73.538,48	35.195,04	39.723,09	35.784,54	286.912,39
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	166.666,66	166.666,66	171.359,59	170.017,51	167.076,58	167.213,00	1.009.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,70	1.000.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	4.692,93	3.350,85	409,92	546,30	9.000,00
	TOTAL	3.116.334,60	2.895.095,99	3.165.928,58	3.003.022,19	2.923.194,76	3.434.047,65	18.537.623,77
	ACUMULADO (BIMESTRAL)	3.116.334,60	6.011.430,59	9.177.359,17	12.180.381,36	15.103.576,12	18.537.623,77	

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Janeiro de 2017.

NILDO MELMESET
Prefeito Municipal

ANEXO II

PROGRAMAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO SINTÉTICO

MODALIDADE	DESPESAS	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	TOTAL
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.751.269,72	2.751.269,74	2.751.269,74	2.751.269,74	2.751.269,74	2.751.275,09	16.507.623,77
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.550.902,76	1.550.902,76	1.550.902,76	1.550.902,76	1.550.902,76	1.550.903,95	9.305.417,75
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.166,64	14.166,64	14.166,64	14.166,64	14.166,64	14.166,80	85.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.186.200,32	1.186.200,34	1.186.200,34	1.186.200,34	1.186.200,34	1.186.204,34	7.117.206,02
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	337.499,49	337.499,51	337.499,51	337.499,51	337.499,51	337.502,47	2.025.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	303.082,88	303.082,88	303.082,88	303.082,88	303.082,88	303.085,60	1.818.500,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	249,97	249,99	249,99	249,99	249,99	250,07	1.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	34.166,64	34.166,64	34.166,64	34.166,64	34.166,64	34.166,80	205.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,40	5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,40	5.000,00
	TOTAL	3.089.602,53	3.089.602,57	3.089.602,57	3.089.602,57	3.089.602,57	3.089.610,96	18.537.623,77
	ACUMULADO (BIMESTRAL)	3.089.602,53	6.179.205,10	9.268.807,67	12.358.410,24	15.448.012,81	18.537.623,77	

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Janeiro de 2017.

NILDO MELMESTET
 Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que a partir do dia 23/01/2017 estará recebendo os envelopes para o Credenciamento para Prestação de Serviços de Fisioterapia domiciliar e de Fonoaudiologia, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 10 de janeiro de 2017. Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 02/2017

EXTRATO DE CONTRATO 02/2017

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

CNPJ 01.602.498/0001-25

Rua Alberto Muller, 5000

Limeira

Brusque - Santa Catarina

Objeto: O presente Contrato tem por objeto aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

valor de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos), por litro de óleo diesel S500 (comum)

valor de R\$ 2,91 (dois reais e noventa e um centavos), por litro de óleo diesel S10

Vigência até 31.12.2017

Data da assinatura: 04/01/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Sito A Rua Guaianazes, 1238, Campos Eliseos

Centro Histórico

São Paulo/SP

Objeto Contratação de empresa especializada no ramo de seguros automotivos, para segurar os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 3.431,77 (três mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos)

Vigência: 25/08/2017

Data da assinatura: 10/01/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

PORTARIA 010/2017

PORTARIA 010/2017

DESIGNA SERVIDORES

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais etc...

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais, para serem Gestores Fiscais de Contratos Administrativos, de acordo com a Art. 67 da Lei 8.666/93, sendo eles:

Conrado Rinnert Neto - Contratos pertinentes a obras e serviços de engenharia (construções, pavimentações) e afins;

Tarciso José Prim e Arlei Everaldo Larsen – Contratos pertinentes a construções de pequenas obras, serviços comuns e aquisição de bens e materiais, provenientes da Secretaria de Obras;

Mara Eliza Schaade – Contratos pertinentes coleta de lixo, serviços comuns, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do setor do meio ambiente.

Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz e Fábio Dalmarco – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, engenharia, sistema de softwares, assessoria e consultoria, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Administração de Finanças.

Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do Gabinete do Prefeito.

Rosana Baade Leonhardt e Sylvania Rohling Goede – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Educação.

Daniela Prada Mugge e Marcia Vermoehlen Felipe – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Saúde.

Jonatan Koenig Truppel – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer.

Jonatan Koenig Truppel – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria do Desporto.

Arlei Everaldo Larsen – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do Setor da Agricultura.

Deizi Baade Knappmann e Roberto Carlos Petri - Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do Centro de Referência Assistência Social (CRAS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogada a Portaria nº 032/2016, de 23 de fevereiro de 2016.

Braço do Trombudo, em 09 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

RESULTADO DE SELEÇÃO CHAMADA PÚBLICA 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE SELEÇÃO CHAMADA PÚBLICA 02/2016

O Município de Braço do Trombudo torna público o resultado da seleção da Chamada Pública 02/2016. Processo licitatório 56/2016. Objeto: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e Resolução nº 26 do FNDE, de 17/06/2013. Após análise e julgamento das propostas, foi selecionado o projeto de venda a seguir

EMPRESA	CNPJ/ CPF	ITEM	R\$ VALOR
MARCOS RENKEN	039.249.309-88	3,4,5,6,7,8,9,11,12,13,14,15,16, 17,18,19,20 e 21	13.913,70

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado da seleção da Chamada Pública supra citada. Braço do Trombudo. Em 05/01/2017.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA N.º 11.535/2017

PORTARIA N.º 11.535, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga a Portaria n.º 9.760/2015, de 02 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do artigo 111, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 9.760/2015, que designou os servidores Cristiano Bittencourt e José Altino Filho para movimentar as contas bancárias relativas à Prefeitura Municipal de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.521/2017

PORTARIA N.º 11.521, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Danyelle Brem Moraes para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Coordenadora, Símbolo CC-V, lotada na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.538/2017

PORTARIA N.º 11.538, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, c/c a Lei Complementar n.º 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Portaria n.º 11.514, em razão do gozo de férias, os servidores Camilla Schramm Visconti, Henrique Avila de Souza, Jeniffer da Silva Pereira Barni e Valquiria Kohler.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.537/2017

PORTARIA N.º 11.537, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, c/c a Lei Complementar n.º 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Portaria n.º 11.509, em razão do gozo de férias, os servidores Bernardo Cardeal, Bruna de Andrade, Clotilde Imianowsky, João Carlos Paza, Luiz Fantini e Rosana Hassmann Bertoldi.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.539/2017

PORTARIA N.º 11.539, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, c/c a Lei Complementar n.º 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Portaria n.º 11.516, em razão do gozo de férias, os servidores Carlos Alberto Batisti, Grasielle Maffezzolli, Maria Rosemery Censi Costa, Pedro Tiago Zimath Zanella e Sabrina Aparecida Bosco Radavelli.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.544/2017

PORTARIA N.º 11.544, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, c/c a Lei Complementar n.º 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Portaria n.º 11.515, em razão do gozo de férias, o servidor Adilson Schaefer.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.543/2017

PORTARIA nº 11.543, 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Julio Carlos de Modesti, para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jonas Oscar Paegle
Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita
Procurador Geral do Município

Ciro Marcial Roza
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.571/2017

PORTARIA nº 11.571, 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Controlador-Geral.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária n. 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aurinho Silveira de Souza para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Controlador-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de janeiro de 2017.

Jonas Oscar Paegle
Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Ciro Marcial Roza
Chefe de Gabinete do Prefeito

OFICIO Nº 003-2017 - SAMAE

AVALIAÇÃO DO ACORDO DE RESULTADOS 02/2016

PERÍODO 01/07/2016 A 30/12/2016

SEU NOME

Descrição	Atingido
Objetivo 1:	95%
• Resultado Chave 1:	90%
• Resultado Chave 2:	100%
Objetivo 2:	100%
• Resultado chave 1:	100%
• Resultado chave 2:	100%
Objetivo 3:	85%
• Resultado chave 1:	90%
• Resultado chave 2:	80%

Florianópolis, 03 de Janeiro de 2016.

Seu Nome Bruno Machado Soares

Seu Cargo Gerente de TI

OFICIO Nº 002-2017 SAMAE

Brusque, 03 de Janeiro de 2.017.

Ofício nº 002/2017

A

Caixa Econômica Federal

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque (SAMAE) informa que a partir do dia 04 de Janeiro de 2017 a conta corrente 3-4 da agência 0412 passa a ser movimentada da seguinte forma:

Responsáveis pela Movimentação da Conta Corrente:

1- Juliano Montibeller

CPF: 886.997.309-34

Cargo: Diretor Presidente

2- Leandro Bolognini

CPF: 020.371.679-54

Cargo: Diretor

3- Claudete Marques Baumgartner

CPF: 631.128.339-53

Cargo: Assistente Administrativo

4- Ernâni Bolognini

CPF: 029.109.069-90

Cargo: Contador

Formas de Movimentação da Conta Corrente:

A conta sempre deverá ser movimentada com duas assinaturas, sendo permitido apenas as seguintes formas de movimentação; Juliano Montibeller assina com Claudete Marques Baumgartner ou Ernâni Bolognini, Leandro Bolognini assina com Claudete Marques Baumgartner ou Ernâni Bolognini, Juliano Montibeller nunca assina com Leandro Bolognini e Claudete Marques Baumgartner nunca assina com Ernâni Bolognini.

Poderes dos Responsáveis na Movimentação da Conta Corrente:

Emitir cheques, Abrir contas de depósito, Autorizar cobrança, Utilizar o crédito aberto, Receber / passar recibo e dar quitação, Solicitar saldos e extratos, Requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta, retirar cheques devolvidos, Endossar cheque, Requisitar cartão eletrônico, Movimentar conta corrente, Efetuar transferências / pagamentos, Sustar / Contraordenar cheques, Cancelar cheques, Baixar cheques, Efetuar resgates / aplicações financeiras, Cadastrar / alterar e desbloquear, Efetuar saques – conta corrente, Efetuar pagamentos por meio eletrônico, Efetuar transferências por meio eletrônico, Solicitar movimentação de conta, Efetuar movimentação financeira, Consultar contas / aplicações

programadas, Liberar arquivos de pagamentos, Emitir comprovantes, Efetuar transferência p/ mesma titularidade, Efetuar transferência eletrônica p/ mesma titularidade e Encerrar contas de depósito.

Certo de sua compreensão, nos colocamos para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Juliano Montibeller

Diretor Presidente

PORTARIA N.º 11.520/2017

PORTARIA N.º 11.520, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Danielle Mariel Heil para ocupar o cargo de Diretora da Procuradoria-Geral do Município, Símbolo CC-IV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.525/2017

PORTARIA N.º 11.525, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, c/c a Lei Complementar n.º 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Portaria n.º 11.510, em razão do gozo de férias, o servidor Luis Fernando Sanni.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 87/2017 IBPREV
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 87/2017
Concede benefício de Pensão por morte a
Júlio Carlos Kuchenbecker

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 6.308/10, e com fundamento no art. 1º, §2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 202/2015, benefício de pensão por morte a JÚLIO CARLOS KUCHENBECKER, CPF 416.567.259-91, dependente do servidor aposentado falecido ERICH KUCHENBECKER, CPF 294.224.779-72, em atendimento ao processo judicial nº 0010394-15.2008.8.24.0011.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2011, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Janeiro de 2017.

Secretária de Orçamento e Gestão
Edena Beatriz Censi

PORTARIA Nº 01/2017 LEGISLATIVO
Portaria Nº 1, de 9 de janeiro de 2017.

Exonera Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, a Senhora Júnia Antonina Dias Bodenmüller, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 4.119.355, CPF nº 039.326.669-92, encerrando suas atividades funcionais em 9 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 013/2017 SAMAE
PORTARIA Nº 013/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando a necessidade de movimentação bancária por parte do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para movimentar/assinar as contas bancárias da autarquia municipal:

1- Juliano Montibeller

CPF: 886.997.309-34

Cargo: Diretor Presidente

2- Leandro Bolognini

CPF: 020.371.679-54

Cargo: Diretor

3- Claudete Marques Baumgartner

CPF: 631.128.339-53

Cargo: Assistente Administrativo

4- Ernâni Bolognini

CPF: 029.109.069-90

Cargo: Contador

Parágrafo Único. As contas bancárias da autarquia municipal serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, em 04 de Janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JULIANO MONTIBELLER
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 11.527/2017
PORTARIA nº 11.527, 03 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Joel César Schwamberger para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.542/2017

PORTARIA nº 11.542, 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Renato José Raulino, para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jonas Oscar Paegle

Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita

Procurador Geral do Município

Ciro Marcial Roza

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14/2017

PORTARIA Nº 14/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. LETICIA SEVERO ALVES, matrícula nº 802271-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 19/12/2016 e 16/06/2017.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a conta de 19/12/2016, revogando-se as

disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de janeiro de 2017.

Edena Beatriz Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2/2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 2, de 9 de janeiro de 2017.

Exonera Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, a Senhora Ana Roberta Eccel Venturelli Costa, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.447.625 e CPF nº 036.829.049-21, encerrando suas atividades funcionais em 9 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

PORTARIA Nº 3/2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 3, de 9 de janeiro de 2017.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Comunicação da Presidência do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ataildo Martinenghi, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 4208564, CPF nº 007.150.519-97, encerrando suas atividades funcionais em 9 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 4/2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 4, de 9 de janeiro de 2017.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento Jurídico e Legislativo – CC.DJJ, no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Sergio Bernardo Junior, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3.696.032 e CPF nº 981.415709-00, encerrando suas atividades funcionais em 09 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 43/2017

PORTARIA Nº 43/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,V

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ELIO WEHRMANN, matrícula nº 706469-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado médico do dia 05/01/2017 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 20/01/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2017.

Edena Beatriz Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA INTERNA Nº 001/2017

PORTARIA INTERNA Nº 001, de 09 de janeiro de 2017.

Suspende os pagamentos de conversão de licença prêmio e conversão de férias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos públicos, devendo esta ser tratada com austeridade, controle, e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

CONSIDERANDO o esforço desta administração na manutenção do equilíbrio financeiro das despesas com pessoal;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, temporariamente, o pagamento de conversão de licença prêmio e conversão de férias, a contar desta data.

Art. 2º O pagamento poderá ser liberado apenas para as questões emergenciais, com prévia autorização especial do Prefeito Municipal, desde que demonstrada a extrema necessidade.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.585

PORTARIA Nº 27.585, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXCLUIR, a pedido, da Portaria nº 27.536, de 19 de dezembro de 2016, que concede férias aos Servidores Públicos Municipais, a Servidora ROSELAINE APARECIDA ROESENER, Matrícula 3266, ocupante do cargo de Psicólogo 35hs, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.586

PORTARIA Nº 27.586, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
8628	Angela Knebel	01/09/2015 a 31/08/2016	01/02/2017 a 02/03/2017
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	01/01/2016 a 31/12/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	27/02/2014 a 26/02/2015	02/01/2017 a 11/01/2017
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	27/02/2015 a 26/02/2016	12/01/2017 a 31/01/2017
4116	Graziella Debarba	03/11/2013 a 02/11/2014	02/01/2017 a 16/01/2017
1121	João Gonçalves	02/03/2015 a 01/03/2016	02/01/2017 a 31/01/2017
3949	Luiz Carlos Ribeiro	01/01/2016 a 31/12/2016	04/01/2017 a 02/02/2017
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	01/02/2015 a 31/01/2016	02/01/2017 a 11/01/2017
1238	Marcio Henrique Ribeiro da Silva Coelho	01/01/2014 a 31/12/2014	02/01/2017 a 11/01/2017
1238	Marcio Henrique Ribeiro da Silva Coelho	01/01/2015 a 31/12/2015	12/01/2017 a 10/02/2017
567	Maria Ivanir Serafim	11/03/2015 a 10/03/2016	01/02/2017 a 02/03/2017
3262	Rosângela Cristina Malat	01/08/2015 a 31/07/2016	08/02/2017 a 09/03/2017
3266	Roselaine Aparecida Roesener	01/12/2014 a 30/11/2015	09/01/2017 a 18/01/2017
3266	Roselaine Aparecida Roesener	01/12/2015 a 30/11/2016	19/01/2017 a 28/01/2017
3270	Roselaine de Almeida Périco	22/03/2012 a 21/03/2013	03/01/2017 a 12/01/2017
3270	Roselaine de Almeida Périco	22/03/2013 a 21/03/2014	13/01/2017 a 01/02/2017
847	Tereza Dias dos Santos	13/06/2014 a 12/06/2015	06/02/2017 a 07/03/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.587

PORTARIA Nº 27.587, de 09 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal VALDIR MEDEIROS DE OLIVEIRA, Matrícula 627, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, em substituição ao Servidor Público Municipal PEDRO HENRIQUE PINO GARCIA, face sua aposentadoria, para compor Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores lotados junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, na forma que segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Membros da Comissão
14100	Acir dos Santos	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14516	Alcir Pires dos Santos	Motorista	Valdir Medeiros de Oliveira Camilo Bassegio Carlos Antônio Sotel
14125	Alexandre Zotto	Motorista	Valdir Medeiros de Oliveira Camilo Bassegio Carlos Antônio Sotel
14121	Anderson dos Santos	Operador de Máquinas	Valdir Medeiros de Oliveira Sebastião Moraes Carlos Antônio Sotel
14099	Carlos Augusto Zago Ferreira de Almeida	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14598	Diego Alves de Moura	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14102	Edson Luiz Silveira	Operador de Máquinas	Valdir Medeiros de Oliveira Sebastião Moraes Carlos Antônio Sotel

14120	Evonei Cassiano Barroso	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14055	Gardel Geisel Chinato	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14119	Gilmar Jorge Fernandes de Lara	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14097	Gilmar Martins	Motorista	Valdir Medeiros de Oliveira Camilo Bassegio Carlos Antônio Sotel
14112	Gustavo Alves da Silva	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14103	Marcelo Alves da Silva	Operador de Máquinas	Valdir Medeiros de Oliveira Sebastião Moraes Carlos Antônio Sotel
14105	Nilton Goes Júnior	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14056	Ronaldo Bohrer	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14106	Rubens Jofre Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis
14104	Rudinei Gregório	Operador de Máquinas	Valdir Medeiros de Oliveira Sebastião Moraes Carlos Antônio Sotel
14101	Sidnei dos Santos	Agente de Serviços e Obras Especiais	Valdir Medeiros de Oliveira Gustavo Alves Weber Júlio Cezar de Assis

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.592

PORTARIA Nº 27.592, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO do Gabinete do Prefeito, as Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome do servidor, cargo e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Data da disposição
1507	Ivone Ruppel Mello	Secretário Escolar	01/01/2017
10540	Franciele Perego	Secretário Escolar	01/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.595

PORTARIA Nº 27.595, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Servidor Público Municipal RODRIGO ALVES DE MORAIS do cargo em comissão de Secretário Adjunto para assuntos da Fazenda, referência CC-2, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 27.583, de 06 de janeiro de 2017, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.596

PORTARIA Nº 27.596, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Servidor Público Municipal ALEXANDRE SCHERMACH do cargo em comissão de Assessor de Controle Interno, referência CC-2, vinculado ao Gabinete do Prefeito, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 27.582, de 06 de janeiro de 2017, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.597

PORTARIA Nº 27.597, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 205, de 23/02/2011, que dispõe sobre a Estrutura e Regulamentação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, e dá outras providências

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR ALEXANDRE SCHERMACH, para ocupar o cargo de

Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, pertencente ao Grupo Ocupacional em Comissão, referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.598

PORTARIA Nº 27.598, de 10 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR RODRIGO ALVES DE MORAIS, para ocupar o cargo de Assessor de Comunicação Social, pertencente ao Grupo Ocupacional em Comissão, referência CC-2, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

PR 02/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE E INFRAESTRUTURA DE TI PARA PLATAFORMAS LINUX, VMWARE, MICROSOFT CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS VINCULADAS AO PAÇO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 10 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO 8

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

PMC

Termo de Colaboração nº 008/2017

Instituição: Grupo de Idosos Lúmen Novo

Data: 09/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados o Grupo de Idosos Lúmen Novo, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

Ramon Marcides Jacob

Secretário Municipal de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017 são registrados os preços para o eventual fornecimento de gasolina comum, álcool/etanol, óleo diesel S500, óleo 2T, óleo motor e filtro, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Auto Posto JK Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 107/2016, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

PREÇOS REGISTRADOS:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO
01	60.000	LITRO	Gasolina comum	3,56
02	5.000	LITRO	Óleo diesel S500	2,84
03	6.000	Litro	Óleo diesel S10	3,08
04	110	FRASCO	Óleo 2 T 1:50. Frasco com 500 ml.	20,00
05	100	LITRO	ADITIVO ARLA 32	2,50

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

AUTO POSTO JK LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 10.233 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.233 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XIII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Inciso XVI do Artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001;

DECRETA:

Art.1º) Nomear MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, Matrícula Funcional nº 335; PATRICK ONGHERO, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000609; IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000707, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo III, para sob a Presidência da primeira e Secretaria do segundo, comporem a Comissão Permanente de Licitações do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., com mandato para o exercício de 2017, com Assessoria Jurídica do Assessor Jurídico do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Nomeia: ANA FLÁVIA MARCINIAC, Matrícula Funcional nº 000777, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II; JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Executivo do IPRECAL; LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093; ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, membros Suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida no Caput deste Artigo.

Art.2º) São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.522 de 07 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.234 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.234 DE 11 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear VÂNIA DE FÁTIMA CÂNDIDO SCHAFASCHECK, Matrícula Funcional nº 000888, Registro no Sistema sob nº 955647, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 840,53 (oitocentos e quarenta reais, cinquenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. VÂNIA DE FÁTIMA CÂNDIDO SCHAFASCHECK, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2016, homologado pelo Decreto nº 9.861 em data de 01 de julho de 2016.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017

Objeto: aquisição de 38.248 (trinta e oito mil duzentos e quarenta e oito) litros de gasolina comum, 6.000 (seis mil) litros de óleo diesel S10, 5.000 (cinco mil) litros de óleo diesel S500, 110 (cento e dez) frascos de 500 (quinhentos) ml de óleo 2 (dois) tempos e 100 (cem) litros de aditivo ARLA 32, para abastecimento de veículos da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, Gabinete do Prefeito, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental do Município de Campo Alegre – SC), descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 107/2016.

Dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

Do valor total: R\$ 171.292,88 (Cento e setenta e um mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos).

Contratada: AUTO POSTO JK LTDA. CNPJ 76.856.822/0001-30
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.944 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.944 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 13.780 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 13.780 de 08 de dezembro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.945 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.945 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

INTERROMPER AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias do Servidor Público Municipal, CLAUDIO CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, a partir de 11 de janeiro de 2017.

Parágrafo único: A interrupção de que trata o Caput deste Artigo em atenção ao Ofício nº 001/2017 do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, devidamente protocolado no Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 7639 de 10 de janeiro de 2017.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/01/2017.

JEFFERSON TRADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.946 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.946 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, LUIZ SILDONIR CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000041, Registro no Sistema sob nº 393000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se ao período aquisitivo 01 de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016.

Art.3º) O Servidor gozará as férias no período de 11 de janeiro de 2017 a 09 de fevereiro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 09 de janeiro de 2017 sob nº 7631.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/01/2017.

JEFFERSON TRADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO CRED 01/2017 EXAMES LABORATORIAIS-SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 05/2017
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27/01/2017 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura CREDENCIAMENTO, tendo como objeto CREDENCIAMENTO DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANALISES CLINICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME TABELA SUS, DURANTE O ANO DE 2017. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2.017.
Sandra Maria Rosar Bresola
Secretaria Municipal de Saúde

AVISO DISPENSA DL 01/2017 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 02/2017
Dispensa nº 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10/01/2017 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, COM ÁREA DE 128,00 M2, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, Nº 1026, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SANTO ANTONIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 10 de janeiro de 2.017.

Sandra Maria Rosar Bresola
Secretaria Municipal de Saúde

AVISO DISPENSA DL 02/2017 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 03/2017
Dispensa nº 02/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10/01/2017 às 14:20 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRICULA Nº 39.038 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DESTA, SITUADA NA RUA CORONEL LUCIDORO Nº 439, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO

CAPS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 10 de janeiro de 2.017.

Sandra Maria Rosar Bresola
Secretaria Municipal de Saúde

AVISO DISPENSA DL 03/2017 - SAUDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRICULA Nº 9.499 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL.

PORTARIA Nº 29/17

PORTARIA Nº 29/17 de 06/01/17
NOMEIA A SERVIDORA PRISCILA PAULA BUENO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora PRISCILA PAULA BUENO, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30/17

PORTARIA Nº 30/17 de 06/01/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FATIMA LOPES DOS SANTOS SCALSAVARA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FATIMA LOPES DOS SANTOS SCALSAVARA para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31/17

PORTARIA Nº 31/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA GUZZI DE COSTA DALL OGLIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário BRUNA GUZZI DE COSTA DALL OGLIO para exercer o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 32/17

PORTARIA Nº 32/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIEL CALAI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DANIEL CALAI para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 33/17

PORTARIA Nº 33/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA BELLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DANIELA BELLI para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 34/17

PORTARIA Nº 34/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCISCO JOSE CALIXTO DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FRANCISCO JOSE CALIXTO DOS SANTOS para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 35/17

PORTARIA Nº 35/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSE NERI FOGAÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOSE NERI FOGAÇA para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 36/17

PORTARIA Nº 36/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PAULA CRISTINA RUCKS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário PAULA CRISTINA RUCKS para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 37/17

PORTARIA Nº 37/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JURANDIR ANTONIO GRIZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JURANDIR ANTONIO GRIZ para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 38/17

PORTARIA Nº 38/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ODAIR FRANCISCO PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ODAIR FRANCISCO PADILHA para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 39/17

PORTARIA Nº 39/17 de 06/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VERA LUCIA GONÇALVES WALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VERA LUCIA GONÇALVES WALTER para exercer o cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 40/17

PORTARIA Nº 40/17 de 06/01/17

NOMEIA A SERVIDORA EVANILDA CORREA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora EVANILDA CORREA, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 41/17

PORTARIA Nº 41/17 de 06/01/17

NOMEIA A SERVIDORA ELIANE APARECIDA MARIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELIANE APARECIDA MARIN, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 42/17

PORTARIA Nº 42/17 de 06/01/17

NOMEIA A SERVIDORA SOLANGE APARECIDA SOUZA ANDRADE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE ENSINO INFANTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SOLANGE APARECIDA SOUZA ANDRADE, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE ENSINO INFANTIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 44/17

PORTARIA Nº 44/17 de 09/01/17

NOMEIA A SERVIDORA ANDRIELI LUANA MASSAROLO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ANALISTA AMBIENTAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ANDRIELI LUANA MASSAROLO, para o cargo em comissão de ANALISTA AMBIENTAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 45/17

PORTARIA Nº 45/17 de 09/01/17

NOMEIA O SERVIDOR MARCOS SURDI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor MARCOS SURDI, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 46/17

PORTARIA Nº 46/17 de 09/01/17

NOMEIA O SERVIDOR EDYSON ANTUNES PEREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor EDYSON ANTUNES PEREIRA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 47/17

PORTARIA Nº 47/17 de 09/01/17

NOMEIA O SERVIDOR FERNANDO JUNIOR CORREA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE OUVIDOR GERAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor FERNANDO JUNIOR CORREA, para o cargo em comissão de OUVIDOR GERAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 48/17

PORTARIA Nº 48/17 de 09/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA para exercer o cargo de ENFERMEIRA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 49/17

PORTARIA Nº 49/17 de 09/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE MAYRA PEREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALINE MAYRA PEREIRA para exercer o cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 50/17

PORTARIA Nº 50/17 de 09/01/17

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica,

e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor FERNANDO JUNIOR CORREA, portador da CNH nº 00922393103, categoria AE, ocupante do cargo de OUVIDOR GERAL, do quadro de cargos comissionados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 51/17

PORTARIA Nº 51/17 de 09/01/17

NOMEIA O SERVIDOR CANISIO ISIDORO WINKELMANN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ADMINISTRADOR DO HOSPITAL DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o servidor CANISIO ISIDORO WINKELMANN, para o cargo em comissão de ADMINISTRADOR DO HOSPITAL DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de janeiro de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT012017**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO- 01/2017
PREGÃO Presencial 43/2016

DATA DE ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2017

OBJETO:Aquisição de aproximadamente 20.000 de gasolina comum e 12.000 óleo diesel e 18.000 litros de óleo S10.

CONTRATADA: Auto Posto Falcão Ltda

VALOR total contratado R\$ 171.760,00 (Cento e setenta e um mil setecentos e sessenta reais), sendo:

R\$ 3,77 (três reais e setenta e sete e centavos) o litro da gasolina comum

R\$ 3,14 (três reais e quatorze centavos) o litro do óleo diesel comum e R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) o litro do diesel S 10;

PRAZO: 02.01 A 31.12.2017

Campos Novos – SC., 02 de Janeiro de 2017.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

CADASTRO FORNECEDORES 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

CONVOCA FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTOS E

RECADASTRAMENTO EM 2017

De acordo com o previsto no parágrafo 1º do art. 34 da Lei 8666/93, com suas alterações posteriores, o Município de Canelinha (SC), comunica que está recebendo inscrições de novos Fornecedores e Atualização dos já existentes, no Cadastro de Fornecedores do Município de Canelinha, para efeito de habilitação em licitações e contratos.

Os interessados deverão atender ao disposto no artigo 27 e 35, da supracitada Lei, fornecendo habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

As inscrições permanecem abertas. Maiores informações www.canelinha.sc.gov.br e no Departamento de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha, ou pelo fone (48) 3264-4000.

Canelinha – SC 03 de Janeiro de 2017.

MOACIR MONTIBELER – PREFEITO DO MUNICÍPIO

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 004/2017

EDITAL Nº 004, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre o Lançamento e Inscrição de Débitos Complementares do Imposto sobre a Transmissão "Intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) anos 2012 e 2013.

O Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 134/2009, e em atendimento às exigências advindas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, após constatadas irregularidades no lançamento do imposto supracitado, informa que o Setor Tributário do município de Capinzal efetuou o Lançamento e posterior inscrição em dívida ativa, dos valores apurados nos lançamentos dos anos de 2012 e 2013, e NOTIFICA os seguintes contribuintes:

DEISY FLAMIA	ROBSON RODRIGO FERRARI
OILSON SOLANO HOSTERT	EZIO PILATTI CONZLER
JAQUELINE ISGANZELA	KAMILA BARETA AZEVEDO
DAIANE PACHECO DOS SANTOS	CINTHIA OLIVÉRIO DA COSTA
KELI POLO	ROCYANA BRANDÃO
RONEI KRAY	SAIONARA CRISTINA MASSON
CLAUDEMIR FORTES PRESCHESNHUK	GRASIANE MATIELO
MARLENE ANTONIA SCHMIDT	VANDERLEI LOPES RODRIGUES
JUCENEY FRANCISCO STOPASSOLA	LOSIVALDO ANTONIO MACHADO
FABIANA LAURA ZARPELON	ISRAEL BONIEK GONÇALVES
PAULA MANOELA CONTE	MARCIO PEDRO MARTINAZZO
JESSICA APARECIDA TEIXEIRA	JANDERSON LUIS KLEIN
VALNEI ANDREIS	EVERTON TONIAL
MONAISE A DE FATIMA AMALCABURIO	LEANDRO LUIS ENGELMANN
NADIA MARIA SUZIN	JESSICA GOTARDO GUILHERME DAMBROS
TRACY MARY BETINARDI	ANA PAULA APPEL
GERALDO DA SILVA	JOÃO AUGUSTO BOARETTO

Capinzal, em 10 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/01/2017

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/01/2017

Processo Licitatório Nº CAO/0014/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para execução da escavação, carga e descarga de solo, demolição e retirada de estruturas em alvenaria (casa de bombas e reservatório), com volume previsto de 530,37 m³, correspondente, uma área de escavação retangular de 150 m² e 2,7 metros de profundidade média, com o objetivo de preparar o terreno para execução do reservatório R-09. (Com fornecimento de ART de execução).

TIPO: Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 24 de janeiro de 2017.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 11 de janeiro de 2017.

Francieli da Rosa
Pregoeira

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0003/2017 AVISO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0003/2017

Objeto: Este procedimento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTE NA TABELA SIA/SUS PATOLOGIA CLINICA, PARA ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos no Anexo III do Edital.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 10 de janeiro de 2017 no endereço <<http://www.catanduvás.sc.gov.br/>> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Prazo limite para Credenciamento: até dia 14 de fevereiro de 2017.

Informações: maiores informações, bem como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: <www.catanduvás.sc.gov.br> e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 10 de janeiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2017 - PREGÃO Nº 0006/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 26 de janeiro de 2017.

Dotação Orçamentária :

2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 10 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 10 de janeiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2017 - PREGÃO Nº 0007/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2017

Objeto: Aquisição de tubos, blocos, meio fio, grade de bueiro, pedrisco, pó de pedra, brita, pedra graduada, pedras em paralelepípedo regulares e mão de obra para assentamento de pedras regulares e reforma de calçamento visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 27 de janeiro de 2017.

Dotação Orçamentária :

2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
1.037.4490.00 - 100 - 52/2017 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 11 de janeiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.083 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 PORTARIA P/7083/17 de 02.01.2017.

“Exonera a pedido,
MARISA APARECIDA DRUN”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvás, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02 RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), MARISA APARECIDA DRUN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvás, 02 de janeiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6786/16.

PORTARIA Nº 7.084 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA P/7084/17, de 02.01.2017

“Nomeia para Cargo em Comissão,
NOEVO JOSE OSMARINI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, NOEVO JOSE OSMARINI, para as funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, quando o nominado Servidor passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 02 de janeiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/3689/04.

PORTARIA Nº 7.085 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA P/7085/17, de 02.01.2017

“Nomeia para Cargo em Comissão,
ALMIR JOSE VICENTINE”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, ALMIR JOSE VICENTINE, para as funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, quando o nominado Servidor passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 02 de janeiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/3701/04.

PORTARIA Nº 7.086 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA P/7086/17, de 02.01.2017

“Nomeia para Cargo em Comissão,
LUCIMARI SPADER”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIMARI SPADER, para as funções do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Administração e Finanças, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 02 de janeiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/4558/08.

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL - 2º SEMESTRE/2016**

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	800.419,19	0,00
Pessoal Ativo	800.419,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	800.419,19	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.516.360,96	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	800.419,19	2,71
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.770.981,66	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.682.432,57	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.593.883,49	5,40

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	430.000,00	583.815,22	630.000,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	430.000,00	583.815,22	630.000,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-430.000,00	-583.815,22	-630.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	6.201,99	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.184,37	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Catanduvás, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)								
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
SF - Recursos Ordinários	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	29.516.360,96	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	800.419,19	2,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.770.981,66	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.682.432,57	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-630.000,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.493.599,41	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.722.617,75	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.066.145,27	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	630.000,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE/2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	800.419,19	0,00
Pessoal Ativo	800.419,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	800.419,19	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	29.516.360,96	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	800.419,19	2,71
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.770.981,66	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.682.432,57	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.593.883,49	5,40

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	430.000,00	545.025,00	658.341,36	630.000,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	430.000,00	545.025,00	658.341,36	630.000,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-430.000,00	-545.025,00	-658.341,36	-630.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	17.960,07	19.158,85	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	8.103,42	4.063,77	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Catanduvás, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
SF - Recursos Ordinários	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE/2016

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	970.392,24	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESpesas	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.291.000,00	1.291.000,00		970.392,24	320.607,76	216.390,34	970.392,24	320.607,76	970.392,24	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.043.000,00	1.043.000,00	214.130,08	965.080,64	77.919,36	216.390,34	965.080,64	77.919,36	965.080,64	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	747.000,00	805.000,00	192.124,83	800.419,19	4.580,81	192.124,83	800.419,19	4.580,81	800.419,19	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	296.000,00	238.000,00	22.005,25	164.661,45	73.338,55	24.265,51	164.661,45	73.338,55	164.661,45	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	248.000,00	248.000,00	0,00	5.311,60	242.688,40	0,00	5.311,60	242.688,40	5.311,60	0,00
INVESTIMENTOS	248.000,00	248.000,00	0,00	5.311,60	242.688,40	0,00	5.311,60	242.688,40	5.311,60	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC
CÂMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	320.607,76	216.390,34	970.392,24	320.607,76	970.392,24	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	320.607,76	216.390,34	970.392,24	320.607,76	970.392,24	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	—	216.390,34	970.392,24	—	970.392,24	0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			970.392,24	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			1.291.000,00	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			1.291.000,00	
Despesas Empenhadas			970.392,24	
Despesas Liquidadas			970.392,24	
Despesas pagas			970.392,24	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			970.392,24	
Liquidadas			970.392,24	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-200.000,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-970.392,24	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			5.311,60	242.688,40
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-b)	%		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	(d/Total d)					
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	100,00	216.390,34	970.392,24	100,00	320.607,76			320.607,76	0,00
Legislativa	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	100,00	216.390,34	970.392,24	100,00	320.607,76			320.607,76	0,00
Ação Legislativa	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	100,00	216.390,34	970.392,24	100,00	320.607,76			320.607,76	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.291.000,00	1.291.000,00	214.130,08	970.392,24	100,00	216.390,34	970.392,24	100,00	320.607,76			320.607,76	0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro Ordenador da Despesa	Simone Vieira dos Santos de Martini Contadora CRC 022.439/O-0
--	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	430.000,00	711.137,95	630.000,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	430.000,00	711.137,95	630.000,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-430.000,00	-711.137,95	-630.000,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-430.000,00	-711.137,95	-630.000,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	81.137,95	-200.000,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)				0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Tributária				0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.				0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.				0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.				0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuição				0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições				0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial Líquida				0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial				0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras				0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A.				0,00	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.				0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa				0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)				0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)				0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016
						Em 2015	
DESPESAS CORRENTES (VIII)		1.043.000,00	965.080,64	907.644,19	965.080,64	907.644,19	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		805.000,00	800.419,19	713.077,76	800.419,19	713.077,76	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		238.000,00	164.661,45	194.566,43	164.661,45	194.566,43	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		1.043.000,00	965.080,64	907.644,19	965.080,64	907.644,19	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)		248.000,00	5.311,60	3.755,60	5.311,60	3.755,60	0,00
Investimentos		248.000,00	5.311,60	3.755,60	5.311,60	3.755,60	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	248.000,00	5.311,60	3.755,60	5.311,60	3.755,60	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	248.000,00	5.311,60	3.755,60	5.311,60	3.755,60	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.291.000,00	970.392,24	911.399,79	970.392,24	911.399,79	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.291.000,00	-970.392,24	-911.399,79	-970.392,24	-911.399,79	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Montalissa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ORGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Marini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL	248.000,00	5.311,60	5.311,60	0,00	242.688,40
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	248.000,00	5.311,60	5.311,60	0,00	242.688,40
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-248.000,00	-5.311,60	-	-	-242.688,40

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 10/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 035/2017

DECRETO Nº 035 de 10 de janeiro de 2017.

“Revoga o pagamento de funções gratificadas servidores que especifica e dá outras providências”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c o disposto no artigo 16, IV, da Lei Complementar Municipal nº 002/2011, que instituiu o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, e:

Considerando a necessidade da tomada de medidas internas e externas de diminuição de despesas de manutenção de todos os serviços municipais, bem como, da folha de pessoal, conforme alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, processos nº ADM 16/80172708; ADM 16/80089398 e ADM 16/80228002;

Considerando o princípio da conveniência administrativa, da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º. Revogam-se integralmente os Adicionais de Função Gratificada dos seguintes servidores:

NOME
MARIA LÚCIA SOUZA LEITE GHELLER
NILMAR BONAFÉ
CLAITON PACASSA
IVAN DOMINGO MUCELINI
SIUMARA GIACOMELLI MUCELINI
JUNIOR SOARES LEAL
NAIRA TEREZINHA GRABOSKI CHIARELLO
NELIDES EVA FILIPPIN
LEANDRA ROHR
LENDRA ROHR

Art. 2º. Determino ao Setor de Pessoal a juntada de cópia deste Decreto na Pasta Funcional de cada servidor alcançado pela medida, e promova os ajustes nas respectivas folhas de pagamento.

Art. 3º. Os descontos e reduções dispostas neste Decreto ocorrerão a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 10 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

DL 001/2017 FMS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 FMS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC, de conformidade com a lei 8.666/93

e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC no valor total de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais).

Caxambu do Sul - SC, em 10 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

DL 004/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SENDO: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC; GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL; GESTÃO TRIBUTÁRIA - REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO - REGIN, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA no valor total de R\$ 7.770,00 (sete mil setecentos e setenta reais).

Caxambu do Sul - SC, em 10 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

DL 005/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL NO CONSÓRCIO CIDEMA, SENDO OS PROGRAMAS: PROSUASA, PROAGUA, PROMERCADO E PROPOÇOS, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA no valor total de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

Caxambu do Sul - SC, em 10 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

DL 006/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC no valor total de R\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais).

Caxambu do Sul - SC, em 10 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

016.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 016/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 09.01.2017 à 07.02.2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n°. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Adenizia Cleonice Farias Schneider	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adelcio da Silva	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
AdenilsonAntonio	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adriana Machado Correia	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Cleber Meurer	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Eva Aparecida k. Abreu	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Elisangela Sebold Maciel	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Gerusa Anacleto	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
IsoleteSebold Pereira	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
João Clemente	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Josiani Machado de Pinho	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Juliana Maria Longen	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes..
Julie Mara de Oliveira	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Liliane Scheidt Jasper	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Luzia PretiPalhano	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Maicon de Souza	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Marcia Schwambach Schmidt	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
MeireleinGrach Machado	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Neide Sebold da Silva	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Nerci Ramos	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Pedro Lopes	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rosemari Raymundo	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rosildo Jose Pereira	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rosimar Sebold	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Samir Pereira da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Sergio Schneider	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Simone Cordeiro dos Santos	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Solange S. Marquez	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Vera Lucia GraciDemetrio	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Valdirene MohrMarquez	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Zuleide Diel Schneider	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

018.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 018/2017

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor da servidora pública CharlianeMichels, conforme Portaria nº 347/20164, relativas ao período 2015/2016;

CONSIDERANDO a convocação de 01 (um) dia, através da Portaria nº 355/2017.

CONSIDERANDO que a Portaria nº 363/2016 que suspendeu o gozo de férias da servidora, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que a servidora tem direito a gozar 10 (dez) dias de férias, referente ao período remanescente.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a Servidora Pública CHARLIANE MICHELS - Matrícula nº 2142/08, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, a gozar férias no período de 09/01/2017 a 18/01/2017, num total de 10 (dez) dias, relativos ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 347/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09.01.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2017.

MARLI GORETI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO nº 1/2017

Nº. do Contrato Administrativo e de rateio: 01/2017.

Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI

Objeto: 1.1. Constitui objeto do presente contrato:

1.1.1. A disponibilização, ao MUNICÍPIO, de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares mediante a aquisição, pelo CIS-AMAVI, de referidos bens e serviços, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

1.1.2. Apoio e fomento ao intercâmbio de experiências e informações entre os Municípios Consorciados.

1.1.3. A representação dos Municípios Consorciados nos assuntos atinentes às finalidades do CIS-AMAVI perante quaisquer autoridades ou instituições.

1.1.4. O rateio das despesas administrativas e de manutenção do CIS-AMAVI para execução do objeto deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

JOÃO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA

Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 01/2017 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 01/2017.

Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Processo Licitatório nº 84/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VHS LTDA EPP

Valor: R\$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Combustível (Gasolina Comum), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusive serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	20.000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 02/2017 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 02/2017.

Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Processo Licitatório nº 84/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VHS LTDA EPP

Valor: R\$ 53.100,00 (cinquenta e três mil e cem reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Combustível (Gasolina Comum), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusive serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados nos órgãos que integram a estrutura do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	15.000

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

JOÃO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA

Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 02/2017 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 02/2017.

Vigência: 02/01/2017 à 31/12/2017

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EMPRESA INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

Valor: – O valor total do presente contrato é de R\$ 4.127,52 (quatro mil cento e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 343,96 (trezentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos), sendo R\$ 292,06 pelo item 1.1, R\$ 51,90 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 107,00 (cento e sete reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,07 (um real e sete centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas

Objeto: 1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico,

Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 014/2017

“NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 e o disposto no inciso II, art. 7º do Anexo I, do Decreto 035/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Fernando Rengel, como Pregoeiro da Modalidade de Licitação denominada Pregão, para o exercício de 2017, tendo como substituto o Senhor André Sebold.

Art. 2º Nomear a Equipe de Apoio ao Pregão, que será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS TITULARES:

I – André Sebold;

II – Rosicleide Sipriani Pereira; e

III – Angela da Silva Paul.

MEMBROS SUPLENTE:

I - Elaine da Silveira;

II –Neusa Francisco Luckmann; e

III –Meirelein Grach Machado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 015/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 015/2017

“CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso

II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado-SC, e em conformidade com o preceituado no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e do Fundo Municipal da Saúde, para atuar durante o exercício de 2017, composta pelos seguintes membros:

MEMBROS TITULARES:

I – ANDRÉ SEBOLD;

II – ELAINE DA SILVEIRA; e

III – JONH LUCAS DA SILVA DE OLIVEIRA.

MEMBROS SUPLENTE:

I – JAISON INÁCIO;

II – NEUSA FRANCISCO LUCKMANN; e

III - CRISTIANE SOTELI BETTOLY.

Art. 2º A Comissão será presidida pelo Senhor André Sebold e Secretariada pela Senhora Elaine da Silveira.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação citada no art. 1º, reunir-se-á, sempre que necessário, com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros.

Art. 3º São atribuições da Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, dentre outras previstas em leis ou regulamentos, a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, o processamento e julgamento das propostas dos licitantes.

Parágrafo único. No caso de concurso, o julgamento será feito por uma Comissão Especial a ser constituída por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela referida Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

Art. 7º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 8º O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão Permanente de Licitação realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 9º Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de MEMBROS DA COMISSÃO, concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 10. Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

ATO 008/SEC/EDU/002/2016

ATO 008/SEC/EDU/002/2016

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS
CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO PRELIMINAR
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito Municipal de CHAPECÓ/SC, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público O Julgamento dos Recursos contra questões de prova, conforme segue:

RECURSOS QUESTOES CADERNO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS (Comum a todos os Cargos-Nível Superior)

QUESTÃO 05- LINGUA PORTUGUESA (SUPERIOR)

Candidato: 472124

ALEGAÇÃO: O candidato alega que Na prova de conhecimentos básicos a questão 5 de Português está mal elaborada, quando fala em operador semântico. Solicita a anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO. O recorrente não apresentou fundamentação de forma a corroborar com sua alegação de que a utilização do termo "operador semântico" para os exemplos relacionados à questão 05 serem segundo ele equivocados. Na verdade, tal termo está alicerçado na obra do semanticista Rodolfo Ilari (Introdução à semântica: brincando com a gramática), como também os exemplos.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 06- LINGUA PORTUGUESA (SUPERIOR)

Candidato: 472124

ALEGAÇÃO: O candidato alega que Na prova de Conhecimentos Básicos a questão 6 de Português está mal elaborada, pois "\" Absolutamente\" segundo a gramática normativa é um advérbio e pode ser de negação, de afirmação e de modo, sendo assim, 3 alternativas estariam corretas.

Solicita a anulação da questão.

Candidato: 509894

ALEGAÇÃO: O candidato alega que A questão nº 6 esta mal elaborada no inicio da pergunta. ("Sobre a pergunta se se considerava um grande educador, Maurício respondeu: – Absolutamente, falta-me experiência."). que este fato o deixou em duvida na hora de responder a questão, a pergunta deveria ser melhor elaborada com uma coerência na elaboração da pergunta.

Essa questão deve ser anulada e somada o ponto a todos que fizeram a prova.

Decisão: INDEFERIDO. Está exposto na questão, que se deve observar o contexto das frases. Assim, "absolutamente", em tal contexto, somente pode ser advérbio de negação.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 08 LINGUA PORTUGUESA (SUPERIOR)

Candidato: 510117

ALEGAÇÃO: Candidato alega dúvida como pode uma questão ter cinco alternativas e nas respostas só ter quatro alternativas de escolha? Na questão oito de português tem cinco alternativas mas nas respostas não consta a alternativa dois como opção de escolha.

Solicita Anulação da questão

Decisão: INDEFERIDO Pode-se até defender a tese de que houve equívoco em não se colocar a afirmativa II nas alternativas, todavia, tal ocorrência, em nada afeta a interpretação do candidato para assinalar a resposta correta que é a Letra C (alternativas I e IV).

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 11- MATEMÁTICA (SUPERIOR)

Candidato: 471522

Lizandra Gava Machado

1ª a 5ª Série e EJA

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que o assunto abordado na questão, não está incluso no conteúdo programático.

Decisão: DEFERIDO: Em análise ao recurso, verificamos que o recurso é procedente, sendo que o assunto "Progressão Aritmética" não está incluso no conteúdo programático do Edital.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 13- MATEMÁTICA (SUPERIOR)

Candidatos: 487683, 476085

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que o assunto abordado na questão, não está incluso no conteúdo programático.

INDEFERIDO: Em análise aos recursos, verificamos que os recursos não procedem, pois a questão se refere a unidade de medida, sendo cm^3 uma unidade de medida utilizada para "Volume".

Portanto a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático e desta forma, mantemos questão.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 15- MATEMÁTICA (SUPERIOR)

Candidatos: 487683, 510117

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão não possui alternativa correta.

DEFERIDO: Em análise aos recursos, verificamos que os recursos são procedentes, sendo que a resposta correta seria 28 pessoas adultas.

Desta forma a questão não possui alternativa (a ser assinalada) com o valor correto e, portanto, a Banca decide por sua anulação.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 17- MATEMÁTICA (SUPERIOR)

Candidatos : 469946, 471522, 471510, 474319, 475882, 478553, 478565, 481932, 496914, 472124, 474145, 509862, 510426, 510443, 510744 e 510798

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que o assunto abordado na questão, não está incluso no conteúdo programático do Edital.

INDEFERIDO: Em análise aos recursos, verificamos que os recursos não procedem, pois as funções também estão incluídas no conteúdo programático de representação geométrica, onde as funções irão representar alguma forma se colocados os pontos em um gráfico.

Desta forma, o assunto abordado na questão está dentro do conteúdo programático, assim, mantemos a questão.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 20- MATEMÁTICA (SUPERIOR)

Candidato: 475868, 510066, 471510, 475882, 496914, 471319, 474200, 474930, 487683, 509862, 510373, 510443 e 510715

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão não possui alternativa correta.

Decisão: DEFERIDO: Em análise aos recursos, verificamos que os recursos são procedentes, sendo que a resposta correta seria 6.825 sacas.

Desta forma a questão não possui alternativa (a ser assinalada) com o valor correto e, portanto, a Banca decide por sua anulação.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 23- CONHECIMENTOS GERAIS (SUPERIOR)

Candidato: 476183 Junior Sichelero ,481932 Cyntia Adrienne Sotier

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam que, a alternativa dada como correta, publicada em gabarito preliminar, não corresponde, única e, exclusivamente, à questão correta. No entanto, o enunciado indica que há apenas uma alternativa correta. Entende-se que, há duas questões que dão conta das prerrogativas do enunciado, conforme fundamentação feita no item II deste recurso.

A questão pede para que seja assinalada a "alternativa que explica o cheque pré-datado". A alternativa correta, publicada no gabarito preliminar, é a C, cuja redação diz: "Ordem de pagamento à vista, válida para o dia de sua apresentação ao banco, mesmo que nele esteja indicada uma data futura". No entanto, os cheques pré-datados são também, conforme alternativa A, "Operações de crédito vinculadas a contas-correntes mediante a utilização de limite de crédito pré-estabelecido sem necessidade de comunicação prévia à instituição financeira". Aliás, tecnicamente, esta alternativa é ainda mais completa no que diz respeito a pergunta do enunciado, pois a emissão de um cheque pré-datado pressupõe a existência de um limite de crédito. O banco nem libera cheques para aqueles que não tenham um limite de crédito estabelecido de antemão. Um cheque sempre está vinculado a uma conta corrente e sua emissão, seja pré-datada, ou não, dispensa comunicação prévia ao banco pelo fato de que isto caracteriza uma operação de crédito legalmente autorizada.

Solicitam a Anulação de questão.

Decisão: INDEFERIDO. Não há razão, aos requerentes, visto que a alternativa A, "Operações de crédito vinculadas a contas correntes mediante a utilização de limite de crédito pré-estabelecido sem necessidade de comunicação prévia à instituição financeira", se refere ao cheque especial, que pode ser considerado uma operação de crédito, mas no entanto inclui as operações de adiantamento a depositantes e de conta garantida destinada ao segmento de pessoas físicas.

Já o cheque é uma ordem de pagamento à vista, válida para o dia de sua apresentação ao banco, mesmo que nele esteja indicada uma data futura. Se houver fundos, o cheque pré-datado é pago; se não houver, é devolvido pelo motivo 11 ou 12. Do ponto de vista da operação comercial, divergências devem ser tratadas na esfera judicial.

Já o cheque pré-datado (questão C) é uma ordem de pagamento à vista, válida para o dia de sua apresentação ao banco, mesmo que nele esteja indicada uma data futura. Se houver fundos, o cheque pré-datado é pago; se não houver, é devolvido pelo motivo 11 ou 12.

<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/GLOSSARIO/>

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 26- CONHECIMENTOS GERAIS

Candidatos: 476183 Junior Sichelero, 496914 Lilian Antunes

Educação Física

ALEGAÇÃO: Candidato interpõe recurso devido a falta de objetividade na elaboração da questão. O texto da redação não situa as bacias a partir dos pontos cardeais. Por isto, a questão perde a objetividade quando se coloca no plano da suposição. Solicita a anulação da questão. Candidato alega ainda que a resposta está errada, pois O rio Feliciano não faz parte dos afluentes do Rio Chapecó.

Decisão: INDEFERIDO. Não há razão, para os requerentes, visto que só há uma alternativa correta. A questão foi elaborada com base no entendimento universal de conceitos de margem direita e esquerda dos rios. As margens de um rio são classificadas em margem direita e margem esquerda de acordo com o lado que se encontram, para quem se desloca no sentido da corrente (nascente para a foz).

As duas principais bacias hidrográficas que compõem a Região Hidrográfica do Meio Oeste são do rio Chapecó e do rio Irani. A área total desta região hidrográfica é de 11.289km².

A bacia do rio Chapecó apresenta 8.300 km² de área e recebe as águas dos rios Chapecozinho e Feliciano pelas margens esquerda e direita, respectivamente. A bacia do rio Irani, cuja área é de 1.595 km², tem o rio Xanxerê à margem direita como um dos principais contribuintes. REFERÊNCIAS: Atlas geográfico de Santa Catarina - Diversidade da natureza - fascículo 2 - 2014. Governo do Estado - Udesc. Página 129. QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 27- CONHECIMENTOS GERAIS (NÍVEL MÉDIO)

Candidato: 472608 Professor com 2º Grau AC Música

ALEGAÇÃO: Candidato requer seja anulada a questão "27". O principal fator que leva o candidato a interpor recurso desta questão, se da pelo simples fato da existência de outra alternativa contendo a resposta correta para a questão. O gabarito aponta como resposta correta a alternativa "D" - "Plano Collor", contudo a alternativa "B" aponta - "Plano Real", sendo esta a resposta correta.

Decisão: INDEFERIDO. Ao requerente não assiste razão, visto que só há uma alternativa correta. Anunciado no dia 16 de março de 1990, um dia após a posse do presidente Fernando Collor, o plano foi um conjunto de reformas econômicas que visavam controlar a inflação crescente nos anos anteriores. Oficialmente, o nome do plano era Brasil Novo, mas ficou conhecido popularmente como Plano Collor.

REFERÊNCIAS: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175811>

<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/plano-collor-confiscou-poupanca-brasil-mergulhou-na-hiperinflacao-15610534>

<http://virgula.uol.com.br/home/legado/conheca-os-planos-economicos-do-brasil/>

QUESTÃO MANTIDA

Questão 29 – CONHECIMENTOS GERAIS

Candidato: 488349 Bruna Lais Turra

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que as alternativas B e C também estariam corretas, pois ferem o Princípio Constitucional da Igualdade.

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão deve ser anulada, pois não foi apontado nenhum erro ou vício hábil a ensejar a sua anulação. Em que pese os argumentos elencados no recurso, fundamentado em linhas gerais no caput do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de fato somente a alternativa divulgada pelo gabarito preliminar está correta.

Isto porque fora elaborada com base nos direitos sociais previstos, precisamente, no inciso XXX do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, que assim dispõe: "proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Por fim, cumpre salientar que a regra prevista no caput do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil não é absoluta, ou seja, todos são iguais perante a Lei, mas na medida de suas desigualdades.

Referência Bibliográfica

Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 7º.

QUESTÃO MANTIDA

RECURSOS CONTRA QUESTÕES ESPECÍFICAS

QUESTÃO 1- EDUCAÇÃO INFANTIL

Candidato: 509401 Alice Maria Soldi, 509948 Ines Catarina Soeiro Terres, 510515 Renata Vall

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam que a questão não apresenta uma resposta coerente, pois nenhuma resposta se refere a idade em questão. Alegam ainda que conforme gabarito a resposta correta seria a letra "C" onde diz que "os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, devem iniciar-se na Pré-Escola e sua intensificação deve ocorrer ao longo do ensino fundamental ...". Considerando que na Ed. Infantil os vínculos com a família devem iniciar-se no Berçário e se prolongar as idades seguintes; Que a questão possui mais de uma alternativa a ser assinalada, sendo C e A. Solicitam a anulação da questão ou alteração de Gabarito.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão aos recorrentes ao alegar, sendo que:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "C".

- A presente questão tem como referência o Parecer CNE/CEB nº 7/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica), tendo como foco a "Educação Infantil", como assim descreve o enunciado:

"De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 7/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica), na Educação Infantil:"

- Pelo Parecer CNE/CEB nº 7/2010, na sua página 31, no item "2.5.1.1. Educação Infantil" tem-se o seguinte:

"A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

Por esse item, a alternativa "A" fica eliminada como resposta esperada (certa) para a presente questão.

- ainda no item "2.5.1.1. Educação Infantil" do Parecer CNE/CEB nº 7/2010, na sua página 32, observa-se que:

"...Os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, devem iniciar-se na Pré-Escola e sua intensificação deve ocorrer ao longo do Ensino Fundamental, etapa em que se prolonga a infância e se inicia a adolescência."

Por esse item, a alternativa "C" fica determinada como resposta esperada (certa) para a presente questão.

-A alternativa "B" registra que "...pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo" deve ser o "...objetivo específico do desenvolvimento..." na Educação Infantil. Algo similar é proposto na alternativa "D", a saber: "...foco central deve se dar na alfabetização e letramento da criança." No entanto, Parecer CNE/CEB nº 7/2010, na sua página 32, observa-se que:

"...nessa etapa deve-se assumir o cuidado e a educação, valorizando a aprendizagem para a conquista da cultura da vida, por meio de atividades lúdicas em situações de aprendizagem (jogos e brinquedos), formulando proposta pedagógica que considere o currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo, depositando ênfase:

I – na gestão das emoções;

II – no desenvolvimento de hábitos higiênicos e alimentares;

III – na vivência de situações destinadas à organização dos objetos pessoais e escolares;
IV – na vivência de situações de preservação dos recursos da natureza;
V – no contato com diferentes linguagens representadas, predominantemente, por ícones – e não apenas pelo desenvolvimento da prontidão para a leitura e escrita –, como potencialidades indispensáveis à formação do interlocutor cultural.”

Por esse item, as alternativas “B” e “D” ficam eliminadas como respostas esperadas (certas) para a presente questão.

Referência Bibliográfica:

PARECER CNE/CEB Nº: 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb007_10.pdf. Acesso em 29.Dez.2016

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 2- EDUCAÇÃO INFANTIL

Candidato: 510276 Maria Reis

ALEGAÇÃO: Candidata alega falta de referência de autor na questão e que assunto não consta nas referências bibliográficas. Solicita anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a presente questão explora a temática “parâmetros do desenvolvimento infantil x aspectos da formação humana” que está de acordo com a proposição de conteúdos programáticos do cargo Professor Educação Infantil do Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação constando na página 32 o seguinte:

“CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdo – Didática geral

2) Desenvolvimento infantil. ”

E como referencial bibliográfico a presente questão se ancora no seguinte (pagina 33):

“BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.”

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 2- EDUCAÇÃO FÍSICA

Candidatos: 481932 Cyntia Adrienne Sotier, 478553 Julio Cesar Silva, 471093 Kariana Braghini, 478565 Manoeli Jost, 475882 Romana Marcela Ulrich, 474319 Tatiana Ribeiro De Mello, 471510 Thaise Mouro Martins

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam que o assunto abordado na questão não consta do Conteúdo Programático previsto em Edital, e que há erro de digitação/concordância no texto da questão.

Solicitam a anulação de questão.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão aos recorrentes ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão se relaciona aos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, página 34 do Edital 002/2016 de Processo Seletivo do Município de Chapecó - Educação, a saber:

Conteúdo 1 - Didática geral:

“... 3) Teorias Educacionais, Concepções Pedagógicas e Tendências atuais.”

E ainda o alegado erro de concordância em nada afeta a interpretação da afirmativa.

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 3- EDUCAÇÃO INFANTIL

Candidato: 510276 Maria Reis

ALEGAÇÃO: Em síntese o candidato alega que a questão não é inédita, sendo alternativas de questões aplicada em outro concurso

Decisão: INDEFERIDO: Quanto as alegações de que a questão é plagiada de outros concursos, em verificação aos endereços eletrônicos apontados pelos candidatos, em nenhum deles se encontrou questão idêntica, e sim algumas semelhanças, ou seja não há nenhuma questão copiada “ipsis litteris”. A questão foi elaborada com base na interpretação de texto, que não só é encontrado em sites na internet, como em diversas outras publicações.

Há que se ponderar que boa parte do texto utilizado no enunciado é domínio público, apresentado no RCNEI, volume 2, mais especificamente na página 27, onde são descritos os objetivos / capacidades de aprendizagem descritas por este documento, a saber:

“A instituição deve criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança às crianças, garantindo oportunidades para que sejam capazes de:”

ou

“...os objetivos estabelecidos para a faixa etária de zero a três anos deverão ser aprofundados e ampliados, garantindo-se, ainda, oportunidades para que as crianças sejam capazes de:”

Sobre o assunto consideramos o seguinte:

A elaboração das questões deve se dar a partir do conteúdo programático descrito no edital, vedado, por óbvio a cópia de questões de outros concursos (plágio). Nos dias atuais a maioria, senão a totalidade, dos temas abordados estão disponíveis a todos, indistintamente, na internet. Há inclusive livros que são postados na rede.

Na elaboração de questões deve-se buscar avaliar o candidato através de conteúdos que digam respeito às atribuições que desempenharão

nos respectivos cargos. Assim, diante da infinidade de informações que constam da internet é praticamente impossível elaborar questões para as quais não se encontre solução em alguma página da internet. Então, é plenamente possível que mesmo a questão sendo extraída de algum livro impresso, o conteúdo esteja disponível na rede. No caso em apreço não se trata de reprodução, cópia, plágio de questões. Tem-se que o conteúdo da questão encontra-se na internet e no próprio RECNEI, já citado, algo absolutamente normal. Ademais, seria completamente ilícito e irrazoável elaborar questões cujo o conteúdo os candidatos não pudessem ter conhecimento, não pudessem ter acesso, algo fora do alcance. Aí sim não se estaria avaliando o conhecimento para o exercício do cargo. A título de exemplo, em concursos para ministério público, magistratura, etc, os conteúdos estão na maioria das vezes acessíveis à todos na internet, quais sejam, as leis. Se considerarmos inválidas tais questões os concursos para juízes e promotores não poderiam ter como objeto as leis, porque estas estão disponíveis à todos na internet, e conseqüentemente o conhecimento que devem demonstrar possuir não poderá ser avaliado. Com a máxima vênia, e sempre dispostos a esclarecimento, entendemos que o apontamento do candidato não macula a questão indicada, pois não houve cópia, que é claramente perceptível que a questão não é idêntica.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.
Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 7- EDUCAÇÃO INFANTIL

Candidato: 509469 Andreia Moraes

ALEGAÇÃO: Candidato alega que a resposta correta seria a alternativa "d" da pergunta número 07. Gostaria que fosse comprovado porque a resposta é a letra "a" da pergunta de número 07 - Para que saberes e conhecimentos sejam construídos no campo da formação humana "corpo e linguagem corporal", a Professora de Educação Infantil deve promover a seguinte organização ou postura frente aos alunos: Eu penso que seria essa a alternativa correta - Incentivar as crianças a utilizar, cuidar e guardar adequadamente os diversos materiais que existem nos espaços das instituições de educação infantil.

Decisão: INDEFERIDO Não assiste razão à candidata:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "A".

- A assertiva da alternativa considerada pela candidata como certa é "D", a saber:

"Incentivar as crianças a utilizar, cuidar e guardar adequadamente os diversos materiais que existem nos espaços das instituições de educação infantil."

Este objetivo de aprendizagem é relacionado ao campo da formação humana cuidado com o mundo social, com as relações humanas e não ao do corpo e linguagem corporal da criança, como solicitado em específico no enunciado.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.
Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 17 EDUCAÇÃO INFANTIL

Candidato: 510276 Maria Reis

ALEGAÇÃO: Candidato alega que a questão não apresenta referência de autor, blog não está nas referências do edital e questão com resposta errada e a resposta correta não consta nas alternativas."

Concluímos assim que a brincadeira proporciona o desenvolvimento perspectivo, a questão está com resposta errada e a resposta correta não consta nas alternativas. Solicita anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão a recorrente ao alegar, sendo que:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "C".

- a questão trata de adequação / pertinência processo lúdico (brincadeira) X objetivo / capacidade de aprendizagem no contexto do desenvolvimento infantil, presente no conteúdo programático do cargo Professor Educação Infantil.

- a citação do "blog" foi em cumprimento de direito autoral pelo uso de fragmentos do processo lúdico (a brincadeira proposta) para avaliação da temática desenvolvimento infantil na questão.

- conforme edital, deve-se ater às alternativas apresentadas "A, B, C, D". E, dentre as apresentadas, pelo processo lúdico descrito, a alternativa "C" é a mais adequada, uma vez que como descrito no enunciado da questão "...os companheiros passam a bola entre si e ao sinal do professor coloca as mãos para trás escondendo a bola. O aluno que está no centro, abre os olhos e aponta aquele que imagina estar com a bola. Se errar repete o jogo" não são admitidas às capacidades descritas nas alternativas "A, B e D".

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.
Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 10 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INSTRUTOR DE LIBRAS

502405 Rui Zuza

510635 Sheila Veronica Cattani

496968 Tainara Da Silva De Villa

ALEGAÇÃO: Em síntese as candidatas alegam que a questão apresenta erro no sinal utilizado. Apresentando sua fundamentação requerem anulação a questão.

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão as recorrentes, sendo que:

A sinalização LIBRAS apresentada na presente questão:

Ao que consta na página 14 do Minidicionário de libras FADERS esta imagem sinaliza "barraca"

- A sinalização de "barato" (alternativa C) como aponta o gabarito da presente questão seria o seguinte:

Referência Bibliográfica:

Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO ANULADA

QUESTAO 12 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INSTRUTOR DE LIBRAS

510635 Sheila Veronica Cattani

496968 Tainara Da Silva De Villa

ALEGAÇÃO: Em síntese os candidatos requerem anulação da questão, apontando que o gesto apresentado não condiz com a resposta da questão.

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão aos recorrentes ao alegar, sendo que:

A sinalização LIBRAS apresentada na presente questão:

Ao que consta na página 7 do Minidicionário de libras FADERS esta imagem sinaliza "acender"

- A sinalização de "acessibilidade" (alternativa D) como aponta o gabarito da presente questão seria o seguinte:

Referência Bibliográfica:

Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 12 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INTÉRPRETE DE LIBRAS

510740 Tainara Da Silva De Villa

ALEGAÇÃO: Candidato alega que a Questão 12 mostra sinal em Libras que não confere com as alternativas disponíveis no caderno de provas. Questão 12 mostra o sinal de "\\\"BARCO\\\" não confere com as alternativas disponíveis no caderno de provas. A fonte utilizada na formulação da prova não consta nas referências bibliográficas do presente edital. Percebe-se erro na formulação da prova, uma vez que as alternativas parecem estar trocadas. Em anexo arquivo da fonte citada na prova com os sinais e seus respectivos significados. Com base na justificativa acima, solicita-se a anulação da questão 12.

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão a recorrente ao alegar, sendo que:

A sinalização LIBRAS apresentada na presente questão:

Ao que consta na página 14 do Minidicionário de libras FADERS esta imagem sinaliza "barco"

- A sinalização de "barraca" (alternativa B) como aponta o gabarito da presente questão seria o seguinte:

Referência Bibliográfica:

Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 14 - EDUCAÇÃO ESPECIAL/INTÉRPRETE DE LIBRAS

Candidato: 510740 Tainara Da Silva De Villa

ALEGAÇÃO: Candidato alega que a Questão 14 mostra sinal em Libras que não confere com as alternativas disponíveis. Questão 14 mostra o sinal de "\\\"BARATO\\\" não confere com as alternativas disponíveis no caderno de provas. A fonte utilizada na formulação da prova não consta nas referências bibliográficas do presente edital. Percebe-se erro na formulação da prova, uma vez que as alternativas parecem estar trocadas. Solicita a anulação das questão 14.

Decisão: INDEFERIDO. Candidato cita questão 14 em seu recurso, mas se refere a questão diversa,

Recurso não merece conhecimento.

Candidato: 498871 Rafaela Fernanda Da Rosa Capeleti Dias

ALEGAÇÃO: o recurso desta questão se dá devido ao fato de que o sinal utilizado foi retirado do RS, conforme fonte (Fonte: Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf), sendo que o processo seletivo foi aplicado na cidade Chapecó e a intérprete vai interpretar para os surdos de Chapecó, sendo

que os mesmos usam os sinais daqui da cidade, que são diferentes dos sinais do RS, ou seja os sinais variam de acordo com as regiões. Como na questão 27 do caderno de prova das questões gerais, perguntou-se sobre o território de Chapecó, local onde há existência das vagas, e não sobre a área territorial de outra cidade, pois não compete ao candidato saber sobre outros locais. A libras não é uma língua universal, ela é nacional, no entanto varia de região para região. "O ter linguístico da língua de sinais também é reconhecida pela ocorrência do regionalismo, variações locais, sotaques, gírias, da mesma maneira que ocorre com as línguas orais" (FRANÇA, S.D)

<http://papodehomem.com.br/pequeno-guia-para-entender-as-linguas-de-sinais/>. acesso 21 dez. 2016.

"Coordenadora do curso a distancia de Letras Libras na Universidade Federal de Santa Catarina , único nos moldes do país, a linguística

Ronice Muller de Quadros mantém contato com 500 alunos de nove estados no ambiente virtual. Desse total 447 são surdos. A quantidade de sinais variantes é tão grande que eles criaram um glossário para padronizar aqueles usados e criados no curso" (BONINO, 2015).

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

A sinalização LIBRAS apresentada na presente questão:

Ao que consta na página 7 do Minidicionário de libras FADERS esta imagem sinaliza "acessibilidade"

- A sinalização de "acender" (alternativa D) como aponta o gabarito da presente questão seria o seguinte:

Referência Bibliográfica:

Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 16 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INTÉRPRETE DE LIBRAS

Candidato: 498871 Rafaela Fernanda Da Rosa Capeleti Dias

Candidato: 510740 Tainara Da Silva De Villa

ALEGAÇÃO: Em síntese os candidatos solicitam anulação da questão, apresentando sua fundamentação e alegando que o gesto apresentado não condiz com as respostas da questão e ainda questionam a utilização de gestos regionalizados.

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

A sinalização LIBRAS apresentada na presente questão:

Ao que consta na página 14 do Minidicionário de libras FADERS esta imagem sinaliza "barato"

- A sinalização de "barco" (alternativa A) como aponta o gabarito da presente questão seria o seguinte:

Referência Bibliográfica:

Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 19 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INTÉRPRETE DE LIBRAS

Candidato: 510740 Tainara Da Silva De Villa

ALEGAÇÃO: Candidato alega que A questão 19 apresenta regionalismo, a língua de sinais sofre variação entre os estados brasileiros, como a prova foi aplicada em Santa Catarina considera-se adequado o uso de sinais usados em Santa Catarina, e não os sinais do Rio Grande do Sul. Questão 19 mostra o sinal de "\\\"ERRAR\\\" não confere com as alternativas disponíveis no caderno de provas. Nessa questão em específico é possível perceber variação linguística entre estados, conforme fonte dos sinais utilizados na prova os sinais foram retirados do minidicionário da FADERS, de Porto Alegre RS. A fonte utilizada na formulação da prova não consta nas referências bibliográficas do presente edital. Percebe-se erro na formulação da prova, uma vez que as alternativas parecem estar trocadas. Em anexo arquivo da fonte citada na prova com os sinais e seus respectivos significados. com base na justificativa acima, solicita-se a anulação da questão 19.

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

A sinalização LIBRAS apresentada na presente questão:

Ao que consta na página 8 do Minidicionário de libras FADERS esta imagem sinaliza "acontecer".

Referência Bibliográfica:

Minidicionário de libras. Porto Alegre. 2008. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 9 EDUCAÇÃO FÍSICA

Candidato: 496914 Lilian Antunes

ALEGAÇÃO: Candidato alega que a resposta está errada. Solicita a anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "A".

- o enunciado da presente questão não solicita objetivos gerais do ensino fundamental. Em seu enunciado expõe pertinência temática x objetivo de aprendizagem, ou seja, ao se trabalhar a temática exposta "criação e improvisação", no contexto de dança e movimentos expressivos, que tipo de objetivo de aprendizagem (específico) se obtém? No caso, a correlação se dá com o exposta na alternativa A.

Referência Bibliográfica:

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 114 p.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação
QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 16 EDUCAÇÃO FÍSICA

Candidatos: 481932 Cyntia Adrienne Sotier, 496914 Lilian Antunes

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam que o assunto abordado na questão não está previsto no Conteúdo Programático do edital.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão aos recorrentes ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão se relaciona aos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, pagina 34, 35 do Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação, a saber:

Conteúdo 1 - Didática geral:

11) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Conteúdo 2 – Educação Física:

1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte;

...

fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte;

o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional;

...

o interesse na análise do movimento nos esportes.

...

visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física;

Referência Bibliográfica:

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 114 p.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 17 EDUCAÇÃO FÍSICA

Candidatos: 491191 Eron Zandavalli, 497718 Gelson De Lara

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que

- "gancho não é um fundamento do futebol e sim do basquete (toque de gancho)."

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão aos recorrentes ao alegar, sendo que:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "A".

- No contexto do Futebol, a denominação do movimento expressado no enunciado da presente questão se refere ao conceito de "gancho".

- ademais, as outras alternativas não seriam opções viáveis como respostas certas uma vez que compreendem as seguintes denominações: FREIO: uma maneira de congelar um adversário. Usando qualquer uma das quatro superfícies dos pés, a parte de cima, interior, exterior e a de baixo, o jogador atacante simplesmente para completamente a bola em seu corpo. Depois, com um rápido toque inesperado e veloz, o jogador segue com dribles rápidos novamente. Com um freio, o atacante deve realizar o movimento com todo o seu corpo e não apenas com seus pés.

GOL: o ato mais importante do jogo de futebol e esportes similares, e ocorre sempre que a bola ultrapassa por completo uma barreira imaginária entre os postes e sob a trave ou a barra definida por uma linha branca desenhada com tinta no gramado, que tem medidas regulamentadas.

PÊNALTI: é o nome que se dá, nos desportos coletivos, à penalização máxima que uma equipe sofre por conta de uma infração cometida durante uma partida.

Referência Bibliográfica:

FIELD: DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES DO FUTEBOL. Disponível em <http://dicionariofield.com.br/> Acesso em 29.dez.2016.

10 movimentos mais usados no futebol. Disponível em http://www.ehow.com.br/10-movimentos-usados-futebol-lista_293668/. Acesso em 29.dez.2016.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 114 p.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 9 MATEMÁTICA

Candidato: 474930 Catia Fernanda Santos Da Rosa, 471319 Regi Bazzo Coradi, 487683 Silvana Coldebela Pagani

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão não possui alternativa correta. Solicitam anulação da questão.

Decisão: DEFERIDO: Em análise aos recursos, verificamos que os recursos são procedentes, sendo que a resposta correta seria 60 cm, e não há essa alternativa na referida questão.

Desta forma, esta banca decide pela anulação da questão.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 10 MATEMÁTICA

Candidato: 510479 Paulo Dias De Oliveira

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa correta é a alternativa "C" e não a alternativa "A".

Decisão: DEFERIDO: Em análise ao recurso, verificamos que todas as alternativas estão corretas.

Desta forma, anulamos a questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 11 MATEMÁTICA

Candidatos: 474930 Catia Fernanda Santos Da Rosa, 477823 Nery Bonetti, 471319 Regi Bazzo Coradi, 487683 Silvana Coldebela Pagani

ALEGAÇÃO: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que o assunto abordado na questão, não está incluso no conteúdo programático.

Decisão: DEFERIDO: Em análise aos recursos, verificamos que os recursos são procedentes, sendo que o assunto "Integral Indefinida" não está incluso no conteúdo programático.

QUESTÃO ANULADA.

QUESTÃO 12 MATEMÁTICA

487683 Silvana Coldebela Pagani

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão não possui alternativa correta.

Decisão: INDEFERIDO: Em análise ao recurso, verificamos que o recurso não é procedente, sendo que o candidato se equivocou na conversão de metros para centímetros. Segue resolução:

O volume é dado por , logo:

Logo a questão é passível de solução sendo o resultado igual a 78.500 cm^3 .

Portanto a questão possui alternativa CORRETA sendo a alternativa "C) 78.500 cm^3 ". Assim mantemos a questão.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 02 1ª A 5ª SÉRIE E EJA

Candidato: 477567 Aline Da Silva Serpa, 477573 Teresinha da Silva Serpa.

ALEGAÇÃO: Candidatas alegam que a questão número 2 deve ser anulada devido a falta de referencial teórico em seu enunciado, pois aponta que o jogo de dominó de multiplicação deve servir para memorização das operações, o que não condiz com teorias como as de Piaget e outros autores.

Solicita a Anulação de questão.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "B".

- a questão propõe avaliação objeto pedagógico x objetivo de aprendizagem e, nesse sentido, dentre as alternativas disponíveis, tal o objeto trabalha a memorização das operações e fixação de diversas áreas do conhecimento

- a temática e, a própria questão, está ancorada nas orientações didáticas e temáticas propostas no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI. Documento este, constante no conteúdo programático / referenciais bibliográficos para este cargo.

Acerca da temática "a criança e a matemática", o RCNEI, página 213 assim se propõe:

"As noções matemáticas (contagem, relações quantitativas e espaciais etc.) são construídas pelas crianças a partir das experiências proporcionadas pelas interações com o meio, pelo intercâmbio com outras pessoas que possuem interesses, conhecimentos e necessidades que podem ser compartilhados."

Mais adiante, na pagina 215 acerca dos objetivos da matemática para "Crianças de quatro a seis anos", o RCNEI assim considera:

"Para esta fase, o objetivo é aprofundar e ampliar o trabalho para a faixa etária de zero a três, garantindo, ainda, oportunidades para que sejam capazes de:

-reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano;

-comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;

-ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios"

E em relação à "seleção e a organização dos conteúdos matemáticos" na página 217 do RCNEI

"Propõe-se a abordagem desses conteúdos de forma não simplificada, tal como aparecem nas práticas sociais. Se por um lado, isso implica trabalhar com conteúdos complexos, por outro lado, traz implícita a idéia de que a criança vai construir seu conhecimento matemático por meio de sucessivas reorganizações ao longo da sua vida. Complexidade e provisoriabilidade são, portanto, inseparáveis, pois o trabalho didático deve necessariamente levar em conta tanto a natureza do objeto de conhecimento como o processo pelo qual as crianças passam ao construí-lo."

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 114 p.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 04 1ª A 5ª SÉRIE E EJA

Candidato: 471403 Maria Reis

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam que a Questão não apresenta referencia de autor, e que o assunto não consta em edital para o candidato fazer estudo. A questão está sem referencia de autor, quem fala dessa ideia e defende essa tese. Nas referencias bibliograficas do edital não consta assunto da filosofia da educação. Como o candidato irá saber marcar a alternativa se não tem embasamento nos autores. As questões da prova precisam ser elaboradas com base em autores, assim confunde os

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão se relaciona aos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR - 1ª a 5ª Série e EJA, pagina 31

do Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação, a saber:

Conteúdo 1 - Didática geral:

"... 3) Teorias Educacionais, Concepções Pedagógicas e Tendências atuais."

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 07 1ª A 5ª SÉRIE E EJA

Candidato: 477573 Teresinha Da Silva Serpa

ALEGAÇÃO: Candidata alega que A questão número 7 é passível de anulação, pois, há duas de suas alternativas que podem ser consideradas corretas (B e D), de acordo com o que trata do eixo "temático transversal Orientação Sexual" proposto nos PCN's.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a resposta esperada (e certa) é a alternativa "B".

-O enunciado evidencia a correlação do núcleo temático transversal "Orientação Sexual" a ser trabalhado pelo bloco de conteúdo "Relações de gênero", constante na página 100, o que compete à alternativa "B".

-A alternativa "D" expressa temática referem-se ao bloco de conteúdo relacionado a "Corpo: matriz da sexualidade" constante na página 98.

Referência Bibliográfica:

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 164p.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 43 PROFESSOR COM 2º GRAU AC (MÚSICA)

477059 Lucio Tasca De Linhares

ALEGAÇÃO: A questão fora mal elaborada: primeiramente pelo equívoco de informações na questão e posteriormente pelo uso de uma bibliografia (Grout & Palisca História da Música Ocidental) que não estava previsto no edital (Professor- 2ª AC Música).

Segundo Roy Bennet: "De início a palavra barroco (pérola de forma irregular), era usada para designar o estilo da arquitetura e da arte do séc. XVII, caracterizado pelo uso excessivo de ornamentos. Mais tarde o mesmo termo passou a ser adotado na música com o aparecimento da ópera até a morte de J. S. Bach".

Portanto segundo a questão expõe: "Com esta informação, historiadores da Arte dos finais do século XIX e início do XX passaram a adotar esse termo para caracterizar a produção artística daquele período". Grande equívoco, pois fora primeiramente na arte e na arquitetura que a palavra barroca surgiu, conforme citado acima, no séc. XVII. Segundo a questão somente no séc. XIX e início do séc. XX o termo barroco fora adotado? ERRADO!!! Outro equívoco da questão: "por volta de 1750, o escritor francês Charles de Brosses (1709 – 1777), em uma de suas viagens, comentara sobre a fachada de um palácio, em Roma...". Caros amigos da IOBV em 1750 nos localizamos no período Clássico da música, que se estende até 1810. Portanto o período Barroco já tinha se consolidado como um período, com suas características peculiares dentro da história da música. Fonte Wikipedia: "Barroco é o nome dado ao estilo artístico que floresceu entre o final do século XVI e meados do século XVII, inicialmente na Itália, difundindo-se em seguida pelos países católicos...". Solicita anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO: Vejamos, a seguir item a item o que foi alegado pelo candidato em seu recurso:

Quanto à alegação de que A questão fora mal elaborada: primeiramente pelo equívoco de informações na questão e posteriormente pelo uso de uma bibliografia (Grout & Palisca História da Música Ocidental) cuja citação não continha no edital do meu concurso (Professor- 2ª AC Música). Apesar de a Literatura citada pelo candidato não estar expressamente citada em Edital, esclarece-se que a leitura do livro de Roy Bennett, prevista em Edital, é suficiente para encontrar a resposta correta da questão em análise.

Segundo:

Segundo Roy Bennet: "De início a palavra barroco (pérola de forma irregular), era usada para designar o estilo da arquitetura e da arte do séc. XVII, caracterizado pelo uso excessivo de ornamentos. Mais tarde o mesmo termo passou a ser adotado na música com o aparecimento da ópera até a morte de J. S. Bach". Portanto segundo a questão expõe: "Com esta informação, historiadores da Arte dos finais do século XIX e início do XX passaram a adotar esse termo para caracterizar a produção artística daquele período". Grande equívoco, pois fora primeiramente na arte e na arquitetura que a palavra barroca surgiu, conforme citado acima, no séc. XVII.

Se Bennett diz que o período Clássico inicia em 1750 (cf. p.11), o relato do escritor Charles de Brosses (citado na questão) tem total sentido, pois o mesmo está analisando a arquitetura romana, mas obviamente, tais palácios não foram construídos "da noite para o dia", como diz o próprio Bennett, ou seja, é um "(...) processo lento e gradual, quase sempre com os estilos sobrepondo-se uns aos outros (...)" (p.11)... Ora, se isto é verdade, então o candidato deveria deduzir uma resposta não apenas a partir das datas explícitas na questão, mas sim, a partir de uma de suas principais características, o "excesso de ornamentação", própria do Barroco.

Segundo a questão somente no séc. XIX e início do séc. XX o termo barroco fora adotado? ERRADO!!!

Tal alegação não merece prosperar, segundo a fonte citada, a afirmativa está CORRETA!!! Foi entre os séculos XIX e XX que historiadores e musicólogos adotaram esse nome. Ainda: a partir da mesma fonte, fica óbvio concluir que o nome para o período "barroco" não fora denominado no século XVII ou XVIII, "da noite para o dia".

Outro equívoco da questão: "por volta de 1750, o escritor francês Charles de Brosses (1709 – 1777), em uma de suas viagens, comentara sobre a fachada de um palácio, em Roma...". Caros amigos da IOBV em 1750 nos localizamos no período Clássico da música, que se estende até 1810. Portanto o período Barroco já tinha se consolidado como um período, com suas características peculiares dentro da história da música.

Fonte Wikipedia: "Barroco é o nome dado ao estilo artístico que floresceu entre o final do século XVI e meados do século XVII, inicialmente na Itália, difundindo-se em seguida pelos países católicos...".

Novamente, uma resposta já fora escrita acima e, para reforçar a mesma, ao seu questionamento, há um dado muito importante colocado no corpo da questão e na fonte trazida pelo candidato (Wikipédia), qual seja, "floresceu entre o final do século XVI e meados do século XVII, inicialmente na Itália (...)". Ora, a capital da Itália é Roma, portanto...

Contrariando citação de mesma fonte (https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura_barroca), trazida pelo candidato: "A arquitetura barroca é o estilo arquitetônico praticado durante o período barroco, que, precedido pelo renascimento e maneirismo, inicia-se a partir do século XVII,

durante o período do absolutismo, e decorre até a primeira metade do século XVIII. A palavra portuguesa 'barroco' define uma pérola de formato irregular (Perola imperfeita)."

Concluindo, portanto, as descrições colocadas no corpo de texto da questão 43 explicitam uma característica peculiar do período Barroco, qual seja, "excessiva ornamentação". Esta informação, somada ao período observado, 1750 (ano de falecimento de J.S. Bach, compositor expoente do período Barroco), mais a geografia mencionada, Roma/Itália, são provas suficientes para denotar que não há qualquer possibilidade de caracterizar qualquer outro período citado nas demais alternativas que não seja a resposta correta, alternativa D) Barroco. Sobre a fonte não citada em Edital, a leitura do livro de Roy Bennett, colocada em Edital, é suficiente para encontrar a resposta correta da questão em análise.

Diante do exposto, esta Banca decide pela manutenção da questão.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 49 PROFESSOR COM 2º GRAU AC (MÚSICA)

Candidato: 477059 Lucio Tasca De Linhares

ALEGAÇÃO: em síntese, o candidato questiona que não há alternativa correta na questão.

DECISÃO: DEFERIDO: o candidato tem razão ao alegar que a alternativa apontada pelo gabarito (letra D) não é a correta. A resposta correta seria tonalidade de A. Como não há essa opção nas alternativas, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 5 ARTES

Candidato: 471315 Ana Paula Senhor

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- O conteúdo sobre o assunto não está no edital.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão se relaciona aos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR - Artes, pagina 34 do Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação, a saber:

Conteúdo 1 - Didática geral:

"3) Teorias Educacionais, Concepções Pedagógicas e Tendências atuais

11) Parâmetros Curriculares Nacionais.

12) Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica."

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais - terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental.

- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Vol. 1, 2 e 3; Trad. Fátima Murad. Artmed.

- DURANTE, MARTA. Alfabetização de Adultos: leitura e produção de textos. Artes Médicas

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 08 ARTES

Candidato: 471315 Ana Paula Senhor

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- Que o conteúdo abordado na questão não foi previsto em Edital.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão (desenvolvimento infantil) se relaciona aos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, pagina 34 do Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação, a saber:

Conteúdo 1 - Didática geral:

"1) Desenvolvimento da criança e do adolescente"

"3) Teorias Educacionais, Concepções Pedagógicas e Tendências atuais.

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 15 ARTES

Candidato: 471315 Ana Paula Senhor

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- O conteúdo sobre o assunto não está no edital.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão se relaciona a pertinência eixo norteador x temática de Artes. Nesse contexto, a alternativa adequada é a "C".

Na pertinência temática das demais alternativas assim ficam correlacionadas:

A) Pantomima: linguagem teatral.

B) A valsa sulista: dança

D) Baile de carnaval: dança, cultura popular

-a temática da presente questão é endossada pelos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PROFESSOR - artes, citados pagina 32 do Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação, a saber:

Conteúdo 2 - Arte:

1) História da Arte

3) Didática e Tendências do Ensino de Artes.

9) Arte e Sociedade.

10) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 17 ARTES

Candidato: 471315 Ana Paula Senhor

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- O conteúdo sobre o assunto não está no edital.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- a temática abordada na presente questão se relaciona a pertinência eixo norteador x objetivo de aprendizagem em Artes. Nesse contexto, a alternativa adequada é "B".

Na pertinência temática das demais alternativas as alternativas "A", "C" e "D" expressam objetivos de aprendizagem relacionados à linguagem teatral.

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 05 CIÊNCIAS

Candidato: 479636 Tatieli Ceratti

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

-" A questão número 5 fala que a II está correta então a I e a III estão erradas

Com isso duas alternativas poderiam estar corretas."

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

Analisando as alternativas à luz do documento Indagações Sobre Currículo : Currículo E Avaliação (2007), observa-se que

O ITEM I é falso.

A concepção de avaliação presente na redação deste item se refere à avaliação "formativa" e não "somativa". Nisto, é preciso reconhecer que

A avaliação somativa,

"...ocorre ao final do processo, com a finalidade de apreciar o resultado deste, recebe o nome de avaliação somativa." Pagina 21

Já no

"...aspecto fundamental de uma avaliação formativa diz respeito à construção da autonomia por parte do estudante, na medida em que lhe é solicitado um papel ativo em seu processo de aprender." Pagina 21

O ITEM II é verdadeiro.

".. a avaliação formativa, tendo como foco o processo de aprendizagem, numa perspectiva de interação e de diálogo, coloca também no estudante, e não apenas no professor, a responsabilidade por seus avanços e suas necessidades", pagina 22

O ITEM III é falso.

"..é necessário que o estudante conheça os conteúdos que irá aprender, os objetivos que deverá alcançar, bem como os critérios que serão utilizados para verificar e analisar seus avanços de aprendizagem", pagina 22

Diante da exposição supra citada, a presente questão admite as alternativas "A" e "B" como certas. Optamos, pois, pela anulação da presente questão.

Referência Bibliográfica:

[Fernandes, Cláudia de Oliveira] Indagações sobre currículo : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 44 p. : il.

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 14 CIÊNCIAS

Candidato: 479636 Tatieli Ceratti

ALEGAÇÃO: Candidato alega que Não se trabalha os assuntos abordados na questão com alunos da faixa etária que a questão esta apon-tando Essa questão está falando de conteúdo do ensino fundamental anos finais e na questão está anos iniciais do ensino fundamental então não está correta a pergunta.

Solicita a Anulação da questão

Decisão: INDEFERIDO: Não Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

A apresentação do documento PCN Orientação Sexual evidencia que

"A segunda parte, constituída pelos blocos de conteúdos, critérios de avaliação e orientação didática geral, refere-se à especificação do trabalho direcionada às primeiras quatro séries do ensino fundamental, que é de natureza bastante distinta das demais séries. O tratamento da sexualidade nas séries iniciais visa permitir ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca"

Mais adiante, na página 95, em relação aos "CONTEÚDOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA O PRIMEIRO E SEGUNDO CICLOS" pondera que " Os trabalhos já existentes de Orientação Sexual nas séries iniciais do primeiro grau (primeira a quarta séries) indicam que as questões trazidas pelos alunos são predominantemente ligadas à compreensão de informações sobre sexualidade.

E de forma específica, na página 98, expressa a alternativa "C" como conteúdo a ser trabalhado, a saber:
Conteúdos a serem trabalhados:

"

os mecanismos de concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos;"

Referência Bibliográfica:

BRASIL. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

Questão 8 HISTÓRIA

Candidato: 474604 Leandro Zanatta

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- O enunciado da questão 08, não está corretamente elaborado. Desta forma, solicita a anulação da questão.

Decisão: DEFERIDO: Assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- O enunciado da presente questão se faz inadequado às alternativas, de forma que o mesmo deveria a seguinte redação "O primeiro Presidente do Brasil após a Proclamação da República do Brasil?, com alternativa "D" como certa e esperada.

Optamos, pois, pela anulação da presente questão.

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 17 HISTÓRIA

Candidato: 476085 Marcelo Marcondes Carneiro Coelho

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando:

- existem duas alternativas corretas.

Decisão: INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- A questão propõe pertinência temática X conteúdo, a saber da temática "Brasil: o início da colonização". Neste quesito o conteúdo mais específico e pertinente é o apresentado na alternativa "D", este especifica até o período inicial. Já a alternativa "B", de forma generalizada, não contempla ou se vincula de forma específica à temática proposta, uma vez que não traz em sua redação indícios temporais ou espaciais relacionados à colonização brasileira.

Referência Bibliográfica:

Processo Seletivo Edital 002/2016 - Município de Chapecó - Educação

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 13 LÍNGUA PORTUGUESA

Candidato: 472124 Idione Tomchak Finato

ALEGAÇÃO: Candidato alega que Na prova de conhecimentos específicos a questão 13 de Língua Portuguesa não condiz com o conteúdo do edital. Na questão 13 de Língua Portuguesa tem uma citação de autores (ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N. & FADEL, T) , cujos nomes não estavam no conteúdo do edital. Solicita a anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO. A Bibliografia é uma espécie de guia, que respalda o conteúdo programático. Embora não fazendo parte da Bibliografia, a citação das três autoras fez-se importante para revelar um aspecto determinante da essência do conceito de texto, tópico presente no conteúdo programático do Edital.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 14 LÍNGUA PORTUGUESA

509427 Ana Carolina Haupenthal

ALEGAÇÃO: A referida questão trata-se de tipologia textual (tipos de textos), e nela diz que "persuasivo" é um tipo. Entretanto, existem apenas 5 tipos textuais: Narrativo; Dissertativo; Descritivo; Expositivo e; Injuntivo. Quando trata-se de tipologia textual, existem apenas 5: Narrativo; Dissertativo; Descritivo; Expositivo e; Injuntivo, como citado anteriormente, já os gêneros textuais podem ser infinitos e imbricarem-se, por exemplo, um bilhete, uma carta e um e-mail são três tipos de gêneros textuais que devem seguir as suas estruturas e podendo conter elementos das tipologias textuais e de outros gêneros textuais. Pois, persuasivo está para estilo de escrita, e não tipo textual.

Acredito que a questão 14 do caderno de Professor de Língua Portuguesa deve ser revista pelo fato de persuasivo estar para estilo de escrita, e não tipologia textual.

Decisão: INDEFERIDO. Embora seja eloquente em sua argumentação, a requerente não convence, pois a persuasão, como apontam alguns estudos, caracteriza-se por ser uma tipologia mais que um estilo (ABURRE, PONTARRA & FADEL. Português: Língua e Literatura. São Paulo: Moderna, 2000). Ele caracteriza-se por visar provocar uma reação no leitor. Ademais, um texto persuasivo não tem seu objetivo central na forma (estilo), mas sim no conteúdo (convencimento): usa a forma a favor do conteúdo

QUESTÃO MANTIDA

Questão 17 LÍNGUA PORTUGUESA

472124 Idione Tomchak Finato

ALEGAÇÃO: Candidato alega que a questão 17 de Língua Portuguesa está mal elaborada. A questão 17 de Língua Portuguesa está mal elaborada, segundo a gramática literária há 2 alternativas que estão corretas, "um pastiche e uma paródia". Solicita a anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO: Pastiche e paródia não possuem o mesmo sentido. O pastiche caracteriza-se por ser um amálgama um tanto mal

elaborado do original, enquanto a paródia possui já uma maior organização e esmero. O pastiche também tem maior proximidade com a obra que lhe serviu de inspiração, enquanto que a paródia é uma "cópia" com ênfase nas diferenças (Cf. HUTCHEON, Linda. Uma teoria da paródia. Edições 70, 1986).

QUESTÃO MANTIDA

RECURSOS CONTRA APLICAÇÃO DAS PROVAS

475704 Salete Busnello Da Silva

1ª a 5ª Série e EJA

QUESTÃO 01

ALEGAÇÃO: Ao ser interrompida a prova com um celular tocando este fato foi o que me desconcentrou bem na hora de passar as respostas do caderno específico de professor 1ª a 5ª série e EJA no gabarito me atrapalhei e peguei o gabarito do caderno de conhecimentos básicos. Pois haviam três gabaritos soltos, poderiam estar fixos no caderno ou ser somente uma folha com os gabaritos.

Eis que passei dez questões no gabarito errado, chamei a fiscal de sala que disse que deveria procurar ao final da prova a coordenação na sala térreo, terminada a prova procurei a coordenação a qual me orientou a escrever através de recurso. Peço deferimento quanto a considerar as 10 primeiras questões assinaladas no caderno de conhecimento básico e não as assinaladas no gabarito pois foram as que eu me atrapalhei na hora de transferir.

Decisão: INDEFERIDO: Resta indeferido o recurso da candidata pelas seguintes razões:

- 1) Os cartões-respostas devem ser soltas tendo em vista que são passadas por leitora ótica e não pode haver marcação de grampos ou dobras.
- 2) O celular estava lacrado em envelope de segurança e foi retirado e levado para a coordenação.
- 3) Conforme ata de aplicação de provas na sala S324, a prova iniciou 14h15 e portando foi prorrogada até as 18h15. Os três últimos candidatos assinaram termo de encerramento às 17h30min, portanto 45 minutos antes do horário previsto de término naquela sala. Verifica-se ainda que a candidata requerente não está listada entre os três últimos candidatos, o que evidencia que retirou-se da sala pelo menos 45 minutos antes do término, portanto não há como alegar que foi prejudicada, pois poderia ter ficado este tempo em sala conferindo com cuidado os cadernos e cartões recebidos.
- 4) Quanto aos tipos de prova e preenchimento dos cartões-respostas havia uma folha de instruções que explicava detalhadamente como preenchê-los, bem como cada candidato recebeu um invólucro plástico com suas provas, as quais estavam com os cartões intercalados na ordem de preenchimento, bastando seguir as instruções e a ordem em que estavam.
- 5) E ainda de acordo com previsão Editalícia Itens:

5.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica ou digitalização, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção, motivo por que deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática exclusão do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão também poderá implicar a exclusão do candidato do certame.

5.10.1. Poderá ser utilizado mais de um cartão resposta por candidato, levando em consideração as questões de conhecimentos básicos e específicos para os candidatos inscritos em duas áreas de atuação e/ou disciplinas, devendo o candidato estar atento para as instruções do cartão-resposta e do caderno de provas, sendo de responsabilidade do candidato a correta identificação dos cartões-respostas e provas, bem como seu preenchimento.

5.11. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

5.12. Em nenhuma hipótese será considerado, para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação, o caderno de questões. Diante das previsões contidas no Edital de Processo Seletivo, das quais o candidato não pode alegar desconhecimento, indefere-se o recurso da candidata.

RECURSO INDEFERIDO

476322 Janete Benachio Martins

1ª a 5ª Série e EJA

APLICAÇÃO DAS PROVAS

ALEGAÇÃO: Erro de gabarito por má orientação dos fiscais no horário da prova.

Conforme o email do dia 18-12-2016 para vossa empresa, onde informo o ocorrido no dia da prova:

Ola venho através desse relatório comunicar sobre acontecimento na prova, onde vcs disponibilizaram três gabarito onde não fomos informadas corretamente, sendo que o da ano iniciais e conhecimento básicos ambos os dois tinha no cabeçalho 1º ao 5º ano , que foi por isso que aconteceu o erro ao passar para o gabarito. Gostaria de ter um parecer da empresa antes de tomar algumas providencia .Grata Por esse motivo eu JANETE BENACHIO MARTINS estou oficializando o pedido das questões 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 Português ,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20 Matemática . Sendo cabível de verificação no caderno de questões.

Ressaltando que o motivo do erro foi a falta de orientação pelos fiscais, que no momento da prova passaram a informação incorreta.

Peço revisão das questão 1 de português , sendo que a verificação das alternativas assinaladas poderá se dar através do caderno de questões enviada juntamente com o gabarito.

Decisão:

Resta indeferido o recurso da candidata pelas seguintes razões:

- 1) Todas as instruções de preenchimento dos cartões e provas estavam na folha rosto da embalagem recebida.
- 2) Conforme ata de aplicação de provas na sala S213, a prova iniciou 14h02 e portando foi prorrogada até as 18h02. Os três últimos candidatos assinaram termo de encerramento às 17h16min, portanto cerca de 45 minutos antes do horário previsto de término naquela sala.

Verifica-se ainda que a candidata requerente não está listada entre os três últimos candidatos, o que evidencia que retirou-se da sala de provas pelo menos 45 minutos antes do término, portanto havia tempo suficiente para leitura das instruções e conferência do material recebidos.

3) Quanto aos tipos de prova e preenchimento dos cartões-respostas havia uma folha de instruções que explicava detalhadamente como preenchê-los, além de que, cada candidato recebeu um invólucro plástico com suas provas, as quais estavam com os cartões intercalados na ordem de preenchimento, bastando seguir as instruções e a ordem em que estavam.

4) E ainda de acordo com previsão Editalícia Itens:

5.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica ou digitalização, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção, motivo por que deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática exclusão do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão também poderá implicar a exclusão do candidato do certame.

5.10.1. Poderá ser utilizado mais de um cartão resposta por candidato, levando em consideração as questões de conhecimentos básicos e específicos para os candidatos inscritos em duas áreas de atuação e/ou disciplinas, devendo o candidato estar atento para as instruções do cartão-resposta e do caderno de provas, sendo de responsabilidade do candidato a correta identificação dos cartões-respostas e provas, bem como seu preenchimento.

5.11. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

5.12. Em nenhuma hipótese será considerado, para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação, o caderno de questões. Diante das previsões contidas no Edital de Processo Seletivo, das quais o candidato não pode alegar desconhecimento, indefere-se o recurso da candidata.

RECURSO INDEFERIDO

472023 Josieli Roberto

Educação Física

APLICAÇÃO DAS PROVAS

ALEGAÇÃO: Erro de gabarito por má orientação dos fiscais no horário da prova.

Conforme o email do dia 18-12-2016 para vossa empresa, onde informo o ocorrido no dia da prova:

Olá... sou candidata da prova em Chapecó para ACT. Josieli Roberto. E até então nunca teve 2 ou 3 gabaritos para cada área.

Na minha sala ninguém avisou sobre gabaritos. Somente que tinha 2 inscrição e dois gabaritos para quem fizesse 2 áreas.

No meu caso uma área Educação Física. Sendo assim passei 8 resposta errada para o gabarito. Ao ver o erro chamei o fiscale a resposta foi... não tem o que fazer...

Segue as questões que passei errada.

Conhecimento Especifico Educação Física.

1 B , 2 B, 3A, 4D , 5A, 6B, 7C, 8A essas são as minhas respostas corretas na minha percepção porém essas 8 questões passei errada.

Por esse motivo eu JOSIELI ROBERTO estou oficializando o pedido das questões 1,2,3,4,5,6,7,8 das específicas de Educação Física. Sendo cabível de verificação no caderno de questões.

Ressaltando que o motivo do erro foi a falta de orientação pelos fiscais, que no momento da prova passaram a informação incorreta.

Revisão das questão 1 das específicas de Educação Física, sendo que a verificação das alternativas assinaladas poderá se dar através do caderno de questões enviada juntamente com o gabarito.

Decisão:

Resta indeferido o recurso da candidata pelas seguintes razões:

1) Todas as instruções de preenchimento dos cartões e provas estavam na folha rosto da embalagem recebida.

2) Conforme ata de aplicação de provas na sala S215, a prova iniciou 14h05 e portando foi prorrogada até as 18h05. Os três últimos candidatos assinaram termo de encerramento às 17h45min, portanto cerca de 20 minutos antes do horário previsto de término naquela sala. Verifica-se ainda que a candidata requerente não está listada entre os três últimos candidatos, o que evidencia que retirou-se da sala de provas pelo menos 20 minutos antes do término, portanto havia tempo suficiente para leitura das instruções e conferência do material recebidos.

3) Quanto aos tipos de prova e preenchimento dos cartões-respostas havia uma folha de instruções que explicava detalhadamente como preenchê-los, além de que, cada candidato recebeu um invólucro plástico com suas provas, as quais estavam com os cartões intercalados na ordem de preenchimento, bastando seguir as instruções e a ordem em que estavam.

4) E ainda de acordo com previsão Editalícia Itens:

5.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica ou digitalização, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção, motivo por que deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática exclusão do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão também poderá implicar a exclusão do candidato do certame.

5.10.1. Poderá ser utilizado mais de um cartão resposta por candidato, levando em consideração as questões de conhecimentos básicos e específicos para os candidatos inscritos em duas áreas de atuação e/ou disciplinas, devendo o candidato estar atento para as instruções do cartão-resposta e do caderno de provas, sendo de responsabilidade do candidato a correta identificação dos cartões-respostas e provas, bem como seu preenchimento.

5.11. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

5.12. Em nenhuma hipótese será considerado, para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação, o caderno de questões. Diante das previsões contidas no Edital de Processo Seletivo, das quais o candidato não pode alegar desconhecimento, indefere-se o recurso da candidata.

RECURSO INDEFERIDO

500413 - Vera Warnava

História

APLICAÇÃO DAS PROVAS

ALEGAÇÃO: Interpor recurso de processo seletivo. Não recebi a prova específico na área de história

Neste dia da realização da prova constatei que não estava incluído a prova de história conhecimento específico em minha área. Estava na sala 333, bloco S terceiro piso, realizando a prova, notei que tinha dois gabaritos, chamei a fiscal de sala e esta também não soube me responder o por que dos dois gabaritos, esta foi em busca de outra pessoa, voltou e me devolveu o gabarito sem me dar resposta a respeito da minha prova específica na área de realização da mesma. Conclui a prova de conhecimentos básicos e gerais e são 30 questões. Assinei os dois gabaritos e preenchi um e entreguei, deixando em branco o gabarito de conhecimento específico na área de história. Mas escrevi em cima do caderno de prova, uma observação onde reclamei a falta da prova específica de história, pois a mesma não se encontrava em meu poder. Sem ter resposta da fiscal, onde pedi explicação por duas vezes não obtendo resposta conclui a única prova e desta forma entreguei a fiscal a qual não registrou na ata e ignorou meu problema e sai da sala sem solução.

Ou seja não respondi a prova específica de história pois não havia a mesma. Desta forma venho pedir esclarecimento e solução deste fato ocorrido, através de recurso. Sendo que o mesmo me prejudicou no processo seletivo bem como a minha vida profissional.

Decisão: INDEFERIDO: Ao realizar a abertura do Envelope de provas da Sala S333, em que a candidata recorrente estava alocada, contou-se que dentro do pacote plástico recebido por ela, além da Prova de Conhecimentos Básicos, continha o seu Cartão resposta referente a Prova de Conhecimentos Básicos, bem como, o cartão resposta e a Prova de Conhecimento Específico História, inclusive foi efetuada gravação do procedimento de abertura do envelope, o que confirma e comprova que a candidata recebeu todas as provas previstas e que deixou em branco o cartão e prova do Cargo de Professor de História, as alegações da candidata não merecem provimento.

Sobre esse assunto merece ser ressaltado que:

- 1) Todas as instruções de preenchimento dos cartões e provas estavam na folha rosto da embalagem recebida.
- 2) Conforme ata de aplicação de provas na sala S333, a prova iniciou 14h04 e portanto foi prorrogada até as 18h04. Os três últimos candidatos assinaram termo de encerramento às 18h04min. Verifica-se ainda que a candidata requerente não está listada entre os três últimos candidatos, o que evidencia que retirou-se da sala antes do término, portanto havia tempo suficiente para leitura das instruções e conferência dos materiais recebidos.
- 3) Quanto aos tipos de prova e preenchimento dos cartões-respostas havia uma folha de instruções que explicava detalhadamente como preenchê-los, além de que, cada candidato recebeu um invólucro plástico com suas provas, as quais estavam com os cartões intercalados na ordem de preenchimento, bastando seguir as instruções e a ordem em que estavam.
- 4) E ainda de acordo com previsão Editalícia Itens:

5.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica ou digitalização, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção, motivo por que deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática exclusão do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão também poderá implicar a exclusão do candidato do certame.

5.10.1. Poderá ser utilizado mais de um cartão resposta por candidato, levando em consideração as questões de conhecimentos básicos e específicos para os candidatos inscritos em duas áreas de atuação e/ou disciplinas, devendo o candidato estar atento para as instruções do cartão-resposta e do caderno de provas, sendo de responsabilidade do candidato a correta identificação dos cartões-respostas e provas, bem como seu preenchimento.

5.11. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

5.12. Em nenhuma hipótese será considerado, para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação, o caderno de questões. Diante do acima exposto, das previsões contidas no Edital de Processo Seletivo, das quais o candidato não pode alegar desconhecimento, e também das instruções contidas na folha rosto recebida por todos os candidatos, indefere-se o recurso da candidata.

RECURSO INDEFERIDO

493088 Adriano Pacheco

Educação Física

APLICAÇÃO DAS PROVAS

ALEGAÇÃO: Prestei concurso para professor de Educação Física aonde a prova tinha mais questões política, matemática, português, geografia e específica de educação física tinha somente 04 questões e por sinal muito mau elaboradas, sendo que de voleibol não tinha nada de atletismo e não tinha nenhuma pergunta de motricidade, desenvolvimento, anatomia e tantas outras específica para nossa área, pois como muitos professores que vejo em colégio dando aula de educação física e não sabem regras do voleibol, de atletismo, como vão entender quando um aluno tem uma luxação pois nesse momento a matemática e política não iram ajudar em nada e sim entender de anatomia. Se eu fiz opção para educação física e a segunda opção também para educação física tenho direito de fazer prova específica para minha área, pois sou formado em Bacharel e Licenciatura e se tivesse optado por geografia com todo respeito pra mim não interessa por qual lado nasce o rio Chapecó mais sim como faço uma criança andar ou ate a chutar uma bola ou como ela vai dar um passe na quadra de voleibol, como faço uma criança hiperativa se interessar por esportes e gostar de praticar? se tivesse escolhido qualquer outra matéria como segunda

opção ai até entendo que teria de fazer a prova com outras questões mas como não fiz essa opção espero respostas para minha dúvida e não somente a resposta que a prova tem de ser assim...pois se estudo 10 anos e tenho um gasto para me formar em duas faculdades também quero ser respeitado como profissional e portanto estou em busca de meus direitos, na faculdade de educação física aprendemos sobre músculos, formação de atletas doenças como Alzheimer e tantas outras doenças que são retardadas os sintomas se a pessoa fazer alguma atividades físicas e não regras de matemática....Sendo isso estou em busca de respostas e aguardo o mais breve possível uma resposta.

Decisão: INDEFERIDO: De acordo com previsão Editalícia haveria uma prova de Conhecimentos Básicos com 30 questões. E um caderno de questões específicas para cada área escolhida com 20 questões específicas cada um. Se o candidato optou por realizar apenas uma opção neste Caso para o Cargo de Educação Física, ele recebeu o caderno de Conhecimentos Básicos e o respectivo cartão resposta, bem como o Caderno de Conhecimentos Específicos e o respectivo cartão-resposta de Conhecimentos Específicos, a Prova Específica foi elaborada de acordo com o Conteúdo Programático Previsto em Edital.

Assim como a Prova de Conhecimentos Básicos foi elaborada de acordo com o previsto em Edital.

E ainda o Edital previa no item 4.5 o seguinte:

4.5. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO - Para todos os cargos:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	Nº Questões	Valor por questão	PESO TOTAL
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10	1,00	10,00
	Matemática	10	1,00	10,00
	Conhecimentos Gerais	10	1,00	10,00
Conhecimentos Específicos	Conteúdos Específicos por área de atuação e/ou disciplina.	20	2,50	50,00
Títulos	-	-	-	20,00

Portanto, as provas foram elaboradas de acordo com o que previa o Edital, seguindo assim as regras estabelecidas. Ao se inscrever o Candidato concordou com a metodologia estabelecida em Edital.

RECURSO INDEFERIDO

Chapecó, 11 de Janeiro de 2017

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

ATO 009/IOBV/002/16

GABARITO DEFINITIVO

ATO 009/iobv/002/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Processo Seletivo 002/2016 – 18/12/2016

X- Questão anulada

Médio

Professor Habilidades Artístico-Culturais – Música

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	B	C	A	B	D	C	A	D	C	A	C	D	B	B	C	A	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	A	B	A	D	A	D	C	B	B	D	A	B	A	D	C	B	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
B	C	D	D	C	A	C	A	X	B										

Superior

Conhecimentos Básicos – Todos os cargos de Professor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	A	C	B	D	C	A	B	X	C	A	B	X	C	C	B	B	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
B	A	C	C	B	A	D	D	A	C										

Conhecimentos Específicos

Professor de Habilidades Artístico-Culturais – Dança

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	B	C	D	B	C	A	D	C	A	C	B	D	A	B	B	D	C

Professor de Habilidades Artístico-Culturais – Artes Plásticas

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	C	C	B	D	B	D	C	B	C	D	A	D	A	B	B	A

Professor de Habilidades Artístico-Culturais – Música

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	C	D	B	A	A	C	C	D	B	B	C	A	D	D	B	A

Professor de Habilidades Artístico-Culturais – Artes Cênicas

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	B	A	C	B	D	A	C	D	A	C	A	B	D	B	D	A	D

Professor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	D	A	A	C	D	C	D	C	A	B	A	C	C	B	A

Professor de 1ª a 5ª Série e EJA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	C	A	B	D	B	C	A	C	D	A	C	C	A	B	B	D

Professor de Arte

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	B	C	C	A	D	B	D	C	B	A	D	A	C	B	B	A	A	B

Professor de Ciências

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	C	A	X	B	D	B	A	C	D	A	B	C	A	D	B	A	D	C

Professor de Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	D	A	B	C	A	A	C	D	C	C	A	B	D	A	B	C	B

Professor de Geografia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	C	D	A	D	B	A	B	C	D	B	C	A	B	A	D	C	D	A

Professor de História

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	A	B	B	C	X	C	B	A	B	C	D	B	A	D	C	A	D

Professor de Matemática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	C	A	B	C	D	C	X	X	X	C	A	D	B	D	A	D	C	B

Professor de Língua Estrangeira – Espanhol

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	D	A	B	D	C	A	C	D	B	B	C	B	A	A	D

Professor de Língua Estrangeira – Inglês

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	D	D	C	C	A	B	C	A	D	A	D	C	B	B	A	B

Professor de Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

D	B	A	C	B	A	D	C	B	C	A	D	B	C	B	A	D	B	C	A
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Professor de Ensino Religioso

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	C	B	A	B	C	A	D	C	D	B	B	A	D	C	B	B	D

Professor de Educação Especial/Interprete de Libras

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	C	B	A	B	C	A	D	C	X	C	X	B	X	A	C	X	D

Professor de Educação Especial/Instrutor de Libras

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	C	D	A	A	X	B	X	C	B	D	A	B	C	A	D

Professor de Educação Especial/Segundo Professor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	D	A	C	C	D	B	A	C	B	A	D	C	A	B	C	B

Professor – Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	C	D	B	A	D	C	A	D	C	B	B	D	C	A	B	B

Chapecó, 11 de Janeiro de 2017.

ATO 010/SEC/EDU/002/2016

Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ

Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATO 010/SEC/EDU/002/2016**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016**

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito Municipal de **CHAPECÓ/SC**, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica divulgado no **anexo I** deste ato, a **Classificação Preliminar dos Candidatos** ao Processo Seletivo 001/2016, em ordem decrescente de nota final.
2. Os cargos de Instrutor de Libras e Intérprete de Libras, serão ainda convocados para a Banca Avaliativa, sendo este ato apenas para divulgação da nota da prova escrita e títulos.
3. A divulgação da **Lista especial de classificação preliminar** de todos os candidatos que requereram vaga para deficiente físico, será divulgada no dia 23/01/17.
4. Os recursos contra esta classificação preliminar poderão ser interpostos das **08h do dia 12 de janeiro às 18h do dia 13 de janeiro**, conforme edital.

Chapecó, 11 de janeiro de 2017

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
 Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR GERAL

Legenda:
CB – Conhecimentos Básicos
CE – Conhecimentos Específicos
TA – Total de Acertos
NPE – Nota da Prova Escrita
NPT - Nota Pontuação de Títulos
NF - Nota Final

1ª a 5ª Série e EJA Ensino Superior												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	478592	05/05/1958	Claidi Todescatt	20	20,00	17	42,50	37	62,50	20,00	82,50	Aprovado
2	472106	24/04/1987	Vanusa Maria Gnoatto	23	23,00	19	47,50	42	70,50	9,00	79,50	Aprovado
3	475340	30/04/1973	Loreci Aparecida Zatti	25	25,00	18	45,00	43	70,00	9,00	79,00	Aprovado
4	473241	27/11/1968	Silmara Aparecida Sartori Sanvacinski	17	17,00	19	47,50	36	64,50	14,00	78,50	Aprovado
5	471561	19/08/1974	Idianes Tereza Mascarello	19	19,00	18	45,00	37	64,00	14,00	78,00	Aprovado
6	491899	04/05/1988	Jaqueline Arianne Pereira Silva	19	19,00	18	45,00	37	64,00	14,00	78,00	Aprovado
7	481484	27/06/1964	Odete Scapinello	22	22,00	19	47,50	41	69,50	8,10	77,60	Aprovado
8	487221	26/02/1988	Cassiane Callegari	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
9	471092	01/03/1992	Aline Bodanese Fortes	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
10	487078	04/10/1994	Sidinara Kunzler	22	22,00	20	50,00	42	72,00	5,00	77,00	Aprovado
11	470530	05/04/1964	Anita Maria Borsoi Sartori	23	23,00	18	45,00	41	68,00	9,00	77,00	Aprovado
12	471306	01/06/1979	Marcia Marilei Soehn	24	24,00	19	47,50	43	71,50	5,00	76,50	Aprovado
13	477167	12/11/1981	Rezane De Oliveira Lacerda Da Silva	23	23,00	19	47,50	42	70,50	5,00	75,50	Aprovado
14	471884	03/01/1979	Elizandra Patricia Benetti	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
15	479076	14/12/1987	Soraya Suzi Vicari Schneider Da Costa	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
16	474432	15/12/1987	Giamara Claudia Pertile Franco	24	24,00	17	42,50	41	66,50	9,00	75,50	Aprovado
17	472086	14/07/1986	Cassia Girotto Zucco	24	24,00	17	42,50	41	66,50	8,68	75,18	Aprovado
18	495950	18/09/1978	Liliane Scortegagna Da Silva	22	22,00	19	47,50	41	69,50	5,00	74,50	Aprovado
19	471343	02/10/1980	Gracieli Giani Pfeifer De Almeida	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

20	473139	03/11/1989	Kelly Ebertz	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
21	478283	17/03/1975	Eliane Ceccon	23	23,00	17	42,50	40	65,50	9,00	74,50	Aprovado
22	475276	27/11/1980	Elizabeth De Aguiar	23	23,00	17	42,50	40	65,50	9,00	74,50	Aprovado
23	492916	12/01/1988	Jhecita Kaline Alberti Vogel	23	23,00	17	42,50	40	65,50	9,00	74,50	Aprovado
24	498605	20/02/1976	Elisandra Fernandes De Carvalho	24	24,00	18	45,00	42	69,00	5,00	74,00	Aprovado
25	471470	15/06/1964	Rosana Pitaluga Klein	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
26	472689	15/02/1975	Leoni Fatima Copceski	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
27	472537	22/06/1991	Suzana Cremonini	25	25,00	16	40,00	41	65,00	9,00	74,00	Aprovado
28	474916	25/03/1967	Marilene De Almeida Slevinski	22	22,00	17	42,50	39	64,50	9,00	73,50	Aprovado
29	473398	28/05/1986	Daniele Garcia Da Silva	22	22,00	17	42,50	39	64,50	9,00	73,50	Aprovado
30	471553	31/10/1978	Giovana Mattei	18	18,00	17	42,50	35	60,50	12,70	73,20	Aprovado
31	470253	15/07/1984	Juliane Amalia Brandalise Da Costa	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
32	470579	06/04/1987	Kelli Gomes Cortina Marcon	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
33	470097	07/10/1987	Franciele Sive	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
34	472787	28/12/1972	Jaqueline Bonamigo	24	24,00	16	40,00	40	64,00	9,00	73,00	Aprovado
35	485102	04/09/1991	Anisia Ripplinger De Abreu	24	24,00	16	40,00	40	64,00	9,00	73,00	Aprovado
36	476184	25/02/1955	Marli Teresinha Galvão (idoso)	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
37	487710	13/10/1981	Emanoel Gabriel	20	20,00	19	47,50	39	67,50	5,00	72,50	Aprovado
38	475334	02/12/1976	Joscemara Pinheiro	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
39	471540	01/08/1962	Aquilino Luiz Artifon	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
40	470879	24/04/1974	Susana Bertollo Guerezzi	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
41	491129	10/02/1984	Taise Marin Ramos	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
42	497334	21/05/1988	Kauana Cintia Vital	19	19,00	18	45,00	37	64,00	8,00	72,00	Aprovado
43	472236	10/01/1976	Sinara Cavalheiro De Carvalho	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
44	474615	24/03/1987	Aline Maria Santos Dos Reis	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
45	478742	08/05/1985	Monica Maria Tourinho Oldiges	18	18,00	16	40,00	34	58,00	14,00	72,00	Aprovado
46	474781	23/03/1959	Ilse Cláides Pavao	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
47	471529	12/10/1974	Daniela Maria Barp De Oliveira	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
48	492659	03/08/1976	Marcia Capelesso	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
49	470942	23/06/1985	Rosane Simonetti	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

50	481566	24/07/1976	Sonize Meneghetti Crema	22	22,00	16	40,00	38	62,00	8,60	70,60	Aprovado
51	471506	18/10/1986	Debora Carneiro Leite	23	23,00	19	47,50	42	70,50	0,00	70,50	Aprovado
52	496793	28/11/1992	Micheli Fernanda Prigol Bianchi	18	18,00	19	47,50	37	65,50	5,00	70,50	Aprovado
53	491089	07/10/1967	Joise Aparecida Machado Reche	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
54	470034	24/04/1969	Iolanda Maria Echer	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
55	478017	04/11/1975	Carla Graboski De Sousa	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
56	471726	14/07/1979	Tania Da Cruz Marinello	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
57	471809	14/03/1990	Ana Claudia Vaz	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
58	482205	25/03/1991	Alessandra Fenker	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
59	481565	05/09/1988	Chaiane Bukowski	14	14,00	17	42,50	31	56,50	14,00	70,50	Aprovado
60	496190	30/12/1969	Marinez Schneider Foiato	21	21,00	17	42,50	38	63,50	6,85	70,35	Aprovado
61	477805	27/10/1976	Marivone Moliski Dos Santos	21	21,00	18	45,00	39	66,00	4,00	70,00	Aprovado
62	498607	07/06/1991	Francieli Katia Rambo Slaviero	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
63	493166	28/03/1964	Nair Salette Domingues	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
64	485229	14/04/1966	Geraldo Poletto	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
65	472967	03/06/1969	Salette Alves Gazaro	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
66	487603	07/09/1975	Tania Claudete Bueno Bagestan Bissoto	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
67	476521	13/03/1978	Eliane Dos Santos Saugo	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
68	469940	30/10/1982	Janaina Bedin	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
69	501696	29/04/1990	Daniene Caminero	19	19,00	17	42,50	36	61,50	8,25	69,75	Aprovado
70	474530	25/08/1956	Sonia Teresinha Casaca	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
71	472727	19/12/1974	Ana Ivandir Pavao Tomasi	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
72	469753	14/06/1982	Rafaela Cristine Brandao Noack	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
73	496559	25/10/1983	Monica Denize Machado Da Silva	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
74	492158	31/07/1985	Geslaine Marta Da Silva De Moura	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
75	470112	24/06/1970	Ines Catarina Soeiro Terres	23	23,00	15	37,50	38	60,50	9,00	69,50	Aprovado
76	495700	23/10/1964	Meri Elisa Schreiner	22	22,00	17	42,50	39	64,50	4,90	69,40	Aprovado
77	470005	02/02/1970	Helenara Maria Claro Da Silva	18	18,00	17	42,50	35	60,50	8,90	69,40	Aprovado
78	497091	23/04/1986	Daniela Maschio	21	21,00	18	45,00	39	66,00	3,15	69,15	Aprovado
79	496518	24/02/1981	Adriana Da Silva	16	16,00	18	45,00	34	61,00	8,10	69,10	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

80	481527	29/06/1980	Adriana Aparecida Dos Santos Zanini	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
81	469965	27/11/1988	Alice Daniela Iaroseski	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
82	477567	26/06/1992	Aline Da Silva Serpa	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
83	475117	25/01/1990	Gisele Bottini Ribeiro Wisoski	20	20,00	17	42,50	37	62,50	6,25	68,75	Aprovado
84	475182	18/10/1956	Marli Aparecida Bon El Kadri	22	22,00	15	37,50	37	59,50	9,00	68,50	Aprovado
85	472985	17/11/1991	Susana De Fatima Frighetto Durel	23	23,00	18	45,00	41	68,00	0,50	68,50	Aprovado
86	471798	15/04/1967	Fatima Aparecida Almeida	22	22,00	17	42,50	39	64,50	4,00	68,50	Aprovado
87	494363	02/10/1975	Ana Claudia Mottini Martins	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
88	471332	21/03/1980	Rafaela Lucia Da Silva	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
89	479749	15/06/1981	Lucineia Mazutti	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
90	477804	20/10/1983	Ilda Maurilia Cavalheiro Siqueira	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
91	500578	23/11/1987	Diego De Bastiani	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
92	477152	07/01/1989	Scheila Hosana Bazzo	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
93	475755	07/07/1989	Sheila Worma	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
94	476326	27/08/1958	Maria Aparecida Cabral Garcia	22	22,00	15	37,50	37	59,50	9,00	68,50	Aprovado
95	488161	01/01/1966	Rosemary Casanova Liedtke	22	22,00	17	42,50	39	64,50	3,90	68,40	Aprovado
96	492373	07/11/1984	Jacira Pereira Soares Borin	18	18,00	18	45,00	36	63,00	5,00	68,00	Aprovado
97	474643	26/12/1991	Luziane Ramos De Azevedo	18	18,00	18	45,00	36	63,00	5,00	68,00	Aprovado
98	481596	07/10/1985	Keila Alves De Melo Da Silva	23	23,00	16	40,00	39	63,00	5,00	68,00	Aprovado
99	481556	25/10/1966	Ires Francischi Bellei	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
100	471725	21/07/1972	Luciana Godoi Pedrozo	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
101	487554	02/10/1977	Jucilei Maria Carasek	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
102	478682	07/04/1978	Elisangela Mombaque	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
103	478428	13/08/1979	Rosangela Aparecida De Lima	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
104	476782	03/03/1984	Geoverson De Moura	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
105	472484	15/11/1984	Emanuela Costa Argente Bandeira	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
106	475868	04/06/1991	Vanessa Glovacki Lavinicki	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
107	494357	24/10/1982	Edna Menegatti	19	19,00	14	35,00	33	54,00	13,63	67,63	Aprovado
108	473163	09/01/1978	Cinthia Marques Da Silva	14	14,00	18	45,00	32	59,00	8,60	67,60	Aprovado
109	481233	11/04/1987	Cristiane Mendes Ferreira E Silva	16	16,00	19	47,50	35	63,50	4,00	67,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

110	493689	26/12/1985	Juliane Cristine Dos Reis	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
111	491597	13/10/1986	Michelle Tironi	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
112	471522	19/02/1975	Lizandra Gava Machado	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
113	472204	04/08/1975	Marines Andrin	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
114	474902	26/04/1979	Dalja Wilk	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
115	480945	04/08/1980	Rosicler Cararo Dal Magro	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
116	501211	07/02/1986	Magali Maria Johann	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
117	495340	10/12/1988	Mariana Da Fonseca	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
118	472734	12/05/1992	Juliano Faccin	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
119	480000	23/04/1974	Silvania Pigato De Oliveira	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
120	472656	09/07/1975	Janaina Miolo Lopes	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
121	471418	09/03/1977	Roseli De Lima	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
122	491736	12/07/1977	Zuleika Favretto Mohr	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
123	477650	28/10/1983	Juliana Da Rocha	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
124	496352	08/02/1988	Tammy Pardini	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
125	475987	11/04/1990	Daiane Christ	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
126	501869	10/08/1980	Fernanda Cristina Da Silva Giordan	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
127	498784	03/03/1983	Alessandra Fatima Dos Santos	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
128	473391	12/06/1993	Jessica Antunes De Souza	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
129	492927	02/02/1985	Silvana Malacarne Da Silva	22	22,00	17	42,50	39	64,50	2,50	67,00	Aprovado
130	487292	14/01/1972	Noeli Maria Ercego	22	22,00	16	40,00	38	62,00	5,00	67,00	Aprovado
131	471771	01/05/1977	Lucelia Fernanda Danielli	22	22,00	16	40,00	38	62,00	5,00	67,00	Aprovado
132	487824	02/08/1972	Marines Hemsing Ferst	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
133	488409	18/04/1973	Adriane Jahnke	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
134	474636	16/10/1974	Loreni De Fatima Rodrigues Da Silva Miotto	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
135	479325	11/02/1977	Joice Riboli	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
136	476077	26/06/1977	Tais Bacci	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
137	477343	27/04/1980	Jani Mara Bianchi Finco	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
138	487240	20/09/1980	Glauca Aparecida Romansin Michelon	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
139	477647	01/06/1981	Gracieli Eva Heberle	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

140	493565	31/08/1984	Catricie Sacon	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
141	494065	23/01/1985	Beatriz Batistello Bordin	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
142	488420	04/08/1987	Vanessa Pessatto	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
143	488038	01/08/1990	Ivania De Zorzi	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
144	470162	07/12/1990	Roziane Angelita Eberts	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
145	471216	16/06/1991	Priscila Regina Berta	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
146	472295	03/12/1987	Sivonei Aparecida Cofferi	14	14,00	19	47,50	33	61,50	5,00	66,50	Aprovado
147	480156	26/10/1991	Claudiane Oliveira Da Silva Felicetti	14	14,00	19	47,50	33	61,50	5,00	66,50	Aprovado
148	485506	17/05/1988	Raqueli Lanzarini Gomes Nogueira	19	19,00	17	42,50	36	61,50	5,00	66,50	Aprovado
149	470155	21/11/1973	Giovani Zeny Pinho Mallmann	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
150	498385	19/01/1990	Regiane Frigo Piaseski	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
151	472444	12/03/1965	Ieda Marlise Homrich	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
152	469773	19/09/1973	Ylhethe Dos Santos	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
153	491654	26/05/1979	Evandra Brites Ribas	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
154	470877	13/12/1979	Eliane Ribeiro Neto Missel	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
155	474631	10/06/1986	Katiussia Mariana Venturini	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
156	481687	21/03/1989	Aline Lanzarin	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
157	473882	08/12/1992	Simone De Mello	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
158	482572	02/12/1985	Eliane Pereira	19	19,00	15	37,50	34	56,50	10,00	66,50	Aprovado
159	496581	09/09/1972	Margane Maria Lunelli	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
160	478365	22/10/1984	Alcione Federle	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
161	479653	20/11/1993	Fabiola Both	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
162	471616	02/12/1968	Vanderleia Aparecida Jost	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
163	477988	29/08/1969	Terezinha De Fatima De Tozzo	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
164	492873	17/12/1984	Angelita Alzira Lopes	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
165	497497	05/07/1985	Cintia Favero Bedin	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
166	479209	28/05/1988	Alexandra Da Fonseca	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
167	471706	20/12/1988	Marcia Francieli Muller	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
168	480188	28/06/1989	Edineia Texeira Da Rosa	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
169	491853	15/07/1978	Delvair Salette Teixeira Da Rosa	22	22,00	14	35,00	36	57,00	9,00	66,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

170	478994	13/03/1968	Lucy Vera De Oliveira Netto	16	16,00	17	42,50	33	58,50	7,30	65,80	Aprovado
171	481455	04/05/1985	Adriana Maciel Salvan	23	23,00	17	42,50	40	65,50	0,00	65,50	Aprovado
172	487674	01/04/1974	Vera Lucia Bublitz De Santi	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
173	486367	07/09/1971	Loirice Teresinha Tomicki Corazza	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
174	469977	19/12/1979	Joze De Carvalho Rodrigues	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
175	476769	29/05/1980	Elenice De Barros Dos Santos	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
176	470553	07/12/1981	Jeruzia Vanessa Lima	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
177	488883	30/04/1984	Alice Marta Da Silva Pedroso	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
178	491225	30/06/1990	Camila Dos Santos	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
179	475985	15/09/1957	Zuleica Maria Pilatti	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
180	475010	19/02/1958	Izolda Bagatini	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
181	472499	13/12/1970	Gersiomari Luzia Mocellin Meine	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
182	471203	17/08/1978	Ivanete Pedroso Pompeo Da Silva	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
183	476910	07/06/1988	Daniela Maria Mikolaiczik	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
184	486455	27/08/1976	Vandra Ferrarini	18	18,00	16	40,00	34	58,00	7,30	65,30	Aprovado
185	487594	06/09/1960	Anete Fante	23	23,00	15	37,50	38	60,50	4,80	65,30	Aprovado
186	500691	24/04/1988	Diana Chiarello	18	18,00	18	45,00	36	63,00	2,03	65,03	Aprovado
187	481349	01/06/1972	Adriana Moraes Mota Pires	20	20,00	16	40,00	36	60,00	5,00	65,00	Aprovado
188	497389	19/11/1957	Oneide Dalbosco Muller	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
189	476887	17/07/1968	Margarida Jussara Piasson	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
190	477145	19/06/1969	Marlene Cortina	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
191	470388	29/01/1976	Monica Fatima Agnoletto Da Silveira	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
192	475908	28/08/1979	Silmara Cattelan	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
193	471970	23/12/1979	Joceli Cristina Zancanaro	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
194	470196	01/11/1982	Francilene Dall Agnol De Oliveira	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
195	475382	04/04/1984	Katya Cileny Karpinski Bertollo	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
196	477081	23/06/1986	Sandra Mara Arini	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
197	471847	01/01/1988	Gracieli Bottini Ribeiro	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
198	494001	28/04/1989	Patricia Dos Santos	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
199	470086	26/07/1990	Francieli Gnoatto	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

200	471154	18/04/1976	Marilda Dos Santos	21	21,00	14	35,00	35	56,00	9,00	65,00	Aprovado
201	470194	21/12/1962	Sueli Fatima Marcante	16	16,00	14	35,00	30	51,00	14,00	65,00	Aprovado
202	480120	12/07/1995	Diana Cecon	13	13,00	19	47,50	32	60,50	4,35	64,85	Aprovado
203	494208	19/11/1991	Rafael Dos Santos Carneiro	17	17,00	19	47,50	36	64,50	0,00	64,50	Aprovado
204	471451	05/05/1984	Claudia Canan	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
205	474112	26/09/1988	Daniele Reinke Streicher	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
206	482549	07/04/1985	Rute Maria Miranda	22	22,00	15	37,50	37	59,50	5,00	64,50	Aprovado
207	480784	02/01/1971	Margaret Schmidt	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
208	472770	13/10/1974	Fabiane Rafaela Silva	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
209	495362	09/09/1981	Naiva Ravazio	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
210	472708	10/02/1985	Adriana Romani	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
211	496590	01/04/1986	Mirian Regina Danielli Goulart	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
212	492629	22/08/1990	Marieli Milka Da Silva	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
213	475757	14/01/1991	Bruna Ottilia Harres	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
214	488361	21/11/1979	Carla Grasel Giachini	15	15,00	19	47,50	34	62,50	1,75	64,25	Aprovado
215	470729	19/07/1954	Leonora Machado (idoso)	16	16,00	16	40,00	32	56,00	8,00	64,00	Aprovado
216	487553	05/07/1961	Elisabete Do Carmo Dal Piva	19	19,00	18	45,00	37	64,00	0,00	64,00	Aprovado
217	469967	22/09/1988	Fernando Diehl	19	19,00	18	45,00	37	64,00	0,00	64,00	Aprovado
218	476748	19/09/1995	Camila Salete Pillizari Belini	19	19,00	18	45,00	37	64,00	0,00	64,00	Aprovado
219	491700	16/12/1991	Tairine Paula Carneiro	14	14,00	18	45,00	32	59,00	5,00	64,00	Aprovado
220	470644	16/02/1994	Cristiane Betanin	20	20,00	16	40,00	36	60,00	4,00	64,00	Aprovado
221	487182	24/04/1972	Angela Maria Adler	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
222	493261	08/09/1985	Cristiana Padilha	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
223	476977	18/06/1990	Arlene de Fátima Ribeiro De Oliveira	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
224	487398	26/04/1959	Lourdes Franciscon	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
225	476837	20/06/1967	Sandra Mara De Souza Zanella	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
226	472056	01/10/1967	Marli Rodriguez Pigato	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
227	477356	10/12/1969	Margarete Rodrigues De Lima	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
228	471023	25/05/1970	Vanda Cittadella Pedroso	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
229	471333	16/04/1979	Juliana De Fante	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

230	475818	01/08/1979	Claudia Regina De Linhares	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
231	480578	18/12/1986	Katchucia Soares Napp Carvalho	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
232	472799	18/01/1989	Vania Ferreira Garshal	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
233	472593	17/06/1990	Patricia Moresco	20	20,00	14	35,00	34	55,00	9,00	64,00	Aprovado
234	495156	19/11/1972	Valderes Schmitz De Lima	19	19,00	15	37,50	34	56,50	7,20	63,70	Aprovado
235	501599	05/03/1973	Ana Maria Franca	16	16,00	19	47,50	35	63,50	0,00	63,50	Aprovado
236	483034	10/07/1988	Marines Teresinha Svolinski	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
237	493964	16/08/1994	Cristina Caron Mascarello	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
238	482228	02/03/1970	Rosangela Muller Wildner	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
239	475318	13/05/1972	Osni de Fatima Alves de Lara vassoler	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
240	472694	16/01/1986	Suzana Aparecida Da Luz	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
241	473436	03/04/1983	Aline Pereira Riete	21	21,00	15	37,50	36	58,50	5,00	63,50	Aprovado
242	476952	22/02/1984	Monica Zanrosso Capelesso	18	18,00	15	37,50	33	55,50	8,00	63,50	Aprovado
243	471682	19/09/1971	Mari Lucia Lemes De Almeida	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
244	473302	03/06/1972	Reni Bombieri	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
245	471537	01/11/1973	Elizabeth Trento	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
246	480252	12/12/1977	Janalize Pavoski	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
247	474099	25/03/1978	Renata Pisatto	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
248	492779	06/04/1980	Rosana Da Cruz De Jesus Liz De Moura	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
249	469894	24/08/1980	Ana Paula Rodrigues	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
250	477674	26/02/1984	Estefany Alves De Medeiros	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
251	472024	21/09/1985	Fernanda Guolo	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
252	471403	17/02/1986	Maria Reis	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
253	476692	19/05/1988	Paula Rodrigues Scapinello	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
254	482745	06/01/1967	Maria Isabel Nogueira Da Silva De Medeiros	22	22,00	13	32,50	35	54,50	9,00	63,50	Aprovado
255	493127	18/06/1986	Fernanda Kieling	20	20,00	17	42,50	37	62,50	0,90	63,40	Aprovado
256	497941	17/09/1969	Rubianca Pedroso Ferreira	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,30	63,30	Aprovado
257	480542	14/10/1952	Maria De Lourdes Kirschner (idoso)	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
258	478398	11/12/1978	Lucilene Teresinha Remos Farias	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,00	63,00	Aprovado
259	501221	06/11/1989	Marcelo Machado	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,00	63,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

260	487359	26/11/1989	Juceli Martins De Lima Brocardo	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,00	63,00	Aprovado
261	491889	08/04/1985	Rita De Cassia De Freitas Messa	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
262	475333	07/06/1995	Ana Paula Antonello	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
263	480355	30/09/1965	Valentina Machado	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
264	487869	13/10/1974	Irines Aparecida Fernandes	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
265	481557	20/07/1976	Angela Cleia Carteri	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
266	472195	20/05/1978	Luciane Cristina Dassi	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
267	477234	17/05/1982	Marcia Batista Nunes	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
268	475878	13/07/1983	Juliane Machado Dotto	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
269	471362	23/09/1986	Monica Lanzarin Da Silva Costa	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
270	475907	09/10/1986	Giseli Guilherme	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
271	487019	04/08/1988	Priscila Rigotti Frantz	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
272	477690	11/11/1988	Josiane Sales	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
273	471898	11/11/1971	Andreia Soares Rhoden	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
274	476657	18/05/1973	Ariliane Dal Bosco	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
275	491285	17/11/1974	Patricia Regina De Oliveira	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
276	475486	06/04/1985	Edineia Andretti Tres	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
277	488315	06/11/1992	Fernanda Maria Arcari	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
278	477568	06/06/1973	Dulcineia Mariza Debetto	15	15,00	16	40,00	31	55,00	7,80	62,80	Aprovado
279	471832	17/03/1981	Luciane Aparecida Bolzan Parizotto	18	18,00	16	40,00	34	58,00	4,70	62,70	Aprovado
280	497233	29/08/1976	Nilseia Aparecida Bento Piva	20	20,00	17	42,50	37	62,50	0,00	62,50	Aprovado
281	491139	12/03/1981	Marcia Mariza Trevisan	11	11,00	17	42,50	28	53,50	9,00	62,50	Aprovado
282	474838	05/01/1980	Rose Andreia Pessoa Da Silva	20	20,00	15	37,50	35	57,50	5,00	62,50	Aprovado
283	472806	09/12/1980	Marindia De Lima	20	20,00	15	37,50	35	57,50	5,00	62,50	Aprovado
284	482581	28/10/1985	Simone Da Silva Orso	17	17,00	15	37,50	32	54,50	8,00	62,50	Aprovado
285	474300	27/07/1966	Sonia Maria Restello	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
286	480116	09/02/1967	Salette Maria Martinelli	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
287	473376	14/09/1968	Genacir Damo Bellei	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
288	476893	04/11/1969	Dirce Maldaner	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
289	485860	03/06/1970	Alice Fiel De Castro	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

290	471628	21/07/1975	Rosali Fatima Stempkowski	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
291	471661	05/07/1978	Lourdes Domingues Da Silva Pavao Pavao	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
292	472833	18/04/1982	Zeli Correia Martins Correia Martins	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
293	471945	12/11/1983	Maite Zanella Largura	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
294	499887	30/10/1984	Daiane Michels	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
295	487839	13/04/1990	Rubia Fernanda Cavaleiro Da Silva	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
296	471654	01/10/1990	Claudineia Oliveira Da Silva	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
297	491210	03/02/1991	Rita Grasieli Dallastra	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
298	470544	05/02/1992	Andressa Fernanda Fortes	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
299	490932	12/08/1975	Simone Cinelli	21	21,00	13	32,50	34	53,50	9,00	62,50	Aprovado
300	491199	05/02/1982	Andrea Carvalho	21	21,00	13	32,50	34	53,50	9,00	62,50	Aprovado
301	471258	20/11/1974	Loreni Renita Telles	16	16,00	13	32,50	29	48,50	14,00	62,50	Aprovado
302	491384	07/05/1992	Eluana Tassoneiro	15	15,00	16	40,00	31	55,00	7,40	62,40	Aprovado
303	497405	18/06/1990	Kelly Cristina Zick	16	16,00	15	37,50	31	53,50	8,75	62,25	Aprovado
304	492459	25/03/1989	Fernanda Cristine Alves	17	17,00	18	45,00	35	62,00	0,00	62,00	Aprovado
305	469980	26/05/1994	Daniela Perin	17	17,00	18	45,00	35	62,00	0,00	62,00	Aprovado
306	478633	04/01/1993	Fabiane Cristina Giombelli	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
307	471188	30/03/1993	Jessica Monique Bau	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
308	472448	20/06/1964	Tania Regina Rosa	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
309	472558	09/07/1992	Kerolyn De Oliveira Martins	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
310	476008	05/10/1957	Loeri Cima Martins Dos Santos	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
311	475657	23/06/1966	Roseli Schmidt Schilke	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
312	469743	26/08/1972	Rozangela Aparecida Gomes Gomes	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
313	472702	26/01/1975	Sandra Leite	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
314	476889	17/11/1977	Mara Angelita Piasson	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
315	478399	18/08/1981	Leide Mariane Espindola	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
316	491014	01/06/1982	Serjane Aparecida Barros	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
317	477168	22/10/1982	Seleandra Scheffer Teixeira	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
318	488440	03/04/1987	Luciane Rampanelli	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
319	470061	14/04/1987	Rosangela Cristina Althaus Zanin	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

320	471177	03/04/1955	Dosolina Baroncello Manenti (idoso)	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
321	484126	06/07/1987	Juliana Mascarello De Souza	19	19,00	17	42,50	36	61,50	0,00	61,50	Aprovado
322	473362	24/04/1988	Jocieli Aparecida Lemes Da Silva Zardinello	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
323	473028	13/11/1964	Izolete Vicari Surdi	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
324	470000	25/04/1977	Jucineia Carolina Pignat	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
325	471057	05/10/1980	Vania Suzana Giachini Bele	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
326	472850	22/03/1983	Adriana Valentini	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
327	481081	26/09/1987	Luciana Da Silva	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
328	479417	06/10/1987	Leidiane Barro Cardoso Da Silva	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
329	474277	23/07/1988	Raquel Silveira	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
330	471596	16/12/1990	Ana Carolina Kemerich De Matos Ecco	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
331	477205	11/07/1973	Tatiana Araldi	20	20,00	13	32,50	33	52,50	9,00	61,50	Aprovado
332	492807	02/04/1969	Sandra Mari Filipiaki	15	15,00	16	40,00	31	55,00	6,10	61,10	Aprovado
333	472434	11/05/1984	Aline Patricia Da Silva	17	17,00	16	40,00	33	57,00	4,00	61,00	Aprovado
334	473519	12/07/1979	Metilde salete Tonet	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
335	470744	19/09/1979	Adriane Lucia Theobald Alfien	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
336	499202	25/12/1983	Franciele Aparecida Fortes	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
337	470267	15/11/1985	Zoleide Maristela Kramer	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
338	485100	28/11/1989	Angele Passari Soranco	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
339	488695	06/08/1972	Mariza Serena Pacheco	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
340	493419	17/06/1976	Joceli Zanandrea Daga	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
341	472688	12/08/1980	Ellane Bellei Aumondi	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
342	474911	30/09/1980	Cristiani Rebellato	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
343	496045	28/08/1982	Mari Cabral Dos Santos	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
344	492981	24/06/1987	Daiane Cristina Maran Sartor	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
345	487008	02/08/1989	Margarete Soares Correa	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
346	477889	14/09/1965	Carmen Lucia Marques Ferreira	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
347	495158	02/08/1974	Elizeane Da Silveira Ugolini	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
348	497839	24/07/1975	Ely De Jesus Konflanz	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
349	475367	15/05/1981	Cristina Schell	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

350	475248	01/01/1987	Lindamir Castilho	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
351	470938	17/05/1987	Rosimeli Sigognini	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
352	472424	03/08/1989	Elisete Fatima Kusmirczuk Theobald	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
353	470008	25/11/1991	Katiana Caovilla	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
354	493407	20/04/1993	Valesca Chagas Riva	13	13,00	19	47,50	32	60,50	0,00	60,50	Aprovado
355	493426	03/10/1986	Monique Gielda	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
356	497700	26/08/1989	Rosangela Machado Saviano Dos Santos	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
357	476142	05/01/1991	Regiane Sutil Da Trindade Da Silva	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
358	475869	08/12/1977	Cristina Conceicao Prezotto	13	13,00	17	42,50	30	55,50	5,00	60,50	Aprovado
359	482456	25/09/1985	Rafael Myszak	23	23,00	15	37,50	38	60,50	0,00	60,50	Aprovado
360	488781	10/11/1988	Simone Reineher Vidor	19	19,00	15	37,50	34	56,50	4,00	60,50	Aprovado
361	469978	30/05/1974	Katia Maria De Souza	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
362	487261	17/04/1981	Kelly Bianca Lamp De Medeiros	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
363	492754	14/12/1983	Tais Oliveira	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
364	488258	19/04/1991	Patricia Buenos	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
365	471346	20/04/1991	Luana Moreira De Lima	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
366	478298	18/05/1992	Micheli Matte Do Amaral	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
367	470101	22/01/1993	Marina Malacarne	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
368	482399	02/10/1958	Ires Lago Brisola	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
369	472870	16/11/1959	Liberalina Moraes Morgan	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
370	473262	31/10/1968	Ironilde De Fatima Moreira De Dutra Prestes	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
371	492267	26/04/1970	Rosane Fatima Bianchi	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
372	476620	03/09/1970	Eliane Da Silveira Meneguzzi	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
373	474996	16/12/1971	Sirlei De Andrade	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
374	471388	30/08/1975	Ivani Rosa Svolinski	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
375	469915	21/01/1977	Alice Maria Soldi	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
376	470233	28/05/1978	Neiva Maria Ribeiro Liria Da Silva	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
377	470249	22/01/1979	Silvana Machado Boneti	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
378	477120	01/01/1980	Marcia Luiza Colpani	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
379	494250	05/08/1993	Vanessa De Almeida	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

380	471101	16/01/1982	Odair Antonio Zerbili	23	23,00	13	32,50	36	55,50	5,00	60,50	Aprovado
381	477573	31/12/1972	Teresinha Da Silva Serpa	19	19,00	13	32,50	32	51,50	9,00	60,50	Aprovado
382	470933	01/07/1973	Deize Iara Herrmann Azevedo	19	19,00	13	32,50	32	51,50	9,00	60,50	Aprovado
383	473147	30/12/1966	Neri Antonio Dos Santos	24	24,00	11	27,50	35	51,50	9,00	60,50	Aprovado
384	470944	10/12/1956	Mariano Soccolski (idoso)	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
385	496807	12/10/1971	Janise Fatima Kinseler Lima	20	20,00	16	40,00	36	60,00	0,00	60,00	Aprovado
386	471272	21/12/1981	Fabricao De Lima Ribeiro	20	20,00	16	40,00	36	60,00	0,00	60,00	Aprovado
387	480684	07/02/1990	Nuria Gomes	15	15,00	16	40,00	31	55,00	5,00	60,00	Aprovado
388	475704	14/04/1969	Saete Busnello Da Silva	11	11,00	16	40,00	27	51,00	9,00	60,00	Aprovado
389	475737	28/06/1989	Josiane Pereira Da Silva	11	11,00	16	40,00	27	51,00	9,00	60,00	Aprovado
390	472317	16/11/1968	Marines Ferraz	15	15,00	15	37,50	30	52,50	7,50	60,00	Aprovado
391	484164	16/04/1963	Claudete Ballerini	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
392	498764	05/02/1970	Solide Terezinha Wagner Valber	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
393	474499	12/05/1970	Cleunice Machado Da Silva	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
394	474858	07/06/1976	Marta Antunina Antunes Caires	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
395	494160	12/12/1976	Izelaine Gilioli	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
396	472582	13/02/1979	Simone Fatima Venancio	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
397	477232	31/10/1981	Alice Ferreira	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
398	472911	10/12/1981	Janice Santos	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
399	478834	25/01/1982	Sirlei Stechmann	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
400	471396	25/02/1983	Marieli Becker	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
401	472119	04/04/1984	Alessandro Lemes Pinheiro	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
402	486878	22/09/1984	Grasiele Ciello	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
403	475107	14/11/1984	Edivane Lugarezi Farias	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
404	470975	25/05/1986	Marcia Soares Paiva	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
405	471818	26/08/1989	Patricia Luiz Battistella	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
406	493649	22/12/1973	Claudia Ertel	18	18,00	15	37,50	33	55,50	4,40	59,90	Aprovado
407	495354	10/09/1986	Jocyanne Silva Schneider	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,33	59,83	Aprovado
408	471104	28/05/1976	Dilina De Fatima Chiarello Kusiak	18	18,00	16	40,00	34	58,00	1,63	59,63	Aprovado
409	472330	10/02/1977	Onilce Cigognini	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,00	59,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

410	476144	21/07/1958	Idalina Rosina Guollo	13	13,00	17	42,50	30	55,50	4,00	59,50	Aprovado
411	485216	08/11/1974	Daniela Weschenfelder Perosa	22	22,00	15	37,50	37	59,50	0,00	59,50	Aprovado
412	475717	19/07/1995	Renata Vall	21	21,00	15	37,50	36	58,50	1,00	59,50	Aprovado
413	500411	27/11/1964	Italia Ilda Be Do Carmo	18	18,00	15	37,50	33	55,50	4,00	59,50	Aprovado
414	482579	25/08/1982	Marcia Campagnolo Dos Santos	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
415	479108	28/05/1984	Andreia Evans Ulkowski	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
416	488005	23/01/1985	Eliane Soster	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
417	479269	17/06/1987	Suzicler Andreotti	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
418	473872	15/02/1995	Daiana Ziolkowski Piroli	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
419	472539	01/02/1965	Clarice Maria Stempkowski	14	14,00	15	37,50	29	51,50	8,00	59,50	Aprovado
420	476054	25/12/1961	Loreni Aparecida Soares Colares	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
421	495705	13/12/1975	Sidonia Malgarete Codogno	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
422	471436	01/03/1990	Bruna Branco De Camargo	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
423	474808	22/02/1962	Ionara Biolo Dagostini	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
424	471615	01/07/1963	Sirlei Schulz Dos Santos	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
425	473974	05/10/1977	Simone De Fatima Machado De Paula	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
426	486983	30/03/1982	Marlei Correa De Ramos Alves.	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
427	471731	31/05/1987	Fabiane Rodigeri	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
428	471084	12/06/1987	Analise Bodaneze	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
429	469999	05/10/1987	Simone Maria Elli Ce	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
430	471530	06/08/1990	Sabrina Grazielle Marca	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
431	472952	17/08/1980	Evelyn Grazielle Geremias	15	15,00	16	40,00	31	55,00	4,40	59,40	Aprovado
432	479426	13/05/1990	Vanessa Machado Pozzebon	15	15,00	16	40,00	31	55,00	4,00	59,00	Aprovado
433	484262	12/08/1962	Marise Occhi	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
434	492366	27/11/1979	Neli Terezinha Fantin	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
435	487216	23/04/1984	Lucilei Antunes Dos Santos Hellgren	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
436	470151	14/09/1977	Andreia Capeleto	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
437	479056	11/08/1987	Carine Orlandi Martinelli	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
438	470851	21/03/1979	Kelli Cristina Jorge Dellalibera	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado
439	491070	03/05/1981	Sandra Silva Pavao	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

440	497198	19/01/1966	Eva Rejane Silva	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
441	471672	11/02/1971	Marilene Alves Giamomoni	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
442	474260	21/02/1972	Rosani Maria Martinelli	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
443	476589	06/05/1978	Eliane Martins	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
444	477231	26/12/1980	Cristiane Borges	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
445	472834	04/01/1984	Marinalda Arruda	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
446	470915	15/11/1986	Liliane Cardoso De Oliveira	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
447	494197	27/12/1989	Daiane Moraes Sgarbossa	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
448	472101	15/09/1960	Neiva T. Peginato Gresele	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
449	485275	04/12/1992	Ana Paula Carletti	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
450	485328	07/03/1987	Diana Robaskievicz Both	24	24,00	13	32,50	37	56,50	2,45	58,95	Aprovado
451	476060	11/09/1985	Patricia Terra	17	17,00	15	37,50	32	54,50	4,40	58,90	Aprovado
452	474648	16/06/1948	Teresa Maria Giroto (idoso)	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
453	471787	11/05/1950	Maria Janes Kaginski (idoso)	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
454	495191	05/06/1964	Solange Dias De Oliveira	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
455	492684	09/05/1980	Soeli Terezinha Veiga	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
456	474788	24/08/1985	Diana Seiffert	17	17,00	16	40,00	33	57,00	1,50	58,50	Aprovado
457	471268	20/12/1971	Marlova Damo	21	21,00	15	37,50	36	58,50	0,00	58,50	Aprovado
458	492507	03/11/1984	Carulina Da Fonseca	21	21,00	15	37,50	36	58,50	0,00	58,50	Aprovado
459	481585	05/09/1961	Rosmari Moreira	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
460	478660	17/10/1983	Roselene Araldi	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
461	488388	29/06/1989	Thaiza Dos Santos	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
462	481772	21/10/1991	Diessica Terezinha Dias	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
463	470577	05/03/1992	Bruna Mendonça	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
464	470710	04/02/1994	Pamela Cristina Da Silva	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
465	471246	21/03/1994	Ana Paula Koling	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
466	492181	12/01/1973	Marivete Inês Feldmann Krindges	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
467	474837	13/08/1978	Fernanda Giacomazzi Rodrigues	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
468	471554	28/08/1980	Alexandra Bueno Da Cruz	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
469	471609	10/05/1983	Catherine Mari Kavalek Gilioli	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

470	479628	05/09/1984	Lidiane De Almeida	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
471	478655	07/06/1960	Ercilda Maria Cigognini	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
472	481186	01/12/1966	Rejani Lucila Schneider Durigon	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
473	471784	19/01/1969	Martinha Budal Arins Miosso	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
474	472738	28/01/1986	Andreia Moraes	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
475	474557	20/06/1987	Suzana Ardenghy Maran	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
476	470436	09/11/1987	Leticia De Moura Faitao	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
477	469873	19/03/1989	Edinara Aparecida Spezia	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
478	478324	28/12/1964	Marlene Savaris	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,10	58,10	Aprovado
479	473734	25/06/1961	Oly Paulo Zamprogna	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
480	487752	19/12/1961	Inez Udete Bigolin	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
481	469782	22/05/1975	Roni Evandro Figueiro	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
482	489473	23/02/1991	Vanessa Orlandi	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
483	471030	07/09/1972	Idete Vitcoski Zimmer	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
484	483879	23/09/1985	Deisi Pigozzo Nunes	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
485	486054	16/02/1983	Roseane Raimundo Da Silva	9	9,00	16	40,00	25	49,00	9,00	58,00	Aprovado
486	493572	24/01/1972	Lenir Sichelero	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
487	472580	24/01/1986	Tania Barpi	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
488	471663	05/09/1964	Neusa Teresinha Zanette	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
489	473738	07/12/1966	Marinês Barbieri	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
490	493331	17/06/1969	Maria Turmina Pereira	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
491	471768	25/02/1981	Luciana Teresinha Santa Catarina	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
492	473392	23/04/1982	Luciani Teresinha Knakevicz	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
493	477683	17/06/1983	Sabrina Bormam Arndt Duarte	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
494	481044	21/04/1984	Lucileia Arruda	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
495	474115	03/09/1984	Patricia Fornazier	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
496	487593	18/02/1986	Adriana Thomas Frezza	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
497	480466	16/03/1986	Talita Canei	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
498	493707	12/03/1987	Simone Debastiani	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
499	474256	28/10/1988	Dania Rosinha Goelzer	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

500	479007	19/06/1990	Ana Cristina Padilha	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
501	488579	08/02/1970	Marlise Scheffler Gauer De Oliveira	19	19,00	12	30,00	31	49,00	9,00	58,00	Aprovado
502	487325	26/01/1986	Silvana De Oliveira Batista	17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,80	57,80	Aprovado
503	482607	23/08/1989	Paula Rita Ribeiro	14	14,00	14	35,00	28	49,00	8,70	57,70	Aprovado
504	471097	13/05/1959	Maria Antonieta Grando	17	17,00	14	35,00	31	52,00	5,60	57,60	Aprovado
505	478836	12/05/1954	Ivanete Araldi Cunico (idoso)	17	17,00	13	32,50	30	49,50	8,00	57,50	Aprovado
506	493207	16/11/1990	Marcia Frarao	15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,00	57,50	Aprovado
507	499978	11/04/1970	Cleusa Nogueira Cortina	11	11,00	17	42,50	28	53,50	4,00	57,50	Aprovado
508	476969	22/10/1979	Renata Saremba Tafuri	20	20,00	15	37,50	35	57,50	0,00	57,50	Aprovado
509	488058	22/11/1981	Daisa Aparecida Pimmel Serpa	15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
510	478594	09/11/1991	Adriane Rech	15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
511	500386	21/10/1992	Mayara Stumm	15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
512	491905	10/05/1980	Micheli Antunes Da Rosa	20	20,00	13	32,50	33	52,50	5,00	57,50	Aprovado
513	470824	06/12/1990	Fabiula Christina Dill	20	20,00	13	32,50	33	52,50	5,00	57,50	Aprovado
514	479539	11/10/1973	Clarice Da Silva Amaral	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
515	487059	17/09/1975	Angela Regina Da Silva	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
516	476784	22/08/1981	Poliane Aparecida Da Silva	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
517	471288	23/12/1988	Fabiane Souza Muller	16	16,00	16	40,00	32	56,00	1,25	57,25	Aprovado
518	474201	26/08/1978	Edna Maggioni Ransolin	17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,00	57,00	Aprovado
519	478618	10/11/1964	Salette Stocco	12	12,00	16	40,00	28	52,00	5,00	57,00	Aprovado
520	475358	25/08/1988	Luana Regina Gallo	12	12,00	16	40,00	28	52,00	5,00	57,00	Aprovado
521	471678	24/04/1985	Daniela Antunes	22	22,00	14	35,00	36	57,00	0,00	57,00	Aprovado
522	493010	04/08/1970	Sonia Salete Veroneze	18	18,00	14	35,00	32	53,00	4,00	57,00	Aprovado
523	479256	12/11/1969	Rosangela Mittmann	17	17,00	14	35,00	31	52,00	5,00	57,00	Aprovado
524	497650	04/07/1976	Simone Mazon	17	17,00	14	35,00	31	52,00	5,00	57,00	Aprovado
525	470735	16/11/1992	Micheli Valduga	17	17,00	14	35,00	31	52,00	5,00	57,00	Aprovado
526	471392	29/12/1962	Rosangela Ivana Sozin	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
527	471149	30/03/1966	Rosemeri Terezinha Segatti	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
528	478101	05/07/1984	Talita Ellin Mota Reginatto	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
529	475844	08/05/1986	Fabiana Barro Rodrigues	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

530	492830	04/07/1986	Carla Geske	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
531	470006	05/12/1988	Juliana Da Silva Appelt	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
532	472791	06/09/1991	Aline Veloso	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
533	471421	03/07/1968	Soanir Almeida Almeida	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
534	470351	11/12/1970	Eva Roberta Bassi Ferreira	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
535	473116	09/09/1974	Roberta Aparecida Trindade	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
536	480535	21/03/1975	Jania Aparecida Leite Da Cunha	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
537	475849	09/08/1976	Marlei Vieira Da Rocha	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
538	471163	24/09/1976	Sizinei Ferreira	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
539	475630	23/07/1979	Fabiana Felix Bueno	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
540	493302	28/04/1980	Joceli Boni Giaretta	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
541	470785	09/02/1965	Ivania Maria Hermes	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
542	483393	28/05/1980	Mauro Marcelo Wentz	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
543	473489	22/10/1985	Geovana Grigolo	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
544	498492	23/11/1987	Daniele Bernardi	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
545	493066	04/07/1993	Keli Benachio Martins	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
546	487415	02/05/1983	Francilene Alves	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
547	470761	10/02/1986	Simone Chiarelo	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
548	487310	01/08/1991	Fernanda Giroto	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
549	486926	18/06/1978	Mariane Cristina Rosa Guinzelli	10	10,00	15	37,50	25	47,50	9,00	56,50	Aprovado
550	478208	06/08/1963	Elena Maria Tomazelli Bernardi	24	24,00	13	32,50	37	56,50	0,00	56,50	Aprovado
551	498693	28/09/1991	Mariana Thais Dutsol	20	20,00	13	32,50	33	52,50	4,00	56,50	Aprovado
552	480576	24/05/1980	Doremi Canabaro Braghini	19	19,00	13	32,50	32	51,50	5,00	56,50	Aprovado
553	488767	23/06/1985	Elisangela Carla Zorzi	19	19,00	13	32,50	32	51,50	5,00	56,50	Aprovado
554	480113	12/09/1963	Gessi Do Carmo De Abreu	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
555	471118	03/08/1969	Marlei Lourdes Maggioni Atuatti	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
556	492887	22/11/1972	Silmara De Fatima Pedroso Duarte	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
557	477275	20/02/1973	Ivanete De Almeida	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
558	471374	01/02/1976	Rosane Pereira Da Silva Do Nascimento	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
559	487152	29/12/1976	Juliana Rios Pelizzari	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

560	478659	11/09/1978	Fabiane Silvani Pilatti	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
561	471368	23/02/1979	Simone Aparecida Aimi	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
562	475895	14/04/1983	Giceli Onghero Braghini	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
563	471520	22/09/1983	Sonise Renata Piaia Tasoneiro	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
564	474081	20/06/1986	Sidiane Dal Piva	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
565	477910	02/02/1988	Glecia De Bastiani	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
566	471959	23/04/1988	Leila Pagliarini	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
567	471584	30/05/1972	ARLETE R. M. NESPOLO	20	20,00	11	27,50	31	47,50	9,00	56,50	Aprovado
568	470308	22/11/1954	Celia Balbinot Martins Da Silva (idoso)	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
569	479436	08/11/1984	Rosilei Segnor	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
570	477361	10/04/1982	Renata Somavila	21	21,00	14	35,00	35	56,00	0,00	56,00	Aprovado
571	475054	07/05/1982	Clovis Pasinato	21	21,00	14	35,00	35	56,00	0,00	56,00	Aprovado
572	472800	16/06/1964	Maristela Dos Santos	17	17,00	14	35,00	31	52,00	4,00	56,00	Aprovado
573	471969	11/05/1979	Carla Fernanda Marangoni	17	17,00	14	35,00	31	52,00	4,00	56,00	Aprovado
574	481838	11/12/1976	Simone Savoldi	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
575	478936	04/02/1983	Alexandra Severo	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
576	480788	29/01/1989	Juliana Aparecida Ribeiro	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
577	479727	07/09/1992	Leticia Picoli Carus	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
578	478273	06/05/1966	Nadia Graboski	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
579	475143	20/12/1969	Leandra Moreira Dutra Perosso	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
580	473620	22/08/1970	Loide Marques Da Silva	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
581	474748	05/01/1972	Soeli Aparecida De Araujo	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
582	473069	24/03/1975	Cinara Chiaradia	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
583	473084	09/06/1978	Ivanete Meira Sagaz	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
584	476322	28/12/1979	Janete Benachio Martins	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
585	486854	17/02/1965	Rosinha Aparecida Chiarello	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
586	495783	12/08/1966	Vania Pozzebom Mendes De Oliveira	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
587	480388	26/04/1967	Adaunir Ferreira Da Cunha Carvalho	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
588	470133	06/05/1976	Rosane Rossi Dos Santos	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
589	477178	25/03/1979	Allane Ferronato	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

590	475619	26/05/1982	Eliane Franceschina Cavalheiro	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
591	491284	01/10/1975	Carla Coelho Fiori	22	22,00	10	25,00	32	47,00	9,00	56,00	Aprovado
592	495273	10/02/1990	Elizama De Souza Tavares	13	13,00	16	40,00	29	53,00	2,85	55,85	Aprovado
593	494159	18/02/1985	Myriani Dos Santos Sanchotene Lock	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,13	55,63	Aprovado
594	497416	05/12/1964	Maris Teresinha Gasparin Madoglio	20	20,00	12	30,00	32	50,00	5,60	55,60	Aprovado
595	482840	15/08/1964	Clarice Maria Perim Perim	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
596	498958	30/07/1981	Keli Knakiewicz Marques	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
597	481039	18/04/1991	Sara Barros Lins	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
598	471327	10/06/1984	Rosecleia Antunes Maciel Alves	13	13,00	15	37,50	28	50,50	5,00	55,50	Aprovado
599	494474	13/08/1971	Marines Vieira Borlini	9	9,00	15	37,50	24	46,50	9,00	55,50	Aprovado
600	470089	27/03/1990	Suewllin Marques Bueno	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,50	55,50	Aprovado
601	474226	07/07/1978	Veronica Soares Da Silva	18	18,00	13	32,50	31	50,50	5,00	55,50	Aprovado
602	475361	18/09/1968	Geroni Maria De Oliveira	15	15,00	13	32,50	28	47,50	8,00	55,50	Aprovado
603	471500	06/04/1957	Zenori Araujo	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
604	481340	02/06/1957	Terezinha Maria Dallagasperina	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
605	473404	15/10/1958	Beloni Ilene Dal' Magro Santana	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
606	492425	14/09/1963	Marli Da Silva Flores De Oliveira	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
607	470646	28/02/1968	Sandra Bissoloti Stocker	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
608	488212	15/04/1970	Isaura Aparecida Da Silva Coradi	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
609	470795	17/02/1972	Marizete Balancelli Farezin	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
610	472760	16/07/1972	Ana Paula Morbini	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
611	478038	20/02/1982	Silvani Kollett	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
612	477329	25/05/1984	Catia Cristina De Nez De Andrade	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
613	472733	18/08/1993	Monica Arcari	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
614	473383	18/04/1973	Maria Helena Giovannetti	19	19,00	11	27,50	30	46,50	9,00	55,50	Aprovado
615	474322	10/09/1979	Leonilda Ritter Rosa	19	19,00	11	27,50	30	46,50	9,00	55,50	Aprovado
616	500616	23/01/1965	Leila Tosi	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
617	471120	03/03/1969	Ivanir Braatz Almeida	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
618	469850	31/05/1977	Alessandra De Carli Tedesco Da Silva	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
619	488143	19/02/1978	Marli Correa Martins	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

620	476843	17/12/1991	Aline Borin	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
621	474360	09/02/1992	Fabiane Fagundes Martins	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
622	498689	30/06/1983	Cristiane Xarao Rodrigues Rosa	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,50	55,00	Aprovado
623	471340	14/12/1984	Josiane Leonardo Dos Santos	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
624	471833	07/05/1991	Camila Da Silva Pacheco	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
625	472715	20/04/1988	Noemi Fatima Singeski	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
626	496355	12/06/1963	Hildo Antonio Corazza	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
627	481317	11/09/1970	Roselei Faller	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
628	473746	07/01/1976	Simone Paim	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
629	493014	14/12/1977	Menana Golo	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
630	485222	24/01/1982	Paula Antonia Tomczak Kudo	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
631	474960	18/02/1985	Natalia de Oliveira Lopes	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
632	479721	02/01/1985	Clarice Rosa Medeiros	21	21,00	10	25,00	31	46,00	9,00	55,00	Aprovado
633	481400	25/09/1995	Cynthia Antunes Caminski	13	13,00	15	37,50	28	50,50	4,25	54,75	Aprovado
634	491217	17/05/1985	Dulcilene De Souza Parnoff	16	16,00	15	37,50	31	53,50	1,10	54,60	Aprovado
642	493776	08/10/1955	Celso Pedroso Da Rosa	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
635	470884	16/02/1971	Clarisse Menzel Gato	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
636	484541	02/04/1977	Juilete Giacomini	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
637	494792	29/10/1979	Claudia Capellesso	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
638	496534	06/01/1972	Cleuza Fedatto	17	17,00	13	32,50	30	49,50	5,00	54,50	Aprovado
639	471752	20/09/1974	Katia Luzia Ambrosini	17	17,00	13	32,50	30	49,50	5,00	54,50	Aprovado
640	474116	07/04/1989	Silvana Matos Griep	17	17,00	13	32,50	30	49,50	5,00	54,50	Aprovado
641	483242	01/07/1995	Maiara Borba	17	17,00	13	32,50	30	49,50	5,00	54,50	Aprovado
643	470449	29/05/1958	Salete De Fatima Dal Chivon	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
644	495269	16/10/1974	Sarita De Oliveira Mendes	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
645	475371	27/05/1976	Cristiane Lopes Conte	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
646	475195	08/09/1976	Sandra Prestes	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
647	472173	16/11/1983	Rubia Munarini	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
648	476940	08/03/1985	Keli Fatima Gasparetto	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
649	470479	03/06/1988	Debora Dias Da Rosa Barcarolo	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

650	470327	07/05/1963	Neusa Oliveira Sales Rodrigues	18	18,00	11	27,50	29	45,50	9,00	54,50	Aprovado
651	472884	29/11/1976	Noeli Franca	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,40	54,40	Aprovado
652	470001	01/12/1989	Alessandra Salet Miozzo Vivan	19	19,00	13	32,50	32	51,50	2,60	54,10	Aprovado
653	492476	11/01/1980	Simone Reisdorfer	15	15,00	13	32,50	28	47,50	6,60	54,10	Aprovado
654	474480	03/02/1980	Marcilei Da Silva Bender	19	19,00	14	35,00	33	54,00	0,00	54,00	Aprovado
655	488076	05/06/1980	Quezia Dall'agnol	19	19,00	14	35,00	33	54,00	0,00	54,00	Aprovado
656	470510	03/02/1975	Sandra Lamb Vitsrki	15	15,00	14	35,00	29	50,00	4,00	54,00	Aprovado
657	479180	13/07/1972	Mariza da Luz Boita	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
658	470923	04/06/1983	Maiqueli Gusso	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
659	471930	03/03/1989	Gabriela De Araujo Schoenberger	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
660	487055	29/10/1990	Fernanda Malacarne	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
661	478820	18/08/1992	Roselene Dias Ribeiro Moras	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
662	488242	29/05/1995	Andressa Delfaveri	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
663	492839	20/01/1981	Gislaine Ficagna	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
664	485347	12/06/1966	Marli Schmidt	13	13,00	13	32,50	26	45,50	8,50	54,00	Aprovado
665	479819	14/05/1972	Edilene Teresinha Maccari	19	19,00	12	30,00	31	49,00	5,00	54,00	Aprovado
666	478188	02/01/1980	Fernanda Carvalho Ferreira	19	19,00	12	30,00	31	49,00	5,00	54,00	Aprovado
667	487199	07/06/1968	Sandra Aparecida Scussiato	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
668	471494	22/09/1974	Izanete Criveletto	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
669	470183	24/03/1975	Neiva Maria Trentin	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
670	473416	16/03/1977	Danica Beatriz Pacassa	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
671	472986	11/06/1978	Katia Reginatto Belle	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
672	474589	13/04/1981	Marcia Sbeghen	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
673	472265	28/06/1974	Agnes Karine Silvani	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
674	471525	31/08/1987	Sineidi Tania Beutler	11	11,00	15	37,50	26	48,50	5,00	53,50	Aprovado
675	471411	11/03/1989	Raquel Cerbaro	21	21,00	13	32,50	34	53,50	0,00	53,50	Aprovado
676	494839	11/11/1983	Sumaia Santos	17	17,00	13	32,50	30	49,50	4,00	53,50	Aprovado
677	471965	06/07/1980	Liciane Garcia	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
678	480070	28/03/1991	Eliziani Teles	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
679	491252	08/04/1991	Valeria Aparecida Ruchel	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

680	486981	31/05/1991	Luciana Fernandes Muller	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
681	472991	27/11/1991	Maira Nancy Da Silva Novask	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
682	492490	10/11/1993	Jessica Damin	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
683	477689	10/01/1978	Joice Dalacorte Barcarolo	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
684	471140	21/12/1981	Ana Paula Borges	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
685	471373	10/12/1983	Tisiani Machado Da Costa	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
686	478346	22/08/1988	Elizandra Bortoli	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
687	472912	22/10/1974	Roseli Francescon Spies	17	17,00	11	27,50	28	44,50	9,00	53,50	Aprovado
688	475756	30/11/1975	Anacir Zanoni	17	17,00	11	27,50	28	44,50	9,00	53,50	Aprovado
689	499020	19/04/1983	Lucineia Oro Da Cruz	17	17,00	11	27,50	28	44,50	9,00	53,50	Aprovado
690	471233	31/08/1973	Lenair Salete Rudschinski	16	16,00	13	32,50	29	48,50	4,80	53,30	Aprovado
691	471630	23/02/1985	Naira Lice Fortes	16	16,00	13	32,50	29	48,50	4,80	53,30	Aprovado
692	493452	02/12/1991	Darlane Dalarosa	16	16,00	12	30,00	28	46,00	7,25	53,25	Aprovado
693	493358	16/10/1992	Cleocimara Fortes De Jesus	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,55	53,05	Aprovado
694	500871	14/05/1947	Edite Bordin (idoso)	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
695	497436	22/12/1982	Priscila Zanotelli Dos Santos	13	13,00	16	40,00	29	53,00	0,00	53,00	Aprovado
696	494081	22/08/1994	Gianna Marin	13	13,00	16	40,00	29	53,00	0,00	53,00	Aprovado
697	470681	11/03/1992	Camila Zanotelli	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,50	53,00	Aprovado
698	495259	11/09/1969	Eleni Dutra Vassoler	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
699	487272	27/02/1973	Cleunice Berlezi	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
700	500433	03/02/1993	Franzei Moraes De Oliveira	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
701	492013	19/06/1994	Andressa Pietro Biasi Ribeiro Da Cunha	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
702	492587	27/01/1959	Celi Salete Brunello	19	19,00	12	30,00	31	49,00	4,00	53,00	Aprovado
703	478322	10/12/1975	Katia Schwaab Drabach	18	18,00	12	30,00	30	48,00	5,00	53,00	Aprovado
704	475708	20/11/1982	Jane Rodrigues	18	18,00	12	30,00	30	48,00	5,00	53,00	Aprovado
705	473611	24/10/1974	Cristiane Maria Cella	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
706	484379	28/12/1978	Elizangela Da Silva	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
707	470299	10/08/1981	Gabriele Biasotto	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
708	487430	27/04/1995	Karina Zanella	16	16,00	14	35,00	30	51,00	1,80	52,80	Aprovado
709	497721	05/01/1977	Edileide Dos Santos Rabelo Pereira	10	10,00	16	40,00	26	50,00	2,63	52,63	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

710	470344	21/09/1980	Rita De Cassia Ribeiro Simoes	14	14,00	15	37,50	29	51,50	1,13	52,63	Aprovado
711	473449	25/09/1992	Alessandra Morais Linhares	13	13,00	15	37,50	28	50,50	2,10	52,60	Aprovado
712	500114	08/05/1979	Daniela Karla Da Silva	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,00	52,50	Aprovado
713	480710	01/05/1979	Elena Tessaro	10	10,00	15	37,50	25	47,50	5,00	52,50	Aprovado
714	481355	15/11/1976	Rejane Morgenstern	20	20,00	13	32,50	33	52,50	0,00	52,50	Aprovado
715	473078	05/08/1972	Sandra Muller	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
716	472848	28/10/1976	Eonara Aparecida Soares De Oliveira	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
717	471259	08/12/1989	Ana Lidia Romanini	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
718	475060	02/06/1992	Patricia Percio	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
719	480441	01/04/1966	Elizabeth Maciel	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
720	471393	28/10/1966	Mari Luisa Riboli	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
721	482242	07/05/1974	Elisangela Witkowski Krauspenhar	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
722	469983	13/05/1977	Marindia Soares De Camargo	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
723	475785	26/08/1977	Ivania Salvagni	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
724	476290	13/05/1969	Veralucia Da Silva Pasinato	16	16,00	11	27,50	27	43,50	9,00	52,50	Aprovado
725	471721	29/11/1981	Cristiane Rosalina Bernardes	16	16,00	11	27,50	27	43,50	9,00	52,50	Aprovado
726	481174	18/05/1982	Aline Lia Zanella	16	16,00	11	27,50	27	43,50	9,00	52,50	Aprovado
727	476876	20/08/1960	Orilde Fatima De Menezes	11	11,00	14	35,00	25	46,00	6,30	52,30	Aprovado
728	478647	25/07/1975	Claudete Broca	16	16,00	12	30,00	28	46,00	6,20	52,20	Aprovado
729	473142	22/02/1984	Roberta Maria Felipon	14	14,00	14	35,00	28	49,00	3,15	52,15	Aprovado
730	476078	25/07/1952	Luiza Francisca Rolim Hubner (idoso)	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
731	496118	23/05/1996	Daniela Patricia Vorma	12	12,00	16	40,00	28	52,00	0,00	52,00	Aprovado
732	492418	16/10/1957	Nelsi Zeni	17	17,00	14	35,00	31	52,00	0,00	52,00	Aprovado
733	472334	07/03/1979	Eduardo Seganti	17	17,00	14	35,00	31	52,00	0,00	52,00	Aprovado
734	502391	18/05/1993	Lucimara Stahelski	17	17,00	14	35,00	31	52,00	0,00	52,00	Aprovado
735	470167	16/08/1967	Ivone Maria Paglia	13	13,00	14	35,00	27	48,00	4,00	52,00	Aprovado
736	497633	23/08/1991	Cristina Aparecida Da Silva Portella	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
737	493344	27/11/1979	Josimara Ferreira Porto Minuzzo	22	22,00	12	30,00	34	52,00	0,00	52,00	Aprovado
738	469805	16/09/1978	Mirian Fumagalli Carbonera	18	18,00	12	30,00	30	48,00	4,00	52,00	Aprovado
739	496964	15/11/1995	Elenita Maria Padilha De Oliveira	17	17,00	12	30,00	29	47,00	5,00	52,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

740	495118	26/09/1965	Loreni De Fatima Da Silva Da Silva	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
741	495866	25/06/1970	Neusa Tonini	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
742	483202	16/07/1978	Dianes Fernandes	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
743	499322	15/10/1978	Veridiana Aparecida Rossetto	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
744	493670	14/06/1966	Marines Rosa Palavicini Sotili	12	12,00	13	32,50	25	44,50	7,48	51,98	Aprovado
745	471757	25/07/1984	Aline Raauvendaal	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,90	51,90	Aprovado
746	475415	21/06/1992	Ana Claudia Alves Padilha	15	15,00	14	35,00	29	50,00	1,75	51,75	Aprovado
747	476968	25/05/1994	Beatriz Pereira Da Silva	18	18,00	12	30,00	30	48,00	3,75	51,75	Aprovado
748	497214	13/08/1983	Vanderleia Barrionuevo Guimaraes	10	10,00	15	37,50	25	47,50	4,00	51,50	Aprovado
749	499563	16/06/1976	Delvair Canossa	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
750	491138	01/04/1983	Merenice Pelicioli Colpani	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
751	499127	31/07/1987	Vanessa Schmidt De Oliveira	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
752	471113	27/12/1979	Sirlene Aparecida Muller	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
753	497777	04/02/1982	Angeli Daros	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
754	478221	23/01/1987	Gracieli Baldissera Fernandes	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
755	472446	05/10/1990	Vanessa Zucchi	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
756	488014	19/08/1992	Tatiane Paula Dos Santos Giombelli	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
757	469867	06/06/1986	Denise Deffaveri Da Rosa	10	10,00	13	32,50	23	42,50	9,00	51,50	Aprovado
758	487271	11/12/1988	Daniela Ferreira	10	10,00	13	32,50	23	42,50	9,00	51,50	Aprovado
759	488873	17/12/1969	Ideliria Deffaveri Schneider	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
760	478977	27/03/1974	Keli fatima tozzo Andrioli	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
761	480121	23/12/1974	Jocimar Da Rosa Nascimento	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
762	469863	23/03/1976	Dulcimar Ines Pozzebon Vaz	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
763	477587	15/09/1991	Claudia Pacheco	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
764	473963	14/04/1978	Carla Ramos Cunha	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
765	481511	21/06/1976	Margarete Fatima Basso	13	13,00	13	32,50	26	45,50	5,65	51,15	Aprovado
766	476443	01/03/1949	Guiomar Lunardi Da Silva (idoso)	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
767	499031	13/05/1960	Neiva Maria Hope	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
768	492320	22/08/1975	Rosane Rosalen	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
769	475779	06/01/1965	Elvira Aparecida Roza Dutkevics	17	17,00	12	30,00	29	47,00	4,00	51,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

770	476860	07/04/1962	Arlete Terezinha Tonin	16	16,00	12	30,00	28	46,00	5,00	51,00	Aprovado
771	474936	20/06/1972	Ivone Marafon Belle	16	16,00	12	30,00	28	46,00	5,00	51,00	Aprovado
772	493848	19/10/1984	Rosiane Freire	16	16,00	12	30,00	28	46,00	5,00	51,00	Aprovado
773	473584	19/10/1994	Andressa Peron Cella	16	16,00	12	30,00	28	46,00	5,00	51,00	Aprovado
774	477993	10/08/1961	Vianeis Rodrigues Da Silva	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
775	477421	26/08/1968	Dilva Maria Fiori	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
776	469832	03/04/1971	Neusa Gomercinda Do Carmo Dallastra	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
777	476726	24/06/1982	Andreia Franciela Weirich	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
778	479826	18/09/1982	Melania Mior Velaski	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
779	473769	14/10/1962	Selina Salette Bernardi	17	17,00	10	25,00	27	42,00	9,00	51,00	Aprovado
780	473154	24/09/1966	Sirleni Veiga Ribeiro	17	17,00	10	25,00	27	42,00	9,00	51,00	Aprovado
781	494764	27/09/1977	Caroline Lopes Pinheiro	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
782	474491	21/01/1979	Eliane De Oliveira	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
783	501194	20/04/1983	Daiana Finkenauer	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
784	482444	23/01/1984	Edineia Renata Dos Santos	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
785	493274	24/09/1984	Juliana Maria Gomes Farias	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
786	472197	20/04/1981	Sonia Evangelista De Resende	17	17,00	13	32,50	30	49,50	1,00	50,50	Aprovado
787	481877	19/10/1990	Jessica Oliveira	13	13,00	13	32,50	26	45,50	5,00	50,50	Aprovado
788	478625	04/09/1971	Ana Paula Zanatto	9	9,00	13	32,50	22	41,50	9,00	50,50	Aprovado
789	471328	20/08/1965	Edithe Dal Bosco	14	14,00	11	27,50	25	41,50	9,00	50,50	Aprovado
790	481539	22/12/1985	Juliana Favero Grandio	13	13,00	12	30,00	25	43,00	7,20	50,20	Aprovado
791	488753	20/04/1964	Rosangela Tormen Da Silva	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
792	477218	14/02/1981	Cassiana Dallacort	20	20,00	12	30,00	32	50,00	0,00	50,00	Aprovado
793	472709	13/06/1993	Carline Hirsch	20	20,00	12	30,00	32	50,00	0,00	50,00	Aprovado
794	478733	06/10/1978	Francieli Gallon	16	16,00	12	30,00	28	46,00	4,00	50,00	Aprovado
795	471922	05/03/1979	Janete Odorcik	15	15,00	12	30,00	27	45,00	5,00	50,00	Aprovado
796	488583	29/03/1978	Celoe Passaglia Moreto	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
797	470959	26/03/1982	Cassiana Rafaeli	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
798	471732	19/10/1986	Elisa Faitao Da Silva	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
799	479735	21/02/1978	Lucella Aparecida Bonfante Concatto	20	20,00	10	25,00	30	45,00	5,00	50,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

800	478949	12/08/1958	Dianete Maria Bianchessi Dos Santos	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
801	475529	18/03/1991	Suzane Siqueira Gosch	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
802	487973	08/05/1991	Alessandra Terres Santos	15	15,00	13	32,50	28	47,50	2,23	49,73	Aprovado
803	493101	27/02/1971	Elizabeth Aparecida Carasek Giombelli	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
804	493187	02/12/1988	Sindia Francescon	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
805	495918	31/12/1979	Alexsandra Barrionuevo	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
806	488362	21/01/1991	Catarina Fernanda Valandro	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
807	495576	06/08/1983	Adriana Da Silva	9	9,00	13	32,50	22	41,50	8,00	49,50	Aprovado
808	491334	19/05/1972	Jane Mara Dal Piva	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
809	473064	10/03/1984	Marcia Flores Palmas	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
810	471305	12/02/1985	Tania Marcia Rees	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
811	474228	19/04/1987	Jaqueline Tatiane Zuffo Petry	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
812	471279	09/04/1986	Daiane Bilibio	18	18,00	9	22,50	27	40,50	9,00	49,50	Aprovado
813	487804	28/12/1992	Regiane Schinaider	15	15,00	13	32,50	28	47,50	1,68	49,18	Aprovado
814	500245	13/01/1982	Aragones Sulsbach	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
815	501161	02/01/1988	Hellen Cristina Gehm	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
816	473075	26/04/1991	Aliieh Fayad	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
817	471579	08/08/1994	Tainara Andresa Follmann Capelezzo	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
818	471359	16/02/1973	Ivone Barnabe Da Silva	19	19,00	12	30,00	31	49,00	0,00	49,00	Aprovado
819	479372	08/10/1966	Monica Jaqueline Sander Carbonera	15	15,00	12	30,00	27	45,00	4,00	49,00	Aprovado
820	488465	31/12/1970	Marleni Hahne	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
821	477955	02/12/1972	Gloria Catarina Marinello Stulp	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
822	488137	18/01/1975	Janete Jandira Groth Pratti	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
823	473024	14/12/1976	Raquel Dos Santos Pereira	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
824	492746	28/01/1984	Noili Antunes Da Silva	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
825	484209	21/08/1984	Keille Nicolini	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
826	474957	14/01/1966	Irma Pereira Vaz	10	10,00	12	30,00	22	40,00	9,00	49,00	Aprovado
827	495207	06/11/1990	Saionara Aparecida Da Silva	16	16,00	10	25,00	26	41,00	8,00	49,00	Aprovado
828	474828	22/07/1978	Sonia Da Silva	15	15,00	10	25,00	25	40,00	9,00	49,00	Aprovado
829	476420	26/03/1983	Marcelei Luisa Schmitz Thomaz	15	15,00	10	25,00	25	40,00	9,00	49,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

830	478607	21/02/1991	Jessica Tairine Orso	15	15,00	10	25,00	25	40,00	9,00	49,00	Aprovado
831	497484	10/10/1987	Gislaine Ribeiro	20	20,00	8	20,00	28	40,00	9,00	49,00	Aprovado
832	477753	18/07/1981	Loriane De Lucca Calgaro	12	12,00	12	30,00	24	42,00	6,60	48,60	Aprovado
833	492582	08/11/1979	Sandra Gabiati	16	16,00	13	32,50	29	48,50	0,00	48,50	Aprovado
834	495176	07/05/1980	Paulo Dias De Oliveira	16	16,00	13	32,50	29	48,50	0,00	48,50	Aprovado
835	474732	20/02/1981	Alexandra Pacassa	16	16,00	13	32,50	29	48,50	0,00	48,50	Aprovado
836	499024	09/04/1984	Marisa Tiber Pontel	16	16,00	13	32,50	29	48,50	0,00	48,50	Aprovado
837	477378	25/04/1993	Eliane Poliane Plucinski	14	14,00	13	32,50	27	46,50	2,00	48,50	Aprovado
838	488130	16/12/1975	Eliane Fatima Azeredo	16	16,00	11	27,50	27	43,50	5,00	48,50	Aprovado
839	472255	08/12/1960	Zeli Josefina Benatti Chiele	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
840	491294	20/01/1980	Sebastiana Oliveira	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
841	469859	05/07/1980	Aldriana Muniz	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
842	469953	27/04/1982	Cleide Semplicio	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
843	486558	08/09/1983	Rogério Antonio Dos Santos	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
844	475381	20/12/1983	Vanusa Artuso	17	17,00	9	22,50	26	39,50	9,00	48,50	Aprovado
845	483139	16/12/1976	Paulo Marcio Pinheiro	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
846	498576	21/09/1984	Luciana Moreira Da Silva	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
847	471511	24/10/1989	Aline Fatima Lucietto Ficagna	9	9,00	12	30,00	21	39,00	9,00	48,00	Aprovado
848	475184	11/04/1962	Romilde De Fatima Gosch	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
849	471766	25/03/1979	Clarice Matiello	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
850	476447	24/10/1980	Silvana Aparecida Giacomini	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
851	478257	17/05/1987	Milena De Toni	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
852	494145	19/05/1990	Patricia De Oliveira Porto	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
853	488726	14/03/1980	Marli Teresinha Ecker	15	15,00	11	27,50	26	42,50	5,20	47,70	Aprovado
854	474963	13/06/1954	Ines Antonia Bagnara Marins (idoso)	11	11,00	11	27,50	22	38,50	9,00	47,50	Aprovado
855	480538	08/01/1956	Sonia Moraes	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
856	488729	01/05/1973	Marta Lippert	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
857	492216	10/04/1988	Jussara Zandonai	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
858	491446	10/02/1987	Angela Deliberali Smaniotto	10	10,00	13	32,50	23	42,50	5,00	47,50	Aprovado
859	491168	20/04/1962	Alice Salete Ziger Vezaro	15	15,00	11	27,50	26	42,50	5,00	47,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

860	486918	07/08/1984	Ana Mara Venancio Petry	11	11,00	11	27,50	22	38,50	9,00	47,50	Aprovado
861	493974	22/04/1993	Andressa Canalli	12	12,00	14	35,00	26	47,00	0,48	47,48	Aprovado
862	475660	07/01/1980	Gracieli Klaus	12	12,00	14	35,00	26	47,00	0,00	47,00	Aprovado
863	491171	25/05/1991	Magda Do Nascimento	17	17,00	12	30,00	29	47,00	0,00	47,00	Aprovado
864	492245	22/11/1965	Ivone Tarouco Golar Werlang	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
865	471252	16/03/1979	Vera Lucia Rodrigues Nicolli	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
866	484525	08/05/1990	Charlisa Correa Dos Santos	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
867	482238	29/11/1993	Caroline Dos Santos	17	17,00	10	25,00	27	42,00	5,00	47,00	Aprovado
868	487419	17/05/1968	Marinez Terezinha Rita Aires Da Silva	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
869	487079	13/10/1971	Silvana De Fatima Gosch	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
870	477022	13/09/1952	Cleomar Silva Schilke (Idoso)	16	16,00	10	25,00	26	41,00	5,80	46,80	Aprovado
871	477184	03/10/1977	Maria Rosemilda Pereira	9	9,00	14	35,00	23	44,00	2,80	46,80	Aprovado
872	470260	10/04/1973	Rosangela Schroder	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
873	487072	24/10/1985	Edimara Pedroso Da Silva	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
874	472514	23/02/1993	Roberta Weber	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
875	471637	08/05/1964	Lucia Martins Vieira De Oliveira	10	10,00	12	30,00	22	40,00	6,50	46,50	Aprovado
876	478395	13/04/1993	Karine Magda Castilhos	14	14,00	11	27,50	25	41,50	5,00	46,50	Aprovado
877	475427	10/01/1966	Maria Salette Artifon	10	10,00	11	27,50	21	37,50	9,00	46,50	Aprovado
878	487036	06/02/1991	Tailini Gugel	10	10,00	11	27,50	21	37,50	9,00	46,50	Aprovado
879	474886	28/06/1963	Marice Teresinha Foschiera	20	20,00	7	17,50	27	37,50	9,00	46,50	Aprovado
880	472893	23/12/1971	Neide Terezinha Fae Bernardi Bernardi	15	15,00	10	25,00	25	40,00	6,30	46,30	Aprovado
881	481030	19/06/1993	Katia Ficagna	11	11,00	14	35,00	25	46,00	0,00	46,00	Aprovado
882	492783	07/03/1988	Luana De Miranda	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
883	481438	04/12/1995	Debora Figueiro	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
884	473586	30/03/1977	Sirlei Lucia Artuzi	11	11,00	12	30,00	23	41,00	5,00	46,00	Aprovado
885	490953	29/10/1974	Adriana Ferronato	16	16,00	10	25,00	26	41,00	5,00	46,00	Aprovado
886	470949	25/08/1977	Fatima Simonetti	16	16,00	10	25,00	26	41,00	5,00	46,00	Aprovado
887	488223	24/06/1975	Luciane Lurdete Schneider De Castro	12	12,00	10	25,00	22	37,00	9,00	46,00	Aprovado
888	471297	27/09/1989	Camila Alves De Medeiros	12	12,00	10	25,00	22	37,00	9,00	46,00	Aprovado
889	475500	05/01/1973	Claudete Saldanha Teixeira	21	21,00	8	20,00	29	41,00	5,00	46,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

890	478228	22/05/1984	Eliane Woithoski	12	12,00	12	30,00	24	42,00	3,75	45,75	Aprovado
891	481611	11/06/1983	Ismael Junior Pedrosa Da Silva	14	14,00	11	27,50	25	41,50	4,10	45,60	Aprovado
892	488840	02/01/1971	Vera Lucia Vaz Debastiani	13	13,00	13	32,50	26	45,50	0,00	45,50	Aprovado
893	493783	27/07/1992	Kassiana Batista	13	13,00	12	30,00	25	43,00	2,50	45,50	Aprovado
894	492196	11/12/1969	Margarete Terezinha Dal Piva	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
895	496366	18/08/1980	Gilvana Aparecida Werner Restirola	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
896	487186	20/12/1981	Daiane Caovilla De Carvalho	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
897	491392	21/12/1981	Ana Clara Borges	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
898	477835	01/11/1982	Andreia Cristina Dos Santos Rodrigues	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
899	475532	20/07/1959	Eni Winckler Ramos	14	14,00	9	22,50	23	36,50	9,00	45,50	Aprovado
900	498587	06/08/1985	Graciela Gotardo	11	11,00	12	30,00	23	41,00	4,15	45,15	Aprovado
901	499987	28/04/1980	Lisiane Medianeira Lopes Dos Santos Simoni	10	10,00	14	35,00	24	45,00	0,00	45,00	Aprovado
902	479910	23/03/1982	Nara Celiane Britto	15	15,00	12	30,00	27	45,00	0,00	45,00	Aprovado
903	501295	18/04/1990	Kelly Bresolin	15	15,00	12	30,00	27	45,00	0,00	45,00	Aprovado
904	473239	03/08/1958	Amelia Golin Bedin	16	16,00	10	25,00	26	41,00	4,00	45,00	Aprovado
905	477657	14/12/1981	Andreia Rampanelli Morescho	15	15,00	10	25,00	25	40,00	5,00	45,00	Aprovado
906	491216	29/01/1959	Eva Teresinha Machado	11	11,00	10	25,00	21	36,00	9,00	45,00	Aprovado
907	487935	12/06/1991	Luana Schnell	11	11,00	12	30,00	23	41,00	3,73	44,73	Aprovado
908	471138	27/08/1989	Marivania Rostirolla	13	13,00	12	30,00	25	43,00	1,70	44,70	Aprovado
909	473634	10/06/1976	Vardete Tania Pereira Putzel Rodrigues	17	17,00	9	22,50	26	39,50	5,00	44,50	Aprovado
910	496243	17/05/1987	Andréia Malagutti Carpes	13	13,00	9	22,50	22	35,50	9,00	44,50	Aprovado
911	474926	16/04/1965	Clarice Sirlei Schroeder de Bairos	22	22,00	7	17,50	29	39,50	5,00	44,50	Aprovado
912	492605	18/04/1991	Vanessa Da Silva	12	12,00	12	30,00	24	42,00	2,00	44,00	Aprovado
913	498197	13/02/1994	Sabrina Virtuoso Simoes Gueno	9	9,00	12	30,00	21	39,00	5,00	44,00	Aprovado
914	488285	28/06/1980	Katchulla Batistello	14	14,00	10	25,00	24	39,00	5,00	44,00	Aprovado
915	473528	14/05/1981	Liliane Rossi Ilha	20	20,00	6	15,00	26	35,00	9,00	44,00	Aprovado
916	478743	13/11/1981	Adilson Veronezi	16	16,00	11	27,50	27	43,50	0,00	43,50	Aprovado
917	478457	04/10/1981	Elisangela De Oliveira	11	11,00	11	27,50	22	38,50	5,00	43,50	Aprovado
918	471651	05/12/1987	Daiana Vicente Barbosa	11	11,00	11	27,50	22	38,50	5,00	43,50	Aprovado
919	475982	13/10/1971	Sueli Claudia Berger	16	16,00	9	22,50	25	38,50	5,00	43,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

920	481301	28/05/1966	Enedi Terezinha Canei Conte	12	12,00	9	22,50	21	34,50	9,00	43,50	Aprovado
921	479301	18/06/1969	Ivanete Orso Gonçalves De Araujo	12	12,00	9	22,50	21	34,50	9,00	43,50	Aprovado
922	474486	04/12/1966	Ilse Balbina Dossena Mohr	14	14,00	10	25,00	24	39,00	4,40	43,40	Aprovado
923	491778	12/10/1987	Micheli Cassol	11	11,00	11	27,50	22	38,50	4,80	43,30	Aprovado
924	494103	12/07/1990	Milene Da Silva Oliveira	8	8,00	14	35,00	22	43,00	0,00	43,00	Aprovado
925	473369	18/04/1974	Adinar Ranzolin Bampi	14	14,00	9	22,50	23	36,50	6,45	42,95	Aprovado
926	473705	26/04/1960	Alice Prado Da Silva	12	12,00	10	25,00	22	37,00	5,60	42,60	Aprovado
927	492602	18/03/1965	Rosangela Cardoso De Souza	15	15,00	11	27,50	26	42,50	0,00	42,50	Aprovado
928	478470	28/12/1988	Fagner Antonio Trentin	15	15,00	11	27,50	26	42,50	0,00	42,50	Aprovado
929	487892	15/04/1995	Silvana Basso	15	15,00	11	27,50	26	42,50	0,00	42,50	Aprovado
930	474544	21/04/1979	Edreane Lamperti Marchetti	10	10,00	11	27,50	21	37,50	5,00	42,50	Aprovado
931	484958	02/02/1988	Saionara Tarzo	10	10,00	11	27,50	21	37,50	5,00	42,50	Aprovado
932	498367	04/04/1988	Joao Krames	20	20,00	9	22,50	29	42,50	0,00	42,50	Aprovado
933	486089	16/02/1984	Denise Kessler	11	11,00	9	22,50	20	33,50	9,00	42,50	Aprovado
934	473332	15/12/1972	Reni Fatima Carminatti	16	16,00	7	17,50	23	33,50	9,00	42,50	Aprovado
935	473614	10/07/1986	Mari Neusa Dornelles Trevisan	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,75	42,25	Aprovado
936	481845	17/06/1954	Geni Maria Pagnussat Alba (idoso)	13	13,00	10	25,00	23	38,00	4,00	42,00	Aprovado
937	484736	30/03/1979	Patricia Cristine Terhorst Gasperin	17	17,00	10	25,00	27	42,00	0,00	42,00	Aprovado
938	501239	02/03/1987	Cristofe Ulsenheimer Geller	17	17,00	10	25,00	27	42,00	0,00	42,00	Aprovado
939	473765	04/04/1988	Shirley Nogueira Da Silva Soares	13	13,00	10	25,00	23	38,00	4,00	42,00	Aprovado
940	471869	11/11/1974	Mariela Silveira Dos Santos	17	17,00	8	20,00	25	37,00	5,00	42,00	Aprovado
941	475410	12/05/1975	Rosicler Fatima Goncalves	13	13,00	8	20,00	21	33,00	9,00	42,00	Aprovado
942	470605	23/03/1992	Kelli Schmidt	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,20	41,70	Aprovado
943	492730	04/01/1966	Americo Mendes Kunz	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,00	41,50	Aprovado
944	481498	04/12/1967	Suzana Maleski	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,00	41,50	Aprovado
945	470787	20/07/1984	Gracieli Schneider Kovaleski	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,00	41,50	Aprovado
946	472541	10/03/1969	Dorilde Rodrigues	10	10,00	9	22,50	19	32,50	9,00	41,50	Aprovado
947	470341	04/01/1974	Jeanne Maria De Lima Sonaglio	20	20,00	5	12,50	25	32,50	9,00	41,50	Aprovado
948	497835	26/07/1968	Deonilce Lourdes Leseux	11	11,00	12	30,00	23	41,00	0,00	41,00	Aprovado
949	501033	02/05/1971	Dirlei Aparecida Carpegiani	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

950	471941	02/12/1986	Andressa De Marco Baldissera	11	11,00	10	25,00	21	36,00	5,00	41,00	Aprovado
951	471719	05/10/1969	Neli Miotto Moretto	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
952	475401	06/07/1983	Franciele Bejamini	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
953	498847	25/07/1991	Patricia Rosana De Campos	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
954	477263	09/12/1977	Edna Claudia Primel	18	18,00	9	22,50	27	40,50	0,00	40,50	Aprovado
955	476643	02/02/1977	Valcir Bitello	13	13,00	9	22,50	22	35,50	5,00	40,50	Aprovado
956	488213	27/05/1993	Luana Fernandes	13	13,00	9	22,50	22	35,50	5,00	40,50	Aprovado
957	486187	25/08/1971	Luiz Carlos De Oliveira	14	14,00	7	17,50	21	31,50	9,00	40,50	Aprovado
958	492989	27/02/1964	Mary Bertoglio	19	19,00	5	12,50	24	31,50	9,00	40,50	Aprovado
959	472190	29/07/1990	Cristiane Massi	10	10,00	12	30,00	22	40,00	0,00	40,00	Aprovado
960	495929	04/08/1981	Alessandra De Oliveira Leite	15	15,00	10	25,00	25	40,00	0,00	40,00	Aprovado
961	479632	24/08/1994	Gabriela Nardi	14	14,00	10	25,00	24	39,00	1,00	40,00	Aprovado
962	495286	07/08/1971	Roselinda Vangri Inacio	10	10,00	10	25,00	20	35,00	5,00	40,00	Aprovado
963	473415	09/03/1975	Janice Dos Santos	15	15,00	8	20,00	23	35,00	5,00	40,00	Aprovado
964	472114	18/02/1965	Joice Augusta Agne	11	11,00	8	20,00	19	31,00	9,00	40,00	Aprovado
965	477904	09/01/1965	Estelamaris Zanchet	12	12,00	11	27,50	23	39,50	0,00	39,50	Aprovado
966	497828	22/10/1977	Joselia Gomes Gargioni	12	12,00	11	27,50	23	39,50	0,00	39,50	Aprovado
967	480114	04/08/1979	Veridiane Fadani De Amaral	14	14,00	10	25,00	24	39,00	0,00	39,00	Aprovado
968	471568	17/05/1964	Maria Iridan Fortes De Jesus	9	9,00	10	25,00	19	34,00	5,00	39,00	Aprovado
969	473487	26/03/1975	Elisangela Trombeta	9	9,00	10	25,00	19	34,00	5,00	39,00	Aprovado
970	488684	26/04/1978	Susana Maria Pelisson	10	10,00	8	20,00	18	30,00	9,00	39,00	Aprovado
971	492149	19/04/1986	Angela Golin	6	6,00	13	32,50	19	38,50	0,00	38,50	Aprovado
972	471199	19/07/1981	Raquel De Fatima Do Nascimento	11	11,00	11	27,50	22	38,50	0,00	38,50	Aprovado
973	492735	27/04/1983	Melina Nunes	10	10,00	11	27,50	21	37,50	1,00	38,50	Aprovado
974	470329	01/12/1983	Josemara Maria Ribeiro Rossoni	11	11,00	9	22,50	20	33,50	5,00	38,50	Aprovado
975	469722	02/06/1985	Maristela Putzel Figueiro	21	21,00	7	17,50	28	38,50	0,00	38,50	Aprovado
976	471942	11/08/1977	Patricia Janice Bracht Dedordi	13	13,00	10	25,00	23	38,00	0,00	38,00	Aprovado
977	475344	24/07/1963	Lucy Terezinha Almeida Santos	14	14,00	6	15,00	20	29,00	9,00	38,00	Aprovado
978	482761	07/07/1984	Maria Janice Gomes Sebben	14	14,00	6	15,00	20	29,00	9,00	38,00	Aprovado
979	472742	21/10/1989	Scheila De Jesus Rodrigues	10	10,00	11	27,50	21	37,50	0,00	37,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

980	485310	17/05/1975	Fatima Goes	11	11,00	10	25,00	21	36,00	1,50	37,50	Aprovado
981	500663	06/12/1971	Elaine Tognon	12	12,00	10	25,00	22	37,00	0,00	37,00	Aprovado
982	476745	02/03/1962	Ivone Da Costa	17	17,00	8	20,00	25	37,00	0,00	37,00	Aprovado
983	486282	19/03/1986	Simoni Nardino	12	12,00	8	20,00	20	32,00	5,00	37,00	Aprovado
984	493188	22/06/1970	Ivania Maria Ferreira	13	13,00	6	15,00	19	28,00	9,00	37,00	Aprovado
985	477217	28/03/1991	Jessica Aline Cavalheiro	13	13,00	6	15,00	19	28,00	9,00	37,00	Aprovado
986	488752	03/09/1985	Juliana Xavier Da Cruz	18	18,00	4	10,00	22	28,00	9,00	37,00	Aprovado
987	469715	16/05/1953	Maria Zeli Ferreira (idoso)	18	18,00	4	10,00	22	28,00	8,50	36,50	Aprovado
988	471051	16/10/1965	Paulo Fagundes	14	14,00	9	22,50	23	36,50	0,00	36,50	Aprovado
989	476989	11/04/1984	Andreia Pasin	14	14,00	9	22,50	23	36,50	0,00	36,50	Aprovado
990	473382	31/07/1972	Reginaldo Paiva Da Silva	19	19,00	7	17,50	26	36,50	0,00	36,50	Aprovado
991	492761	16/07/1987	Fernanda Ficagna	17	17,00	4	10,00	21	27,00	9,00	36,00	Aprovado
992	494350	22/09/1994	Leticia Sartori	13	13,00	9	22,50	22	35,50	0,00	35,50	Aprovado
993	469934	04/06/1990	Ediana Cirino De Almeida	9	9,00	7	17,50	16	26,50	9,00	35,50	Aprovado
994	470407	02/09/1959	Claudete Maria Gabrielli	19	19,00	3	7,50	22	26,50	9,00	35,50	Aprovado
995	475504	14/09/1991	Elisete Giacomini	12	12,00	9	22,50	21	34,50	0,00	34,50	Aprovado
996	474785	07/05/1973	Adriana Rosa	13	13,00	5	12,50	18	25,50	9,00	34,50	Aprovado
997	475953	17/08/1990	Elizangela Goncalves Da Silva	11	11,00	9	22,50	20	33,50	0,90	34,40	Aprovado
998	475651	22/09/1974	Andrea Regina Duarte Da Silva Ferreira	13	13,00	7	17,50	20	30,50	3,83	34,33	Aprovado
999	472054	27/03/1980	Adriana Candido De Jesus	14	14,00	8	20,00	22	34,00	0,00	34,00	Aprovado
1000	498451	26/02/1980	Elisandra Gisele Cenci	19	19,00	4	10,00	23	29,00	5,00	34,00	Aprovado
1001	480943	06/06/1990	Karen Angela Flores	11	11,00	9	22,50	20	33,50	0,00	33,50	Aprovado
1002	487372	03/12/1972	Mauriceia Fabiana Bones Dornelles	12	12,00	5	12,50	17	24,50	9,00	33,50	Aprovado
1003	480445	19/06/1974	Ildete Demarchi Minozzo	14	14,00	4	10,00	18	24,00	9,00	33,00	Aprovado
1004	484949	19/04/1987	Eliane Alves Pereira	15	15,00	7	17,50	22	32,50	0,00	32,50	Aprovado
1005	470442	27/11/1980	Sirlei Guraliski Woitekowski	12	12,00	8	20,00	20	32,00	0,00	32,00	Aprovado
1006	474590	01/05/1980	Sidney Santos Costa	13	13,00	7	17,50	20	30,50	0,00	30,50	Aprovado
1007	487575	25/12/1987	Cleonice Da Silva	11	11,00	7	17,50	18	28,50	1,25	29,75	Aprovado
1008	475001	29/10/1984	Rose Maria Vargas	8	8,00	5	12,50	13	20,50	9,00	29,50	Aprovado
1009	476707	02/05/1985	Gilvanio Pedroso	14	14,00	6	15,00	20	29,00	0,00	29,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1010	474851	11/10/1979	Deonilda Wawczyniak		8	8,00	8	20,00	16	28,00	0,00	28,00	0,00	28,00	Aprovado
1011	475471	28/07/1964	Marisa Silvana Hanauer		6	6,00	5	12,50	11	18,50	9,00	18,50	9,00	27,50	Aprovado
1012	501278	02/01/1988	Francini Cardoso		11	11,00	3	7,50	14	18,50	9,00	18,50	9,00	27,50	Aprovado
1013	479680	20/05/1967	Amalia Antonia Rohrbek		12	12,00	6	15,00	18	27,00	0,00	27,00	0,00	27,00	Aprovado
1014	471432	13/09/1965	Clarissi Madalena Santos		8	8,00	4	10,00	12	18,00	9,00	18,00	9,00	27,00	Aprovado
1015	479081	09/11/1973	Jociani Coletti Gomes		18	18,00	0	0,00	18	18,00	9,00	18,00	9,00	27,00	Aprovado
1016	469876	21/03/1978	Ilda Werlang Benetti		12	12,00	5	12,50	17	24,50	2,10	24,50	2,10	26,60	Aprovado
1017	474670	14/10/1972	Roseli De Vargas		16	16,00	3	7,50	19	23,50	2,55	23,50	2,55	26,05	Aprovado
1018	497864	10/02/1991	Ana Saron Junges		15	15,00	4	10,00	19	25,00	0,00	25,00	0,00	25,00	Aprovado
1019	477948	08/01/1964	Roseli Baldo Klaus		3	3,00	5	12,50	8	15,50	9,00	15,50	9,00	24,50	Aprovado
1020	470002	09/04/1976	Vanderlei Porto Freitas		17	17,00	3	7,50	20	24,50	0,00	24,50	0,00	24,50	Aprovado
1021	469946	08/08/1989	Aline Fiori		14	14,00	0	0,00	14	14,00	9,00	14,00	9,00	23,00	Aprovado
1022	491028	19/07/1965	Mirlene Deitos De Oliveira		11	11,00	1	2,50	12	13,50	9,00	13,50	9,00	22,50	Aprovado
1023	487091	06/04/1978	Elisangela Serpa De Jesus		11	11,00	1	2,50	12	13,50	9,00	13,50	9,00	22,50	Aprovado
1024	494554	28/11/1976	Marilice Marta Pommerening		9	9,00	5	12,50	14	21,50	0,00	21,50	0,00	21,50	Aprovado
1025	477552	11/07/1964	Ana Maria Signori Scussiato		16	16,00	0	0,00	16	16,00	5,00	16,00	5,00	21,00	Aprovado
1026	477709	29/05/1989	Vanete Alves		10	10,00	4	10,00	14	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00	Aprovado
1027	475931	21/10/1974	Dayana Loreci Huning Pedroso		15	15,00	0	0,00	15	15,00	0,00	15,00	0,00	15,00	Aprovado
1028	471153	30/12/1992	Adriana Aparecida Cheski		13	13,00	0	0,00	13	13,00	0,00	13,00	0,00	13,00	Aprovado
1029	488351	05/03/1988	Kerolin Carla Vicari		12	12,00	0	0,00	12	12,00	0,00	12,00	0,00	12,00	Aprovado
	472460	20/04/1975	Alice Fatima De Mossi		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	497482	11/06/1990	Aline Guzzo		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	501788	25/01/1974	Ana Paula Teixeira Muller		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	470333	05/01/1988	Angela Izaura Rocha Peruzzo		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	499473	02/11/1984	Claudia Liana Soboleski Grando		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	480260	18/03/1995	Cristiane Rosa Antunes Maciel		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	483666	21/01/1976	Daniela Rodrigues Soares		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	472842	23/04/1983	Dayame Stuaní		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	484608	31/12/1965	Delci Salete Da Silva Vieira		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	474641	25/07/1986	Denise Aparecida Sabedot Perret		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	Ausente	0,00	0,00	Eliminado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

501040	22/11/1977	Herley Janaina Lima Bourscheid	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
474325	14/01/1977	Ingracir Verrel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
493797	01/05/1990	Ionara Fideles Chaga	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
495171	13/06/1988	Jaqueline Balena Lara	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
476808	23/06/1979	Joao Carlos Gonsalves De Paula	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
493504	25/12/1979	Kariane Pasin Martins	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
502380	16/10/1986	Lenir Hentz	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
474779	18/01/1961	Leoni Fatima Dos Santos Vaz	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
480174	27/06/1983	Liliane Serpa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
494321	07/05/1977	Luciana Caon Stimer	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
496582	04/05/1981	Manoela Do Nascimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
494313	06/04/1979	Marcia Chaga Schwartz	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
502030	21/06/1985	Marcia Raquel Chiuza Brizola	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
471849	11/04/1961	Maria Aparecida Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
502396	22/10/1973	Maria Cristina Alves Lemos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
501132	10/03/1962	Maria Emilia Pimpao	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
492928	28/05/1986	Micheline Silhessarenko	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
474711	25/08/1982	Patricia Wegner	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
470965	03/05/1989	Rosangela Bukoski	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
492801	01/08/1995	Sinara Bones Padilha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
484693	06/11/1963	Velci Teresinha Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
499168	06/05/1975	Viviane Ribas Miron	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Artes I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	495922	04/04/1980	Suzamara Da Silva Cavalheiro	20	20,00	18	45,00	38	65,00	3,25	68,25	Aprovado
2	485826	09/12/1983	Veronice Nunes Basso	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
3	476098	05/03/1984	Eliane Fatima Brugnara	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
4	473680	06/03/1990	Adriano Santos Michelon	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

5	472187	26/06/1992	Maria De Souza	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
6	472954	30/04/1984	Thaise De Moraes Nogueira	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
7	498372	24/12/1994	Diana Chiodelli	20	20,00	17	42,50	37	62,50	2,93	65,43	Aprovado
8	484068	06/11/1987	Francieli De Paula	20	20,00	14	35,00	34	55,00	9,00	64,00	Aprovado
9	493079	08/02/1965	Vanderlei Jose Bernardi	23	23,00	12	30,00	35	53,00	9,00	62,00	Aprovado
10	472646	01/09/1994	Gabriela Rodrigues	21	21,00	14	35,00	35	56,00	5,00	61,00	Aprovado
11	493006	24/07/1981	Micheli Thais Galli	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
12	483157	26/06/1991	Genaina De Souza	15	15,00	16	40,00	31	55,00	4,00	59,00	Aprovado
13	469904	23/01/1989	Alliane Fatima Neuls Greselli	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
14	470550	05/06/1965	Jaqueline Werlang	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
15	476673	22/03/1970	Sidiane Teresinha De Almeida Bitello	21	21,00	13	32,50	34	53,50	5,00	58,50	Aprovado
16	501121	01/05/1977	Susana Zanetti	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
17	509396	25/03/1979	Alliane Ferronato	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
18	493060	04/03/1981	Caciana Possenti De Oliveira	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
19	497237	19/09/1990	Vanessa Moraes	21	21,00	14	35,00	35	56,00	2,00	58,00	Aprovado
20	491103	12/09/1978	Dimali Aparecida Ongaratto	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
21	479904	15/12/1982	Simone De Oliveira Batista Cuchi	19	19,00	12	30,00	31	49,00	9,00	58,00	Aprovado
22	495924	02/06/1995	Ana Claudia Monari	18	18,00	15	37,50	33	55,50	2,33	57,83	Aprovado
23	488488	07/03/1975	Eloneide Regina Chiossi	18	18,00	15	37,50	33	55,50	2,20	57,70	Aprovado
24	494434	15/08/1991	Jéssica Maila Milani	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
25	478330	04/12/1966	Elilana Aparecida Dos Santos De Moura	21	21,00	11	27,50	32	48,50	9,00	57,50	Aprovado
26	476267	25/06/1965	Susana Maria Simioni	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
27	510710	08/01/1956	Sonia Moraes	15	15,00	15	37,50	30	52,50	4,30	56,80	Aprovado
28	472838	25/01/1973	Sandra Zoletti De Rezende Souza	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
29	486866	24/04/1978	Elizandra Aparecida De Almeida Bet	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
30	472066	27/04/1978	Raquel De Bona	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
31	471225	04/01/1986	Daiane Bortolosso	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
32	492612	29/12/1968	Jussara Andrade de Lima	20	20,00	11	27,50	31	47,50	9,00	56,50	Aprovado
33	501499	20/04/1981	Elilane Freitas	21	21,00	13	32,50	34	53,50	2,70	56,20	Aprovado
34	478084	20/08/1976	Estela Pereira N Eckel	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

35	471317	18/06/1980	Alex Alexandre Pedroso	19	19,00	11	27,50	30	46,50	9,00	55,50	Aprovado
36	477159	10/04/1978	Sidineia Agostini Mezomo	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
37	476704	03/04/1989	Denise Ferreira	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
38	471315	03/01/1992	Ana Paula Senhor	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
39	472154	07/06/1988	Vanessa Bressan	17	17,00	13	32,50	30	49,50	5,00	54,50	Aprovado
40	483276	16/03/1980	Greici Moratelli Sampaio	19	19,00	14	35,00	33	54,00	0,00	54,00	Aprovado
41	471939	12/10/1976	Jocelaine Santos	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
42	476773	09/05/1990	Alessandra Schoulten De Mattos	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
43	492126	25/09/1991	Ahlana Bia Naue Petri Pereira	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
44	478008	28/04/1976	Dilene Maria Trevisol	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
45	480567	20/12/1978	Lilian Marmontini	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
46	486773	20/12/1973	Debora Cavasotto Poltronieri	19	19,00	10	25,00	29	44,00	9,00	53,00	Aprovado
47	479324	01/03/1992	Andreia Raquel Vargas Martins	13	13,00	14	35,00	27	48,00	4,90	52,90	Aprovado
48	493912	06/06/1989	Priscilla Da Silva Mendes	16	16,00	11	27,50	27	43,50	9,00	52,50	Aprovado
49	471627	14/03/1987	Elizandra De Farias	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
50	509842	28/12/1988	Fagner Antonio Trentin	15	15,00	14	35,00	29	50,00	1,60	51,60	Aprovado
51	495232	18/04/1994	Kerli Laiz Dill	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
52	480196	10/11/1990	Vanusa Da Silva De Oliveira	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
53	496245	15/12/1993	Danieli Rieger	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
54	501232	21/05/1982	Izabel Maciel	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
55	496899	22/10/1990	Alyssa Tessari De Almeida	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,53	51,03	Aprovado
56	498344	18/11/1987	Jussara Aparecida De Borbaborp	16	16,00	12	30,00	28	46,00	5,00	51,00	Aprovado
57	493437	13/10/1964	Malene De Oliveira	14	14,00	11	27,50	25	41,50	9,00	50,50	Aprovado
58	471281	09/05/1980	Alessandra Zanini Bundchen Tramontini	19	19,00	9	22,50	28	41,50	9,00	50,50	Aprovado
59	495108	02/12/1965	Roselaine Barboza Vinhas	17	17,00	11	27,50	28	44,50	5,85	50,35	Aprovado
60	475343	14/02/1980	Silvana Beatriz Dos Santos	15	15,00	12	30,00	27	45,00	5,00	50,00	Aprovado
61	471607	27/07/1979	Cassia Santore	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
62	491273	22/01/1985	Luciana Lippert Goncalves	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
63	487611	13/07/1988	Aline Da Silva Guarda Bresolin	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
64	492884	28/01/1985	Vanderleia Guarnieri	18	18,00	9	22,50	27	40,50	9,00	49,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

65	495945	26/11/1994	Monica Rita Zanella	18	18,00	11	27,50	29	45,50	3,38	48,88	Aprovado
66	477121	08/02/1994	Joana Graeff Ferreira De Deus	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
67	484469	10/11/1985	Luciana Maria Luisetto	16	16,00	9	22,50	25	38,50	9,00	47,50	Aprovado
68	499404	19/01/1988	Rudimar Roberto Pereira	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
69	472138	17/11/1978	Gabriela Malvessi	15	15,00	9	22,50	24	37,50	9,00	46,50	Aprovado
70	479440	17/11/1978	Angela Cristofoli Vieira	11	11,00	10	25,00	21	36,00	9,00	45,00	Aprovado
71	480641	25/06/1985	Andre Knoener	17	17,00	11	27,50	28	44,50	0,00	44,50	Aprovado
72	481770	24/04/1986	Sandra Marli Basegio	15	15,00	10	25,00	25	40,00	4,00	44,00	Aprovado
73	478953	28/02/1994	Naielei Testa	13	13,00	12	30,00	25	43,00	0,00	43,00	Aprovado
74	472003	13/11/1988	Fabiane Vieira Ebeling	16	16,00	9	22,50	25	38,50	4,40	42,90	Aprovado
75	469897	07/10/1984	Silvana Lemes De Almeida	19	19,00	9	22,50	28	41,50	0,00	41,50	Aprovado
76	474713	29/04/1981	Andreise Sabadin	11	11,00	12	30,00	23	41,00	0,00	41,00	Aprovado
77	471170	08/07/1992	Caroline Angela Daniel	12	12,00	10	25,00	22	37,00	3,25	40,25	Aprovado
78	509692	26/07/1968	Deonilce Lourdes Leseux	11	11,00	10	25,00	21	36,00	4,00	40,00	Aprovado
79	477253	04/09/1962	Inez Nardi	11	11,00	11	27,50	22	38,50	0,00	38,50	Aprovado
80	474705	27/09/1987	Carla Fornari	15	15,00	9	22,50	24	37,50	0,00	37,50	Aprovado
81	481473	29/09/1981	Ana Cleia Soares	15	15,00	8	20,00	23	35,00	0,00	35,00	Aprovado
82	475640	03/07/1985	Jussara Dos Santos	10	10,00	8	20,00	18	30,00	5,00	35,00	Aprovado
83	492502	29/06/1951	Lourdes Fredo	14	14,00	6	15,00	20	29,00	4,50	33,50	Aprovado
84	490931	29/04/1980	Carla Naides Da Costa Costa	12	12,00	8	20,00	20	32,00	0,28	32,28	Aprovado
85	487630	01/02/1994	Dirceu Junior Barp	11	11,00	7	17,50	18	28,50	0,00	28,50	Aprovado
86	478773	17/07/1991	Tayse Covatti	8	8,00	7	17,50	15	25,50	0,00	25,50	Aprovado
87	479584	16/05/1958	Bernardete Luiza da Silva	12	12,00	0	0,00	12	12,00	9,00	21,00	Aprovado
	486794	08/11/1984	Alessandra Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	497287	21/09/1985	Daniel Stringini Rosa	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Ciências

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	488275	19/11/1979	Cristiane Zanato Borella	22	22,00	19	47,50	41	69,50	9,00	78,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2	472711	05/08/1986	Denise Regina Lorenzi Da Silva	22	22,00	19	47,50	41	69,50	9,00	78,50	Aprovado
3	499233	20/06/1988	Tacia Regina Weber	27	27,00	17	42,50	44	69,50	9,00	78,50	Aprovado
4	475851	02/02/1987	Mariani Tais Mocelin	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
5	474331	20/12/1988	Emanuelle Aline Da Silva Meneghetti	22	22,00	18	45,00	40	67,00	9,00	76,00	Aprovado
6	474540	02/04/1987	Silvana Espeorin Camargo	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
7	509680	18/10/1986	Debora Carneiro Leite	23	23,00	17	42,50	40	65,50	10,00	75,50	Aprovado
8	469806	06/06/1987	Elaine Teresinha De Oliveira	23	23,00	18	45,00	41	68,00	6,50	74,50	Aprovado
9	509551	14/02/1981	Cassiana Dallacort	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
10	496770	18/07/1983	Silvia Maria Ferreira Zanini	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
11	470105	30/10/1987	Aline Angelica Pinheiro	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
12	471505	20/12/1989	Viviane Ceresoli	20	20,00	18	45,00	38	65,00	7,95	72,95	Aprovado
13	499029	20/10/1976	Raquel Zeni Ternus	21	21,00	16	40,00	37	61,00	11,45	72,45	Aprovado
14	472699	31/08/1972	Sandra Felomena Martinelli	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
15	470431	13/06/1993	Andressa Samara Volinski	24	24,00	18	45,00	42	69,00	2,90	71,90	Aprovado
16	474603	16/03/1970	Marli Sueli Schuck Zanatta	20	20,00	17	42,50	37	62,50	9,00	71,50	Aprovado
17	479493	03/07/1970	Levina Berti	22	22,00	18	45,00	40	67,00	4,00	71,00	Aprovado
18	498610	11/12/1976	Andreia Da Silva Fossa	17	17,00	16	40,00	33	57,00	14,00	71,00	Aprovado
19	470461	29/12/1987	Carina Fatima Giroto	21	21,00	18	45,00	39	66,00	4,70	70,70	Aprovado
20	481568	07/07/1992	Jessica Pauletti	19	19,00	19	47,50	38	66,50	4,05	70,55	Aprovado
21	472538	25/04/1986	Caroline Constanci Bettanin	23	23,00	17	42,50	40	65,50	5,00	70,50	Aprovado
22	494852	18/03/1961	Sandra Dalla Costa	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
23	491321	26/05/1967	Rosicler Terezinha Ambrosi Correa	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
24	487836	11/07/1988	Fernanda Pesente Menin	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
25	484137	20/01/1984	Greyci Regina Zanini	20	20,00	18	45,00	38	65,00	5,00	70,00	Aprovado
26	479415	17/12/1958	Glaci Odete Franke Gheno	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
27	471133	14/04/1968	Lindacir Zornitta	18	18,00	18	45,00	36	63,00	6,80	69,80	Aprovado
28	483809	17/08/1981	Francine Baptistella	13	13,00	19	47,50	32	60,50	9,00	69,50	Aprovado
29	510217	11/12/1978	Lucilene Teresinha Remos Farias	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
30	470569	10/08/1983	Vanessa Padilha Fagundes Pacheco	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
31	492356	01/04/1991	Alanza Mara Zanini	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,80	69,30	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

32	469770	21/01/1981	Katiuska Camargo Vogel	22	22,00	17	42,50	39	64,50	4,00	68,50	Aprovado
33	474947	18/09/1986	Luciane Taffarel	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
34	478356	20/04/1991	Janaína Pagliarini	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,60	68,10	Aprovado
35	485205	23/02/1982	Gicele Glovacki	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
36	474580	15/09/1982	Margarete Samuel De Barros	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
37	487033	14/10/1981	Roberta Vigne Rossetto	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
38	475507	08/09/1985	Raquel Antunes Muniz Schons	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
39	488000	09/11/1981	Mara Cristina Gabiatti Grolli	18	18,00	18	45,00	36	63,00	4,00	67,00	Aprovado
40	475795	30/07/1989	Naiara Lemes Da Rosa	19	19,00	19	47,50	38	66,50	0,00	66,50	Aprovado
41	496752	26/03/1993	Francieli Delazeri	20	20,00	17	42,50	37	62,50	3,68	66,18	Aprovado
42	479655	31/08/1977	Luciane Da Rosa	21	21,00	16	40,00	37	61,00	5,00	66,00	Aprovado
43	470343	16/08/1984	Siderlania Kella Leite	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
44	488349	23/09/1988	Bruna Lais Turra	16	16,00	16	40,00	32	56,00	10,00	66,00	Aprovado
45	483119	01/09/1966	Marcos Cezar Carabagialle	22	22,00	14	35,00	36	57,00	9,00	66,00	Aprovado
46	491131	23/07/1993	Marilete Maria Feruck	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
47	499244	10/05/1992	Jose Junior Dos Santos	20	20,00	17	42,50	37	62,50	2,95	65,45	Aprovado
48	501467	30/04/1992	Felipe Antonio Primon De Barros	22	22,00	17	42,50	39	64,50	0,70	65,20	Aprovado
49	492564	22/04/1978	Eliane Zanin	21	21,00	16	40,00	37	61,00	4,00	65,00	Aprovado
50	481767	03/04/1965	Enelice Cora Geneviro	20	20,00	16	40,00	36	60,00	5,00	65,00	Aprovado
51	474519	24/05/1989	Bruno De Matos Casaca	20	20,00	16	40,00	36	60,00	5,00	65,00	Aprovado
52	509392	20/02/1981	Alexandra Pacassa	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
53	509739	09/12/1977	Edna Claudia Primel	18	18,00	17	42,50	35	60,50	4,00	64,50	Aprovado
54	482913	27/08/1975	Liamar Dal Piaz	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
55	494264	09/09/1984	Jaqueline Putton Quadri	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
56	497001	20/07/1979	Rosmari Da Silva Kurek Cordeiro Oliveira	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
57	471484	31/08/1980	Alessandra Kolling	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
58	509367	28/06/1974	Agnes Karine Silvani	16	16,00	19	47,50	35	63,50	0,00	63,50	Aprovado
59	470662	07/07/1981	Elisandra Cleonice Pritsch	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
60	481399	04/09/1984	Cintia Paixao	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,00	63,00	Aprovado
61	509932	02/01/1988	Hellen Cristina Gehm	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

62	488803	06/11/1984	Nivea Bitencourt Da Silva Cortina	20	20,00	17	42,50	37	62,50	0,00	62,50	Aprovado
63	472025	06/04/1980	Nadia Lígianara Nyari	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
64	472587	22/09/1980	Gisele Cigognini	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
65	471527	13/10/1987	Kesia Melania Montanha	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
66	475210	10/02/1992	Mariana Fanton	21	21,00	15	37,50	36	58,50	3,80	62,30	Aprovado
67	510487	19/11/1991	Rafael Dos Santos Carneiro	17	17,00	18	45,00	35	62,00	0,00	62,00	Aprovado
68	471827	19/11/1990	Gabriela Marivone Beltrame Haverroth	23	23,00	14	35,00	37	58,00	4,00	62,00	Aprovado
69	486998	23/02/1986	Diana Folmer	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
70	475242	24/04/1981	Cleneide Picinin	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
71	499056	07/10/1983	Michele Jaci Arnold De Almeida	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,71	61,21	Aprovado
72	485486	28/05/1985	Rosilene Bernardino De Oliveira Da Silva	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
73	492918	19/09/1979	Ivanildo Viero	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,00	59,50	Aprovado
74	480073	19/04/1978	Silvia Ferreira De Lima	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
75	495279	06/01/1985	Nubia Viviane Andrade	14	14,00	18	45,00	32	59,00	0,00	59,00	Aprovado
76	477982	12/11/1975	Adriana Gonçalves Devilla	15	15,00	16	40,00	31	55,00	4,00	59,00	Aprovado
77	499529	21/03/1987	Pabline Marmellini	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado
78	483052	03/08/1973	Daniela Fatima Bergamo Gandolfi	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
79	469768	08/05/1985	Aline Regina Rossetto	21	21,00	15	37,50	36	58,50	0,00	58,50	Aprovado
80	510513	22/10/1979	Renata Saremba Tafuri	20	20,00	15	37,50	35	57,50	0,00	57,50	Aprovado
81	491063	28/05/1983	Suzana Müller	11	11,00	15	37,50	26	48,50	9,00	57,50	Aprovado
82	499854	23/05/1989	Aline Raquel Bettu	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,90	57,40	Aprovado
83	469780	13/08/1970	Luciana Maldaner	3	3,00	18	45,00	21	48,00	9,00	57,00	Aprovado
84	510372	28/05/1980	Mauro Marcelo Wentz	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
85	488412	16/04/1990	Leticia Daiana Ferreira	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
86	500677	16/06/1987	Thiago Bastiani	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
87	509531	27/09/1987	Carla Fornari	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
88	510485	22/12/1982	Priscila Zanotelli Dos Santos	13	13,00	16	40,00	29	53,00	1,50	54,50	Aprovado
89	479636	24/06/1986	Tatieli Ceratti	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
90	492431	17/05/1960	Miguel Alves De Oliveira	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
91	501659	12/07/1989	Marciana Malacarne	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

92	510098	06/06/1990	Karen Angela Flores	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado
93	509924	07/01/1980	Gracieli Klaus	12	12,00	14	35,00	26	47,00	4,00	51,00	Aprovado
94	509635	20/04/1983	Daiana Finkenauer	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,20	50,70	Aprovado
95	470867	26/12/1986	Daniele Aparecida Nascimento Da Luz	15	15,00	12	30,00	27	45,00	5,00	50,00	Aprovado
96	500861	24/12/1989	Diana Olkoski	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,55	49,55	Aprovado
97	493190	04/09/1974	Claudia Fatima Dal Pizzol	12	12,00	15	37,50	27	49,50	0,00	49,50	Aprovado
98	501142	03/09/1988	Suelen Sganzerla Marafon	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
99	510480	16/10/1965	Paulo Fagundes	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
100	499655	29/08/1969	Elzira Floss	19	19,00	8	20,00	27	39,00	9,00	48,00	Aprovado
101	509743	06/12/1971	Elaine Tognon	12	12,00	14	35,00	26	47,00	0,00	47,00	Aprovado
102	510316	28/11/1976	Marilice Marta Pommerening	9	9,00	11	27,50	20	36,50	9,00	45,50	Aprovado
103	501271	30/07/1971	Sandra Aparecida Secco Nuncio Compagnoni	13	13,00	12	30,00	25	43,00	0,00	43,00	Aprovado
104	509422	20/05/1967	Amalia Antonia Rohrbek	12	12,00	6	15,00	18	27,00	0,00	27,00	Aprovado
	509451	25/01/1974	Ana Paula Teixeira Muller	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	486961	17/01/1989	Andiara Ulchak Freitas	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	498453	08/01/1987	Edineia Guidolin Zapparoli	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	498196	20/09/1959	Jacyr Lora	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	492449	26/03/1991	Kariane Paula Druzian	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	500042	17/09/1985	Maria Angela Rieder	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	502263	28/08/1962	Neiva Rejane Rodrigues Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	471796	20/07/1993	Regiane Zanovello	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	499394	20/06/1983	Silvia Fatima Bianchi	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510829	06/05/1975	Viviane Ribas Miron	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		Acertos	Nota	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	509777	20/02/1976	Elisandra Fernandes De Carvalho	24	24,00	18	45,00	42	69,00	5,00	74,00	Aprovado
2	509940	20/10/1983	Ilda Maurilia Cavalheiro Siqueira	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
3	509891	31/07/1985	Geslaine Marta Da Silva De Moura	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4	500100	25/03/1988	Daiana Thais Da Rosa	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
5	486844	12/12/1990	Fernanda Aparecida De Mello	19	19,00	18	45,00	37	64,00	4,75	68,75	Aprovado
6	482676	27/02/1981	Crislene Francieli Rodrigues	21	21,00	17	42,50	38	63,50	5,00	68,50	Aprovado
7	510344	27/10/1976	Marihone Moliski Dos Santos	21	21,00	17	42,50	38	63,50	4,00	67,50	Aprovado
8	470423	06/05/1979	Beatriz Schneider Da Costa Pasierppski	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
9	492978	13/11/1990	Angela Maria Fainello	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
10	510658	23/04/1974	Silvania Pigato De Oliveira	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
11	473298	21/09/1978	Catarine Anita Lermem	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
12	470041	06/12/1960	Ursula Maria Zart Scapinello	16	16,00	17	42,50	33	58,50	8,20	66,70	Aprovado
13	510809	05/10/1980	Vania Suzana Giachini Bele	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
14	469794	19/08/1969	Roseli Lebera Zacharczuk	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
15	470664	11/07/1981	Sonia Mara De Fatima Silva Franciski	18	18,00	16	40,00	34	58,00	8,40	66,40	Aprovado
16	470314	07/08/1955	Lerida Melania Tedesco Schmidt	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
17	487566	25/05/1979	Susane Cristina Thebaldi Veber	16	16,00	18	45,00	34	61,00	4,00	65,00	Aprovado
18	474476	01/10/1983	Juciele Luisa Michalak Speroto	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
19	492249	07/11/1963	Maricéne Fátima Dal Prá Lanzarin	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
20	499559	25/01/1988	Marceli Strapazon Ribeiro De Lima	22	22,00	16	40,00	38	62,00	2,10	64,10	Aprovado
21	475445	25/05/1956	Terezinha Costa De Moura	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
22	478136	06/01/1986	Kelly Regina Marcon	11	11,00	17	42,50	28	53,50	9,00	62,50	Aprovado
23	510136	13/10/1987	Kesia Melania Montanha	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
24	473702	27/02/1963	Nara Regina Rodrigues Da Silva	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,40	62,40	Aprovado
25	510395	16/09/1978	Mirian Fumagalli Carbonera	18	18,00	16	40,00	34	58,00	4,00	62,00	Aprovado
26	510742	26/06/1977	Tais Bacci	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
27	477532	28/04/1972	Maria De Fatima Werle	17	17,00	16	40,00	33	57,00	4,80	61,80	Aprovado
28	491712	02/12/1981	Crissani Maria Schuster	15	15,00	15	37,50	30	52,50	8,90	61,40	Aprovado
29	471356	15/03/1974	Lucimar Marmantini Sobierai	22	22,00	14	35,00	36	57,00	4,00	61,00	Aprovado
30	510765	29/08/1969	Terezinha De Fatima De Tozzo	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
31	475332	08/09/1972	Rosane Stefanski Tibola	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
32	492194	29/05/1987	Nilva Bottini	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
33	497788	19/02/1976	Luciana Aparecida Anastácio	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

34	487178	10/03/1967	Marcia Diva Bordignon	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
35	473193	06/07/1976	Cheila Babinski Stella	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
36	477721	05/09/1980	Elizabeth Silveira Dias De Andrade	22	22,00	13	32,50	35	54,50	6,00	60,50	Aprovado
37	470434	12/02/1979	Vanderleia Idames Battisti Da Rosa	16	16,00	16	40,00	32	56,00	4,00	60,00	Aprovado
38	470038	30/04/1978	Rosilaine Da Silva Bastos	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
39	469801	08/11/1977	Juselina Pacheco De Jesus	18	18,00	15	37,50	33	55,50	4,00	59,50	Aprovado
40	472751	14/07/1963	Marlene Noronha	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
41	510325	14/06/1966	Marines Rosa Palavicini Sotili	12	12,00	16	40,00	28	52,00	7,48	59,48	Aprovado
42	509884	26/06/1991	Genaina De Souza	15	15,00	16	40,00	31	55,00	4,00	59,00	Aprovado
43	481852	02/08/1961	Sayonara Terezinha Da Rocha Zanella	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
44	471000	03/06/1980	Darlene Cagliari	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
45	510336	16/06/1964	Maristela Dos Santos	17	17,00	15	37,50	32	54,50	4,00	58,50	Aprovado
46	473276	11/09/1978	Regimara Orlandi Pesavento	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
47	472087	03/02/1968	Ana Catia Girardi Girardi	12	12,00	15	37,50	27	49,50	8,80	58,30	Aprovado
48	471398	07/06/1970	Maria Sandra Nunes Anchau	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
49	498650	16/12/1978	Sonia Pigato Rossi	16	16,00	15	37,50	31	53,50	4,00	57,50	Aprovado
50	476903	28/12/1976	Sandra Mara Morais	15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
51	493150	30/10/1989	Alessandra A. Todeschini Zonta	11	11,00	15	37,50	26	48,50	9,00	57,50	Aprovado
52	495468	25/02/1981	Andrea Duarte	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
53	470484	13/02/1982	Roberta Da Silva Ebeliny	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
54	510723	11/11/1983	Sumaia Santos	17	17,00	14	35,00	31	52,00	4,00	56,00	Aprovado
55	469786	06/11/1977	Ivania Almeida	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
56	485853	03/07/1972	Anelize Aparecida Scalvi	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
57	509937	07/09/1972	Idete Vitcoski Zimmer	13	13,00	15	37,50	28	50,50	5,00	55,50	Aprovado
58	487483	16/04/1971	Juliana De Moraes Flores	10	10,00	18	45,00	28	55,00	0,00	55,00	Aprovado
59	472012	10/03/1964	Meri Terezinha Pinto Amaral	12	12,00	15	37,50	27	49,50	5,00	54,50	Aprovado
60	471329	14/05/1988	Cristine Ferreira Da Silva	17	17,00	13	32,50	30	49,50	4,00	53,50	Aprovado
61	479350	05/01/1990	Giziani Schmidt	11	11,00	15	37,50	26	48,50	4,60	53,10	Aprovado
62	484506	06/08/1977	Loreni Bonmann Casagrande	18	18,00	12	30,00	30	48,00	5,00	53,00	Aprovado
63	510164	20/12/1978	Lilian Marmantini	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

64	500555	25/12/1975	Angelita Cortina Kolling	15	15,00	12	30,00	27	45,00	7,25	52,25	Aprovado
65	477200	09/01/1980	Vanessa Cristina Lovat Lino	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
66	510526	14/10/1981	Roberta Vigne Rossetto	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
67	495132	18/09/1989	Tatiane Ramos	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
68	509964	11/06/1983	Ismael Junior Pedroso Da Silva	14	14,00	13	32,50	27	46,50	4,10	50,60	Aprovado
69	479117	02/02/1980	Simone Vogt	9	9,00	13	32,50	22	41,50	9,00	50,50	Aprovado
70	510788	13/08/1983	Vanderleia Barrionuevo Guimaraes	10	10,00	16	40,00	26	50,00	0,00	50,00	Aprovado
71	497684	21/07/1974	Arliza Lucia Lamp	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
72	491206	09/04/1993	Rodrigo Morais	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
73	491121	04/07/1982	Edina Carla Gressler	16	16,00	12	30,00	28	46,00	4,00	50,00	Aprovado
74	469913	29/07/1993	Juliana Velasque Antunes	15	15,00	12	30,00	27	45,00	5,00	50,00	Aprovado
75	471879	14/02/1991	Sheila Veronica Cattani	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
76	499900	22/09/1983	Elisandra Beatris Kempf	11	11,00	15	37,50	26	48,50	0,00	48,50	Aprovado
77	510159	27/08/1975	Liamar Dal Piaz	17	17,00	12	30,00	29	47,00	0,00	47,00	Aprovado
78	497451	18/11/1992	Solange Cavalheiro De Arruda	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
79	478030	22/11/1979	Andreia Mazzonetto	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
80	501878	09/10/1993	Jose Eduardo Esteres Toniazzo	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
81	472046	18/07/1969	Cleci Ana Dambros Alves	13	13,00	11	27,50	24	40,50	4,00	44,50	Aprovado
82	472314	06/11/1961	Ivaldina Cavalheiro De Lima	6	6,00	12	30,00	18	36,00	8,40	44,40	Aprovado
83	476508	13/04/1983	Angela Eva Secco	14	14,00	12	30,00	26	44,00	0,00	44,00	Aprovado
84	479626	15/03/1989	Dyonatan Pedroso	14	14,00	12	30,00	26	44,00	0,00	44,00	Aprovado
85	497267	10/02/1983	Evelise De Moraes Nogueira De Oliveira	15	15,00	11	27,50	26	42,50	0,00	42,50	Aprovado
86	499926	05/10/1982	Andreia Do Nascimento	8	8,00	13	32,50	21	40,50	0,00	40,50	Aprovado
87	509462	22/09/1974	Andrea Regina Duarte Da Silva Ferreira	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
88	509574	13/09/1965	Clarissi Madalena Santos	8	8,00	9	22,50	17	30,50	9,00	39,50	Aprovado
89	497978	26/01/1954	Cleide Aparecida Antunes	7	7,00	9	22,50	16	29,50	9,00	38,50	Aprovado
90	478416	06/12/1962	Maria Enedina Fogaca	12	12,00	8	20,00	20	32,00	0,00	32,00	Aprovado
91	510196	08/05/1964	Lucia Martins Vieira De Oliveira	10	10,00	6	15,00	16	25,00	6,50	31,50	Aprovado
92	509871	02/01/1988	Francini Cardoso	11	11,00	8	20,00	19	31,00	0,00	31,00	Aprovado
93	469711	07/02/1989	Cristiane Brandt Ferreira	11	11,00	6	15,00	17	26,00	5,00	31,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

94	476591	03/07/1971	Ivone Fatima Vieira Da Silva	12	12,00	4	10,00	16	22,00	9,00	31,00	Aprovado
95	497209	09/02/1955	Fatima Zorzi	5	5,00	4	10,00	9	15,00	0,00	15,00	Aprovado
	509459	17/01/1989	Andiara Ulchak Freitas	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	474821	22/04/1974	Claudia Cristina De Oliveira Soares	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	495380	04/10/1987	Edineia Da Rosa	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510147	16/10/1986	Lenir Hentz	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510659	20/06/1983	Silvia Fatima Bianchi	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	471793	15/03/1975	Valdezia Terezinha Schweikart Kistemacher	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Educação Especial/Instrutor de Libras |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	496968	13/12/1990	Tainara Da Silva De Villa	18	18,00	19	47,50	37	65,50	4,50	70,00	Classificado
2	498339	20/12/1986	Juliana Nunes Probst	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Classificado
3	510635	14/02/1991	Sheila Veronica Cattani	13	13,00	15	37,50	28	50,50	0,00	50,50	Classificado
4	491031	22/03/1981	Lucienne Anastacio Da Silva	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Classificado
5	502405	09/05/1980	Rui Zuza	14	14,00	12	30,00	26	44,00	3,00	47,00	Classificado
6	482679	16/01/1985	Eleandra Antunes De Mello	13	13,00	12	30,00	25	43,00	2,50	45,50	Classificado
7	509613	07/02/1989	Cristiane Brandt Ferreira	11	11,00	11	27,50	22	38,50	5,00	43,50	Classificado
8	498809	13/11/1982	Leandro Paz	12	12,00	11	27,50	23	39,50	3,60	43,10	Classificado
9	498788	01/07/1992	Andressa Facco	11	11,00	11	27,50	22	38,50	4,45	42,95	Classificado
10	497544	29/03/1991	Michelle Mesa Casa	7	7,00	12	30,00	19	37,00	5,00	42,00	Classificado
11	509536	29/04/1980	Carla Naides Da Costa Costa	12	12,00	10	25,00	22	37,00	0,28	37,28	Classificado
12	494630	17/02/1991	Andressa Fogas De Almeida Armani Toaldo	13	13,00	8	20,00	21	33,00	0,00	33,00	Classificado

Educação Especial/Intérprete de Libras |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	498175	07/07/1966	Maria Beatriz Munzi	22	22,00	17	42,50	39	64,50	9,00	73,50	Classificado
2	474941	04/06/1984	Ailton Da Silva	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Classificado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3	482095	10/01/1984	Adriana Do Nascimento Meurer	19	19,00	17	42,50	36	61,50	5,00	66,50	Classificado
4	510740	13/12/1990	Tainara Da Silva De Villa	18	18,00	16	40,00	34	58,00	4,50	62,50	Classificado
5	510168	18/09/1978	Liliane Scortegagna Da Silva	22	22,00	16	40,00	38	62,00	0,00	62,00	Classificado
6	487086	20/09/1990	Natana Dietrich Da Silva	16	16,00	18	45,00	34	61,00	0,00	61,00	Classificado
7	510213	22/03/1981	Lucienne Anastacio Da Silva	15	15,00	18	45,00	33	60,00	0,00	60,00	Classificado
8	482034	17/07/1985	Gerusa Maica Nunes Innocente	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Classificado
9	498871	16/09/1986	Rafaela Fernanda Da Rosa Capeleti Dias	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Classificado
10	510204	10/11/1985	Luciana Maria Luisetto	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Classificado
11	488454	01/03/1993	Josiane Marcon	17	17,00	14	35,00	31	52,00	5,00	57,00	Classificado
12	510529	09/04/1993	Rodrigo Morais	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Classificado
13	509744	16/01/1985	Eleandra Antunes De Mello	13	13,00	14	35,00	27	48,00	2,50	50,50	Classificado
14	509465	05/10/1982	Andreia Do Nascimento	8	8,00	16	40,00	24	48,00	0,00	48,00	Classificado
15	510597	09/05/1980	Rui Zuza	14	14,00	12	30,00	26	44,00	3,00	47,00	Classificado
	509583	22/04/1974	Claudia Cristina De Oliveira Soares	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	497834	07/11/1988	Deivid Jian Rosa	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Educação Especial/Segundo Professor |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	510427	30/12/1966	Neri Antonio Dos Santos	24	24,00	19	47,50	43	71,50	9,00	80,50	Aprovado
2	509555	21/09/1978	Catarine Anita Lermem	21	21,00	20	50,00	41	71,00	9,00	80,00	Aprovado
3	509797	03/01/1979	Elizandra Patricia Benetti	19	19,00	20	50,00	39	69,00	9,00	78,00	Aprovado
4	509938	19/08/1974	Idianes Tereza Mascarello	19	19,00	18	45,00	37	64,00	14,00	78,00	Aprovado
5	510749	08/02/1988	Tammy Pardini	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
6	510254	01/06/1979	Marcia Marilei Soehn	24	24,00	19	47,50	43	71,50	5,00	76,50	Aprovado
7	471803	13/06/1987	Elis Regiane Madoglio	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
8	510752	14/07/1979	Tania Da Cruz Marinello	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
9	469784	05/02/1988	Paula Gabriela Ribeiro De Mello	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
10	510000	09/07/1975	Janaina Miolo Lopes	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
11	482372	18/10/1982	Rosane Bertella Teodoro	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12	510118	21/05/1988	Kauana Cintia Vital	19	19,00	19	47,50	38	66,50	8,00	74,50	Aprovado
13	510180	16/10/1974	Loreni De Fatima Rodrigues Da Silva Miotto	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
14	481072	23/11/1969	Laudiceia Sampaio De Lara Kunz	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
15	479602	30/03/1962	Roseli Demarco	22	22,00	17	42,50	39	64,50	9,00	73,50	Aprovado
16	481450	27/01/1970	Janete Colpani	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
17	473042	15/01/1973	Lidia Fatima Balen Pedroso	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
18	497216	23/04/1981	Ana Paula Spagnol	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
19	509461	05/02/1982	Andrea Carvalho	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
20	494977	04/08/1989	Marisa Mayeski Ferreira	22	22,00	18	45,00	40	67,00	5,00	72,00	Aprovado
21	487284	24/04/1971	Arivane Hillesheim	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
22	509843	15/04/1967	Fatima Aparecida Almeida	22	22,00	18	45,00	40	67,00	4,00	71,00	Aprovado
23	497868	01/05/1981	Jane Kovacic	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
24	479767	04/10/1989	Patricia Rodrigues	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
25	510280	07/07/1966	Maria Beatriz Munzi	22	22,00	16	40,00	38	62,00	9,00	71,00	Aprovado
26	488754	12/03/1982	Cleonice Dalaliba Kramer	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
27	509414	18/05/1982	Aline Lia Zanella	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
28	510310	25/02/1983	Marieli Becker	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
29	474737	10/12/1966	Neusa Alves Gazaro	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
30	510750	07/09/1975	Tania Claudete Bueno Bagestan Bissoto	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
31	509759	13/03/1978	Eliane Dos Santos Saugo	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
32	472740	13/04/1981	Janaina Boni	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
33	497352	12/04/1974	Nilva Boni Artifon	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
34	491053	26/04/1976	Daniela Menezes De Cofferi	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
35	510008	27/04/1980	Jani Mara Bianchi Finco	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
36	510631	22/10/1982	Seleandra Scheffer Teixeira	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
37	510552	14/04/1987	Rosangela Cristina Althaus Zanin	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
38	509502	05/04/1964	Anita Maria Borsol Sartori	23	23,00	15	37,50	38	60,50	9,00	69,50	Aprovado
39	509931	02/02/1970	Helenara Maria Claro Da Silva	18	18,00	17	42,50	35	60,50	8,90	69,40	Aprovado
40	509352	24/02/1981	Adriana Da Silva	16	16,00	18	45,00	34	61,00	8,10	69,10	Aprovado
41	509780	23/06/1985	Elisangela Carla Zorzi	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

42	499941	14/02/1991	Gislaine Ferrari	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
43	487274	01/03/1976	Marcia Elisandra Dahmer	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
44	509390	28/08/1980	Alexandra Bueno Da Cruz	12	12,00	19	47,50	31	59,50	9,00	68,50	Aprovado
45	471769	01/06/1971	Maria Lucia Da Silva	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
46	509801	02/08/1974	Elizeane Da Silveira Ugolini	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
47	478819	15/08/1985	Andreia Zonin	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
48	484625	27/09/1979	Marilei Colpo	22	22,00	15	37,50	37	59,50	9,00	68,50	Aprovado
49	498289	10/12/1976	Claudia Regina Nottar	19	19,00	17	42,50	36	61,50	6,65	68,15	Aprovado
50	510299	17/06/1969	Maria Turmina Pereira	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
51	470757	17/06/1977	Rosa Maria Machado De Almeida Laner	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
52	510087	13/07/1983	Juliane Machado Dotto	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
53	510835	15/09/1957	Zuleica Maria Pilatti	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
54	509507	18/05/1973	Ariliane Dal Bosco	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
55	509485	06/09/1960	Anete Fante	23	23,00	16	40,00	39	63,00	4,80	67,80	Aprovado
56	510619	05/08/1972	Sandra Muller	15	15,00	19	47,50	34	62,50	5,00	67,50	Aprovado
57	510618	28/12/1976	Sandra Mara Morais	15	15,00	19	47,50	34	62,50	5,00	67,50	Aprovado
58	500945	04/10/1980	Marindia Menezes De Camargo	21	21,00	17	42,50	38	63,50	4,00	67,50	Aprovado
59	510351	19/06/1969	Marlene Cortina	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
60	509710	04/11/1969	Dirce Maldaner	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
61	509992	12/12/1976	Izelaine Gilioli	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
62	509926	22/09/1984	Grasiele Cielo	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
63	488253	22/03/1987	Adriana Matheus	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
64	509505	01/08/1962	Aquilino Luiz Artifon	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
65	509887	14/04/1966	Geraldo Poletto	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
66	509576	25/07/1975	Claudete Broca	16	16,00	18	45,00	34	61,00	6,20	67,20	Aprovado
67	471337	31/07/1992	Gabrielle Cristina Baumer	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
68	509700	16/07/1978	Dianes Fernandes	13	13,00	18	45,00	31	58,00	9,00	67,00	Aprovado
69	483051	31/05/1961	Izilda De Paula Rosa	22	22,00	16	40,00	38	62,00	5,00	67,00	Aprovado
70	509362	18/04/1973	Adriane Jahnke	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
71	510047	11/02/1977	Joice Riboli	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

72	509755	17/03/1975	Eliane Ceccon	23	23,00	14	35,00	37	58,00	9,00	67,00	Aprovado
73	510153	19/07/1954	Leonora Machado (idoso)	16	16,00	17	42,50	33	58,50	8,00	66,50	Aprovado
74	509717	03/04/1955	Dosolina Baroncello Manenti (idoso)	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
75	509892	12/09/1963	Gessi Do Carmo De Abreu	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
76	509819	19/01/1966	Eva Rejane Silva	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
77	510617	20/06/1967	Sandra Mara De Souza Zanella	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
78	510267	10/12/1969	Margarete Rodrigues De Lima	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
79	510783	25/05/1970	Vanda Cittadella Pedroso	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
80	478286	05/09/1975	Dilema Gimenez	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
81	483091	05/08/1978	Suzane Kovacic	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
82	509676	03/06/1980	Darlene Cagliari	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
83	509445	04/12/1992	Ana Paula Carletti	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
84	509537	14/04/1978	Carla Ramos Cunha	15	15,00	17	42,50	32	57,50	8,80	66,30	Aprovado
85	510587	17/02/1965	Rosinha Aparecida Chiarello	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
86	510808	12/08/1966	Vania Pozzebom Mendes De Oliveira	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
87	471964	19/12/1973	Carmen Terezinha Tasca Alves	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
88	509807	24/07/1975	Ely De Jesus Konflanz	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
89	476939	30/04/1981	Lucilene Aparecida Iora	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
90	486848	10/08/1982	Adriana De Assis Borges Dos Santos Mueller	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
91	470986	19/12/1984	Fabiana Wutke Melo	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
92	510578	01/01/1966	Rosemary Casanova Liedtke	22	22,00	16	40,00	38	62,00	3,90	65,90	Aprovado
93	478358	26/10/1969	Vitoria De Fatima De Oliveira Queiroz Silva	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
94	510538	26/04/1970	Rosane Fatima Bianchi	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
95	483004	16/07/1981	Simone Karine Gai Rodrigues	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
96	510402	23/09/1986	Monica Lanzarin Da Silva Costa	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
97	475021	06/05/1967	Angelita Bernardete Scapinello	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
98	510202	21/07/1972	Luciana Godoi Pedrozo	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
99	509533	04/11/1975	Carla Graboski De Sousa	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
100	470680	21/01/1978	Marcia Beatriz Bau	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
101	481354	22/11/1992	Danieli Orlandini	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

102	510727	25/05/1979	Susane Cristina Thebaldi Veber	16	16,00	18	45,00	34	61,00	4,00	65,00	Aprovado
103	478192	08/01/1983	Alexandra Fatima Lopes De Souza	20	20,00	16	40,00	36	60,00	5,00	65,00	Aprovado
104	510446	19/11/1957	Oneide Dalbosco Muller	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
105	474938	28/03/1973	Ivanete Borges Do Amaral Lanzarini	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
106	487893	27/10/1980	Silvania Cavasin	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
107	474469	10/12/1980	Leandra Alves Rosa Moraes	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
108	474973	24/04/1988	Daniela Dalla Vecchia	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
109	510181	20/11/1974	Loreni Renita Telles	16	16,00	14	35,00	30	51,00	14,00	65,00	Aprovado
110	488750	01/12/1987	Djanane Veiga De Souza Martins	20	20,00	17	42,50	37	62,50	2,18	64,68	Aprovado
111	510191	25/08/1988	Luana Regina Gallo	12	12,00	19	47,50	31	59,50	5,00	64,50	Aprovado
112	510090	08/11/1977	Juselina Pacheco De Jesus	18	18,00	17	42,50	35	60,50	4,00	64,50	Aprovado
113	509466	28/05/1984	Andreia Evans Ulkowski	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
114	473961	14/02/1992	Vanessa Bolles Moreira	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
115	510057	01/03/1993	Josiane Marcon	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
116	474483	24/04/1993	Ana Carolina Berndt Da Rosa Carraro	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
117	510122	08/03/1985	Keli Fatima Gasparetto	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
118	510194	01/05/1977	Lucelia Fernanda Danielli	22	22,00	15	37,50	37	59,50	5,00	64,50	Aprovado
119	510308	07/11/1963	Maricéne Fátima Dal Prá Lanzarin	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
120	478337	25/09/1970	Elenita Rosa	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
121	509834	13/10/1974	Fabiane Rafaela Silva	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
122	510483	16/06/1991	Priscila Regina Berta	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
123	473915	23/02/1990	Dyanamara Giongo Konzen	19	19,00	18	45,00	37	64,00	0,00	64,00	Aprovado
124	509745	06/08/1963	Elena Maria Tomazelli Bernardi	24	24,00	16	40,00	40	64,00	0,00	64,00	Aprovado
125	510559	20/04/1964	Rosangela Tormen Da Silva	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
126	472109	01/08/1969	Carmen Menoncin Barea	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
127	510082	29/12/1976	Juliana Rios Pelizzari	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
128	510706	22/07/1978	Sonia Da Silva	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
129	475278	14/09/1978	Monica Pederssetti	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
130	510501	19/01/1990	Regiane Frigo Piaseski	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
131	509399	31/10/1981	Alice Ferreira	16	16,00	19	47,50	35	63,50	0,00	63,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

132	495880	12/01/1986	Valeria Stormowski	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
133	473130	05/09/1980	Patrícia Lenz	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
134	509556	10/05/1983	Catherine Mari Kavalek Gilioli	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
135	484921	08/11/1964	Isane Cominetti Bigolin	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
136	509341	26/04/1967	Adaunir Ferreira Da Cunha Carvalho	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
137	510368	19/01/1969	Martinha Budal Arins Miosso	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
138	510436	29/05/1987	Nilva Bottini	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
139	510764	25/05/1956	Terezinha Costa De Moura (idoso)	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
140	509544	25/04/1986	Caroline Constanci Bettanin	23	23,00	16	40,00	39	63,00	0,00	63,00	Aprovado
141	510664	10/11/1988	Simone Reineher Vidor	19	19,00	16	40,00	35	59,00	4,00	63,00	Aprovado
142	510815	01/04/1974	Vera Lucia Bublitz De Santi	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
143	475565	10/03/1988	Jaqueline Fritzen	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
144	510190	20/04/1991	Luana Moreira De Lima	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
145	510688	16/12/1971	Sirlei De Andrade	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
146	486973	22/08/1981	Adiana Lucia Ferreira	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
147	510066	02/10/1977	Jucilei Maria Carasek	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
148	492480	18/07/1979	Aline Andreia Vargas	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
149	475861	30/11/1989	Renata Dahmer	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
150	509404	20/04/1962	Alice Salete Ziger Vezzaro	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
151	510269	17/07/1968	Margarida Jussara Piasson	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
152	510482	22/08/1981	Poliane Aparecida Da Silva	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
153	471320	25/02/1986	Ozelia Goncalves	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
154	476125	04/05/1979	Deonilde Silva	21	21,00	13	32,50	34	53,50	9,00	62,50	Aprovado
155	510415	27/02/1963	Nara Regina Rodrigues Da Silva	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,40	62,40	Aprovado
156	509836	23/12/1988	Fabiane Souza Muller	16	16,00	18	45,00	34	61,00	1,25	62,25	Aprovado
157	509581	29/10/1979	Claudia Capellesso	17	17,00	18	45,00	35	62,00	0,00	62,00	Aprovado
158	509608	06/01/1972	Cleuza Fedatto	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
159	497927	02/06/1981	Josiane Da Rocha Pacassa	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
160	509532	04/07/1986	Carla Geske	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
161	509636	25/03/1988	Daiana Thais Da Rosa	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

162	476698	02/09/1989	Camila Rodrigues Gonçalves	15	15,00	17	42,50	32	57,50	4,40	61,90	Aprovado
163	482834	10/04/1981	Michele Rosana Lemes Da Silva	15	15,00	17	42,50	32	57,50	4,00	61,50	Aprovado
164	510667	10/02/1986	Simone Chiarello	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
165	476954	05/02/1992	Isaiana Riboli	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
166	487067	13/11/1992	Regiane Rosa	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
167	494427	22/11/1993	Claudia Cristina Chaves	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
168	509946	23/03/1959	Ilse Claides Pavao	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
169	510611	07/06/1968	Sandra Aparecida Scussiato	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
170	472693	30/03/1970	Rozangela Maria Zatti Favero	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
171	479771	06/03/1974	Marta Romanzini	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
172	510422	24/03/1975	Neiva Maria Trentin	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
173	510067	25/04/1977	Jucineia Carolina Pignat	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
174	510114	11/06/1978	Katia Reginatto Belle	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
175	474896	31/12/1984	Cleonice Ribeiro Barcelos	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
176	500757	04/04/1985	Rosane Armiliato	18	18,00	16	40,00	34	58,00	3,03	61,03	Aprovado
177	509514	06/05/1979	Beatriz Schneider Da Costa Pasierpski	16	16,00	18	45,00	34	61,00	0,00	61,00	Aprovado
178	509530	11/05/1979	Carla Fernanda Marangoni	17	17,00	16	40,00	33	57,00	4,00	61,00	Aprovado
179	509440	11/07/1964	Ana Maria Signori Scussiato	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
180	509810	28/05/1966	Enedi Terezinha Canei Conte	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
181	477481	02/03/1981	Angela Aparecida De Toledo	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
182	510530	08/09/1983	Rogério Antonio Dos Santos	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
183	475732	02/12/1983	Cristiane Maria Selle	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
184	510218	15/03/1974	Lucimar Marmontini Sobierai	22	22,00	14	35,00	36	57,00	4,00	61,00	Aprovado
185	510406	22/02/1984	Monica Zanrosso Capelesso	18	18,00	14	35,00	32	53,00	8,00	61,00	Aprovado
186	472252	30/09/1958	Angelina Fogaca	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
187	476348	03/07/1973	Gecilde Simionato Zanchet	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
188	510536	06/04/1980	Rosana Da Cruz De Jesus Liz De Moura	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
189	471950	04/01/1989	Claudia De Almeida Rodrigues Da Costa	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
190	471219	22/02/1990	Simone Tibes Zanoni	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
191	494402	17/07/1987	Jaqueline Francisco Da Silva Kirchner	17	17,00	14	35,00	31	52,00	8,63	60,63	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

192	479466	30/08/1976	Alcione Terezinha Cassol Roduy	13	13,00	16	40,00	29	53,00	7,60	60,60	Aprovado
193	477521	31/03/1985	Adriana Rodrigues Borges	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
194	494018	17/10/1988	Luciane Wanda Pritsch	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
195	510227	26/12/1991	Luziane Ramos De Azevedo	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
196	510766	02/06/1957	Terezinha Maria Dallagasperina	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
197	510423	28/05/1978	Neiva Maria Ribeiro Liria Da Silva	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
198	510745	16/03/1986	Talita Canei	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
199	509907	09/10/1986	Giseli Guilherme	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
200	509858	06/11/1992	Fernanda Maria Arcari	19	19,00	13	32,50	32	51,50	9,00	60,50	Aprovado
201	487960	04/05/1990	Lilian Marta Da Silveira	17	17,00	16	40,00	33	57,00	3,30	60,30	Aprovado
202	496847	09/11/1985	Mirian Bortolini	20	20,00	16	40,00	36	60,00	0,00	60,00	Aprovado
203	510711	16/12/1978	Sonia Pigato Rossi	16	16,00	16	40,00	32	56,00	4,00	60,00	Aprovado
204	509408	17/12/1991	Aline Borin	15	15,00	16	40,00	31	55,00	5,00	60,00	Aprovado
205	510517	15/12/1972	Reni Fatima Carminatti	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
206	510674	13/02/1979	Simone Fatima Venancio	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
207	495181	08/08/1982	Luana Cristina De Almeida	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
208	476999	11/08/1989	Alessandra Maschio	12	12,00	17	42,50	29	54,50	5,00	59,50	Aprovado
209	470969	23/08/1985	Josiane Aline De Souza	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
210	509571	01/02/1965	Clarice Maria Stempkowski	14	14,00	15	37,50	29	51,50	8,00	59,50	Aprovado
211	510606	29/05/1958	Saete De Fatima Dal Chivon	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
212	510754	20/06/1964	Tania Regina Rosa	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
213	509360	07/05/1973	Adriana Rosa	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
214	477374	30/01/1981	Marciane Zucco Stanga	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
215	509483	17/05/1987	Andréia Malagutti Carpes	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
216	510210	03/04/1987	Luciane Rampanelli	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
217	479010	04/09/1980	Sandra Schuh	17	17,00	15	37,50	32	54,50	4,90	59,40	Aprovado
218	510283	28/04/1972	Maria De Fatima Werle	17	17,00	15	37,50	32	54,50	4,80	59,30	Aprovado
219	510773	06/12/1960	Ursula Maria Zart Scapinello	16	16,00	14	35,00	30	51,00	8,20	59,20	Aprovado
220	470102	27/11/1978	Rosane Maria Pedroso	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
221	509588	26/10/1991	Claudiane Oliveira Da Silva Felcetti	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

222	510725	26/04/1978	Susana Maria Pelisson	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
223	471244	08/09/1974	Suzana Alves Pereira Peres	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado
224	509353	10/01/1984	Adriana Do Nascimento Meurer	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado
225	476228	04/01/1979	Juliana Dos Santos	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
226	493867	22/12/1984	Shaiane Godoy Da Silva	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
227	510537	15/06/1964	Rosana Pitaluga Klein	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
228	509339	30/05/1972	ARLETE R. M. NESPOLO	20	20,00	12	30,00	32	50,00	9,00	59,00	Aprovado
229	470485	13/11/1986	Kerli Braun	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
230	477692	20/08/1983	Elizandra Pedroso	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
231	474237	08/12/1985	Adriana Lurdes Machado	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
232	510430	03/04/1971	Neusa Gomerinda Do Carmo Dallastra	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
233	470960	24/04/1960	Celestina Salete Triches	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
234	471095	13/11/1977	Leandra Casonatto Breansini	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
235	510063	26/11/1989	Juceli Martins De Lima Brocardo	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
236	491336	13/06/1984	Renata Fortunatti	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
237	509558	27/01/1959	Celi Salete Brunello	19	19,00	14	35,00	33	54,00	4,00	58,00	Aprovado
238	470547	28/04/1969	Jussara Broca	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
239	472724	05/12/1977	Silvia Regina Machado	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
240	470306	08/02/1988	Karina Bertelli Terra	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
241	510531	11/04/1962	Romilde De Fatima Gosch	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
242	510354	14/09/1963	Marli Da Silva Flores De Oliveira	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
243	510779	30/09/1965	Valentina Machado	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
244	509618	24/10/1974	Cristiane Maria Cella	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
245	474372	04/07/1975	Eni Longo Cervi Cervi	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
246	510206	25/02/1981	Luciana Teresinha Santa Catarina	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
247	510461	03/09/1984	Patricia Fornazier	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
248	471834	22/10/1984	Franciele Borin Cigognini	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
249	477673	25/11/1984	Ilone Fatima Szablewski Filipini	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
250	510278	13/05/1959	Maria Antonieta Grando	17	17,00	14	35,00	31	52,00	5,60	57,60	Aprovado
251	510414	23/03/1982	Nara Celiene Britto	15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,00	57,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

252	497243	19/07/1987	Luziana Barros Barbieri	15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,00	57,50	Aprovado
253	476381	26/09/1980	Daniela Lara	15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
254	481841	16/12/1973	Marlisa Aparecida Cinelli Moura Dos Santos	11	11,00	15	37,50	26	48,50	9,00	57,50	Aprovado
255	476372	09/07/1962	Ivone Cararo	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
256	509934	12/06/1963	Hildo Antonio Corazza	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
257	510709	27/07/1966	Sonia Maria Restello	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
258	484021	21/08/1974	Marli Giroto	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
259	476951	23/06/1979	Odete Ferreira Kuhn	12	12,00	18	45,00	30	57,00	0,00	57,00	Aprovado
260	510459	30/03/1979	Patricia Cristine Terhorst Gasperin	17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,00	57,00	Aprovado
261	510712	04/08/1970	Sonia Salete Veroneze	18	18,00	14	35,00	32	53,00	4,00	57,00	Aprovado
262	510554	29/12/1962	Rosangela Ivana Sozin	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
263	510433	25/06/1970	Neusa Tonini	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
264	475151	09/07/1985	Andreia Pinheiro	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
265	510691	01/07/1963	Sirlei Schulz Dos Santos	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
266	510571	23/06/1966	Roseli Schmidt Schilke	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
267	510348	30/03/1982	Marlei Correa De Ramos Alves.	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
268	486166	01/10/1966	Paulo Roberto Vargas	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
269	510805	05/10/1990	Vanessa Zucchi	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
270	477222	30/03/1961	Ines Fiabani Da Luz	10	10,00	15	37,50	25	47,50	9,00	56,50	Aprovado
271	495787	08/08/1976	Verediana Maria Giachini Gollo Gollo	10	10,00	15	37,50	25	47,50	9,00	56,50	Aprovado
272	477194	25/08/1980	Elisangela Batista Nunes	19	19,00	13	32,50	32	51,50	5,00	56,50	Aprovado
273	482471	16/03/1963	Maria Luiza Hilgert Zardo	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
274	510043	23/12/1974	Jocimar Da Rosa Nascimento	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
275	510070	16/04/1979	Juliana De Fante	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
276	471352	21/11/1979	Patricia Oviedo Carrilho	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
277	477499	08/03/1948	Celia Dulce Hirt	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
278	488024	13/07/1974	Adriana Marinello	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
279	472920	12/08/1977	Silvana Schmidt	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
280	509637	05/12/1987	Daiana Vicente Barbosa	11	11,00	16	40,00	27	51,00	5,00	56,00	Aprovado
281	475102	08/10/1978	Maristela Machado Correia	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

282	487903	10/02/1990	Leia Trindade	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
283	477268	16/08/1979	Karen Sebben	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
284	510771	10/12/1983	Tisiani Machado Da Costa	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
285	473995	26/03/1976	Vanderleia Aparecida Savaris	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
286	488778	02/03/1970	Rodrigo Lemos Lopes	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
287	509484	03/07/1972	Anelize Aparecida Scalvi	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
288	509604	27/02/1973	Cleunice Berlezi	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
289	510197	19/02/1976	Luciana Aparecida Anastácio	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
290	510032	19/10/1990	Jessica Oliveira	13	13,00	15	37,50	28	50,50	5,00	55,50	Aprovado
291	476019	20/07/1987	Luciana Charga	18	18,00	13	32,50	31	50,50	5,00	55,50	Aprovado
292	509963	15/04/1970	Isaura Aparecida Da Silva Coradi	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
293	509564	06/07/1976	Cheila Babinski Stella	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
294	480801	16/08/1980	Ana Regina Zanin Gregol	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
295	509361	18/02/1986	Adriana Thomas Frezza	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
296	486787	21/02/1984	Marta Zanette	12	12,00	14	35,00	26	47,00	8,10	55,10	Aprovado
297	480154	10/06/1988	Suellen Roloff Da Silva	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
298	509377	30/10/1989	Alessandra A. Todeschini Zonta	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
299	480125	17/11/1969	Jovilde Dacroce Camara	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
300	510292	11/05/1950	Maria Janes Kaginski (Idoso)	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
301	483456	23/11/1983	Dulciane Ap.padilha Coltro	12	12,00	17	42,50	29	54,50	0,00	54,50	Aprovado
302	491313	10/10/1988	Susete Teresinha Khuchner Jagiela	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
303	486933	07/04/1993	Ilezam Keila Talgatti	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
304	476966	14/06/1972	Ivandra De Fatima Rossetto	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
305	474332	19/10/1978	Eliane De Fatima Doamaral	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
306	471804	06/10/1983	Janaina Cominetti Obugalski	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
307	481501	08/11/1995	Maria Caroline Schneider	14	14,00	16	40,00	30	54,00	0,00	54,00	Aprovado
308	510109	28/06/1980	Katchulla Batistello	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
309	509959	14/01/1966	Irma Pereira Vaz	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
310	470035	03/04/1984	Paula Loss	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
311	510124	21/03/1979	Kelli Cristina Jorge Dellalibera	19	19,00	12	30,00	31	49,00	5,00	54,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

312	478214	26/05/1985	Aleandra Possa Carpenedo	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
313	479677	11/07/1951	Cleclene Rodrigues Deitos	14	14,00	14	35,00	28	49,00	4,60	53,60	Aprovado
314	510762	16/06/1948	Teresa Maria Giroto (idoso)	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
315	509559	22/11/1954	Celia Balbinot Martins Da Silva (idoso)	17	17,00	11	27,50	28	44,50	9,00	53,50	Aprovado
316	475933	03/10/1971	Ana Oliveira	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
317	479134	09/06/1995	Karini Simadon	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
318	486957	07/04/1991	Maiara Paula Peres Presotto	11	11,00	15	37,50	26	48,50	5,00	53,50	Aprovado
319	509986	20/06/1972	Ivone Marafon Belle	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
320	483989	10/06/1961	Anagilda Marta Cerutti Gallo	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
321	509853	13/08/1978	Fernanda Giacomazzi Rodrigues	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
322	509429	03/02/1968	Ana Catia Girardi Girardi	12	12,00	13	32,50	25	44,50	8,80	53,30	Aprovado
323	510154	07/08/1955	Lerida Melania Tedesco Schmidt (idoso)	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
324	509951	19/12/1961	Inez Udete Bigolin	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
325	483077	18/07/1973	Adriana Bianchessi	13	13,00	14	35,00	27	48,00	5,00	53,00	Aprovado
326	471744	16/08/1987	Janaina Masseias Ferreira	13	13,00	14	35,00	27	48,00	5,00	53,00	Aprovado
327	509515	15/10/1958	Beloni Ilene Dal' Magro Santana	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
328	509736	20/08/1965	Editte Dal Bosco	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
329	509756	03/09/1970	Eliane Da Silveira Meneguzzi	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
330	470424	12/08/1992	Tatiane Fatima Piccolotto	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,40	52,90	Aprovado
331	510357	01/10/1967	Marli Rodriguero Pigato	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,00	52,50	Aprovado
332	491613	19/05/1974	Vanderleia Maria Bedharek Fior	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,00	52,50	Aprovado
333	475156	14/03/1987	Renata Granoski	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
334	509786	07/05/1974	Elisangela Witkowski Krauspenhar	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
335	480768	22/11/1984	Sidiani Quadri	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
336	510447	20/08/1960	Orilde Fatima De Menezes	11	11,00	14	35,00	25	46,00	6,30	52,30	Aprovado
337	509885	17/06/1954	Geni Maria Pagnussat Alba (idoso)	13	13,00	14	35,00	27	48,00	4,00	52,00	Aprovado
338	510572	08/01/1964	Roseli Baldo Klaus	3	3,00	16	40,00	19	43,00	9,00	52,00	Aprovado
339	510608	10/11/1964	Salette Stocco	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
340	495210	08/10/1981	Fabricia Fernandes Ferreira	17	17,00	12	30,00	29	47,00	5,00	52,00	Aprovado
341	483444	04/03/1962	Virte Rampanelli De Azevedo	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

342	474548	15/10/1988	Raquel De Fatima Zeni	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,50	51,50	Aprovado
343	510615	03/02/1975	Sandra Lamb Vitsrki	15	15,00	13	32,50	28	47,50	4,00	51,50	Aprovado
344	510334	12/08/1962	Marise Occhi	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
345	509915	02/12/1972	Gloria Catarina Marinello Stulp	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
346	510425	27/11/1979	Neli Terezinha Fantin	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
347	483694	08/03/1984	Ida Watermann Zuchi	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
348	510184	26/04/1959	Lourdes Franciscon	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
349	487637	02/09/1960	Maristela Piovesan	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
350	479234	28/04/1989	Gisele Finkler	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
351	477002	07/04/1991	Juliana Maria Paulino	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
352	510420	23/12/1971	Neide Terezinha Fae Bernardi Bernardi	15	15,00	12	30,00	27	45,00	6,30	51,30	Aprovado
353	509911	05/01/1990	Giziani Schmidt	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado
354	510702	05/06/1964	Solange Dias De Oliveira	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
355	480992	20/04/1987	Leonice De Matos	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
356	470970	16/10/1976	Tatiana Moretto	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
357	509814	07/06/1960	Erecilda Maria Cigognini	17	17,00	10	25,00	27	42,00	9,00	51,00	Aprovado
358	492926	09/09/1974	Dirlei Salette Oldoni Bordignon	13	13,00	15	37,50	28	50,50	0,00	50,50	Aprovado
359	483669	01/03/1976	Adriana Rostirola	13	13,00	13	32,50	26	45,50	5,00	50,50	Aprovado
360	509452	04/09/1971	Ana Paula Zanatto	9	9,00	13	32,50	22	41,50	9,00	50,50	Aprovado
361	509845	17/05/1975	Fatima Goes	11	11,00	15	37,50	26	48,50	1,50	50,00	Aprovado
362	509510	21/07/1974	Ariza Lucia Lamp	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
363	509669	26/12/1986	Daniele Aparecida Nascimento Da Luz	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
364	485827	29/01/1983	Elizandra Antunes	10	10,00	14	35,00	24	45,00	5,00	50,00	Aprovado
365	484603	11/04/1984	Fabiane Moreto	11	11,00	13	32,50	24	43,50	6,50	50,00	Aprovado
366	493343	23/12/1992	Jaqueline Menegatti	15	15,00	12	30,00	27	45,00	5,00	50,00	Aprovado
367	509561	29/03/1978	Celso Passaglia Moreto	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
368	477350	30/01/1975	Maritania Via Piana Dos Santos	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
369	509590	18/07/1969	Cleci Ana Dambros Alves	13	13,00	13	32,50	26	45,50	4,00	49,50	Aprovado
370	498649	29/01/1978	Sirlei Spegiordin Spolti	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
371	491054	06/12/1988	Vanessa Mascarello	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

372	478531	18/10/1991	Mariane Pino Tomkiel	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
373	509965	27/11/1964	Italia Ilda Be Do Carmo	18	18,00	11	27,50	29	45,50	4,00	49,50	Aprovado
374	510581	12/05/1975	Rosicler Fatima Goncalves	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
375	510079	20/12/1986	Juliana Nunes Probst	18	18,00	9	22,50	27	40,50	9,00	49,50	Aprovado
376	496919	01/09/1976	Vilma Viera	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
377	510821	04/08/1979	Veridiane Fadani De Amaral	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
378	476841	11/10/1989	Jaqueline Roberta Kawalek	19	19,00	12	30,00	31	49,00	0,00	49,00	Aprovado
379	509869	02/05/1983	Francilene Alves	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
380	488393	01/01/1963	Ione da Aparecida Fabrizio	10	10,00	12	30,00	22	40,00	9,00	49,00	Aprovado
381	488582	10/07/1982	Lucia Andreia De Almeida	10	10,00	12	30,00	22	40,00	9,00	49,00	Aprovado
382	510358	12/06/1966	Marli Schmidt	13	13,00	11	27,50	24	40,50	8,50	49,00	Aprovado
383	510584	08/11/1984	Rosilei Segnor	16	16,00	13	32,50	29	48,50	0,00	48,50	Aprovado
384	510287	06/12/1962	Maria Enedina Fogaca	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
385	509444	21/12/1981	Ana Paula Borges	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
386	495372	29/01/1983	Carla Leila Da Rocha Hermes	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
387	498481	17/01/1978	Marinete Glienke	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
388	472498	29/09/1984	Francilene Mistura Viesorkoski	9	9,00	12	30,00	21	39,00	9,00	48,00	Aprovado
389	509888	18/09/1968	Geroni Maria De Oliveira	15	15,00	10	25,00	25	40,00	8,00	48,00	Aprovado
390	510391	17/05/1987	Milena De Toni	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
391	510305	10/12/1956	Mariano Soccoloski (idoso)	16	16,00	9	22,50	25	38,50	9,00	47,50	Aprovado
392	487864	24/09/1990	Camila Dos De Medeiros	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
393	474551	23/04/1965	Antonia Loiza Perin Bianchi	10	10,00	13	32,50	23	42,50	5,00	47,50	Aprovado
394	474627	06/05/1977	Vivian Paixao	16	16,00	12	30,00	28	46,00	1,50	47,50	Aprovado
395	510045	18/02/1965	Joice Augusta Agne	11	11,00	11	27,50	22	38,50	9,00	47,50	Aprovado
396	478606	27/05/1966	Airdes Brutscher	11	11,00	11	27,50	22	38,50	9,00	47,50	Aprovado
397	510272	28/10/1966	Mari Luisa Riboli	11	11,00	11	27,50	22	38,50	9,00	47,50	Aprovado
398	499227	18/09/1976	Neiva Dreher	11	11,00	11	27,50	22	38,50	9,00	47,50	Aprovado
399	509720	17/05/1985	Dulcilene De Souza Parnoff	16	16,00	12	30,00	28	46,00	1,10	47,10	Aprovado
400	484896	23/10/1982	Patricia Da Silva Bombassaro	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
401	510177	25/12/1961	Loreni Aparecida Soares Colares	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

402	473331	01/05/1977	Silvia Nei Zanette Pagnussat	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
403	497270	19/09/1965	Eliete Terezinha Nottar	10	10,00	12	30,00	22	40,00	6,60	46,60	Aprovado
404	493952	22/06/1985	Luzia Fatima Vargas	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
405	471498	06/02/1971	Iraci Claudete Soares Endres	14	14,00	11	27,50	25	41,50	5,00	46,50	Aprovado
406	510297	10/01/1966	Maria Salette Artifon	10	10,00	11	27,50	21	37,50	9,00	46,50	Aprovado
407	510824	10/08/1961	Vianeis Rodrigues Da Silva	12	12,00	10	25,00	22	37,00	9,00	46,00	Aprovado
408	509974	18/06/1969	Ivanete Orso Goncalves De Araujo	12	12,00	10	25,00	22	37,00	9,00	46,00	Aprovado
409	510817	02/01/1971	Vera Lucia Vaz Debastiani	13	13,00	13	32,50	26	45,50	0,00	45,50	Aprovado
410	494513	01/03/1980	Silvana Vieira Gaio	18	18,00	11	27,50	29	45,50	0,00	45,50	Aprovado
411	509403	26/04/1960	Alice Prado Da Silva	12	12,00	11	27,50	23	39,50	5,60	45,10	Aprovado
412	509821	29/01/1959	Eva Teresinha Machado	11	11,00	10	25,00	21	36,00	9,00	45,00	Aprovado
413	494483	05/11/1985	Juciane Scalcon	9	9,00	14	35,00	23	44,00	0,00	44,00	Aprovado
414	470780	11/03/1974	Eronita Serpa Dariff	14	14,00	10	25,00	24	39,00	5,00	44,00	Aprovado
415	477104	08/06/1972	Jussara Serpa	10	10,00	10	25,00	20	35,00	9,00	44,00	Aprovado
416	474980	02/08/1990	Eliane Schmitz Pegoraro	10	10,00	10	25,00	20	35,00	9,00	44,00	Aprovado
417	472082	15/04/1970	Rosinha Linhares De Moura Boita	11	11,00	13	32,50	24	43,50	0,00	43,50	Aprovado
418	470414	22/07/1977	Rosangela Emidia Lemes Lanzarin Matana	11	11,00	13	32,50	24	43,50	0,00	43,50	Aprovado
419	472284	21/04/1975	Cleusa Dos Santos	12	12,00	9	22,50	21	34,50	9,00	43,50	Aprovado
420	509945	04/12/1966	Ilse Balbina Dossena Mohr	14	14,00	10	25,00	24	39,00	4,40	43,40	Aprovado
421	500058	24/10/1985	Devanir Moraes	8	8,00	14	35,00	22	43,00	0,00	43,00	Aprovado
422	481493	07/03/1977	Vanuza Franceschina	9	9,00	10	25,00	19	34,00	9,00	43,00	Aprovado
423	510222	24/07/1963	Lucy Terezinha Almeida Santos	14	14,00	8	20,00	22	34,00	9,00	43,00	Aprovado
424	510369	27/02/1964	Mary Bertoglio	19	19,00	6	15,00	25	34,00	9,00	43,00	Aprovado
425	478173	20/05/1965	Mari Stachak	6	6,00	11	27,50	17	33,50	9,00	42,50	Aprovado
426	510379	10/03/1964	Meri Terezinha Pinto Amaral	12	12,00	10	25,00	22	37,00	5,00	42,00	Aprovado
427	510734	04/12/1967	Suzana Maleski	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,00	41,50	Aprovado
428	471249	15/10/1993	Adrielly Franca De Almeida	14	14,00	9	22,50	23	36,50	5,00	41,50	Aprovado
429	492601	27/09/1989	Ana Paula Pereira Da Silva	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado
430	471843	26/04/1986	Simone Elandrina Baggio	7	7,00	10	25,00	17	32,00	9,00	41,00	Aprovado
431	510208	24/06/1975	Luciane Lurdete Schneider De Castro	12	12,00	8	20,00	20	32,00	9,00	41,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

432	474217	03/12/1978	Dirce Buth	12	12,00	8	20,00	20	32,00	9,00	41,00	Aprovado
433	493047	07/06/1973	Eliane Brunetto Gemelli	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
434	473339	27/06/1989	Maiara Pires Da Silva	19	19,00	5	12,50	24	31,50	9,00	40,50	Aprovado
435	510073	16/04/1971	Juliana De Moraes Flores	10	10,00	12	30,00	22	40,00	0,00	40,00	Aprovado
436	509746	01/05/1979	Elena Tessaro	10	10,00	12	30,00	22	40,00	0,00	40,00	Aprovado
437	501420	06/03/1967	Leonir Lourdes Fragoso	15	15,00	10	25,00	25	40,00	0,00	40,00	Aprovado
438	492645	03/09/1966	Neli Salete Rieder	16	16,00	9	22,50	25	38,50	1,50	40,00	Aprovado
439	509792	01/04/1966	Elizabeth Maciel	11	11,00	8	20,00	19	31,00	9,00	40,00	Aprovado
440	481654	21/04/1983	Marcia Fatima Goncalves	17	17,00	9	22,50	26	39,50	0,00	39,50	Aprovado
441	499660	30/07/1978	Luciana Lunelli Saretto	13	13,00	9	22,50	22	35,50	4,00	39,50	Aprovado
442	476930	30/03/1962	Alcira Perin	13	13,00	7	17,50	20	30,50	9,00	39,50	Aprovado
443	482077	30/12/1959	Adaci Maria Guerezi Goncalves	9	9,00	10	25,00	19	34,00	5,00	39,00	Aprovado
444	509597	26/01/1954	Cleide Aparecida Antunes (idoso)	7	7,00	9	22,50	16	29,50	9,00	38,50	Aprovado
445	488009	02/02/1974	Cleci Milan Valandro	11	11,00	9	22,50	20	33,50	5,00	38,50	Aprovado
446	509985	03/07/1971	Ivone Fatima Vieira Da Silva	12	12,00	7	17,50	19	29,50	9,00	38,50	Aprovado
447	510010	09/03/1975	Janice Dos Santos	15	15,00	7	17,50	22	32,50	5,00	37,50	Aprovado
448	492756	25/10/1966	Maria Marlene Hochmann	12	12,00	10	25,00	22	37,00	0,00	37,00	Aprovado
449	494284	14/01/1994	Vanessa Moresco Lemes Da Silva	12	12,00	8	20,00	20	32,00	5,00	37,00	Aprovado
450	510309	11/11/1974	Mariela Silveira Dos Santos	17	17,00	6	15,00	23	32,00	5,00	37,00	Aprovado
451	509573	16/04/1965	Clarice Sirlei Schroeder de Bairos	22	22,00	4	10,00	26	32,00	5,00	37,00	Aprovado
452	475025	01/03/1958	Jussara Nonnenmacher	9	9,00	9	22,50	18	31,50	5,00	36,50	Aprovado
453	499116	01/10/1970	Rosemari Rosa Da Silva De Carli	9	9,00	9	22,50	18	31,50	5,00	36,50	Aprovado
454	509785	26/03/1975	Elisangela Trombeta	9	9,00	9	22,50	18	31,50	5,00	36,50	Aprovado
455	496915	07/02/1971	Joseli Romanoski De Moura	10	10,00	7	17,50	17	27,50	9,00	36,50	Aprovado
456	509596	27/04/1982	Cleide Semplicio	12	12,00	6	15,00	18	27,00	9,00	36,00	Aprovado
457	510146	31/08/1973	Lenair Salete Rudschinski	16	16,00	6	15,00	22	31,00	4,80	35,80	Aprovado
458	509747	11/09/1969	Eleni Dutra Vassoler	18	18,00	7	17,50	25	35,50	0,00	35,50	Aprovado
459	481494	31/03/1973	Francisca Gisele	10	10,00	10	25,00	20	35,00	0,00	35,00	Aprovado
460	509376	31/05/1977	Alessandra De Carli Tedesco Da Silva	15	15,00	8	20,00	23	35,00	0,00	35,00	Aprovado
461	509606	11/04/1970	Cleusa Nogueira Cortina	11	11,00	8	20,00	19	31,00	4,00	35,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

462	510332	28/07/1964	Marisa Silvania Hanauer		6	6,00	8	20,00	14	26,00	9,00	35,00	Aprovado
463	509818	09/01/1965	Estelamaris Zanchet		12	12,00	9	22,50	21	34,50	0,00	34,50	Aprovado
464	496461	03/05/1978	Mariclea Putzel		14	14,00	8	20,00	22	34,00	0,00	34,00	Aprovado
465	473426	12/10/1959	Volfrida Smaniotto		15	15,00	4	10,00	19	25,00	9,00	34,00	Aprovado
466	493015	27/10/1963	Liraci Lourdes Puton		11	11,00	9	22,50	20	33,50	0,00	33,50	Aprovado
467	510224	25/08/1971	Luiz Carlos De Oliveira		14	14,00	4	10,00	18	24,00	9,00	33,00	Aprovado
468	479798	06/03/1974	Maritanea Romanzini		10	10,00	7	17,50	17	27,50	5,00	32,50	Aprovado
469	488290	27/04/1977	Ivanete Da Silva		14	14,00	5	12,50	19	26,50	5,00	31,50	Aprovado
470	477851	22/10/1968	Rosmari Do Nascimento Silva		11	11,00	8	20,00	19	31,00	0,00	31,00	Aprovado
471	498646	02/05/1988	Adriana Damin		16	16,00	6	15,00	22	31,00	0,00	31,00	Aprovado
472	472308	10/08/1972	Sonia Aparecida Quadros Appel Appel		7	7,00	6	15,00	13	22,00	9,00	31,00	Aprovado
473	477503	24/03/1986	Dioneia de Abreu		21	21,00	4	10,00	25	31,00	0,00	31,00	Aprovado
474	509430	21/12/1981	Ana Clara Borges		13	13,00	5	12,50	18	25,50	5,00	30,50	Aprovado
475	509800	17/08/1990	Elizangela Goncalves Da Silva		11	11,00	7	17,50	18	28,50	0,90	29,40	Aprovado
476	509966	06/11/1961	Ivaldina Cavalheiro De Lima		6	6,00	6	15,00	12	21,00	8,40	29,40	Aprovado
477	477015	19/12/1964	Giomar Maria Poletto Heck		16	16,00	4	10,00	20	26,00	0,50	26,50	Aprovado
478	481063	28/04/1979	Cleonice Arruda		10	10,00	3	7,50	13	17,50	9,00	26,50	Aprovado
479	491873	11/01/1987	Raquel Matielo		11	11,00	4	10,00	15	21,00	5,00	26,00	Aprovado
480	509846	09/02/1955	Fatima Zorzi		5	5,00	5	12,50	10	17,50	5,00	22,50	Aprovado
481	509865	26/03/1993	Francieli Delazeri		20	20,00	0	0,00	20	20,00	0,00	20,00	Aprovado
482	500051	25/03/1975	Maria Lucia Dreon Cofferi		17	17,00	0	0,00	17	17,00	0,00	17,00	Aprovado
	509397	20/04/1975	Alice Fatima De Mossi		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509492	05/01/1988	Angela Izaura Rocha Peruzzo		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509584	02/11/1984	Claudia Liana Soboleski Grando		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	471450	21/06/1982	Eliane Viegas		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	501691	14/01/1981	Elisabete Lopes		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	498236	22/09/1992	Gessica Vanderleia Kochem		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	470956	23/02/1981	Helen Fransez Rosa		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510014	13/06/1988	Jaqueline Balena Lara		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	493625	04/04/1986	Luciane Pedarsini		0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	510279	11/04/1961	Maria Aparecida Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510286	10/03/1962	Maria Emilia Pimpao	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	495660	05/07/1970	Noeli Fatima Lanzarini	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510550	03/05/1989	Rosangela Bukoski	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	497660	13/07/1962	Rosemari Garcia Salmoria	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Educação Física I												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	472959	27/03/1988	Juliano Dalla Rosa	24	24,00	19	47,50	43	71,50	9,00	80,50	Aprovado
2	500130	11/06/1989	Paula Mayara Zuanazzi	23	23,00	19	47,50	42	70,50	9,00	79,50	Aprovado
3	475882	26/04/1991	Romana Marcela Ulrich	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
4	491351	12/06/1977	Juarez Lemes Da Silva	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
5	500174	09/07/1986	Any Mery Dariva Vasconcelos	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
6	476183	21/05/1990	Junior Sichelero	19	19,00	17	42,50	36	61,50	14,00	75,50	Aprovado
7	494685	04/10/1979	Rogério Da Silva Camargo	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
8	471390	28/01/1993	Marcia Wiest Dreher	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
9	487831	16/10/1984	Deizi Domingues Da Rocha	16	16,00	18	45,00	34	61,00	13,60	74,60	Aprovado
10	470107	05/06/1988	Simone Maestri	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
11	474767	18/05/1991	Jaqueline Mangold	22	22,00	17	42,50	39	64,50	9,00	73,50	Aprovado
12	478464	13/07/1987	Everton Figueira Neckel	24	24,00	16	40,00	40	64,00	9,00	73,00	Aprovado
13	471640	25/02/1982	Angela Werner Lemos	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
14	472891	05/12/1983	Sidnei Turmina	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
15	496987	31/12/1984	Lucas Filippin	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
16	496983	14/09/1977	Antonio Marcio Rodrigues Dos Anjos	22	22,00	18	45,00	40	67,00	5,00	72,00	Aprovado
17	491205	25/02/1992	Stephan De Paula Rosa	22	22,00	18	45,00	40	67,00	5,00	72,00	Aprovado
18	476451	04/07/1993	Andre Cesar Vial	22	22,00	18	45,00	40	67,00	5,00	72,00	Aprovado
19	480178	11/03/1980	Adriane Deblasi	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
20	469799	14/04/1989	Sabrina Cara	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
21	493745	07/09/1979	Jaqueline Webler	23	23,00	16	40,00	39	63,00	9,00	72,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

22	479208	26/11/1984	Lewis Mate Weschfelder Heineck	25	25,00	17	42,50	42	67,50	4,00	71,50	Aprovado
23	471457	21/08/1981	Rozenais Wawczyniak	20	20,00	17	42,50	37	62,50	9,00	71,50	Aprovado
24	471185	10/11/1989	Mauricio Reche	20	20,00	17	42,50	37	62,50	9,00	71,50	Aprovado
25	479974	17/03/1984	Karine Fernanda Petry	21	21,00	18	45,00	39	66,00	5,00	71,00	Aprovado
26	494438	14/01/1978	Edson Hoff	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
27	475221	27/02/1981	Michelle Michaltchuk	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
28	486062	21/04/1984	Simone Batista	22	22,00	16	40,00	38	62,00	9,00	71,00	Aprovado
29	482812	08/02/1990	Cintia Cristiane Hammes	22	22,00	17	42,50	39	64,50	6,40	70,90	Aprovado
30	470418	09/08/1977	Debora Haas	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
31	487560	13/01/1979	Ana Paula Aires Da Silva Innocente	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
32	471485	19/02/1981	Ivania Peise	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
33	482817	15/04/1988	Crauler Franco Loureiro Barra	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
34	474281	08/05/1990	Sideli Keli Dias	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
35	473138	09/08/1991	Jessica Aparecida Munaro	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
36	476791	26/05/1992	Liamara Ogliari	19	19,00	19	47,50	38	66,50	3,60	70,10	Aprovado
37	498972	24/09/1977	Gisele Rodrigues Hack	25	25,00	18	45,00	43	70,00	0,00	70,00	Aprovado
38	498632	14/09/1984	Viviane Salette Cole	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
39	475020	19/05/1986	Rosane Bregalda	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
40	481830	06/12/1969	Luiz Aroldo Dos Santos	25	25,00	16	40,00	41	65,00	5,00	70,00	Aprovado
41	492469	14/02/1976	Franciele Arrua Marin	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
42	509708	24/03/1986	Dioneia de Abreo	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
43	500358	10/11/1994	Flavia Sgnaulin	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
44	488577	07/09/1979	Suzana Aparecida De Quatros	17	17,00	19	47,50	36	64,50	5,00	69,50	Aprovado
45	472692	20/02/1991	Diego Felipe Secco	13	13,00	19	47,50	32	60,50	9,00	69,50	Aprovado
46	496212	04/05/1981	Eduardo Zanini Bahu	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
47	472060	13/07/1981	Daniela Cristina Bordignon	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
48	500614	14/02/1989	Ana Claudia De Oliveira Flores Pereira	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
49	499410	01/08/1991	Fabiana Sirino	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
50	494817	03/09/1985	Viviane Thiel Cardoso	23	23,00	15	37,50	38	60,50	9,00	69,50	Aprovado
51	477539	16/09/1991	Ana Claudia Policeno	23	23,00	15	37,50	38	60,50	9,00	69,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

52	473492	07/02/1991	Vanice Salete Telles	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
53	494071	29/11/1978	Michel Guimaraes	25	25,00	16	40,00	41	65,00	4,00	69,00	Aprovado
54	473931	11/06/1958	Maria Isabel Fossari Fernandes	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
55	486003	19/07/1980	Eleonora Peralta Lemes	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
56	478125	26/12/1988	Mariana Elena Schaidt	21	21,00	19	47,50	40	68,50	0,00	68,50	Aprovado
57	498968	12/08/1991	Cristiane Mutillin	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
58	494947	19/10/1968	Roberto Santos Ferreira	21	21,00	17	42,50	38	63,50	5,00	68,50	Aprovado
59	478565	21/08/1991	Manoeli Jost	21	21,00	17	42,50	38	63,50	5,00	68,50	Aprovado
60	469791	21/07/1978	Elizangela Diefenthaler	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
61	475607	29/12/1982	Riquelis Varnier Chiarelotto Vargas	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
62	470345	28/12/1986	Clediane Bitello	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
63	472128	21/07/1988	Eliezer Luiz Kercher	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
64	472356	26/04/1994	Ana Paula Fochessato Gonzaga Dos Santos	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
65	471558	07/10/1974	Aniel Nunes Badin	18	18,00	17	42,50	35	60,50	7,80	68,30	Aprovado
66	487476	13/06/1971	Daniela Scartazzini	19	19,00	18	45,00	37	64,00	4,00	68,00	Aprovado
67	481040	09/06/1971	Isabel Cristina Bittencourt Klos	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
68	470357	02/08/1977	Silvana Misura De Re	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
69	479971	25/11/1982	Fabiane Pagani	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
70	471326	24/10/1989	Roberta Maria Galli	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
71	470353	29/10/1991	Jamile Dal-cin	20	20,00	16	40,00	36	60,00	7,60	67,60	Aprovado
72	479198	25/12/1976	Marcelo Ricardo De Lima	25	25,00	17	42,50	42	67,50	0,00	67,50	Aprovado
73	492086	12/06/1989	Camila De Moura	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
74	476665	30/03/1979	Cristiano Scapinello	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
75	491191	17/02/1985	Eron Zandavalli	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
76	510133	13/11/1986	Kerli Braun	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
77	473237	24/01/1991	Daiane Ribeiro	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
78	476220	18/01/1966	Carlos Konishi	21	21,00	15	37,50	36	58,50	9,00	67,50	Aprovado
79	476873	30/01/1990	Daiane Farias Pereira	20	20,00	17	42,50	37	62,50	4,95	67,45	Aprovado
80	475590	13/08/1993	Kelismara Tedesco	18	18,00	17	42,50	35	60,50	6,93	67,43	Aprovado
81	488132	24/09/1990	Julie Rebellatto Cezar	18	18,00	18	45,00	36	63,00	4,40	67,40	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

82	510394	09/11/1985	Mirian Bortolini	20	20,00	16	40,00	36	60,00	7,25	67,25	Aprovado
83	469834	19/10/1982	Fabrizia Krig Palliano	22	22,00	18	45,00	40	67,00	0,00	67,00	Aprovado
84	479571	26/05/1992	Daniane Ziolkowski	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
85	469981	21/09/1985	Juliana De Oliveira	13	13,00	18	45,00	31	58,00	9,00	67,00	Aprovado
86	480209	23/02/1988	Ana Claudia Ecco	13	13,00	18	45,00	31	58,00	9,00	67,00	Aprovado
87	510532	22/05/1975	Roni Evandro Figueiro	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
88	472717	09/02/1977	Eduardo Rezer	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
89	471193	16/11/1984	Ricardo Reche	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
90	470901	07/12/1987	Vanuza Micheli Ferreira Fagundes	19	19,00	17	42,50	36	61,50	5,00	66,50	Aprovado
91	470315	24/01/1984	Lilian Kelin Marta Favero	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
92	471391	18/10/1979	Eleandro Dos Santos	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
93	491011	19/03/1992	Rafael Ranzan	21	21,00	18	45,00	39	66,00	0,00	66,00	Aprovado
94	493125	11/12/1989	Andre Tiepo	21	21,00	16	40,00	37	61,00	5,00	66,00	Aprovado
95	470240	16/04/1977	Wilson Ronning	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
96	469751	11/11/1979	Marlon Duarte	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
97	472406	28/07/1987	Ercleia Dos Santos	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
98	501304	27/12/1992	Valeria Cristina Fioreze	18	18,00	18	45,00	36	63,00	2,50	65,50	Aprovado
99	498307	24/02/1991	Nilson Antonio Berto de Vargas	23	23,00	17	42,50	40	65,50	0,00	65,50	Aprovado
100	491458	26/08/1980	Alessandra Moreira De Souza	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
101	469771	10/06/1970	Juvir Cerejo	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
102	485780	02/07/1977	Ivanildo Joao Bentz	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
103	485262	13/08/1961	Oscar Daniel Bertolini Pereira	20	20,00	18	45,00	38	65,00	0,00	65,00	Aprovado
104	470294	12/08/1990	Liziane Aparecida Prestes	19	19,00	18	45,00	37	64,00	1,00	65,00	Aprovado
105	478216	21/06/1988	Alan Diego Dos Santos	20	20,00	16	40,00	36	60,00	5,00	65,00	Aprovado
106	469957	18/06/1992	Camila Romanzini Skonetzky	20	20,00	16	40,00	36	60,00	5,00	65,00	Aprovado
107	498032	27/09/1978	Luciano Costa	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
108	481387	13/07/1980	Maristela Cunha	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
109	473544	27/08/1976	Mauro Luiz Johann	21	21,00	14	35,00	35	56,00	9,00	65,00	Aprovado
110	470572	29/05/1974	Adriana Aparecida Hammes Hammes	18	18,00	17	42,50	35	60,50	4,20	64,70	Aprovado
111	469947	28/03/1989	Diogo Felipe Dos Reis	20	20,00	16	40,00	36	60,00	4,68	64,68	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

112	470339	30/11/1992	Paloma Vanessa Kazeski	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
113	471927	20/02/1964	Margarete Tecchio	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
114	477203	27/03/1984	Fabiane Juliandra Vilvert	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
115	487101	15/04/1989	Elizandra Diefenthaler Vertuoso	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
116	488788	21/02/1992	Keyth Yagoh Da Silva Dos Santos	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
117	472427	04/03/1992	Guilherme Augusto Gonzaga Dos Santos	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
118	480060	18/09/1990	Rafael Cunha Laux	21	21,00	14	35,00	35	56,00	8,25	64,25	Aprovado
119	478553	17/07/1987	Julio Cesar Silva	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
120	473218	02/01/1992	Camila Caroline Silva Zanella	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
121	470799	28/06/1992	Cassio Junior Curti	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
122	484286	13/01/1993	Ana Flavia Bianchessi	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
123	477072	07/12/1985	Ottoberto Böhm	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
124	471324	14/09/1987	Kelly Cristina Friebe	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
125	472472	30/12/1987	Tatiane Soares Floss	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
126	493105	28/04/1991	Jessica Matoso Busse	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
127	471408	29/07/1991	Eliane Mello Pedrozo	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
128	470976	03/09/1992	Ivana Thaina Agnoletto	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
129	471093	24/03/1990	Kariana Braghini	20	20,00	14	35,00	34	55,00	9,00	64,00	Aprovado
130	478447	12/04/1980	Julio Cesar Tonello	20	20,00	15	37,50	35	57,50	6,45	63,95	Aprovado
131	470284	12/04/1986	Rosângela Rampanelli	13	13,00	18	45,00	31	58,00	5,90	63,90	Aprovado
132	472630	09/05/1991	Flávia Regina Melo	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
133	473835	21/12/1982	Fernando Rodrigo Dall Igna	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
134	475939	20/02/1987	Cezar Mauricio Moreira	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
135	478823	05/01/1990	Angelica Barili	19	19,00	17	42,50	36	61,50	1,75	63,25	Aprovado
136	471428	28/11/1974	Carina Fatima Brum	17	17,00	15	37,50	32	54,50	8,55	63,05	Aprovado
137	499575	28/10/1977	Iomara Damasio	13	13,00	18	45,00	31	58,00	5,00	63,00	Aprovado
138	484484	05/09/1966	Elisângela Zago Machado	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
139	483252	31/01/1990	Lidiane Caron	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
140	493971	09/10/1982	Marcio Pereira Putzel	18	18,00	16	40,00	34	58,00	4,80	62,80	Aprovado
141	470728	25/07/1990	Juliana Reis	20	20,00	17	42,50	37	62,50	0,00	62,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

142	475199	08/01/1994	Willian Quevedo Naissinger	20	20,00	17	42,50	37	62,50	0,00	62,50	Aprovado
143	498796	26/10/1991	Francieli Sabrina Corazza	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
144	473606	06/03/1992	Juliane Flores De Toledo	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
145	469880	13/06/1991	Vanessa Pereira Giordani	11	11,00	17	42,50	28	53,50	9,00	62,50	Aprovado
146	479210	17/04/1986	Giancarlo Valentini	15	15,00	16	40,00	31	55,00	7,50	62,50	Aprovado
147	510338	02/06/1985	Maristela Putzel Figueiro	21	21,00	15	37,50	36	58,50	4,00	62,50	Aprovado
148	497701	22/07/1985	Daiana França Rigo	20	20,00	15	37,50	35	57,50	5,00	62,50	Aprovado
149	471383	25/08/1987	Tagiane Aparecida Bet	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
150	469745	25/01/1989	Rudimar Garshal	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
151	471599	15/10/1992	Andreia Zucco	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
152	478506	11/11/1993	Patrícia Antunes	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
153	471562	16/10/1987	Ana Claudia Misura	12	12,00	18	45,00	30	57,00	5,00	62,00	Aprovado
154	481815	01/03/1981	Eunice Santos	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
155	499709	06/12/1985	Juliano Pescador	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
156	493276	23/05/1977	Luci Rosa Faccio Giovanoni	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
157	475105	28/08/1982	Evania Banfi Da Silveira	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
158	470413	02/07/1984	Fernanda Pit	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
159	475084	03/08/1989	Danieli Herbert	13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
160	476912	28/05/1971	Tania Marisete Cardoso Spohn	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
161	498120	13/06/1985	Gilmara Regina De Oliveira	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
162	481060	12/12/1990	Patrícia Muller	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
163	475327	19/04/1993	Iully Anne Lermen Colossi	19	19,00	17	42,50	36	61,50	0,00	61,50	Aprovado
164	497635	09/07/1983	Vinicius Da Silva Puglierio	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
165	492630	22/10/1993	Thaina Aparecida Dos Santos	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
166	510785	09/04/1976	Vanderlei Porto Freitas	17	17,00	15	37,50	32	54,50	7,00	61,50	Aprovado
167	475814	04/09/1980	Rosinei Arruda De Oliveira Da Silva Soares	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
168	491619	03/04/1989	Jonas Thiago Cora	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
169	481397	05/12/1991	Tais Cristina Da Silva	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
170	500665	12/07/1984	Tiago Ramos	19	19,00	13	32,50	32	51,50	10,00	61,50	Aprovado
171	490969	07/11/1989	Luiz Carasek Junior	21	21,00	14	35,00	35	56,00	5,35	61,35	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

172	498345	15/06/1983	Suleima Lenice Renner Matthes	19	19,00	16	40,00	35	59,00	2,10	61,10	Aprovado
173	486987	19/07/1990	Samantha Caroline Havemann De Carvalho	16	16,00	18	45,00	34	61,00	0,00	61,00	Aprovado
174	510240	06/11/1989	Marcelo Machado	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,50	61,00	Aprovado
175	493995	30/06/1986	Thiago Coelho	21	21,00	16	40,00	37	61,00	0,00	61,00	Aprovado
176	488585	08/05/1989	Tanisia Hipolito Medeiros	21	21,00	16	40,00	37	61,00	0,00	61,00	Aprovado
177	472534	05/11/1981	Lediani Jussara Zuffo	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
178	473402	23/03/1983	Juciane Goreti Baldo	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
179	495245	20/01/1986	Gabriel Pasini	21	21,00	14	35,00	35	56,00	5,00	61,00	Aprovado
180	479096	23/12/1979	Andrei Sberse	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
181	486444	03/05/1980	Robson Luiz Diefenthaler	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
182	480266	22/06/1981	Lenira Aparecida Puerari Gass	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
183	481793	26/10/1990	Tayrini Farias	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
184	479147	03/07/1991	Katia Regina Foppa	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
185	499803	11/02/1978	Alessandro Ribeiro De Mello	15	15,00	17	42,50	32	57,50	3,25	60,75	Aprovado
186	481196	22/08/1994	Daniela Carneiro	16	16,00	17	42,50	33	58,50	2,08	60,58	Aprovado
187	486747	24/01/1987	Naiara Fidelis Dos Reis	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
188	494095	01/02/1994	Manueli Fabiola Scussel	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
189	474850	16/02/1985	Daniel Valente	19	19,00	15	37,50	34	56,50	4,00	60,50	Aprovado
190	475346	30/10/1977	Marlete Schneider	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
191	488544	08/11/1986	Daniela Onysko	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
192	478484	10/08/1989	Ronimar Castilho	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
193	474319	03/08/1990	Tatiana Ribeiro De Mello	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
194	471334	15/05/1992	Tatiane Paula Pan De Oliveira	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
195	492479	17/09/1994	Keila Aparecida Pires	16	16,00	17	42,50	33	58,50	1,80	60,30	Aprovado
196	472681	16/09/1985	Kaline Biasibetti Battisti	15	15,00	18	45,00	33	60,00	0,00	60,00	Aprovado
197	470878	22/09/1995	Daila Guerezi	20	20,00	16	40,00	36	60,00	0,00	60,00	Aprovado
198	510132	06/01/1986	Kelly Regina Marcon	11	11,00	16	40,00	27	51,00	9,00	60,00	Aprovado
199	470657	19/09/1991	Kerlen Kendi Salvador	20	20,00	14	35,00	34	55,00	5,00	60,00	Aprovado
200	470453	05/11/1971	Adriana Erdmann Neufelt	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
201	487621	16/02/1984	Cleiton Renato Joris	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

202	479345	17/06/1985	Salustiano Reginaldo De Jesus	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
203	475255	11/12/1985	Gelselze Pilonetto	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
204	475821	10/07/1986	Genesi Alessio	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
205	481932	23/07/1992	Cyntia Adrienne Sotier	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
206	469702	04/09/1984	Roberto Pinheiro Alves	21	21,00	12	30,00	33	51,00	9,00	60,00	Aprovado
207	471944	12/11/1988	Vinicius Pereira Offemann	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,00	59,50	Aprovado
208	478313	28/06/1989	Renata Da Rosa Capeleti	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
209	477349	17/06/1967	Meri Rosane Santos De Souza	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
210	471121	17/12/1975	Oscar Felipe Da Silva	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
211	496603	26/03/1982	Ana De Lara	13	13,00	18	45,00	31	58,00	1,18	59,18	Aprovado
212	509982	16/02/1973	Ivone Barnabe Da Silva	19	19,00	16	40,00	35	59,00	0,00	59,00	Aprovado
213	509721	23/02/1990	Dyanamara Giongo Konzen	19	19,00	16	40,00	35	59,00	0,00	59,00	Aprovado
214	471218	08/09/1980	Sandra Aparecida Ferron	15	15,00	16	40,00	31	55,00	4,00	59,00	Aprovado
215	472523	20/09/1986	Josiane Alves Da Roza	13	13,00	16	40,00	29	53,00	6,00	59,00	Aprovado
216	471972	07/02/1990	Andrei Darci Capeleto	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
217	477814	20/07/1984	Marcos Venicius Trevisan	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
218	473831	30/08/1991	Patricia Briancini	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
219	495101	06/06/1992	Dhaiana Carla Di Bernardo	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,63	58,63	Aprovado
220	509439	05/03/1973	Ana Maria Franca	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
221	495224	13/01/1994	Soyara Müller Chaves	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
222	499350	31/12/1993	Regiane Festugato	15	15,00	17	42,50	32	57,50	1,00	58,50	Aprovado
223	498890	13/09/1996	Andre Willian Priori	21	21,00	15	37,50	36	58,50	0,00	58,50	Aprovado
224	472906	28/04/1990	Edivaine Barro	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
225	472892	23/10/1981	Elisandra Paz	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
226	475866	11/06/1977	Luciane Ferreira Basso	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
227	493349	26/06/1978	Joel Leandro De Lima	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
228	472634	08/06/1981	Elizandra Da Silva	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
229	477219	30/10/1981	Margarete Dos Santos	13	13,00	15	37,50	28	50,50	7,88	58,38	Aprovado
230	480562	12/12/1963	Soeli Follmann	12	12,00	15	37,50	27	49,50	8,85	58,35	Aprovado
231	497759	11/04/1991	Debora Camila Radaelli	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

232	495671	26/01/1992	Karine Mascarello	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
233	487416	02/02/1972	Leila Salete Dallaroziz	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
234	470782	14/06/1993	Mariane Bagatini	17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,73	57,73	Aprovado
235	470340	17/05/1988	Rodrigo Madoglio	15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,00	57,50	Aprovado
236	474194	26/08/1973	Amilton Cesar Nascimento	16	16,00	15	37,50	31	53,50	4,00	57,50	Aprovado
237	480922	17/10/1980	Michele Born Flach	15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
238	474299	24/11/1979	Aline Fagundes Wonsick	21	21,00	13	32,50	34	53,50	4,00	57,50	Aprovado
239	470209	19/01/1961	Juraci Maria Porsch	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
240	479037	10/08/1989	Adrieli Bentz Pereira	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
241	489470	04/11/1967	Paulo Henrique Cruz Lagaggio	17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,00	57,00	Aprovado
242	487653	12/04/1976	Lucimeri Maria De Camargo	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
243	495653	11/03/1980	Rafaela Rodrigues	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
244	479784	16/09/1989	Vanessa Bedin	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
245	497296	04/12/1973	Elenir Soares Dos Santos	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
246	470392	16/04/1994	Jessica Scussiato	20	20,00	14	35,00	34	55,00	1,85	56,85	Aprovado
247	477433	19/11/1986	Sedinei Lopes Copatti	14	14,00	17	42,50	31	56,50	0,00	56,50	Aprovado
248	477983	30/06/1994	Adrielly Scherer	14	14,00	17	42,50	31	56,50	0,00	56,50	Aprovado
249	491789	25/06/1981	Nadia Sasso	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
250	492760	08/06/1991	Rodney Cassiano Leite	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
251	495065	14/03/1976	Marcio Bica Coelho	15	15,00	15	37,50	30	52,50	4,00	56,50	Aprovado
252	472113	19/08/1991	Patricia Cristina Machado Da Silva	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
253	470197	13/10/1979	Nelson de Oliveira Torres Maldonado	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
254	486202	14/01/1994	Cleberto Martingue	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
255	469724	19/08/1994	Wellington Pupo Manucci	21	21,00	14	35,00	35	56,00	0,00	56,00	Aprovado
256	493509	08/12/1980	Eloir Banaseski	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
257	478602	16/04/1988	Mario Souza Nunes	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
258	470971	20/07/1993	Karla Carolina Benedet	20	20,00	13	32,50	33	52,50	3,25	55,75	Aprovado
259	478962	27/11/1993	Wuilson Luiz Anselmini	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
260	509506	13/01/1982	Aragones Sulsbach	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
261	471660	27/09/1989	Suziane Dutty Guaresi	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

262	478355	05/07/1990	Patricia Bueno	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,30	55,30	Aprovado
263	478935	20/03/1988	Maiquiel Boni	20	20,00	14	35,00	34	55,00	0,00	55,00	Aprovado
264	470048	17/09/1982	Juliano Feleciano Dos Santos	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
265	476596	13/08/1990	Maico Diogo Gaudencio	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
266	478196	01/08/1992	Marina Ana Trentin	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
267	471314	02/08/1975	Alex Rosa	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
268	509943	07/04/1993	Ilezam Keila Talgatti	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
269	470051	16/03/1984	Janaina Carleti	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
270	475972	18/02/1989	Lucelia Pereira Putzel	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
271	483704	11/10/1984	Alessandro Rossetto	17	17,00	13	32,50	30	49,50	4,95	54,45	Aprovado
272	477887	22/01/1962	Mariza De Lurdes Lamaison	15	15,00	11	27,50	26	42,50	11,90	54,40	Aprovado
273	496914	01/03/1983	Lilian Antunes	14	14,00	13	32,50	27	46,50	7,70	54,20	Aprovado
274	494818	06/01/1995	Karine Fernanda Luterek	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
275	472093	07/05/1980	Leila Cristina Debarba Domingues	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
276	493017	20/03/1957	Maria Angela Carvalho Pires	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
277	488603	23/04/1972	Jeferson Luis Bender	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
278	487052	11/05/1977	Silvana Terezinha Da Costa	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
279	476013	27/04/1978	Natanael Mazotti	11	11,00	17	42,50	28	53,50	0,00	53,50	Aprovado
280	509712	02/05/1971	Dirlei Aparecida Carpegiani	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
281	471947	27/04/1990	Jackson Gerson Da Silva	11	11,00	15	37,50	26	48,50	5,00	53,50	Aprovado
282	501797	08/08/1994	Emiliano Fruett Oliveira	21	21,00	13	32,50	34	53,50	0,00	53,50	Aprovado
283	480269	24/06/1989	Isabel Favareto De Zorze	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
284	471088	01/06/1977	Cleusa Alves Da Silva Karesek	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
285	497718	17/08/1972	Gelson De Lara	17	17,00	14	35,00	31	52,00	1,20	53,20	Aprovado
286	500827	23/10/1976	Marcos Cesar Kleinubing	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
287	478857	29/08/1988	Patricia Moraes De Faria	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
288	492355	25/07/1994	Fernanda Andressa Marafon De Souza	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
289	470531	25/04/1994	Jessica Maria Jan	9	9,00	14	35,00	23	44,00	9,00	53,00	Aprovado
290	510106	09/06/1995	Karini Simadon	16	16,00	14	35,00	30	51,00	1,90	52,90	Aprovado
291	500723	10/07/1990	Vanuza Cristina Iohann	10	10,00	15	37,50	25	47,50	5,00	52,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

292	497319	31/10/1984	Samir Landfeldt Maffi	16	16,00	13	32,50	29	48,50	4,00	52,50	Aprovado
293	473173	02/01/1987	Samuel Soares	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
294	491622	29/10/1993	Jaine Arezi	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
295	471238	15/06/1989	Jonada Vian	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
296	509722	15/03/1989	Dyonatan Pedroso	14	14,00	15	37,50	29	51,50	0,00	51,50	Aprovado
297	495208	14/01/1991	Lediane Marcolan	14	14,00	15	37,50	29	51,50	0,00	51,50	Aprovado
298	510481	01/10/1966	Paulo Roberto Vargas	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
299	483409	20/11/1976	Rosilene De Souza Marques	15	15,00	13	32,50	28	47,50	4,00	51,50	Aprovado
300	500363	08/09/1994	Daiane Moreto	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
301	488145	21/07/1991	Patrick Assis Putzel Tolotti	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
302	509711	01/02/1994	Dirceu Junior Barp	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado
303	500129	21/11/1994	Danielli Viegas Rosa	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
304	488174	13/10/1986	Caroline Lais Ansolin	11	11,00	14	35,00	25	46,00	5,00	51,00	Aprovado
305	473017	09/09/1979	Marisa Elaine Loesch Fabri	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
306	501349	05/07/1989	Nei Augusto Rotta Minks	13	13,00	15	37,50	28	50,50	0,00	50,50	Aprovado
307	475743	13/06/1990	Daiane Bremm	13	13,00	15	37,50	28	50,50	0,00	50,50	Aprovado
308	500138	24/11/1992	Eduarda Bernardi	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
309	488097	27/03/1990	Joelma De Paula	13	13,00	13	32,50	26	45,50	5,00	50,50	Aprovado
310	475004	13/03/1962	Flademir Rodrigues De Oliveira	14	14,00	11	27,50	25	41,50	9,00	50,50	Aprovado
311	492538	23/10/1979	Scheila Thaisa Pereira	16	16,00	12	30,00	28	46,00	4,23	50,23	Aprovado
312	502226	29/06/1963	Ildo Roberto Egger De Souza	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
313	492317	07/08/1991	Suani Marquesan Figueira	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
314	492771	14/10/1987	Camila Franz Both	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
315	485511	31/05/1988	Valdecir Antonio Marta Junior	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
316	486843	16/02/1994	Scheron Marlise Trentin	16	16,00	13	32,50	29	48,50	1,20	49,70	Aprovado
317	510134	05/03/1988	Kerolin Carla Vicari	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,10	49,60	Aprovado
318	472071	18/11/1972	Gilmar Adriano Leal	12	12,00	15	37,50	27	49,50	0,00	49,50	Aprovado
319	500874	13/06/1986	Stela Catarine Pagliari Vedana	12	12,00	15	37,50	27	49,50	0,00	49,50	Aprovado
320	491179	26/03/1992	Maicon Roberto Mulineth	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,50	49,50	Aprovado
321	501730	30/01/1976	Paulo Luiz De Vargas	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

322	481464	27/05/1986	Leonardo Schroeder	13	13,00	13	32,50	26	45,50	4,00	49,50	Aprovado
323	493088	20/05/1973	Adriano Pacheco	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
324	498328	23/06/1989	Adair Renan Soares De Oliveira	15	15,00	13	32,50	28	47,50	1,73	49,23	Aprovado
325	488341	08/05/1988	Marelizi Maraon	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
326	497807	23/08/1990	Sintia Castanha	15	15,00	10	25,00	25	40,00	9,00	49,00	Aprovado
327	491494	04/10/1992	Leandro Oliveira	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,88	48,88	Aprovado
328	499816	27/10/1994	Vanderleia Carlotto...-	11	11,00	15	37,50	26	48,50	0,00	48,50	Aprovado
329	493891	12/04/1995	Amanda Zanotelli	11	11,00	15	37,50	26	48,50	0,00	48,50	Aprovado
330	510111	19/06/1993	Katia Ficagna	11	11,00	13	32,50	24	43,50	5,00	48,50	Aprovado
331	477293	01/11/1978	Claudineia Hillessheim	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
332	494389	22/04/1980	Murilo Bordin	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
333	491123	02/03/1982	Vanessa Kristina Antunes Alves Mior	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
334	472520	06/07/1992	Regina Maria Lecardelli	14	14,00	13	32,50	27	46,50	1,88	48,38	Aprovado
335	495571	20/01/1984	Rafael Foppa	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
336	494507	15/06/1993	Mauricio Lazzari	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
337	472201	26/01/1983	Rosicleia De Fatima Rita Da Silva	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
338	471510	20/03/1994	Thaise Mouro Martins	11	11,00	13	32,50	24	43,50	4,28	47,78	Aprovado
339	499124	14/01/1994	Sidinara Borgmann	11	11,00	14	35,00	25	46,00	1,70	47,70	Aprovado
340	470925	29/04/1982	Giovanni Gugiel	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
341	510392	12/07/1990	Milene Da Silva Oliveira	8	8,00	15	37,50	23	45,50	1,80	47,30	Aprovado
342	501358	12/11/1981	Giovani Rigotti	17	17,00	12	30,00	29	47,00	0,00	47,00	Aprovado
343	509631	02/03/1987	Cristofe Ulsenheimer Geller	17	17,00	12	30,00	29	47,00	0,00	47,00	Aprovado
344	483458	30/04/1988	Valeria Schmidt	13	13,00	12	30,00	25	43,00	4,00	47,00	Aprovado
345	501445	15/08/1985	Sabrina Fabricia De Campos	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
346	497902	04/07/1993	Fernando Weiss	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
347	478212	26/06/1991	Wilhan Mauri Simonetti	11	11,00	14	35,00	25	46,00	0,00	46,00	Aprovado
348	492850	23/10/1976	Evandro Elias Pontes	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
349	481134	30/01/1984	Clauciana Obetzne	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
350	493120	07/03/1994	Karina Mello Colaco Bombieri	13	13,00	13	32,50	26	45,50	0,00	45,50	Aprovado
351	501728	24/12/1991	Cassia Bergamaschi	18	18,00	11	27,50	29	45,50	0,00	45,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

352	510641	01/05/1980	Sidney Santos Costa	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
353	483830	21/03/1984	Rosane Godinho	15	15,00	11	27,50	26	42,50	2,60	45,10	Aprovado
354	480259	20/10/1966	Edson Damiao Beal	15	15,00	12	30,00	27	45,00	0,00	45,00	Aprovado
355	495209	29/05/1989	Camila Loureiro De Mello	13	13,00	12	30,00	25	43,00	1,60	44,60	Aprovado
356	477198	22/12/1975	Rogério Jackie Pires Dos Santos	13	13,00	9	22,50	22	35,50	9,00	44,50	Aprovado
357	472023	11/10/1985	Joseli Roberto	13	13,00	9	22,50	22	35,50	9,00	44,50	Aprovado
358	487570	29/01/1986	Fabiano Giroto	9	9,00	14	35,00	23	44,00	0,00	44,00	Aprovado
359	486721	11/07/1984	Edina Paula Colella	11	11,00	13	32,50	24	43,50	0,00	43,50	Aprovado
360	510050	09/10/1993	Jose Eduardo Esteres Toniazzo	16	16,00	11	27,50	27	43,50	0,00	43,50	Aprovado
361	497802	01/09/1989	Ricardo Bertan	15	15,00	11	27,50	26	42,50	0,60	43,10	Aprovado
362	481763	18/10/1974	Rubem Denilso Girardi	13	13,00	10	25,00	23	38,00	5,00	43,00	Aprovado
363	480941	12/01/1981	Mayckool Mychel Flach	11	11,00	11	27,50	22	38,50	4,00	42,50	Aprovado
364	478700	01/03/1967	Rudimar Eberle	11	11,00	9	22,50	20	33,50	9,00	42,50	Aprovado
365	480326	11/08/1981	Monica Katia Chenet	13	13,00	11	27,50	24	40,50	1,40	41,90	Aprovado
366	494297	21/02/1990	Rhoni Valmorbidia	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado
367	472511	23/09/1989	Gilson Jose Almeida	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
368	479951	28/01/1991	Michel Caetano Pinto	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
369	495144	21/12/1995	Thais Somensi	13	13,00	11	27,50	24	40,50	0,00	40,50	Aprovado
370	510035	08/02/1994	Joana Graeff Ferreira De Deus	13	13,00	9	22,50	22	35,50	4,85	40,35	Aprovado
371	492563	01/02/1991	Jardel Martini	14	14,00	10	25,00	24	39,00	0,00	39,00	Aprovado
372	492174	28/04/1993	Aline Cristina Bender Buchs	9	9,00	11	27,50	20	36,50	2,00	38,50	Aprovado
373	499800	02/07/1990	Maristela Picetti	12	12,00	10	25,00	22	37,00	0,00	37,00	Aprovado
374	500761	21/07/1983	Eliciane Fatima Schnaider	7	7,00	11	27,50	18	34,50	0,00	34,50	Aprovado
375	471197	30/09/1982	Graziela De Souza Maidana	9	9,00	9	22,50	18	31,50	0,00	31,50	Aprovado
376	499627	06/02/1983	Jusimar Vawczniak	10	10,00	8	20,00	18	30,00	0,00	30,00	Aprovado
377	478255	18/03/1987	Rudinei Albani	11	11,00	6	15,00	17	26,00	1,85	27,85	Aprovado
378	509347	30/12/1992	Adriana Aparecida Cheski	13	13,00	0	0,00	13	13,00	9,00	22,00	Aprovado
	499215	06/03/1985	Analice Stefanello	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	485267	01/07/1985	Cedric Felix Rossini	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	475028	07/01/1991	Cesar Augusto Spall	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

473555	06/03/1982	Cleto Schuster	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
509732	04/10/1987	Edineia Da Rosa	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
471243	25/08/1990	Gelson Ribeiro Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
498550	25/03/1986	Jucineia Zantedeschi Campagnollo	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
501757	05/06/1963	Liane Griebeler Bader	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
472517	17/02/1969	Lucia Terezinha De Souza Missel	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
495096	18/02/1968	Marcia Martins	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
495168	03/02/1989	Thiago Carvalho Massena	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Educação Infantil

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	510015	28/12/1972	Jaqueline Bonamigo	24	24,00	20	50,00	44	74,00	9,00	83,00	Aprovado
2	509550	14/07/1986	Cassia Giroto Zucco	24	24,00	20	50,00	44	74,00	8,68	82,68	Aprovado
3	510729	22/06/1991	Suzana Cremonini	25	25,00	19	47,50	44	72,50	9,00	81,50	Aprovado
4	510290	06/01/1967	Maria Isabel Nogueira Da Silva De Medeiros	22	22,00	20	50,00	42	72,00	9,00	81,00	Aprovado
5	510313	27/09/1979	Marlei Colpo	22	22,00	20	50,00	42	72,00	9,00	81,00	Aprovado
6	510312	18/04/1976	Marilda Dos Santos	21	21,00	20	50,00	41	71,00	9,00	80,00	Aprovado
7	510072	28/10/1983	Juliana Da Rocha	21	21,00	20	50,00	41	71,00	9,00	80,00	Aprovado
8	510744	10/02/1984	Taise Marin Ramos	21	21,00	20	50,00	41	71,00	9,00	80,00	Aprovado
9	509553	26/02/1988	Cassiane Callegari	21	21,00	20	50,00	41	71,00	9,00	80,00	Aprovado
10	510811	24/04/1987	Vanusa Maria Gnoatto	23	23,00	19	47,50	42	70,50	9,00	79,50	Aprovado
11	510735	05/08/1978	Suzane Kovacic	20	20,00	20	50,00	40	70,00	9,00	79,00	Aprovado
12	471749	31/12/1978	Luciane De Quadros	20	20,00	20	50,00	40	70,00	9,00	79,00	Aprovado
13	509753	13/12/1979	Eliane Ribeiro Neto Missel	20	20,00	20	50,00	40	70,00	9,00	79,00	Aprovado
14	509409	26/06/1992	Aline Da Silva Serpa	20	20,00	20	50,00	40	70,00	9,00	79,00	Aprovado
15	510175	30/04/1973	Loreci Aparecida Zatti	25	25,00	18	45,00	43	70,00	9,00	79,00	Aprovado
16	510048	07/10/1967	Joise Aparecida Machado Reche	19	19,00	20	50,00	39	69,00	9,00	78,00	Aprovado
17	471861	12/04/1979	Rosilei Zanette Vial	19	19,00	20	50,00	39	69,00	9,00	78,00	Aprovado
18	479254	28/03/1982	Cleize Marcia Sanzovo	19	19,00	20	50,00	39	69,00	9,00	78,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

19	509809	15/11/1984	Emanuela Costa Argente Bandeira	19	19,00	20	50,00	39	69,00	9,00	78,00	Aprovado
20	510715	14/12/1987	Soraya Suzi Vicari Schneider Da Costa	19	19,00	20	50,00	39	69,00	9,00	78,00	Aprovado
21	510013	04/05/1988	Jaqueline Arianne Pereira Silva	19	19,00	18	45,00	37	64,00	14,00	78,00	Aprovado
22	509738	24/10/1982	Edna Menegatti	19	19,00	18	45,00	37	64,00	13,63	77,63	Aprovado
23	473842	11/10/1961	Suli Schuh	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
24	510604	03/06/1969	Saete Alves Gazaro	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
25	510569	09/03/1977	Roseli De Lima	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
26	509996	30/10/1982	Janaina Bedin	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
27	509407	01/03/1992	Aline Bodanese Fortes	21	21,00	19	47,50	40	68,50	9,00	77,50	Aprovado
28	510599	07/04/1985	Rute Maria Miranda	22	22,00	20	50,00	42	72,00	5,00	77,00	Aprovado
29	509436	19/12/1974	Ana Ivandir Pavao Tomasi	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
30	510238	17/11/1977	Mara Angelita Plasson	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
31	510413	09/09/1981	Naiva Ravazio	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
32	510490	14/06/1982	Rafaela Cristine Brandao Noack	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
33	510399	25/10/1983	Monica Denize Machado Da Silva	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
34	509415	24/03/1987	Aline Maria Santos Dos Reis	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
35	510127	03/11/1989	Kelly Ebertz	18	18,00	20	50,00	38	68,00	9,00	77,00	Aprovado
36	509948	24/06/1970	Ines Catarina Soeiro Terres	23	23,00	18	45,00	41	68,00	9,00	77,00	Aprovado
37	509791	27/11/1980	Elizabeth De Aguiar	23	23,00	18	45,00	41	68,00	9,00	77,00	Aprovado
38	510756	11/07/1973	Tatiana Araldi	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
39	510831	19/09/1973	Ylhethe Dos Santos	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
40	510149	15/02/1975	Leoni Fatima Copceski	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
41	510116	10/06/1986	Katiuscia Mariana Venturini	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
42	509771	13/06/1987	Elis Regiane Madoglio	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
43	510465	17/06/1990	Patricia Moresco	20	20,00	19	47,50	39	67,50	9,00	76,50	Aprovado
44	509789	01/11/1973	Elizabeth Trento	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado
45	510726	01/05/1977	Susana Zanetti	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado
46	510491	21/03/1980	Rafaela Lucia Da Silva	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado
47	510220	15/06/1981	Lucineia Mazutti	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado
48	510540	23/06/1985	Rosane Simonetti	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

49	509474	15/08/1985	Andreia Zonin	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado
50	510585	17/05/1987	Rosimeli Sigognini	17	17,00	20	50,00	37	67,00	9,00	76,00	Aprovado
51	509529	01/10/1975	Carla Coelho Fiori	22	22,00	18	45,00	40	67,00	9,00	76,00	Aprovado
52	510119	07/10/1985	Keila Alves De Melo Da Silva	23	23,00	19	47,50	42	70,50	5,00	75,50	Aprovado
53	476789	23/01/1969	Nadia Aparecida Demarco De Castro	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
54	509473	11/11/1971	Andreia Soares Rhoden	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
55	509450	23/04/1981	Ana Paula Spagnol	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
56	510085	15/07/1984	Juliane Amalia Brandalise Da Costa	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
57	510125	06/04/1987	Kelli Gomes Cortina Marcon	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
58	509862	07/10/1987	Franciele Sive	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
59	510474	05/02/1988	Paula Gabriela Ribeiro De Mello	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
60	510233	27/06/1989	Maiara Pires Da Silva	19	19,00	19	47,50	38	66,50	9,00	75,50	Aprovado
61	473892	11/04/1965	Sandra de Fatima Ferrari	24	24,00	17	42,50	41	66,50	9,00	75,50	Aprovado
62	509895	15/12/1987	Giamara Claudia Pertile Franco	24	24,00	17	42,50	41	66,50	9,00	75,50	Aprovado
63	509501	04/09/1991	Anisia Ripplinger De Abreu	24	24,00	17	42,50	41	66,50	9,00	75,50	Aprovado
64	510561	05/01/1980	Rose Andreia Pessoa Da Silva	20	20,00	20	50,00	40	70,00	5,00	75,00	Aprovado
65	510387	10/05/1980	Micheli Antunes Da Rosa	20	20,00	20	50,00	40	70,00	5,00	75,00	Aprovado
66	509808	13/10/1981	Emanoel Gabriel	20	20,00	20	50,00	40	70,00	5,00	75,00	Aprovado
67	510049	02/12/1976	Joscemara Pinheiro	16	16,00	20	50,00	36	66,00	9,00	75,00	Aprovado
68	509387	04/04/1984	Alessandro Lemes Pinheiro	16	16,00	20	50,00	36	66,00	9,00	75,00	Aprovado
69	510451	25/02/1986	Ozelia Goncalves	16	16,00	20	50,00	36	66,00	9,00	75,00	Aprovado
70	510301	10/12/1988	Mariana Da Fonseca	16	16,00	20	50,00	36	66,00	9,00	75,00	Aprovado
71	509589	01/10/1990	Claudineia Oliveira Da Silva	16	16,00	20	50,00	36	66,00	9,00	75,00	Aprovado
72	510668	12/08/1975	Simone Cinelli	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
73	472931	22/07/1978	Maria Janete Lemes De Oliveira	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
74	479292	22/01/1980	Vanderleia Aparecida Detoffol	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
75	509997	13/04/1981	Janaina Boni	21	21,00	18	45,00	39	66,00	9,00	75,00	Aprovado
76	510435	12/04/1974	Nilva Boni Artifon	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
77	510685	10/01/1976	Sinara Cavalheiro De Carvalho	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
78	481178	08/06/1979	Joseni Passos Da Conceicao Baucke	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

79	509513	23/01/1985	Beatriz Batistello Bordin	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
80	509835	31/05/1987	Fabiane Rodigeri	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
81	510600	06/08/1990	Sabrina Grazielle Marca	18	18,00	19	47,50	37	65,50	9,00	74,50	Aprovado
82	510034	12/01/1988	Jhecita Kaline Alberti Vogel	23	23,00	17	42,50	40	65,50	9,00	74,50	Aprovado
83	510403	08/05/1985	Monica Maria Tourinho Oldiges	18	18,00	17	42,50	35	60,50	14,00	74,50	Aprovado
84	509663	23/04/1986	Daniela Maschio	21	21,00	20	50,00	41	71,00	3,15	74,15	Aprovado
85	475695	25/07/1976	Michelle Guidi Bourscheid	20	20,00	20	50,00	40	70,00	4,00	74,00	Aprovado
86	510502	13/11/1992	Regiane Rosa	19	19,00	20	50,00	39	69,00	5,00	74,00	Aprovado
87	510404	14/09/1978	Monica Pederssetti	15	15,00	20	50,00	35	65,00	9,00	74,00	Aprovado
88	509615	26/12/1980	Cristiane Borges	15	15,00	20	50,00	35	65,00	9,00	74,00	Aprovado
89	509897	14/04/1983	Giceli Onghero Braghini	15	15,00	20	50,00	35	65,00	9,00	74,00	Aprovado
90	510144	23/04/1988	Leila Pagliarini	15	15,00	20	50,00	35	65,00	9,00	74,00	Aprovado
91	510627	02/08/1961	Sayonara Terezinha Da Rocha Zanella	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
92	510167	14/05/1981	Liliane Rossi Ilha	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
93	509413	21/03/1989	Aline Lanzarin	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
94	510671	08/12/1992	Simone De Mello	20	20,00	18	45,00	38	65,00	9,00	74,00	Aprovado
95	492315	29/03/1972	Claudia Mara Voltan	21	21,00	19	47,50	40	68,50	5,00	73,50	Aprovado
96	510509	01/12/1966	Rejani Lucila Schneider Durigon	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
97	509431	02/10/1975	Ana Claudia Mottini Martins	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
98	509816	26/02/1984	Estefany Alves De Medeiros	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
99	509855	21/09/1985	Fernanda Guolo	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
100	509389	28/05/1988	Alexandra Da Fonseca	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
101	510251	20/12/1988	Marcia Francieli Muller	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
102	509735	28/06/1989	Edineia Texeira Da Rosa	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
103	510636	07/07/1989	Sheila Worma	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
104	510468	04/10/1989	Patricia Rodrigues	17	17,00	19	47,50	36	64,50	9,00	73,50	Aprovado
105	509587	10/12/1976	Claudia Regina Nottar	19	19,00	19	47,50	38	66,50	6,65	73,15	Aprovado
106	510714	24/07/1976	Sonize Meneghetti Crema	22	22,00	17	42,50	39	64,50	8,60	73,10	Aprovado
107	510385	28/11/1992	Micheli Fernanda Prigol Bianchi	18	18,00	20	50,00	38	68,00	5,00	73,00	Aprovado
108	510533	17/06/1977	Rosa Maria Machado De Almeida Laner	14	14,00	20	50,00	34	64,00	9,00	73,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

109	510062	19/12/1979	Joze De Carvalho Rodrigues	14	14,00	20	50,00	34	64,00	9,00	73,00	Aprovado
110	509650	28/10/1988	Dania Rosinha Goelzer	14	14,00	20	50,00	34	64,00	9,00	73,00	Aprovado
111	510518	12/11/1981	Rezane De Oliveira Lacerda Da Silva	23	23,00	18	45,00	41	68,00	5,00	73,00	Aprovado
112	492755	14/11/1961	Maristella Bertollo Barro	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
113	509499	06/05/1967	Angelita Bernardete Scapinello	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
114	477880	05/12/1967	Ivania Maria Dossena	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
115	510362	08/02/1970	Marlise Scheffler Gauer De Oliveira	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
116	510162	15/01/1973	Lidia Fatima Balen Pedroso	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
117	477610	14/07/1978	Marcia Warken Cremonini	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
118	510548	13/08/1979	Rosangela Aparecida De Lima	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
119	510151	10/09/1979	Leonilda Ritter Rosa	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
120	510260	03/02/1980	Marcilei Da Silva Bender	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
121	509601	12/03/1982	Cleonice Dalalba Kramer	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
122	509662	07/06/1988	Daniela Maria Mikolaiczik	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
123	509432	14/03/1990	Ana Claudia Vaz	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
124	509381	25/03/1991	Alessandra Fenker	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
125	510798	04/06/1991	Vanessa Glovacki Lavinicki	19	19,00	18	45,00	37	64,00	9,00	73,00	Aprovado
126	509562	05/09/1988	Chaiane Bukowski	14	14,00	18	45,00	32	59,00	14,00	73,00	Aprovado
127	509566	09/01/1978	Cinthia Marques Da Silva	14	14,00	20	50,00	34	64,00	8,60	72,60	Aprovado
128	510320	09/12/1980	Marindia De Lima	20	20,00	19	47,50	39	67,50	5,00	72,50	Aprovado
129	509391	08/01/1983	Alexandra Fatima Lopes De Souza	20	20,00	19	47,50	39	67,50	5,00	72,50	Aprovado
130	509839	06/12/1990	Fabiula Christina Dill	20	20,00	19	47,50	39	67,50	5,00	72,50	Aprovado
131	510061	17/11/1969	Jovilde Dacroce Camara	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
132	510356	21/08/1974	Marli Giroto	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
133	509649	26/04/1979	Dalja Wilk	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
134	509623	29/11/1981	Cristiane Rosalina Bernardes	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
135	510117	04/04/1984	Katya Cileny Karpinski Bertollo	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
136	510257	25/05/1986	Marcia Soares Paiva	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
137	509921	01/01/1988	Gracieli Bottini Ribeiro	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
138	510464	26/08/1989	Patricia Luiz Battistella	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

139	509494	13/11/1990	Angela Maria Fainello	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
140	509479	05/02/1992	Andressa Fernanda Fortes	16	16,00	19	47,50	35	63,50	9,00	72,50	Aprovado
141	510836	12/07/1977	Zuleika Favretto Mohr	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
142	509569	02/01/1985	Clarice Rosa Medeiros	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
143	510720	21/12/1962	Sueli Fatima Marcante	16	16,00	17	42,50	33	58,50	14,00	72,50	Aprovado
144	486458	15/04/1982	Sabrina Gouveia Ribeiro	18	18,00	19	47,50	37	65,50	6,80	72,30	Aprovado
145	510130	18/06/1990	Kelly Cristina Zick	16	16,00	19	47,50	35	63,50	8,75	72,25	Aprovado
146	509651	29/04/1990	Daniane Caminero	19	19,00	18	45,00	37	64,00	8,25	72,25	Aprovado
147	509850	10/08/1980	Fernanda Cristina Da Silva Giordan	17	17,00	20	50,00	37	67,00	5,00	72,00	Aprovado
148	510640	04/10/1994	Sidinara Kunzler	22	22,00	18	45,00	40	67,00	5,00	72,00	Aprovado
149	510324	02/08/1972	Marines Hemsing Ferst	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
150	510590	26/08/1972	Rozangela Aparecida Gomes Gomes	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
151	510610	26/01/1975	Sandra Leite	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
152	510009	21/03/1975	Jania Aparecida Leite Da Cunha	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
153	509664	26/04/1976	Daniela Menezes De Cofferi	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
154	491421	27/04/1976	Sandra Maria Guedes	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
155	510038	28/04/1980	Joceli Boni Giarretta	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
156	509913	20/09/1980	Glauca Aparecida Romansin Michelon	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
157	509923	02/10/1980	Gracieli Giani Pfeiffer De Almeida	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
158	510676	05/10/1987	Simone Maria Elli Ce	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
159	477743	26/02/1988	Francieli Mariana De Mello	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
160	510311	22/08/1990	Marieli Milka Da Silva	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
161	510592	07/12/1990	Roziane Angelita Eberts	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
162	509519	14/01/1991	Bruna Ottilia Harres	18	18,00	18	45,00	36	63,00	9,00	72,00	Aprovado
163	470274	14/07/1956	Ivani Maria Frozza (idoso)	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
164	497306	24/12/1980	Millena Da Silva Brandt	24	24,00	19	47,50	43	71,50	0,00	71,50	Aprovado
165	510499	17/05/1988	Raqueli Lanzarini Gomes Nogueira	19	19,00	19	47,50	38	66,50	5,00	71,50	Aprovado
166	509509	18/06/1990	Arlete de Fátima Ribeiro De Oliveira	19	19,00	19	47,50	38	66,50	5,00	71,50	Aprovado
167	509582	22/11/1993	Claudia Cristina Chaves	19	19,00	19	47,50	38	66,50	5,00	71,50	Aprovado
168	509994	13/11/1964	Izolete Vicari Surdi	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

169	509904	21/11/1973	Giovani Zeny Pinho Mallmann	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
170	509661	12/10/1974	Daniela Maria Barp De Oliveira	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
171	510166	15/11/1986	Liliane Cardoso De Oliveira	15	15,00	19	47,50	34	62,50	9,00	71,50	Aprovado
172	510306	28/06/1963	Marice Teresinha Foschiera	20	20,00	17	42,50	37	62,50	9,00	71,50	Aprovado
173	509910	10/10/1987	Gislaine Ribeiro	20	20,00	17	42,50	37	62,50	9,00	71,50	Aprovado
174	509908	14/02/1991	Gislaine Ferrari	20	20,00	17	42,50	37	62,50	9,00	71,50	Aprovado
175	509764	02/12/1985	Eliane Pereira	19	19,00	17	42,50	36	61,50	10,00	71,50	Aprovado
176	509699	07/03/1987	Diana Robaskiewicz Both	24	24,00	18	45,00	42	69,00	2,45	71,45	Aprovado
177	510457	11/09/1985	Patricia Terra	17	17,00	20	50,00	37	67,00	4,40	71,40	Aprovado
178	509847	12/12/1990	Fernanda Aparecida De Mello	19	19,00	19	47,50	38	66,50	4,75	71,25	Aprovado
179	509905	25/01/1990	Gisele Bottini Ribeiro Wisoski	20	20,00	18	45,00	38	65,00	6,25	71,25	Aprovado
180	510776	19/11/1972	Valderes Schmitz De Lima	19	19,00	18	45,00	37	64,00	7,20	71,20	Aprovado
181	509548	03/11/1984	Carulina Da Fonseca	21	21,00	20	50,00	41	71,00	0,00	71,00	Aprovado
182	510566	17/10/1983	Roselene Araldi	16	16,00	20	50,00	36	66,00	5,00	71,00	Aprovado
183	509703	21/10/1991	Diessica Terezinha Dias	16	16,00	20	50,00	36	66,00	5,00	71,00	Aprovado
184	509962	08/11/1964	Isane Cominetti Bigolin	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
185	510294	01/06/1971	Maria Lucia Da Silva	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
186	510516	03/06/1972	Reni Bombieri	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
187	509542	19/12/1973	Carmen Terezinha Tasca Alves	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
188	510570	22/10/1974	Roseli Francescon Spies	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
189	474893	08/03/1976	Mariza Vellozo	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
190	510539	06/05/1976	Rosane Rossi Dos Santos	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
191	475734	02/08/1982	Eliane Pereira	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
192	509830	19/12/1984	Fabiana Wutke Melo	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
193	509469	28/01/1986	Andreia Moraes	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
194	510665	22/02/1990	Simone Tibes Zanoni	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
195	510115	25/11/1991	Katiana Caovilla	17	17,00	18	45,00	35	62,00	9,00	71,00	Aprovado
196	510017	10/03/1988	Jaqueline Fritzen	18	18,00	19	47,50	37	65,50	5,00	70,50	Aprovado
197	510248	10/03/1967	Marcia Diva Bordignon	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
198	509975	30/08/1975	Ivani Rosa Svollinski	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

199	510207	20/05/1978	Luciane Cristina Dassi	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
200	509342	22/08/1981	Adiana Lucia Ferreira	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
201	510243	17/05/1982	Marcia Batista Nunes	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
202	509402	30/04/1984	Alice Marta Da Silva Pedroso	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
203	509557	25/05/1984	Catia Cristina De Nez De Andrade	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
204	509524	30/06/1990	Camila Dos Santos	14	14,00	19	47,50	33	61,50	9,00	70,50	Aprovado
205	509793	05/09/1980	Elizabeth Silveira Dias De Andrade	22	22,00	17	42,50	39	64,50	6,00	70,50	Aprovado
206	499345	11/12/1971	Izabel Carniel	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
207	509685	01/07/1973	Deize Iara Herrmann Azevedo	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
208	510244	21/01/1978	Marcia Beatriz Bau	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
209	509782	07/04/1978	Elisangela Mombaqué	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
210	476693	11/02/1985	Luciana Teixeira Fritz Carmo	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
211	509731	06/04/1985	Edineia Andretti Tres	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
212	509859	11/07/1988	Fernanda Pesente Menin	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
213	510510	30/11/1989	Renata Dahmer	19	19,00	17	42,50	36	61,50	9,00	70,50	Aprovado
214	509646	22/11/1981	Daisa Aparecida Pimmel Serpa	15	15,00	20	50,00	35	65,00	5,00	70,00	Aprovado
215	510373	21/10/1992	Mayara Stumm	15	15,00	20	50,00	35	65,00	5,00	70,00	Aprovado
216	510086	26/12/1985	Juliane Cristine Dos Reis	20	20,00	18	45,00	38	65,00	5,00	70,00	Aprovado
217	510669	28/10/1985	Simone Da Silva Orso	17	17,00	18	45,00	35	62,00	8,00	70,00	Aprovado
218	510323	04/08/1975	Marines Andrin	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
219	510400	29/01/1976	Monica Fatima Agnoletto Da Silveira	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
220	510364	07/06/1976	Marta Antunina Antunes Caires	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
221	487534	29/07/1978	Juliana Pedersetti	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
222	510644	28/08/1979	Silmara Cattelan	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
223	509468	22/11/1979	Andreia Mazzonetto	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
224	510039	23/12/1979	Joceli Cristina Zancanaro	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
225	510472	24/01/1982	Paula Antonia Tomczak Kudo	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
226	510693	25/01/1982	Sirlei Stechmann	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
227	510832	18/04/1982	Zeli Correia Martins Correia Martins	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
228	510186	08/08/1982	Luana Cristina De Almeida	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

229	510065	01/10/1983	Juciele Luisa Michalak Speroto	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
230	510228	07/02/1986	Magali Maria Johann	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
231	472712	26/01/1988	Aline Gonçalves Pavoski	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
232	474897	30/03/1989	Angelica Araujo	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
233	472469	27/01/1991	Dinae Borscheit Vieira	16	16,00	18	45,00	34	61,00	9,00	70,00	Aprovado
234	471144	29/06/1966	Elenice Bet Gehlen	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
235	473256	28/12/1981	Tatiana Paula Bonatto	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
236	510542	18/10/1982	Rosane Bertella Teodoro	21	21,00	16	40,00	37	61,00	9,00	70,00	Aprovado
237	509805	07/05/1992	Eluana Tassoneiro	15	15,00	19	47,50	34	62,50	7,40	69,90	Aprovado
238	509671	28/05/1986	Daniele Garcia Da Silva	22	22,00	19	47,50	41	69,50	0,00	69,50	Aprovado
239	510737	17/06/1987	Suzicler Andretti	17	17,00	19	47,50	36	64,50	5,00	69,50	Aprovado
240	510794	14/02/1992	Vanessa Bolles Moreira	17	17,00	19	47,50	36	64,50	5,00	69,50	Aprovado
241	509881	31/07/1992	Gabrielle Cristina Baumer	17	17,00	19	47,50	36	64,50	5,00	69,50	Aprovado
242	510386	16/11/1992	Micheli Valduga	17	17,00	19	47,50	36	64,50	5,00	69,50	Aprovado
243	509831	04/01/1993	Fabiane Cristina Giombelli	17	17,00	19	47,50	36	64,50	5,00	69,50	Aprovado
244	510661	01/05/1977	Silvia Nei Zanette Pagnussat	13	13,00	19	47,50	32	60,50	9,00	69,50	Aprovado
245	509998	06/10/1983	Janaina Cominetti Obugalski	13	13,00	19	47,50	32	60,50	9,00	69,50	Aprovado
246	510746	05/07/1984	Talita Elin Mota Reginatto	13	13,00	19	47,50	32	60,50	9,00	69,50	Aprovado
247	509672	26/09/1988	Daniele Reinke Streicher	13	13,00	19	47,50	32	60,50	9,00	69,50	Aprovado
248	510439	14/01/1972	Noeli Maria Ercego	22	22,00	17	42,50	39	64,50	5,00	69,50	Aprovado
249	510331	04/08/1989	Marisa Mayeski Ferreira	22	22,00	17	42,50	39	64,50	5,00	69,50	Aprovado
250	471961	27/06/1968	Silvana Koswoski	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
251	509820	11/12/1970	Eva Roberta Bassi Ferreira	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
252	477821	03/04/1981	Juliana Winckler	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
253	510633	01/06/1982	Serjane Aparecida Barros	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
254	470227	18/12/1983	Greicy Kelly Zanuzzo Zanuzzo	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
255	510396	01/04/1986	Mirian Regina Danielli Goulart	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
256	509640	09/04/1986	Daiane Bilibio	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
257	509458	12/06/1987	Analise Bodaneze	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
258	500128	08/12/1989	Vanessa Fernanda Batistela Modesti	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

259	509978	01/08/1990	Ivania De Zorzi	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
260	477719	13/06/1966	Luiza Bortolanza	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,40	69,40	Aprovado
261	510378	23/10/1964	Meri Elisa Schreiner	22	22,00	17	42,50	39	64,50	4,90	69,40	Aprovado
262	510214	23/04/1984	Lucilei Antunes Dos Santos Helgren	14	14,00	20	50,00	34	64,00	5,00	69,00	Aprovado
263	510303	18/06/1978	Mariane Cristina Rosa Guinzelli	10	10,00	20	50,00	30	60,00	9,00	69,00	Aprovado
264	509614	16/02/1994	Cristiane Betanin	20	20,00	18	45,00	38	65,00	4,00	69,00	Aprovado
265	509493	24/04/1972	Angela Maria Adler	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
266	510730	08/09/1974	Suzana Alves Pereira Peres	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
267	494567	29/06/1979	Andriana Cassol	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
268	509348	29/06/1980	Adriana Aparecida Dos Santos Zanini	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
269	509779	25/08/1980	Elisangela Batista Nunes	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
270	510622	03/05/1981	Sandra Silva Pavao	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
271	509612	08/09/1985	Cristiana Padilha	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
272	510042	24/04/1988	Jocieli Aparecida Lemes Da Silva Zardinello	19	19,00	18	45,00	37	64,00	5,00	69,00	Aprovado
273	510602	06/11/1990	Saionara Aparecida Da Silva	16	16,00	18	45,00	34	61,00	8,00	69,00	Aprovado
274	510314	03/08/1969	Marilei Lourdes Maggioni Atuatti	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
275	510591	30/03/1970	Rozangela Maria Zatti Favero	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
276	509508	24/04/1971	Arivane Hillesheim	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
277	509991	22/09/1974	Izanete Criveletto	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
278	470074	15/04/1976	Irlande Diana Kramer Haas	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
279	510666	23/02/1979	Simone Aparecida Aimi	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
280	495217	18/02/1983	Crisiele Roberta Capitano	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
281	510713	22/09/1983	Sonise Renata Piaia Tasoneiro	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
282	476664	24/11/1984	Ana Paula Henrique Santana	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
283	509602	31/12/1984	Cleonice Ribeiro Barcelos	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
284	509374	26/05/1985	Aleandra Possa Carpenedo	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
285	509398	27/11/1988	Alice Daniela Iaroseski	15	15,00	18	45,00	33	60,00	9,00	69,00	Aprovado
286	510024	04/01/1974	Jeane Maria De Lima Sonaglio	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
287	509823	26/05/1979	Evandra Brites Ribas	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
288	510708	11/07/1981	Sonia Mara De Fatima Silva Franciski	18	18,00	17	42,50	35	60,50	8,40	68,90	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

289	509630	14/05/1988	Cristine Ferreira Da Silva	17	17,00	19	47,50	36	64,50	4,00	68,50	Aprovado
290	510380	12/07/1979	Metilde salete Tonet	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
291	509863	25/12/1983	Franciele Aparecida Fortes	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
292	510780	08/04/1991	Valeria Aparecida Ruchel	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
293	510157	07/09/1992	Leticia Picoli Carus	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
294	509838	20/11/1993	Fabiola Both	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
295	509626	16/08/1994	Cristina Caron Mascarello	16	16,00	19	47,50	35	63,50	5,00	68,50	Aprovado
296	469920	06/05/1967	Lisabete Pires Dos Santos Ferst	12	12,00	19	47,50	31	59,50	9,00	68,50	Aprovado
297	510449	13/05/1972	Osni de Fatima Alves de Lara vassoler	12	12,00	19	47,50	31	59,50	9,00	68,50	Aprovado
298	510345	06/08/1972	Mariza Serena Pacheco	12	12,00	19	47,50	31	59,50	9,00	68,50	Aprovado
299	510040	17/06/1976	Joceli Zanandrea Daga	12	12,00	19	47,50	31	59,50	9,00	68,50	Aprovado
300	510724	17/11/1991	Susana De Fatima Frighetto Durel	23	23,00	18	45,00	41	68,00	0,50	68,50	Aprovado
301	509610	27/02/1981	Crislene Francieli Rodrigues	21	21,00	17	42,50	38	63,50	5,00	68,50	Aprovado
302	510786	02/12/1968	Vanderleia Aparecida Jost	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
303	470150	04/09/1976	Selenir Fatima Do Carmo	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
304	510137	13/11/1977	Leandra Casonatto Breansini	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
305	510001	01/05/1981	Jane Kovacic	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
306	509629	15/05/1981	Cristina Schell	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
307	509498	17/12/1984	Angelita Alzira Lopes	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
308	509567	05/07/1985	Cintia Favero Bedin	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
309	471729	24/01/1986	Tania Regina Zanette Bif	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
310	510276	17/02/1986	Maria Reis	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
311	510170	01/01/1987	Lindamir Castilho	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
312	510732	20/06/1987	Suzana Ardenghy Maran	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
313	509852	16/07/1987	Fernanda Ficagna	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
314	510155	09/11/1987	Leticia De Moura Faltao	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
315	509702	23/11/1987	Diego De Bastiani	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
316	510476	19/05/1988	Paula Rodrigues Scapinello	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
317	510629	07/01/1989	Scheila Hosana Bazzo	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
318	509856	18/06/1986	Fernanda Kieling	20	20,00	19	47,50	39	67,50	0,90	68,40	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

319	509481	19/06/1994	Andressa Pietro Biasi Ribeiro Da Cunha	18	18,00	20	50,00	38	68,00	0,00	68,00	Aprovado
320	510113	30/05/1974	Katia Maria De Souza	18	18,00	18	45,00	36	63,00	5,00	68,00	Aprovado
321	480711	11/04/1978	Eliane Aparecida Trentin Pasa	18	18,00	18	45,00	36	63,00	5,00	68,00	Aprovado
322	510128	17/04/1981	Kelly Bianca Lamp De Medeiros	18	18,00	18	45,00	36	63,00	5,00	68,00	Aprovado
323	510751	24/01/1986	Tania Barpi	18	18,00	18	45,00	36	63,00	5,00	68,00	Aprovado
324	509960	31/10/1968	Ironilde De Fatima Moreira De Dutra Prestes	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
325	510298	07/06/1970	Maria Sandra Nunes Anchau	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
326	510174	07/09/1971	Loirice Teresinha Tomicki Corazza	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
327	510347	17/02/1972	Marizete Balancelli Farezin	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
328	509401	21/01/1977	Alice Maria Soldi	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
329	510651	22/01/1979	Silvana Machado Boneti	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
330	509861	22/10/1984	Franciele Borin Cigognini	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
331	509944	25/11/1984	Ilone Fatima Szablewski Filipini	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
332	510672	12/03/1987	Simone Debastiani	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
333	510059	11/11/1988	Josiane Sales	14	14,00	18	45,00	32	59,00	9,00	68,00	Aprovado
334	510443	16/01/1982	Odacir Antonio Zerbili	23	23,00	16	40,00	39	63,00	5,00	68,00	Aprovado
335	478736	14/01/1994	Emmanuel Dos Santos	23	23,00	16	40,00	39	63,00	5,00	68,00	Aprovado
336	509577	02/09/1959	Claudete Maria Gabrielli	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
337	470336	05/01/1969	Marivalda Aparecida Grandio	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
338	510006	27/01/1970	Janete Colpani	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
339	509889	13/12/1970	Gersiomari Luzia Mocellin Meine	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
340	470320	18/02/1978	Jocelita Pinzon	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
341	509969	17/08/1978	Ivanete Pedroso Pompeo Da Silva	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
342	509406	18/07/1979	Aline Andreia Vargas	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
343	493070	16/02/1984	Luciane Rauber Scussiato	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
344	509894	03/03/1984	Geverson De Moura	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
345	477021	10/03/1986	Andreza Arcângela Tassoneiro Piazzeta	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
346	484418	24/04/1986	Daniele Marques Bonfada Glovacki	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
347	509673	22/11/1992	Danieli Orlandini	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
348	509624	30/06/1983	Cristiane Xarao Rodrigues Rosa	17	17,00	20	50,00	37	67,00	0,50	67,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

349	509841	21/12/1981	Fabício De Lima Ribeiro	20	20,00	19	47,50	39	67,50	0,00	67,50	Aprovado
350	510647	14/02/1980	Silvana Beatriz Dos Santos	15	15,00	19	47,50	34	62,50	5,00	67,50	Aprovado
351	509772	19/10/1986	Elisa Faltao Da Silva	11	11,00	19	47,50	30	58,50	9,00	67,50	Aprovado
352	510321	04/10/1980	Marindia Menezes De Camargo	21	21,00	17	42,50	38	63,50	4,00	67,50	Aprovado
353	510193	21/02/1978	Lucelia Aparecida Bonfante Concatto	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
354	510384	13/10/1986	Michele Tironi	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
355	509883	14/09/1968	Genacir Damo Bellei	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
356	510818	13/05/1969	Veralucia Da Silva Pasinato Pasinato	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
357	510704	05/02/1970	Solide Terezinha Wagner Valber	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
358	509400	03/06/1970	Alice Fiel De Castro	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
359	509568	11/10/1973	Clarice Da Silva Amaral	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
360	472433	24/03/1975	Roclei Ticiani Sehnem	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
361	510183	05/07/1978	Lourdes Domingues Da Silva Pavao Pavao	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
362	510657	27/10/1980	Silvania Cavasin	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
363	470129	27/11/1980	Silvania Otto	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
364	510138	10/12/1980	Leandra Alves Rosa Moraes	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
365	509639	30/10/1984	Daiane Michels	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
366	509737	14/11/1984	Edivane Lugarezi Farias	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
367	510460	28/04/1989	Patricia Dos Santos	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
368	510593	13/04/1990	Rubia Fernanda Cavalheiro Da Silva	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
369	509867	26/07/1990	Francieli Gnoatto	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
370	510522	03/02/1991	Rita Grasieli Dallastra	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
371	509868	07/06/1991	Francieli Katia Rambo Slaviero	16	16,00	17	42,50	33	58,50	9,00	67,50	Aprovado
372	509697	12/07/1995	Diana Cecon	13	13,00	20	50,00	33	63,00	4,35	67,35	Aprovado
373	474888	20/07/1966	Vilma Domingas Ferrarini Chimello	16	16,00	17	42,50	33	58,50	8,78	67,28	Aprovado
374	509714	01/12/1987	Djanane Veiga De Souza Martins	20	20,00	18	45,00	38	65,00	2,18	67,18	Aprovado
375	482583	05/04/1974	Alessandra Pellizzaro Trombetta	13	13,00	20	50,00	33	63,00	4,00	67,00	Aprovado
376	510515	19/07/1995	Renata Vall	21	21,00	18	45,00	39	66,00	1,00	67,00	Aprovado
377	509380	03/03/1983	Alessandra Fatima Dos Santos	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
378	509767	23/01/1985	Ellane Soster	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

379	510231	01/07/1995	Maiara Borba	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
380	509749	15/11/1995	Elenita Maria Padilha De Oliveira	17	17,00	18	45,00	35	62,00	5,00	67,00	Aprovado
381	510350	14/07/1963	Marlene Noronha	13	13,00	18	45,00	31	58,00	9,00	67,00	Aprovado
382	510579	30/03/1966	Rosemeri Terezinha Segatti	13	13,00	18	45,00	31	58,00	9,00	67,00	Aprovado
383	510242	10/03/1984	Marcia Flores Palmas	13	13,00	18	45,00	31	58,00	9,00	67,00	Aprovado
384	477233	25/07/1969	Jadna Ana Mallmann	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
385	510524	09/09/1974	Roberta Aparecida Trindade	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
386	471389	21/09/1978	Jislaine Pacasso Rebelatto	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
387	469749	29/11/1983	Bruna Formicoli Cappellari	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
388	509359	10/02/1985	Adriana Romani	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
389	510084	03/09/1985	Juliana Xavier Da Cruz	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
390	510803	04/08/1987	Vanessa Pessatto	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
391	510438	29/11/1976	Noeli Franca	14	14,00	19	47,50	33	61,50	5,40	66,90	Aprovado
392	510621	04/09/1980	Sandra Schuh	17	17,00	18	45,00	35	62,00	4,90	66,90	Aprovado
393	509512	25/05/1994	Beatriz Pereira Da Silva	18	18,00	18	45,00	36	63,00	3,75	66,75	Aprovado
394	509670	23/11/1987	Daniele Bernardi	19	19,00	19	47,50	38	66,50	0,00	66,50	Aprovado
395	510383	10/04/1981	Michele Rosana Lemes Da Silva	15	15,00	19	47,50	34	62,50	4,00	66,50	Aprovado
396	509961	05/02/1992	Isaiana Riboli	14	14,00	19	47,50	33	61,50	5,00	66,50	Aprovado
397	509726	14/05/1972	Edilene Teresinha Maccari	19	19,00	17	42,50	36	61,50	5,00	66,50	Aprovado
398	509849	02/01/1980	Fernanda Carvalho Ferreira	19	19,00	17	42,50	36	61,50	5,00	66,50	Aprovado
399	509715	24/05/1980	Doremi Canabaro Braghini	19	19,00	17	42,50	36	61,50	5,00	66,50	Aprovado
400	509972	20/02/1973	Ivanete De Almeida	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
401	510074	04/01/1979	Juliana Dos Santos	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
402	509586	01/08/1979	Claudia Regina De Linhares	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
403	484913	19/09/1981	Marilete Rampanelli	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
404	480280	12/08/1982	Luciane Percila Kerber De Oliveira	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
405	510634	22/12/1984	Shaiane Godoy Da Silva	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
406	509914	02/02/1988	Glecia De Bastiani	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
407	510807	18/01/1989	Vania Ferreira Garshal	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
408	509906	28/04/1989	Gisele Finkler	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

409	509428	16/12/1990	Ana Carolina Kemerich De Matos Ecco	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
410	509585	15/09/1991	Claudia Pacheco	15	15,00	17	42,50	32	57,50	9,00	66,50	Aprovado
411	509939	12/03/1965	Ieda Marlise Homrich	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
412	496632	28/08/1976	Cleneci Vedovatto Abou Arabi	17	17,00	18	45,00	35	62,00	4,30	66,30	Aprovado
413	510589	05/09/1961	Rosmari Moreira	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
414	509844	25/08/1977	Fatima Simonetti	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
415	509363	19/09/1979	Adriane Lucia Theobald Alfien	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
416	510834	15/11/1985	Zoleide Maristela Kramer	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
417	509355	08/12/1985	Adriana Lurdes Machado	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
418	509496	28/11/1989	Angele Passari Soranco	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
419	510141	10/02/1990	Leia Trindade	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
420	486189	30/01/1993	Lilian Rodrigues Ferreira	16	16,00	18	45,00	34	61,00	5,00	66,00	Aprovado
421	509456	10/06/1961	Anagilda Marta Cerutti Gallo	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
422	509973	09/06/1978	Ivanete Meira Sagaz	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
423	510005	28/12/1979	Janete Benachio Martins	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
424	509751	12/08/1980	Eliane Bellei Aumondi	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
425	510163	05/09/1984	Lidiane De Almeida	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
426	510761	18/09/1989	Tatiane Ramos	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
427	509521	27/09/1989	Camila Alves De Medeiros	12	12,00	18	45,00	30	57,00	9,00	66,00	Aprovado
428	509578	05/01/1973	Claudete Saldanha Teixeira	21	21,00	16	40,00	37	61,00	5,00	66,00	Aprovado
429	509417	03/04/1983	Aline Pereira Riete	21	21,00	16	40,00	37	61,00	5,00	66,00	Aprovado
430	476489	18/03/1967	Marli De Souza	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
431	475602	19/11/1968	Marli Prior Kraemer	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
432	474747	08/06/1972	Andrea Pacassa Borges	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
433	509882	03/07/1973	Gecilde Simionato Zanchet	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
434	510216	30/04/1981	Lucilene Aparecida Iora	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
435	509345	10/08/1982	Adriana De Assis Borges Dos Santos Mueller	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
436	510810	20/12/1983	Vanusa Artuso	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
437	509579	04/01/1989	Claudia De Almeida Rodrigues Da Costa	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
438	509787	03/08/1989	Elisete Fatima Kusmirczuk Theobald	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

439	510408	18/02/1985	Myriani Dos Santos Sanchotene Lock	18	18,00	19	47,50	37	65,50	0,13	65,63	Aprovado
440	510655	01/03/1980	Silvana Vieira Gaio	18	18,00	19	47,50	37	65,50	0,00	65,50	Aprovado
441	509734	23/01/1984	Edineia Renata Dos Santos	18	18,00	19	47,50	37	65,50	0,00	65,50	Aprovado
442	510504	05/01/1991	Regiane Sutil Da Trindade Da Silva	18	18,00	19	47,50	37	65,50	0,00	65,50	Aprovado
443	510625	18/04/1991	Sara Barros Lins	18	18,00	19	47,50	37	65,50	0,00	65,50	Aprovado
444	510563	16/02/1983	Roseane Raimundo Da Silva	9	9,00	19	47,50	28	56,50	9,00	65,50	Aprovado
445	510178	06/08/1977	Loreni Bonmann Casagrande	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
446	510743	14/12/1983	Tais Oliveira	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
447	510389	18/05/1992	Micheli Matte Do Amaral	18	18,00	17	42,50	35	60,50	5,00	65,50	Aprovado
448	510432	05/09/1964	Neusa Teresinha Zanette	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
449	487531	26/03/1970	Celuir Muller Dal Magro	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
450	509958	13/10/1974	Irines Aparecida Fernandes	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
451	509572	25/03/1979	Clarice Matiello	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
452	510253	01/01/1980	Marcia Luiza Colpani	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
453	479034	29/05/1981	Silvia Mara Zuffo Schneider	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
454	509880	10/08/1981	Gabriele Biasotto	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
455	510656	20/02/1982	Silvani Kollett	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
456	510484	04/08/1988	Priscila Rigotti Frantz	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
457	510797	05/08/1993	Vanessa De Almeida	14	14,00	17	42,50	31	56,50	9,00	65,50	Aprovado
458	493896	20/01/1975	Verenice Fatima spolti Dos Santos	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
459	472691	14/11/1979	Keila Cristina Dos Santos	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
460	510649	26/01/1986	Silvana De Oliveira Batista	17	17,00	19	47,50	36	64,50	0,80	65,30	Aprovado
461	510360	14/03/1980	Marli Teresinha Ecker	15	15,00	18	45,00	33	60,00	5,20	65,20	Aprovado
462	510721	10/06/1988	Suellen Roloff Da Silva	15	15,00	20	50,00	35	65,00	0,00	65,00	Aprovado
463	472223	12/04/1991	Andreia Gazzola	15	15,00	20	50,00	35	65,00	0,00	65,00	Aprovado
464	510081	25/07/1990	Juliana Reis	20	20,00	18	45,00	38	65,00	0,00	65,00	Aprovado
465	510055	14/12/1984	Josiane Leonardo Dos Santos	15	15,00	18	45,00	33	60,00	5,00	65,00	Aprovado
466	510605	14/04/1969	Saete Busnello Da Silva	11	11,00	18	45,00	29	56,00	9,00	65,00	Aprovado
467	509784	06/04/1978	Elisangela Serpa De Jesus	11	11,00	18	45,00	29	56,00	9,00	65,00	Aprovado
468	509701	12/08/1958	Dianete Maria Bianchessi Dos Santos	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

469	509575	16/04/1963	Claudete Ballerini	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
470	470654	10/01/1968	Eliane Bernardete Tonello	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
471	472272	10/02/1973	Janete Farias	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
472	509970	28/03/1973	Ivanete Borges Do Amaral Lanzaolini	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
473	510534	21/07/1975	Rosali Fatima Stempkowski	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
474	510678	07/01/1976	Simone Paim	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
475	510583	30/04/1978	Rosilaine Da Silva Bastos	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
476	509870	01/11/1982	Francilene Dall Agnol De Oliveira	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
477	510616	23/06/1986	Sandra Mara Arini	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
478	509653	24/04/1988	Daniela Dalla Vecchia	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
479	510089	12/05/1992	Juliano Faccin	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
480	510411	28/03/1964	Nair Salete Domingues	21	21,00	14	35,00	35	56,00	9,00	65,00	Aprovado
481	510429	10/12/1966	Neusa Alves Gazaro	21	21,00	14	35,00	35	56,00	9,00	65,00	Aprovado
482	509654	26/05/1994	Daniela Perin	17	17,00	19	47,50	36	64,50	0,00	64,50	Aprovado
483	509668	08/11/1974	Daniela Weschenfelder Perosa	22	22,00	17	42,50	39	64,50	0,00	64,50	Aprovado
484	509655	24/04/1985	Daniela Antunes	22	22,00	17	42,50	39	64,50	0,00	64,50	Aprovado
485	510245	25/08/1982	Marcia Campagnolo Dos Santos	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
486	510653	07/04/1989	Silvana Matos Griep	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
487	510031	30/03/1993	Jessica Monique Bau	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
488	509426	24/04/1993	Ana Carolina Berndt Da Rosa Carraro	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
489	510028	12/06/1993	Jessica Antunes De Souza	17	17,00	17	42,50	34	59,50	5,00	64,50	Aprovado
490	472180	22/07/1967	Diva Rizzo De Lima	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
491	474280	12/05/1982	Etiene Fatima Da Silva Foppa	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
492	509471	09/07/1985	Andreia Pinheiro	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
493	509679	03/06/1988	Deborah Dias Da Rosa Barcarolo	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
494	509517	01/03/1990	Bruna Branco De Camargo	13	13,00	17	42,50	30	55,50	9,00	64,50	Aprovado
495	510698	03/07/1968	Soanir Almeida Almeida	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
496	509922	01/06/1981	Gracieli Eva Heberle	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
497	509525	02/09/1989	Camila Rodrigues Goncalves	15	15,00	18	45,00	33	60,00	4,40	64,40	Aprovado
498	509886	22/10/1985	Geovana Grigolo	19	19,00	18	45,00	37	64,00	0,00	64,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

499	510121	04/07/1993	Keli Benachio Martins	19	19,00	18	45,00	37	64,00	0,00	64,00	Aprovado
500	510543	27/11/1978	Rosane Maria Pedroso	14	14,00	18	45,00	32	59,00	5,00	64,00	Aprovado
501	510234	04/06/1983	Maiqueli Gusso	14	14,00	18	45,00	32	59,00	5,00	64,00	Aprovado
502	509854	01/08/1991	Fernanda Giroto	14	14,00	18	45,00	32	59,00	5,00	64,00	Aprovado
503	510741	16/12/1991	Tairine Paula Carneiro	14	14,00	18	45,00	32	59,00	5,00	64,00	Aprovado
504	510195	10/07/1982	Lucia Andreia De Almeida	10	10,00	18	45,00	28	55,00	9,00	64,00	Aprovado
505	509528	11/08/1987	Carine Orlandi Martinelli	10	10,00	18	45,00	28	55,00	9,00	64,00	Aprovado
506	509658	11/12/1988	Daniela Ferreira	10	10,00	18	45,00	28	55,00	9,00	64,00	Aprovado
507	510650	07/10/1984	Silvana Lemes De Almeida	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,00	64,00	Aprovado
508	473534	12/07/1968	Luiza Alzira Pavao	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
509	509541	01/08/1969	Carmen Menoncin Barea	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
510	510123	27/03/1974	Keli fatima tozzo Andrioli	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
511	509704	05/09/1975	Dilema Gimenez	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
512	510544	01/02/1976	Rosane Pereira Da Silva Do Nascimento	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
513	509652	16/03/1977	Danica Beatriz Pacassa	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
514	486984	11/06/1981	Leni Aparecida Vieira Da Rocha Robaldo	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
515	510108	18/12/1986	Katchucia Soares Napp Carvalho	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
516	510143	06/10/1987	Leidiane Barro Cardoso Da Silva	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
517	509611	02/12/1981	Crissani Maria Schuster	15	15,00	16	40,00	31	55,00	8,90	63,90	Aprovado
518	480264	15/10/1988	Cristiane Aline Chaves	16	16,00	16	40,00	32	56,00	7,75	63,75	Aprovado
519	469719	20/01/1986	Ana Paula Zottis	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,15	63,65	Aprovado
520	510182	18/07/1981	Loriane De Lucca Calgaro	12	12,00	18	45,00	30	57,00	6,60	63,60	Aprovado
521	510496	11/01/1987	Raquel Matielo	11	11,00	19	47,50	30	58,50	5,00	63,50	Aprovado
522	509860	10/11/1994	Flavia Sgnaulin	21	21,00	17	42,50	38	63,50	0,00	63,50	Aprovado
523	510262	09/09/1972	Margane Maria Lunelli	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
524	470584	01/12/1974	Valquiria Mabel Da Silva Gomes Marques	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
525	510249	01/03/1976	Marcia Elisandra Dahmer	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
526	510326	10/07/1988	Marines Teresinha Svolinski	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
527	510071	29/01/1989	Juliana Aparecida Ribeiro	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
528	510030	10/11/1993	Jessica Damin	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

529	510452	04/02/1994	Pamela Cristina Da Silva	16	16,00	17	42,50	33	58,50	5,00	63,50	Aprovado
530	509565	24/03/1975	Cinara Chiaradia	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
531	509709	03/12/1978	Dirce Buth	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
532	471684	17/06/1980	Silvia Soares De Araujo Franca	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
533	509625	30/09/1980	Cristiani Rebellato	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
534	509486	02/03/1981	Angela Aparecida De Toledo	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
535	510374	18/09/1982	Melania Mior Velaski	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
536	509619	02/12/1983	Cristiane Maria Selle	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
537	510265	02/08/1989	Margarete Soares Correa	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
538	510632	14/10/1962	Selina Salete Bernardi	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
539	469877	11/03/1964	Verenice Alves Da Silva Rossette	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
540	510546	08/09/1972	Rosane Stefanski Tibola	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
541	510787	26/03/1976	Vanderleia Aparecida Savaris	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
542	510221	19/04/1983	Lucineia Oro Da Cruz	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
543	509730	19/03/1989	Edinara Aparecida Spezia	17	17,00	15	37,50	32	54,50	9,00	63,50	Aprovado
544	510417	20/09/1990	Natana Dietrich Da Silva	16	16,00	18	45,00	34	61,00	2,33	63,33	Aprovado
545	510595	17/09/1969	Rubianca Pedroso Ferreira	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,30	63,30	Aprovado
546	509570	15/08/1964	Clarice Maria Perim Perim	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,00	63,00	Aprovado
547	509628	08/12/1977	Cristina Conceicao Prezotto	13	13,00	18	45,00	31	58,00	5,00	63,00	Aprovado
548	510564	10/06/1984	Rosecleia Antunes Maciel Alves	13	13,00	18	45,00	31	58,00	5,00	63,00	Aprovado
549	509683	23/09/1985	Deisi Pigozzo Nunes	13	13,00	18	45,00	31	58,00	5,00	63,00	Aprovado
550	509873	29/09/1984	Francislene Mistura Viesorkoski	9	9,00	18	45,00	27	54,00	9,00	63,00	Aprovado
551	477732	08/10/1983	Rosangela Cristiane Werle	23	23,00	16	40,00	39	63,00	0,00	63,00	Aprovado
552	510148	24/01/1972	Lenir Sicheleiro	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
553	510662	05/12/1977	Silvia Regina Machado	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
554	510822	07/07/1978	Veronica Soares Da Silva	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
555	510520	08/04/1985	Rita De Cassia De Freitas Messa	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
556	510317	22/01/1993	Marina Malacarne	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
557	509443	07/06/1995	Ana Paula Antonello	18	18,00	16	40,00	34	58,00	5,00	63,00	Aprovado
558	510612	28/02/1968	Sandra Bissoloti Stocker	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

559	510827	26/10/1969	Vitoria De Fatima De Oliveira Queiroz Silva	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
560	509811	04/07/1975	Eni Longo Cervi Cervi	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
561	509748	29/05/1980	Elenice De Barros Dos Santos	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
562	509453	16/08/1980	Ana Regina Zanin Gregol	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
563	477979	16/04/1986	Silvana Zanella	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
564	509425	19/06/1990	Ana Cristina Padilha	14	14,00	16	40,00	30	54,00	9,00	63,00	Aprovado
565	510475	23/08/1989	Paula Rita Ribeiro	14	14,00	16	40,00	30	54,00	8,70	62,70	Aprovado
566	510367	21/02/1984	Marta Zanette	12	12,00	17	42,50	29	54,50	8,10	62,60	Aprovado
567	509698	24/04/1988	Diana Chiarello	18	18,00	17	42,50	35	60,50	2,03	62,53	Aprovado
568	510129	18/04/1990	Kelly Bresolin	15	15,00	19	47,50	34	62,50	0,00	62,50	Aprovado
569	509832	09/02/1992	Fabiane Fagundes Martins	15	15,00	19	47,50	34	62,50	0,00	62,50	Aprovado
570	509538	13/06/1993	Carline Hirsch	20	20,00	17	42,50	37	62,50	0,00	62,50	Aprovado
571	510790	12/02/1979	Vanderleia Idames Battisti Da Rosa	16	16,00	17	42,50	33	58,50	4,00	62,50	Aprovado
572	510523	13/02/1982	Roberta Da Silva Ebeliny	16	16,00	17	42,50	33	58,50	4,00	62,50	Aprovado
573	492524	12/02/1987	Luana De Araujo Galiano Cereza	16	16,00	17	42,50	33	58,50	4,00	62,50	Aprovado
574	509621	11/04/1987	Cristiane Mendes Ferreira E Silva	16	16,00	17	42,50	33	58,50	4,00	62,50	Aprovado
575	492787	19/06/1963	Marlene Catarina Werlang Eich	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
576	510442	07/02/1990	Nuria Gomes	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
577	509364	09/11/1991	Adriane Rech	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
578	510467	02/06/1992	Patricia Percio	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
579	510018	23/12/1992	Jaqueline Menegatti	15	15,00	17	42,50	32	57,50	5,00	62,50	Aprovado
580	509370	27/05/1966	Airdes Brutscher	11	11,00	17	42,50	28	53,50	9,00	62,50	Aprovado
581	510440	20/04/1988	Noemi Fatima Singeski	11	11,00	17	42,50	28	53,50	9,00	62,50	Aprovado
582	510607	09/02/1967	Salette Maria Martinelli	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
583	509495	17/09/1975	Angela Regina Da Silva	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
584	510376	14/12/1977	Menana Golo	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
585	473381	14/03/1979	Marcia Machado Da Silva Lucatelli	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
586	487362	08/06/1980	Patricia Fernandes	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
587	473663	22/02/1984	Cleidi Menezes Franca	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
588	473393	18/03/1986	Marilia Quadri	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

589	510736	18/03/1991	Suzane Siqueira Gosch		16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
590	509706	28/05/1976	Dilina De Fatima Chiarello Kusiak		18	18,00	17	42,50	35	60,50	1,63	62,13	Aprovado
591	509790	27/02/1971	Elizabeth Aparecida Carasek Giombelli		17	17,00	18	45,00	35	62,00	0,00	62,00	Aprovado
592	509351	06/08/1983	Adriana Da Silva		9	9,00	18	45,00	27	54,00	8,00	62,00	Aprovado
593	510562	29/10/1984	Rose Maria Vargas		8	8,00	18	45,00	26	53,00	9,00	62,00	Aprovado
594	510060	27/11/1979	Josimara Ferreira Porto Minuzzo		22	22,00	16	40,00	38	62,00	0,00	62,00	Aprovado
595	510557	12/11/1969	Rosangela Mittmann		17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
596	510112	20/09/1974	Katia Luzia Ambrosini		17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
597	510056	23/08/1985	Josiane Aline De Souza		17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
598	509638	15/02/1995	Daiana Ziolkowski Piroli		17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,00	62,00	Aprovado
599	510826	04/03/1962	Virte Rampanelli De Azevedo		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
600	509373	30/03/1962	Alcira Perin		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
601	509968	14/06/1972	Ivandra De Fatima Rossetto		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
602	510626	16/10/1974	Sarita De Oliveira Mendes		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
603	509617	27/05/1976	Cristiane Lopes Conte		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
604	509757	19/10/1978	Eliane De Fatima Doamaral		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
605	510054	02/06/1981	Josiane Da Rocha Pacassa		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
606	510594	16/11/1983	Rubia Munarini		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
607	471828	08/04/1984	Roseli Matzembacher		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
608	474022	19/03/1985	Camila De Freitas Tosetto		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
609	509827	08/05/1986	Fabiana Barro Rodrigues		13	13,00	16	40,00	29	53,00	9,00	62,00	Aprovado
610	510652	02/02/1985	Silvana Malacarne Da Silva		22	22,00	15	37,50	37	59,50	2,50	62,00	Aprovado
611	510431	07/05/1963	Neusa Oliveira Sales Rodrigues		18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
612	510041	09/11/1973	Jociani Coletti Gomes		18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
613	510697	24/09/1976	Sizinei Ferreira		18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
614	509828	23/07/1979	Fabiana Felix Bueno		18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
615	499002	27/01/1987	Aiane Dal Piva Rusch		18	18,00	14	35,00	32	53,00	8,75	61,75	Aprovado
616	509770	19/09/1965	Ellete Terezinha Nottar		10	10,00	18	45,00	28	55,00	6,60	61,60	Aprovado
617	510680	11/01/1980	Simone Reisdorfer		15	15,00	16	40,00	31	55,00	6,60	61,60	Aprovado
618	510259	25/01/1988	Marceli Strapazzon Ribeiro De Lima		22	22,00	15	37,50	37	59,50	2,10	61,60	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

619	509687	16/06/1976	Delvair Canossa	19	19,00	17	42,50	36	61,50	0,00	61,50	Aprovado
620	510804	31/07/1987	Vanessa Schmidt De Oliveira	19	19,00	17	42,50	36	61,50	0,00	61,50	Aprovado
621	509526	19/09/1995	Camila Salete Pillizari Belini	19	19,00	17	42,50	36	61,50	0,00	61,50	Aprovado
622	510799	13/05/1990	Vanessa Machado Pozzebon	15	15,00	17	42,50	32	57,50	4,00	61,50	Aprovado
623	509956	06/02/1971	Iraci Claudete Soares Endres	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
624	510495	14/12/1976	Raquel Dos Santos Pereira	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
625	510441	28/01/1984	Noili Antunes Da Silva	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
626	487516	22/03/1984	Gracelia Aparecida Pelicoli De Oliveira Cortes	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
627	509920	23/01/1987	Gracieli Baldissera Fernandes	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
628	510696	03/12/1987	Sivonei Aparecida Cofferi	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
629	510568	18/08/1992	Roselene Dias Ribeiro Moras	14	14,00	17	42,50	31	56,50	5,00	61,50	Aprovado
630	510095	08/06/1972	Jussara Serpa	10	10,00	17	42,50	27	52,50	9,00	61,50	Aprovado
631	510830	12/10/1959	Volfrida Smaniotto	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
632	509936	17/12/1969	Ideliria Deffaveri Schneider	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
633	510560	21/02/1972	Rosani Maria Martinelli	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
634	510366	06/03/1974	Marta Romanzini	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
635	473949	04/09/1975	Roselei Aparecida Pires Da Silva Confortin	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
636	509878	17/11/1978	Gabriela Malvessi	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
637	510466	21/11/1979	Patricia Oviedo Carrilho	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
638	473434	02/07/1981	Adriana Duarte Fagundes Colpani	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
639	510239	26/03/1983	Marcelei Luisa Schmitz Thomaz	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
640	510200	26/09/1987	Luciana Da Silva	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
641	510497	23/07/1988	Raquel Silveira	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
642	510541	04/04/1985	Rosane Armiliato	18	18,00	16	40,00	34	58,00	3,03	61,03	Aprovado
643	509560	08/03/1948	Celia Dulce Hirt	16	16,00	18	45,00	34	61,00	0,00	61,00	Aprovado
644	509476	02/12/1986	Andressa De Marco Baldissera	11	11,00	18	45,00	29	56,00	5,00	61,00	Aprovado
645	509760	16/12/1975	Eliane Fatima Azeredo	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
646	510681	11/12/1976	Simone Savoldi	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
647	510337	08/10/1978	Maristela Machado Correia	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
648	510161	06/07/1980	Liciane Garcia	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

649	477212	16/05/1982	Marizete Rodrigues Dos Santos Alves	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
650	509798	20/08/1983	Elizandra Pedroso	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
651	509480	19/10/1994	Andressa Peron Cella	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado
652	510409	06/05/1966	Nadia Graboski	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
653	510173	22/08/1970	Loide Marques Da Silva	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
654	510463	05/09/1980	Patricia Lenz	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
655	472443	22/08/1984	Francieli Munarini	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
656	509643	24/06/1987	Daiane Cristina Maran Sartor	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
657	509795	22/08/1988	Elizandra Bortoli	12	12,00	16	40,00	28	52,00	9,00	61,00	Aprovado
658	509449	24/08/1980	Ana Paula Rodrigues	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
659	509762	26/05/1982	Eliane Franceschina Cavalheiro	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
660	509794	10/02/1990	Elizama De Souza Tavares	13	13,00	18	45,00	31	58,00	2,85	60,85	Aprovado
661	510412	23/02/1985	Naira Lice Fortes	16	16,00	16	40,00	32	56,00	4,80	60,80	Aprovado
662	509675	02/12/1991	Darlane Dalarosa	16	16,00	15	37,50	31	53,50	7,25	60,75	Aprovado
663	509598	16/10/1992	Cleocimara Fortes De Jesus	15	15,00	18	45,00	33	60,00	0,55	60,55	Aprovado
664	510782	20/04/1993	Valesca Chagas Riva	13	13,00	19	47,50	32	60,50	0,00	60,50	Aprovado
665	509546	27/09/1977	Caroline Lopes Pinheiro	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
666	510555	26/08/1989	Rosangela Machado Saviano Dos Santos	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
667	510793	23/02/1991	Vanessa Orlandi	18	18,00	17	42,50	35	60,50	0,00	60,50	Aprovado
668	509464	01/11/1982	Andreia Cristina Dos Santos Rodrigues	13	13,00	17	42,50	30	55,50	5,00	60,50	Aprovado
669	510812	07/03/1977	Vanuza Franceschina	9	9,00	17	42,50	26	51,50	9,00	60,50	Aprovado
670	509410	24/10/1989	Aline Fatima Lucietto Ficagna	9	9,00	17	42,50	26	51,50	9,00	60,50	Aprovado
671	510722	27/03/1990	Suewllin Marques Bueno	15	15,00	16	40,00	31	55,00	5,50	60,50	Aprovado
672	510093	28/04/1969	Jussara Broca	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
673	510670	05/10/1977	Simone De Fatima Machado De Paula	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
674	510003	20/11/1982	Jane Rodrigues	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
675	510199	20/07/1987	Luciana Charga	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
676	510211	17/10/1988	Luciane Wanda Pritsch	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
677	510329	07/12/1966	Marinês Barbieri	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
678	477728	24/09/1968	Dilane Aparecida Petroll Bisol	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

679	509442	16/07/1972	Ana Paula Morbini	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
680	509942	19/06/1974	Idete Demarchi Minozzo	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
681	483934	04/04/1978	Lidia Angelita De Oliveira	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
682	480090	29/11/1981	Marilete Fatima Guraliski	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
683	485488	02/03/1983	Ivanete Da Costa Ritta	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
684	510215	21/04/1984	Lucileia Arruda	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
685	509953	24/04/1969	Iolanda Maria Echer	19	19,00	13	32,50	32	51,50	9,00	60,50	Aprovado
686	510763	31/12/1972	Teresinha Da Silva Serpa	19	19,00	13	32,50	32	51,50	9,00	60,50	Aprovado
687	509344	18/04/1974	Adinar Ranzolin Bampi	14	14,00	16	40,00	30	54,00	6,45	60,45	Aprovado
688	510165	04/05/1990	Lilian Marta Da Silveira	17	17,00	16	40,00	33	57,00	3,30	60,30	Aprovado
689	510075	22/12/1985	Juliana Favero Grando	13	13,00	16	40,00	29	53,00	7,20	60,20	Aprovado
690	510521	21/09/1980	Rita De Cassia Ribeiro Simoes	14	14,00	18	45,00	32	59,00	1,13	60,13	Aprovado
691	509383	25/09/1992	Alessandra Moraes Linhares	13	13,00	18	45,00	31	58,00	2,10	60,10	Aprovado
692	510365	01/05/1973	Marta Lippert	15	15,00	18	45,00	33	60,00	0,00	60,00	Aprovado
693	510252	16/11/1990	Marcia Frarao	15	15,00	18	45,00	33	60,00	0,00	60,00	Aprovado
694	473394	16/01/1970	Neusa Schmitz Langenberg	20	20,00	16	40,00	36	60,00	0,00	60,00	Aprovado
695	509648	22/09/1995	Dalila Guerrezi	20	20,00	16	40,00	36	60,00	0,00	60,00	Aprovado
696	475947	15/08/1963	Marlene Remocri Moro	11	11,00	16	40,00	27	51,00	9,00	60,00	Aprovado
697	510319	13/05/1977	Marindia Soares De Camargo	11	11,00	16	40,00	27	51,00	9,00	60,00	Aprovado
698	510058	28/06/1989	Josiane Pereira Da Silva	11	11,00	16	40,00	27	51,00	9,00	60,00	Aprovado
699	510416	18/02/1985	Natalia de Oliveira Lopes	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
700	510044	10/09/1986	Jocyanne Silva Schneider	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,33	59,83	Aprovado
701	509851	25/03/1989	Fernanda Cristine Alves	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,00	59,50	Aprovado
702	510219	18/05/1993	Lucimara Stahelski	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,00	59,50	Aprovado
703	498360	05/10/1993	Julia Pacheco Dos Santos	17	17,00	17	42,50	34	59,50	0,00	59,50	Aprovado
704	509554	21/01/1991	Catarina Fernanda Valandro	12	12,00	17	42,50	29	54,50	5,00	59,50	Aprovado
705	510677	04/07/1976	Simone Mazon	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
706	509580	05/05/1984	Claudia Canan	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
707	510728	10/10/1988	Susete Teresinha Khuchner Jagiela	17	17,00	15	37,50	32	54,50	5,00	59,50	Aprovado
708	510620	08/09/1976	Sandra Prestes	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

709	510258	30/01/1981	Marciane Zucco Stanga	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
710	510753	12/02/1985	Tania Marcia Rees	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
711	509420	06/09/1991	Aline Veloso	13	13,00	15	37,50	28	50,50	9,00	59,50	Aprovado
712	487868	26/07/1991	Glaucele Bevilacqua Lazzaretti	13	13,00	18	45,00	31	58,00	1,45	59,45	Aprovado
713	509534	21/11/1979	Carla Grasel Giachini	15	15,00	17	42,50	32	57,50	1,75	59,25	Aprovado
714	478976	01/02/1954	Neri Schaefer (idoso)	13	13,00	18	45,00	31	58,00	1,00	59,00	Aprovado
715	470178	06/11/1985	Marilene Bernardete Bressiani Baldissera	14	14,00	18	45,00	32	59,00	0,00	59,00	Aprovado
716	510527	23/02/1993	Roberta Weber	14	14,00	18	45,00	32	59,00	0,00	59,00	Aprovado
717	510601	13/02/1994	Sabrina Virtuoso Simoes Gueno	9	9,00	18	45,00	27	54,00	5,00	59,00	Aprovado
718	509971	27/04/1977	Ivanete Da Silva	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
719	510694	27/12/1979	Sirlene Aparecida Muller	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
720	509497	04/02/1982	Angeli Daros	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
721	510104	13/04/1993	Karine Magda Castilhos	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
722	509366	15/10/1993	Adrielly Franca De Almeida	14	14,00	16	40,00	30	54,00	5,00	59,00	Aprovado
723	509955	01/01/1963	Ione da Aparecida Fabrizio	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
724	477878	03/04/1964	Maria Ivorete Dal Santo Da Silva Pinto	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
725	510819	08/08/1976	Verediana Maria Giachini Gollo Gollo	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
726	473342	09/03/1977	Maibi Pinho	10	10,00	16	40,00	26	50,00	9,00	59,00	Aprovado
727	510302	28/09/1991	Mariana Thais Dutsol	20	20,00	14	35,00	34	55,00	4,00	59,00	Aprovado
728	509778	26/02/1980	Elisandra Gisele Cenci	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado
729	510643	22/11/1972	Silmara De Fatima Pedroso Duarte	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
730	509718	23/03/1976	Dulcemar Ines Pozzebon Vaz	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
731	509763	06/05/1978	Eliane Martins	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
732	510318	04/01/1984	Marinalda Arruda	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
733	510033	21/02/1991	Jessica Tairine Orso	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
734	510266	21/06/1976	Margarete Fatima Basso	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,65	58,65	Aprovado
735	509593	11/07/1951	Cleclene Rodrigues Deitos	14	14,00	16	40,00	30	54,00	4,60	58,60	Aprovado
736	510700	09/05/1980	Soeli Terezinha Veiga	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
737	510333	09/04/1984	Marisa Tiber Pontel	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado
738	509682	04/12/1995	Debora Figueiro	16	16,00	17	42,50	33	58,50	0,00	58,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

739	498776	26/05/1963	Mariliete Molinari	17	17,00	15	37,50	32	54,50	4,00	58,50	Aprovado
740	510580	19/10/1984	Rosiane Freire	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
741	510781	12/01/1986	Valeria Stormowski	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
742	510768	29/06/1989	Thaiza Dos Santos	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
743	509802	28/03/1991	Eliziani Teles	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
744	510235	27/11/1991	Maira Nancy Da Silva Novask	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
745	509518	05/03/1992	Bruna Mendonca	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
746	509446	21/03/1994	Ana Paula Koling	16	16,00	15	37,50	31	53,50	5,00	58,50	Aprovado
747	510558	02/03/1970	Rosangela Muller Wildner	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
748	510757	16/10/1976	Tatiana Moretto	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
749	509976	06/11/1977	Ivania Almeida	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
750	509467	24/06/1982	Andreia Franciela Weirich	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
751	510270	28/08/1982	Mari Cabral Dos Santos	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
752	509535	29/01/1983	Carla Leila Da Rocha Hermes	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
753	510731	16/01/1986	Suzana Aparecida Da Luz	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
754	469837	04/05/1965	Sarita Maria Pacheco De Paula Lopes	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
755	509540	14/09/1965	Carmen Lucia Marques Ferreira	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
756	510695	24/09/1966	Sirleni Veiga Ribeiro	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
757	510388	12/10/1987	Michell Cassol	11	11,00	17	42,50	28	53,50	4,80	58,30	Aprovado
758	510016	17/07/1987	Jaqueline Francisco Da Silva Kirchner	17	17,00	13	32,50	30	49,50	8,63	58,13	Aprovado
759	509372	30/08/1976	Alcione Terezinha Cassol Roduy	13	13,00	15	37,50	28	50,50	7,60	58,10	Aprovado
760	509527	11/03/1992	Camila Zanotelli	15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,50	58,00	Aprovado
761	487050	01/05/1977	Betania Cunico	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
762	510076	24/09/1984	Juliana Maria Gomes Farias	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
763	509890	17/07/1985	Gerusa Maica Nunes Innocente	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
764	509874	03/02/1993	Franzei Moraes De Oliveira	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
765	510707	20/04/1981	Sonia Evangelista De Resende	17	17,00	16	40,00	33	57,00	1,00	58,00	Aprovado
766	509642	20/12/1981	Daiane Caovilla De Carvalho	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
767	509999	16/08/1987	Janaina Masseias Ferreira	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
768	477922	21/11/1965	Ivone Maria Rodoi Sabka	9	9,00	16	40,00	25	49,00	9,00	58,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

769	510322	13/08/1971	Marines Vieira Borlini		9	9,00	16	40,00	25	49,00	9,00	58,00	Aprovado
770	484595	10/10/1982	Elisangela Bonfim		18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
771	509995	07/11/1984	Jacira Pereira Soares Borin		18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
772	509358	31/03/1985	Adriana Rodrigues Borges		18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
773	510102	08/02/1988	Karina Bertelli Terra		18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
774	510453	19/04/1991	Patricia Buenos		18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,00	58,00	Aprovado
775	509488	20/07/1976	Angela Cleia Carteri		14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
776	509799	28/12/1978	Elizangela Da Silva		14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
777	510645	24/10/1980	Silvana Aparecida Giacomini		14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
778	510025	07/12/1981	Jeruza Vanessa Lima		14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
779	510212	23/04/1982	Luciani Teresinha Knakeivicz		14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
780	510455	19/05/1990	Patricia De Oliveira Porto		14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
781	472155	19/06/1973	Neusa Maria Dos Santos De Carvalho		15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,00	57,50	Aprovado
782	510791	19/05/1974	Vanderleia Maria Bednarek Fior		15	15,00	17	42,50	32	57,50	0,00	57,50	Aprovado
783	510828	06/05/1977	Vivian Paixao		16	16,00	16	40,00	32	56,00	1,50	57,50	Aprovado
784	510508	15/11/1976	Rejane Morgenstern		20	20,00	15	37,50	35	57,50	0,00	57,50	Aprovado
785	509728	04/07/1982	Edina Carla Gressler		16	16,00	15	37,50	31	53,50	4,00	57,50	Aprovado
786	509813	28/10/1976	Eonara Aparecida Soares De Oliveira		15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
787	510007	05/03/1979	Janete Odorczyk		15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
788	509437	08/12/1989	Ana Lidia Romanini		15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
789	509522	07/05/1991	Camila Da Silva Pacheco		15	15,00	15	37,50	30	52,50	5,00	57,50	Aprovado
790	510340	30/01/1975	Maritania Via Piana Dos Santos		16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
791	510273	10/07/1986	Mari Neusa Dornelles Trevisan		14	14,00	17	42,50	31	56,50	0,75	57,25	Aprovado
792	509632	25/09/1995	Cynthia Antunes Caminski		13	13,00	16	40,00	29	53,00	4,25	57,25	Aprovado
793	509500	25/12/1975	Angelita Cortina Kolling		15	15,00	14	35,00	29	50,00	7,25	57,25	Aprovado
794	510192	12/06/1991	Luana Schnell		11	11,00	17	42,50	28	53,50	3,73	57,23	Aprovado
795	510525	22/02/1984	Roberta Maria Felipon		14	14,00	16	40,00	30	54,00	3,15	57,15	Aprovado
796	510097	02/04/1977	Juilete Giacomini		17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,00	57,00	Aprovado
797	509545	29/11/1993	Caroline Dos Santos		17	17,00	16	40,00	33	57,00	0,00	57,00	Aprovado
798	510637	04/04/1988	Shirley Nogueira Da Silva Soares		13	13,00	16	40,00	29	53,00	4,00	57,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

799	510816	16/03/1979	Vera Lucia Rodrigues Nicolli	12	12,00	16	40,00	28	52,00	5,00	57,00	Aprovado
800	510800	06/12/1988	Vanessa Mascarello	12	12,00	16	40,00	28	52,00	5,00	57,00	Aprovado
801	476866	22/03/1980	Sirlene Bongiorno Stieven	18	18,00	14	35,00	32	53,00	4,00	57,00	Aprovado
802	510328	17/05/1968	Marinez Terezinha Rita Aires Da Silva	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
803	470438	15/06/1980	Ediane Padilha De Oliveira Bertella	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
804	510069	05/12/1988	Juliana Da Silva Appelt	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
805	510135	09/07/1992	Kerolyn De Oliveira Martins	13	13,00	14	35,00	27	48,00	9,00	57,00	Aprovado
806	510349	09/08/1976	Marlei Vieira Da Rocha	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
807	509418	25/07/1984	Aline Raauvendaal	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,90	56,90	Aprovado
808	509825	17/08/1980	Evelyn Grazielle Geremias	15	15,00	15	37,50	30	52,50	4,40	56,90	Aprovado
809	476668	07/04/1952	Teresinha Fortes Vieira (idoso)	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
810	510547	10/04/1973	Rosangela Schroder	14	14,00	17	42,50	31	56,50	0,00	56,50	Aprovado
811	509925	20/07/1984	Gracieli Schneider Kovaleski	14	14,00	17	42,50	31	56,50	0,00	56,50	Aprovado
812	474145	07/11/1986	Eliamara Cansi	14	14,00	17	42,50	31	56,50	0,00	56,50	Aprovado
813	510494	15/10/1988	Raquel De Fatima Zeni	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,50	56,50	Aprovado
814	510078	06/07/1987	Juliana Mascarello De Souza	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
815	510019	11/10/1989	Jaqueline Roberta Kawalek	19	19,00	15	37,50	34	56,50	0,00	56,50	Aprovado
816	510346	13/07/1972	Mariza da Luz Boita	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
817	509935	08/03/1984	Ida Watermann Zuchi	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
818	509875	03/03/1989	Gabriela De Araujo Schoenberger	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
819	509857	29/10/1990	Fernanda Malacarne	14	14,00	15	37,50	29	51,50	5,00	56,50	Aprovado
820	470483	16/07/1966	Maria Do Carmo Batista Da Cruz Batista Da Cruz	13	13,00	15	37,50	28	50,50	6,00	56,50	Aprovado
821	470261	11/08/1973	Margarete Marcio	10	10,00	15	37,50	25	47,50	9,00	56,50	Aprovado
822	509689	06/06/1986	Denise Deffaveri Da Rosa	10	10,00	15	37,50	25	47,50	9,00	56,50	Aprovado
823	510738	06/02/1991	Tailini Gugel	10	10,00	15	37,50	25	47,50	9,00	56,50	Aprovado
824	487313	31/03/1964	Mara Teresinha Conterno	17	17,00	13	32,50	30	49,50	7,00	56,50	Aprovado
825	510256	13/04/1981	Marcia Sbeghen	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
826	510638	20/06/1986	Sidiane Dal Piva	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
827	510077	07/04/1991	Juliana Maria Paulino	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
828	478681	22/09/1994	Ana Paula Silva	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,75	56,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

829	510789	27/10/1994	Vanderleia Carlotto ..-	11	11,00	18	45,00	29	56,00	0,00	56,00	Aprovado
830	494983	12/12/1991	Priscila Kroth	13	13,00	17	42,50	30	55,50	0,50	56,00	Aprovado
831	509441	03/10/1971	Ana Oliveira	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
832	510614	08/11/1979	Sandra Gabiati	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
833	509696	24/08/1985	Diana Seiffert	17	17,00	15	37,50	32	54,50	1,50	56,00	Aprovado
834	510363	20/12/1971	Marlova Damo	21	21,00	14	35,00	35	56,00	0,00	56,00	Aprovado
835	509416	11/05/1984	Aline Patricia Da Silva	17	17,00	14	35,00	31	52,00	4,00	56,00	Aprovado
836	510719	13/10/1971	Sueli Claudia Berger	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
837	509354	29/10/1974	Adriana Ferronato	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
838	510201	31/05/1991	Luciana Fernandes Muller	16	16,00	14	35,00	30	51,00	5,00	56,00	Aprovado
839	510139	20/12/1969	Leandra Moreira Dutra Perosso	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
840	510046	10/01/1978	Joice Dalacorte Barcarolo	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
841	510505	11/09/1978	Regimara Orlandi Pesavento	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
842	509776	07/07/1981	Elisandra Cleonice Pritsch	12	12,00	14	35,00	26	47,00	9,00	56,00	Aprovado
843	510271	19/09/1971	Mari Lucia Lemes De Almeida	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
844	509455	30/11/1975	Anacir Zanon	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
845	510223	13/03/1968	Lucy Vera De Oliveira Netto	16	16,00	13	32,50	29	48,50	7,30	55,80	Aprovado
846	509769	22/05/1984	Eliane Woithoski	12	12,00	16	40,00	28	52,00	3,75	55,75	Aprovado
847	475803	02/07/1985	Luciana Barbosa Pedroso	13	13,00	17	42,50	30	55,50	0,00	55,50	Aprovado
848	510107	27/07/1992	Kassiana Batista	13	13,00	16	40,00	29	53,00	2,50	55,50	Aprovado
849	510110	10/12/1975	Katia Schwaab Drabach	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
850	510268	11/12/1969	Margarete Terezinha Dal Piva	13	13,00	15	37,50	28	50,50	5,00	55,50	Aprovado
851	509349	18/07/1973	Adriana Bianchessi	13	13,00	15	37,50	28	50,50	5,00	55,50	Aprovado
852	509899	18/08/1980	Gilvana Aparecida Werner Restirola	13	13,00	15	37,50	28	50,50	5,00	55,50	Aprovado
853	488447	11/04/1970	Solange Maria Schneider Costa	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
854	510398	18/08/1993	Monica Arcari	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
855	510101	27/04/1995	Karina Zanella	16	16,00	15	37,50	31	53,50	1,80	55,30	Aprovado
856	471578	27/09/1985	Graziane Zancanaro	14	14,00	14	35,00	28	49,00	6,30	55,30	Aprovado
857	509919	06/08/1985	Graciela Gotardo	11	11,00	16	40,00	27	51,00	4,15	55,15	Aprovado
858	509725	05/01/1977	Edileide Dos Santos Rabelo Pereira	10	10,00	17	42,50	27	52,50	2,63	55,13	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

859	510353	19/02/1978	Marli Correa Martins	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
860	510226	19/07/1987	Luziana Barros Barbieri	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
861	472184	27/09/1987	Naiana Lourenco Da Silva Da Luz	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado
862	509866	06/10/1978	Francieli Gallon	16	16,00	14	35,00	30	51,00	4,00	55,00	Aprovado
863	509660	26/09/1980	Daniela Lara	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
864	510512	14/03/1987	Renata Granoski	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
865	510083	29/07/1993	Juliana Velasque Antunes	15	15,00	14	35,00	29	50,00	5,00	55,00	Aprovado
866	510421	18/09/1976	Neiva Dreher	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
867	509977	26/08/1977	Ivania Salvagni	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
868	509552	26/03/1982	Cassiana Rafaeli	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
869	509690	16/02/1984	Denise Kessler	11	11,00	14	35,00	25	46,00	9,00	55,00	Aprovado
870	509983	09/07/1962	Ivone Cararo	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
871	510011	10/12/1981	Janice Santos	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
872	509477	22/04/1993	Andressa Canalli	12	12,00	17	42,50	29	54,50	0,48	54,98	Aprovado
873	510342	27/08/1989	Mariavania Rostirolla	13	13,00	16	40,00	29	53,00	1,70	54,70	Aprovado
874	492778	11/01/1983	Ezandra Pizzatto	12	12,00	14	35,00	26	47,00	7,65	54,65	Aprovado
875	509665	23/05/1996	Daniela Patricia Vorma	12	12,00	17	42,50	29	54,50	0,00	54,50	Aprovado
876	492427	07/09/1970	Sirley Pedroso Da Silva Monego	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
877	509740	26/08/1978	Edna Maggioni Ransolin	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
878	510250	21/04/1983	Marcia Fatima Gonsalves	17	17,00	15	37,50	32	54,50	0,00	54,50	Aprovado
879	510203	30/07/1978	Luciana Lunelli Saretto	13	13,00	15	37,50	28	50,50	4,00	54,50	Aprovado
880	497259	17/05/1976	Sonia Maria Gomes De Oliveira De	12	12,00	15	37,50	27	49,50	5,00	54,50	Aprovado
881	510683	19/03/1986	Simoni Nardino	12	12,00	15	37,50	27	49,50	5,00	54,50	Aprovado
882	510648	13/10/1971	Silvana De Fatima Gosch	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
883	510642	13/12/1975	Sidonia Malgarete Codogno	13	13,00	13	32,50	26	45,50	9,00	54,50	Aprovado
884	510126	23/03/1992	Kelli Schmidt	14	14,00	16	40,00	30	54,00	0,20	54,20	Aprovado
885	509941	21/03/1978	Ilda Werlang Benetti	12	12,00	16	40,00	28	52,00	2,10	54,10	Aprovado
886	510825	01/09/1976	Vilma Viera	14	14,00	16	40,00	30	54,00	0,00	54,00	Aprovado
887	510739	08/08/1994	Tainara Andresa Follmann Capelezzo	14	14,00	16	40,00	30	54,00	0,00	54,00	Aprovado
888	510281	08/11/1995	Maria Caroline Schneider	14	14,00	16	40,00	30	54,00	0,00	54,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

889	509815	11/03/1974	Eronita Serpa Dariff	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
890	510225	22/06/1985	Luzia Fatima Vargas	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
891	510760	19/08/1992	Tatiane Paula Dos Santos Giombelli	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
892	509478	29/05/1995	Andressa Deffaveri	14	14,00	14	35,00	28	49,00	5,00	54,00	Aprovado
893	509463	14/09/1977	Andreia Capeleto	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
894	510471	03/04/1984	Paula Loss	10	10,00	14	35,00	24	45,00	9,00	54,00	Aprovado
895	474356	09/12/1976	Sidinea De Amaral	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
896	510654	12/08/1977	Silvana Schmidt	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
897	510150	20/04/1987	Leonice De Matos	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
898	509657	22/08/1994	Daniela Carneiro	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
899	509765	25/04/1993	Eliane Poliane Plucinski	14	14,00	15	37,50	29	51,50	2,00	53,50	Aprovado
900	510690	30/03/1977	Sirlei Lucia Artuzi	11	11,00	15	37,50	26	48,50	5,00	53,50	Aprovado
901	509806	06/01/1965	Elvira Aparecida Roza Dutkevitz	17	17,00	13	32,50	30	49,50	4,00	53,50	Aprovado
902	509393	04/02/1983	Alexandra Severo	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
903	509707	26/08/1968	Dilva Maria Fiori	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
904	510699	05/01/1972	Soeli Aparecida De Araujo	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
905	510370	03/12/1972	Mauriceia Fabiana Bones Dornelles	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
906	510630	20/01/1980	Sebastiana Oliveira	12	12,00	13	32,50	25	44,50	9,00	53,50	Aprovado
907	509695	24/10/1985	Devanir Moraes	8	8,00	18	45,00	26	53,00	0,00	53,00	Aprovado
908	509896	22/08/1994	Gianna Marin	13	13,00	16	40,00	29	53,00	0,00	53,00	Aprovado
909	510158	22/09/1994	Leticia Sartori	13	13,00	16	40,00	29	53,00	0,00	53,00	Aprovado
910	510682	02/02/1980	Simone Vogt	9	9,00	14	35,00	23	44,00	9,00	53,00	Aprovado
911	509812	20/07/1959	Eni Winckler Ramos	14	14,00	12	30,00	26	44,00	9,00	53,00	Aprovado
912	510759	12/08/1992	Tatiane Fatima Piccolotto	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,40	52,90	Aprovado
913	509434	29/09/1981	Ana Cleia Soares	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,00	52,50	Aprovado
914	510646	15/04/1995	Silvana Basso	15	15,00	15	37,50	30	52,50	0,00	52,50	Aprovado
915	509503	23/04/1965	Antonia Loiza Perin Bianchi	10	10,00	15	37,50	25	47,50	5,00	52,50	Aprovado
916	510603	02/02/1988	Saionara Tarzo	10	10,00	15	37,50	25	47,50	5,00	52,50	Aprovado
917	509472	14/12/1981	Andreia Rampanelli Morescho	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
918	509950	04/09/1962	Inez Nardi	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

919	509385	08/05/1991	Alessandra Terres Santos	15	15,00	14	35,00	29	50,00	2,23	52,23	Aprovado
920	493229	14/03/1985	Lisiane Fortes Pires	12	12,00	16	40,00	28	52,00	0,00	52,00	Aprovado
921	471497	20/08/1966	Mara Lucia Morais Berger	3	3,00	16	40,00	19	43,00	9,00	52,00	Aprovado
922	472722	22/10/1962	Ledi Saete Vaz	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
923	509563	08/05/1990	Charlisa Correa Dos Santos	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
924	509627	23/08/1991	Cristina Aparecida Da Silva Portella	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
925	510701	18/11/1992	Solange Cavaleiro De Arruda	12	12,00	14	35,00	26	47,00	5,00	52,00	Aprovado
926	510813	10/06/1976	Vardete Tania Pereira Putzel Rodrigues	17	17,00	12	30,00	29	47,00	5,00	52,00	Aprovado
927	509840	08/10/1981	Fabricia Fernandes Ferreira	17	17,00	12	30,00	29	47,00	5,00	52,00	Aprovado
928	510179	26/09/1965	Loreni De Fatima Da Silva Da Silva	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
929	509980	22/06/1970	Ivania Maria Ferreira	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
930	510026	28/03/1991	Jesica Aline Cavaleiro	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
931	510296	03/10/1977	Maria Rosemilda Pereira	9	9,00	16	40,00	25	49,00	2,80	51,80	Aprovado
932	509433	21/06/1992	Ana Claudia Alves Padilha	15	15,00	14	35,00	29	50,00	1,75	51,75	Aprovado
933	510307	03/05/1978	Mariclea Putzel	14	14,00	15	37,50	29	51,50	0,00	51,50	Aprovado
934	509491	13/04/1983	Angela Eva Secco	14	14,00	15	37,50	29	51,50	0,00	51,50	Aprovado
935	510796	18/04/1991	Vanessa Da Silva	12	12,00	15	37,50	27	49,50	2,00	51,50	Aprovado
936	510352	31/12/1970	Marleni Hahne	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado
937	509909	20/01/1981	Gislaine Ficagna	10	10,00	13	32,50	23	42,50	9,00	51,50	Aprovado
938	510553	22/07/1977	Rosângela Emília Lemes Lanzarin Matana	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado
939	509775	22/09/1983	Elisandra Beatris Kempf	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado
940	510639	22/11/1984	Sidiani Quadri	11	11,00	16	40,00	27	51,00	0,00	51,00	Aprovado
941	510375	27/04/1983	Melina Nunes	10	10,00	16	40,00	26	50,00	1,00	51,00	Aprovado
942	510545	22/08/1975	Rosane Rosalen	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
943	474351	23/09/1984	Sandra Mariga	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
944	510188	07/03/1988	Luana De Miranda	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
945	509447	27/09/1989	Ana Paula Pereira Da Silva	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado
946	509592	02/02/1974	Cleci Milan Valandro	11	11,00	14	35,00	25	46,00	5,00	51,00	Aprovado
947	510053	01/12/1983	Josemara Maria Ribeiro Rossoni	11	11,00	14	35,00	25	46,00	5,00	51,00	Aprovado
948	510687	31/08/1987	Sineidi Tania Beutler	11	11,00	14	35,00	25	46,00	5,00	51,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

949	510343	12/01/1973	Marivete Inês Feldmann Krindges	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
950	510099	16/08/1979	Karen Sebben	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
951	509713	09/09/1974	Dirlei Salete Oldoni Bordignon	13	13,00	15	37,50	28	50,50	0,00	50,50	Aprovado
952	510327	17/01/1978	Marinete Glienke	13	13,00	15	37,50	28	50,50	0,00	50,50	Aprovado
953	509872	31/03/1973	Francisca Gisele	10	10,00	16	40,00	26	50,00	0,00	50,00	Aprovado
954	510628	21/10/1989	Scheila De Jesus Rodrigues	10	10,00	16	40,00	26	50,00	0,00	50,00	Aprovado
955	509981	03/03/1969	Ivanir Braatz Almeida	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
956	509754	19/04/1987	Eliane Alves Pereira	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
957	510096	10/04/1988	Jussara Zandonai	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
958	509879	24/08/1994	Gabriela Nardi	14	14,00	14	35,00	28	49,00	1,00	50,00	Aprovado
959	509796	29/01/1983	Elizandra Antunes	10	10,00	14	35,00	24	45,00	5,00	50,00	Aprovado
960	509833	11/04/1984	Fabiane Moreto	11	11,00	13	32,50	24	43,50	6,50	50,00	Aprovado
961	510361	16/12/1973	Marlisa Aparecida Cinelli Moura Dos Santos	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
962	509438	07/08/1984	Ana Mara Venancio Petry	11	11,00	12	30,00	23	41,00	9,00	50,00	Aprovado
963	488730	30/06/1950	Doraci Grutka (idoso)	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
964	510275	25/10/1966	Maria Marlene Hochmann	12	12,00	15	37,50	27	49,50	0,00	49,50	Aprovado
965	474621	12/01/1962	Nelsi Terezinha Mecabo	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
966	472014	01/03/1965	Nerilde Maffessoni Lanzarin	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
967	510686	02/12/1988	Síndia Francescon	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
968	510230	25/05/1991	Magda Do Nascimento	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
969	509395	31/12/1979	Alexsandra Barrionuevo	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
970	509382	11/08/1989	Alessandra Maschio	12	12,00	13	32,50	25	44,50	5,00	49,50	Aprovado
971	510002	19/05/1972	Jane Mara Dal Piva	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
972	510020	19/04/1987	Jaqueline Tatiane Zuffo Petry	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
973	510503	28/12/1992	Regiane Schinaider	15	15,00	13	32,50	28	47,50	1,68	49,18	Aprovado
974	509727	24/10/1985	Edimara Pedroso Da Silva	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
975	509405	26/04/1991	Alleh Favad	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
976	510289	17/05/1964	Maria Iridan Fortes De Jesus	9	9,00	14	35,00	23	44,00	5,00	49,00	Aprovado
977	510120	21/08/1984	Keille Nicolini	14	14,00	12	30,00	26	44,00	5,00	49,00	Aprovado
978	510051	07/02/1971	Joseli Romanoski De Moura	10	10,00	12	30,00	22	40,00	9,00	49,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

979	509766	02/08/1990	Eliane Schmitz Pegoraro	10	10,00	12	30,00	22	40,00	9,00	49,00	Aprovado
980	509929	01/03/1949	Guimar Lunardi Da Silva (idoso)	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
981	510586	15/04/1970	Rosinha Linhares De Moura Boita	11	11,00	15	37,50	26	48,50	0,00	48,50	Aprovado
982	509781	04/10/1981	Elisangela De Oliveira	11	11,00	13	32,50	24	43,50	5,00	48,50	Aprovado
983	510833	08/12/1960	Zeli Josefina Benatti Chiele	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
984	509605	21/04/1975	Cleusa Dos Santos	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
985	509817	20/08/1976	Estela Pereira N Eckel	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
986	510205	21/09/1984	Luciana Moreira Da Silva	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
987	510103	07/03/1994	Karina Mello Colaco Bombieri	13	13,00	14	35,00	27	48,00	0,00	48,00	Aprovado
988	471718	14/07/1977	Juliane Castelli De Souza	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
989	509620	29/07/1990	Cristiane Massi	10	10,00	15	37,50	25	47,50	0,00	47,50	Aprovado
990	510152	06/03/1967	Leonir Lourdes Fragoso	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
991	509379	04/08/1981	Alessandra De Oliveira Leite	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
992	509340	23/06/1989	Adair Renan Soares De Oliveira	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
993	509741	21/04/1979	Edreane Lamperti Marchetti	10	10,00	13	32,50	23	42,50	5,00	47,50	Aprovado
994	509490	10/02/1987	Angela Deliberali Smaniotto	10	10,00	13	32,50	23	42,50	5,00	47,50	Aprovado
995	509719	23/11/1983	Dulciane Ap.padilha Coltro	12	12,00	14	35,00	26	47,00	0,00	47,00	Aprovado
996	473803	23/09/1987	Ana Patricia Campos Antunes	12	12,00	14	35,00	26	47,00	0,00	47,00	Aprovado
997	509987	16/08/1967	Ivone Maria Paglia	13	13,00	12	30,00	25	43,00	4,00	47,00	Aprovado
998	471449	22/09/1961	Marlene Terezinha Marchiori	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
999	509988	22/11/1965	Ivone Tarouco Golart Werlang	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
1000	510454	23/10/1982	Patricia Da Silva Bombassaro	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
1001	510304	18/10/1991	Mariane Pino Tomkiel	12	12,00	12	30,00	24	42,00	5,00	47,00	Aprovado
1002	510577	01/10/1970	Rosemari Rosa Da Silva De Carli	9	9,00	13	32,50	22	41,50	5,00	46,50	Aprovado
1003	510232	07/04/1991	Maiara Paula Peres Presotto	11	11,00	12	30,00	23	41,00	5,00	46,00	Aprovado
1004	510705	10/08/1972	Sonia Aparecida Quadros Appel Appel	7	7,00	12	30,00	19	37,00	9,00	46,00	Aprovado
1005	495806	09/04/1964	Neusa Carvalho	13	13,00	13	32,50	26	45,50	0,00	45,50	Aprovado
1006	510381	28/01/1991	Michel Caetano Pinto	13	13,00	13	32,50	26	45,50	0,00	45,50	Aprovado
1007	509346	01/03/1976	Adriana Rostirola	13	13,00	11	27,50	24	40,50	5,00	45,50	Aprovado
1008	510274	20/05/1965	Mari Stachak	6	6,00	12	30,00	18	36,00	9,00	45,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1009	510397	19/07/1965	Mirlene Deitos De Oliveira	11	11,00	10	25,00	21	36,00	9,00	45,00	Aprovado
1010	510444	23/06/1979	Odete Ferreira Kuhn	12	12,00	13	32,50	25	44,50	0,00	44,50	Aprovado
1011	510802	14/01/1994	Vanessa Moresco Lemes Da Silva	12	12,00	11	27,50	23	39,50	5,00	44,50	Aprovado
1012	470831	02/09/1995	Daiana Carina De Sousa	9	9,00	14	35,00	23	44,00	0,00	44,00	Aprovado
1013	471078	18/11/1978	Madalena De Oliveira	14	14,00	12	30,00	26	44,00	0,00	44,00	Aprovado
1014	476419	19/08/1983	Juliane Alves Padilha	14	14,00	12	30,00	26	44,00	0,00	44,00	Aprovado
1015	509470	11/04/1984	Andreia Pasin	14	14,00	12	30,00	26	44,00	0,00	44,00	Aprovado
1016	509645	08/09/1994	Daiane Moreto	14	14,00	12	30,00	26	44,00	0,00	44,00	Aprovado
1017	510094	01/03/1958	Jussara Nonnenmacher	9	9,00	12	30,00	21	39,00	5,00	44,00	Aprovado
1018	510588	22/10/1968	Rosmari Do Nascimento Silva	11	11,00	13	32,50	24	43,50	0,00	43,50	Aprovado
1019	509864	06/07/1983	Franciele Bejamini	13	13,00	12	30,00	25	43,00	0,00	43,00	Aprovado
1020	510189	27/05/1993	Luana Fernandes	13	13,00	10	25,00	23	38,00	5,00	43,00	Aprovado
1021	509723	04/06/1990	Ediana Cirino De Almeida	9	9,00	10	25,00	19	34,00	9,00	43,00	Aprovado
1022	510806	29/05/1989	Vanete Alves	10	10,00	13	32,50	23	42,50	0,00	42,50	Aprovado
1023	510064	05/11/1985	Juciane Scalcon	9	9,00	13	32,50	22	41,50	1,00	42,50	Aprovado
1024	509600	25/12/1987	Cleonice Da Silva	11	11,00	12	30,00	23	41,00	1,25	42,25	Aprovado
1025	509788	14/09/1991	Elisete Giacomini	12	12,00	12	30,00	24	42,00	0,00	42,00	Aprovado
1026	509350	27/03/1980	Adriana Candido De Jesus	14	14,00	11	27,50	25	41,50	0,00	41,50	Aprovado
1027	510004	18/01/1975	Janete Jandira Groth Pratti	14	14,00	9	22,50	23	36,50	5,00	41,50	Aprovado
1028	509949	30/03/1961	Ines Fiabani Da Luz	10	10,00	9	22,50	19	32,50	9,00	41,50	Aprovado
1029	509487	19/04/1986	Angela Golin	6	6,00	14	35,00	20	41,00	0,00	41,00	Aprovado
1030	510673	26/04/1986	Simone Elandrina Baggio	7	7,00	10	25,00	17	32,00	9,00	41,00	Aprovado
1031	470826	11/04/1983	Micheli Dezen	15	15,00	10	25,00	25	40,00	0,00	40,00	Aprovado
1032	484350	01/09/1989	Ana Paula Padilha Da Silva	12	12,00	11	27,50	23	39,50	0,00	39,50	Aprovado
1033	509716	10/03/1969	Dorilde Rodrigues	10	10,00	8	20,00	18	30,00	9,00	39,00	Aprovado
1034	510171	27/10/1963	Liraci Lourdes Puton	11	11,00	11	27,50	22	38,50	0,00	38,50	Aprovado
1035	510500	19/07/1981	Raquel De Fatima Do Nascimento	11	11,00	11	27,50	22	38,50	0,00	38,50	Aprovado
1036	510091	06/02/1983	Jusimar Vawczyniak	10	10,00	11	27,50	21	37,50	0,00	37,50	Aprovado
1037	509693	11/10/1979	Deonilda Wawczyniak	8	8,00	11	27,50	19	35,50	0,00	35,50	Aprovado
1038	510469	25/07/1991	Patricia Rosana De Campos	13	13,00	9	22,50	22	35,50	0,00	35,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1039	510293	07/07/1984	Maria Janice Gomes Sebben	14	14,00	5	12,50	19	26,50	9,00	35,50	Aprovado
1040	510339	06/03/1974	Maritanea Romanzini	10	10,00	8	20,00	18	30,00	5,00	35,00	Aprovado
1041	498004	22/12/1974	Neusa Maria F Novello	16	16,00	7	17,50	23	33,50	0,00	33,50	Aprovado
1042	509752	07/06/1973	Eliane Brunetto Gemelli	13	13,00	8	20,00	21	33,00	0,00	33,00	Aprovado
1043	510774	02/02/1977	Valcir Bitello	13	13,00	6	15,00	19	28,00	5,00	33,00	Aprovado
1044	488701	27/12/1973	Claudete Aparecida Padilha	12	12,00	8	20,00	20	32,00	0,00	32,00	Aprovado
1045	509750	25/09/1970	Elenita Rosa	18	18,00	1	2,50	19	20,50	9,00	29,50	Aprovado
1046	510300	16/05/1953	Maria Zeli Ferreira	18	18,00	1	2,50	19	20,50	8,50	29,00	Aprovado
1047	510573	14/10/1972	Roseli De Vargas	16	16,00	4	10,00	20	26,00	2,55	28,55	Aprovado
1048	509678	21/10/1974	Dayana Loreci Huning Pedroso	15	15,00	5	12,50	20	27,50	0,00	27,50	Aprovado
1049	510052	22/10/1977	Joselia Gomes Gargioni	12	12,00	6	15,00	18	27,00	0,00	27,00	Aprovado
1050	509644	27/12/1989	Daiane Moraes Sgarbossa	8	8,00	4	10,00	12	18,00	9,00	27,00	Aprovado
1051	510511	13/06/1984	Renata Fortunatti	13	13,00	3	7,50	16	20,50	5,00	25,50	Aprovado
1052	509523	24/09/1990	Camila Dos De Medeiros	15	15,00	4	10,00	19	25,00	0,00	25,00	Aprovado
1053	509599	28/04/1979	Cleonice Arruda	10	10,00	2	5,00	12	15,00	9,00	24,00	Aprovado
1054	509411	08/08/1989	Aline Fiori	14	14,00	0	0,00	14	14,00	9,00	23,00	Aprovado
1055	509902	19/12/1964	Giomar Maria Poletto Heck	16	16,00	2	5,00	18	21,00	0,50	21,50	Aprovado
1056	510172	28/04/1980	Lisiane Medianeira Lopes Dos Santos Simoni	10	10,00	4	10,00	14	20,00	0,00	20,00	Aprovado
	509412	11/06/1990	Aline Guzzo	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	496425	09/10/1951	Ana Hortencia Soares Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509603	06/03/1982	Cleto Schuster	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509622	18/03/1995	Cristiane Rosa Antunes Maciel	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509666	21/01/1976	Daniela Rodrigues Soares	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509677	23/04/1983	Dayame Stuari	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509686	31/12/1965	Delci Salete Da Silva Vieira	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509688	25/07/1986	Denise Aparecida Sabedot Perret	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509729	11/07/1984	Edina Paula Colella	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509774	14/01/1981	Elisabete Lopes	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509893	22/09/1992	Gessica Vanderleia Kochem	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509933	22/11/1977	Herley Janaina Lima Bourscheid	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

509952	14/01/1977	Ingracir Verrel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
509954	01/05/1990	Ionara Fideles Chaga	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
478201	19/03/1989	Jaqueline Vezaro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510036	23/06/1979	Joao Carlos Gonsalves De Paula	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510100	25/12/1979	Kariane Pasin Martins	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510169	27/06/1983	Liliane Serpa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510198	07/05/1977	Luciana Caon Stimer	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510209	04/04/1986	Luciane Pedarsini	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
476453	06/09/1987	Luziana Arruda Baggio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510237	04/05/1981	Manoela Do Nascimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510255	21/06/1985	Marcia Raquel Chiuza Brizola	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510284	14/10/1952	Maria De Lourdes Kirschner	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
493097	03/11/1990	Marizane Sbeghen	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510390	28/05/1986	Micheline Shessarenko	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510437	05/07/1970	Noeli Fatima Lanzarini	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
474249	23/07/1977	Patricia Nubia Alves De Oliveira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510470	25/08/1982	Patricia Wegner	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510576	13/07/1962	Rosemari Garcia Salmoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
484333	27/02/1980	Sandra De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510684	01/08/1995	Sinara Bones Padilha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
500376	30/11/1989	Sirlei Rigo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510778	15/03/1975	Valdezia Terezinha Schweikart Kistemacher	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
510814	06/11/1963	Velci Teresinha Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Ensino Religioso

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	471440	30/05/1975	Neuzair Cordeiro Peiter	19	19,00	13	32,50	32	51,50	9,00	60,50	Aprovado
2	482485	23/12/1990	Paulo Acacio Amarante Vasconcelos Soares	22	22,00	14	35,00	36	57,00	0,00	57,00	Aprovado
3	510288	18/04/1973	Maria Helena Giovannetti	19	19,00	11	27,50	30	46,50	9,00	55,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4	509371	21/06/1988	Alan Diego Dos Santos	20	20,00	13	32,50	33	52,50	0,00	52,50	Aprovado
5	478385	06/01/1972	Elaine Aparecida Sganzerla	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
6	472956	20/02/1976	Aguinaldo Da Rosa	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
7	500855	28/06/1987	Carlos Eduardo Vaz	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
8	501596	10/05/1962	Ademir Andrighi	19	19,00	11	27,50	30	46,50	5,00	51,50	Aprovado
9	485365	30/10/1986	Luiz Carlos De Abreu	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
10	473873	10/01/1969	Silvino Michatowski	13	13,00	11	27,50	24	40,50	9,00	49,50	Aprovado
11	478161	02/05/1979	Evaldo Andre Sperry	18	18,00	12	30,00	30	48,00	0,00	48,00	Aprovado
12	480894	16/10/1975	Avalcir Rita Ferrari Begnini	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
13	477358	22/07/1989	Denner Souza Fernandes	17	17,00	12	30,00	29	47,00	0,00	47,00	Aprovado
14	510187	12/02/1987	Luana De Araujo Galiano Cereza	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
15	472577	15/10/1977	Marcelly Carmielletto Gazoni	18	18,00	9	22,50	27	40,50	5,25	45,75	Aprovado
16	491655	06/08/1987	Leia De Resende	13	13,00	13	32,50	26	45,50	0,00	45,50	Aprovado
17	493124	23/10/1977	Marcos Rogério Pinto	17	17,00	11	27,50	28	44,50	0,00	44,50	Aprovado
18	509384	05/04/1974	Alessandra Pellizzaro Trombetta	13	13,00	11	27,50	24	40,50	4,00	44,50	Aprovado
19	487466	08/09/1970	Iane Medeiros Gomes	16	16,00	11	27,50	27	43,50	0,00	43,50	Aprovado
20	471758	29/03/1964	Aurelia Batista Ferreira	12	12,00	10	25,00	22	37,00	5,00	42,00	Aprovado
21	482653	14/01/1979	Vanderlei Kuhn	21	21,00	8	20,00	29	41,00	0,00	41,00	Aprovado
22	509609	07/05/1982	Clovis Pasinato	21	21,00	8	20,00	29	41,00	0,00	41,00	Aprovado
23	471901	03/01/1975	Rosane Begnini Da Silva	9	9,00	9	22,50	18	31,50	9,00	40,50	Aprovado
24	484776	26/12/1983	Alexandre Luiz Dalagasperina	17	17,00	9	22,50	26	39,50	0,00	39,50	Aprovado
25	510021	07/09/1979	Jaqueline Webler	23	23,00	3	7,50	26	30,50	0,00	30,50	Aprovado
26	510575	07/08/1971	Roselinda Vangri Inacio	10	10,00	3	7,50	13	17,50	0,00	17,50	Aprovado
	500344	26/03/1974	Rosangela Balerini	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	500702	29/07/1993	Elivelton Barki	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Geografia |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	482396	24/03/1989	Greice Kelly Perske Da Silva	23	23,00	13	32,50	36	55,50	6,30	61,80	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2	475906	26/05/1984	Flavia Perim	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
3	488200	29/06/1975	Janai Juceia De Oliveira Trindade	23	23,00	13	32,50	36	55,50	0,70	56,20	Aprovado
4	509357	22/03/1987	Adriana Matheus	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
5	493599	25/11/1986	Aline Ludwig	23	23,00	9	22,50	32	45,50	8,88	54,38	Aprovado
6	509520	24/05/1989	Bruno De Matos Casaca	20	20,00	11	27,50	31	47,50	5,00	52,50	Aprovado
7	478204	11/10/1982	Eleziane Fatima Ecker	17	17,00	10	25,00	27	42,00	9,00	51,00	Aprovado
8	471416	06/08/1951	Inocencia Nunes (idoso)	14	14,00	11	27,50	25	41,50	9,00	50,50	Aprovado
9	470165	05/02/1980	Sabhrina Lya Pezenatto Piazza Frigeri	17	17,00	12	30,00	29	47,00	3,50	50,50	Aprovado
10	510820	20/01/1975	Verenice Fatima spolti Dos Santos	19	19,00	9	22,50	28	41,50	9,00	50,50	Aprovado
11	471195	28/04/1968	Rosemeri Antonini	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
12	491354	06/10/1982	Aline Marcante Dos Santos	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
13	470750	28/03/1990	Daniel Pecanha Da Silva Coletto	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
14	492420	29/05/1952	Maria Isabel Bertoncello	20	20,00	8	20,00	28	40,00	9,00	49,00	Aprovado
15	470100	13/10/1958	Eloa de Fátima Mainardi	12	12,00	11	27,50	23	39,50	9,00	48,50	Aprovado
16	495267	09/09/1977	Luciane Salete Spezia	21	21,00	9	22,50	30	43,50	5,00	48,50	Aprovado
17	475797	03/12/1987	Josiane Damaceno	17	17,00	10	25,00	27	42,00	5,00	47,00	Aprovado
18	509343	13/11/1981	Adilson Veronezi	16	16,00	10	25,00	26	41,00	5,00	46,00	Aprovado
19	510037	04/04/1988	Joao Krames	20	20,00	8	20,00	28	40,00	5,00	45,00	Aprovado
20	471331	07/10/1973	Rosimar De Fatima Ferreira	16	16,00	8	20,00	24	36,00	9,00	45,00	Aprovado
21	473226	25/10/1962	Marli Rosa Girardi	13	13,00	9	22,50	22	35,50	9,00	44,50	Aprovado
22	470361	03/09/1967	Jacinta Gatto De Vitt	18	18,00	7	17,50	25	35,50	9,00	44,50	Aprovado
23	481868	17/05/1976	Luiz Amarildo Sagaz	19	19,00	10	25,00	29	44,00	0,00	44,00	Aprovado
24	478058	20/07/1984	Jocelia Spagnol	17	17,00	9	22,50	26	39,50	4,00	43,50	Aprovado
25	479113	27/10/1981	Vivian Geske	14	14,00	9	22,50	23	36,50	6,20	42,70	Aprovado
26	475885	08/09/1986	Adan Geovani De Almeida Campos	17	17,00	8	20,00	25	37,00	5,00	42,00	Aprovado
27	475772	10/07/1963	Maristella Lucia Cella	16	16,00	8	20,00	24	36,00	5,90	41,90	Aprovado
28	500995	03/06/1988	Daniela Lassen	19	19,00	7	17,50	26	36,50	5,00	41,50	Aprovado
29	484395	10/12/1992	Flavia Carla Vacarin	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado
30	500296	09/08/1994	Matheus Kochemborger	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado
31	488214	15/05/1966	Fatima Antunes Da Silva	12	12,00	8	20,00	20	32,00	9,00	41,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

32	497505	16/07/1995	Murilo Henrique Milani	19	19,00	8	20,00	27	39,00	1,88	40,88	Aprovado
33	472785	08/08/1981	Maritania Secco	18	18,00	9	22,50	27	40,50	0,00	40,50	Aprovado
34	473794	27/05/1990	Carliane Nogueira	14	14,00	7	17,50	21	31,50	9,00	40,50	Aprovado
35	499727	30/08/1975	Rosalina Da Silva Oliveira	16	16,00	6	15,00	22	31,00	9,00	40,00	Aprovado
36	509826	11/01/1983	Ezandra Pizzatto	12	12,00	8	20,00	20	32,00	7,65	39,65	Aprovado
37	496215	12/12/1990	Hadassa Dutkevitz	17	17,00	9	22,50	26	39,50	0,00	39,50	Aprovado
38	495343	23/06/1991	Ivan Luis Kirchner Eidt	15	15,00	9	22,50	24	37,50	1,70	39,20	Aprovado
39	470401	01/12/1970	Paulo De Oliveira Gomes	19	19,00	8	20,00	27	39,00	0,00	39,00	Aprovado
40	510140	06/08/1987	Leia De Resende	13	13,00	10	25,00	23	38,00	0,00	38,00	Aprovado
41	469899	17/12/1978	Tony Marcello Lima Ferraz	18	18,00	8	20,00	26	38,00	0,00	38,00	Aprovado
42	494847	29/06/1959	Marli Fatima Bulegon	14	14,00	6	15,00	20	29,00	9,00	38,00	Aprovado
43	479066	01/08/1947	Irene Silva Cima (idoso)	11	11,00	7	17,50	18	28,50	9,00	37,50	Aprovado
44	471713	24/09/1987	Gissele Ganza	15	15,00	9	22,50	24	37,50	0,00	37,50	Aprovado
45	473109	22/09/1983	Luana Lise	16	16,00	5	12,50	21	28,50	9,00	37,50	Aprovado
46	479801	25/08/1982	Franciela Gugel	14	14,00	7	17,50	21	31,50	5,00	36,50	Aprovado
47	500251	11/04/1989	Cristiane Danieli Deimling	16	16,00	8	20,00	24	36,00	0,00	36,00	Aprovado
48	480521	01/01/1953	Valdemir Maria Valmorbidia	15	15,00	8	20,00	23	35,00	0,00	35,00	Aprovado
49	474221	03/04/1957	Izelo Benedito Borghezian	16	16,00	7	17,50	23	33,50	0,00	33,50	Aprovado
50	479155	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro	15	15,00	7	17,50	22	32,50	1,00	33,50	Aprovado
51	483558	27/07/1990	Daniela Loureiro	15	15,00	7	17,50	22	32,50	0,25	32,75	Aprovado
52	490993	23/07/1960	Nelsi Zancanaro	12	12,00	8	20,00	20	32,00	0,00	32,00	Aprovado
53	495741	15/08/1968	Elza Piedade De Souza Lacerda	19	19,00	5	12,50	24	31,50	0,00	31,50	Aprovado
54	499494	08/06/1982	Clederson Camargo	11	11,00	8	20,00	19	31,00	0,00	31,00	Aprovado
55	495678	27/08/1983	Gisele De Paula Silveira	11	11,00	8	20,00	19	31,00	0,00	31,00	Aprovado
56	469858	03/10/1994	Ana Claudia Senhor	14	14,00	4	10,00	18	24,00	5,00	29,00	Aprovado
57	473188	20/03/1980	Neonimi Triches	10	10,00	6	15,00	16	25,00	0,00	25,00	Aprovado
58	492861	19/12/1964	Nereci Terezinha Tonini	13	13,00	3	7,50	16	20,50	0,00	20,50	Aprovado
	494500	19/03/1963	Gilmar Fagundes	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	492325	05/08/1992	Karine Callegari	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	470791	09/04/1987	Luciano Sartori	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	500659	07/07/1968	Mareni De Fatima Rosa Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
História												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	484558	06/12/1976	Janete De Fatima Barause Neri	22	22,00	16	40,00	38	62,00	10,00	72,00	Aprovado
2	480227	02/06/1986	Vanderleia Paula Sobierai	21	21,00	18	45,00	39	66,00	5,00	71,00	Aprovado
3	510315	25/03/1967	Marilene De Almeida Slevinski	22	22,00	16	40,00	38	62,00	9,00	71,00	Aprovado
4	487226	12/04/1987	Clarissa Vinhas Furlanetto Parisoto	22	22,00	14	35,00	36	57,00	14,00	71,00	Aprovado
5	509504	14/09/1977	Antonio Marcio Rodrigues Dos Anjos	22	22,00	17	42,50	39	64,50	5,00	69,50	Aprovado
6	510445	25/06/1961	Oly Paulo Zamprogna	18	18,00	17	42,50	35	60,50	9,00	69,50	Aprovado
7	474422	23/01/1992	Tatiany Moretto	21	21,00	16	40,00	37	61,00	8,05	69,05	Aprovado
8	470309	02/02/1983	Simone Lazzarotto Alves	17	17,00	17	42,50	34	59,50	9,00	68,50	Aprovado
9	509773	05/07/1961	Elisabete Do Carmo Dal Piva	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
10	471282	17/12/1982	Joao Osni Junior Rodrigues	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
11	475406	24/06/1990	Jessica Leticia Milkiewicz Cigognini	20	20,00	17	42,50	37	62,50	5,00	67,50	Aprovado
12	510407	03/10/1986	Monique Gielda	18	18,00	16	40,00	34	58,00	9,00	67,00	Aprovado
13	482260	12/04/1982	Ana Carla Soares Bueno	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
14	492749	23/04/1990	Douglas Henrique Pereira	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
15	478145	07/12/1971	Marcia Lazzarotto Werlang	22	22,00	14	35,00	36	57,00	9,00	66,00	Aprovado
16	477390	29/05/1976	Adriani Gialazzi	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
17	509369	04/06/1984	Ailton Da Silva	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
18	476085	29/05/1980	Marcelo Marcondes Carneiro Coelho	21	21,00	16	40,00	37	61,00	4,40	65,40	Aprovado
19	474879	01/09/1979	Jessica Bade	22	22,00	15	37,50	37	59,50	5,00	64,50	Aprovado
20	474604	20/07/1974	Leandro Zanatta	15	15,00	16	40,00	31	55,00	9,00	64,00	Aprovado
21	471377	09/03/1993	Paula Marisa Simon	17	17,00	17	42,50	34	59,50	4,25	63,75	Aprovado
22	475555	18/06/1971	Claudine Aparecida Hanauer	16	16,00	17	42,50	33	58,50	4,65	63,15	Aprovado
23	469919	09/11/1982	Lucas Antonio Franceschi	18	18,00	18	45,00	36	63,00	0,00	63,00	Aprovado
24	501357	25/05/1988	Rochelle Figueiredo Freitas	19	19,00	16	40,00	35	59,00	4,00	63,00	Aprovado
25	509979	09/02/1965	Ivania Maria Hermes	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

26	510792	27/08/1976	Vandra Ferrarini	18	18,00	15	37,50	33	55,50	7,30	62,80	Aprovado
27	482686	11/04/1977	Elói Maia	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
28	498113	26/11/1990	Ana Caroline Campagnolo	22	22,00	15	37,50	37	59,50	2,68	62,18	Aprovado
29	493536	13/02/1993	Melody Forcelini	22	22,00	15	37,50	37	59,50	2,40	61,90	Aprovado
30	484565	28/08/1969	Rosa Manssur Puntel	15	15,00	15	37,50	30	52,50	9,00	61,50	Aprovado
31	477149	02/01/1993	Edineia Rocha De Souza	17	17,00	14	35,00	31	52,00	9,00	61,00	Aprovado
32	510528	02/03/1970	Rodrigo Lemos Lopes	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
33	510355	29/06/1959	Marli Fatima Bulegon	14	14,00	15	37,50	29	51,50	9,00	60,50	Aprovado
34	476625	24/07/1992	Jaine Menoncin	20	20,00	14	35,00	34	55,00	5,00	60,00	Aprovado
35	499826	17/10/1987	Thiago Ribeiro	20	20,00	15	37,50	35	57,50	2,40	59,90	Aprovado
36	474887	02/07/1986	Gabriella Xavier De Medeiros Barros	26	26,00	12	30,00	38	56,00	3,58	59,58	Aprovado
37	476763	10/06/1989	Karoline Giroletto	22	22,00	15	37,50	37	59,50	0,00	59,50	Aprovado
38	510477	23/12/1990	Paulo Acacio Amarante Vasconcelos Soares	22	22,00	15	37,50	37	59,50	0,00	59,50	Aprovado
39	510823	09/12/1983	Veronice Nunes Basso	18	18,00	13	32,50	31	50,50	9,00	59,50	Aprovado
40	499673	06/12/1963	Amarildo Adao Ferraz	16	16,00	14	35,00	30	51,00	8,40	59,40	Aprovado
41	488480	03/01/1966	Lurdes Kegler	18	18,00	14	35,00	32	53,00	6,15	59,15	Aprovado
42	509990	21/05/1982	Izabel Maciel	15	15,00	14	35,00	29	50,00	9,00	59,00	Aprovado
43	510261	23/10/1977	Marcos Rogério Pinto	17	17,00	15	37,50	32	54,50	4,20	58,70	Aprovado
44	471353	06/05/1978	Claudir Ferreira	12	12,00	15	37,50	27	49,50	9,00	58,50	Aprovado
45	470354	10/03/1978	Marcia Janete Helping Muniz	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
46	487377	02/11/1982	Nauriane Di Domenico	18	18,00	16	40,00	34	58,00	0,00	58,00	Aprovado
47	509694	04/05/1979	Deonilde Silva	21	21,00	11	27,50	32	48,50	9,00	57,50	Aprovado
48	477138	07/03/1982	Glaucia Busnello	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
49	479115	29/09/1984	Daiane Fernandes	20	20,00	12	30,00	32	50,00	6,58	56,58	Aprovado
50	509482	29/06/1979	Andriana Cassol	19	19,00	13	32,50	32	51,50	5,00	56,50	Aprovado
51	474384	09/04/1983	Andre Bassani	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
52	510784	14/01/1979	Vanderlei Kuhn	21	21,00	14	35,00	35	56,00	0,00	56,00	Aprovado
53	510241	15/10/1977	Marcelly Carmieletto Gazoni	18	18,00	13	32,50	31	50,50	5,25	55,75	Aprovado
54	497622	17/08/1992	Ana Gabriela Ribeiro De Souza Padilha	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
55	509989	11/12/1971	Izabel Carniel	19	19,00	11	27,50	30	46,50	9,00	55,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

56	510434	30/05/1975	Neuzair Cordeiro Peiter	19	19,00	11	27,50	30	46,50	9,00	55,50	Aprovado
57	510080	29/07/1978	Juliana Pedersetti	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
58	485355	03/05/1992	Precila Katia Moreira	14	14,00	15	37,50	29	51,50	3,30	54,80	Aprovado
59	500147	21/05/1980	Denise Verbes Schmitt	17	17,00	13	32,50	30	49,50	5,00	54,50	Aprovado
60	488218	21/05/1994	Daiane Pavao	14	14,00	16	40,00	30	54,00	0,00	54,00	Aprovado
61	475910	15/01/1991	Marcelo Antonio Lo	19	19,00	14	35,00	33	54,00	0,00	54,00	Aprovado
62	496049	11/05/1994	Daniela Sobierai	16	16,00	15	37,50	31	53,50	0,00	53,50	Aprovado
63	492095	30/06/1994	Samara Carine Vortmann	10	10,00	15	37,50	25	47,50	5,00	52,50	Aprovado
64	509824	10/02/1983	Evelise De Moraes Nogueira De Oliveira	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,00	52,50	Aprovado
65	484454	02/01/1972	Iraci Aparecida Maciel	16	16,00	11	27,50	27	43,50	9,00	52,50	Aprovado
66	478643	07/03/1988	Dulcileia Cardoso	16	16,00	11	27,50	27	43,50	9,00	52,50	Aprovado
67	494948	15/03/1992	Luiz Fernando Perondi Hanauer	16	16,00	14	35,00	30	51,00	1,15	52,15	Aprovado
68	493162	12/10/1993	Jéssica Dalmolin	18	18,00	13	32,50	31	50,50	1,50	52,00	Aprovado
69	510478	01/12/1970	Paulo De Oliveira Gomes	19	19,00	11	27,50	30	46,50	5,50	52,00	Aprovado
70	510291	29/05/1952	Maria Isabel Bertoncello	20	20,00	9	22,50	29	42,50	9,00	51,50	Aprovado
71	509394	26/12/1983	Alexandre Luiz Dalagasperina	17	17,00	12	30,00	29	47,00	4,00	51,00	Aprovado
72	492519	03/12/1974	Gessi Vaz	12	12,00	12	30,00	24	42,00	9,00	51,00	Aprovado
73	494824	10/12/1964	Acelino Scariot	19	19,00	11	27,50	30	46,50	3,38	49,88	Aprovado
74	491526	07/01/1994	Adrieli Schmitz	18	18,00	12	30,00	30	48,00	1,13	49,13	Aprovado
75	510675	16/07/1981	Simone Karine Gai Rodrigues	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
76	471971	09/05/1989	Daniel Dalla Zen	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,30	47,80	Aprovado
77	510733	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
78	488227	20/08/1992	Taynara Fidelis Dos Reis	15	15,00	11	27,50	26	42,50	5,00	47,50	Aprovado
79	509691	22/07/1989	Denner Souza Fernandes	17	17,00	10	25,00	27	42,00	5,00	47,00	Aprovado
80	509368	20/02/1976	Aguinaldo Da Rosa	19	19,00	11	27,50	30	46,50	0,00	46,50	Aprovado
81	501610	23/08/1992	Francieli Kuczkowski	15	15,00	12	30,00	27	45,00	1,35	46,35	Aprovado
82	509993	03/04/1957	Izello Benedito Borghezian	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
83	474264	17/04/1954	Luci Rigotti Kossmann	7	7,00	11	27,50	18	34,50	9,00	43,50	Aprovado
84	509947	13/06/1954	Ines Antonia Bagnara Marins (idoso)	11	11,00	9	22,50	20	33,50	9,00	42,50	Aprovado
85	471943	11/09/1980	Adriana Fiori Peretto	14	14,00	11	27,50	25	41,50	1,00	42,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

86	485274	07/07/1960	Neuza Tedesco	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado
87	481418	26/09/1978	Tania Damo	17	17,00	9	22,50	26	39,50	1,48	40,98	Aprovado
88	509539	28/06/1987	Carlos Eduardo Vaz	19	19,00	5	12,50	24	31,50	9,00	40,50	Aprovado
89	499009	11/05/1989	Paulo Fernando Vedovatto	12	12,00	11	27,50	23	39,50	0,00	39,50	Aprovado
90	509594	08/06/1982	Clederson Camargo	11	11,00	11	27,50	22	38,50	0,00	38,50	Aprovado
91	493714	12/07/1990	Claudia Daiana Gaspar Dos Santos	9	9,00	11	27,50	20	36,50	1,13	37,63	Aprovado
92	510775	01/01/1953	Valdemir Maria Valmorbidia (idoso)	15	15,00	9	22,50	24	37,50	0,00	37,50	Aprovado
93	481113	02/04/1986	Juliana Fatima Bee	10	10,00	11	27,50	21	37,50	0,00	37,50	Aprovado
94	470266	15/07/1966	Maria Jose Cardoso Dovali	15	15,00	8	20,00	23	35,00	0,30	35,30	Aprovado
95	509957	01/08/1947	Irene Silva Cima	11	11,00	6	15,00	17	26,00	9,00	35,00	Aprovado
96	500413	25/09/1969	Vera Warnava	11	11,00	1	2,50	12	13,50	9,00	22,50	Aprovado
	501185	24/06/1991	Elis Villani	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	509898	19/03/1963	Gilmar Fagundes	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	496743	09/03/1987	Jadelson Lucas Da Paz Borges	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	498838	01/08/1978	Jeferson Tizziani	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	501777	11/10/1992	Jessica Alberti Giaretta	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	475311	04/03/1985	Jorge Da Silva Batista	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	477981	23/09/1966	Matildes Regina Pizzio Tomasi	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	472855	22/10/1979	Rogério Santos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510549	26/03/1974	Rosângela Balerini	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	492828	23/09/1962	Sonia Albertina Chiarello	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	478302	09/07/1987	Tiago Luiz Rodrigues Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Língua Estrangeira - Espanhol |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	482223	16/11/1971	Roselene Berbigier Feil	23	23,00	16	40,00	39	63,00	15,00	78,00	Aprovado
2	501944	10/06/1979	Clediane Bornholdt	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
3	473471	19/09/1965	Monica Pierin	21	21,00	14	35,00	35	56,00	7,30	63,30	Aprovado
4	478966	08/09/1986	Daiana Dall Igna Nunes	16	16,00	16	40,00	32	56,00	5,00	61,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

5	469828	25/02/1993	Atelli Gulliti Alesi Da Rocha	20	20,00	14	35,00	34	55,00	5,00	60,00	Aprovado
6	478799	27/08/1956	Dalva Alves Da Silva	21	21,00	11	27,50	32	48,50	9,00	57,50	Aprovado
7	471737	18/05/1979	Kelly Meneghini	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
8	481372	02/03/1970	Nelice Fátima Fontana Hellstrom	15	15,00	13	32,50	28	47,50	9,00	56,50	Aprovado
9	482621	24/10/1992	Tatiana Alves	14	14,00	16	40,00	30	54,00	1,05	55,05	Aprovado
10	495002	26/05/1986	Daniela Brabo Dos Santos	20	20,00	14	35,00	34	55,00	0,00	55,00	Aprovado
11	479794	20/11/1977	Ana Paula Roani	18	18,00	11	27,50	29	45,50	9,00	54,50	Aprovado
12	499521	28/10/1976	Eloisa Bordin	19	19,00	14	35,00	33	54,00	0,00	54,00	Aprovado
13	487094	31/12/1976	Maria Andrighi	21	21,00	9	22,50	30	43,50	9,00	52,50	Aprovado
14	493688	10/08/1987	Tamiris Da Silva Pereira	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
15	479247	19/07/1994	Stephane Terres Sanzovo Schmitt	16	16,00	12	30,00	28	46,00	5,00	51,00	Aprovado
16	481292	09/06/1975	Marisa Matiello	18	18,00	10	25,00	28	43,00	7,55	50,55	Aprovado
17	476154	16/10/1975	Cleci Marisa Lorenzon Janowitz	14	14,00	11	27,50	25	41,50	9,00	50,50	Aprovado
18	484511	06/04/1985	Tatiana Percio	22	22,00	9	22,50	31	44,50	5,00	49,50	Aprovado
19	491673	01/09/1981	Mauriceia Gheller Da Silva	20	20,00	11	27,50	31	47,50	0,50	48,00	Aprovado
20	471169	15/08/1993	Ana Carolina Hauptenthal	19	19,00	11	27,50	30	46,50	0,00	46,50	Aprovado
21	496890	17/07/1993	Suelen Benck	21	21,00	10	25,00	31	46,00	0,00	46,00	Aprovado
22	501315	04/03/1993	Regina Ravena Alberti	17	17,00	11	27,50	28	44,50	0,00	44,50	Aprovado
23	483164	31/01/1967	Miriam Berwanger Porn	21	21,00	9	22,50	30	43,50	0,00	43,50	Aprovado
24	501264	19/01/1957	Valdete Gaspar Giuriatti	18	18,00	5	12,50	23	30,50	9,00	39,50	Aprovado
25	470158	23/08/1960	Rosana Rodrigues	16	16,00	9	22,50	25	38,50	0,00	38,50	Aprovado
26	477660	10/06/1966	Marli Teresa Nemirski	17	17,00	7	17,50	24	34,50	0,00	34,50	Aprovado
27	510519	21/02/1990	Rhoni Valmorbidia	16	16,00	7	17,50	23	33,50	0,00	33,50	Aprovado
28	478138	05/05/1991	Cristiane De Melo	14	14,00	6	15,00	20	29,00	0,00	29,00	Aprovado
	509768	21/06/1982	Eliane Viegas	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Língua Estrangeira - Inglês |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	491820	14/05/1991	Jessica Coutinho	22	22,00	13	32,50	35	54,50	9,00	63,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2	473553	17/05/1985	Lautenai Antonio Bartholamei Junior	19	19,00	10	25,00	29	44,00	16,00	60,00	Aprovado
3	476776	04/12/1986	Ana Cristina Pereira De Souza	19	19,00	12	30,00	31	49,00	9,00	58,00	Aprovado
4	492445	15/09/1983	Grazielli Alves Almeida Canalle	15	15,00	13	32,50	28	47,50	10,00	57,50	Aprovado
5	494870	27/06/1981	Giovana Donzelli Da Silva Formenton	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
6	475384	13/03/1969	Gerusa Soares Krause	20	20,00	12	30,00	32	50,00	5,00	55,00	Aprovado
7	475189	26/11/1960	Ana Espindola Fernandes	18	18,00	11	27,50	29	45,50	9,00	54,50	Aprovado
8	483045	08/09/1985	Elisane Lazzaretti Conteratto	18	18,00	11	27,50	29	45,50	9,00	54,50	Aprovado
9	476238	30/09/1993	Gabriela Tomazelli Bernardi	18	18,00	10	25,00	28	43,00	9,00	52,00	Aprovado
10	484413	05/02/1988	Giovana Didone Piovezana	20	20,00	9	22,50	29	42,50	8,65	51,15	Aprovado
11	486812	18/03/1978	Daisa Pompeo	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
12	496523	27/04/1970	Clarissa Dellazzana Pinto	22	22,00	11	27,50	33	49,50	0,00	49,50	Aprovado
13	509742	07/03/1979	Eduardo Seganti	17	17,00	11	27,50	28	44,50	5,00	49,50	Aprovado
14	501034	17/04/1990	Daiane Cantoni	17	17,00	11	27,50	28	44,50	5,00	49,50	Aprovado
15	501999	31/03/1987	Gustavo Lucas Barbosa	24	24,00	10	25,00	34	49,00	0,00	49,00	Aprovado
16	473201	23/03/1972	Leticia Marcon Rodrigues	22	22,00	7	17,50	29	39,50	9,00	48,50	Aprovado
17	472175	13/03/1982	Elisangela Pedott Bazzi	20	20,00	11	27,50	31	47,50	0,00	47,50	Aprovado
18	487175	15/04/1987	Dalete Anna Stauffer Aragao	20	20,00	11	27,50	31	47,50	0,00	47,50	Aprovado
19	489515	14/11/1989	Celina Frizzo	20	20,00	9	22,50	29	42,50	5,00	47,50	Aprovado
20	471401	09/11/1970	Loreci Pires Dos Santos	16	16,00	9	22,50	25	38,50	9,00	47,50	Aprovado
21	472568	10/09/1970	Ivana De Fatima Dos Santos	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
22	483857	07/06/1990	Ruscallya Da Silva Santos	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
23	478144	06/10/1982	Giulane Paula Palmas Sperry	18	18,00	8	20,00	26	38,00	9,00	47,00	Aprovado
24	473796	09/12/1975	Ediclea Aparecida Gosch Moretto	17	17,00	8	20,00	25	37,00	9,00	46,00	Aprovado
25	470779	12/02/1991	Gabriela Dal Bello	17	17,00	8	20,00	25	37,00	9,00	46,00	Aprovado
26	480853	27/05/1971	Fatima Da Aparecida Antunes Da Rocha Dallacorte	16	16,00	8	20,00	24	36,00	9,00	45,00	Aprovado
27	471955	30/10/1964	Ione Terezinha E Sa	20	20,00	6	15,00	26	35,00	9,00	44,00	Aprovado
28	476384	26/05/1978	Graciana Maria Brandalise Azzolin	20	20,00	6	15,00	26	35,00	9,00	44,00	Aprovado
29	472519	08/07/1965	Joece Elaine Carabagiale	21	21,00	8	20,00	29	41,00	2,70	43,70	Aprovado
30	483426	27/10/1988	Graziely Rachelle	21	21,00	9	22,50	30	43,50	0,00	43,50	Aprovado
31	493734	16/02/1962	Naudir Heinz	22	22,00	5	12,50	27	34,50	9,00	43,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

32	498729	29/12/1964	Gilmar Antonio Isotton	13	13,00	10	25,00	23	38,00	5,00	43,00	Aprovado
33	481957	28/09/1984	Juliana Dias Patrício	19	19,00	8	20,00	27	39,00	4,00	43,00	Aprovado
34	470473	02/04/1980	Fernanda Cristina Fornari Lange	14	14,00	8	20,00	22	34,00	9,00	43,00	Aprovado
35	474708	20/08/1984	Raquel Stefainski Granoski	19	19,00	6	15,00	25	34,00	9,00	43,00	Aprovado
36	473448	29/07/1970	Ilmara Amaral Piasecki	16	16,00	9	22,50	25	38,50	3,20	41,70	Aprovado
37	496627	22/12/1974	Solange Kerbes	15	15,00	9	22,50	24	37,50	4,00	41,50	Aprovado
38	495988	08/01/1989	Karine Riseli Ternus	19	19,00	7	17,50	26	36,50	5,00	41,50	Aprovado
39	491662	18/12/1994	Caroline Zuffo	19	19,00	7	17,50	26	36,50	5,00	41,50	Aprovado
40	476301	10/03/1985	Cristiane Santana Dos Santos	16	16,00	10	25,00	26	41,00	0,00	41,00	Aprovado
41	471351	21/01/1985	Emilia Pasquali	17	17,00	6	15,00	23	32,00	9,00	41,00	Aprovado
42	500808	30/05/1984	Fabiana Lorenzoni	21	21,00	7	17,50	28	38,50	2,20	40,70	Aprovado
43	470033	10/09/1991	Jessica Cofsevicz	13	13,00	10	25,00	23	38,00	2,10	40,10	Aprovado
44	470366	10/08/1987	Daiana De Nez Moura	19	19,00	6	15,00	25	34,00	6,10	40,10	Aprovado
45	497343	08/11/1968	Marcia De Oliveira	15	15,00	10	25,00	25	40,00	0,00	40,00	Aprovado
46	480646	18/08/1968	Neide Dominga Testa	11	11,00	8	20,00	19	31,00	9,00	40,00	Aprovado
47	478612	30/06/1968	Marisete Ines Canal Tome	16	16,00	6	15,00	22	31,00	9,00	40,00	Aprovado
48	473930	24/11/1971	Mariza Inês Mallmann Be	18	18,00	5	12,50	23	30,50	9,00	39,50	Aprovado
49	475377	09/11/1957	Benvinda Lucia De Campos Santos	12	12,00	7	17,50	19	29,50	8,30	37,80	Aprovado
50	479072	07/01/1987	Gabriela Chiarello	17	17,00	5	12,50	22	29,50	7,75	37,25	Aprovado
51	483125	02/02/1971	Cleuse Cledi Klabunde Carabagialle	13	13,00	6	15,00	19	28,00	9,00	37,00	Aprovado
52	471995	03/08/1992	Tamara Cristina Paz	17	17,00	6	15,00	23	32,00	4,65	36,65	Aprovado
53	485777	02/04/1979	Rosangela Marxreiter Guareski	17	17,00	4	10,00	21	27,00	9,00	36,00	Aprovado
54	497853	22/10/1977	Simone Regina Dos Santos	17	17,00	7	17,50	24	34,50	1,20	35,70	Aprovado
55	470470	19/11/1974	Magaly Lusa	15	15,00	6	15,00	21	30,00	5,60	35,60	Aprovado
56	470574	09/12/1968	Overlaine Roman Brock	14	14,00	5	12,50	19	26,50	9,00	35,50	Aprovado
57	471286	17/07/1980	Grace Pinto Nasario Ferrari	14	14,00	5	12,50	19	26,50	9,00	35,50	Aprovado
58	472107	22/12/1979	Fernanda Bau	17	17,00	5	12,50	22	29,50	5,00	34,50	Aprovado
59	477162	09/05/1988	Luciana Artuso	12	12,00	5	12,50	17	24,50	9,00	33,50	Aprovado
60	481038	07/07/1994	Patricia Grando	18	18,00	5	12,50	23	30,50	1,60	32,10	Aprovado
61	480761	27/04/1969	Margaret Bonadiman Campos	14	14,00	5	12,50	19	26,50	5,50	32,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

62	510551	18/03/1965	Rosângela Cardoso De Souza	15	15,00	6	15,00	21	30,00	0,70	30,70	Aprovado
63	475669	20/07/1973	Osmilda Da Luz De Canabarro	13	13,00	7	17,50	20	30,50	0,00	30,50	Aprovado
64	488169	01/02/1984	Deivid Ferraz Da Silva	13	13,00	7	17,50	20	30,50	0,00	30,50	Aprovado
65	477243	14/03/1979	Juliano Elvino Jacobsen	12	12,00	7	17,50	19	29,50	0,00	29,50	Aprovado
66	509616	05/05/1991	Cristiane De Melo	14	14,00	6	15,00	20	29,00	0,00	29,00	Aprovado
67	472962	11/10/1978	Alessandra Sanguitán Back	15	15,00	5	12,50	20	27,50	0,00	27,50	Aprovado
68	472148	27/08/1993	Paula Beatriz Grade Silvestrin	10	10,00	5	12,50	15	22,50	5,00	27,50	Aprovado
69	499681	29/09/1980	Graciani Cagol	20	20,00	3	7,50	23	27,50	0,00	27,50	Aprovado
70	471196	27/05/1980	Gabriela Fabris Fortes	19	19,00	3	7,50	22	26,50	0,00	26,50	Aprovado
71	476305	12/03/1982	Jean Suttilli	6	6,00	5	12,50	11	18,50	1,00	19,50	Aprovado
	488737	03/06/1985	Fabio Daniel Soave	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510027	11/10/1992	Jessica Alberti Giaretta	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	499756	29/04/1977	Sandra Stahlhofer	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	499311	14/08/1987	Thais Archer	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	500792	26/01/1986	Tonia Carla De Souza	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Língua Portuguesa |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	510567	16/11/1971	Roselene Berbigier Feil	23	23,00	18	45,00	41	68,00	15,00	83,00	Aprovado
2	510758	06/04/1985	Tatiana Percio	22	22,00	18	45,00	40	67,00	5,00	72,00	Aprovado
3	490971	06/07/1990	Alessandra Paludo Rosa	17	17,00	16	40,00	33	57,00	9,00	66,00	Aprovado
4	509595	10/06/1979	Clediane Bornholdt	21	21,00	14	35,00	35	56,00	9,00	65,00	Aprovado
5	473712	29/05/1979	Darquila Scopel Franceschi	18	18,00	15	37,50	33	55,50	9,00	64,50	Aprovado
6	501285	01/05/1986	Emanoela Batistello	19	19,00	16	40,00	35	59,00	5,40	64,40	Aprovado
7	477541	16/12/1984	Diego Andre Fiore Da Silva	19	19,00	12	30,00	31	49,00	14,00	63,00	Aprovado
8	509511	25/02/1993	Atelli Gulliti Alesi Da Rocha	20	20,00	15	37,50	35	57,50	5,00	62,50	Aprovado
9	509435	26/11/1960	Ana Espindola Fernandes	18	18,00	14	35,00	32	53,00	9,00	62,00	Aprovado
10	509547	18/12/1994	Caroline Zuffo	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
11	493753	18/02/1983	Lucimar Guerra	20	20,00	13	32,50	33	52,50	9,00	61,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12	510405	19/09/1965	Monica Pierin	21	21,00	13	32,50	34	53,50	7,30	60,80	Aprovado
13	510176	09/11/1970	Loreci Pires Dos Santos	16	16,00	14	35,00	30	51,00	9,00	60,00	Aprovado
14	509928	16/03/1980	Greici Moratelli Sampaio	19	19,00	14	35,00	33	54,00	5,00	59,00	Aprovado
15	509927	27/10/1988	Graziely Rachelle	21	21,00	13	32,50	34	53,50	5,00	58,50	Aprovado
16	510156	23/03/1972	Leticia Marcon Rodrigues	22	22,00	11	27,50	33	49,50	9,00	58,50	Aprovado
17	510450	09/12/1968	Overlaine Roman Brock	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
18	497894	21/03/1974	Ordali Terezinha De Lemes Ferronato	17	17,00	13	32,50	30	49,50	8,10	57,60	Aprovado
19	509656	26/05/1986	Daniela Brabo Dos Santos	20	20,00	15	37,50	35	57,50	0,00	57,50	Aprovado
20	487825	13/03/1973	Sandra De Quadros	20	20,00	13	32,50	33	52,50	5,00	57,50	Aprovado
21	509647	18/03/1978	Daisa Pompeo	16	16,00	13	32,50	29	48,50	9,00	57,50	Aprovado
22	510277	31/12/1976	Maria Andrighi	21	21,00	11	27,50	32	48,50	9,00	57,50	Aprovado
23	474998	28/07/1965	Dione Fatima Hemes Portella	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
24	510131	18/05/1979	Kelly Meneghini	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
25	509901	06/10/1982	Giuliane Paula Palmas Sperry	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
26	509876	30/09/1993	Gabriela Tomazelli Bernardi	18	18,00	12	30,00	30	48,00	9,00	57,00	Aprovado
27	491102	15/04/1990	Carla Regina Santin	19	19,00	13	32,50	32	51,50	5,00	56,50	Aprovado
28	472124	30/09/1989	Idione Tomchak Finato	20	20,00	11	27,50	31	47,50	9,00	56,50	Aprovado
29	509903	27/06/1981	Giovana Donzelli Da Silva Formenton	17	17,00	12	30,00	29	47,00	9,00	56,00	Aprovado
30	470447	04/05/1973	Maria Da Silva Maciel	23	23,00	11	27,50	34	50,50	5,50	56,00	Aprovado
31	510418	16/02/1962	Naudir Heinz	22	22,00	10	25,00	32	47,00	9,00	56,00	Aprovado
32	509591	16/10/1975	Cleci Marisa Lorenzon Janowitz	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
33	480012	05/08/1982	Mariele Pedrotti	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
34	509900	02/05/1985	Gilvanio Pedroso	14	14,00	13	32,50	27	46,50	9,00	55,50	Aprovado
35	509633	10/08/1987	Daiana De Nez Moura	19	19,00	12	30,00	31	49,00	6,10	55,10	Aprovado
36	491015	01/04/1979	Luciana Massi	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
37	470009	13/01/1983	Keli Aparecida Moura Santos	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
38	470024	06/01/1975	Geslania Santos Da Cruz	18	18,00	13	32,50	31	50,50	4,00	54,50	Aprovado
39	497989	11/10/1969	Silvana Aparecida Carlesso	16	16,00	13	32,50	29	48,50	6,00	54,50	Aprovado
40	509758	21/01/1979	Eliane De Oliveira	18	18,00	11	27,50	29	45,50	9,00	54,50	Aprovado
41	509930	31/03/1987	Gustavo Lucas Barbosa	24	24,00	12	30,00	36	54,00	0,00	54,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

42	510426	02/03/1970	Nelice Fátima Fontana Hellstrom	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
43	470375	23/06/1980	Glaciane Colussi Conterato	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
44	509917	26/05/1978	Graciana Maria Brandalise Azzolin	20	20,00	10	25,00	30	45,00	9,00	54,00	Aprovado
45	509634	08/09/1986	Daiana Dall Igna Nunes	16	16,00	13	32,50	29	48,50	5,00	53,50	Aprovado
46	509822	02/05/1979	Evaldo Andre Sperry	18	18,00	12	30,00	30	48,00	5,00	53,00	Aprovado
47	471058	13/01/1982	Taiana Aparecida Bacci	18	18,00	12	30,00	30	48,00	5,00	53,00	Aprovado
48	469815	03/01/1970	Genilde Cavasin	19	19,00	10	25,00	29	44,00	9,00	53,00	Aprovado
49	477813	18/04/1983	Fernanda Loureiro Machado	18	18,00	12	30,00	30	48,00	4,75	52,75	Aprovado
50	510514	10/04/1982	Renata Somavila	21	21,00	9	22,50	30	43,50	9,00	52,50	Aprovado
51	509607	02/02/1971	Cleuse Cledi Klabunde Carabagialle	13	13,00	12	30,00	25	43,00	9,00	52,00	Aprovado
52	469931	13/02/1972	Solange De Picoli Lemos	18	18,00	10	25,00	28	43,00	9,00	52,00	Aprovado
53	509448	20/11/1977	Ana Paula Roani	18	18,00	10	25,00	28	43,00	9,00	52,00	Aprovado
54	509427	15/08/1993	Ana Carolina Hauptenthal	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
55	482452	21/09/1986	Simone Dos Santos Brum	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
56	509829	30/05/1984	Fabiana Lorenzoni	21	21,00	11	27,50	32	48,50	2,20	50,70	Aprovado
57	510160	16/11/1959	Liberalina Moraes Morgan	14	14,00	11	27,50	25	41,50	9,00	50,50	Aprovado
58	509375	11/10/1978	Alessandra Sanguitan Back	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
59	499342	07/11/1978	Patricia Kania	21	21,00	10	25,00	31	46,00	4,00	50,00	Aprovado
60	510335	30/06/1968	Marisete Ines Canal Tome	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
61	500383	10/01/1982	Elizandra Bernardi	17	17,00	11	27,50	28	44,50	5,00	49,50	Aprovado
62	510747	03/08/1992	Tamara Cristina Paz	17	17,00	11	27,50	28	44,50	4,65	49,15	Aprovado
63	509877	27/05/1980	Gabriela Fabris Fortes	19	19,00	12	30,00	31	49,00	0,00	49,00	Aprovado
64	497998	26/11/1992	Daniele Klein	18	18,00	12	30,00	30	48,00	0,00	48,00	Aprovado
65	482366	14/11/1994	Keilla Tatiana Hennen	18	18,00	10	25,00	28	43,00	5,00	48,00	Aprovado
66	509916	17/07/1980	Grace Pinto Nasario Ferrari	14	14,00	10	25,00	24	39,00	9,00	48,00	Aprovado
67	510498	20/08/1984	Raquel Stefainski Granoski	19	19,00	8	20,00	27	39,00	9,00	48,00	Aprovado
68	509423	03/08/1958	Amelia Golin Bedin	16	16,00	11	27,50	27	43,50	4,00	47,50	Aprovado
69	469959	01/08/1966	Bernardete Teresinha Russi Fiedler	16	16,00	9	22,50	25	38,50	9,00	47,50	Aprovado
70	510506	04/03/1993	Regina Ravena Alberti	17	17,00	12	30,00	29	47,00	0,00	47,00	Aprovado
71	509641	17/04/1990	Daiane Cantoni	17	17,00	10	25,00	27	42,00	5,00	47,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

72	509967	10/09/1970	Ivana De Fatima Dos Santos	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
73	510462	11/08/1977	Patricia Janice Bracht Dedordi	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
74	510777	19/01/1957	Valdete Gaspar Giuriatti	18	18,00	8	20,00	26	38,00	9,00	47,00	Aprovado
75	488263	19/03/1994	Janaina Cristina Ferreira Kuhn Zanetti	16	16,00	12	30,00	28	46,00	0,00	46,00	Aprovado
76	510393	31/01/1967	Miriam Berwanger Porn	21	21,00	10	25,00	31	46,00	0,00	46,00	Aprovado
77	510717	19/07/1994	Stephane Terres Sanzovo Schmitt	16	16,00	10	25,00	26	41,00	5,00	46,00	Aprovado
78	498933	28/08/1981	Lucineia Policeno Bernardi	21	21,00	8	20,00	29	41,00	5,00	46,00	Aprovado
79	510556	02/04/1979	Rosangela Marxreiter Guareski	17	17,00	8	20,00	25	37,00	9,00	46,00	Aprovado
80	482472	29/06/1983	Ana Paula Dos Santos	17	17,00	8	20,00	25	37,00	9,00	46,00	Aprovado
81	510377	01/04/1983	Merenice Peliccoli Colpani	19	19,00	9	22,50	28	41,50	4,00	45,50	Aprovado
82	510247	08/11/1968	Marcia De Oliveira	15	15,00	12	30,00	27	45,00	0,00	45,00	Aprovado
83	509918	29/09/1980	Graciani Cagol	20	20,00	10	25,00	30	45,00	0,00	45,00	Aprovado
84	510419	18/08/1968	Neide Dominga Testa	11	11,00	10	25,00	21	36,00	9,00	45,00	Aprovado
85	510748	10/08/1987	Tamiris Da Silva Pereira	19	19,00	10	25,00	29	44,00	0,00	44,00	Aprovado
86	510401	08/10/1966	Monica Jaqueline Sander Carbonera	15	15,00	10	25,00	25	40,00	4,00	44,00	Aprovado
87	474371	07/09/1980	Daniela Aparecida De Paula	15	15,00	8	20,00	23	35,00	9,00	44,00	Aprovado
88	510574	19/08/1969	Roseli Lebera Zacharczuk	20	20,00	6	15,00	26	35,00	9,00	44,00	Aprovado
89	510535	23/08/1960	Rosana Rodrigues	16	16,00	11	27,50	27	43,50	0,00	43,50	Aprovado
90	510718	17/07/1993	Suelen Benck	21	21,00	9	22,50	30	43,50	0,00	43,50	Aprovado
91	509724	09/12/1975	Ediclea Aparecida Gosch Moretto	17	17,00	7	17,50	24	34,50	9,00	43,50	Aprovado
92	510371	01/09/1981	Mauriceia Gheller Da Silva	20	20,00	9	22,50	29	42,50	0,50	43,00	Aprovado
93	510488	25/09/1985	Rafael Myszak	23	23,00	8	20,00	31	43,00	0,00	43,00	Aprovado
94	493559	14/07/1974	Eliane Balbinot	14	14,00	8	20,00	22	34,00	9,00	43,00	Aprovado
95	510755	24/10/1992	Tatiana Alves	14	14,00	11	27,50	25	41,50	1,05	42,55	Aprovado
96	510012	12/10/1971	Janise Fatima Kinseler Lima	20	20,00	9	22,50	29	42,50	0,00	42,50	Aprovado
97	509783	13/03/1982	Elisangela Pedott Bazzi	20	20,00	9	22,50	29	42,50	0,00	42,50	Aprovado
98	497236	19/07/1983	Marivania Rampanelli Appi	13	13,00	10	25,00	23	38,00	4,00	42,00	Aprovado
99	509848	22/12/1979	Fernanda Bau	17	17,00	8	20,00	25	37,00	5,00	42,00	Aprovado
100	470003	27/12/1963	Vania Maria Moscon Rotava	13	13,00	8	20,00	21	33,00	9,00	42,00	Aprovado
101	509803	28/10/1976	Eloisa Bordin	19	19,00	9	22,50	28	41,50	0,00	41,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

102	510105	08/01/1989	Karine Riseli Ternus	19	19,00	9	22,50	28	41,50	0,00	41,50	Aprovado
103	510703	22/12/1974	Solange Kerbes	15	15,00	9	22,50	24	37,50	4,00	41,50	Aprovado
104	510330	09/06/1975	Marisa Matiello	18	18,00	6	15,00	24	33,00	7,55	40,55	Aprovado
105	474697	17/09/1978	Margarete Malta De Moraes Silva	18	18,00	9	22,50	27	40,50	0,00	40,50	Aprovado
106	510029	10/09/1991	Jessica Cofsevicz	13	13,00	10	25,00	23	38,00	2,10	40,10	Aprovado
107	510473	27/08/1993	Paula Beatriz Grade Silvestrin	10	10,00	10	25,00	20	35,00	5,00	40,00	Aprovado
108	494354	09/05/1975	Eladio Jamir Disner	11	11,00	8	20,00	19	31,00	9,00	40,00	Aprovado
109	510145	23/01/1965	Leila Tosi	15	15,00	8	20,00	23	35,00	4,90	39,90	Aprovado
110	510456	07/07/1994	Patricia Grando	18	18,00	8	20,00	26	38,00	1,60	39,60	Aprovado
111	510679	22/10/1977	Simone Regina Dos Santos	17	17,00	8	20,00	25	37,00	1,20	38,20	Aprovado
112	509684	01/02/1984	Deivid Ferraz Da Silva	13	13,00	10	25,00	23	38,00	0,00	38,00	Aprovado
113	510795	09/01/1980	Vanessa Cristina Lovat Lino	19	19,00	6	15,00	25	34,00	4,00	38,00	Aprovado
114	509516	09/11/1957	Benvinda Lucia De Campos Santos	12	12,00	7	17,50	19	29,50	8,30	37,80	Aprovado
115	477534	30/04/1978	Lucivone Alves De Souza	15	15,00	9	22,50	24	37,50	0,00	37,50	Aprovado
116	509659	08/05/1979	Daniela Karla Da Silva	15	15,00	9	22,50	24	37,50	0,00	37,50	Aprovado
117	496265	25/04/1986	Wagner Capeletto	16	16,00	5	12,50	21	28,50	9,00	37,50	Aprovado
118	475345	01/09/1980	Cristina Maurer	18	18,00	4	10,00	22	28,00	9,00	37,00	Aprovado
119	483709	18/12/1987	Idineia Lanzaarin	16	16,00	8	20,00	24	36,00	0,00	36,00	Aprovado
120	498118	10/11/1980	Adriana Loureiro Rodrigues	15	15,00	8	20,00	23	35,00	1,00	36,00	Aprovado
121	510359	10/06/1966	Marli Teresa Nemirski	17	17,00	6	15,00	23	32,00	4,00	36,00	Aprovado
122	510229	19/11/1974	Magaly Lusa	15	15,00	6	15,00	21	30,00	5,60	35,60	Aprovado
123	510448	20/07/1973	Osmilda Da Luz De Canabarro	13	13,00	9	22,50	22	35,50	0,00	35,50	Aprovado
124	483583	13/12/1982	Kristiano Rogerio Novelo	19	19,00	5	12,50	24	31,50	4,00	35,50	Aprovado
125	496517	22/10/1953	Nelbi Terezinha Zanella	17	17,00	7	17,50	24	34,50	0,00	34,50	Aprovado
126	510295	25/03/1975	Maria Lucia Dreon Cofferi	17	17,00	7	17,50	24	34,50	0,00	34,50	Aprovado
127	510023	12/03/1982	Jean Suttilli	6	6,00	9	22,50	15	28,50	1,00	29,50	Aprovado
128	493275	13/11/1962	Edilia Pacheco Da Silva	12	12,00	5	12,50	17	24,50	5,00	29,50	Aprovado
129	510689	27/11/1980	Sirlei Guraliski Woitekowski	12	12,00	6	15,00	18	27,00	0,30	27,30	Aprovado
130	510264	27/04/1969	Margaret Bonadiman Campos	14	14,00	3	7,50	17	21,50	5,50	27,00	Aprovado
131	510428	01/02/1954	Neri Schaefer	13	13,00	5	12,50	18	25,50	1,00	26,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

132	510088	14/03/1979	Juliano Elvino Jacobsen	12	12,00	5	12,50	17	24,50	0,00	24,50	Aprovado
133	478218	30/10/1975	Vanderleia Galli	10	10,00	3	7,50	13	17,50	0,00	17,50	Aprovado
	509733	08/01/1987	Edineia Guidolin Zapparoli	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510282	22/10/1973	Maria Cristina Alves Lemos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	496040	30/10/1974	Maristela Schleicher Silveira	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510598	07/06/1990	Ruscallya Da Silva Santos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510623	29/04/1977	Sandra Stahlhofer	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510767	14/08/1987	Thais Archer	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510772	26/01/1986	Tonia Carla De Souza	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	486864	30/05/1968	Valter De Oliveira	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Matemática |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	493467	11/08/1989	Francieli Dias Lombardi	22	22,00	17	42,50	39	64,50	8,80	73,30	Aprovado
2	488627	03/03/1982	Rosangela R. Cora Da Silva	20	20,00	19	47,50	39	67,50	5,00	72,50	Aprovado
3	487683	07/01/1982	Silvana Coldebela Pagani	21	21,00	17	42,50	38	63,50	9,00	72,50	Aprovado
4	479692	26/12/1990	Keli Jacoby	22	22,00	16	40,00	38	62,00	9,00	71,00	Aprovado
5	491340	01/04/1976	Sandra Mara Ficagna Zolet	23	23,00	17	42,50	40	65,50	4,00	69,50	Aprovado
6	471319	31/01/1971	Regi Bazzo Coradi	20	20,00	16	40,00	36	60,00	9,00	69,00	Aprovado
7	483887	21/05/1985	Sergio Renato Barcelos	26	26,00	17	42,50	43	68,50	0,00	68,50	Aprovado
8	497720	11/11/1984	Fabiane Rubenich	23	23,00	16	40,00	39	63,00	5,15	68,15	Aprovado
9	492603	20/08/1987	Candida Canova	23	23,00	16	40,00	39	63,00	4,00	67,00	Aprovado
10	481297	09/09/1983	Diery Fabio Palharini	20	20,00	15	37,50	35	57,50	9,00	66,50	Aprovado
11	474200	23/10/1980	Andreia Aparecida Dias	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
12	479696	16/01/1990	Ricardo Scalvi	16	16,00	16	40,00	32	56,00	8,60	64,60	Aprovado
13	473905	28/08/1982	Andreia Salete Sobierai	23	23,00	13	32,50	36	55,50	9,00	64,50	Aprovado
14	470172	14/07/1988	Daiane Pedro Socoloski	13	13,00	16	40,00	29	53,00	10,00	63,00	Aprovado
15	477398	09/03/1989	Christian Arenhart	21	21,00	16	40,00	37	61,00	1,05	62,05	Aprovado
16	494987	16/10/1993	Fernanda Paula Wappler	22	22,00	14	35,00	36	57,00	5,00	62,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

17	469914	12/05/1995	Jessica Da Silva	19	19,00	15	37,50	34	56,50	5,00	61,50	Aprovado
18	477859	05/06/1965	Marlene Royer Grando	21	21,00	12	30,00	33	51,00	9,00	60,00	Aprovado
19	509912	17/12/1958	Glaci Odete Franke Gheno	21	21,00	15	37,50	36	58,50	0,00	58,50	Aprovado
20	510246	03/08/1976	Marcia Capelesso	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
21	471066	20/06/1980	Rogério Luiz Baggio	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
22	471583	29/04/1995	Michele Giovana Giachini	17	17,00	15	37,50	32	54,50	3,90	58,40	Aprovado
23	485565	14/02/1987	Ineide Backes	13	13,00	16	40,00	29	53,00	5,00	58,00	Aprovado
24	476822	03/11/1960	Maria Terezinha Behm Do Prado	11	11,00	15	37,50	26	48,50	9,00	57,50	Aprovado
25	510493	11/03/1989	Raquel Cerbaro	21	21,00	11	27,50	32	48,50	9,00	57,50	Aprovado
26	472040	03/09/1972	Benhur Alexandre Dos Santos Dos Santos	22	22,00	12	30,00	34	52,00	5,30	57,30	Aprovado
27	469982	04/09/1964	Renato Antonio Ruguzzoni	19	19,00	13	32,50	32	51,50	5,10	56,60	Aprovado
28	510479	07/05/1980	Paulo Dias De Oliveira	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
29	471345	06/03/1961	Elenir Teresinha Pedroso Negro	26	26,00	12	30,00	38	56,00	0,00	56,00	Aprovado
30	480919	24/03/1994	Dalvane Terebinto	21	21,00	12	30,00	33	51,00	5,00	56,00	Aprovado
31	474930	05/01/1977	Catia Fernanda Santos Da Rosa	19	19,00	12	30,00	31	49,00	6,80	55,80	Aprovado
32	493231	22/12/1992	Patricia Mees	16	16,00	13	32,50	29	48,50	7,20	55,70	Aprovado
33	497683	03/01/1990	Cristiane Moro	18	18,00	15	37,50	33	55,50	0,00	55,50	Aprovado
34	480110	13/06/1978	Eliana Marcia Alorton	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
35	477909	06/02/1982	Tatiane Chiamenti Pavoski	16	16,00	12	30,00	28	46,00	9,00	55,00	Aprovado
36	510142	18/08/1981	Leide Mariane Espindola	18	18,00	11	27,50	29	45,50	9,00	54,50	Aprovado
37	502388	24/06/1985	Camila Cezar Schmidt Junqueira	24	24,00	12	30,00	36	54,00	0,00	54,00	Aprovado
38	497549	19/04/1980	Carina Pasini Col	19	19,00	11	27,50	30	46,50	7,43	53,93	Aprovado
39	499399	28/01/1986	Cledirson Luiz Fortunatti	18	18,00	13	32,50	31	50,50	2,88	53,38	Aprovado
40	510660	19/04/1978	Silvia Ferreira De Lima	18	18,00	14	35,00	32	53,00	0,00	53,00	Aprovado
41	494791	14/05/1987	Elisangela Luza	19	19,00	12	30,00	31	49,00	4,00	53,00	Aprovado
42	477316	10/12/1991	Ivan Horbach	20	20,00	13	32,50	33	52,50	0,00	52,50	Aprovado
43	481139	21/11/1973	Leandro Boszko	22	22,00	12	30,00	34	52,00	0,00	52,00	Aprovado
44	485410	18/12/1989	Ozeias Teixeira Da Rosa	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
45	501527	15/08/1993	Cristian Junior Darif	24	24,00	11	27,50	35	51,50	0,00	51,50	Aprovado
46	471304	08/02/1960	Nilza Virginia Dalle Molle	16	16,00	14	35,00	30	51,00	0,00	51,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

47	510489	16/09/1986	Rafaela Fernanda Da Rosa Capeleti Dias	18	18,00	13	32,50	31	50,50	0,00	50,50	Aprovado
48	495568	31/03/1987	Lucas Monego	18	18,00	11	27,50	29	45,50	5,00	50,50	Aprovado
49	510341	05/01/1969	Marivalda Aparecida Grandio	19	19,00	9	22,50	28	41,50	9,00	50,50	Aprovado
50	509454	10/02/1991	Ana Saron Junges	15	15,00	14	35,00	29	50,00	0,00	50,00	Aprovado
51	497677	18/10/1990	Aline Mocelin	20	20,00	12	30,00	32	50,00	0,00	50,00	Aprovado
52	484713	19/10/1972	Rejane Terezinha Dal Piva Buzin	16	16,00	10	25,00	26	41,00	9,00	50,00	Aprovado
53	483523	22/07/1991	Daiane Vargas Scherer	14	14,00	14	35,00	28	49,00	0,00	49,00	Aprovado
54	510613	18/03/1961	Sandra Dalla Costa	19	19,00	12	30,00	31	49,00	0,00	49,00	Aprovado
55	510507	31/07/1972	Reginaldo Paiva Da Silva	19	19,00	12	30,00	31	49,00	0,00	49,00	Aprovado
56	472026	21/10/1969	Debora Pereira	15	15,00	12	30,00	27	45,00	4,00	49,00	Aprovado
57	480148	01/05/1993	Patrícia Pagani	14	14,00	12	30,00	26	44,00	3,70	47,70	Aprovado
58	500950	20/09/1991	Nandyne Londero	20	20,00	11	27,50	31	47,50	0,00	47,50	Aprovado
59	472169	14/09/1975	Elisete Adriana Jose Luiz	15	15,00	9	22,50	24	37,50	9,90	47,40	Aprovado
60	473150	25/10/1956	Anita Sebotaio Borsoi	13	13,00	10	25,00	23	38,00	9,00	47,00	Aprovado
61	510582	26/05/1967	Rosicler Terezinha Ambrosi Correa	19	19,00	11	27,50	30	46,50	0,00	46,50	Aprovado
62	509419	08/05/1985	Aline Regina Rossetto	21	21,00	10	25,00	31	46,00	0,00	46,00	Aprovado
63	499638	01/11/1982	Fausto Nachtigall	12	12,00	13	32,50	25	44,50	0,00	44,50	Aprovado
64	509356	04/05/1985	Adriana Maciel Salvan	23	23,00	8	20,00	31	43,00	0,00	43,00	Aprovado
65	477823	09/12/1970	Nery Bonetti	17	17,00	10	25,00	27	42,00	0,00	42,00	Aprovado
66	499230	20/10/1975	Diogo Bozzetto	15	15,00	9	22,50	24	37,50	4,30	41,80	Aprovado
67	494798	18/12/1983	Rosiclei Schwndler Ludwig Peyneau	15	15,00	10	25,00	25	40,00	0,00	40,00	Aprovado
68	482281	11/01/1970	Roozival Pereira Da Silva Evangelista	12	12,00	9	22,50	21	34,50	5,00	39,50	Aprovado
69	479159	13/03/1985	Cristiane Honorato Da Fonseca	13	13,00	8	20,00	21	33,00	5,00	38,00	Aprovado
70	509424	04/01/1966	Americo Mendes Kunz	14	14,00	6	15,00	20	29,00	9,00	38,00	Aprovado
71	509984	02/03/1962	Ivone Da Costa	17	17,00	6	15,00	23	32,00	5,00	37,00	Aprovado
72	481893	12/02/1992	Jessica Suelem Schroll	15	15,00	8	20,00	23	35,00	1,93	36,93	Aprovado
73	471454	28/06/1991	Lariane Fedrigo	16	16,00	8	20,00	24	36,00	0,00	36,00	Aprovado
74	510692	29/01/1978	Sirlei Spegiorin Spolti	12	12,00	7	17,50	19	29,50	5,00	34,50	Aprovado
75	469757	27/09/1981	Venicia L. De Mello Danieli	16	16,00	7	17,50	23	33,50	0,00	33,50	Aprovado
76	480985	04/09/1986	Paula Gerhard	9	9,00	6	15,00	15	24,00	9,00	33,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	472130	26/04/1983	Elizandra De Re	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	502067	28/08/1991	Marília Eliane Prestes	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510424	28/08/1962	Neiva Rejane Rodrigues Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	495538	08/03/1995	Sandra Konzen	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510769	16/06/1987	Thiago Bastiani	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
Professor com 2º Grau AC (música) Ensino Médio												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	477059	18/05/1985	Lucio Tasca De Linhares	20	20,00	18	18,00	38	38,00	5,00	43,00	Aprovado
2	474324	13/03/1986	Gustavo Alberto Sjlender	18	18,00	18	18,00	36	36,00	5,00	41,00	Aprovado
3	487076	18/07/1994	Mateus Scariot	23	23,00	13	13,00	36	36,00	5,00	41,00	Aprovado
4	474891	22/02/1984	Sandro Pertine Mendes De Jesus	23	23,00	16	16,00	39	39,00	1,15	40,15	Aprovado
5	469870	20/01/1998	Eduarda Zambiasi Radünz	20	20,00	17	17,00	37	37,00	1,58	38,58	Aprovado
6	470013	19/06/1980	Felipe Villa Sanches	18	18,00	14	14,00	32	32,00	5,00	37,00	Aprovado
7	472608	24/06/1994	Jessica Balbinot Roberto	22	22,00	14	14,00	36	36,00	0,50	36,50	Aprovado
8	470380	23/08/1991	Taliandra Triches	15	15,00	16	16,00	31	31,00	5,00	36,00	Aprovado
9	495923	03/03/1995	Abraao Paiva Areas Costa	16	16,00	15	15,00	31	31,00	5,00	36,00	Aprovado
10	474421	12/01/1973	Sidney Correia Vasconcelos	17	17,00	14	14,00	31	31,00	5,00	36,00	Aprovado
11	501775	10/08/1982	Antonio Marcos Moreira Pinto	14	14,00	16	16,00	30	30,00	5,00	35,00	Aprovado
12	492440	31/08/1992	Aline Santana	14	14,00	16	16,00	30	30,00	5,00	35,00	Aprovado
13	498856	13/05/1990	Aline Candido De Souza	20	20,00	14	14,00	34	34,00	0,50	34,50	Aprovado
14	474363	27/07/1976	Joao Amilton Corvalao	21	21,00	13	13,00	34	34,00	0,00	34,00	Aprovado
15	495956	05/10/1979	Marcio Hartmann	18	18,00	14	14,00	32	32,00	1,05	33,05	Aprovado
16	486395	21/03/1990	Rogério Remussi	18	18,00	15	15,00	33	33,00	0,00	33,00	Aprovado
17	502283	11/08/1994	Flavio De Lima	18	18,00	15	15,00	33	33,00	0,00	33,00	Aprovado
18	502310	11/02/1990	Joel Rizzo	15	15,00	13	13,00	28	28,00	5,00	33,00	Aprovado
19	484344	02/08/1952	Valdir Alves da Silva Wassmuth	17	17,00	14	14,00	31	31,00	1,15	32,15	Aprovado
20	474744	28/01/1995	Cassiano Augusto Pereira	16	16,00	16	16,00	32	32,00	0,00	32,00	Aprovado
21	497845	06/05/1993	Othon Paiva Areas Costa	18	18,00	14	14,00	32	32,00	0,00	32,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

22	493204	09/01/1982	Ana Paula De Miranda	15	15,00	12	12,00	27	27,00	5,00	32,00	Aprovado
23	492902	10/02/1996	Alice Santana	13	13,00	13	13,00	26	26,00	5,00	31,00	Aprovado
24	495972	02/07/1997	Iago Lucas Tonquelski	17	17,00	12	12,00	29	29,00	1,50	30,50	Aprovado
25	477877	09/01/1989	Samair Andre De Vargas	15	15,00	10	10,00	25	25,00	5,00	30,00	Aprovado
26	486941	17/06/1993	Jonathas Roberto Sobrinho	14	14,00	14	14,00	28	28,00	0,50	28,50	Aprovado
27	469951	24/05/1998	Larissa Cardoso Castanho	17	17,00	11	11,00	28	28,00	0,43	28,43	Aprovado
28	495720	23/02/1963	Amarildo Gasparin	16	16,00	12	12,00	28	28,00	0,23	28,23	Aprovado
29	494038	12/04/1996	Sara Gasparin Bentz	13	13,00	15	15,00	28	28,00	0,08	28,08	Aprovado
30	488523	17/06/1995	Queren Barrabarra	14	14,00	13	13,00	27	27,00	0,00	27,00	Aprovado
31	498312	17/09/1984	Marcos Cesar Da Silva	15	15,00	11	11,00	26	26,00	0,00	26,00	Aprovado
32	495251	10/06/1965	Jandir Bernardi	11	11,00	14	14,00	25	25,00	0,00	25,00	Aprovado
33	484294	17/07/1969	Adriana Juliana Wassmuth	11	11,00	14	14,00	25	25,00	0,00	25,00	Aprovado
34	488128	01/02/1986	Jhan Carla Dos Santos	14	14,00	10	10,00	24	24,00	0,00	24,00	Aprovado
35	477672	03/03/1997	Wesley Barbosa	10	10,00	9	9,00	19	19,00	0,00	19,00	Aprovado
36	477928	31/12/1994	Aline Oliveira	7	7,00	11	11,00	18	18,00	0,00	18,00	Aprovado
37	470622	05/08/1970	Claudio Jose Da Silva Marques	5	5,00	10	10,00	15	15,00	0,00	15,00	Aprovado
38	479536	24/11/1991	Fernanda Beatriz Boita	0	0,00	1	1,00	1	1,00	0,00	1,00	Aprovado
	470987	11/04/1963	Ilse Aparecida Schneider	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	486993	26/01/1980	Marlon Zanin	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	497945	01/09/1994	Meline Zaro	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	479840	06/08/1978	Oseias Medeiros Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	471115	21/12/1995	Yure Amaro	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor com Curso Superior AC (dança) |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	509667	13/06/1971	Daniela Scartazzini	19	19,00	17	42,50	36	61,50	0,00	61,50	Aprovado
2	477111	26/07/1978	Camile Pandolfo Tramontini Carvalho	19	19,00	16	40,00	35	59,00	0,00	59,00	Aprovado
3	510609	19/07/1990	Samantha Caroline Havemann De Carvalho	16	16,00	16	40,00	32	56,00	0,00	56,00	Aprovado
4	510382	17/10/1980	Michele Born Flach	15	15,00	16	40,00	31	55,00	0,00	55,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

5	510716	13/01/1994	Soyara Müller Chaves	16	16,00	13	32,50	29	48,50	0,00	48,50	Aprovado
6	510458	30/08/1991	Patricia Briancini	15	15,00	13	32,50	28	47,50	0,00	47,50	Aprovado
7	493263	05/06/1993	Gabriela Fernanda Dos Santos	13	13,00	12	30,00	25	43,00	0,00	43,00	Aprovado
8	510770	30/06/1986	Thiago Coelho	21	21,00	4	10,00	25	31,00	0,00	31,00	Aprovado
	509457	06/03/1985	Analice Stefanello	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	510068	25/03/1986	Jucineia Zantedeschi Campagnollo	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	472037	05/10/1990	Júlio Vicari	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	500688	05/05/1982	Vanessa Raquel Benelli Carlet	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Artes Cênicas com Licenciatura Plena ou Bacharelado |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	510022	05/06/1965	Jaqueline Werlang	20	20,00	11	27,50	31	47,50	9,00	56,50	Aprovado
2	501747	11/11/1969	Fabiane Biazus	22	22,00	13	32,50	35	54,50	0,00	54,50	Aprovado
3	509421	22/10/1990	Alyssa Tessari De Almeida	18	18,00	7	17,50	25	35,50	0,53	36,03	Aprovado
	510410	06/04/1980	Nadia Ligianara Nyari	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Artes Plásticas com Licenciatura Plena ou Bacharelado |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	509681	20/12/1973	Debora Cavasotto Poltronieri	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
2	510663	15/12/1982	Simone De Oliveira Batista Cuchi	19	19,00	16	40,00	35	59,00	9,00	68,00	Aprovado
3	501229	25/06/1983	Antonio Dante Rodrigues Acosta	22	22,00	16	40,00	38	62,00	5,00	67,00	Aprovado
4	509386	09/05/1980	Alessandra Zanini Bundchen Tramontini	19	19,00	15	37,50	34	56,50	9,00	65,50	Aprovado
5	509549	27/07/1979	Cassia Santore	16	16,00	16	40,00	32	56,00	9,00	65,00	Aprovado
6	509705	28/04/1976	Dilene Maria Trevisol	12	12,00	17	42,50	29	54,50	9,00	63,50	Aprovado
7	509388	18/06/1980	Alex Alexandre Pedroso	19	19,00	14	35,00	33	54,00	9,00	63,00	Aprovado
8	510565	02/12/1965	Roselaine Barboza Vinhas	17	17,00	16	40,00	33	57,00	5,85	62,85	Aprovado
9	510486	06/06/1989	Pryscilla Da Silva Mendes	16	16,00	15	37,50	31	53,50	9,00	62,50	Aprovado
10	510092	29/12/1968	Jussara Andrade de Lima	20	20,00	13	32,50	33	52,50	9,00	61,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

11	510285	26/06/1992	Maria De Souza	18	18,00	15	37,50	33	55,50	5,00	60,50	Aprovado
12	510236	13/10/1964	Malene De Oliveira	14	14,00	14	35,00	28	49,00	9,00	58,00	Aprovado
13	509761	05/03/1984	Eliane Fatima Brugnara	20	20,00	11	27,50	31	47,50	9,00	56,50	Aprovado
14	473269	02/10/1963	Iraci Salete Marafon	17	17,00	14	35,00	31	52,00	4,00	56,00	Aprovado
15	510492	27/04/1978	Raquel De Bona	15	15,00	12	30,00	27	45,00	9,00	54,00	Aprovado
16	510185	29/06/1951	Lourdes Fredo	14	14,00	14	35,00	28	49,00	4,50	53,50	Aprovado
17	509489	17/11/1978	Angela Cristofoli Vieira	11	11,00	13	32,50	24	43,50	9,00	52,50	Aprovado
18	510624	25/01/1973	Sandra Zoletti De Rezende Souza	15	15,00	11	27,50	26	42,50	9,00	51,50	Aprovado
19	510801	19/09/1990	Vanessa Moraes	21	21,00	11	27,50	32	48,50	2,00	50,50	Aprovado
20	509804	07/03/1975	Eloneide Regina Chiossi	18	18,00	12	30,00	30	48,00	2,20	50,20	Aprovado
21	509475	29/04/1981	Andreise Sabadin	11	11,00	15	37,50	26	48,50	0,00	48,50	Aprovado
22	496329	26/02/1973	Soeli Maciel	15	15,00	11	27,50	26	42,50	5,00	47,50	Aprovado
23	477756	15/02/1993	Camila Bezerra De Sousa	14	14,00	13	32,50	27	46,50	0,00	46,50	Aprovado
24	509543	08/07/1992	Caroline Angela Daniel	12	12,00	12	30,00	24	42,00	3,25	45,25	Aprovado
25	509837	13/11/1988	Fabiane Vieira Ebeling	16	16,00	9	22,50	25	38,50	4,40	42,90	Aprovado
26	510596	19/01/1988	Rudimar Roberto Pereira	14	14,00	10	25,00	24	39,00	0,00	39,00	Aprovado
27	509674	15/12/1993	Danieli Rieger	14	14,00	10	25,00	24	39,00	0,00	39,00	Aprovado
	509378	08/11/1984	Alessandra Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Música com Licenciatura Plena e Bacharelado |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	482283	04/08/1988	Cosme Luis De Almeida	20	20,00	14	35,00	34	55,00	5,58	60,58	Aprovado
2	499690	03/06/1986	Felipe De Santi	22	22,00	15	37,50	37	59,50	0,00	59,50	Aprovado
3	494245	16/05/1964	Maria Catarina Teston	18	18,00	14	35,00	32	53,00	5,71	58,71	Aprovado
4	509365	06/03/1990	Adriano Santos Michelon	17	17,00	13	32,50	30	49,50	9,00	58,50	Aprovado
5	482286	22/09/1989	Simone De Miranda	15	15,00	13	32,50	28	47,50	5,75	53,25	Aprovado
6	494144	06/02/1994	Milena Dlugokenski	20	20,00	13	32,50	33	52,50	0,00	52,50	Aprovado
7	501218	24/10/1977	Vanderlei Branco	19	19,00	13	32,50	32	51,50	0,00	51,50	Aprovado
8	488679	03/01/1984	Anderson Amaral	14	14,00	13	32,50	27	46,50	5,00	51,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

9	509460	25/06/1985	Andre Knoener	17	17,00	13	32,50	30	49,50	0,00	49,50	Aprovado
10	477286	18/11/1971	Roberto Goliszewski	14	14,00	11	27,50	25	41,50	7,25	48,75	Aprovado
11	476848	27/05/1991	Mauricio Minozzo	20	20,00	10	25,00	30	45,00	0,00	45,00	Aprovado
	510263	02/01/1971	Margaret Schmidt	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	502280	28/08/1983	Jose Augusto Sluminski	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 04.17

DECRETO SAF/Nº. 04/17, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

JOSEANE MACHADO BRASIL, portadora do CPF nº. 063.939.909-61, Enfermeira ACT 40 horas, para atuar no Pronto Atendimento, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 05.17

DECRETO SAF/Nº. 05/17, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de INGRID TORETTI, portadora do CPF nº. 099.862.209-55, nomeada pelo Decreto SAF/N. 173/2014, para ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 06.17

DECRETO SAF/Nº. 06/17, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

REDUZIR A PEDIDO

a carga horária de JOÃO OLÍMPIO AMADO DUTRA, médico clínico geral, nomeado em 27 de abril de 1995, para 10 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 07.17

DECRETO SAF/Nº. 07/17, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

EDLA MARIA MAZZUCO CUAN, portadora do CPF nº. 683.539.369-68, Assistente Social - ACT, para atuar no CRAS, em substituição ao titular em licença maternidade, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 08.17

DECRETO SAF/Nº. 08/17, de 02 de janeiro de 2017.

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

Art. 1º Ficam designados SIMONI MARTINS DA SILVA, adjunto administrativo; FABIANO BOLSONI FRANCISCO, instrutor de informática; LUIZ CARLOS GONÇALVES, técnico em contabilidade; DANIEL FREITAS BRATTI, assistente administrativo; AMANDA CAROLINE COLOGNI, adjunto administrativo; NELSON ROSSO, instrutor de informática, SORAYA MONTEIRO AGUIAR, assistente administrativo; LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, assessor executivo, WILLIAN DAJORI DOS SANTOS, fiscal de obras, CINTIA BÚRIGO GAVA, diretor de departamento; NATACHA BORGES, diretor de departamento e LOURDETE CECHINEL MACCARI, monitor, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO criada pelo Decreto SA/Nº. 10/93, de 16 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura o Art. 1º, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º A ata da sessão pública indicará os membros da Comissão Permanente de Licitação que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Presidente.

Art. 3º A investidura dos membros da Comissão de Licitação será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período subsequente.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 14/16, de 08 de janeiro de 2016.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 09/17

DECRETO SAF/Nº. 09/17, de 02 de janeiro de 2017.

DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAR EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 45, I, da Lei Orgânica Municipal e Art. 3º., IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais DANIEL FREITAS BRATTI e FABIANO BOLSONI FRANCISCO, para atuarem como PREGOEIROS em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 2º Para atuarem como membros da Equipe de Apoio em Licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, ficam designados os servidores: LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, LUIZ CARLOS GONÇALVES, AMANDA CAROLINE COLOGNI, WILLIAN DAJORI DOS SANTOS, NELSON ROSSO, SIMONE MARTINS DA SILVA, SORAYA MONTEIRO AGUIAR, CINTIA BÚRIGO GAVA, NATACHA BORGES e LOURDETE CECHINEL MACCARI.

Art. 3º A ata da sessão pública indicará o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Pregoeiro.

Art. 4º A investidura dos Pregoeiros será de 1 (um) ano, podendo ter a sua recondução para o período subsequente.

Art. 5º A investidura dos membros da Equipe de Apoio será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período subsequente.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 15/16, de 02 de janeiro de 2016.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda
e Finanças Públicas

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 09/FMS/2016

CONTRATO Nº: 198/2013.

ADITIVO Nº: 09/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. – PRORROGAÇÃO & ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: DILAB COM. E MANUTENÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 36/FMS/2013.

PREGÃO PRESENCIAL: 20/FMS/2013.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos nas unidades de saúde e odontomóvel, no atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto prorrogação e acréscimo de 7,13% (sete vírgula treze por cento) IGP-M ao valor do contrato firmado entre as partes em 30/08/2013.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 24.893,88 (vinte e quatro mil e oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 41/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 29/2016.

ADITIVO Nº: 41/2016.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ADENIR ANTÔNIO MENEGON - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 45/PMCS/2016.

TOMADA DE PREÇOS: 05/PMCS/2016.

Objeto do contrato: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de pavimentação com lajotas da Rua Italino Carboni e Rua Izaltina Búrigo Correa, Bairro União, Rua Silvestre Bortulatto e Rua Adolfo Carrer, Bairro Jardim Itália e Rua Zeferino Euclides Furlan, Linha Braço Cocal, no município de Cocal do Sul, Através do convenio nº 2016TR001411, firmado entre o município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina.

Objeto do Aditivo: O presente Termo Aditivo tem como Objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 23/06/2016.

Assinatura: 14/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 42/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 111/2013.

ADITIVO Nº: 42/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUINTO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ISAC – SERVIÇOS DE SOLDA E MANUTENÇÃO LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 22/PMCS/2013.

PREGÃO PRESENCIAL: 14/PMCS/2013.

Objeto do contrato: Aquisição pelo contratante e fornecimento contratada de aquisição de serviços serralheria, solda, pintura e remanufaturamento de peça, para o município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 10/04/2013.

Assinatura: 15/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 47.490,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos e noventa reais).

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 28/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 28/2017, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a movimentação das contas bancárias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e nos Decretos nºs 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações e 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A movimentação das contas bancárias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, será efetuada mediante assinatura da Diretora-Presidente do IPRECON, senhora LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, em conjunto com uma das titulares abaixo indicadas:

I – ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Diretora Financeira;

II – MARGARETE PECINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 289/2013, de 4 de março de 2013 e 984/2013, de 5 de dezembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 35/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 35/2017, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a coordenação, ordenação de despesas e movimentação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e nas Leis Complementares nºs. 75, de 9 de dezembro de 1993 e alterações; 518, de 17 de setembro de 2008 e 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora DENISE JUSTI LOPES, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação para coordenar, ordenar despesas e movimentar as contas dos seguintes Fundos:

a) Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

b) Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

Art. 2º Ficam designados os servidores AGENOR LUIS CEMBRANI, ocupante do cargo de Tesoureiro e JAIME ESTEVÃO BERNARDI, ocupante do cargo de Diretor de Ação Social, para atuar como tesoureiros, administrar e operacionalizar as contas bancárias do FMAS e do FIA.

Parágrafo único. Os procedimentos de que trata o art. 2º deste Decreto serão efetivados, sempre, pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em conjunto com um dos servidores designados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs. 75/2014, de 24 de janeiro de 2014 e 322/2016, de 7 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 36/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 36/2017, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989 e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente da FMEC, senhor GIL ARTIFON,

em conjunto com um dos titulares abaixo indicados:

I – ANDERSON DANIEL MÜLLER, ocupante do cargo de Encarregado de Seção;

II – ROSILENE SALVADOR POLINA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 50644-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 95/2013, de 7 de janeiro de 2013; 266/2016, de 22 de março de 2016 e 526/2016, de 23 de junho de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 37/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 37/2017, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência a servidores para assinar Certidões de Dívida Ativa, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Finanças, senhor JACIR HERMINIO MAZOCCO e à Diretora Financeira, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI, para assinar Certidões de Dívida Ativa do Município, a partir de 4 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 970/2013, de 28 de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 39/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 39/2017, DE 5 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Cultura – FMC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A movimentação e controle das contas bancárias da Fundação Municipal de Cultura – FMC, será efetuada mediante assinatura, em conjunto, do Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/ Superintendente da FMC, senhor JULIO GOMES e pelo servidor LUCAS ROMAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 5 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6/2014, de 2 de janeiro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de janeiro de 2017.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN
Diretor Administrativo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente da Operação de Crédito - BADESC, no valor de R\$ 353.605,17 (Trezentos e cinquenta e três mil e seiscentos e cinco reais e dezessete centavos).

Concórdia SC, 09 de Janeiro de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.
Secretário Municipal de Finanças

PORTARIA FMEC Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 1/2017, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor ANDERSON DANIEL MULLER, para exercer o cargo de Encarregado de Seção, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 4 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 4 de janeiro de 2017.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FUMDEMA Nº 2/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 2/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal nº 401, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, para exercer função de TESOUREIRA, a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º Revogar, a partir de 2 de janeiro de 2017, a Portaria nº 1/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

GILBERTO ANTÔNIO ROMANI
Superintendente da FUMDEMA

PORTARIA IPRECON Nº 1/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 1/2017, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidoras integrantes do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, em estágio probatório e à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, combinado c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998 e alteração; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração; nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidoras pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, em estágio probatório e à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo, pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON:

I – presidente: VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora;

II – membros:

a) DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora;

b) ONEIDE BERTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora.

Parágrafo único. A avaliação das servidoras integrantes da comissão, visando à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal, será efetuada pelos demais membros juntamente com a servidora MARGARETE PECINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º desta Portaria, conceder às servidoras abaixo relacionadas, pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, enquanto perdurarem os trabalhos na referida Comissão:

I – ONEIDE BERTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora;

II – VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento do IPRECON.

Art. 5º Revogar a Portaria nº 25/2015, de 22 de abril de 2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2017.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 6 de janeiro de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 6 de janeiro de 2017.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

PORTARIA IPRECON Nº 2/2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 2/2017, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Designa membros para compor a Comissão Permanente de Licitações do IPRECON; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas, pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, para compor a Comissão Permanente de Licitações do IPRECON, que terá a incumbência de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, cuja investidura será de 2 de janeiro de 2017 a 1º de janeiro de 2018, vedada a recondução da totalidade de seus membros, no período subsequente, e sem prejuízo de suas atribuições normais:

I – presidente: VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora;

II – membros:

a) MARGARETE PECINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo;

b) ONEIDE BERTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento do IPRECON.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 23/2016, de 5 de abril de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2017.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

BALANCETE FINANCEIRO IPRECON 12/2016

Pág 1 / 2

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		4.548.360,82
Ordinária		2.000,00
Vinculada		4.546.360,82
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		(225.800,49)
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(397.468,88)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		171.668,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		123.777.633,65
Caixa e Equivalentes de Caixa		24.221,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		123.739.815,45
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		128.100.193,98

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		1.121.647,30
Ordinária		(1.024,00)
Vinculada		1.122.671,30
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		222.113,32
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		171.668,39
Outros Pagamentos Extraorçamentários		50.444,93
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		126.756.433,36

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-1735-TLXX-221676052 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

09/01/2017 16:40



IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Dezembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		59.274,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		126.683.562,13
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		128.100.193,98

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 09/01/2017, Hora emissão 16:40:58

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora
CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-1735-TLFX-221676052 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

09/01/2017 16:40

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 066/2017

DECRETO Nº066/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de janeiro de 2017.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 067/2017

DECRETO Nº067/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 17 ,§ 1º da Lei Complementar nº 092/2013 e art. 6º ,§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 100/2013,

DECRETA

Art 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Profissionais da Educação para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I- Representante da Secretaria Municipal da Educação
Maike Elize Techio

II- Representante dos Profissionais da Educação
Sonia Fátima Cenci

III -Representante da Secretaria Municipal de Administração

Andreia Regina Di Domênico

IV – Representante do Conselho Municipal de Educação
Emanuelle Cella Tozzo

V - Representante do Departamento Pessoal
Kely Cristina Ranzan

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de janeiro de 2017.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 068/2017

DECRETO Nº068/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 16 , da Lei Complementar nº 093/2013 e art. 6º ,§ 1º da Lei Complementar nº 100/2013,

DECRETA

Art 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Servidores Municipais para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I - Presidente: Sonia Cristina Della Torres Briancini

II –Membros
Kátia Rosy Grando
Marga Angela Mocellin Giacomin
Valdinei Garbozza
Cachtuize Magnanti

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º os servidores serão avaliados, mediante o preenchimento

de formulário específico, levando em conta os seguintes fatores:

- I – Assiduidade e pontualidade;
- II – produtividade;
- III – responsabilidade;
- IV – disciplina;
- V – dedicação ao serviço público;
- VI – cooperação;
- VII – criatividade;
- VIII – organização e planejamento;
- IX – conhecimento do trabalho;
- X – bom senso e iniciativa;

Art. 4º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 04/2017 - DISPENSA 04/2017 - SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE MAIOR COMPLEXIDADE CONFORME DIRETRIZES DO SUS

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato da Sra. Rafaela Dezen, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, prestação de serviços médicos especializados de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de cordilheira alta integrante da associação dos municípios do oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, a favor de CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA- CIS -AMOSC no valor total de R\$ 372.200,00 (sete mil e oitocentos reais).

Cordilheira Alta, 02 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 02/2017 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato do Sr. Mauro Moresco, Secretário de Administração, Fazenda

e Planejamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Artigo 24, inciso XIII e inciso XVI da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para manutenção das atividades da Secretaria de Administração, a favor de CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL- CIGA, no valor total de R\$ 10.485,00 (dez mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Cordilheira Alta, 09 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 03/2017 - DISPENSA 03/2017 - EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO CONFORME DIRETRIZES DO SUS, MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato da Sra. Rafaela Dezen, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de cordilheira alta integrante da associação dos municípios do oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, visando à manutenção do consórcio, a favor de CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, no valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Cordilheira Alta, 09 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 7700/2016

DECRETO Nº. 7.700, 26 de Dezembro de 2016 .

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício de 2015, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e por anulação de dotação, no orçamento vigente do município o valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 03.04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00.

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 03.04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 270,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares por anulação de dotação no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 03.04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 270,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

Coronel Martins

PREFEITURA

CONTRATO Nº 002/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JANEIRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 002/2017

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 412,76 (quatrocentos e doze reais e setenta e seis centavos).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato é a prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de serviços exclusivos de assistência técnica de manutenção aos programas de computador denominado WINRURAL, para efeito deste contrato, simplesmente denominado PROGRAMA.

1.1 Compreende-se como MANUTENÇÃO os serviços a serem realizados consistentes em:

- a) Corrigir o mau funcionamento do PROGRAMA, sempre que gerado por erros, em sua concepção e produção, de responsabilidade do produtor e titular dos direitos autorais;
- b) Manter o programa atualizado tecnicamente, fornecendo prontamente as novas versões que venham a ser liberadas e contenham alterações, acréscimos de rotinas ou melhorias de desempenho, de forma geral;
- c) Atender, sem ônus para a contratante, desde que feitas em dias úteis e no horário comercial, as ligações telefônicas, fax e mensagens de correio eletrônico, enviados para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto ao programa fornecido;
- d) A CONTRATADA dará todo o treinamento aos funcionários envolvidos no que se refere à operação do PROGRAMA. Este treinamento será ministrado na sede da CONTRATADA conforme endereço acima descrito;

1.2 Não se compreende como MANUTENÇÃO e serão cobrados a parte:

- a) Os serviços de correção de erros de operação ou uso indevido do programa.
- b) Os serviços de recuperação de arquivos de dados e acertos feitos no programa devidos a erros ocorridos por causa diversas que não sejam falhas na sua concepção e produção;
- c) Os serviços de alteração do programa solicitados pela CONTRATANTE, por motivos do seu interesse;
- d) O fornecimento de novas versões do programa a pedido da CONTRATANTE, fora das épocas normais de fornecimento de novas versões;
- e) O suporte externo (no CONTRATANTE) deve ser solicitado e agendado junto ao suporte. A CONTRATANTE deve verificar ainda na solicitação o custo da hora técnica. Nesta opção não estão incluídos os valores da Cláusula Quarta – Do Pagamento;

1.3 A contratada não se responsabiliza por problemas, erros, danos ou prejuízos advindos:

- a) De quaisquer alterações efetuadas sem autorização expressa da contratada, seja no programa, seja no equipamento que o comporta, bem como por problemas oriundos de má operação, operação indevida e/ou sem a expressa anuência da CONTRATADA;
- b) De decisões tomadas com base em informações, quaisquer que sejam, fornecidas pelo programa;

1.4 A CONTRATADA não se responsabiliza por problemas havidos com, ou originários de outros programas ou sistemas que não trabalhem integrados ao programa objeto da manutenção prevista neste instrumento, como aplicativos e sistemas operacionais em geral.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins OAB/SC 38.444A

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 05.982.200/0001-00

CONTRATADA: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

DECRETO Nº 022/2017

DECRETO Nº 022, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e alterações e lei nº 10.520/2002 com suas respectivas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, composta por 05 (cinco) membros, sendo deles 03 (três) efetivos e 02 (dois) suplentes, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios do Município de Coronel Martins.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o artigo anterior, ficam nomeados os seguintes membros:

I – Efetivos: 1) Lucas Cuchi; 2) Daniela Smaniotto; e 3) Cleirton Getúlio Kielb;

II – Suplentes: 1)Neimar Cassol; e 2) Carmelinda Biazin Gaio.

Parágrafo único. A CPL será presidida pelo membro efetivo Lucas Cuchi, tendo como secretaria Daniela Smaniotto.

Art. 3º À Comissão de licitação compete privativamente:

I – Deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;
II – Receber todas as propostas para a participação em licitação pública;

III – Proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º A comissão de licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I – Concorrência;

II – Tomada de preço;

III – Convite;

IV – Concurso, e

V – Leilão.

Art. 5º O presidente ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo a Secretaria elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º Os membros da CPL não serão remunerados pelos serviços prestados.

Art. 7º A Administração Pública Direta do Município de Coronel Martins poderá adotar, nos casos que entender cabíveis, a modalidade de licitação denominada Pregão.

Parágrafo único. Competirá ao secretário Municipal de Administração e Finanças, a escolha das Licitações realizáveis pela destacada modalidade.

Art. 8º Nos casos em que for adotada a modalidade Pregão será

observada a forma presencial.

Art. 9º A licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios constitucionais da Administração Pública, entre eles o da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade, além de ser condicionada aos ditames da Lei federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, à Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras do Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segura contratação.

Art. 10. Fica designado como pregoeiro o servidor Lucas Cuchi.

Art. 11. A equipe de apoio ao pregoeiro será composta pelas seguintes pessoas:

I – Lucas Cuchi;

II – Daniela Smaniotto,

III – Neimar Cassol e

IV – Carmelinda Biazin Gaio.

Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com as respectivas funções administrativas.

Art. 12. Substituirá o Pregoeiro, em suas ausências o servidor Neimar Cassol.

Art. 13 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, investidos nas respectivas funções, exercerão todas as atribuições definidas pela Lei Federal nº 10.520/2002.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Coronel Martins – SC em 02 de Janeiro de 2017.

FABIANO JOTON

Vice-Prefeito Municipal

Conforme Decreto 002/2017

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario de administração planejamento e finanças.

DECRETO Nº 031/2017

DECRETO Nº 031. DE 02 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 09/01/2017 Á 07/02/2017

Nome Cargo Referência

Mareci Angelo Trento Motorista 03/06/2015 a 02/06/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês,

podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 032/2017

DECRETO Nº 032 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Paulo Roberto da Silva, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Transporte, obras e Serviços Públicos, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 09 de janeiro de 2017.

Paragrafo único: Adicional de Insalubridade ao servidor Público Municipal, Sr. Paulo Roberto da Silva, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir 09 de janeiro de 2017, em virtude da prestação de serviço junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 033/2017

DECRETO Nº. 033 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra, Lucélia Cintia Previatti da Trindade ocupante de cargo de auxiliar de serviços gerais, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 09 de Janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de Janeiro de 2017
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 034/2017

DECRETO Nº. 034 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 á 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;
CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2017 à 01/02/2017.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Beloni Pomagerski	Servente	02/06/2015 á 01/06/2016
Inês Madali Garbin	Servente	01/08/2015 á 31/07/2016
Karina Pinheiro	Servente	02/06/2015 á 01/06/2016
Luciana Peruzzo Basi	Servente	13/04/2015 á 12/04/2016
Roselaine Lucia R. Ravarena	Servente	02/06/2015 á 01/06/2016
Roseli Gabin	Servente	28/06/2015 á 27/06/2016
Simone Zeviescki	Servente	02/06/2015 á 01/06/2016
Adilson Santetti	Motorista	01/08/2015 á 31/07/2016
Joel de Jesus dos Santos	Motorista	03/04/2015 á 02/04/2016
Josimar Becker	Motorista	02/06/2015 á 01/06/2016
Josoel de Oliveira	Motorista	02/06/2015 á 01/06/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições e contrário, em especial o Decreto 017 de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 035/2017

DECRETO Nº. 035, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA SERVIDORES PUBLICOS A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais e prestadores de serviço, abaixo nominados, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME CARGO

Giovani Schuster	Secretário de Administração, Planejamento e Finanças
Ivair Carlos Baldissera	Secretário Saúde
Daniela Smaniotto	Assessora de Secretaria
Lucas Cuchi	Chefe de Gabinete
Maico Picetti	Assessor de Recursos Humanos
Cleirton Getulio Kielb	Diretor Geral de Finanças e Contabilidade
Valderes Karacek	Diretor Geral dos serviços de Saúde Publica
Belonir dos Santos	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Ari Biazin	Diretor Geral de Agricultura e Meio Ambiente
Debora Biasu	Contadora Geral
Rosa Maria Camargo	Diretor .Geral de Assistência Social
Neimar Cassol	Diretor de Convênios
Eleandro Amarante	Diretor de Administração de material e Patrimônio
Claudete Conte	Secretária de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrario, em especial o decreto nº 006 de 02 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec.de Adm.,Planj. E Finanças

DECRETO Nº 036/2017

DECRETO Nº. 036 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;
CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 09/01/2017 à 07/02/2017.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Ricardo José Pertille	Vigia	02/06/2015 á 01/06/2016
Claudir de Souza	Vigia	02/06/2015 á 01/06/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições e contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 037/2017

DECRETO Nº 037 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. A Senhora Fabiane Kinispel Buratto, Servidora pública municipal, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal Administração Planejamento e Finanças, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2017

TOMADA DE PREÇO N. 001/2017 – TIPO TÉCNICA E PREÇO

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria contábil à Administração Municipal para o exercício de 2017. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 09h: 00min do dia 13 de fevereiro de 2017, procedendo à abertura às 09h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira. Coronel Martins - SC, 10 de janeiro de 2017.

Ademir Madella
Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 07/2016 FMS - FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2016 FMS/FHMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL.

Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta dos Contratos Administrativos: nº 590, 591, 592, 593, 595, de 02 de dezembro de 2016, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Instrumento: Contrato nº 656/2016 FMS e nº 655/2016 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SANDRO VILMAR PIRES ME.

CNPJ: 09.253.952/0001-91.

Instrumento: Contrato nº 657/2016 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPER-AR LTDA ME.

CNPJ: 04.195.853/0001-87.

Instrumento: Contrato nº 654/2016 FHM

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 83.157.032/0001-22.

Instrumento: Contrato nº 653/2016 FHM

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME.

CNPJ: 23.518.341/0001-59.

Vigência: 31/12/2016 a 31/01/2016.

Correia Pinto/SC 11 de janeiro de 2017.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 001/2017 PARA REALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

CHAMADA PÚBLICA 001/2017 PARA REALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC, CNPJ 83.102.467/0001-70, com sede à Av. Getúlio Vargas nº 443, centro, representado neste ato pelo Sr. JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, convoca todos os interessados em participarem de Licitações Públicas promovidas por este órgão, a promoverem o registro cadastral nesta prefeitura, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 em seus arts. 34, 35, 36 e 37.

Objeto: O presente chamamento destina-se a receber as inscrições de fornecedores no registro cadastral do Município de Corupá para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação em qualquer outro tipo de procedimento legal.

O pedido de cadastro deverá ser protocolado no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Corupá, situado na Av. Getulio Vargas, 443, Centro, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas. O Formulário de Cadastro esta disponível Pela internet, no site deste Município, no endereço www.corupa.sc.gov.br, e também permanecerá na Sala de Licitações do Município de Corupá.

Outras informações poderão ser obtidas no setor de Licitações pelo telefone/fax (47) 3375-6500 ou pelo e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Para a realização do registro cadastral, os interessados devem apresentar o formulário de cadastro disponível no site da prefeitura www.corupa.sc.gov.br, juntamente com a documentação abaixo relacionada devidamente autenticada:

HABILITAÇÃO: Registro Comercial, CNPJ, ICMS, Alvará Municipal, cópia de identidade e CPF dos sócios e contrato social.

REGULARIDADE FISCAL: Negativa da Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, Balanço Patrimonial e Registro do CREA (se for o caso) ou Conselho da Categoria, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e Certidão negativa de Falência e Concordata.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO DECRETO Nº 11100/17 - DECRETO Nº 11101/17 - DECRETO Nº 11102/17 - DECRETO Nº 11103/17 - DECRETO Nº 11104/17 - TODOS DE 05 DE JANEIRO DE 2017 - PUBLICADOS EM 06 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA DO DECRETO Nº 11100/17 - DECRETO Nº 11101/17 - DECRETO Nº 11102/17 - DECRETO Nº 11103/17 - DECRETO Nº 11104/17 – TODOS DE 05 DE JANEIRO DE 2017 - PUBLICADOS EM 06 DE JANEIRO DE 2017

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11100/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1200/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11101/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1201/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11102/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1202/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11103/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1203/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11104/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1204/17
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO DECRETO Nº 11105/17 - DECRETO Nº 11106/17 - DECRETO Nº 11107/17 - DECRETO Nº 11108/17 - DECRETO Nº 11109/17 - DECRETO Nº 11110/17 - DECRETO Nº 11111/17 - DECRETO Nº 11112/17 - DECRETO Nº 11113/17 - DECRETO Nº 11114/17 - DECRETO Nº 11115/17 - DECRETO Nº 11116/17 - DECRETO Nº 11117/17 - TODO

ERRATA DO DECRETO Nº 11105/17 - DECRETO Nº 11106/17 - DECRETO Nº 11107/17 - DECRETO Nº 11108/17 - DECRETO Nº 11109/17 - DECRETO Nº 11110/17 - DECRETO Nº 11111/17 - DECRETO Nº 11112/17 - DECRETO Nº 11113/17 - DECRETO Nº 11114/17 - DECRETO Nº 11115/17 - DECRETO Nº 11116/17 - DECRETO Nº 11117/17 - TODOS DE 06 DE JANEIRO DE 2017 - PUBLICADOS EM 09 DE JANEIRO DE 2017

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11105/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1205/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11106/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1206/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11107/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1207/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11108/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1208/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11109/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1209/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11110/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1210/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11111/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1211/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11112/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1212/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11113/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1213/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11114/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1214/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11115/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1215/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11116/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1216/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11117/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1217/17
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO DECRETO Nº 11118/17 - DECRETO Nº 11119/17 - DECRETO Nº 11120/17 - TODOS DE 09 DE JANEIRO DE 2017 - PUBLICADOS EM 10 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA DO DECRETO Nº 11118/17 - DECRETO Nº 11119/17 - DECRETO Nº 11120/17 - TODOS DE 09 DE JANEIRO DE 2017 - PUBLICADOS EM 10 DE JANEIRO DE 2017

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11118/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1218/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11119/17
LEIA-SE: DECRETO Nº 1219/17

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 11120/17

LEIA-SE: DECRETO Nº 1220/17
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO DECRETO Nº 1194/17 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA DO DECRETO Nº 1194/17 DE 04 DE JANEIRO DE 2017, PUBLICADO EM 05 DE JANEIRO DE 2017.

ONDE SE LÊ (PREAMBULO): NOMEIA O SR. CLÁUDIO SIQUEIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE DEFESA CIVIL.

LEIA-SE (PREAMBULO): NOMEIA O SR. CLÁUDIO SIDNEI DE SIQUEIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE DEFESA CIVIL.

ONDE SE LÊ: Art. 1º - Fica nomeado o SR. CLÁUDIO SIQUEIRA, para ocupar o cargo de Diretor de Defesa Civil.

LEIA-SE: Art. 1º - Fica nomeado o SR. CLÁUDIO SIDNEI DE SIQUEIRA, para ocupar o cargo de Diretor de Defesa Civil.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 002/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº002/2017.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

ALCEU GILMAR MORETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora JÉSSICA CARVALHO BERTHELSEN para ocupar o cargo de Chefe Controle e Orçamento, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente , a constante do anexo II da Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Corupá, 02 de Janeiro de 2017.

ALCEU GILMAR MORETTI
Presidente

PORTARIA 003/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº003/2017.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

ALCEU GILMAR MORETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais e, de conformidade com a Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora KÁTIA MARIE SCHUNKE para ocupar o cargo de Assessora de Expedientes, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente , a constante do anexo II da Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Corupá, 02 de Janeiro de 2017.

ALCEU GILMAR MORETTI
Presidente

PORTARIA 004/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº004/2017.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

ALCEU GILMAR MORETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor JONEY CICERO MOROZINI para ocupar o cargo de Diretor Administrativo, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente , a constante do anexo II da Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Corupá, 02 de Janeiro de 2017.

ALCEU GILMAR MORETTI

Presidente

PORTARIA 005/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº005/2017.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

ALCEU GILMAR MORETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor MARCELO HERMANN para ocupar o cargo de Assessor de Comunicação, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente , a constante do anexo II da Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Corupá, 02 de Janeiro de 2017.

ALCEU GILMAR MORETTI

Presidente

PORTARIA 006/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº006/2017.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

ALCEU GILMAR MORETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor HERRMANN SUESENBACH para ocupar o cargo de Assessor Jurídico, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente , a constante do anexo II da Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Corupá, 02 de Janeiro de 2017.

ALCEU GILMAR MORETTI

Presidente

PORTARIAº001/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº001/2017.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

ALCEU GILMAR MORETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora IRACLIDIA DELURDES SOLAMON para ocupar o cargo de Assessora Administrativa, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente , a constante do anexo II da Lei Complementar nº054/2015 de 25 de Março de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Corupá, 02 de Janeiro de 2017.

ALCEU GILMAR MORETTI

Presidente

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 24/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Janeiro de 2017.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 42/2017 CLEITON DOSS

PORTARIA 042/2017

REVOGA PORTARIA Nº 645/2013 DE 16 DE SETEMBRO DE 2013, QUE PROMOVE ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR EM NOVO CARGO FUNCIONAL:

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

CONSIDERANDO que a Constituição do Brasil não admite o enquadramento, sem concurso publico, de servidor em cargo diverso daquele que é titular, sob pena de ofensa do dispositivo no artigo 37, inciso II, da Constituição de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria nº 645/2013 de 16 de setembro de 2013, a qual promove enquadramento de servidor em novo cargo funcional.

Art. 2º - Determinar que o servidor CLEITON RODRIGO DOSS, ocupante atualmente do cargo de Engenheiro Agrônomo, nível de vencimento ATNS-10, retorne a ocupar o cargo de Técnico Agropecuário, nível de vencimento ATNM-8, ao qual foi efetivamente aprovado no concurso publico 001/2007 realizado por este município.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, correrão a conta de dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da Lei.
Data 06/01/2017.

ELTON MIGUEL SANTIN

Gerente Administrativo/RH

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2164/2016

DECRETO 2164, de 26 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 20.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 1.030 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE

7 - 4.4.90.00.00.00.01.0007 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0033 Transferências de Convênios da União – Saúde, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2165/2016

DECRETO 2165, de 28 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 79.848,30 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.019 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – SEC.DE AGRICULTURA

215 – 4.4.90.00.00.00.01.0034.0000 – Aplicações Diretas R\$ 79.848,30

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0034 Outras Transferências de Convênios da União, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 28 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2166/2016

DECRETO 2165, de 28 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 79.848,30 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV – 1.019 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – SEC.DE AGRICULTURA

215 – 4.4.90.00.00.00.01.0034.0000 – Aplicações Diretas R\$ 79.848,30

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0034 Outras Transferências de Convênios da União, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 28 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2167/2016

DECRETO 2167, de 28 de dezembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 7.400,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.015 – MANUTENÇÃO DO ESNISINO FUNDAMENTAL

58 – 3.3.90.00.00.00.01.0019 – Aplicações Diretas R\$ 7.400,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 19 – Transferências do Fundeb 40%, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 28 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2168/2017**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

DECRETO 2168, de 03 de janeiro de 2017.

Homologa Inscrições do Processo Seletivo n. 005/2016, de que trata o Edital n. 005, de 13 de dezembro de 2016 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 005, de 13 de dezembro de 2016, homologa as inscrições do Processo Seletivo nº 005/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 002/2016, originado pelo Edital n. 005, de 13 de dezembro de 2016, conforme abaixo:

Cargo: Agente Serviços Gerais I

INSC.	CANDIDATO	CARGO
8885	ADAIR TADEU VARELA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8892	GIEZI LUIZ PALAVRO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8895	EDESON SERENA CHAITEL	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8911	MAURO JUNIOR URBANSKI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8921	LUAN ARTHUR DOS SANTOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8923	IVONIR LAURENTINO DADALT	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8931	ODAIR JOSE DE MORAIS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8934	AIRTON ANTUNES DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8937	TIAGO ANTONIO TIBES DOS SANTOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8956	JONEI DE MORAES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8964	ALMIR SILVA DE ANDRADE	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
8970	MARCELO LUIS DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS I
Cargo Agente Serviços Gerais II		
8878	ANELISE PROVENSÍ ANDOLFATTO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8894	DALVANA CONTINI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8910	LUCIMARA XAVIER DE PAULA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8912	NAIANA PIOVESAN DOARTE SOARES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8936	INES IVONETE DADALT	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8954	MARCIA PADILHA DA LUZ	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8957	RENIELI RODRIGUES DE LIMA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
8965	SANDRA DE FATIMA PEREIRA MOZZER	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II

E-mail: administracao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (0**49) 3542.1222
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

8966	KATIA FEDRIGO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
Cargo: Médico Generalista		
8663	DEIZI FERNANDA SCHWENGBER	MEDICO GENERALISTA
8884	RODOLFO AUGUSTO BRESSAN BARBOZA	MEDICO GENERALISTA
8929	GUSTAVO HOHMANN CAMINA	MEDICO GENERALISTA
8938	JÉSSICA VIEL	MEDICO GENERALISTA
8944	NAYARA RECALCATTI	MEDICO GENERALISTA
8945	JORGE LIZARDO CAYOTOPA ESCALANTE	MEDICO GENERALISTA
8946	ATHAID DAVID ESCALANTE CAYOTOPA	MEDICO GENERALISTA
8961	DAIANE KAREN GALVAN	MEDICO GENERALISTA
Cargo: Professor de Educação Física		
8676	PÂMELA FAGUNDES SERENA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8716	GEZLAINE ALVES DE ALMEIDA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8817	DAILANA FERREIRA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8849	CARLA TEODORO	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8869	CAUE AMALCABURIO	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8871	MARLON IGOR BOTELHO SPÍNDOLA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8877	ROSANA CAROLINA L. DA ROSA BALESTRO	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8881	JÉSSICA ANTUNES MARTINS FERREIRA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8893	WESLEY FELIPE DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8897	SCHEILA BULLA GIRARDI	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8903	VANDERLÉIA LURDES DANIELLI	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8917	MAIELI DA SILVA AMORA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8922	THALITA BOF	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8932	JOÃO PAULO PADILHA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8933	GELSON RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8935	RAFAEL THOMAZ DE VARGAS	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8950	DIEGO DA SILVEIRA PADILHA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8959	CARISE APARECIDA ALVES SOUZA	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
8968	MATHEUS ANTONIO DEITOS	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA
Cargo: Professor de Inglês		
8683	THALIA ZAMPIERI	PROFESSOR DE INGLES
8757	RONALDO DALLA COSTA	PROFESSOR DE INGLES
8876	BRUNA PRIMO	PROFESSOR DE INGLES
8896	JONAS TEODORO DE SOUZA	PROFESSOR DE INGLES
8908	HENRY UBIAL PEREIRA	PROFESSOR DE INGLES

E-mail: administracao@ervalvelho.sc.gov.br
 Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (0**49) 3542.1222
 89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

8947	REYNALDO TONOLLI	PROFESSOR DE INGLES
Cargo: Prof. Séries Iniciais Educ. Infantil		
8674	ADRIANA PELENTIR KARSBURG	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8681	ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8691	TAYNA ANDOLFATTO	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8700	HERIBERTO FRANCISCO XAVIER	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8708	GISLEIDE APARECIDA RODRIGUES GAVAZZONI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8731	MARTA RECALCATTI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8742	ANA CRISTINA DA SILVA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8746	ROSANGELA WIRTH	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8765	JULIANA KLEIN	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8797	ELIETE TEREZINHA DE OLIVEIRA HUGEN	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8839	FERNANDO POGGERE	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8843	NEIDY DAYANA DE ALMEIDA FILIPPIN	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8865	FRANCIANI APARECIDA TELLES DA FONSECA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8866	MARISETE ALVES DIAS	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8867	SANDRA REGINA MARCON FATTORI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8870	AMANDA LUZIA FERRANDIN	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8872	ANA PAULA DOS ANJOS	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8875	FABIANA PAROLIN ANTES	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8879	SANDRA FATTORI BESS	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8880	AMANDA FERRARI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8882	MARCIA ANTONIA DADALT FEDRIGO	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8887	RÚBIA SIBÉLIS CHIAMULERA DUARTE	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8891	LILIANE TONIAL	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8900	ISABELLY RODRIGUES GALAN	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8905	SIMONE DALLA NORA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8907	LUZIA BROCARDO CARABOLANTE	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8913	GELISE CIARNOSKI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8914	KEZI DE OLIVEIRA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8918	GISLI DONDEL	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8920	ANDRE SANTOS MICHELON	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8924	ANA CLAUDIA PIOVEZAN BOF	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8925	JAQUELINE RECK	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8926	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8927	MARINA TRIQUES BORDIN	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8928	ROSEMARI DE SOUZA DUTRA DE MATTOS	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL

E-mail: administracao@ervalvelho.sc.gov.br
 Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (0**49) 3542.1222
 89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

8940	MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8941	QUELIN VACCARI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8942	MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8943	ALINE MARIA CORONETTI DEZANET	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8948	ELIANE DORINI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8949	CLEDÍNÉIA DOS SANTOS FILIPPINI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8951	LARA CRISTINA PENTEADO ALBERTI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8955	SANDRA ANDRÉIA RECALCATTI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8958	MARCIA FABIANA BECKER ROMERO	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8960	CARLA APARECIDA MELOTTI	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8962	TANIA LINO	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8963	DIUMIRA DE MATTOS	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL
8969	NOEMI VETTORI DE OLIVEIRA	PROF. SERIES INICIAIS EDUC. INFANTIL

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em
03 de janeiro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 03 de janeiro
de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

E-mail: administracao@ervalvelho.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, nº 204 Fone/Fax: (0**49) 3542.1222
89613-000 **ERVAL VELHO** Santa Catarina

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 002/2017
Edital de Dispensa de Licitação nº 001/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Prestação de Serviços de Realização de Programas de Segurança e Saúde no Trabalho para o ano de 2017.

Contratado: BRANDALISE & PADILHA CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 7.850,00 (Sete mil oitocentos e cinquenta reais).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 001/2017
Edital de Pregão nº 001/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de serviços de Recapagem, Recauchutagem, Duplagem e Vulcanização destinado a frota oficial do Município de Erval Velho, durante o exercício de 2017 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 24/01/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

PORTARIA 3267/2016

PORTARIA 3267, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3255, de 01 de novembro de 2016, que contratou o servidor Juliano de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Professor de Educação Musical, não habilitado, até 31 de dezembro de 2017, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Parágrafo Único: A presente prorrogação visa atender os programas do FMAS – SFV desenvolvidos neste município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 30 de dezembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3268/2017

PORTARIA 3268, de 02 de janeiro de 2017.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro à 31 de janeiro de 2017 conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Algemiro Ferreira	Agente de Serviços Externos	05/06/2014	A	04/06/2015
Ana Claudia Nogueira da Silva	Agente Comunitário de Saúde	09/05/2015	A	08/05/2016
Ana Claudia Piovezan Bof	Aux. de Saúde Bucal	01/03/2015	A	28/02/2016
Caroliny Bazzi Rissotto	Fisioterapeuta	01/03/2015	A	29/02/2016
Cristiane Bordin Camaroto	Agente Administrativo	03/06/2015	A	02/06/2016
Daniela Foiatto	Psicóloga	02/01/2016	A	01/01/2017
Fabio Trombetta	Motorista	07/01/2016	A	06/01/2017
Franciela Rita Davoglio	Agente Administrativo	05/05/2015	A	04/05/2016
Gelson Claudir Lorenzetti	Técnico Agrícola	02/06/2015	A	01/06/2016
José Angelo Bordin	Médico Veterinário	02/05/2015	A	01/05/2016
José Dorini Sobrinho	Operador de Máquinas	06/03/2015	A	05/03/2016
Josi Chiamulera	Agente Comunitário de Saúde	14/06/2015	A	13/06/2016
Juliana Ferrari	Técnico em Enfermagem	16/11/2015	A	15/11/2016
Jussara Christófolli	Agente Comunitário de Saúde	24/04/2015	A	23/04/2016
Luciano de Oliveira	Motorista	07/01/2015	A	06/01/2016
Márcia Rose Ferrari	Agente Comunitário de Saúde	11/07/2015	A	10/07/2016
Mariangela C. de Oliveira	Psicóloga	23/02/2015	A	22/02/2016
Marília Mônica Marin	Agente Comunitário de Saúde	14/03/2015	A	13/03/2016
Marisa Dejacometti Piccoli	Engenheira	01/04/2015	A	31/03/2016
Osmar José Stortti	Agente de Serviços Gerais I	02/08/2015	A	01/08/2016
Ronaldo Piovesan	Motorista	04/12/2015	A	03/12/2016
Rosângela Ferreira Mendes	Agente de Serviços Gerais II	03/02/2015	A	02/02/2016
Silvana C. F. Herrmann	Odontóloga	13/11/2015	A	12/11/2016

Art.2º. Esta Portaria n. 3268 entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de janeiro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3269/2017

PORTARIA 3269, de 02 de janeiro de 2017.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro a 2 de fevereiro de 2017, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Angelita dos Prazeres B. Girardi	Fiscal de Tributos Municipais	01/05/2015	A	30/04/2016
Gelson Camilo Dalmedico	Diretor de Adm.e Finanças	05/08/2015	A	04/08/2016
Rejane Maria Provensi Barcaro	Assessor Técnico Pedagógico	02/05/2015	A	01/05/2016
Silvano Rodrigo Pratto	Secretário de Saúde	13/08/2014	A	12/08/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3270/2017

PORTARIA 3270, de 02 de janeiro de 2017.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal em consonância com a Lei de Licitações,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

Titulares:

Gizelle Fornari – Presidente
Alessandra Tonial - Secretária
Djalmo de Andrade - Membro

Suplentes:

Adriana Galhotto dos Santos
Alduir Antonio Mocelin
Anderson Piovesan

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3271/2017

PORTARIA 3271, de 03 de janeiro de 2016.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Senhora Eliane Piccoli Ferreira Lopes, brasileira, casada, no cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 03 de janeiro de 2016.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3272/2017

PORTARIA 3272, de 04 de janeiro de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso III, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2016, originado pelo Edital n. 002/2016, de 08 de abril de 2016,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora MARINEZ DE OLIVEIRA TOZATTI, para ocupar temporariamente o cargo de Técnico em Enfermagem, nível 05-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Concede a servidora Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 04 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3273/2017

PORTARIA 3273, de 04 de janeiro de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso III, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2016, originado pelo Edital n. 002/2016, de 08 de abril de 2016,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora CARLA TEODORO, para ocupar temporariamente o cargo de Técnico em Enfermagem, nível 05-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Concede a servidora Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 04 de janeiro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Projeto de Decreto Legislativo n.º 002/2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-SC, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, composta pela Presidente ELIANE PICCOLI F. LOPES, pelo Vice-Presidente EDER NERES DA SILVA e pela Secretária MARCIA BULLA DE SORDI em conjunto com os Vereadores EDGAR BRUNO DE SORDI; RONALDO PIOVESAN, MIGUEL TESSARI, JONAS AMALCABURIO, VANOALDO GALIOTTO e SEVERINO JAIME SCHMIDT, no uso de suas prerrogativas legais bem como nas disposições do art. 29, VI da Constituição Federal do Brasil, fazem saber que esta Casa de Leis aprovou e a Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Legislativo, para o mandato de 2017/2020 ficam fixados em parcela única de acordo com a tabela a seguir:

CARGO	VALOR MENSAL EM REAIS
VEREADOR	R\$ 2.508,22
PRESIDENTE DA CÂMARA	R\$ 3.762,33

Parágrafo Único - Os subsídios poderão ser reajustados anualmente nos mesmos índices da revisão geral anual do Funcionalismo Público Municipal em lei específica.

Art.2º - Os agentes políticos descritos neste Decreto farão jus ao 13º Salário, que deverá ser pago na mesma data dos servidores públicos do Município.

Art. 3º - Após a promulgação deste Decreto pela Presidente da Câmara, o mesmo entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2016.

ELIANE PICCOLI F. LOPES Presidente	EDER NERES DA SILVA Vice-Presidente
MARCIA BULLA DE SORDI Primeira Secretária	
De Acordo com a Proposta Conjunta os Vereadores signatários.	
EDGAR BRUNO DE SORDI RONALDO PIOVESAN	
MIGUEL TESSARI JONAS AMALCABURIO,	
VANOALDO GALIOTTO SEVERINO JAIME SCHMIDT	

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 47/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 47/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 02/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 11 de janeiro de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 066/2017

	PORTARIA Nº 066/2017
	ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria ALTERADA A LOTAÇÃO do Servidor Municipal MAIKO RODRIGO STAMM, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração com carga horária de 40 horas semanais, para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/ PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 183/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representado pelo Sr. Charles Madeira Melo, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

2. GOLD COMPUTADORES LTDA, CNPJ/MF nº 02.537.692/0001-37, estabelecida na Avenida Rui Barbosa, em Araranguá, neste ato representado pelo Sr. Sandro Pietsch, brasileiro, CI 2.390.820, CPF 675.131.079-04;

3. ANGELO DEMO ME, CNPJ/MF nº 13.773.836/0001-70, estabelecida na Rua 27 de Setembro, 869, Centro, Sangão/SC, neste ato representado pelo Sr. Angelo Demo, CI 36.39.807-1, CPF 031.656.969-00;

4. HAYA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 03.928.935/0001-20, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, 15, Centro, Sombrio/SC, neste ato representado pelo Sr. Eliomar Carlos Cardoso, CI 5.707.071, CPF 541.959.770-53;

5. PERFORM TECNOLOGIA LTDA EPP, CNPJ/MF nº 21.873.370/0001-03, estabelecida na Rua da Praça, 241, Palhoça/SC, neste ato representado pelo Sr. Gustavo Altair Gotardo, CI 3.509.657, CPF 003.660.249-30;

6. WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 09.159.503/0001-89, estabelecida na Rua Antenor Valentim da Silva, 853, Centro, São José/SC, neste ato representado pelo Sr. Eder Luiz de Souza, CI 3937795, CPF 051.478.119-07;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 183/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais

de informática, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo

com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a

indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 183/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 05 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Melo

CPF: 082.909.739-26

GOLD COMPUTADORES LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Sandro Pietsch

CPF: 675.131.079-04;

ANGELO DEMO ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Angelo Demo

CPF: 031.656.969-00;

HAYA INFORMÁTICA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Eliomar Carlos Cardoso

CPF: 541.959.770-53

PERFORM TECNOLOGIA LTDA EPP Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Gustavo Altair Gotardo

CPF: 003.660.249-30

WEIKAN TECNOLOGIA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Eder Luiz de Souza

CPF: 051.478.119-07

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/ PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 171/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na

Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, em São José, inscrita no CNPJ/MF nº 03.612.312/0004-97, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Joyce Zabot Frassetto, portadora da CI 4.580.535-0 e inscrita no CPF 352.324.228-20.

2. MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, estabelecida na Rua Bréscia, 184, Bairro Mauá, Colombo/PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.912.018/0001-83, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Marina Amorim Pereira, portadora da CI 4.600.717 e inscrita no CPF 068.838.969-45.

3. PLANETA COMERCIAL LTDA, estabelecida na Rua Andreilino Natividade da Costa, 283 Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.112.923/0001-96, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Adrielson Ferreira de Oliveira, portador da CI 4600651 e inscrito no CPF 780.693.352-20.

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 171/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio das Secretarias de Ação Social e Saúde, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de 15 dias consecutivos a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos

produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência

de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não

veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação

em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 171/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 06 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Joyce Zabet Frassetto
CPF: 352.324.228-20

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Marina Amorim Pereira
CPF: 068.838.969-45 PLANETA COMERCIAL LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Adrielson Ferreira de Oliveira
CPF: 780.693.352-20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 178/ PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 178/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. GOLD COMPUTADORES LTDA, CNPJ/MF nº 02.537.692/0001-37, estabelecida na Avenida Rui Barbosa, em Araranguá, neste ato representado pelo Sr. Sandro Pietsch, brasileiro, CI 2.390.820, CPF 675.131.079-04;

2. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representado pelo Sr. Charles Madeira Mello, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

3. EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ/MF nº 05.937.672/0001-41, estabelecida na Rua João Adalgisio Philippi, em São José, neste ato representada pelo Sr. Evandro Marcos Ferreira, portador da Cédula de Identidade nº 2786473 e CPF sob o nº 909.136.399-15;

4. HAYA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 03.928.935/0001-20, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, 15, Centro, Sombrio/SC, neste ato representado pelo Sr. Eliomar Carlos Cardoso, CI 5.707.071, CPF 541.959.770-53;

5. INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ/MF nº 04.586.694/0001-41, estabelecida na Rua Pedro Mansur Elias, 111, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, neste ato representado pelo Sr. Juliano Meinchein, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3844126 e inscrito no CPF sob o nº 004.859.359-10;

6. TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP, CNPJ/MF nº 01.027.088/0001-06, estabelecida na Rua Néio Alves Martins, 274, Maringá/PR, neste ato representado pelo Sr. Marcos Keiti Ueda, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.538.095-7 e inscrito no CPF sob o nº 567.164.519-00;

Denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 178/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de cartuchos e tonners para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve

o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será

cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 178/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

GOLD COMPUTADORES LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Sandro Pietsch

CPF: 675.131.079-04;

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Mello

CPF: 844.078.839-87;

EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Evandro Marcos Ferreira

CPF: 909.136.399-15;

HAYA INFORMÁTICA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Eliomar Carlos Cardoso

CPF: 541.959.770-53

INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Juliano Meinschein

CPF: 004.859.359-10;

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Marcos Keiti Ueda

CPF: 567.164.519-00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 103/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 42/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de mão de obra hora/homem, para ampliação de rede de iluminação pública em diversos espaços públicos do município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/07/2017

3ª Publicação

AVIDO DE LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 03/PMF/2017 **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 03/PMF/2017

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos para manutenção da Iluminação Pública do Município de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de janeiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br;

Forquilha, 10 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 04/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de fevereiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 10 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº 232, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 232, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017 AOS TRIBUTOS E TAXAS QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com os artigos 269 e 484, da Lei Municipal nº. 494/98,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Forquilha, para o

exercício de 2017, está fixado da seguinte forma:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:

a) Em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), com vencimento em 10/04/2017, sendo que o contribuinte que pagar em cota única e não tiver débito com a Fazenda Municipal, gozará de mais 5% (cinco por cento) de desconto.

b) Parcelado em 4 (quatro) vezes, nos seguintes vencimentos:

- 1ª parcela até 10/04/2017;
- 2ª parcela até 10/05/2017;
- 3ª parcela até 10/06/2017;
- 4ª parcela até 10/07/2017.

II - Imposto sobre Serviços – ISS:

a) Pelo regime de enquadramento fixo, nos seguintes vencimentos:

1. Em parcela única, com desconto de 15% (quinze por cento), até o dia 31/03/2017;

2. De forma parcelada, sem desconto:

- 1ª parcela até 31/03/2017;
- 2ª parcela até 31/07/2017;
- 3ª parcela até 30/11/2017.

b) Pelo regime de produção mensal de serviços, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

III - Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas – Alvará:

a) Em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 29/02/2017;

b) De forma parcelada, sem desconto:

- 1ª parcela até 29/02/2017;
- 2ª parcela até 31/03/2017.

IV - Alvará Sanitário:

a) Em parcela única, até o dia 31/03/2017;

Art. 2º Os demais tributos e taxas serão recolhidos na forma definida pela legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 237, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 237, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE ABONO EXCEPCIONAL AOS PROFESSORES EM EFETIVO EXERCÍCIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº 2.226, de 29 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.226, de 29 de dezembro de 2016, autorizou o Poder Executivo Municipal a conceder abono excepcional, no mês de dezembro/2016, aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Professor, em efetivo exercício do cargo e lotados na Secretaria de Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a concessão deste abono se faz necessário em razão da alteração pelo Governo Federal da data fixada para o repasse dos recursos da multa da repatriação aos Municípios, antecipando-a em dois dias. A publicação da Medida Provisória traz expressamente que esses recursos serão transferidos por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a partir do dia 30 de dezembro. O texto anterior da Medida Provisória 753/2016 estabelecia que a verba da multa seria repassada aos Estados imediatamente, e aos Municípios a partir de 1º de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO que o recebimento destes valores não previstos altera significativamente o planejamento financeiro do Município, podendo afetar o cumprimento da regra disposta no art. 60, XII, dos ADCT e art. 22 da Lei nº 11.494/07;

CONSIDERANDO que 60%, no mínimo, de todos os valores auferidos a título de FUNDEB deverão ser obrigatoriamente destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em pleno exercício na rede pública;

CONSIDERANDO que em decorrência do abono possuir como causa justamente a adequação do município frente ao percentual mínimo de gastos dos recursos do FUNDEB com o magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública de ensino, a FECAM compreende como adequado a concessão nos últimos meses do ano, onde seria possível obter com segurança a receita auferida a título de FUNDEB e os gastos com pessoal para fins de cálculo e cumprimento do percentual previsto no artigo 60, XII, do ADCT e ao artigo 22 da Lei nº 11.494/07, não se enquadrando das vedações eleitorais e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.226, de 29 de dezembro de 2016, dispôs que o valor do abono será fixado por Decreto do Chefe do Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido abono excepcional, no mês de dezembro/2016, aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Professor, em efetivo exercício do cargo e lotados na Secretaria de Municipal de Educação, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. O abono de que trata este Decreto não se estende aos servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º O benefício instituído pela Lei Municipal nº 2.226, de 29 de dezembro de 2016 e regulamentado por este Decreto:

I - tem natureza indenizatória;

II - não tem natureza salarial ou remuneratória;

III - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

IV - não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;

V - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;

VI - não configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias: 05.01.2.013.3190.01.18(58) e 05.01.2.015.3190.01.18(77).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMS 70/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 70/2016
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO – JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME
DO OBJETO – contratação de empresas para aquisição de fraldas descartáveis geriátricas, para atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio da Secretaria de Saúde, para o exercício de 2017.

VALOR – R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050, fonte de recurso: 3390.102.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 75/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 75/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – LEDIO DA SILVA ME

OBJETO – O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de gás de cozinha para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 31/12/2017

DOTAÇÃO - 1701.2050 Fonte de recurso 3390.102;
1701.2051 Fonte de recurso 3390.102;
1701.2052 Fonte de recurso 3390.624.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 174/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 80/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 80/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – FAZENDA SÃO JORGE FEMININA
OBJETO – Prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2017.
VALOR – R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017
DOTAÇÃO – 1701.2050, fonte de recurso: 3390.102

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 21/FMS/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 81/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 81/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – FAZENDA SÃO JORGE MASCULINA
OBJETO – Prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2017.
VALOR – R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)
VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017
DOTAÇÃO – 1701.2050, fonte de recurso: 3390.102
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 21/FMS/2016.
DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 85/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 85/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – EDEMILSON MICHELS

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da secretaria de saúde (CAPS) do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.338,00 (hum mil trezentos e trinta e oito reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2051 fonte de recurso 3390.102.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 181/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 27 de dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 132/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 132/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO – aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 81.589,80 (Oitenta e Um mil quinhentos e Oitenta e

Nove reais e Oitenta Centavos).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 30/06/2017

DOTAÇÃO – 0501.2014, fonte de recurso: 3390.160 e 3390.100

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 167/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 133/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 133/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – EDEMILSON MICHELS

OBJETO – aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 20.275,00 (Vinte mil duzentos e Setenta e Cinco reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 30/06/2017

DOTAÇÃO – 0501.2014, fonte de recurso: 3390.160 e 3390.100

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 167/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 138/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 138/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – LEDIO DA SILVA ME

OBJETO – O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de gás de cozinha para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 87.315,00 (oitenta e sete mil trezentos e quinze reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 31/12/2017.

DOTAÇÃO - Dotação 0401.2010 Fonte 3390.100, Dotação 0401.2011 Fonte 3390.100, Dotação 0501.2015 Fonte 3390.101, Dotação 1101.2037 Fonte 3390.100 e Dotação 1301.2020 Fonte 3390.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 174/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 149/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 149/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – EDEMILSON MICHELS

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 36.516,00 (trinta e seis mil quinhentos e dezesseis reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2051 fonte de recurso: 3390.696, 0401.2011 fonte de recurso: 80, 1101.2037 fonte de recurso 3390.80, 1301.2047 fonte de recurso: 721, 1301.2048 fonte de recurso: 721.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 181/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 26 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 54/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 54/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 43/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de adaptação e reforma geral de 380,43 m² do Pronto Atendimento Central, na Rua Professor Arlindo Junkes, Centro, Município de Forquilha/SC, conforme Ofício GP nº. 467/2015 dirigidos ao Governo de Santa Catarina, conforme convênio nº. 2016TR000657, proposta 15839, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias dias no prazo de execução do contrato 43/FMS/2016 de 28/12/2016 para 26/02/2017 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 27/05/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 148/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 148/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 19/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP.

DO OBJETO – Prestação de serviços de assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativa e financeira da Prefeitura Municipal para o exercício de 2016, com execução de carga horária variável de acordo com a necessidade da contratante.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 19/PMF/2016 de 31/12/2016 para 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Art. 2º. Será considerada automática a posse dos membros eleitos e seu presidente, a partir de primeiro de janeiro de dois mil e dezessete até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, o encerramento de seu mandato.

Art. 3º. Os vencimentos e vantagens do servidor serão de responsabilidade do Poder Legislativo.

Câmara Municipal de Forquilha, 01 de janeiro de 2017.

MACIEL DA SOLER

Presidente

Publicado e registrado neste órgão em 01 de janeiro de 2017.

NEIRO JOSE PADILHA

Contador

GILBERTO STEINER

Oficial Legislativo

PORTARIAS E RESOLUÇÕES 2017

PORTARIA Nº 001/17.

DESIGNA MEMBROS DA MESA DIRETORA QUE SERÃO DELEGADOS PODERES PARA ASSINAR A MOVIMENTAÇÃO DA CONTA NO BANCO DO BRASIL S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE FORQUILHINHA, por intermédio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Lei Orgânica Municipal e Resolução 01/91 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros da mesa diretora da Câmara de Vereadores de Forquilha, para o biênio 2017/2018, os membros titulares, o Presidente Maciel Da Soler – CPF: 026.131.089-59 e o Primeiro-Secretário Adenor Pola – CPF: 506.776.169-53, com poderes para assinar toda e qualquer movimentação bancária, principalmente junto ao Banco do Brasil S/A, Ag. 3672-2, Conta Corrente 615.080-2, seja de forma gráfica, de próprio punho e / ou eletronicamente.

Parágrafo único. Os dois membros restantes da mesa, o vice-presidente e o segundo-secretário, poderão assumir em caso de afastamento dos titulares a médio e longo prazo, e se necessário, mediante as formalidades legais para torná-los aptos perante a instituição bancária, receita federal e ao cartório de registro da Comarca.

Art. 2º. Ambos designados, se comprometem e ficam cientes da responsabilidade de estar disposto a efetuar as assinaturas, sempre que necessário e pontualmente quando solicitado, devido a prazos que devem ser respeitados, garantindo confiabilidade aos credores e demais responsabilidades trabalhistas e financeiras inerentes à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de Janeiro de 2017.

MACIEL DA SOLER ADENOR POLA

Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado nesta secretaria aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

NEIRO JOSÉ PADILHA

Contador CRC/SC 23132

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, PARA O BIÊNIO 2017/2018, CONFORME ATA DE ELEIÇÃO DESTA CASA LEGISLATIVA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º. Considera-se publicado no Mural Público da sede do Legislativo Municipal, sito à Rua Sigisfredo Back, 355, Centro, Cep: 88.850-000, Forquilha, SC, a Ata de eleição da Mesa Diretora deste órgão público, para o biênio 2017/2018, conforme Regimento Interno desta Casa e Lei Orgânica municipal.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002_2017-SF

AVISO DE CANCELAMENTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017 – SF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº. 8.666/93, comunica que a Publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de janeiro de 2017, edição nº 2165, página 181, da Dispensa de Licitação nº 0002/2017, relativo ao contrato de rateio objetivando a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, fica declarada SEM EFEITO (CANCELADA), passando a vigorar nova publicação a ser realizada no Diário Oficial dos Municípios.

Fraiburgo(SC), 10 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas– Presidente da SANEFRAI

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008_2017-PMF

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0008/2017 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0008/2017, referente a contratação da IMPRENSA NACIONAL, PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU), inscrita no CNPJ sob nº 04.196.645/0001-00, para realização dos serviços de publicações no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina dos Atos do Município de Fraiburgo, no valor total estimado de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com vigência de 11.01.2017 a 31.12.2017, com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 10 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009_2017-PMF

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0009/2017 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0014/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0009/2017, referente a contratação da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC, inscrita no CNPJ sob nº 14.284.430/0001-97, para realização dos serviços de publicações no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina dos Atos do Município de Fraiburgo, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com vigência de 11.01.2017 a 31.12.2017, com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 10 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002_2017-PMF

AVISO DE RETIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017- PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

A prefeita de Fraiburgo torna público a retificação da Dispensa acima mencionada, de contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, em seu objeto, onde se lê "...Projetos e Ações do Programa de Licitações compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio...", leia-se "...Projetos e Ações do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio...".

Fraiburgo(SC), 09 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

CONVOCAÇÃO ALISON PAULO ZUCCO EDITAL 00272016 2º LUGAR

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

ALISON PAULO ZUCCO

Inscrição Nº: 7

Cargo: 1 -Engenheiro Civil -40hs

Classificação 2 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER

TEMPORÁRIO -ACT Nº 0027 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 e seu resultado homologado pelo

Decreto n.º 0000/2016 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal,

localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Engenheiro Civil -40hs

na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia

Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Engenheiro Civil -40hs

ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :

a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;

b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;

c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);

d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou

e) Identidade; telefone);

f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;

votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
Fraiburgo, SC, 09/01/2017

Patricia Ceron Machado
Departamento de Gestão de Pessoal
Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação
_____/_____/____

ALISON PAULO ZUCCO

CONVOCAÇÃO JOSUE FABIANO MELO EDITAL 00272016 3º LUGAR

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)
JOSUE FABIANO MELO
Inscrição Nº: 9
Cargo: 1 -Engenheiro Civil -40hs

Classificação 3 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -ACT Nº 0027 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 e seu resultado homologado pelo Decreto n.º 0000/2016 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Engenheiro Civil -40hs na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia
Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Engenheiro Civil -40hs
ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :
a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou
e) Identidade; telefone);
f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;
votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
Fraiburgo, SC, 09/01/2017

Patricia Ceron Machado
Departamento de Gestão de Pessoal
Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação
_____/_____/____

JOSUE FABIANO MELO

CONVOCAÇÃO PATRICIA GONÇALVES DA CUNHA EDITAL 00272016 1º LUGAR

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)
PATRÍCIA GONÇALVES DA CUNHA

Inscrição Nº: 2

Cargo: 1 -Engenheiro Civil -40hs

Classificação 1 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -ACT Nº 0027 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 e seu resultado homologado pelo Decreto n.º 0000/2016 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Engenheiro Civil -40hs na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia

Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Engenheiro Civil -40hs

ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :
a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou
e) Identidade; telefone);
f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;
votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
g) Certificado de Reservista (somente para homens);
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;

j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
Fraiburgo, SC, 09/01/2017

Patricia Ceron Machado
Departamento de Gestão de Pessoal
Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação
_____/_____/____

PATRÍCIA GONÇALVES DA CUNHA

PORTARIA Nº 0283/2017

PORTARIA Nº. 0283, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.264.609-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0284/2017

PORTARIA Nº. 0284, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 007/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.264.609-93, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2017 até 10 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0285/2017

PORTARIA Nº 0285, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0192/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSANGELA LUCIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 844.856.209-72, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 11 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0286/2017

PORTARIA Nº 0286, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0194/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ILUIR TIBES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.498.679-43, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 11 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0287/2017

PORTARIA Nº 0287, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0196/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ODETE MEIMBERG, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.203.379-16, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, de 11 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0288/2017

PORTARIA Nº 0288, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0253/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 737.633.659-15, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 16 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0289/2017

PORTARIA Nº. 0289, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 006/2017, da Secretaria de Administração e Planejamento;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 067.875.949-92, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2017 até 10 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0290/2017

PORTARIA Nº. 0290, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GEISILENE BEAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 072.162.619-09, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0291/2017

PORTARIA Nº 0291, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0215/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MARIA DA GLORIA PALHANO, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 868.905.309-34, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 12 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0292/2017

PORTARIA Nº. 0292, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ELAINE DIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 074.702.349-26, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0293/2017

PORTARIA Nº. 0293, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0001/2017, da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONE RIBEIRO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 814.007.139-00, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2017 até 10 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2017 - 015 A 015

DECRETO Nº 015/2017

NOMEIA TESOUREIRO MUNICIPAL SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 44, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o período de férias e a licença prêmio por assiduidade e eficiência concedida ao contador municipal senhor Célio Luiz Possan. Considerando ainda, a designação do servidor Leonídio Levinski para ser contador do Município de Galvão-SC, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor público municipal senhor Roberval Dalla Cort, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente de recursos humanos, matrícula funcional nº 751-0, designado tesoureiro municipal substituto junto ao Município de Galvão-SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 006/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 006/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUIZ OCTAVIO BUENO DE CARVALHO

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 007/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 007/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OSMAR GONÇALVES SEBASTIÃO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 008/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 008/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OSVALDO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 009/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 009/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADUCIO INACIO VIEIRA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 010/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 010/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SAMIR DE ARAUJO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 011/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 011/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NIVALDO JOSÉ DA SILVA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 012/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 012/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: AILTON GONÇALVES SEBASTIÃO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 013/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 013/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: AMILTON DE ARAUJO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 014/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 014/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CANDIDO DO NASCIMENTO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 015/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 015/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ABILIO GONÇALVES FILHO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 016/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 016/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO VIEIRA LOURENÇO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 017/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 017/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CAIO ERNESTO DE SOUZA PASSOS

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 018/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 018/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCAS DE SOUZA LIMA

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 019/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 019/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CARLOS ALBERTO ABREU DA SILVA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 020/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 020/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RICARDO JOSE CARDOSO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 021/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 021/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IRIS TEIXEIRA GONÇALVES

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 10/01/2017 até 10/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

LEI Nº 2040, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

LEI Nº 2.040, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA RUA NO BAIRRO RESSACADA MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua projetada existente no Bairro Ressacada, tem seu início na Estrada Geral da Ressacada, com 150,00m (cento e cinquenta metros) de extensão, por 08,00m (oito metros) de largura, sentido Oeste a Leste, após continua com 400,00m (quatrocentos metros) de extensão, por 08,00m (oito metros) de largura, sentido Norte a Sul, com término em terras dos herdeiros de Domingos Ferreira. Totalizado 550,00m (quinhentos e cinquenta metros) de extensão, que passa a ser denominada RUA JOÃO GABRIEL FERREIRA. Conforme croqui anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 024/2017

PORTARIA N.º 024, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LUIZ EVALDO SCHELSKE, CPF n.º 563.844.910-87, do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 01/01/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2017.

Garopaba, 10 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 02 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 02 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA SERVIDOR DO CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Gonçalves, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei nº 1030 de 10 de abril de 2006, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR, o Senhor LUCAS SANTANA FURTADO, brasileiro, solteiro, CPF 086.655.769-59, RG 6.079.792 SSP/SC, do cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, do quadro de servidores do Poder Legislativo Municipal, com efeitos a partir de 10/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 10 de janeiro de 2017.

Sérgio Luiz Gonçalves

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/ ____/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora Redação Legislação e Processo Legislativo

Câmara Municipal de Garopaba Garopaba

Garuva

PREFEITURA

DECRETO 041/2017

DECRETO Nº 041, de 10 de janeiro de 2017

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - 2016, e dá outras providências.”

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município para que os contribuintes possam desenvolver suas atividades dentro da regularidade fiscal;

DECRETA:

ART. 1º - Fica prorrogada para o dia 31 de março de 2017, a validade do Alvará Sanitário emitido no ano de 2016.

ART. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO 042/2017

DECRETO Nº. 042 de 10 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a nomeação da Servidora Mileidy Scheffen, para a função de Coordenadora dos Programas PNATE, PNAE e PDDE.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora MILEIDY SCHEFFEN, portadora do CPF nº 019.318.059-62, para exercer a função de Coordenadora dos Programas PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. – Conceda-se a servidora gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 24, da LC 044/09.

ART. 3o - Este Decreto entra em vigor na data de 1º de fevereiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO 37/2017

DECRETO Nº. 037, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“Decreta Feriados e Pontos Facultativos do ano de 2017, no âmbito da administração pública municipal, e dá outras providências”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre a fixação dos feriados, Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1605, de 31 de maio de 2012, que dispõe sobre os feriados municipais, DECRETA:

Art. 1o. – Divulgação dos feriados nacionais, feriados municipais e pontos facultativos a partir de 27 de fevereiro do ano de 2017, nas repartições públicas, resguardados os serviços essenciais, de acordo com as escalas definidas por cada unidade administrativa.

I. 27 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (Ponto Facultativo)

II. 28 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (Ponto Facultativo)

III. 01 de março, quarta-feira, Cinzas (Ponto Facultativo)

IV. 13 de abril, quinta-feira, Paixão (Ponto Facultativo)

V. 14 de abril, sexta-feira, sexta-feira Santa (Feriado Municipal)

VI. 21 de abril, sexta-feira, Tiradentes (Feriado Nacional)

VII. 01 de maio, segunda, Dia do Trabalhador (Feriado Nacional)

VIII. 15 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Feriado Municipal)

IX. 16 de junho, sexta-feira (Ponto Facultativo)

X. 24 de Junho, sábado, Dia do Padroeiro do Município (Feriado Municipal)

XI. 07 de Setembro, quinta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional)

XII. 08 de Setembro, sexta-feira (Ponto Facultativo)

XIII. 12 de Outubro, quinta-feira, Dia da Padroeira do Brasil (Feriado Nacional)

XIV. 13 de Outubro, sexta-feira (Ponto Facultativo)

XV. 28 de Outubro, sábado, Dia do Servidor Público (Ponto facultativo)

XVI. 02 de Novembro, quinta-feira, Finados (Feriado Nacional)

XVII. 03 de Novembro, sexta-feira (Ponto Facultativo)

XVIII. 15 de Novembro, quarta-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional)

XIX. 25 de Dezembro, segunda, Natal (Feriado Nacional)

XX. 26 de Dezembro, terça-feira, Aniversário de Garuva (Feriado Municipal, transferido do dia 20)

Art. 2º - Fica vedado o pagamento de horas extras, decorrentes do artigo acima.

Art. 3o. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.287, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.287, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DEISE ANTUNES DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 01º de janeiro de 2017, a servidora DEISE ANTUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 107.549.769-80, para o exercício do cargo em comissão de Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Fica revogada a alínea "c" do inciso "I", do Decreto nº 7.285, de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2017.

Gaspar, 03 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.296, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.296, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados, para integrar o Conselho Municipal de Educação – COMED, gestão 2016/2019:

I - RAQUEL BERNARDES CORRÊA, membro titular da área governamental, Educação Infantil, em substituição à servidora Sanira Cristina Dias; e

II – CRISTIANE LUCIANO CORRÊA, membro titular da área governamental, Ensino Fundamental, em substituição à servidora Camila Screiber Heckler.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.297, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.297, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I – ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI, conselheira, 1º titular, representante do Poder Executivo, Secretaria de Educação, em substituição ao conselheiro Neivaldo da Silva; e

II – ROSEMERI MOSER MELATO, conselheira, 2º titular, representante do Poder Executivo, Secretaria de Educação, em substituição à conselheira Simara Emilia Dalcastegné Capistrano.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.298, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.298, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

REINTEGRA A SERVIDORA TAINARA ZIMERMANN AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE GASPAR, NO CARGO DE ESCRITURÁRIA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do processo nº 0304187-98.2016.8.24.0025, em Ação de Anulação de ato administrativo com pedido de tutela de urgência, ajuizada por Tainara Zimmermann, que determinou a sustação dos efeitos do Decreto nº 7.185/2016, e a reintegração da autora ao mesmo cargo que ocupava,

DECRETA,

Art. 1º Fica reintegrada ao serviço público municipal de Gaspar a servidora TAINARA ZIMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 085.508.749-81, no cargo em provimento efetivo de Escriturária, com 40 (quarenta) horas semanais, lotação na Secretaria de Administração e Gestão, a partir de 09 de janeiro de 2017, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.511, de 14 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de janeiro de 2017, e produzindo efeitos enquanto vigente a decisão proferida nos autos do processo

nº 0304187-98.2016.8.24.0025.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.299, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.299, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a partir de 09 de janeiro de 2017, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, da servidora MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, inscrita no CPF sob o nº 756.947.949-15, nomeada pelo Decreto nº 3.773/2010, em virtude de aposentadoria por idade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de janeiro de 2017.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-dALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.300, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.300, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA LUIZA LESSA LAURENTINO.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a partir de 20 de janeiro de 2017, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora MARIA LUIZA LESSA LAURENTINO, inscrita no CPF sob o nº 485.850.259-72, nomeada pelo Decreto nº 037/1998, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-dALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.301, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.301, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA OSMARINA SILVA DA ROSA.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a partir de 20 de janeiro de 2017, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora OSMARINA SILVA DA ROSA, inscrita no CPF sob o nº 665.913.410-72, nomeada pelo Decreto nº 3.245/2009, em virtude de aposentadoria por idade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-dALL
Prefeito Municipal de Gaspar

ERRATA AO DECRETO Nº 7.285, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA AO DECRETO Nº 7.285, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.285, de 03 de janeiro de 2017, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2161, de 03 de janeiro de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê no inciso VII, alínea b:

“Diretora Geral de Atenção em Saúde Especial e Programas Estratégicos”.

Leia-se:

“Diretora Geral de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria”.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

ERRATA À PORTARIA Nº 5.104, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA À PORTARIA Nº 5.104, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria nº 5.104, de 05 de janeiro de 2017, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2163, de 06 de janeiro de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê no art.1º a data Portaria nº 5.058:

“03 de novembro de 2017”.

Leia-se:

“03 de novembro de 2016”.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.º 001/2017.**

RESOLUÇÃO N.º 001/2017.

NOMEIA AS PESSOAS QUE ESPECIFICA PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA E ASSESSOR DE IMPRENSA.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal n.º 3.348/2011, que criou o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, alterou as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, alterou a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa e alterou a denominação do cargo de Assessor Técnico-Legislativo, todos no quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar”;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 3.303/2011, entre outras providências, criou, na estrutura deste Poder Legislativo, o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência;

CONSIDERANDO o teor dos ofícios subscritos pelo Vereador Ciro André Quintino, Presidente desta Casa Legislativa, indicando os senhores Jorge Luiz Matos de Oliveira e Wilson Pereira Junior, para ocuparem, respectivamente, os cargos de provimento em comissão de Assessor da Presidência e Assessor de Imprensa;

CONSIDERANDO que está a contento a documentação apresentada, referente às pessoas indicadas para a ocupação dos referidos cargos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o senhor Jorge Luiz Matos de Oliveira, inscrito no CPF com n.º 028.819.579-51, portador do Registro Geral n.º 3.877.706, CTPS n.º 90.847 série 00024-SC, PIS/PASEP n.º 126.26622.72.0, para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência, com a carga horária de 30 horas semanais e com a remuneração de lei.

Art. 2º Fica nomeado o senhor Wilson Pereira Junior, inscrito no CPF com o n.º 043.319.399-95, portador do Registro Geral n.º 4.772.306-8, CTPS n.º 1014644, série 001-0-SC, PIS/PASEP n.º 130.74973.72-1, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, com a carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei.

Art. 3º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 3 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 002/2017

RESOLUÇÃO N.º 002/2017.

NOMEIA AS PESSOAS QUE ESPECIFICA PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE GABINETE E ASSESSOR PARLAMENTAR.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal n.º 3.348 em 28/09/2011, cuja publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios n.º 838 em 04/10/2011, que “Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, altera as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, altera a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa, e altera a denominação do cargo de Assessor Técnico-Legislativo, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar”;

CONSIDERANDO o teor dos ofícios subscritos pelos vereadores Cícero Giovane Amaro, Franciele Daiane Back, Francisco Solano Anhaia, José Ademir Moura, Mariluci Deschamps Rosa, Roberto Procópio de Souza, Rui Carlos Deschamps e Wilson Luís Lenfers, através dos quais apresentaram suas indicações para a nomeação de seus respectivos assessores;

CONSIDERANDO que a documentação apresentada pelos indicados demonstra que estes preenchem os requisitos legais necessários para as suas nomeações para os cargos mencionados em suas respectivas indicações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, que exige como grau de escolaridade mínima o nível superior completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei:

I – Ana Carolini Deschamps, inscrita no CPF com n.º 074.338.009-64, portadora do Registro Geral n.º 4.211.222, CTPS n.º 3572641 série 003-0-SC, PIS/PASEP n.º 140.07100.72-8, por indicação do vereador Francisco Solano Anhaia;

II – Elaine Cristina Wandalen, inscrita no CPF com n.º 039.969.169-30, portadora do Registro Geral n.º 4.020.167, CTPS n.º 11745 série 00029-SC, PIS/PASEP n.º 130.51008.72-8, por indicação do vereador Wilson Luís Lenfers;

III – Elizabeth de Souza, inscrita no CPF com o n.º 632.406.029-20, portadora do Registro Geral n.º 1.245.915, CPTS n.º 46.776 série 0000-SC, PIS/PASEP n.º 12019016283, por indicação da vereadora Mariluci Deschamps Rosa;

IV – Manoella Vieira de Souza Santos, inscrita no CPF com o n.º 065.010.489-74, portadora do Registro Geral n.º 5.632.684, CTPS n.º 6363584 série 0030-SC, PIS/PASEP n.º 207.64017.27-0, por indicação do vereador Cícero Giovane Amaro;

V – Patrícia Terezinha Cunhaque Duarte, inscrita no CPF com o n.º 025.660.839-32, portadora do Registro Geral n.º 3.487.746, CTPS n.º 85.148 série 00020-SC, PIS/PASEP n.º 124.83235.05-02, por indicação do vereador Rui Carlos Deschamps;

VI – Talita Catie de Medeiros, inscrita no CPF com o n.º 060.597.069-67, portadora do Registro Geral n.º 4.526.897-5, CTPS n.º 1155043 série 003-0-SC, PIS/PASEP n.º 137.21352.72-5, por indicação da vereadora Franciele Daiane Back.

Art. 2º Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, que exige como grau de escolaridade mínima o nível médio completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei:

I – Carlos Francisco Bernardes, inscrito no CPF com o n.º 068.380.059-05, portador do Registro Geral n.º 5.338.614, CTPS n.º 4814881 série 003-0-SC, PIS/PASEP n.º 210.50770.98-8, por

indicação do Suplente de Vereador investido no mandato, José Ademir Moura;

II – Larissa de Cássia Zunino, inscrita no CPF com n.º 109.705.119-65, portadora do Registro Geral n.º 6.679.937, CPTS n.º 3974433 série 0040-SC, PIS/PASEP n.º 148.37069.56-4, por indicação do vereador Roberto Procópio de Souza.

Art. 3º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 9 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 003/2017

RESOLUÇÃO N.º 003/2017.

NOMEIA SUSANA DA VEIGA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ACESSORA DE GABINETE E BARBARA CONSTANÇE CORRÊA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ACESSORA PARLAMENTAR.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal n.º 3.348 em 28/09/2011, cuja publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios n.º 838 em 04/10/2011, que "Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, altera as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, altera a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa, e altera a denominação do cargo de

Assessor Técnico-Legislativo, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar";

CONSIDERANDO o teor dos ofícios subscritos pelos vereadores Evandro Carlos Andrietti e Silvio Cleffi, através dos quais apresentaram suas indicações para a nomeação de suas respectivas assessorias;

CONSIDERANDO que a documentação apresentada pelas indicadas demonstra que estas preenchem os requisitos legais necessários para as suas nomeações para os cargos mencionados em suas respectivas indicações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete, que exige como grau de escolaridade mínima o nível superior completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei:

I – Susana da Veiga, inscrita no CPF com n.º 757.868.939-87, portadora do Registro Geral n.º 2.614.387, CTPS n.º 4956960 série 001-0-SC, PIS/PASEP n.º 123.20832.21-3, por indicação do vereador Evandro Carlos Andrietti.

Art. 2º Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar, que exige como grau de escolaridade mínima o nível médio completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei:

I – Barbara Constance Corrêa, inscrita no CPF com o n.º 068.654.199-52, portadora do Registro Geral n.º 5.006.763, CTPS n.º 0092084 série 002-0-SC, PIS/PASEP n.º 204.43216.08-2, por indicação do vereador Silvio Cleffi.

Art. 3º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N. 07 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. 07 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE FATURAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOSÉ LANA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 01 de janeiro de 2017, o servidor JOSÉ LANA, portador do CPF nº 463.336.229-15 e da CI nº. 650.972-0 do cargo em comissão de Diretor de Faturamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria tem efeito retroativo a partir de 01/01/2017.

Gaspar (SC) em, 06 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 08 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. 08 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR PEDRO SPARDOTTO

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 01 de janeiro de 2017, o servidor PEDRO SPARDOTTO, portador do CPF nº 777.100.709-06 e da CI nº. 2.642.447-9 do cargo em comissão Coordenador de Esgotamento Sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria tem efeito retroativo a partir de 01/01/2017.

Gaspar (SC) em, 06 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

RESOLVE

Art. 1º Revogar a partir do dia 11 de janeiro de 2017, a Portaria nº 113 de 06 de dezembro de 2016, que colocou à disposição da Polícia Civil do Município de Gaspar, o servidor Gilberto Rodrigo Goedert, ocupante do cargo efetivo de Encanador/Motorista, Nível EMO, Referência 28, com 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor - Presidente

PORTARIA N. 09 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. 09 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JULIUS STORCH NETO

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a partir do dia 01 de janeiro de 2017, o servidor JULIUS STORCH NETO, portador do CPF nº 836.091.139-87 e da CI nº. 3.253.832-4 do cargo em comissão de Coordenador da Estação de Tratamento de Água do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria tem efeito retroativo a partir de 01/01/2017.

Gaspar (SC) em, 06 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

PORTARIA N.10 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº. 10 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

REVOGA A PORTARIA Nº. 113 DE 06 DE DEZEMBRO 2016 QUE COLOCOU A DISPOSIÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GASPAR O SERVIDOR GILBERTO RODRIGO GOEDERT.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO Nº 09/2017

DECRETO N. 09, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

“DESIGNA SECRETÁRIO DA SAÚDE, COMO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Designar, RICARDO SCHLICKMANN ASCARI, Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, como Gestor do Fundo Municipal da Saúde – FMS do Município de Grão-Pará/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
09 de Janeiro de 2017.
MARCIO BORBA BLASIVUS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 10/2017

DECRETO N. 10, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA O EXATOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIVUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Nomear o Sr. EMIR MULLER BRATTI, EXATOR do Município de Grão-Pará, para, juntamente com o Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, RICARDO SCHLICKMANN ASCARI, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos,

solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, referentes às contas mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde, inscrito CNPJ sob o nº 02.073.207/0001-11.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 02/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
09 de janeiro de 2017.
MARCIO BORBA BLASIVUS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS Nº 10.2017.DOCX

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

PROCESSO Nº 10/2017 HOMOLOGAÇÃO: 10/01/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

SC

OBJETO: SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO À PACIENTE ÉRIKA

GHELERE, RG Nº 7.228.977 ACOMPANHADA PELA MÃE, A Sra.

ANDREIA FATIMA PELLEZ, RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE

GUARACIABA SC, TENDO EM VISTA DETERMINAÇÃO JUIICIAL,

AUTOS Nº 0900208-50.2016.8.24.0067.(PROTOCOLO DE

ATENDIMENTO EM ANEXO).

CONTRATADO: INSTITUTO DE NEUROCIÊNCIAS DR. JOAO

QUEVEDO

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 02.17 LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 09/17, Edital de Pregão Nº 02/17, Objeto: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 26/01/17; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 26/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 01.17 ELABORAÇÃO PROJETO SANEAMENTO BÁSICO.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº01/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 08/17, Edital de Tomada de Preços Nº 01/17, Objeto: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de esgotamento sanitário; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 30/01/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 30/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini

Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

RGF 2 SEM

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.129.390,67	0,00
Pessoal Ativo	7.013.251,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	78.219,36	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	37.920,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	38.577,54	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	38.577,54	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.090.813,13	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.342.993,62	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.090.813,13	43,39
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.825.216,55	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.383.955,73	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.942.694,90	48,60

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.297.082,73	1.617.526,36	2.513.740,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.317.834,83	1.725.084,79	2.537.798,35
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.752,10	107.558,43	24.058,07
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.297.082,73	-1.617.526,36	-2.513.740,28
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.181.269,01	14.336.413,59	16.342.993,62
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-16,20%	-11,28%	-15,38%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.017.522,81	17.203.696,31	19.611.592,34
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.315.770,53	15.483.326,68	17.650.433,11

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	69.449,36	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.055.646,76	3.723.570,01	300.053,29

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GUARUJA DO SUL, 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.181.269,01	14.336.413,59	16.342.993,62
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.119.879,18	3.154.010,99	3.595.458,60
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.807.891,26	2.838.609,89	3.235.912,74

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.342.993,62	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.614.878,98	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.353.391,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.144.009,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL, 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	21.186,82	0,00	0,00	0,00	0,00	21.186,82	2.500,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens destinandos a Outros Programas	132.919,13	0,00	0,00	0,00	0,00	132.919,13	0,00	0,00	0,00	
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	32.469,04	0,00	0,00	0,00	0,00	32.469,04	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	11.269,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.269,04	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transfêito - Civil	14.590,50	0,00	0,00	0,00	0,00	14.590,50	0,00	0,00	0,00	
Convênio Transfêito - Militar	22.805,73	0,00	0,00	0,00	0,00	22.805,73	144,00	0,00	0,00	
Convênio Transfêito - Prefeitura	7.323,36	0,00	0,00	0,00	0,00	7.323,36	0,00	0,00	0,00	
Convenitos Estado	14.824,33	0,00	0,00	0,00	0,00	14.824,33	4.899,41	0,00	0,00	
Convenitos Estados	13.810,56	0,00	0,00	0,00	0,00	13.810,56	0,00	0,00	0,00	
FIA Imposto de Renda	53,19	0,00	0,00	0,00	0,00	53,19	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	64.366,23	0,00	0,00	0,00	0,00	64.366,23	2.844,24	0,00	0,00	
Outras Transferências do FNDE	26.366,28	0,00	0,00	0,00	0,00	26.366,28	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos do FNDE	6.263,61	0,00	0,00	0,00	0,00	6.263,61	0,00	0,00	0,00	
Recollas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	0,00	0,00	1.925,80	0,00	0,00	(1.925,80)	1.000,00	0,00	0,00	
Recollas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	93.295,39	0,00	0,00	0,00	0,00	93.295,39	0,00	0,00	0,00	
Recollas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	133.526,42	0,00	4.831,34	0,00	0,00	128.695,08	0,00	0,00	0,00	
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e	6.577,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.577,84	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	57,74	0,00	0,00	0,00	0,00	57,74	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS 40% FUNDEF	31.235,64	0,00	0,00	0,00	0,00	31.235,64	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS FUNDEF 60%	654,69	0,00	0,00	0,00	0,00	654,69	0,00	0,00	0,00	
Salário Educação	111.642,07	0,00	0,00	0,00	0,00	111.642,07	0,00	0,00	0,00	
Transferências SUAS/Estado	23.858,28	0,00	0,00	0,00	0,00	23.858,28	0,00	0,00	0,00	
Transferências SUAS/União	65.784,47	0,00	0,00	0,00	0,00	65.784,47	0,00	0,00	0,00	
Transferências SUS/Estado	44.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	44.581,48	0,00	0,00	0,00	
Transferências SUS/União	466.545,55	0,00	0,00	0,00	0,00	466.545,55	7.141,68	0,00	0,00	
Transferência Convênio - Estado/Saude	24.177,80	0,00	0,00	0,00	0,00	24.177,80	0,00	0,00	0,00	
Transferência do Sistema Único de Assistência Social/SUAS/Est	2.395,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2.395,58	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênitos - União/Educação	5.636,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.636,13	0,00	0,00	0,00	

R\$ 1,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)		(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transferências de Convênios – União/outros	302.410,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.410,34	271.491,78	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	734,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	734,57	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.681.361,81	0,00	6.757,14	0,00	0,00	0,00	1.674.604,67	290.021,11	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	6.035,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.035,61	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	3.492,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.492,57	0,00	0,00
Recursos de Impostos para a Saúde - 15%	39.127,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.127,14	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	16.511,06	0,00	0,00	0,00	(16.511,06)	10.032,18	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	802.994,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	802.994,35	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	789,87	0,00	0,00	0,00	(789,87)	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	4.786,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.786,87	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	856.436,54	0,00	17.300,93	0,00	0,00	0,00	839.135,61	10.032,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.537.798,35	0,00	24.058,07	0,00	0,00	0,00	2.513.740,28	300.053,29	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

GUARUJÁ DO SUL, 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.342.993,62	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.554.498,52	46,22
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.805.796,17	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.315.506,36	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.513.740,28	-15,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.611.592,34	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.595.458,60	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.614.878,98	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.144.009,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	300.053,29	2.513.740,28

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

 JOSÉ CARLOS FOIATTO
 Prefeito Municipal

 DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

RGF 3 QUAD

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.342.993,62	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.554.498,52	46,22
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.805.796,17	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.315.506,36	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.513.740,28	-15,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.611.592,34	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.595.458,60	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.614.878,98	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.144.009,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	300.053,29	2.513.740,28

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.129.390,67	0,00
Pessoal Ativo	7.013.251,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	78.219,36	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	37.920,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	38.577,54	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	38.577,54	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.090.813,13	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.342.993,62	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.090.813,13	43,39
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.825.216,55	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.383.955,73	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.942.694,90	48,60

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.297.082,73	1.711.521,34	1.920.333,84	2.513.740,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.317.834,83	1.815.091,24	2.021.899,92	2.537.798,35
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.752,10	103.569,90	101.566,08	24.058,07
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.297.082,73	-1.711.521,34	-1.920.333,84	-2.513.740,28
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.181.269,01	14.341.573,25	14.763.004,34	16.342.993,62
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-16,20%	-11,93%	-13,01%	-15,38%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.017.522,81	17.209.887,90	17.715.605,21	19.611.592,34
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.315.770,53	15.488.899,11	15.944.044,69	17.650.433,11

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	67.833,67	70.892,47	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.055.646,76	4.569.541,16	2.736.970,89	300.053,29

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GUARUJA DO SUL, 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.181.269,01	14.341.573,25	14.763.004,34	16.342.993,62
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^o	3.119.879,18	3.155.146,12	3.247.860,95	3.595.458,60
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.807.891,26	2.839.631,50	2.923.074,86	3.235.912,74

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

 JOSÉ CARLOS FOIATTO
 Prefeito Municipal

 DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.342.993,62	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.614.878,98	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.353.391,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.144.009,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	21.186,82	0,00	0,00	0,00	0,00	21.186,82	2.500,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	132.919,13	0,00	0,00	0,00	0,00	132.919,13	0,00	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	32.469,04	0,00	0,00	0,00	0,00	32.469,04	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	11.269,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.269,04	0,00	0,00
Convênio Transf. - Civil	14.590,50	0,00	0,00	0,00	0,00	14.590,50	0,00	0,00
Convênio Transf. - Militar	22.805,73	0,00	0,00	0,00	0,00	22.805,73	144,00	0,00
Convênio Transf. - Prefeitura	7.323,36	0,00	0,00	0,00	0,00	7.323,36	0,00	0,00
Convenios Estado	14.824,33	0,00	0,00	0,00	0,00	14.824,33	4.899,41	0,00
Convenios Estados	13.810,56	0,00	0,00	0,00	0,00	13.810,56	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda	53,19	0,00	0,00	0,00	0,00	53,19	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	64.366,23	0,00	0,00	0,00	0,00	64.366,23	2.844,24	0,00
Outras Transferências do FNDE	26.366,28	0,00	0,00	0,00	0,00	26.366,28	0,00	0,00
Outros Recursos do FNDE	6.263,61	0,00	0,00	0,00	0,00	6.263,61	0,00	0,00
Recitas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	0,00	0,00	1.925,80	0,00	0,00	(1.925,80)	1.000,00	0,00
Recitas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	93.295,39	0,00	0,00	0,00	0,00	93.295,39	0,00	0,00
Recitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	133.526,42	0,00	4.831,34	0,00	0,00	128.695,08	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e	6.577,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.577,84	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	57,74	0,00	0,00	0,00	0,00	57,74	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS 40% FUNDEF	31.235,64	0,00	0,00	0,00	0,00	31.235,64	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FUNDEF 60%	654,69	0,00	0,00	0,00	0,00	654,69	0,00	0,00
Salário Educação	111.642,07	0,00	0,00	0,00	0,00	111.642,07	0,00	0,00
Transferências SUAS/Estado	23.858,28	0,00	0,00	0,00	0,00	23.858,28	0,00	0,00
Transferências SUAS/União	65.784,47	0,00	0,00	0,00	0,00	65.784,47	0,00	0,00
Transferências SUS/Estado	44.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	44.581,48	0,00	0,00
Transferências SUS/União	466.545,55	0,00	0,00	0,00	0,00	466.545,55	7.141,68	0,00
Transferência Convênio - Estado/Saude	24.177,80	0,00	0,00	0,00	0,00	24.177,80	0,00	0,00
Transferência do Sistema Único de Assistência Social/SUAS/Est	2.395,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2.395,58	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Educação	5.636,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.636,13	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)		(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transferências de Convênios – União/outros	302.410,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.410,34	271.491,78	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	734,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	734,57	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.681.361,81	0,00	6.757,14	0,00	0,00	0,00	1.674.604,67	290.021,11	0,00
Recargas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	6.035,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.035,61	0,00	0,00
Recargas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	3.492,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.492,57	0,00	0,00
Recursos de Impostos para a Saúde - 15%	39.127,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.127,14	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	16.511,06	0,00	0,00	0,00	(16.511,06)	10.032,18	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	802.994,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	802.994,35	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	789,87	0,00	0,00	0,00	(789,87)	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	4.786,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.786,87	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	856.436,54	0,00	17.300,93	0,00	0,00	0,00	839.135,61	10.032,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.537.798,35	0,00	24.058,07	0,00	0,00	0,00	2.513.740,28	300.053,29	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

GUARUJA DO SUL, 10/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

RREO 6 BIM

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.822.093,06	18.822.093,06	4.209.142,05	22,36	17.324.857,14	92,05
RECEITAS CORRENTES	17.647.546,64	17.647.546,64	3.993.613,34	22,63	16.342.993,62	92,61
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.667.000,00	1.667.000,00	268.060,12	15,99	1.253.802,93	74,32
IMPOSTOS	1.465.000,00	1.465.000,00	216.413,74	14,77	1.062.490,57	72,52
TAXAS	222.000,00	222.000,00	51.666,38	23,27	191.322,36	86,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	180.000,00	38.768,59	21,54	237.976,37	132,21
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	180.000,00	180.000,00	38.768,59	21,54	237.976,37	132,21
RECEITA PATRIMONIAL	101.900,00	101.900,00	35.378,70	34,72	191.420,47	187,85
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.400,00	2.400,00	565,00	23,54	3.180,08	132,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	99.500,00	99.500,00	34.813,70	34,99	188.240,39	189,19
RECEITA DE SERVIÇOS	305.000,00	305.000,00	43.540,36	14,28	252.918,50	82,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.252.696,64	15.252.696,64	3.575.900,48	23,44	14.261.470,86	93,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.176.596,64	15.176.596,64	3.559.202,04	23,45	14.070.177,92	92,71
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	25,08	0,00
TRANSF. DE CONV.	76.100,00	76.100,00	16.698,44	21,94	191.267,86	251,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.950,00	120.950,00	31.945,09	26,41	145.404,49	120,22
MULTAS E JUROS DE MORA	34.950,00	34.950,00	7.940,62	22,72	47.111,49	134,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.000,00	1.867,51	37,35	11.254,53	225,09
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	41.000,00	41.000,00	7.599,90	18,51	56.920,61	143,71
RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	40.000,00	14.547,06	36,37	28.117,86	70,29
RECEITAS DE CAPITAL	1.174.546,42	1.174.546,42	215.528,71	18,35	981.863,52	83,60
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	8.200,00	8,20
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	8.200,00	8,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.074.546,42	1.074.546,42	215.528,71	20,06	973.663,52	90,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	407.999,78	407.999,78	56.099,96	13,75	407.999,78	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	666.546,64	666.546,64	159.428,75	23,92	565.663,74	84,86
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.822.093,06	18.822.093,06	4.209.142,05	22,36	17.324.857,14	92,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.822.093,06	18.822.093,06	4.209.142,05	22,36	17.324.857,14	1.497.235,92
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	18.822.093,06	18.822.093,06	4.209.142,05	22,36	17.324.857,14	1.497.235,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.138.444,72	—	—	796.511,08	—
Superávit Financeiro	—	1.138.444,72	—	—	796.511,08	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.822.093,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	5.325.232,94	3.465.141,94	16.084.560,06	5.625.286,23	16.060.501,99	300.053,29
DESPESAS CORRENTES	15.869.177,59	16.837.949,06	1.478.603,59	14.611.468,89	2.226.480,17	3.138.152,40	14.593.340,09	2.244.608,97	14.569.282,02	18.128,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.304.796,14	8.708.389,48	1.580.702,03	7.644.293,36	1.064.096,12	1.584.062,27	7.644.293,36	1.064.096,12	7.644.293,36	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	0,00	7.682,86	2.317,14	0,00	7.682,86	2.317,14	7.682,86	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.554.381,45	8.119.559,58	-102.098,44	6.959.482,67	1.160.066,91	1.554.089,83	6.941.363,87	1.178.195,71	6.917.305,80	18.128,80
DESPESAS DE CAPITAL	2.932.915,47	4.851.897,23	13.052,07	1.773.144,46	3.078.752,77	326.989,84	1.491.219,97	3.360.677,26	1.491.219,97	281.924,49
INVESTIMENTOS	2.757.915,47	4.676.897,23	13.052,07	1.599.236,68	3.077.660,55	326.989,84	1.317.312,19	3.359.585,04	1.317.312,19	281.924,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	175.000,00	175.000,00	0,00	173.907,78	1.092,22	0,00	173.907,78	1.092,22	173.907,78	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.822.093,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	5.325.232,94	3.465.141,94	16.084.560,06	5.625.286,23	16.060.501,99	300.053,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.822.093,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	5.325.232,94	3.465.141,94	16.084.560,06	5.625.286,23	16.060.501,99	300.053,29
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.240.297,08	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.822.093,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	—	3.465.141,94	17.324.857,14	—	16.060.501,99	300.053,29

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOMATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		100.000,00				8.200,00	91.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
		100.000,00				8.200,00	91.800,00
TOTAL		100.000,00				8.200,00	91.800,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital								
Investimentos		241.993,13	6.574,00	4.074,00	4.074,00	2.500,00	200,21	237.919,13
		241.993,13	6.574,00	4.074,00	4.074,00	2.500,00	200,21	237.919,13
TOTAL		241.993,13	6.574,00	4.074,00	4.074,00	2.500,00	200,21	237.919,13

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		136.792,92		3.925,79
				140.718,71

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		1.505.500,00	1.505.500,00	1.124.700,47	74,71		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		385.000,00	385.000,00	262.144,10	68,09		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		330.000,00	330.000,00	162.906,49	49,37		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		500.000,00	500.000,00	394.469,01	78,89		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		250.000,00	250.000,00	242.960,97	97,18		
Dívida Ativa dos Impostos		2.000,00	2.000,00	1.783,66	89,18		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		21.000,00	21.000,00	34.903,53	166,21		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		17.500,00	17.500,00	25.532,71	145,90		
Cota-Parte FPM		12.802.500,00	12.802.500,00	11.774.736,76	91,97		
Cota-Parte ITR		7.000.000,00	7.000.000,00	6.739.239,45	96,27		
Cota-Parte IPVA		3.500,00	3.500,00	3.176,16	90,75		
Cota-Parte ICMS		500.000,00	500.000,00	463.061,87	92,61		
Cota-Parte IPI-Exportação		5.200.000,00	5.200.000,00	4.487.238,49	86,29		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		80.000,00	80.000,00	64.120,87	80,15		
Desoneração ICMS (LC 87/96)		19.000,00	19.000,00	17.899,92	94,21		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		19.000,00	19.000,00	17.899,92	94,21		
		14.308.000,00	14.308.000,00	12.899.437,23	90,16		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		-245.000,00	-245.000,00	-177.621,75	72,50		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		-245.000,00	-245.000,00	-177.621,75	72,50		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	3.563.621,30	4.396.930,69	3.987.111,73	90,68	3.978.970,05	90,49	8.141,68
Pessoal e Encargos Sociais	1.775.962,00	2.228.208,81	1.990.080,36	89,31	1.990.080,36	89,31	0,00
Outras Despesas Correntes	1.787.659,30	2.168.721,88	1.997.031,37	92,08	1.988.889,69	91,71	8.141,68

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	115.450,00	330.703,25	269.010,71	81,35	269.010,71	81,35	0,00
Investimentos	115.450,00	330.703,25	269.010,71	81,35	269.010,71	81,35	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.679.071,30	4.727.633,94	4.256.122,44	90,03	4.247.980,76	89,85	8.141,68
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.107.108,20	1.769.170,84	1.516.427,47	35,63	1.509.285,79	35,53	7.141,68
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.086.608,20	1.748.670,84	1.509.757,15	35,47	1.502.615,47	35,37	7.141,68
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.500,00	20.500,00	6.670,32	0,16	6.670,32	0,16	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.107.108,20	1.769.170,84	1.516.427,47	35,63	1.509.285,79	35,53	7.141,68
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.571.963,10	2.958.463,10	2.739.694,97	64,37	2.738.694,97	64,47	1.000,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (V/h / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			21,24				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V/h) - (15 x IIIb/100)]			804.779,39				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100	
	3.605.248,20		4.109.199,75	96,33	
Atenção Básica	58.000,00		86.410,66	2,03	8.141,68
Vigilância Sanitária	25.500,00		70.188,93	1,65	0,00
Vigilância Epidemiológica					0,00
TOTAL	3.688.748,20		4.265.799,34	100,00	8.141,68

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

- 4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
 - 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
 - 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando c

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito MunicipalDEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		18.822.093,06	
Previsão Atualizada		18.822.093,06	
Receitas Realizadas		17.324.857,14	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		795.511,08	
DESPESAS			
Dotação Inicial		18.822.093,06	
Créditos Adicionais		2.887.753,23	
Dotação Atualizada		21.709.846,29	
Despesas Empenhadas		16.384.613,35	
Despesas Liquidadas		16.084.560,06	
Despesas pagas		16.060.501,99	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		300.053,29	
Superavit Orçamentário		1.240.297,08	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		16.384.613,35	
Liquidadas		16.084.560,06	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		300.053,29	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		16.342.993,62	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-216.657,55
Resultado Primário		0,00	925.394,04
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.055.646,76	32.007,23	1.023.639,53
EXECUTIVO	1.055.646,76	32.007,23	1.023.639,53
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.752,10	0,00	20.752,10
EXECUTIVO	20.752,10	0,00	20.752,10
TOTAL:	1.076.398,86	32.007,23	1.044.391,63
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.714.268,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.777.829,19	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.773.144,46	3.078.752,77

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				8.200,00	91.800,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				6.574,00	235.419,13
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	Valor apurado até o Bimestre	2.739.694,97	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
			15,00		21,24
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
Total das despesas/RCL (%)			Valor apurado no exercício corrente		0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.822.083,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	100,00	3.465.141,94	16.084.560,06	5.625.266,23	300.053,29
Legislativa	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	3,54	109.362,19	579.554,87	110.445,13	0,00
Ação Legislativa	690.000,00	690.000,00	100.141,26	579.554,87	3,54	109.362,19	579.554,87	110.445,13	0,00
Administração	1.935.000,00	1.836.116,29	195.498,99	1.618.757,61	9,88	310.473,13	1.618.757,61	225.201,80	7.843,12
Administração Geral	1.221.700,00	1.087.116,29	84.220,56	951.261,78	5,81	169.174,97	943.418,66	143.697,63	7.843,12
Administração Financeira	626.800,00	662.500,00	94.386,95	589.522,87	3,60	123.236,77	589.522,87	72.977,13	0,00
Controle Interno	86.500,00	86.500,00	16.891,48	77.972,96	0,48	18.061,39	77.972,96	8.527,04	0,00
Segurança Pública	79.600,00	102.980,00	8.521,95	61.511,78	0,38	41.468,82	61.367,78	41.612,82	144,00
Policimento	54.600,00	77.980,00	8.521,95	61.511,78	0,38	33.038,90	61.367,78	16.612,82	144,00
Defesa Civil	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Assistência Social	1.251.104,44	1.294.139,04	105.499,43	1.051.823,20	6,42	246.945,58	1.051.823,20	242.315,84	0,00
Assistência ao Idoso	130.800,00	160.800,00	10.575,28	135.860,34	0,83	23.526,49	135.860,34	24.939,66	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	70.000,00	70.000,00	10.000,00	70.000,00	0,43	20.000,00	70.000,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	123.000,00	16.339,93	98.981,61	0,60	24.018,39	98.981,61	24.018,39	0,00
Assistência Comunitária	1.000.304,44	940.339,04	68.584,22	746.981,25	4,56	180.295,82	746.981,25	193.357,79	0,00
Saúde	3.688.748,20	4.737.310,84	405.527,63	4.265.789,34	26,04	945.852,42	4.257.657,66	479.653,18	8.141,68
Atenção Básica	3.605.248,20	4.497.788,52	387.617,53	4.109.199,75	25,08	921.486,77	4.101.058,07	396.730,45	8.141,68
Vigilância Sanitária	58.000,00	110.505,38	10.197,18	86.410,66	0,53	14.159,38	86.410,66	24.094,72	0,00
Vigilância Epidemiológica	25.500,00	129.016,94	7.712,52	70.188,93	0,43	10.206,27	70.188,93	58.828,01	0,00
Educação	5.239.939,78	5.451.363,91	507.988,28	4.385.119,17	26,76	924.609,12	4.385.119,17	1.066.244,74	0,00
Alimentação e Nutrição	209.000,00	209.000,00	-9.999,00	171.871,76	1,05	67.642,97	171.871,76	38.028,24	0,00
E ensino Fundamental	3.735.939,78	3.913.939,78	320.219,63	3.154.518,16	19,25	644.160,23	3.154.518,16	759.421,62	0,00
Educação Infantil	1.295.000,00	1.327.524,13	197.777,65	1.058.729,25	6,46	212.805,92	1.058.729,25	268.794,88	0,00
Cultura	228.800,00	179.213,94	9.649,87	121.079,44	0,74	58.134,50	121.079,44	58.134,50	0,00
Diffusão Cultural	228.800,00	179.213,94	9.649,87	121.079,44	0,74	58.134,50	121.079,44	58.134,50	0,00
Urbanismo	1.310.630,64	2.375.846,15	28.443,16	710.273,54	4,34	124.702,80	710.273,54	1.665.572,61	0,00
Infra-Estrutura Urbana	811.630,64	1.819.766,99	0,00	226.696,65	1,38	0,00	226.696,65	1.593.110,34	0,00
Serviços Urbanos	499.000,00	556.079,16	28.443,16	483.616,89	2,95	124.702,80	483.616,89	72.462,27	0,00
Habitação	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
Habitação Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
Saneamento	80.000,00	80.000,00	2.925,00	40.794,76	0,25	40.299,76	40.794,76	39.205,24	0,00
Saneamento Básico Rural	60.000,00	60.000,00	2.925,00	40.794,76	0,25	40.299,76	40.794,76	19.205,24	0,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Agricultura	1.260.388,20	1.250.713,20	40.844,22	1.073.112,97	6,55	154.657,38	978.357,97	272.355,23	94.755,00
Extensão Rural	1.260.388,20	1.250.713,20	40.844,22	1.073.112,97	6,55	154.657,38	978.357,97	272.355,23	94.755,00
Indústria	199.200,00	187.200,00	-865,18	11.424,55	0,07	383,47	11.424,55	175.775,45	0,00
Promoção Industrial	199.200,00	187.200,00	-865,18	11.424,55	0,07	383,47	11.424,55	175.775,45	0,00
Comunicações	145.000,00	155.000,00	11.130,55	150.628,04	0,92	48.948,49	150.628,04	4.371,96	0,00
Telecomunicações	145.000,00	155.000,00	11.130,55	150.628,04	0,92	48.948,49	150.628,04	4.371,96	0,00
Transporte	1.763.700,00	2.039.673,83	37.334,34	1.401.711,63	8,56	254.593,90	1.401.711,63	637.962,20	0,00
Transporte Rodoviário	1.763.700,00	2.039.673,83	37.334,34	1.401.711,63	8,56	254.593,90	1.401.711,63	637.962,20	0,00
Desporto e Lazer	260.880,80	589.188,49	12.770,97	542.400,60	3,31	128.638,12	353.231,11	235.957,38	189.169,49
Desporto Comunitário	210.880,80	353.914,93	12.770,97	310.837,51	1,90	99.590,41	301.053,86	52.821,07	9.743,65
Lazer	50.000,00	235.273,56	0,00	231.563,09	1,41	29.047,71	52.137,25	183.136,31	179.425,84

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.822.093,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	5.325.232,94	3.465.141,94	16.084.560,06	5.625.286,23	300.053,29
Encargos Especiais	375.100,00	421.100,00	26.235,19	370.621,85	50.478,15	55.133,84	370.621,85	50.478,15	0,00
Serviço da Divisão Interna	185.000,00	185.000,00	0,00	181.590,64	3.409,36	0,00	181.590,64	3.409,36	0,00
Outros Encargos Especiais	190.100,00	236.100,00	26.235,19	188.031,21	47.068,79	55.133,84	189.031,21	47.068,79	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.822.093,06	21.709.846,29	1.491.655,66	16.384.613,35	5.325.232,94	3.465.141,94	16.084.560,06	5.625.286,23	300.053,29

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de GUARUA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (JUL. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
RECEITAS CORRENTES (I)		1.436.896,78	1.494.767,24	1.196.410,06	1.305.488,94	1.486.077,51	1.350.981,38	1.783.368,44	1.326.032,38	1.276.726,07	1.496.104,27	1.792.779,68	2.742.840,60	18.894.470,95	20.208.046,64
RECEITA TRIBUTÁRIA		45.993,85	60.055,21	79.986,40	66.711,62	62.273,09	71.504,03	286.721,16	106.500,95	96.502,14	106.396,36	103.732,56	164.347,59	1.263.802,93	1.687.000,00
IPTU		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183,94	163.264,10	27.023,79	26.204,72	25.888,61	24.327,14	5.291,80	262.144,10	386.000,00
IRPJ		18.325,19	18.750,35	18.094,35	18.523,06	19.693,57	18.940,01	17.375,87	19.681,28	17.960,19	19.237,26	18.890,96	37.411,18	242.990,97	250.000,00
I.S.S.		19.995,27	28.044,32	30.889,66	32.394,68	30.306,44	33.701,26	27.990,57	31.588,24	31.415,49	33.487,77	35.433,79	59.230,52	394.469,01	500.000,00
I.T.E.I.		6.500,00	11.610,00	18.482,00	13.900,00	10.285,00	15.700,00	18.657,13	14.855,63	8.075,00	9.222,96	13.351,40	22.447,35	162.906,49	330.000,00
Outras Receitas Tributárias		1.177,39	1.680,54	12.590,39	3.603,88	2.018,08	3.090,82	69.433,49	14.582,01	12.946,74	18.582,64	11.759,67	39.906,71	191.322,36	222.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		19.999,03	18.300,01	20.598,77	21.463,72	18.861,27	20.264,24	19.678,16	19.943,54	20.656,36	19.499,69	19.311,23	19.457,36	237.976,37	180.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		18.018,84	19.653,57	18.578,80	11.935,03	13.866,61	14.565,74	14.696,93	17.074,65	14.749,22	12.903,38	14.411,41	20.867,59	191.420,47	101.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		11.104,40	8.594,22	7.333,94	32.117,26	23.192,57	23.375,77	46.611,54	22.219,17	15.243,85	20.485,32	20.529,76	23.010,60	252.916,50	306.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.334.159,63	1.382.191,90	1.062.334,90	1.158.485,65	1.353.841,88	1.208.044,77	1.402.602,59	1.149.657,33	1.119.123,49	1.324.596,72	1.627.105,21	2.490.802,21	16.612.948,19	17.813.196,64
Cota-Parte do FPM		521.721,09	633.119,36	396.716,65	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.846,52	636.988,98	1.311.543,46	7.217.967,00	7.650.000,00
Cota-Parte do ICMS		427.880,08	349.431,47	353.402,87	363.355,95	351.465,97	347.248,45	359.358,61	353.955,69	382.360,38	386.538,68	382.858,11	421.365,23	4.487.238,48	5.200.000,00
Cota-Parte do IPVA		22.749,37	33.103,67	39.421,07	38.534,74	50.458,19	49.462,19	49.259,38	42.097,53	57.614,96	41.970,14	26.226,79	11.142,64	463.061,67	500.000,00
Cota-Parte do ITR		7,67	88,84	97,40	20,70	0,00	0,00	0,00	0,00	342,55	2.552,44	65,56	0,00	3.176,16	3.500,00
Outras Transferências Correntes		177.524,86	179.690,61	113.105,64	116.847,25	152.076,16	129.854,88	261.707,52	124.455,80	132.784,45	234.813,02	186.070,06	530.701,07	2.339.601,50	1.890.996,64
Transferências de LC 61/199		6.722,56	5.191,85	5.098,87	5.201,09	5.906,25	3.514,48	4.775,21	4.825,32	5.284,00	5.594,90	5.636,68	6.209,66	64.120,67	80.000,00
Transferências de LC 87/1996		1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	1.491,66	17.899,92	19.000,00
Transferências do FUNDEB		176.062,24	160.063,24	153.030,34	160.423,12	165.314,65	159.344,99	152.495,77	159.990,71	160.435,00	162.796,36	185.586,37	203.348,49	2.019.882,38	2.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		7.697,03	6.002,93	9.577,35	11.775,66	16.042,09	13.202,83	14.059,16	12.636,94	10.251,01	12.214,40	7.699,81	24.255,28	145.404,49	120.950,00
DEDUÇÕES (II)		198.114,27	208.485,41	199.239,53	176.242,84	207.290,04	183.968,75	157.903,71	173.643,97	165.184,63	181.397,24	251.093,74	290.913,20	2.351.477,33	2.590.500,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		193.114,27	208.485,41	199.239,53	176.242,84	207.290,04	183.968,75	157.903,71	173.643,97	165.184,63	181.397,24	251.093,74	290.913,20	2.351.477,33	2.590.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.240.782,51	1.286.282,43	1.008.170,53	1.129.246,10	1.280.787,47	1.167.012,63	1.625.464,73	1.152.388,41	1.111.541,44	1.314.704,03	1.541.685,94	2.451.927,40	16.542.993,62	17.617.546,64
FONTE:															
GUARUA DO SUL, 11/01/2017															

JOSE CARLOS FOIATO
 Prefeito Municipal

DEISEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PREÇO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Continua 1/4	

Continua 1/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECETAS REALIZADAS
		Até o Bimestre/2016
		Até o Bimestre/2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.297.082,73	1.839.018,81	2.513.740,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.317.834,83	1.938.581,28	2.537.798,35
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.752,10	99.562,47	24.058,07
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.297.082,73	-1.839.018,81	-2.513.740,28
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.297.082,73	-1.839.018,81	-2.513.740,28

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-674.721,47	-216.657,55

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso II)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	Receita Tributária	17.548.046,64	16.154.753,23	13.976.894,30			
		1.687.000,00	1.253.802,93	1.146.468,44			
	I.P.T.U.	385.000,00	262.144,10	233.287,40			
	I.S.S.	500.000,00	394.469,01	366.260,71			
	I.T.B.I.	330.000,00	162.906,49	193.560,71			
	I.R.R.F.	250.000,00	242.960,97	165.161,40			
	Outras Receitas Tributárias	222.000,00	191.322,36	188.198,22			
	Receita de Contribuição	180.000,00	237.976,37	216.830,97			
	Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00			
	Outras Contribuições	180.000,00	237.976,37	216.830,97			
	Receita Patrimonial Líquida	2.400,00	3.180,08	3.503,73			
	Receita Patrimonial	101.900,00	191.420,47	207.878,44			
	(-) Aplicações Financeiras	99.500,00	188.240,39	204.374,71			
	Transferências Correntes	15.252.696,64	14.261.470,86	12.292.593,95			
	F.P.M.	6.250.000,00	5.873.586,98	5.041.066,41			
	I.P.V.A.	400.000,00	370.450,54	361.669,47			
	I.C.M.S.	4.160.000,00	3.589.791,80	3.314.536,72			
	Convênios	76.100,00	191.267,86	84.581,99			
	Outras Transferências Correntes	4.366.596,64	4.236.373,68	3.490.739,36			
	Demais Receitas Correntes	425.950,00	398.322,99	317.497,21			
	Dívida Ativa	41.000,00	58.920,61	26.371,76			
	Diversas Receitas Correntes	384.950,00	339.402,38	291.125,45			
	RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.174.546,42	981.863,52	2.687.598,75			
	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00		
		Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)		100.000,00	8.200,00	47.707,80			
Transferências de Capital		1.074.546,42	973.663,52	2.639.890,95			
Convênios		666.546,64	565.663,74	1.906.390,95			
Outras Transferências de Capital		407.999,78	407.999,78	733.500,00			
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00			
		1.074.546,42	973.663,52	2.639.890,95			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.622.593,06	17.128.416,75	16.616.785,25				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.837.949,06	14.611.468,89	13.299.255,35	14.593.340,09	13.291.335,35	18.128,80	7.920,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.708.389,48	7.644.293,36	6.884.748,38	7.644.293,36	6.884.748,38	0,00	0,00
	10.000,00	7.682,86	49.518,43	7.682,86	49.518,43	0,00	0,00
	8.119.559,58	6.959.492,67	6.364.988,54	6.941.363,87	6.357.068,54	18.128,80	7.920,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.827.949,06	14.603.796,03	13.249.736,92	14.585.657,23	13.241.816,92	18.128,80	7.920,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.851.897,23	1.773.144,46	3.136.112,98	1.491.219,97	2.104.907,15	281.924,49	1.031.205,83
Investimentos	4.676.897,23	1.599.236,68	2.780.852,03	1.317.312,19	1.749.646,20	281.924,49	1.031.205,83
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras							

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.851.897,23	1.773.144,46	3.136.112,98	1.491.219,97	2.104.907,15	281.924,49	1.031.205,83
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	175.000,00	173.907,78	355.260,95	173.907,78	355.260,95	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.676.897,23	1.599.236,68	2.780.852,03	1.317.312,19	1.749.646,20	281.924,49	1.031.205,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.524.846,29	16.203.022,71	16.030.588,95	15.902.969,42	14.991.463,12	300.053,29	1.039.125,83
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.902.253,23	925.394,04	586.196,30	1.225.447,33	1.625.322,13	16.828.363,46	15.577.659,42
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	795.511,08	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	795.511,08	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS						R\$ 1,00					
PODER/ÓRGÃO		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	20.752,10	20.752,10	-	-	16.520,93	1.039.125,83	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00
EXECUTIVO		0,00	20.752,10	20.752,10	0,00	0,00	16.520,93	1.039.125,83	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	20.752,10	20.752,10	0,00	0,00	16.520,93	1.039.125,83	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMF		0,00	1.150,21	1.150,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.		0,00	1.891,25	1.891,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	397,08	397,08	0,00	0,00	0,00	198.807,00	198.807,00	198.807,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	9.950,83	9.950,83	0,00	0,00	0,00	7.920,00	7.920,00	7.920,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT		0,00	6.711,35	6.711,35	0,00	0,00	1.078,17	1.078,17	1.078,17	1.078,17	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		0,00	651,38	651,38	0,00	0,00	15.442,76	832.398,83	815.834,36	815.834,36	32.007,23	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	20.752,10	20.752,10	0,00	0,00	16.520,93	1.039.125,83	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00
FONTE:													

FONTE:

GUARUA DO SUL, 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.505.500,00	1.505.500,00	1.124.700,47	74,71
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	421.700,00	421.700,00	323.049,78	76,61
1.1.1- IPTU	400.000,00	400.000,00	283.967,65	70,99
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.700,00	1.700,00	806,57	47,45
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	34.720,10	173,60
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	25.379,01	169,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(15.000,00)	(15.000,00)	(21.823,55)	145,49
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	330.000,00	330.000,00	162.906,49	49,37
1.2.1- ITBI	330.000,00	330.000,00	162.906,49	49,37
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	503.800,00	503.800,00	395.783,23	78,56
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	394.469,01	78,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	300,00	300,00	977,09	325,70
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	183,43	18,34
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.500,00	2.500,00	153,70	6,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	242.960,97	97,18
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	242.960,97	97,18
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.452.500,00	13.452.500,00	12.253.464,31	91,09
2.1- Cota-Parte FPM	7.650.000,00	7.650.000,00	7.217.967,00	94,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	6.739.238,45	96,27
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	500.000,00	500.000,00	279.848,13	55,97
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	150.000,00	150.000,00	198.879,42	132,59
2.2- Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	4.487.238,49	86,29
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.000,00	19.000,00	17.899,92	94,21
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	64.120,87	80,15
2.5- Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	3.176,16	90,75
2.6- Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	463.061,87	92,61
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.958.000,00	14.958.000,00	13.378.164,78	89,44
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	54.000,00	54.000,00	52.656,27	97,51
6.1- Transferências de Convênios	54.000,00	54.000,00	52.656,27	97,51
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	792.149,78	792.149,78	792.662,50	100,07
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	846.149,78	846.149,78	845.338,77	99,90

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.560.500,00	2.560.500,00	2.351.477,33	91,84
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	1.344.380,02	96,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	897.446,69	86,29
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.800,00	3.800,00	3.579,96	94,21
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	12.824,15	80,15
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	700,00	700,00	635,18	90,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	92.611,33	92,61
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.515.000,00	2.515.000,00	2.030.254,97	80,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	2.019.882,38	80,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.000,00	15.000,00	10.372,59	69,15
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-60.500,00	-60.500,00	-331.594,95	548,09
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.509.000,00	1.881.500,18	1.777.829,19	94,49	1.777.829,19	94,49	0,00
13.1- Com Educação Infantil	920.000,00	942.500,18	875.698,65	92,91	875.698,65	92,91	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	589.000,00	939.000,00	902.130,54	96,07	902.130,54	96,07	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.006.000,00	656.000,00	243.035,63	37,05	243.035,63	37,05	0,00
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	906.000,00	556.000,00	243.035,63	43,71	243.035,63	43,71	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.515.000,00	2.537.500,18	2.020.864,82	79,64	2.020.864,82	79,64	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							22.500,18
17.1 - FUNDEB 60%							22.500,18
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							22.500,18
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.998.364,64
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							86,46
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							11,97
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,57
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							22.500,18
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		3.739.500,00		3.739.500,00	3.344.541,20	89,44	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.295.000,00	1.317.500,18	1.049.104,45	79,63	1.049.104,45	79,63	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.832.940,00	2.935.940,00	2.343.941,19	79,84	2.343.941,19	79,84	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.495.000,00	1.495.000,00	1.145.166,17	76,60	1.145.166,17	76,60	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.337.940,00	1.440.940,00	1.198.775,02	83,19	1.198.775,02	83,19	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.127.940,00	4.253.440,18	3.393.045,64	79,77	3.393.045,64	79,77	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-331.594,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							10.372,59
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							21.375,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-299.847,19
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							3.692.892,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							27,6
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	251.500,00	251.500,00	140.949,47	56,04	140.949,47	56,04	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	497.799,78	582.823,73	554.805,79	95,19	554.805,79	95,19	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	749.299,78	834.323,73	695.755,26	83,39	695.755,26	83,39	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.877.239,78	5.087.763,91	4.088.800,90	80,37	4.088.800,90	80,37	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		22.500,18	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.019.882,38	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.020.864,82	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.020.864,82	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.372,59	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		31.890,33	0,00

GUARUJA DO SUL, 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	4.851.897,23	1.773.144,46	1.491.219,97	281.924,49	3.078.752,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.851.897,23	1.773.144,46	1.491.219,97	281.924,49	3.078.752,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.851.897,23	-1.773.144,46	-	-	-3.078.752,77

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 11/01/2017

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017 - REPUBLICADO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES
Nº 001/2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

OBJETO

O presente edital tem por objeto o recebimento das inscrições de novos fornecedores para o exercício de 2017 e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Herval d'Oeste, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestações de serviços, habilitação em licitação ou para contratação

ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 08:00 horas do dia 10/01/2017 até 31/12/2017

LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo. 34 § 1º da. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 09 de janeiro de 2017

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.624/2017.

DECRETO Nº 3624 de 10 de janeiro de 2017.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2017, PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AMÉRICO LORINI, Prefeito do Município de Herval D'Oeste-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o que prevê a Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949; e

CONSIDERANDO o que expressa a Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados;

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido o CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS do período compreendido entre os dias 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 para as repartições públicas municipais de Herval D'Oeste-SC:

I - FEVEREIRO:

a) 27 (segunda-feira) - Carnaval: Ponto Facultativo;

b) 28 (terça-feira) - Carnaval: Ponto Facultativo;

II - MARÇO

a) 01 (quarta-feira) - Quarta-feira de Cinzas: Ponto Facultativo. Somente de manhã

III- ABRIL:

a) 14 (sexta-feira) - Sexta-Feira da Paixão (Paixão de Cristo): Feriado Nacional;

b) 21 (sexta-feira) - Tiradentes: Feriado Nacional.

IV - MAIO:

a) 1º (segunda-feira) - Dia do Trabalhador: Feriado Nacional.

V - JUNHO:

a) 15 (quinta-feira) - Corpo de Deus (Corpus Christi): Ponto Facultativo;

b) 16 (sexta-feira) - Interregno intervalar do Feriado de Corpus Christi: Ponto Facultativo;

VI - AGOSTO:

a) 25 (sexta-feira) -Aniversário do Município: Feriado Municipal.

VII- SETEMBRO:

a) 07 (quinta-feira) - Independência do Brasil: Feriado Nacional;

VIII- OUTUBRO:

a) 12 (quinta-feira) - Nossa Senhora Aparecida: Feriado Nacional;

IX - NOVEMBRO:

a) 02 (quinta-feira) - Finados: Feriado Nacional;

b) 15 (quarta-feira)- Proclamação da República: Feriado Nacional.

X - DEZEMBRO:

a)25 (segunda-feira) - Natal - Feriado Nacional.

Art. 2º - Nas datas estabelecidas como Ponto Facultativo, os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e Obras e Serviços Públicos, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste-SC 10 de janeiro de 2017 .

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval D'Oeste-SC

ERRATA TA Nº 002/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

TERMO DE AJUSTE Nº 002/2017

ERRATA

Faz-se a seguinte correção dos valores na cláusula segunda – dos valores
Onde se lê:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
03	Óleo Diesel S – 10/S-50	Litro	GP	R\$ 3,20	- 0,375 %	R\$ 3,068

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
03	Óleo Diesel S – 10/S-50	Litro	GP	R\$ 3,20	- 0,375 %	R\$ 3,188

Herval d'Oeste, 10 de janeiro de 2017.

PORTARIA Nº 065/2017

PORTARIA Nº 065/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARINA APARECIDA SILVA RONCEN (Matr. 4397), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social – ABRIGO ANJOS DA LUZ, a contar de 09 de janeiro de 2017, até homologação de Edital de Teste Seletivo, limitado ao prazo de (03) três meses, conforme Ofício nº 001/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social, e de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2991/2017-RETIFICADO

DECRETO Nº 2991, 04 DE JANEIRO DE 2017

“DIVULGA OS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 001, de 27 de janeiro de 1997,

Considerando a necessidade da organização dos trabalhos no Setor de Licitações, Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde,

DECRETA:

Art. 1º. O rol de feriados, nos termos da Legislação vigente, no curso do ano de 2017, fica assim constituído:

- I - 1º de janeiro (Domingo), Confraternização Universal - feriado nacional;
- II - 14 de abril (sexta-feira), Paixão de Cristo - feriado municipal;
- III - 21 de abril (sexta-feira), Tiradentes - feriado nacional;
- IV - 1º de maio (segunda-feira), Dia Mundial do Trabalho - feriado nacional;
- V - 15 de junho (quinta-feira), Corpus Christi - feriado municipal;
- VI - 20 de julho (quinta-feira), Aniversário do Município - feriado municipal;
- VII - 7 de setembro (quinta-feira), Independência do Brasil - feriado nacional;
- VIII - 11 de outubro (quarta-feira), Padroeira do Município - Nossa Senhora Mãe do Salvador - feriado municipal;
- IX - 12 de outubro (quinta-feira), Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;
- X - 2 de novembro (quinta-feira), Finados - feriado nacional;
- XI - 15 de novembro (quarta-feira), Proclamação da República - feriado nacional; e
- XII - 25 de dezembro (segunda-feira), Natal - feriado nacional.

Art. 2º. Os pontos facultativos, durante o ano de 2017, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais, são constituídos pelos dias abaixo relacionados:

- I - 27 de fevereiro (segunda-feira), Carnaval - ponto facultativo;
- II - 28 de fevereiro (terça-feira), Carnaval - ponto facultativo;
- III - 16 de junho (sexta-feira), Corpus Christi - ponto facultativo;
- IV - 21 de julho (sexta-feira), Aniversário do Município - ponto facultativo;
- V - 08 de setembro (sexta-feira), Independência do Brasil - ponto facultativo;
- VI - 13 de outubro (sexta-feira), Nossa Senhora Aparecida - ponto facultativo;
- VII - 03 de novembro (sexta-feira), Finados - ponto facultativo;

Art. 3º. Os pontos facultativos relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante Decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 4º. Em razão da natureza e essencialidade do serviço, a Secretaria da Saúde funcionará sob regime de plantão.

Art. 5º. A Secretaria Municipal da Educação deverá obedecer ao

disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quanto ao calendário escolar.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 07:00 às 13:00 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 10 de Dezembro de 2017.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	CARGO
26	SARITA RAQUEL URBAN DA ROCHA	51318-0	ATENDENTE DE CEI
27	SUELE DE AZEVEDO	51868-9	ATENDENTE DE CEI
28	CLAUDIA FERNANDA NAZARIO	51473-0	ATENDENTE DE CEI
29	DANIELA DA SILVA DE JESUS	52020-9	ATENDENTE DE CEI
30	REGINA MILANI	52182-5	ATENDENTE DE CEI
31	LUCIANA DAS GRAÇAS S. COSTA	51366-0	ATENDENTE DE CEI
32	NAIARA FERRETI ALVES	51075-0	ATENDENTE DE CEI
33	ISABEL CRISTINA SPERBER	51742-9	ATENDENTE DE CEI
34	DIANDRA TAINARA PAULO	52205-8	ATENDENTE DE CEI
35	FERNANDA LETICIA DOS SANTOS	45987-9	ATENDENTE DE CEI
36	ANA PAULA MARTINZ FERREIRA	51586-8	ATENDENTE DE CEI
37	SILMARA TORMES	52183-3	ATENDENTE DE CEI
38	MAIARA CRISTINA CESAR	50777-6	ATENDENTE DE CEI
39	SHEILA DOMIGOS	51258-3	ATENDENTE DE CEI
40	ELLEN CAROLINE SCHMITZ	52275-9	ATENDENTE DE CEI
41	ANA CAROLINA SOARES	51017-3	ATENDENTE DE CEI
42	GEOVANA BONFIM DA FONSECA	52329-1	ATENDENTE DE CEI
43	SUSANA REINERT MULLER	52087-0	ATENDENTE DE CEI
44	MAYARA TAMYRYS LUTZOW	51649-0	ATENDENTE DE CEI

REPUBLICAÇÃO POR ERRO - CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PUBLICO

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 05 de Janeiro de 2017.

ALINE MICHELE DESCHAMPS - SECRETARIA MUNICIPAL

Candidato: DIEGO DE SOUZA

Inscrição: 50394-0

Cargo: FISCAL DE OBRAS

Endereço: RUA GERTRUDES SEBERINO DA SILVA 97

Bairro: MARGEM ESQUERDA Cidade: GASPAS Estado: SC CEP: 98110-000

Fone: 47 33970531 47 988093784 E-MAIL: ARQUITETO.DIEGO@HOTMAIL.COM

_____ CIENTE EM _____ / _____ / _____
Ass. Candidato

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 35/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 35, de 06 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor de Gabinete, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. LUCIANO ALVES ZANINI, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.521.309-00, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete junto ao Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 36/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 36, de 06 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor Especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. PAULO MÁRCIO DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 021.711.969-99, para exercer o cargo de Assessor Especial junto ao Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 37/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 37, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Superintendente de Infraestrutura Regional/Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. DEIVID RAFAEL AQUINO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 056.024.829-62, para exercer o cargo de Superintendente de Infraestrutura Regional/Oeste junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 38/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 38, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Atos Normativos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, a Sra. ELISA DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 067.572.389-26, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Atos Normativos junto ao Gabinete de Prefeito com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 39/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 39, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, a Sra. ELYZA MARTINS DE FREITAS RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 069.426.139-40, para exercer o cargo de Assessora II junto ao Gabinete de Prefeito com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 40/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 40, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, a Sra. JAQUELINE COSTA CALÔNICO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 064.681.409-51, para exercer o cargo de Assessora I junto ao Gabinete de Prefeito com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 41/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 41, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Diretora de Relações Institucionais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, a Sra. IVONETE TRIETRO DANIEL, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 784.799.169-15, para exercer o cargo de Diretora de Relações Institucionais junto ao Gabinete de Prefeito com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 42/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 42, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Diretor de Saneamento Ambiental, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. JOÃO BATISTA RÉUS ALANO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 507.281.809-87, para exercer o cargo de Diretor de Saneamento Ambiental junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 43/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 43, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação na Função Gratificada de Conciliadora-Chefe, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei n.º 2.904, de 25 de maio de 2006 c/c LC n.º 4.369, de 25 de março de 2014, ainda, com base na Lei Complementar n.º 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, Resolução TJ/SC n.º 24/2016, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, a Sra. VERA LÚCIA DE CARVALHO BARJONA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 052.784.009-27, para exercer o cargo de Conciliadora-Chefe junto ao Juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo fiscal, vinculado a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 44/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 44, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação na Função Gratificada de Chefe de Cartório, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei n.º 2.904, de 25 de maio de 2006 c/c LC n.º 4.369, de 25 de março de 2014, ainda, com base na Lei Complementar n.º 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, Resolução TJ/SC n.º 24/2016, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. ERICO JOSÉ LAURENTINO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 770.036.169-04, para exercer o cargo de Chefe de Cartório junto ao Juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo fiscal, vinculado a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 45/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 45, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação na Função Gratificada de Oficial de Justiça, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei n.º 2.904, de 25 de maio de 2006 c/c LC n.º 4.369, de 25 de março de 2014, ainda, com base na Lei Complementar n.º 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, Resolução TJ/SC n.º 24/2016, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. ADRIANO ELPÍDIO DUARTE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 026.295.679-90, para exercer o cargo de Oficial de Justiça junto ao Juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo fiscal, vinculado a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 46/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 46, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação na Função Gratificada de Oficial de Justiça, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei n.º 2.904, de 25 de maio de 2006 c/c LC n.º 4.369, de 25 de março de 2014, ainda, com base na Lei Complementar n.º 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, Resolução TJ/SC n.º 24/2016, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de janeiro de 2017, o Sr. RAMON PEREIRA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 006.652.729-52, para exercer o cargo de Oficial de Justiça junto ao Juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo fiscal, vinculado a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 48/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 48, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de Tesoureiro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando o exposto junto ao Processo Administrativo nº 158/2017, de 09 de janeiro de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o Sr. JOSÉ BERTOLINO MEDEIROS NETO, brasileiro, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 520.900.199-72, do cargo de Tesoureiro junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 04, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de janeiro de 2017.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 49/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 49, de 10 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Tesoureira, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a Sra. ELIETE MIRANDA DOS SANTOS, brasileira, Técnica em Secretariado, inscrita no CPF sob o n.º 342.731.829-04, para exercer o cargo de Tesoureira junto a Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de janeiro de 2017.

Imbituba, 10 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 009/2017

PORTARIA CMI nº 009/2017

“Concede promoção funcional por antiguidade à servidora Rosalba da Silveira Espíndola”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Promover por antiguidade, nos termos do Art. 9º, inciso XXII, do Art. 12, §2º e do Art. 13, §1º, da Lei Complementar 1.145/91, a servidora Rosalba da Silveira Espíndola, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, pelo período aquisitivo de 10/01/2015 à 10/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/01/2017.

PORTARIA CMI Nº 010/2017

PORTARIA CMI nº 010/2017

“Concede promoção funcional por antiguidade ao servidor Marcelo José Cardoso”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Promover por antiguidade, nos termos do Art. 9º, inciso XXII, do Art. 12, §2º e do Art. 13, §1º, da Lei Complementar 1.145/91, o servidor Marcelo José Cardoso, ocupante do cargo de Analista Legislativo, pelo período aquisitivo de 10/01/2015 à 10/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/01/2017.

Indaial

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2/17

PORTARIA Nº 2/17

De 06 de janeiro de 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES /
KARINE KRÜGER .

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Delegar atribuições a servidora Karine Krüger, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para as funções do cargo de fiscal de Meio Ambiente, responsável pelo sistema REGIN.

Gabinete do Prefeito, em 06 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Saneamento e Meio Ambiente

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3/17

. PORTARIA Nº 3/17

. De 09 de janeiro de 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES /
RAFAEL DOS SANTOS / SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Delegar atribuições ao Servidor Rafael dos Santos, ocupante do cargo de Monitor Social, junto a Secretaria de Assistência, fica responsável pela Tesouraria do Fundo Municipal de Assistência Social, com efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

PORTARIA Nº 4/17

. PORTARIA Nº 4/17

. De 09 de janeiro de 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES /
MIRIAN TERESINHA NUNES / SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Delegar atribuições a Servidora Mirian Teresinha Nunes, ocupante do cargo de Monitor Social, fica responsável pelos Serviços Administrativos / Financeiros da Secretaria de Assistência Social, incluindo o Fundo Municipal de Assistência Social, com efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Ipuaçu

PREFEITURA

PL PREF 04.2017 PP PREF 03.2017 MERENDA ESCOLAR

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.04/2017, Tipo Pregão Presencial PREF n. 03/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 08h20min de 25 de janeiro de 2017.

Data de abertura: A partir das 08h30min de 25 de janeiro de 2017.

Objeto consiste na seleção de propostas para aquisição parcelada gêneros alimentícios e outros para serem utilizados na merenda escolar da rede municipal de ensino – exercício de 2017. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 10 de janeiro de 2017

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

PL PREF 05.2017 CR PREF 01.2017 - MERENDA PNAE

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n. 05/2017, Edital para Credenciamento PREF n 01/2017, com vistas a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino “merenda escolar”. Período de credenciamento: 10 de janeiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2017. Na data de 02 de fevereiro de 2017 as 09h00min a Comissão de Licitações se reunirá e analisará todos os documentos apresentados, bem como os procedimentos realizados pelo Setor de Licitações, emitindo seu Parecer avaliando de forma individualizada cada fornecedor credenciado. Tudo conforme Lei Federal n. 11.497 de 16 de junho de 2009 e subsidiariamente Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuaçu - SC, em 10 de janeiro de 2017

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2 DE 10 DE JANEIRO DE 2017/CMV

PORTARIA Nº 2 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares a servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. Fica concedido período de férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016 e período de gozo de 11 de janeiro até 9 de fevereiro de 2017, a Servidora Adriane Cagol Zanella, nascida em 26/05/1973, portadora da RG nº 14/R 2.131.141, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, lotada na função de Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 10 de janeiro de 2017

Kleber Toni Tecchio
Presidente

Ezequiel Canton
Vice Presidente

Mauro Antonio Gabardo
Primeiro Secretário

Gilson Conte
Segundo Secretário

Registra-se e publica-se
em 10 de janeiro de 2017

Edson Luiz Bogoni
Agente Legislativo

idosos e portadores de necessidades especiais beneficiados pela Lei Municipal 852/91, transporte dos Professores da rede pública de ensino e Agentes Comunitárias de Saúde do Município de Ipumirim, com vigência para o ano de 2017. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 10/01/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 24/01/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 24/01/2017. Objeto da licitação: contratação de serviços de transporte coletivo de passageiros destinado ao transporte escolar para os alunos da Educação Básica do Município, transporte dos

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 5, DL Nº 2-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2017 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2017 Data do Processo: 09/01/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2017
b) Licitação Nr.: 2/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 09/01/2017
e) Objeto da Licitação Aquisição de cortinas, materias e mão de obra para instalação e montagens de cortinas no nucleo educacional municipal João Canton.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ALAERCIO BONISSONI ME (7596)

1 ENTRETELA	M	160,00	0,0000	5,50	880,00
2 Varão medio simples de 2,50	Kit	34,00	0,0000	25,00	850,00
3 Varão medio simples de 1,50	Kit	13,00	0,0000	18,00	234,00
4 suporte simples	JG	25,00	0,0000	10,00	250,00
5 Blecaute out. branco 100% poliester	M	240,00	0,0000	23,00	5.520,00

Total do Fornecedor: 7.734,00**Total Geral: 7.734,00**

Ipumirim, 9 de Janeiro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3148/2017

DECRETO Nº 3.148/2017.

“ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DO PISO SALARIAL MÍNIMO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparada no que dispõe o inciso VI, do artigo 85, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001;

CONSIDERANDO o decreto nº 8.948, de 29 de Dezembro de 2016, que estabeleceu o salário mínimo nacional em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

DECRETA :

Art 1st - Para efeito de complementação salarial, com a finalidade de atingir o nível remuneratório mínimo assegurado pela Constituição Federal (Art. 7º, IV), os servidores ocupantes de categorias funcionais, do Quadro de Pessoal do Município, bem como da Autarquia Hospital Municipal Bom Jesus, cujos salários bases não atingem o valor do novo salário mínimo nacional, farão jus à percepção de uma Parcela Remuneratória Complementar (PRC), devida a título de ABONO SALARIAL, que fica instituído por este decreto.

§1º- O abono de que trata o “caput” deste artigo, concedido em caráter excepcional, será pago mensalmente, e terá os seguintes valores por nível salarial conforme previsto na Lei Complementares nº 057/2012 e suas alterações:

REFERÊNCIA	A	B	C	D	F	G	H	I	J	K
NÍVEL										
1	78,60	52,85	26,32	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -
2	58,43	35,68	8,11	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -
3	52,85	26,32	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -	-. -

§2º- O abono ora instituído integrará as verbas mensais dos servidores, inclusive as relativas a férias e 13º salário,

§3º- O abono terá vigência a contar de 01/01/2017, garantida até a próxima revisão geral anual dos servidores públicos municipal, a partir de quando, se possível, será incorporado e absorvido pelos índices concedidos.

§4º- Os valores recebidos a título de abono salarial comporão a base de cálculo para as contribuições do INSS.

Art 2nd - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis, em 10 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3149/2017

DECRETO Nº 3.149/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DO PISO SALARIAL MÍNIMO DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 11.738/2008, PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO OCUPANTES DOS CARGOS DE PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65, VII da Lei Orgânica do Município, amparado no que dispõe o Artigo 30, §§ 1º e 2º da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e,

CONSIDERANDO que o MEC definiu o valor do piso nacional do magistério a ser aplicado desde 01 de janeiro de 2017, para 40 horas de jornada de trabalho semanal em R\$ 2.298,83 (dois mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.738/2008 é autoaplicável, cabendo aos gestores municipais à efetuação de ato para seu efetivo cumprimento, haja vista que regulamenta direito previsto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar-se ao que prevê a Lei Federal nº 11.738/2008 e Constituição Federal, bem como estabelecer requisitos para a liquidação e pagamento dos valores eventualmente devidos aos profissionais do magistério que, proporcionalmente à sua carga horária, não recebam a título de referência salarial, o valor definido pelo MEC do Piso Nacional dos profissionais do Magistério,

DECRETA:

Art. 1º Aos servidores ocupantes do cargo de Professor, que recebam valor de vencimento inferior ao valor definido pelo MEC, será pago como verba de complemento salarial considerando-se a carga horária semanal laborada, os valores previstos na tabela abaixo:

REFERÊNCIA	A	B	C	D	F	G	H	I	J
NÍVEL									
1	404,29	381,94	358,92	335,20	310,78	259,71	233,02	205,54	177,20
2	180,75	151,69	121,75	90,93	59,18	26,47	-,-	-,-	-,-

Obs.: valores para carga horária de 20hrs/sem.

§ 1º. Na aplicação do disposto no "caput" deste artigo será observado o disposto na Súmula Vinculante nº 15 que estabelece "O cálculo de gratificações do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo".

§2º. Os valores devidos a esse título terão vigência a contar de 01/01/2017.

§ 3º. Os valores necessários ao implemento destas medidas correrão por conta das dotações próprias da Secretaria de Educação.

§ 4º. A verba de complemento salarial terá seus reflexos em décimo terceiro, férias, horas excedentes eventualmente laboradas e/ou outras vantagens diretamente vinculadas ao salário base do servidor;

§ 5º. Os valores recebidos a título de complementação salarial comporão a base de cálculo para as contribuições do INSS e IRRF.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, em 10 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de janeiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DOS LANCHES PARA O GRUPO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV QUE ENCONTRA-SE EM ANDAMENTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS, NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 10 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE TESTE SELETIVO

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2017

Câmara Municipal de Vereadores de Irineópolis

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Irineópolis (SC), através do seu Presidente Sr. Sergio Roberto Binder, torna público que se encontram abertas de 16/01/2017 a 20/01/2017 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de servidores, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 064/2013. O edital completo esta disponível no site: <http://www.camairineopolis.sc.gov.br>

Irineópolis, 10 de Janeiro de 2017.

SERGIO ROBERTO BINDER

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 27 de janeiro de 2017, para a possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o primeiro semestre de 2017. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 27 de janeiro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. As amostras para aprovação deverão ser enviadas até o dia 20 de janeiro de 2017, conforme edital. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 10 de janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 012 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO N. 012 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede majoração das tarifas do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SMAE e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a lei nº 3006 de 15/12/2015 e Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Fica concedida a majoração das tarifas do serviço de municipal de água e esgoto, com base no § 2º do art. 31 da Lei nº 3006 de 15/12/2015, com o reajuste previsto pelo Índice Geral de Mercado – IGPM, no percentual de 7,1907% , de acordo com as tabelas nº I, II anexas, que ficam fazendo parte do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 06 de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, 06 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretario Municipal de Administração.

ANEXO I

TABELA DE ESTRUTURA TARIFÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA			
CATEGORIA	TIPO	CONSUMO	TARIFA
Residencial/Agropecuária	NORMAL	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 19,30
		06 a 10 m³	R\$ 4,20 p/m³
		11 a 20 m³	R\$ 4,50 p/m³
		21 a 30 m³	R\$ 4,80 p/m³
		31 a 50 m³	R\$ 5,60 p/m³
		superior a 50 m³	R\$ 6,40 p/m³
Comercial/Industrial	NORMAL	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 20,00 p/m³
		06 a 20 m³	R\$ 4,80 p/m³
		21a 50 m³	R\$ 5,60 p/m³
		superior a 50 m³	R\$ 6,90 p/m³
Provisório	ÚNICA	Taxa mínima até 5 m³	R\$ 26,80 p/m³
		Superior a 06 m³	R\$ 7,50 p/m³

ANEXO II

TABELA DE PREÇOS

Ligação de água	0,50 UFM	R\$ 156,10
Religação p/ corte	0,20 UFM	R\$ 62,40
Desligamento requerido	0,10 UFM	R\$ 31,20
Religação requerida	0,10 UFM	R\$ 31,20
Esgoto comercial/residencial	0,03 UFM	R\$ 9,35

Esgoto industrial	0,12 UFM	R\$ 37,45
Ligação de esgoto	0,70 UFM	R\$ 218,50
Deslocamento de ponto	0,10 UFM	R\$ 31,20
Reparo sem maquina	0,50 UFM	R\$ 156,10
Reparo com maquina	1,00 UFM	R\$ 312,15
Multa p/ ligação clandestina	2,00 UFM	R\$ 624,30
Lançamento de esgoto na rede pluvial	1,00 UFM	R\$ 312,15
Violação ou retirada do hidrômetro	0,50 UFM	R\$ 156,10
Aferição do hidrômetro	0,20 UFM	R\$ 62,40
Infrações do art. 45 salvo previsão específica	0,50 UFM	R\$ 156,10
VALOR DA UFM R\$ 312,15	VALOR DO REQUERIMENTO R\$ 6,25	

PORTARIA Nº 14/2017

Portaria nº 14 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Dione Wiggers Jung matrícula nº 15256/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora de Compras e Licitações com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 542, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 15/2017

Portaria nº 15 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Alcerio Ferreira Cardoso matrícula nº 14773/02 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 542, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 16/2017

Portaria nº 16 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, João Schmitz matrícula nº 15257/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Urbanismo com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 542, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 17/2017

Portaria nº 17 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, José Gilvane Lauer matrícula nº 9941/12 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor Esportivo com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 542, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 18/2017

Portaria nº 18 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Silvano Luis Henkes matrícula nº 15258/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor da Secretaria Municipal de Transportes com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 549, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 19/2017

Portaria nº 19 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Ane Rohden matrícula nº 11733/03, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora de Tributos, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Agente Administrativo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 20/2017

Portaria nº 20 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Gilmar Luiz Lauxen matrícula nº 15259/01 para exercer as funções do cargo

de provimento em comissão de Diretor de Água e Esgoto com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 500, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 21/2017

Portaria nº 21 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Carlinhos Mallmann matrícula nº 15265/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Projetos e Engenharia com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 542, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 22/2017

Portaria nº 22 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Alexandre Hentges Kaspary matrícula nº 15260/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Informática com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 500, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 23/2017

Portaria nº 23 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Eliane Ames Bourscheid matrícula nº 15261/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora de Gabinete do Prefeito com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 500, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 24/2017

Portaria nº 24 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Flávio Antonio Santos matrícula nº 6493/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção de Identificação, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Motorista receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 25/2017

Portaria nº 25 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Ricardo Kraemer matrícula nº 6405/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Transporte Escolar, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturário receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 26/2017

Portaria nº 26 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Miguel Dill matrícula nº 10231/05 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor da Secretaria de Assistência Social com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 502, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 27/2017

Portaria nº 27 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Kátia da Silva Schossler Grisotti matrícula nº 10350/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturária receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 28/2017

Portaria nº 28 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Paula Prost Welter matrícula nº 11741/03 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Movimento Econômico Agropecuário com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 29/2017

Portaria nº 29 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Mara Oro matrícula nº 14635/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Habitação com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Assistente Social receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 30/2017

Portaria nº 30 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Nelson Antônio Arenhardt matrícula nº 7557/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Urbanismo com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturário receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 31/2017

Portaria nº 31 de 2 de janeiro de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006 e Lei Complementar nº 60/2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 30% (trinta por cento) à servidora Marilice Welter Henn, matrícula nº 6343/01, para atuar como responsável pelo controle e aplicação dos recursos de convênios, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 32/2017

Portaria nº 32 de 2 de janeiro de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006 e Lei Complementar nº 60/2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 30% (trinta por cento) à servidora Marlene Kummer, sob matrícula nº 10531/01, para atuar como responsável pelas unidades gestoras do sistema E-SFINGE – sistema de fiscalização integrada de gestão, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 33/2017

PORTARIA Nº 33 de 2 de janeiro de 2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006 e Lei Complementar nº 60/2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 30% (trinta por cento) à servidora Marli Schmitz, matrícula nº 10157/01, para atuar como responsável pelo controle e prestação de contas das diárias, adiantamentos e SICONV, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 34/2017

Portaria nº 34 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Ivanete Fuhr Forneck Tessing matrícula nº 6221/01, do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 35/2017

Portaria nº 35 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Douglas Antônio Thiel matrícula nº 15266/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor de Projetos e Planejamento com 40 horas semanais.
Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 502, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 36/2017

Portaria nº 36 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Eusébio Anuar Tavares Filho matrícula nº 11921/04, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Meio Ambiente, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 37/2017

Portaria nº 37 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Jadir Luciano Wildner matrícula nº 14628/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção Elétrica, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Eletricista receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 38/2017

Portaria nº 38 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Valdair Miguel Dahmer matrícula nº 15267/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor de Programas Veterinários com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 549, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 39/2017

Portaria nº 39 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Janete Frantz Baumann matrícula nº 11824/02, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessora Executiva, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Agente Administrativo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 40/2017

Portaria nº 40 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Evandro Gewehr Vargas matrícula nº 15268/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor da Secretaria de Administração com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 502, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 41/2017

Portaria nº 41 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Elbio Jucemir Walker matrícula nº 3931/02 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor da Frota Municipal com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 500, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 42/2017

Portaria nº 42 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Rodrigo Bruxel Werlang matrícula nº 15269/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Fiscalização com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 500, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 43/2017

Portaria nº 43 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Enio José Pauli matrícula nº 6723/06 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes de Rendimento com 20 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 501, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 44/2017

Portaria nº 44 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Kerly Ivana Leidemer matrícula nº 15270/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Secretário Municipal da Agricultura com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 503, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 45/2017

Portaria nº 45 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Marilaine Maria Lapazin matrícula nº 12232/02 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Urbanismo com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 501, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 46/2017

Portaria nº 46 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Osmar Paulo Mueller matrícula nº 3985/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Patrimônio, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturário receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 47/2017

Portaria nº 47 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Adriana Soares Nunes matrícula nº 14237/09 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escolinhas de Esporte e Lazer com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 501, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 48/2017

Portaria nº 48 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Adrissa Arnhold matrícula nº 14104/06, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Recursos Humanos, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 49/2017

Portaria nº 49 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Thiago Rohden matrícula nº 14971/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Contratos, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 50/2017

Portaria nº 50 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Fabiane Koelln matrícula nº 11184/05, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa ESF – Estratégia de

Saúde da Família, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Enfermeira receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 51/2017

Portaria nº 51 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de janeiro de 2017, Sandra Maria Hermes matrícula nº 5533/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa de Saúde Bucal, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Odontóloga receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 52/2017

Portaria nº 52 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 3 de janeiro de 2017, Simone da Luz Reichert matrícula nº 14387/03 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa Bolsa Família e Cadastro Único com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 503, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 53/2017

Portaria nº 53 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais ao servidor municipal João Hammerschmidt, matrícula nº 14946/01, para atuar como responsável pela leitura de água na Região B, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 54/2017

Portaria nº 54 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais ao servidor municipal Marco Aurélio Kappes, matrícula nº 14259/01, para atuar como responsável pela leitura de água na Região C, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 55/2017

Portaria nº 55 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais ao servidor municipal Valdoir Bieseck do Canto, matrícula nº 14630/01, para atuar como responsável pela leitura de água na Região A, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 56/2017

Portaria nº 56 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal Elenice Ana Kirchner, matrícula nº 7579/01, devendo a servidora retornar às suas atividades laborais nesta data.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a doze dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 57/2017

Portaria nº 57 de 2 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal Denise Friedrich, matrícula nº 1603/12, devendo a servidora retornar às suas atividades laborais nesta data.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a doze dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 58/2017

Portaria nº 58 de 2 de janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 002/2006;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 39 de 2 de fevereiro de 2015 que designa o servidor municipal Jair Antonio Imich, matrícula nº 1904/03, para exercer suas atividades laborais junto à Vigilância Sanitária deste município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC., 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 59/2017

Portaria nº 59 de 2 de janeiro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) a Servidora Municipal Denise Friedrich matrícula nº 1603/12, para exercer as funções de Apoio Pedagógico, com 40 horas semanais, em conformidade com o Art. 29, Item 2º, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.153 de 15/12/2003 e anexo XI da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 60/2017

Portaria nº 60 de 3 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 3 de janeiro de 2017, Tatiane Beumer Egewarth matrícula nº 14846/03 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Programa SIMASE com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 503, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 61/2017

Portaria nº 61 de 4 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 4 de janeiro de 2017, Marli Schmitz Schoffen matrícula nº 1304/20 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretora da Biblioteca Pública Municipal com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 501, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 4 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 62/2017

Portaria nº 62 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 5 de janeiro de 2017, Eder Weber Alvarenga matrícula nº 15271/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor de Mídias Sociais com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 501, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 63/2017

Portaria nº 63 de 5 de janeiro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Ani Beatriz Ostgen Kipper matrícula nº 14812/07, no período de 5/1/2017 até 3/7/2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 5 de janeiro de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 64/2017

Portaria nº 64 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Remover de uma Secretaria para outra, os servidores municipais abaixo relacionados:

NOME	SECRETARIA ATUAL	SECRETARIA DE DESTINO
Guido João Soehn	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Saúde
Moacir Royer	Secretaria Municipal de Transportes e Obras	Secretaria Municipal de Saúde
Ademir Friedrich	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos
Aloisio Preis	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social
Luis Carlos Steffenon	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 65/2017

Portaria nº 65 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Mauro José Delavy matrícula nº 10206/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção de Loteamentos com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturário receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 66/2017

Portaria nº 66 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 3/2017 de 2/1/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Edgar Hickmann matrícula nº 15272/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessor de Programas Agropecuários com 40 horas semanais.

Art. 2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 549, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 67/2017

Portaria nº 67 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei 2.153/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Otilia Maria Dill Wohlfart matrícula nº 1693/06, do cargo de provimento efetivo de Professora de Língua Estrangeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 68/2017

Portaria nº 68 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei 2.153/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Ivone Schlickmann matrícula nº 4067/01, do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 69/2017

Portaria nº 69 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei 2.153/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Bernadete Mueller Schnorrenberger matrícula nº 10301/01, do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 70/2017

Portaria nº 70 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei 2.153/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2017, José Preis matrícula nº 10328/02, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção Hidráulica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 71/2017

Portaria nº 71 de 5 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Lei 2.153/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 2 de janeiro de 2017, Ivanete Fuhr Forneck Tessing matrícula nº 6221/01, do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 2/1/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 5 de janeiro de 2017
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº05/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR DE IMPRENSA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 05/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR DE IMPRENSA.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, ROBERTO NIZER DOS REIS, no cargo de Assessor de Imprensa instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo o ensino médio completo e idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº06/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 06/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, KÁTIA REGINA HUNIKA, no cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Joarez Antonio Santin – PMDB, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº07/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 07/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, DENILSON MONTEIRO, no cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Jeferson Rubens Garcia – PMDB, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº08/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 08/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, ELVIS ARON PINHEIRO, no cargo de Assessor Parlamentar do Vereador José Antonio Stoklosa – PSD, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº09/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 09/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, NEUSA MARIA GOMES LOPES, no cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Geraldo Rene Behlau Weber – PSDB, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº10/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 10/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, CRISLAINE NUNES MARTENDAL, no cargo de Assessora Parlamentar da Vereadora Janayna Gomes Silvino – PR, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº11/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 11/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, JANAINA MARTINS, no cargo de Assessora Parlamentar do Vereador José Maria Caldeira – PMDB, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº12/2017 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 12/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, GIAN FELIPI BERNARDES ROSA, no cargo de Diretor Administrativo, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 6 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo formação em nível de ensino médio e idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº132/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº132/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Ari Leendert de Geus Neto - Mat. 51068-01, do cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Edson da Cunha Speck – PMDB, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº133/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº133/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Daniela Pinheiro Cunha Mat. 51069-01, do cargo de Assessora Parlamentar da Vereadora Márcia Regina Eggert Soares – PSDB, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº134/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº134/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Daniele Cristina Vidal Peres Mat. 51078-01, do cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Ernesto Policarpo de Aquino – PSC, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº135/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº135/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Denilson Monteiro Mat. 51082-00, do cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Jeferson Rubens Garcia – PMDB, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº136/2016 - EXONERA SECRETÁRIO GERAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº136/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA SECRETÁRIO GERAL

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Elvis Aron Pinheiro Mat. 50652-04, do cargo de Secretário Geral da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº137/2016 - EXONERA DIRETOR ADMINISTRATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº137/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA DIRETOR ADMINISTRATIVO

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Fernando Hernaski Lima Mat. 51081-00, do cargo de Diretor Administrativo da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº138/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº138/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Gilmar da Silva Mat. 50091-03, do cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Daniel Silvano Weber – PMDB, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº139/2016 - EXONERA ASSESSOR DE IMPRENSA

DECRETO LEGISLATIVO Nº139/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR DE IMPRENSA

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Josafá dos Santos Mat. 51053-02, do cargo de Assessor de Imprensa da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº140/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº140/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Marcia Eliane Diogo Tavares Mat. 51080-00, do cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Thomaz Willian Palma Sohn – PSD, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº141/2016 - EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº141/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Marco Aurélio Tavares Mat. 51058-01, do cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Carlito Joaquim Custódio Junior – PR, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº142/2016 - EXONERA PROCURADORA JURÍDICA

DECRETO LEGISLATIVO Nº142/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA PROCURADORA JURÍDICA

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Marta Regina Bedin Mat. 280-07, do cargo de Procuradora Jurídica da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº143/2016 - EXONERA ASSESSORA PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº143/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Neusa Maria Gomes Lopes Mat. 51067-01, do cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Geraldo Rene Behlau Weber – PSDB, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº144/2016 - EXONERA ASSESSORA PARLAMENTAR

DECRETO LEGISLATIVO Nº144/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

EXONERA ASSESSOR PARLAMENTAR

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, Rosane Marli Alves da Rosa Mat. 51071-01, do cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Osni Ocker – PR, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Itapoá, em 22 de dezembro de 2016.

Daniel Silvano Weber
Presidente

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 021/2017

PORTARIANº 021/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, NATÁLIA LÚCIA PETRY para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 022/2017

PORTARIANº 022/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, UDO WAGNER para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 023/2017

PORTARIANº 023/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/01/2017, ELI ANTUNES, matrícula

7787, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO BAEPENDI, da Gerência de Proteção Social Especial, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 024/2017

PORTARIANº 024/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/01/2017, FRANCINEIDE MARIA DOS SANTOS VICTOR, matrícula 9364, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO TIFA MARTINS, da Gerência de Proteção Social Especial, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 025/2017

PORTARIANº 025/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, MIGUEL FRANCENER para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DA CASA DE PASSAGEM, da Gerência de Proteção Social Especial, da Diretoria

Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIANº 026/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, AGOSTINHO FERRARI para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTE, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 027/2017

PORTARIANº 027/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, MARCELO HEINZ PROCHNOW para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE CULTURA, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 028/2017

PORTARIANº 028/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, JACIRA ROZZA BUZZARELLO para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 029/2017

PORTARIANº 029/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, ANTONIO MARCOS DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE GESTÃO TÉCNICA, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 030/2017

PORTARIANº 030/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, SAMARONE ZIMMERMANN para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 031/2017

PORTARIANº 031/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, GILBERTO UBER para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

SAMAE - PORTARIA Nº 003/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 003/2017

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO os termos do memorando 005/2017/Samae/DACPS, datado de 04 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO ser dever da Administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de irregularidades no serviço público, nos termos do artigo 202 da Lei Complementar nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância Administrativa a fim de apurar os fatos e eventual responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo o veículo Ford/Courier do SAMAE, patrimônio nº 2.400, no dia 03/01/2017, no pátio da sede central do SAMAE, situado na Rua Erwin Menegotti, nº. 478.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, respeitando-se os ditames constitucionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 004/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 004/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, JURANDIR DE LUCA, matrícula 356-5, ocupante do cargo de encanador, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO SISTEMA DE REDES E RAMAIS DE ÁGUA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 005/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, INDIA NARA PELLIS MILBRATZ, matrícula 322-7, ocupante do cargo de escriturária, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA COMERCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 006/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 006/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, GIOVANI MELLO, para exercer de forma cumulativamente e interino o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE CONTROLE PATRIMONIAL E SERVIÇOS GERAIS E COORDENADOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 007/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, o servidor DERLI GONÇALVES RIBEIRO, matrícula 386-2, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE REDES E Do sistema coletor de esgoto sanitário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 008/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, IVONE MARIA KASMIRSKI PESSATTI, matrícula 233-6, ocupante do cargo de técnica de contabilidade, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA CONTÁBIL E FINANCEIRO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 009/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, SUZANA KARINA TRIBES stricker, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 11/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 383-9, ocupante do cargo de operador de ETA/ETE, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 12/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 09/01/2017, MARIA ROSELI PIRES RIBEIRO, matrícula 325-0, ocupante do cargo de auxiliar de laboratório, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE LABORATÓRIOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 14/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, JAIME CHRAST JÚNIOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE ELETROMECAÂNICA E AUTOMAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 15/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, NELCIONE AMARAL, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE ALMOXARIFADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 16/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, ROBERTO LUIS PACHECO,

Joaçaba

PREFEITURA

001/2017 FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2017/FMS
PL 29/2016/PMJ – PP 23/2016/PMJ

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Postos de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba.

VALOR CONTRATADO: R\$ 17.300,00 (dezesete mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.121 – BLGES – BLOCO DE GESTÃO DO SUS

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas

2.122 – BLATB – BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas

2.124 – BLMAC – BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas

FISCAL DO CONTRATO: ANGELA SIGNORI

DATA DE ASSINATURA: 05.01.2017

Valmor João Reisdorfer
Secretário Municipal de Saúde
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

353/2012 FMS TA 06

CONTRATO Nº 353/2012/FMS – TA 06

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 09.035.294/0001-61, situada na Rua Frei Rogério, nº 517, centro, Campos Novos, SC, representada neste ato pelo Sr. Leonardo Carlos da Silveira Falcão, residente e domiciliado na Rua Carlos Pisani, 888, apto. nº 402, bairro Senhor Bom Jesus, Campos Novos, SC, portador do Documento de Identidade nº 2.815.098 e do CPF nº 016.603.769-98, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 353/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

Os valores dos serviços, objeto da contratação, ficam reajustados em 33,7897%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de dezembro de 2012 a novembro de 2016, passando a vigorar, a contar de janeiro de 2017, de acordo com o discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR ORIGINAL R\$	VALOR ATUALIZADO R\$
EXAMES DE IMAGEM			
09	USG DE ARTICULAÇÃO	65,00	87,00
10	USG OBSTÉTRICA	50,00	67,00
11	USG ABDÔMEN TOTAL	100,00	134,00
12	USG DE ABDÔMEN SUPERIOR	70,00	94,00
13	USG TRANSVAGINAL	65,00	87,00
14	USG MAMA (BILATERAL)	70,00	94,00
15	USG PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	50,00	67,00
16	USG VIAS URINÁRIAS	70,00	94,00
17	USG PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL / VIA ABDOMINAL)	65,00	87,00

18	USG BOLSA ESCROTAL	70,00	94,00
19	USG APARELHO URINÁRIO	70,00	94,00
42	TC ABDÔMEN	138,63	185,50
43	TC COLUNA CERVICAL COM OU SEM CONTRASTE	138,63	185,50
44	TC COLUNA TORÁCICA COM OU SEM CONTRASTE	138,63	185,50
45	TC COLUNA LOMBO SACRA COM OU SEM CONTRASTE	138,63	185,50
46	TC DO CRÂNIO	138,63	185,50
47	TC DE Pelve/BACIA	138,63	185,50

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 06 de janeiro de 2017.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME
LEONARDO CARLOS DA SILVEIRA FALCÃO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

EXTRATO PP 01/2017/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017/FMS

Objeto: Aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência e genéricos), exceto os relacionados na lista básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Assistência Social e pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba. Forma de Julgamento: Maior Desconto por Item. Data da abertura: Dia 26/01/2017, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 26/01/2017, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 10 de janeiro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

PL 29/2016 FMS PP 23/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2016/FMS – PP 23/2016/FMS

O Secretário de Saúde Valmor João Reisdorfer, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM), Centro de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba.

Empresa Vencedora:

ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

VALOR R\$ 17.300,00

FISCAL: ANGELA SIGNORI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 05 de janeiro de 2017.

Valmor João Reisdorfer
Secretario- FMS

PORTARIA N.º 054

PORTARIA Nº 054 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012(12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 055

PORTARIA Nº 055 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 71/2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 056

PORTARIA Nº 056 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - NOMEIA os cidadãos abaixo relacionados, para procederem a análise dos processos de regularização de edificações clandestinas

e/ou irregulares ao Plano Diretor, nos termos da Lei Complementar nº 335/2016:

KENYA XAVIER FERREIRA – Arquiteta

GRACIELA GLASENAPP – Fiscalização de Obras e Posturas

IVO LAMB – Setor de Topografia

JAISON STRAPASSOLA – Arquiteto

JESSICA RINALDI MARTENDAL – Engenheiro Civil

RICARDO MASSIGNANI - Engenheiro

ANDRESSA SIMADON – Técnico de Administração

Art. 2º - Os serviços prestados pela Comissão ora nomeada, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em vista o relevante interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a partir desta data a portaria n.º 6.453/2006, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 06 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 057

PORTARIA Nº 057 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, Motorista, para exercer as funções de Chefe dos Serviços de Distribuição e Transporte de Materiais, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 058

PORTARIA Nº 058 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr(a) JUÇARA EDITH STEFANES, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), para exercer as funções de Coordenador de Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 059

PORTARIA Nº 059 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ARLENE MARIA FERRI, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), para exercer as funções de Coordenador de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 060

PORTARIA Nº 060 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) JUCIMARA LENHARDT DA COSTA, Professor Nível II Pós Graduado, para exercer as funções de Assistente de Projetos Extracurriculares, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 061

PORTARIA Nº 061 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) JANETE ZANATTA, Diretor Administrativo, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de

dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 062

PORTARIA Nº 062 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ELCIRA MARGARETH RODIGUES PINTO, Diretor Pedagógico, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 063

PORTARIA Nº 063 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Serviços Administrativos, nível FCM-3, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 064

PORTARIA Nº 064 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente do Controle e Distribuição de Merenda Escolar, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 065

PORTARIA Nº 065 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) CLAUMIR BORGES DA SILVA, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 066

PORTARIA Nº 066 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

"RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR A PORTARIA N.º 34/2017 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDUARDO BARBOSA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 139.217/2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) e 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 139.217/2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) e 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003

Leia-se: LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 139.217/2015, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 067

PORTARIA Nº 067 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. Autoriza os servidores abaixo elencados para conduzirem veículos pertencentes ao Município:

DELCIR DOTTI – Chefe de Gabinete

AUGUSTO ZAGONEL – Coordenador de Controle Interno

MAIKEL PATRZYKOT – Procurador Geral do Município

JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO – Coordenador de Planejamento

JORGE LUIZ DRESCH – Secretário Municipal de Gestão Administrativa

JUCELINO JORGE FERRAZ – Secretário Municipal de Assistência Social

MARILENA ZANOELLO DETONI – Secretário Municipal de Educação

VALMOR JOÃO REISDORFER – Secretário Municipal de Saúde

VILSON SARTORI - Secretário Municipal de Infraestrutura

MICHEL CARLESSO ÀVILA - Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 09/2017**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 09/2017 DE 10.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valdesir Spier (Matr. 103), ocupante do Cargo de Auxiliar Técnico, P-5, N-2, Ref.I-7, referente ao período aquisitivo de 10.01.2016 a 09.01.2017, para serem fruídas no período de 25.01 a 03.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 10 de Janeiro de 2017.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 10/2017

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 10/2017 DE 10.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vanderlei Nunes Ferreira (Matr. 190), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Pedreiro, P-4, N-1, Ref. A, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11.01.2016 a 10.01.2017, para serem fruídas no período de 16.01 a 04.02.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003. .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 10 de janeiro de 2017.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0003/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0011/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2016

PROTOCOLO Nº 0561/2016

OBJETO: Registro de preços de serviços de escavação hidráulica com equipamento hidráulico e com rompedor para escavação, para o exercício de 2016

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço	EMPRESA
1	100	HR	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - CONCHA COM CAPACIDADE PARA 0,83M³ - CAPACIDADE OPERACIONAL DA MÁQUINA 19 TONELADAS - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A CINCO ANOS, PARA ESCAVAÇÃO EM SOLO COM PRESENÇA DE MATAÇÕES, IMPOSSÍVEL DE SER REMOVIDOS COM ESCAVADEIRA NORMAL, NAS VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES.	R\$ 210,00	AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA
2	100	HR	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - COM PESO OPERACIONAL DO ROMPEDOR DE 1.680 KG. - ENERGIA DE IMPACTO DE ATÉ 3.400 JOULES. - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A CINCO ANOS, PARA ROMPER ROCHAS PRESENTES EM VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES	R\$ 385,00	

VIGÊNCIA:11/04/2016 a 10/04/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 11 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do SIMAE.

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº 01 DE 09/01/2017

EDITAL Nº 01, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS

Abre inscrições e estabelece normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas para contratação temporária de pessoal no Município de Lacerdópolis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 17/2003 e suas alterações, Lei Complementar nº 52/2011 e suas alterações, Lei Municipal nº 1.391/2001 e suas alterações, Lei Municipal nº 2.005/2015 e Lei Municipal nº 2.052/2016, além das demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização do Processo Seletivo Simplificado de Provas para provimento de vagas em caráter temporário do quadro de cargos e empregos públicos do Município de Lacerdópolis/SC, que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado originado por este Edital será realizado com base no Contrato Administrativo nº 061/2016, sob a execução técnico-administrativa da SIGMA Assessoria e Consultoria, com sede em Capinzal (SC), com endereço eletrônico www.sigmaconsultoriasc.com.br.

1.2. O presente certame terá a supervisão, em todas as suas fases, da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, especialmente designada por portaria do Chefe do Poder Executivo, e se destina à contratação de pessoal em caráter temporário para vagas que surgirem durante o exercício de 2017 em virtude de contratação de servidores nas situações previstas na legislação supracitada, conforme cargos e empregos públicos constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, conforme necessidade e conveniência ao bom desempenho da Administração Pública Municipal.

1.3. É de total responsabilidade do candidato conhecer o presente conteúdo, bem como consultar o site da SIGMA Assessoria e Consultoria no endereço eletrônico www.sigmaconsultoriasc.com.br para acompanhar a publicação de todos os atos e eventuais alterações pertinentes ao Processo Seletivo originado pelo presente Edital.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no presente certame implica no conhecimento e na aceitação tácita, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo condições mínimas para inscrição e ingresso no serviço público:

2.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ter nacionalidade portuguesa e, neste caso, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal.

2.1.2. Possuir habilitação para o cargo/emprego pretendido, consoante disposto no Anexo I (tabela de cargos/empregos), na data da posse.

2.1.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, sendo sexo masculino, estar quite, também, com as obrigações do serviço militar.

2.1.4. Ser titular de CPF (Cadastro de Pessoa Física) regularizado.

2.1.5. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da nomeação, ante assinatura de regular termo de declaração.

2.1.6. Encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

2.1.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências deste Edital, das atribuições do cargo/emprego que postula e das instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente certame.

2.1.8. Manter comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.9. Ter, no mínimo, dezoito (18) anos completos na data da investidura.

2.1.10. Os candidatos ao emprego público de Agente Comunitário de Saúde devem, obrigatoriamente, residir no Município de Lacerdópolis desde a publicação desse Edital, nos termos da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

2.1.11. Preencher com exatidão e de forma completa todos os campos do formulário eletrônico de inscrição.

2.2. As inscrições serão realizadas pela internet a partir das 10 horas do dia 10/01/2017 até às 16 horas do dia 08/02/2017, mediante o preenchimento do formulário eletrônico disponível no portal www.sigmaconsultoriasc.com.br, na opção correspondente ao Município de Lacerdópolis/SC e o cumprimento de todos os procedimentos constantes nesse Capítulo.

2.2.1. O candidato deverá preencher todos os campos do formulário eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco ou incompleto, sob pena de indeferimento de plano de sua inscrição.

2.2.2. O candidato deverá indicar um endereço eletrônico (e-mail) válido, o qual deverá permanecer ativo a fim de receber eventuais comunicações da SIGMA, o que não o isenta de acompanhar as publicações oficiais pelo site, sendo que um mesmo endereço eletrônico não poderá ser utilizado por mais de um candidato.

2.2.3. O candidato que não tiver acesso à rede mundial de computadores poderá buscar auxílio junto ao "Centro de Apoio ao Candidato" disponível no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 31 de Março, 1.050 - centro, no Município de Lacerdópolis, também destinado ao recebimento de inscrições na forma presencial, inclusive por procuração.

2.2.4. A SIGMA não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sendo obrigação do candidato acompanhar a publicação das inscrições deferidas e homologadas no endereço listado no item 2.2.

2.3. Não serão admitidas inscrições, sob qualquer condição ou pretexto, após os prazos e horários fixados no item 2.2.

2.4. Não serão admitidas e não serão validadas inscrições recebidas pela via postal, correio eletrônico, fac-símile ou qualquer outra modalidade em desacordo com o estabelecido no item 2.2.

2.5. Será indeferida a inscrição do candidato que indicar cargo/emprego, cuja vaga não esteja prevista e ou que deixar de indicá-lo no formulário de inscrição e ou que indicar mais de um cargo/emprego no ato da inscrição.

2.6. Cada candidato poderá inscrever-se uma única vez, considerando-se nulas as demais inscrições anteriores, valendo-se a última, sendo que uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato, exceto do endereço ou telefone deste.

2.7. Ao efetuar a inscrição, o candidato está declarando formalmente que preenche os requisitos exigidos para o cargo/emprego pretendido constantes no Edital, sendo que os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação profissional, habilitação e demais requisitos exigidos para investidura nos cargos e empregos de que trata o Anexo I e legislação específica, deverão ser apresentados e comprovados pelo candidato por ocasião da convocação para investidura.

2.8. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão considerados nulos de pleno direito todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato ensejador seja constatado posteriormente.

2.9. A adulteração de qualquer elemento constante dos documentos pessoais ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do presente certame.

2.10. A veracidade das informações contidas no formulário de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

2.11. As taxas de inscrições corresponderão aos seguintes valores:

a) R\$ 80,00 (oitenta reais) por candidato para os cargos de nível superior.

b) R\$ 40,00 (quarenta reais) por candidato para o cargo de nível médio.

c) R\$ 30,00 (trinta reais) por candidato para os cargos/empregos de nível fundamental completo e fundamental incompleto (alfabetizado).

2.12. O boleto bancário estará disponível para impressão no endereço eletrônico www.sigmaconsultoriasc.com.br e deverá ser impresso imediatamente após a conclusão do preenchimento do formulário de inscrição.

2.12.1. O pagamento da inscrição deverá ser realizado, exclusivamente com o boleto bancário impresso no site da SIGMA, até a data de encerramento das inscrições constante no boleto(08/02/2017), em qualquer agência, correspondente bancário ou terminal de autoatendimento, observados seus horários de funcionamento, ou via internet, até às 23h59min do dia 08/02/2017, esta somente para aquele candidato que dispõe de tal modalidade de pagamento.

2.12.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e congêneres na localidade em que se encontra o candidato, o pagamento deverá ser feito antecipadamente.

2.12.3. O pagamento extemporâneo não será reembolsado ao candidato.

2.12.4. Serão homologadas somente as inscrições, cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto de pagamento gerado pelo sistema de inscrições da SIGMA contendo o respectivo código de barras e logomarca do Banco do Brasil, sendo a representação numérica do código de barras (linha digitável) iniciando com o número 001.

2.12.5. Antes de efetuar o pagamento, a fim de evitar pagamento de boleto fraudado, verifique os primeiros números constantes no código

de barras e o banco, sendo de inteira responsabilidade do candidato averiguar as informações do boleto bancário.

2.12.6. O candidato que efetuar o pagamento de boleto que contenha elementos(banco e código de barras) em desacordo com o estabelecido no subitem 2.12.4, não terá sua inscrição efetivada e também não lhe será devido qualquer ressarcimento da importância paga.

2.13. Não será admitido pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento, banco postal, cheque, ordem de pagamento, depósito bancário ou transferências entre contas, procedimentos que não constituem prova de quitação da taxa de inscrição.

2.14. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados em discordância com o previsto nesse Capítulo, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

2.15. Não será processada a inscrição com pagamento efetuado por valor menor do que o previsto neste Edital, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

2.16. Será processada a inscrição com pagamento efetuado por valor maior do que o estabelecido neste Edital; no entanto, não será devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga em maior ou em duplicidade.

2.17. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou processos seletivos ou para outro cargo/emprego.

2.18. O Município de Lacerdópolis e a SIGMA Assessoria e Consultoria, em nenhuma hipótese, processarão qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia 08/02/2017, sendo que as solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data serão indeferidas.

2.19. O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela SIGMA, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição, através de arquivo de retorno do banco, nos valores estabelecidos neste Edital.

2.20. Somente no período das inscrições, o candidato poderá imprimir a segunda via do boleto no endereço indicado no item 2.12.

2.21. Como todo procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter ao Município ou a SIGMA, cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.22. O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o pagamento do valor relativo à taxa de inscrição correspondente ao cargo/emprego pretendido e não será efetuada, em qualquer hipótese, inclusive quanto às inscrições indeferidas, a restituição de valores referente ao pagamento da taxa de inscrição.

2.23. Serão considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago a taxa de inscrição, não tenham preenchido o respectivo formulário de inscrição nos termos disciplinados nesse Edital.

2.24. Caso a inscrição do candidato não conste no relatório das inscrições deferidas a ser divulgado consoante cronograma do Anexo II, o candidato deverá contactar através do endereço eletrônico contato@sigmaconsultoriasc.com.br nos prazos recursais estabelecidos neste Edital.

2.25. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados para acesso aos locais de realização das provas.

2.25.1. A critério da Comissão Executiva da SIGMA, os documentos de que trata o item 2.25 poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato ou do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

2.26. A inscrição somente será homologada se cumpridos todos os procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

II.1 – DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Podem requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição nesse Processo Seletivo os candidatos hipossuficientes de recursos financeiros e os doadores de sangue fidelizados nas formas disciplinadas nesse Capítulo.

2.1.1. O candidato hipossuficiente de recursos financeiros que comprovar renda da sua entidade familiar inferior a dois salários mínimos, a época das inscrições, mediante comprovante de renda ou de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135/2007 e preencher os requisitos do Decreto Federal nº 6.593/2008, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2. A isenção deverá ser solicitada através de Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Hipossuficientes, conforme modelo do Anexo VIII, devendo ser enviado em envelope lacrado, impreterivelmente, até 26/01/2017, via postal, obrigatoriamente por SEDEX, cuja data de postagem deverá ser anterior ou igual a 26/01/2017, para a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado do Município de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, 1.050 - centro, CEP 89.660-000 -Lacerdópolis/SC, ou diretamente no setor de protocolo do Centro Administrativo Municipal, em horário de expediente.

2.1.3. O requerimento deverá estar acompanhado obrigatoriamente:

a) do comprovante de inscrição (impresso no site da SIGMA);

- b) do Número de Identificação Social (NIS) do candidato atribuído pelo CadÚnico ou;
- c) de Declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e de Comprovação de Renda Familiar devidamente preenchida, incluindo a renda do candidato;
- d) de documento(s)(original ou cópia autenticada) que comprove(m) a renda familiar de todos os membros da família indicados na Declaração de Comprovação de Renda Familiar, incluindo a renda do candidato, sendo que tal comprovação deverá ser realizada por meio de remessa à Comissão Especial do Processo Seletivo dos seguintes documentos, nos casos de:
- i) empregados de empresas privadas: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais) e da primeira página subsequente em branco;
- ii) servidores públicos: cópia do último contracheque;
- iii) autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia autenticada em cartório de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA) e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- iv) desempregados: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- v) servidores públicos exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, além de cópia do último contracheque;
- vi) pensionistas: cópia do comprovante de crédito atual do benefício fornecida pela instituição pagadora, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- vii) estagiários: cópias do Contrato de Estágio e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- e) cópia do Documento de Identidade (RG) do candidato;
- f) cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;
- g) cópias das últimas três contas de energia elétrica com o mesmo endereço do candidato, conforme indicado no formulário de inscrição, as quais não deverão ultrapassar o consumo mensal de 100 Kwh.

2.1.4. A Declaração de Comprovação de Renda Familiar deve ser preenchida com os dados de todos os membros da família, os quais também deverão ter suas respectivas rendas comprovadas pelos documentos listados no subitem 2.1.3 desse Capítulo.

2.1.5. A Comissão Especial do Processo Seletivo verificará a veracidade das informações prestadas pelo candidato no órgão gestor do CadÚnico e terá decisão terminativa sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de isenção.

2.1.6. O candidato doador de sangue fidelizado que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/1997 também poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste certame.

2.1.7. Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular de forma direta e indireta a doação.

2.1.8. A isenção deverá ser solicitada através de Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue Fidelizado, conforme modelo do Anexo IX, devendo ser requerida, impreterivelmente, até 26/01/2017, via postal, obrigatoriamente por SEDEX, cuja data de postagem deverá ser anterior ou igual a 26/01/2017, para a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado do Município de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, 1.050 - centro, CEP 89.660-000 - Lacerdópolis/SC, ou diretamente no setor de protocolo do Centro Administrativo Municipal, em horário de expediente.

2.1.9. O requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente:

- a) do comprovante de inscrição(impresso no site da SIGMA);
- b) de comprovante (original ou cópia autenticada) expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue voluntário de repetição, relacionando o número e a data das doações, não podendo ser inferior a três (03) doações no período de um ano imediatamente anterior ao certame;
- c) se for o caso, documento específico que comprove que o candidato integre associação de doadores de sangue, legalmente constituída e

que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

d) cópia do Documento de Identidade (RG) do candidato; e

e) cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

2.1.10. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.1.11. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) Omitir informações;

b) Fraudar e/ou falsificar documentação;

c) Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou

d) Requerer pedido de isenção fora do prazo previsto nesse Capítulo.

2.1.12. Não serão aceitos, após a entrega do requerimento, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

2.1.13. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção não garante ao candidato o benefício postulado, a qual estará sujeita à análise e deferimento.

2.1.14. É de total responsabilidade do candidato acompanhar a apreciação do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento, nos prazos estabelecidos nesse Edital.

2.1.15. A Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado avaliará os requerimentos de isenção e publicará sua decisão no mural do Centro Administrativo Municipal e no endereço eletrônico listado no item 1.3 até o dia 02/02/2017.

2.1.16. Os candidatos que tiverem seus requerimentos de isenção indeferidos poderão participar deste Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 08/02/2017, data de encerramento das inscrições.

2.1.17. As informações prestadas no requerimento de isenção, bem como toda a documentação apresentada, são de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.18. Se comprovadamente falsas as declarações para obtenção da isenção, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente certame, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo/emprego, de acordo com o art. 37, VIII, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 2.052/2016.

3.2. Os candidatos portadores de necessidades especiais devem indicar sua condição especial no campo específico do formulário de requerimento de inscrição.

3.3. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, quando aplicável, estas serão preenchidas pelos demais candidatos classificados.

3.4. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização das provas deverão indicar, no campo específico do requerimento de inscrição, previsto no Anexo VI, as condições especiais que necessitam para realizar as provas, sendo que a decisão desses requerimentos caberá à Comissão Especial do Processo Seletivo que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

3.5. Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas na Lei Federal nº 7.853/1989 e nos Decretos Federais nº 3.298/1999 e suas alterações e nº 5.296/2004 e suas alterações.

3.5.1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.6. O candidato com deficiência, após formalizar a inscrição e consignar sua condição especial, deverá encaminhar à SIGMA Assessoria e Consultoria (Rua Alvice Caldart, 16 - centro - CEP 89.665-000 - Capinzal/SC), obrigatoriamente, via SEDEX, o requerimento constante do Anexo VI, devidamente preenchido, anexando cópia simples do CPF e do documento de identidade e o laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impedirá o candidato ao exercício das funções do cargo/emprego a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital.

3.6.1. O candidato que necessitar realizar a prova de conhecimentos em braile ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição, conforme item 3.4.

3.6.2. O candidato que necessitar realizar a prova com fonte de impressão ampliada deverá requerer no ato da inscrição, consoante item

3.4.

3.6.3. Para usufruir das condições especiais elencadas nos subitens 3.6.1 e 3.6.2 o candidato deverá requerer na forma do Anexo VI e apresentar laudo médico que comprove a condição especial.

3.6.4. A remessa dos documentos referidos no item 3.6 e seus subitens à organizadora é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.6.5. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção no requerimento de inscrição.

3.7. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente do candidato que, no ato da inscrição, não declarar e/ou requerer e comprovar a condição especial.

3.8. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9. O candidato inscrito para vaga reservada a candidato com deficiência, quando aplicável, que deixar de atender prazos e exigências editalícias, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer como candidato não portador de necessidades especiais.

3.10. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para investidura e exercício das atribuições do cargo/emprego.

3.11. Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos à junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo/emprego.

3.12. Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, critérios de aprovação, nota mínima exigida, data, horário e local de aplicação das provas, desde que a deficiência não seja óbice ao desempenho das atividades do cargo/emprego.

3.13. A publicação do resultado final deste certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.14. Não há vaga reservada para provimento para candidatos com deficiência em razão do quantitativo de vagas oferecidas neste certame.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todos os requisitos estabelecidos neste Edital serão homologadas no prazo previsto no Anexo II e estarão disponíveis no Mural de Publicações do Centro Administrativo Municipal de Lacerdópolis e na internet, no endereço eletrônico constante no item 2.2 deste Edital.

4.2. Será publicado relatório contendo, apenas, as inscrições deferidas.

4.3. Caberá recurso à inscrição indeferida à SIGMA Assessoria e Consultoria, nos prazos do Anexo II, cujo recurso deverá ser interposto conforme modelo do Anexo VII e encaminhado eletronicamente, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, à SIGMA para o endereço contato@sigmaconsultoriasc.com.br.

V – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos contratados em decorrência de aprovação neste Processo Seletivo submeter-se-ão ao regime jurídico estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lacerdópolis e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como contribuinte obrigatório para este Regime Geral, na forma da Lei Municipal nº 2.005/2015.

VI – DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, reger-se-á de prova escrita objetiva de conhecimentos para todos os cargos e empregos e prova prática para o cargo de Profissional de Manutenção e Conservação.

6.2. O candidato que necessitar alguma condição especial para realização das provas objetivas de conhecimentos deverá requerer no ato da inscrição, consoante disposições do Capítulo III deste Edital, bem como comprovar tal condição, para fins de análise quanto à concessão.

6.3. As provas escritas serão aplicadas na data provável de 17 de fevereiro de 2017, com início às 19 horas, na Escola Básica Joaquim D'Agostini, sito à Rua 7 de Setembro, 40 - centro, nesta cidade de Lacerdópolis, conforme cronograma constante do Anexo II.

6.3.1. Os portões de acesso aos locais das provas escritas serão fechados cinco (05) minutos antes do horário de início das provas, sendo vedado o ingresso de candidatos após esse horário.

6.4. De acordo com o número de inscrições, a Comissão Executora da SIGMA poderá dividir a aplicação das provas em mais de um local, turno e/ou data, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações pertinentes no endereço eletrônico constante do item 2.2.

- 6.5. As provas escritas de conhecimentos serão realizadas, para todos os cargos/empregos, em etapa única de até três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-respostas e o tempo necessário às instruções gerais transmitidas pelos fiscais de sala.
- 6.6. Para entrar nos locais de prova e assinar a lista de presença, os candidatos deverão apresentar documento original de identificação válido e com foto (vide item 6.7) e portar o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
- 6.6.1. A critério da Comissão Executora da SIGMA, os comprovantes de inscrição e pagamento previstos no item 6.6 poderão ser dispensados, desde que constatada a efetiva homologação da inscrição do candidato ou do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.
- 6.7. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos...); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).
- 6.8. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, Carteira Nacional de Habilitação (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, trinta (30) dias.
- 6.10. O candidato que não apresentar o documento de identificação original válido na forma definida no item 6.7 estará impedido de assinar a lista de presença e, automaticamente, de adentrar a sala e de realizar a prova, estando, sumariamente, eliminado do certame.
- 6.11. Não será aceito nenhum outro documento em substituição aos exigidos no item 6.7 deste Edital.
- 6.12. Para início das provas, após as instruções dos fiscais, serão convidados três (03) candidatos para comprovarem a inviolabilidade do lacre e abertura do invólucro que contém os cadernos de provas, os quais assinarão, juntamente com os fiscais de sala e os membros da Comissão Especial do Processo Seletivo, a Ata de Abertura do processo de aplicação das provas do certame.
- 6.13. O caderno de questões de provas ficará em poder definitivo do candidato.
- 6.14. O candidato será identificado no cartão-respostas, apenas, pelos números de inscrição, CPF e RG, onde deverá apor a assinatura e conferir a identificação do cargo/emprego para o qual se inscreveu, devendo entregá-lo, obrigatoriamente, aos fiscais, devidamente assinado e preenchido com suas respostas, ao sair da sala de provas.
- 6.15. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a desobediência implicará na eliminação do certame e na remoção do candidato do referido estabelecimento.
- 6.15.1. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios digitais e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo, caracterizando-se como tentativa de fraude.
- 6.15.2. Os objetos pessoais como bolsas e similares, os aparelhos de telefones celulares, relógios digitais e outros equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e depositados na parte frontal da sala, ou sob a classe do candidato, antes do início das provas, ficando à vista do candidato e sob sua inteira responsabilidade, sendo retirados apenas na saída, sob pena de eliminação do candidato do certame.
- 6.16. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal, sob pena de eliminação do certame.
- 6.17. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de provas após decorrido, no mínimo, trinta minutos de seu início.
- 6.18. Ao retirar-se da sala, o candidato deverá entregar ao fiscal de prova o cartão-respostas devidamente preenchido e assinado. Caso não o faça, estará sumariamente eliminado do certame.
- 6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar o cartão-respostas e retirar-se definitivamente do local de forma simultânea, após cumpridos os procedimentos previstos nos itens 6.20 e 6.21.
- 6.20. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independentemente do cargo/emprego postulado, inclusive os cartões dos candidatos ausentes.
- 6.21. Encerradas as provas, na presença dos três últimos candidatos remanescentes em cada sala e dos fiscais, será lavrada a Ata de Encerramento, o Relatório de Ocorrências da Prova e a conferência dos cartões-respostas, cujas irregularidades serão registradas no referido instrumento, ante a assinatura destese dos respectivos fiscais de sala.
- 6.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital ou em seus termos aditivos.

6.23. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas escritas com antecedência mínima de trinta (30) minutos.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova escrita objetiva de conhecimentos constituir-se-á de questões de Conhecimentos Específicos da área de atuação, Língua Portuguesa e Matemática, conforme conteúdo programático constante dos Anexos III e IV do Edital.

7.2. A prova escrita de conhecimentos para os cargos/empregos de Nível Fundamental completo e incompleto (alfabetizado) será objetiva teórica e conterá vinte (20) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.

7.3. A composição da prova escrita de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina de que trata o item 7.2 constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Língua Portuguesa	05	0,4	2,0
Matemática	05	0,4	2,0
Total	20		10,0

7.4. A prova escrita de conhecimentos para todos os cargos de Níveis Médio e Superior será objetiva teórica e conterá trinta (30) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.

7.5. A composição da prova escrita de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina de que trata o item 7.4 constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Língua Portuguesa	10	0,2	2,0
Matemática	10	0,2	2,0
Total	30		10,0

7.6. À prova escrita objetiva de conhecimentos será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) para todos os cargos/empregos.

7.7. As notas serão expressas com duas casas decimais, sem arredondamento, tomando-se por base a pontuação estabelecida pelas grades dos itens 7.3 e 7.5.

7.8. Para preenchimento da grade de respostas no cartão-respostas resultante da resolução da prova escrita de conhecimentos o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, cujo cartão não será substituído em caso de erro ou marcação incorreta.

7.9. A adequada marcação e o preenchimento do cartão-respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá observar as instruções constantes nesse Edital e na capa do caderno de questões de provas.

7.10. Será atribuída nota zero às respostas de questão(ões) que contenha(m):

a) Emendas, borrões e/ou rasuras na área da grade de respostas;

b) Mais de uma alternativa de resposta assinalada por questão;

c) Questão (ões) não assinalada(s), isto é, alternativas de respostas em branco;

d) Cartão-respostas preenchido fora das especificações estabelecidas neste Edital, isto é, preenchido a lápis ou caneta esferográfica de tinta, cuja cor seja diversa do especificado no item 7.8, ou ainda, com marcação diferente da indicada nas instruções do caderno de questões.

7.11. O gabarito preliminar referente à prova escrita de conhecimentos será publicado a partir das 9 horas do dia subsequente ao da realização da referida prova no endereço eletrônico www.sigmaconsultoriase.com.br, na opção correspondente ao certame.

7.12. Havendo impugnação de questão (ões) e/ou gabarito da prova objetiva de conhecimentos o candidato poderá interpor recurso na forma do Capítulo X.

7.12.1. O formulário para interposição de recursos ou impugnação de questão (ões) está disponível no Anexo VI deste Edital, e no site da SIGMA, na opção correspondente ao certame, nos prazos recursais, devendo ser apresentado, unicamente, de forma digitada.

7.12.2. O relatório contendo os pareceres com as respostas às impugnações de questões será publicado juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.13. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos do cargo/emprego.

VIII – DA PROVA PRÁTICA

8.1. A prova prática será aplicada para o cargo de Profissional de Manutenção e Conservação na data provável de 18 de fevereiro de 2017, com início às 8h30min, na Secretaria Municipal de Obras, sito à Rua Simão Proner, s/n - centro, nesta cidade.

8.2. À prova prática será atribuída nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

8.3. O peso das provas aplicadas para o cargo de Profissional de Manutenção e Conservação corresponderá à:

- a) 40% (quarenta por cento) para a prova escrita de conhecimentos; e
- b) 60% (sessenta por cento) para a prova prática.

8.4. A prova prática terá caráter eliminatório e a nota mínima a ser obtida pelo candidato, para fins de classificação e aprovação, é de 5,0 (cinco vírgula zero) pontos.

8.4.1. Estará eliminado do certame o candidato que não obtiver a nota mínima de que trata o item 8.4.

8.5. Para prestar a prova prática os candidatos deverão comparecer no local indicado com antecedência mínima de quinze (15) minutos e apresentar, obrigatoriamente, um documento original de identificação válido com foto.

8.6. O candidato que não comparecer no local e horário especificados e não apresentar o documento listado no item 8.5 não poderá realizar a prova prática, estando, automaticamente, eliminado do Processo Seletivo.

8.7. O candidato ausente à prova prática estará sumariamente eliminado do certame.

8.8. A prova prática constará da execução de serviços de limpeza pública de roçada utilizando equipamento mecânico, do tipo roçadeira à gasolina, marca Stihl, modelo FS 160.

8.9. A avaliação será realizada pelo desempenho do candidato na execução das tarefas e atividades que executará conforme as normas técnicas e legais e/ou regulamentadoras da função e/ou profissão, levando-se em consideração o uso e aproveitamento dos materiais, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, onde serão avaliados os seguintes quesitos:

- a) Apresentação do candidato: vestuário e calçado adequados;
- b) Escolha dos materiais, utensílios e insumos apropriados;
- c) Uso adequado e seguro do equipamento, utensílios e insumos pertinentes;
- d) Uso de equipamentos de proteção individual (EPI);
- e) Demonstração de conhecimento do ofício / profissão;
- f) Cumprir as regras de realização da tarefa;
- g) Executar a tarefa no prazo estipulado;
- h) Qualidade no desempenho da tarefa ante a técnica, habilidade, aptidão, produtividade e eficiência.

8.10. A prova prática terá duração, para cada candidato de, no mínimo, quinze (15) minutos e de, no máximo, trinta (30) minutos.

8.11. O equipamento que couber ao candidato para prestação da prova prática só será substituído ou trocado, salvo se por razão de segurança ou pane eletromecânica que não tenha sido provocada pelo examinado, sempre a critério do avaliador.

8.12. Dependendo da quantidade de candidatos inscritos poderão ser utilizados mais de um equipamento para realização da prova prática, de idênticas marca e modelo.

8.13. Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do instrutor/avaliador durante a operação dos equipamentos colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e sistema de operação.

8.14. Caso o candidato cometa qualquer ato ou operação que coloque em risco a sua segurança, do instrutor ou do equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato sumariamente eliminado do certame.

8.15. A demonstração pelo candidato de que não possui o necessário conhecimento para operar o equipamento, sem danificá-lo ou colocar em risco os presentes à avaliação, instalações e ou equipamentos do local de prova, poderá implicar, a critério do avaliador, a imediata exclusão do candidato.

8.16. Os candidatos que prestarão a prova prática deverão comparecer ao local em data e horário determinados trajados e calçados adequadamente.

8.17. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e/ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento.

8.18. O candidato, ao terminar a prova prática, deverá retirar-se do local de aplicação da prova a fim de não prejudicar o andamento do processo avaliatório, bem como não intervir psicologicamente na avaliação do candidato subsequente.

8.19. Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário de realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do Processo Seletivo e/ou por aviso fixado no mural e/ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

8.20. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Executiva da SIGMA, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

IX – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Serão considerados aprovados neste Processo Seletivo:

9.1.1. Os candidatos aos cargos com exigência de ensino de níveis médio e superior que obtiverem nota final igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

9.1.2. Os candidatos aos cargos/empregos com exigência de ensino de nível fundamental completo e incompleto (alfabetizado) que obtiverem nota final igual ou superior a quatro (4,0) pontos.

9.2. Para os cargos/empregos com exigência somente de prova escrita de conhecimentos, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, de conformidade com as grades dos itens 7.3 e 7.5.

9.3. Para o cargo com exigência de prova escrita de conhecimentos e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{(NPE \times 40) + (NPP \times 60)}{100}$$

Onde:

NF = Nota final

NPE = Nota da prova escrita

NPP = Nota da prova prática

9.4. A classificação final dos candidatos será realizada depois de esgotadas todas as fases de recursos, cujo relatório obedecerá a ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.5. Na hipótese de igualdade de pontos, ocorrendo empate na classificação final, o desempate será obtido através da aplicação dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior nota na prova prática, quando aplicável;
- b) Maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- c) Maior nota na prova de língua portuguesa;
- d) Maior nota na prova de matemática;
- e) Maior idade, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº10.741/2003 (Estatuto do Idoso); e
- f) Sorteio público.

9.6. Os critérios de desempate serão aplicados sucessivamente na ordem acima, prevalecendo o critério da alínea "a" sobre o da alínea "b" e o deste sobre aquele da alínea "c", sucessivamente.

9.7. Para efeito da aplicação das normas deste Edital, será considerada a idade do candidato aquela relativa ao último dia das inscrições.

X – DOS RECURSOS

10.1. Nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo II deste Edital, caberão recursos em desfavor dos seguintes atos do presente Processo Seletivo:

- a) Não homologação ou incorreção dos dados da inscrição;
- b) Conteúdo das questões e gabarito preliminar da prova escrita;
- c) Resultado da prova escrita;
- d) Resultado da prova prática, quando couber;
- e) Classificação preliminar.

10.2. Os recursos somente serão admitidos se:

- a) interpostos pela Internet através de formulário próprio disponível no Anexo VII, devendo este ser enviado (de modo digitado) para o endereço eletrônico contato@sigmaconsultoriasc.com.br;
- b) interpostos até às dezoito (18) horas do quinto dia útil subsequente ao da publicação, no endereço eletrônico do certame, do ato do qual o candidato deseja recorrer, conforme cronograma do Anexo II;
- c) individuais e devidamente fundamentados;
- d) devidamente fundamentados com argumentação lógica, referencial teórico e consistentes, inclusive os pedidos de simples revisão de nota;

e) tempestivos; os intempestivos ou fora das especificações estabelecidas neste Capítulo serão preliminarmente indeferidos e os inconsistentes não providos.

10.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio ou de forma diversa ao estabelecido no item 10.2.

10.4. Caso não possua acesso à Internet, o candidato deverá buscar auxílio junto ao Centro de Apoio ao Candidato, no endereço descrito no subitem 2.2.3.

10.5. No caso de anulação de questão (ões) por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo, estas serão consideradas respostas corretas para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, quando forem computados os pontos respectivos, exceto para aqueles que já tiverem recebido a pontuação correspondente.

10.6. Se houver alteração de gabarito, a correção dos cartões-respostas será de acordo com esta.

10.7. Não serão acolhidas solicitações de revisão de nota de outros candidatos, isto é, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo, assim como aqueles, cujo teor desrespeite a banca, serão preliminarmente indeferidos.

10.9. Após a análise dos recursos interpostos ou por constatação e correção de erro material ex officio, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda, desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções, a nota mínima exigida para aprovação.

10.10. Os pareceres exarados pela banca examinadora são soberanos e irrecorríveis na esfera administrativa e ficarão disponíveis para consulta dos candidatos no site da SIGMA, na página do certame, a partir da publicação do relatório de homologação do resultado final. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

10.11. A SIGMA não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado por ato da autoridade competente e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no portal do Município de Lacerdópolis e no site da SIGMA Assessoria e Consultoria.

XII – DO PROVIMENTO DOS CARGOS E EMPREGOS

12.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

12.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto ao Município de Lacerdópolis.

12.3. A contratação dos candidatos será feita consoante ao previsto na legislação municipal, publicado junto ao Mural de Publicações do Centro Administrativo Municipal e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, mediante notificação pessoal, no endereço informado no formulário de inscrição ou posteriormente atualizado, sendo responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço.

12.4. Os candidatos aprovados e contratados terão o prazo de até cinco dias, contados da data de publicação do Ato de Convocação, para tomar posse e entrar em efetivo exercício, ressalvadas as situações de força maior e/ou casos fortuitos devidamente comprovados. Será tornado sem efeito o ato de contratação se não ocorrer a posse e/ou exercício no prazo aqui estabelecido, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

12.5. Os candidatos convocados para assumir e que não queiram, deverão manifestar formalmente a desistência da vaga ou a postergação (reclassificação), optando pela última colocação na Classificação Final do Processo Seletivo do respectivo cargo/emprego e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação, a novo chamamento uma única vez.

12.6. São requisitos para ingresso no Serviço Público a serem apresentados ou comprovados quando da convocação para contratação:

a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do § 1º do art. 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;

c) Ter, na data da investidura, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares, esta para candidatos do sexo masculino;

e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/emprego (apresentar atestado de boa saúde física e mental a ser

fornecido por médico ou junta médica do Município ou ainda, por esta designada mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo/emprego, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência);

f) Possuir habilitação para o cargo/emprego pretendido, conforme o disposto no Anexo I (quadro de cargos/empregos) na data da investidura;

g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal e suas emendas, mediante apresentação de declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública;

h) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, ante assinatura de regular termo de declaração;

i) Os candidatos portadores de necessidades especiais deverão observar as disposições constantes do Capítulo III deste Edital;

j) Declaração de bens e rendas, conforme Lei Federal nº 8.429/1992;

k) Para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde serão observadas as exigências constantes do art. 6º da Lei Federal nº 11.350/2006, isto é, o candidato deverá residir, obrigatoriamente, no Município de Lacerdópolis desde a publicação desse Edital.

12.7. O candidato, por ocasião da convocação para investidura, deverá comprovar todos os requisitos elencados neste Capítulo. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição neste Processo Seletivo.

XIII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Fica delegada competência à SIGMA Assessoria e Consultoria, responsável pelo planejamento, organização e realização do Processo Seletivo Simplificado, para:

- a) Divulgar o Processo Seletivo;
- b) Deferir e indeferir inscrições;
- c) Elaborar, aplicar, corrigir, julgar e avaliar as provas previstas no Edital;
- d) Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- f) Providenciar a impressão dos cadernos de provas, bem como designar bancas para aplicação das mesmas;
- g) Selecionar fiscais para aplicação das provas;
- h) Prestar informações sobre o Processo Seletivo no período de realização do mesmo.

XIV – DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da fase/etapa correspondente, conforme cronograma do Anexo II.

15.2. Será eliminado do Processo Seletivo por ato da SIGMA Assessoria e Consultoria o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de aplicação das provas;
- b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) For flagrado utilizando-se de qualquer meio de consulta ou tentando burlar a prova ou, ainda, que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) Ausentar-se da sala de provas durante a sua realização sem autorização ou sem estar acompanhado por um fiscal;
- e) Ausentar-se da sala de provas sem entregar o cartão-respostas aos fiscais.

15.3. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas, poderá fazê-lo em sala especialmente reservada, desde que o requeira previamente, observando os seguintes procedimentos:

15.3.1. Requerer atendimento especial durante o ato de inscrição em formulário específico constante no Anexo VI.

15.3.2. A criança deverá estar acompanhada, em ambiente reservado para essa finalidade, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

15.3.3. A intervalos regulares, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas para amamentar, devidamente acompanhada por fiscal, o qual assegurará a manutenção das condições de sigilo e isonomia com os demais candidatos na realização da prova e a reposição do tempo despendido na amamentação, limitado ao máximo de uma hora.

15.3.4. Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

15.3.5. A relação das candidatas que obtiverem o deferimento de pedido de condição especial de realização da prova como lactante será previamente divulgada, em lista separada, para conhecimento de todos os candidatos do Processo Seletivo.

15.4. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (gravidez, períodos menstruais, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas, ou nelas prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou aplicação de nova prova.

15.5. O presente Processo Seletivo terá validade pelo prazo máximo de doze meses.

15.6. A aprovação e a classificação definitiva geram para o candidato apenas a expectativa de direito à contratação. O Município de Lacerdópolis, durante o período de validade do certame, reserva-se o direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados para a escolha de vaga e às contratações, em número que atenda ao interesse e as necessidades do serviço público, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os cargos vagos existentes.

15.7. A contratação dos candidatos dar-se-á na estrita ordem de classificação destes, sendo que a lotação do candidato ficará a critério da Secretaria Municipal de Administração, de acordo com a necessidade de preenchimento das vagas nos locais em que se fizer necessário.

15.8. Os casos não previstos neste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão Especial do Processo Seletivo e pela Comissão Executiva do certame.

15.9. O presente Edital será publicado no Mural de Publicações do Centro Administrativo Municipal e estará disponível nos endereços eletrônicos www.lacerdopolis.sc.gov.br, www.sigmaconsultoriassc.com.br e, seu extrato, no Diário Oficial dos Municípios (DOM) editado pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

Lacerdópolis/SC, em 9 de janeiro de 2017.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS/EMPREGOS, VAGAS/CADASTRO DE RESERVA, CARGA HORÁRIA SEMANAL, VENCIMENTO, HABILITAÇÃO E TIPOS DE PROVAS

CARGOS / EMPREGOS	VAGAS* / CR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO INICIAL	HABILITAÇÃO E REQUISITOS PARA INVESTIDURA	TIPOS DE PROVAS
Agente Comunitário de Saúde ^{1**}	01	40h	1.220,93	Ensino fundamental	Escrita objetiva
Agente de Combate a Endemias ²	01	40h	1.220,93	Ensino fundamental	Escrita objetiva
Assistente Social	CR	20h	1.693,25	Ensino superior em Serviço Social e registro no CRESS	Escrita objetiva
Farmacêutico	01	40h	4.216,35	Ensino superior em Farmácia e registro no CRF	Escrita objetiva
Professor Auxiliar Anos Iniciais	05	20h	1.241,64	Cursando Ensino superior em Pedagogia a partir da 4ª fase	Escrita objetiva
Professor de Educação Física ^{***}	02	20h	1.241,64	Ensino superior em Educação Física e registro no CREF	Escrita objetiva
Professor de Informática	01	20h	1.241,64	Ensino médio Técnico em Informática com experiência comprovada na área	Escrita objetiva
Professor de Língua Italiana	01	10h	620,81	Ensino superior completo com cursos na área (mínimo de 200 horas) reconhecidos pelo Centro de Cultura Italiana de SC	Escrita objetiva
Profissional Especializado na área de Mecânica Automotiva	CR	40h	1.824,58	Alfabetizado	Escrita objetiva
Profissional de Manutenção e Conservação	04	40h	1.016,58	Alfabetizado	Escrita objetiva e prática

1 e 2 Natureza do vínculo: Emprego público.

* O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de vigência do presente Processo Seletivo.

** De conformidade com o art. 6º da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, e considerando que o Município de Lacerdópolis possui, apenas, uma equipe Estratégia Saúde da Família (ESF) e de Agentes Comunitários de Saúde, é requisito essencial para o exercício

do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, que o candidato resida no Município desde a data da publicação do Edital do Processo Seletivo.

*** As áreas de atuação do cargo de Professor de Educação Física são: Terceira Idade e escolinhas esportivas.

ANEXO II

DO CRONOGRAMA

ITEM	FASES / ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO	DATAS / PRAZOS
1	Publicação do Edital	09/01/2017
2	Período das inscrições (pela internet)	10/01/2017 a 08/02/2017
3	Publicação do relatório geral das inscrições deferidas	09/02/2017
4	Prazo para recursos relativos às inscrições indeferidas (prazo limite para recebimento – 18 horas)	10 a 16/02/2017
5	Publicação do relatório geral de homologação das inscrições	17/02/2017
6	Data provável das provas escritas – 19 horas*	17/02/2017
7	Data provável das provas práticas – 8h30min*	18/02/2017
8	Publicação do gabarito preliminar – 09 horas	18/02/2017
9	Prazo para recursos relativos ao gabarito preliminar (prazo limite para recebimento – 18 horas)	19a 24/02/2017
10	Publicação do gabarito oficial definitivo	01/03/2017
11	Publicação do relatório da classificação preliminar	01/03/2017
12	Prazo para recursos relativos à classificação preliminar – prova objetiva de conhecimentos e provas práticas (prazo limite para recebimento – 18 horas)	02a 08/03/2017
13	Publicação da homologação do resultado final	10/03/2017

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS

1. Para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto (Alfabetizado):

Língua Portuguesa: Alfabeto. Fonética: Classificação dos fonemas. Encontros vocálicos. Sílabas e divisão silábica. Ortografia. Acentuação Gráfica. Morfologia: Classes gramaticais: Substantivo: Classificação dos substantivos: próprio e comum. Coletivos. Flexão. Gênero (masculino e feminino). Número (singular e plural) e Grau (diminutivo e aumentativo). Adjetivo: Adjetivos pátrios. Flexão. Número, Grau e Gênero. Sinônimos e Antônimos. Homônimos e Topônimos. Tipos de Frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa. Concordância Verbal e Nominal. Formas comuns de tratamento.

Matemática: Tabuada dos números. Números naturais: operações e problemas. Unidades e sistemas de medidas de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Adição, subtração, multiplicação, divisão. Conjuntos. Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Juros Simples e Compostos. Descontos Simples e Compostos. Regras de Três Simples e Composta. Algarismos romanos. Resolução de problemas. Cálculo de áreas. Raciocínio lógico.

2. Para os cargos de Níveis Médio e Superior:

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo da crase. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção). Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências). Pontuação. Sinônimos e Antônimos. Homônimos e Topônimos. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal e verbal) e de colocação (pronominal). Linguagem figurada. Conotação e denotação. Vícios de linguagem. Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Razão e Proporção. Teoria dos Conjuntos. Regra de Três Simples e Composta. Potenciação e radiciação. Exponenciação. Porcentagem. Juros Simples e Composto. Descontos Simples e Composto. Operações com frações. Expressões algébricas e aritméticas. Equações, Inequações, Sistemas e Problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º Grau. Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas. Relações e funções. Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas. Progressões (aritméticas e geométricas). Probabilidade. Análise Combinatória. Matrizes e Determinantes. Sistema de Equações Lineares. Binômios de Newton. Polinômios. Produtos notáveis. Relação entre grandezas. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Geometria analítica. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Relação entre ponto, reta e circunferência. Polígonos. Sólidos geométricos. Cálculo de áreas e volumes. Trigonometria. Funções trigonométricas. Resolução de triângulos. Poliedros. Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Raciocínio Lógico. Matemática financeira.

ANEXO IV

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO POR CARGO/EMPREGO

1. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Legislação: Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8.080/90). Operacionalização da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Conhecimentos elementares sobre as funções inerentes ao cargo abrangendo conhecimentos básicos sobre: saúde da mulher; saúde da criança; saúde do adulto e do idoso. Atribuições e postura profissional do ACS. Cadastramento familiar e mapeamento: finalidade e instrumentos; conceito de territorialização, microárea e área de abrangência. Calendário básico de vacinação. Doenças sexualmente transmissíveis. Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação. Primeiros Socorros. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Noções de segurança e prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Atualidades relativas à profissão.

2. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: Legislação: Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90). Calendário básico de vacinação. Conhecimentos básicos de combate a endemias. Conceitos de agentes etiológicos, vetor, hospedeiro. Origem, distribuição geográfica, desenvolvimento e criadouros de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Pesquisa entomológica. Levantamento de índice. Pesquisa em pontos estratégicos (PE). Pesquisa em armadilhas (PAr). Pesquisa vetorial especial (PVE). Delimitação de foco (DF). Reconhecimento geográfico (RG). Tratamento de focos. Tipos de controle. Visita domiciliar. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Noções básicas sobre doenças transmissíveis e não transmissíveis. Noções básicas sobre medidas de prevenção para controle de doenças transmissíveis. Noções básicas sobre as doenças transmitidas por vetores e as medidas de prevenção dessas doenças. Noções básicas sobre doenças de notificação obrigatória: Tuberculose, Leptospirose, Dengue, Febre amarela, AIDS, Malária, Leishmaniose, Doença de Chagas, Esquistossomose, Hepatite B/C, Sarampo, Tétano, Hanseníase, Febre Chikungunya, Zika vírus. Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Atualidades relativas à profissão.

3. ASSISTENTE SOCIAL: Legislação: Constituição Federal. Legislação aplicável ao Serviço Social. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica da Saúde (LOS). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei Maria da Penha. Políticas de Assistência. Políticas Sociais. Políticas de Saúde. Política Nacional do Idoso. Política da Pessoa Portadora de Deficiência. Políticas de Seguridade e Previdência Social. O Serviço Social junto aos estabelecimentos de ensino e ao Conselho Tutelar. Possibilidades e limites de atuação do assistente social. O Serviço Social no Brasil. História do Serviço Social. Relação Estado/Sociedade. A Propriedade e a Renda no Brasil. Contexto histórico, atualidade e neoliberalismo. Desigualdade social. Trabalho com comunidades. Atendimento familiar e individual. Possibilidades e limites da prática do serviço social em empresas. Papel do assistente social nas relações intersetoriais. Ética e cidadania. Atualidades relativas à profissão.

4. FARMACÊUTICO: Legislação: Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde). Sistema Único de Saúde (SUS): Políticas Públicas de Saúde. NOB-SUS/96 - Norma Operacional Básica do SUS. Política Nacional de Humanização do Atendimento - HUMANIZASUS. Medicamentos Genéricos (Lei Federal 9.787/99). Medicamentos Controlados Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde 344/98). Conceitos em farmacocinética, bioequivalência e biodisponibilidade. Farmacodinâmica: Interação medicamentosa, mecanismo de ação das drogas e relação entre concentração da droga e efeito. Diluições, Extração, Formas farmacêuticas: Líquidas (Soluções, xaropes, colírios, etc). Formas farmacêuticas sólidas (pós, cápsulas, pílulas, grânulos, bolos, pastilhas, granulados, comprimidos, drágeas), semissólidos (pomadas, cremes, loções) e fatores que influenciam na estabilidade destas formas farmacêuticas. Farmacologia da dor e da inflamação. Farmacologia do sistema respiratório. Farmacologia do sistema digestivo. Farmacologia do sistema nervoso central, periférico e autônomo. Farmacologia do sistema cardiovascular. Farmacologia dos processos infecciosos/ antimicrobianos / antiparasitários. Farmacotécnica e formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semissólidas. Legislação Farmacêutica. Política de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica no SUS: Medicamentos disponibilizados, programas aos quais se destinam - Saúde Mental, Excepcionais, Hipertensão e Diabetes, Estratégicos, AIDS. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME e suas atualizações. Vigilância Sanitária. Legislação Sanitária. Noções sobre Atenção Farmacêutica. Código de ética da profissão farmacêutica. Boas práticas de dispensação de medicamentos. Medicamentos genéricos. Medicamentos sujeitos a controle especial. Atenção primária a saúde e a farmácia básica. Farmácia Hospitalar: Conceitos, objetivos, estrutura física e organizacional da farmácia hospitalar. Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar. Seleção de medicamentos. Sistema de distribuição e estoque de medicamentos. Comissão de Farmácia e Terapêutica. Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares. Farmacovigilância hospitalar. Farmacoepidemiologia. Farmacoeconomia. Terapia antineoplásica (quimioterapia). Nutrição Parenteral. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Farmacologia Clínica: Boas Práticas de Manipulação em Farmácia. Estabilidade de medicamentos e determinação do prazo de validade. Cálculos relacionados ao preparo de formas farmacêuticas. Legislação pertinente ao exercício profissional farmacêutico em unidades hospitalares. Atualidades relativas à profissão.

5. PROFESSOR AUXILIAR DOS ANOS INICIAIS: Legislação: Constituição Federal. Lei Federal nº 9.394/96 e suas alterações (LDB). Plano Nacional de Educação. Lei do Piso Nacional do Magistério. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Temas transversais. Didática e teorias da aprendizagem. Pensadores da educação. Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas. Pressupostos e características da Didática. A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo. A prática pedagógica sistemática socialmente promovida. A relação discurso-fundamento-ação. Contexto da Prática Pedagógica. Propostas curriculares para o ensino fundamental. Especificidades da escola pública. Dinâmica da Sala de Aula. Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante. A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem. Conhecimento da realidade e alternativas de ensino. Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Projeto Político-Pedagógico (PPP). Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação. Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família. As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis. Referencial Curricular Nacional Educação Infantil (RCNEI). O lúdico e a educação, recreação. A inclusão escolar. Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem. Fatores físicos, psíquicos e sociais. Recreação: atividades recreativas. Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência. Programa Educação Inclusiva. Direito a Diversidade. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

6. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Ordenamentos legais da Educação Física escolar: LDB, DCN's e PCN's. Histórico, Características e Importância Social. Tendências Pedagógicas da Educação Física na escola: desenvolvimentista, construtivista, crítico-emancipatória,

concepção de aulas abertas, aptidão física e crítico-superadora. Avaliação em Educação Física. A Educação Física como instrumento de comunicação, expressão, lazer e cultura: a Educação Física e a pluralidade cultural. Materiais e equipamentos indispensáveis nas aulas de Educação Física. Conteúdos da educação física - Jogos: concepção de jogo. Jogos cooperativos, recreativos e competitivos (formação e rendimento). Jogo simbólico. Jogo de construção. Jogo de regras. Pequenos jogos. Grandes jogos. Jogos e Brincadeiras da Cultura Popular. Lutas: Lutas de distância, lutas de corpo a corpo; fundamentos das lutas. Danças: danças populares brasileiras; danças populares urbanas; danças eruditas clássicas, modernas, contemporâneas e jazz; danças e coreografias associadas a manifestações musicais. Esportes: individuais - atletismo, natação; coletivos: futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol. Esportes com bastões e raquetes. Esportes sobre rodas. Técnicas e táticas. Fundamentos. Regras e penalidades. Organização de eventos esportivos. Dimensão social do esporte. Ginásticas: de manutenção da saúde, aeróbica e musculação; de preparação e aperfeiçoamento para a dança; de preparação e aperfeiçoamento para os esportes; ginástica olímpica e rítmica desportiva. Elementos organizativos do ensino da Educação Física: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação escolar. Plano de ensino e plano de aula. Educação Física e a educação especial. Princípios norteadores para o ensino da Educação Física: inclusão, diversidade, corporeidade, ludicidade, reflexão crítica do esporte, problematização de valores estéticos. Aspectos metodológicos do Ensino de Educação Física. Temas Transversais. Temas emergentes. O esforço, sacrifício, castigo; a competição / cooperação / socialização; a reflexão / análise / compreensão / síntese da realidade físico-corporal. Educação Física e PNEE'S. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Educação Física na Educação Básica (infantil, fundamental e médio). O papel pedagógico da Educação Física na constituição dos sujeitos, da sociedade e do mundo. O esporte no contexto escolar. As concepções do esporte. O fenômeno esportivo enquanto realidade educacional. Condicionamento físico, legislação, metodologia, métodos gímnicos, organização e pedagogia. Atualidades esportivas. Anatomia e fisiologia humana. Atualidades relativas à profissão.

7. PROFESSOR DE INFORMÁTICA: Conhecimentos de Sistemas Operacionais. Utilização de Sistema Operacional com Interface Gráfica: ativação de programas através de menus e ícones na área de trabalho e manipulação de janelas. Conceito e organização de arquivos: tipos de arquivos, operações com arquivos e organização em pastas (diretórios). Sistema Operacional Windows. Editor de textos: criação e gravação arquivos de texto, operações básicas de manipulação de texto (copiar, cortar, colar, formatar). Planilha eletrônica: operações básicas de manipulação de planilhas eletrônicas, criação e gravação arquivos de planilha, operações básicas em planilhas (aritméticas estatísticas e lógicas). Noções sobre uso de aplicativos de rede (Internet): composição, envio e recebimento de correio eletrônico ("e-mail"), uso de navegador "web" ("browser"), acesso a páginas e uso de ferramentas de busca (páginas de busca) para encontrar e acessar informações na Internet. Informática Básica. Aspectos básicos de segurança em Informática. Novas Tecnologias em Sala de Aula. Orientações metodológicas. Atualidades relativas à profissão.

8. PROFESSOR DE LÍNGUA ITALIANA: Legislação: Lei Federal nº 9.394/96 e suas alterações (LDB). Plano Nacional de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Temas transversais. Interpretação de Texto. Concepções de linguagem. Metodologia de ensino e aprendizagem. Didática do ensino. Pressupostos metodológicos. O ensino da Língua Italiana e o cotidiano escolar contemporâneo. História da cultura italiana. A língua como forma de interação. Gêneros textuais orais e escritos. Oralidade, escrita e ensino. Fala, leitura, escrita e ensino. Leitura e produção textual. O uso da Língua Estrangeira na Escola. Concepção de conteúdos. Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira. O Ensino de Língua para a Comunicação. Construção da Leitura e da Escrita da Língua Estrangeira. Aspectos Gramaticais da Língua Italiana. Metodologias e abordagens do ensino da Língua Italiana no Brasil. O ensino das habilidades: ler, falar, ouvir e escrever. Planejamento, registro e avaliação. Linguagem como processo de interação: Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade, Polissemia e Duplo Sentido, Intertextualidade e Incompletude. Gênero do Discurso. Texto/Discurso/Condições de Produção. Atualidades relativas à profissão.

9. PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE MECÂNICA AUTOMOTIVA: Fundamentos de mecânica automotiva de veículos. Princípios de funcionamento do motor a combustão interna. Conhecimentos e procedimentos de manutenção dos sistemas de: alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Lubrificantes e sistemas de lubrificação. Tipos e uso de ferramentas e equipamentos de mecânico. Normas de manutenção preventiva e corretiva. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e especificações. Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Noções de Primeiros Socorros. Atualidades relativas à profissão.

10. PROFISSIONAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO: Limpeza pública: capina e varrição, remoção do lixo e detritos e reciclagem do lixo. Noções de Varrição de superfícies diversas. Carregamento e descarregamento de mercadorias utilizando força física. Conhecimento e uso dos utensílios, ferramentas e equipamentos diversos de trabalho braçal, mobiliários e utensílios. Noções gerais sobre transporte de materiais de construção civil. Conservação e manutenção de estradas vicinais, abertura de valas, serviços de sinalização, preparo de solos para plantio. Fundamentos sobre lavagem de máquinas e veículos automotores. Técnicas de limpeza, conservação e higienização de ambientes e instalações sanitárias. Limpeza de vidros, pisos, escadas e instalações sanitárias. Materiais de limpeza e sua utilização. Limpeza dos diferentes espaços. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Noções básicas sobre jardinagem: cultivo de flores, árvores, arbustos e sobre plantio e manejo de grama e conservação de jardins. Noções de segurança e prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Equipamentos de proteção individual (EPI). Noções de Primeiros Socorros. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional e relacionamento com colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Ética e cidadania. Atualidades relativas à profissão.

ANEXO V DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CARGOS/EMPREGOS

1. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

NATUREZA: EMPREGO PÚBLICO.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver e executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas e coletivas, nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio cultural da comunidade de sua atuação; realização do cadastramento das famílias e atualização das fichas de cadastramento dos componentes das famílias; levantamento das condições de saneamento básico; executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas-públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; execução da vigilância de crianças

menores de 1 ano consideradas em situação de risco; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos; promoção da imunização de rotina às crianças e gestantes, encaminhando-as ao serviço de referência ou criando alternativas de facilitação de acesso; promoção do aleitamento materno exclusivo; monitoramento das diarreias e promoção da reidratação oral; monitoramento das infecções respiratórias agudas, com identificação de sinais de risco e encaminhamento dos casos suspeitos de pneumonia ao serviço de saúde de referência; monitoramento das dermatoses e parasitoses em crianças; orientação dos adolescentes e familiares na prevenção de DST/AIDS, gravidez precoce e uso de drogas; identificação e encaminhamento das gestantes para o serviço de pré-natal na unidade de saúde de referência; realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento das gestantes, priorizando atenção nos aspectos de: desenvolvimento da gestação, seguimento do pré-natal, sinais e sintomas de risco na gestação, nutrição, incentivo e preparo para o aleitamento materno e preparo para o parto; atenção e cuidados ao recém-nascido; cuidados no puerpério; monitoramento dos recém-nascidos e das puérperas, realização de ações educativas para a prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama, encaminhando as mulheres em idade fértil para a realização dos exames periódicos nas unidades de saúde referência; realização de ações educativas sobre métodos de planejamento familiar; realização de ações educativas referentes ao climatério; realização de atividades de educação nutricional nas famílias e na comunidade; realização de atividades de educação em saúde bucal na família com ênfase no grupo infantil; busca ativa das doenças infecto-contagiosas; apoio a inquéritos epidemiológicos ou investigação de surtos ou ocorrência de doenças de notificação compulsória; supervisão dos eventuais componentes da família em tratamento domiciliar e dos pacientes com tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas; realização de atividades de prevenção e promoção da saúde do idoso; identificação dos portadores de deficiência psicofísica com orientação aos familiares para o apoio necessário no próprio domicílio; incentivo à comunidade na aceitação e inserção social dos portadores de deficiência psicofísica; orientação às famílias e à comunidade para a prevenção e controle das doenças endêmicas; realização de ações educativas para preservação do meio ambiente; realização de ações de sensibilização das famílias e da comunidade para abordagem dos direitos humanos, estimulação da participação comunitária para ações que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade; desempenhar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com prioridades locais pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde.

2. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS:

NATUREZA: EMPREGO PÚBLICO.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: O exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças. Promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e de seus vetores, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde e sob supervisão dos Coordenadores dos Departamentos de Vigilância Epidemiológica, Ambiental em Saúde e/ou Sanitária, designados pelo gestor municipal e Secretaria Municipal de Saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Atuar, sob supervisão da Coordenação dos Departamentos de Vigilância epidemiológica, Ambiental em Saúde e/ou Sanitária, no controle das doenças epidêmicas e de notificação obrigatória, assim como na identificação dos agravos à saúde pública e nas demais ações de Vigilância Epidemiológica; participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente; monitoramento e controle da água de consumo humano, controle de pragas e vetores, nas medidas de orientação e identificação destes, como insetos, aracnídeos, répteis e roedores transmissores de doenças; prestar orientações sobre cuidados de higiene, mediante campanhas educativas, palestras e outros, executar tarefas afins. Atuar na prevenção da malária e da dengue, conforme orientações do Ministério da Saúde; acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias sob a sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; atuar em conformidade com o previsto na legislação regulamentadora da profissão; participar de comissões permanentes ou especiais; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; desempenhar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com prioridades locais pertinentes à função do Agente de Combate a Endemias.

3. ASSISTENTE SOCIAL:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços no âmbito social a indivíduos e grupos, identificando seus problemas e necessidades. Orientar e sugerir formas de tratamento dos problemas decorrentes de carências e necessidades.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas;
- Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades;
- Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade;
- Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros;
- Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas, e
- Desenvolver outras atividades inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

4. FARMACÊUTICO:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Executar trabalho como farmacêutico no controle de medicamentos e responsabilização pela farmácia da unidade sanitária, observando os conhecimentos técnicos da profissão, prestando atendimentos aos munícipes, próprios de sua área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- orientar pacientes sobre o correto uso de medicações;
- ministrar medicamentos prescritos por médicos;
- responsabilizar-se pela distribuição e controle da medicação disponível na farmácia do posto de saúde;
- realizar palestras e orientações sobre o correto uso dos medicamentos;
- cumprir ordens administrativas de seus superiores hierárquicos;
- elaborar listagem com formulação e quantidades, de medicações a serem adquiridas pelo setor de compras;
- prestar contas dos medicamentos confiados a sua administração, para administração municipal e órgãos governamentais, no caso de uso medicamento de uso controlado e outros;
- assinar a responsabilidade técnica da farmácia do Município;
- zelar pela aplicação da melhor técnica a cada paciente afim de otimizar o resultado do tratamento;

- orientar e/ou coletar material para exames laboratoriais;
- zelar por equipamentos e materiais postos a sua disposição para os trabalhos a serem realizados;
- auxiliar médicos do município na prestação de serviços.

5. PROFESSOR:

Docência na área respectiva de habilitação profissional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;

Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;

Zelar pela aprendizagem dos alunos;

Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos;

Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

6. PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE MECÂNICA AUTOMOTIVA:**DESCRIÇÃO DETALHADA**

Executar a manutenção de veículos desmontando, reparando, substituindo, ajustando e lubrificando o motor e peças anexas, órgãos de transmissão, freios, direção, suspensão e equipamento auxiliar, para assegurar-lhes condições de funcionamento regular; examinar o veículo, para determinar os defeitos e anormalidades de funcionamento da viatura; fazer o desmonte e limpeza do motor, órgãos de transmissão, diferencial e outras partes que requeiram exame; proceder à substituição, ajuste ou retificação de peças do motor, executar a substituição, reparação ou regular total ou parcial do sistema de freio, sistema de ignição, sistema de alimentação de combustível, sistemas de lubrificação e de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção e sistema de suspensão, para recondicionar o veículo e assegurar seu funcionamento regular; afinar o motor, regulando a ignição, a carburação e o mecanismo das válvulas; montar o motor e demais componentes do veículo; providenciar o recondicionamento do equipamento elétrico do veículo, o alinhamento da direção e regulagem dos faróis.

7. PROFISSIONAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Execução de trabalhos braçais, serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixo e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalizações de águas pluviais e esgotos;
- Executar a capina e a remoção de vegetação inadequada das vias públicas, ou que possam prejudicar o trânsito de pessoas e veículos;
- Executar a roçagem da vegetação das margens das rodovias que possam afetar a segurança das pessoas e dos veículos;
- Carregar, remover e descarregar materiais como terra, areia, brita, asfalto e outros materiais, utilizando veículos automotores, carrinhos de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e a recuperação do leito das rodovias e outras vias de uso coletivo;
- Remover e transportar materiais necessários à preparação de argamassas, separando-os e juntando-os nas proporções determinadas pelo superior imediato, preparando as ligas, seguindo orientação superior;
- Varrer ruas, praças, avenidas logradouros públicos, coletando o lixo e outros resíduos, acondicionando-o em latões, sacos plásticos, ou carregando-os em veículos apropriados para o transporte deste tipo de carga;
- Atuar na seleção dos materiais e dejetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos, com vistas à sua reciclagem;
- Preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirando a lápide e limpando o interior das covas já existentes para permitir o sepultamento;
- Auxiliar na colocação do caixão, manipulando as cordas ou cabos de sustentação, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura;
- Fechar a sepultura, recobrando-a de terra e cal, ou fixando-lhe uma laje, para assegurar a inviolabilidade do túmulo;
- Auxiliar na limpeza e conservação de jazigos e no transporte de caixões e exumação de cadáveres;
- Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

ANEXO VI**REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL****CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Processo Seletivo Simplificado originado pelo Edital nº 01/2017 do Município de Lacerdópolis/SC, inscrição sob o número _____ para o cargo de _____ requer:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico Realizar a Prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para Realização da Prova de Conhecimentos:

a) Prova com tamanho da fonte ampliada: () 16 / () 18 / () 20

b) () Amamentação:

Nome do acompanhante responsável pela guarda da criança durante a prova: _____

c) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi.

Termos em que pede Deferimento.

Data: ____/01/2017

Assinatura Candidato

ANEXO VII

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

À SIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA

CANDIDATO: _____ INSCRIÇÃO Nº: _____

CARGO: _____ Data: ____/02/2017

ESPÉCIE DO RECURSO: (assinale a opção desejada)

() Não homologação ou incorreção dos dados da inscrição.

() Conteúdo de questão e gabarito preliminar da Prova Escrita: Nº da questão: ____

() Resultado da Prova Objetiva de Conhecimentos

() Resultado da Prova Prática

() Classificação Preliminar

Razões do Recurso:

(elaborar recurso de modo digitado)

ANEXO VIII

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
PARA CANDIDATOS HIPOSSUFICIENTES

À SIGMA Assessoria e Consultoria

Requer a isenção de pagamento da taxa de inscrição, nos termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017 do Município de Lacerdópolis/SC:

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome do candidato:	
Cargo pretendido:	
Nº de Inscrição:	CPF:
Número de Identificação Social (NIS):	

DECLARAÇÃO

Para fins de solicitação de concessão da isenção de pagamento da taxa de inscrição de que trata o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, do Município de Lacerdópolis/SC, DECLARO:

I -Que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007;

II -Que estou inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, com o nº _____

III -Que apresento condição de hipossuficiência financeira e que atendo ao estabelecido no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017;

IV -Declaro que residem no mesmo endereço que eu as pessoas a seguir relacionadas:

NOME	Nº DO RG	Grau de parentesco	Renda mensal

--	--	--	--

V - Que estou ciente de que a veracidade das informações e documentação apresentada é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Processo Seletivo, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Lacerdópolis/SC, ____ de janeiro de 2017.

Assinatura do Candidato
ANEXO IX

**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
PARA CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE FIDELIZADOS**

À SIGMA Assessoria e Consultoria

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ e do CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Processo Seletivo Simplificado originado pelo Edital nº 01/2017 do Município de Lacerdópolis/SC sob o nº _____, REQUER isenção de pagamento da taxa de inscrição ao cargo de _____, na condição de doador de sangue fidelizado, pois DECLARO, sob as penas da lei, que preencho todos os requisitos de concessão de que tratam o Edital supra citado e a Lei Estadual nº 10.567/1997.

Lacerdópolis/SC, ____ de janeiro de 2017.

Assinatura do Candidato

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2017 DE 02/01/2017 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

DECRETO Nº 001/2017
DE 02/01/2017

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Permanente de Licitação para o período de 02 de Janeiro a 31 de dezembro de 2017, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação;

Presidente: Clodoaldo Squina
Secretário: Mariana Kahler
Membro: Eromildes Paulo Freitas Pereira
Sabrina Francisca Romani Beltrão
Jaqueline Fortes Martins

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.
NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

DECRETO Nº 002/2017 DE 02/01/2017 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Decreto nº. 002/2017
De 02/01/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeado o Pregoeiro e a equipe de apoio, para realização de Licitação na Modalidade de Pregão de que trata o Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006, para o período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, conforme segue:

Pregoeiro: Clodoaldo Squina
Equipe de Apoio : Mariana Kahler
Jaqueline Fortes Martins
Sabrina Francisco Romani Beirão
Eromildes Paulo Freitas Pereira

Art. 2º - O pregoeiro e a equipe de apoio, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º – O pregoeiro e a equipe de apoio, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º - O pregoeiro poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 02 de janeiro de 2017.
NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

DECRETO Nº 003/2017 DE 04/01/2017 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N. 001/2017 NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 018/2007 E SUAS ALTERAÇÕES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO nº 003/2017
De 04/01/2017

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO n. 001/2017 NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR n. 018/2007 E SUAS ALTERAÇÕES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal, artigo 12 parágrafo único da Lei Complementar 15/2001 de 26/11/2015 e Lei Complementar n. 018/2007 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Especial de acompanhamento do Processo Seletivo n. 001/2017, para contratação de pessoal em caráter temporário junto ao Município de Lajeado Grande- SC, nos termos da Lei Complementar n. 018/2007 e suas alterações.

Art. 2º - Fazem parte da Comissão:

Presidente: Sabrina Francisca Romani Beltrão
Secretário: Marivane Fatima Bordignon Xavier
Membro: Clodoaldo Squina
Membro: Catiane Zmijevski
Membro: Roberto Cansian

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 04 de janeiro de 2017.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

DECRETO Nº 004/2017 DE 04/01/2017 FIXA O VALOR DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Decreto nº. 004/2017
De 04/01/2017

“FIXA O VALOR DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Legislação em vigor, em especial o Artigo 455, da Lei Complementar 024/2012, de 08/11/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o valor da UFRM - Unidade Fiscal de referência do Município para o Exercício de 2017 em R\$ 22,36 (Vinte e dois reais e trinta e seis centavos).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 04 de janeiro de 2017.
NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 047/2017 DE 04/01/2017 DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE SETOR – FC-10 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 047/2017
de 04/01/2017

“DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE SETOR – FC-10 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 26 da Lei Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010.
CONSIDERANDO que as funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores de provimento efetivo, de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C I D E:

Art. 1º - Designar SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO, para exercer o Função de Confiança de Coordenador de Setor – FC-10 junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único - Em virtude do exercício da função de confiança de que trata o “caput” deste artigo, fica atribuído a FG - Função Gratificada no percentual de 25% (vinte e cinco) sobre o vencimento base do respectivo servidor, nos termos do parágrafo primeiro do art. 26º da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações.

Art. 2º - Permanecem inalterados os Direitos Adquiridos do Cargo de Provimento Efetivo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Lajeado Grande, em 04 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 048/2017 DE 04/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GRASIELE CLAUDIA BRUSCHI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.048/2017
DE 04/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GRASIELE CLAUDIA BRUSCHI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GRASIELE CLAUDIA BRUSCHI pelo prazo de 20 dias, de 12/01/2017 A 31/01/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 01 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 04 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora designada

PORTARIA Nº 049/2017 DE 10/01/2017 NOMEIA EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA n. 049/2017
De 10.01.2017

"NOMEIA EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre

nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Chefe de Divisão, Código do Cargo 06.15, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 10 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 050/2017 DE 10/01/2017 NOMEIA VALDECIR DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUARIO E MEIO AMBIENTE DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA n. 050/2017
De 10.01.2017

"NOMEIA VALDECIR DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUARIO E MEIO AMBIENTE DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear VALDECIR DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Chefe de Divisão, Código do Cargo 06.15, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 10 de janeiro de 2017.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2017

D E C R E T O Nº 022/2017

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Secretária de Administração, Finanças e Planejamento Ana Rúbia dos Santos Prestes Cesconetto, juntamente com o Prefeito Municipal Valdir Fontanella, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller de CNPJ nº 82.558.909/0001-24, do Fundo Municipal de Habitação de CNPJ nº 19.059.896/0001-02, do Fundo Municipal de Assistência Social de CNPJ nº 12.851.043/0001-60, do Fundo Municipal de Saúde de CNPJ nº 11.292.440/0001-86 e do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência de CNPJ nº 19.059.863/000-62, mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO;
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA.

2 - OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;

- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/ SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0655/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0655/2017 de 06 de Janeiro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 8.666/93.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR à partir desta data a COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, composta pelos seguintes membros:

- VOLNEI ALVES WEBBER - Presidente
- CLAUDIA ROSANE FERNANDES - Secretária
- AMAURI ANTONIO GRAZZIOTIN - Membro

ART 2º. - A investidura da referida comissão terá validade até 31/12/2017.

ART 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 06 de Janeiro de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2016
CARTA CONVITE Nº. CV-1/2016

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE , e de outro lado MG-ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELLI-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Arthur Barth, 245, centro, no município de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ 19.564.211/0001-85, neste ato, representada por seu sócio-gerente, Sr. Célio Volmir Granemann , a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a cláusula NONA do Contrato n. 3/2016 para aditamento em 25 % (Vinte e cinco por cento) de todos os itens, permanecendo o valor unitário licitado, e o prazo de vigência para até 28/02/2017, justificada pelo art. 57 da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica mantida a cláusula quinta para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
211	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90.30.07

VALOR ADITADO: R\$ 14.717,25 (Catorze Mil, Setecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 30 de Dezembro de 2016.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio
Moacir G. V. Furtado

MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELLI-ME
Célio Volmir Granemann
Sócio-Gerente

Visto em ____/____/2016.

ADVOGADO
OAB/

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 002/2017**

DECRETO N.º 002, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FIANCEIRO”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso III da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016.

DECRETA:**Art. 1º** Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 16.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	16.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	16.000,00
Função	15	Urbanismo	16.000,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	16.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	16.000,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	16.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	16.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários	16.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			16.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários/Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0.1.0000.00	16.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT UTILIZADO		16.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO MERENDA 01/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL 01/2017 PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade, para proceder ao Credenciamento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o ano de 2017. O credenciamento inicia-se a partir do dia 12 de janeiro de 2017 até as 9:00 horas do dia 30 de janeiro de 2017. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br ou ainda pelo telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 10 de janeiro de 2017.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 014/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 014/2017, de 10 de Janeiro de 2017.

ALTERA O ART. 2º, CAPUT, DA PORTARIA N. 006/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “e” da Lei Orgânica Municipal e com base na Portaria n. 005/2017, de 04 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar, por erro de digitação, o artigo 2º, caput, da Portaria n. 006/2017, de 04 de Janeiro de 2017, tendo em vista que onde se referiu ao art. 2º, deveria ter se referido ao art. 4º, restando a seguinte redação:

Art. 2º. Em conformidade com o art. 4º da Portaria n. 005/2017, de 04 de janeiro de 2017 fica designado:

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 10 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 015/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 015/2017, de 10 de Janeiro de 2017.

DESIGNA AUTORIDADE SINDICANTE, PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO – SINDICÂNCIA N. 2/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “d” da Lei Orgânica Municipal e art. 192 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Judite Bruniera, ocupante do cargo de Diretora do Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, matrícula funcional nº 1113, como autoridade sindicante da Sindicância n. 2/2016, instaurada pela Portaria n. 227/2016, de 13 de setembro de 2016.

Art. 2º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 14/01/2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância referida no art. 1º, com respaldo no despacho proferido à fls. 138 do referido procedimento investigativo.

Art. 3º. Irá acompanhar os trabalhos o Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula n. 161.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 10 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 016/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 016/2017, de 10 de Janeiro de 2017.

DESIGNA AUTORIDADE SINDICANTE, PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO – SINDICÂNCIA N. 3/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “d” da Lei Orgânica Municipal e art. 192 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Judite Bruniera, ocupante do cargo de Diretora do Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, matrícula funcional nº 1113, como autoridade sindicante da Sindicância n. 3/2016, instaurada pela Portaria n. 328/2016, de 16 de novembro de 2016.

Art. 2º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 15/01/2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância referida no art. 1º, com respaldo no despacho proferido à fls. 30 do referido procedimento investigativo.

Art. 3º. Irá acompanhar os trabalhos o Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula n. 161.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 10 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Recursos Humanos

Luzerna

PREFEITURA

PL 001/2017 - PP 001/2017 - EQUIPAMENTOS PROJETO HORTO FITOTERÁPICO - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 001/2017 - FMS

Pregão Presencial nº 001/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento e manutenção do Projeto de Estruturação de Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS (Projeto Horto Fitoterápico), em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 1399 de 09 de setembro de 2015, com quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital. REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 31 de janeiro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 31 de janeiro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 02/2017

Decreto nº 02 de 05 de JANEIRO de 2017.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Federal nº 10.520 de 17/7/2002, em seu Artigo 3º, Inciso IV;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos com vistas à aquisição de materiais de consumo, permanentes, equipamentos, contratações de obras e serviços;

CONSIDERANDO a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração, no processamento e julgamento;

CONSIDERANDO a observância da estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade e os interesses da administração pública municipal em aperfeiçoar os mecanismos de controle e eficiência no sentido de realizar suas Licitações;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado como Pregoeiro, da Prefeitura Municipal de Maracajá, o Servidor Público Municipal o Senhor VLADIMIR BORGES BITENCOURT – Matrícula 2225, para atuar nos Pregões destinados à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da Prefeitura Municipal de Maracajá e seus Fundos, com as seguintes atribuições:

- a) Credenciar os participantes;
- b) Receber as propostas;
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) Classificar as propostas;
- e) Receber os lances;
- f) Analisar a aceitabilidade dos lances;
- g) Classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;
- h) Verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;
- i) Declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) Adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor.

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores municipais:

- a) Anatoní Augusto Pezzente Zilli, Matrícula nº 2169 – Apoio;

- b) Graziela Becker, Matrícula nº 0660 – Apoio.

Parágrafo único - Cabe a equipe de apoio auxiliar o Pregoeiro em todas as atribuições, no período de 5 de janeiro de 2017 à 5 de janeiro de 2018.

Art. 3º Pelos serviços prestados consoantes a este Decreto, os servidores designados não receberão nenhuma gratificação ou adicional pecuniário, sendo os serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 92 de 10 de Novembro de 2016.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 5 de janeiro de 2017.

VLADMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

DECRETO 03/2017

Decreto nº 03 de 05 de janeiro de 2017.

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Federal nº 8.666 de 21/6/1993, em seu Artigo 51 e seus Parágrafos, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 8/6/1994;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos com vistas à aquisição de materiais de consumo, permanentes, equipamentos, contratações de obras e serviços;

CONSIDERANDO a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração, no processamento e julgamento;

CONSIDERANDO a observância da estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade e os interesses da administração pública municipal em aperfeiçoar os mecanismos de controle e eficiência no sentido de realizar suas Licitações,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Permanente de Licitações, da Prefeitura Municipal de Maracajá e seus Fundos Municipais, constituída pelos servidores públicos: GRAZIELA BECKER - Matrícula nº 0660, na qualidade de Presidente, Vladimir Borges Bitencourt - Matrícula 2225, na qualidade de Secretário e Anatonni Augusto Pezzente Zilli - Matrícula nº 2169, na qualidade de Membro, podendo o Presidente assinar a expedição de licitações pelo período de 05 de janeiro de 2017 à 05 de janeiro de 2018.

Parágrafo único - A Comissão será regularmente convocada com antecedência pelo Setor de Licitações para o comparecimento às sessões.

Art. 2º A comissão nomeada terá como função efetuar o registro cadastral de fornecedores, elaborar minuta de edital, contratos e outros atos pertinentes ao procedimento de licitação, julgar preliminarmente a habilitação, as propostas, os recursos e demais questionamentos sobre os processos administrativos de licitação pública e promover a alteração ou cancelamento de cadastros de licitantes.

Art. 3º No caso de licitação na modalidade de convite, até a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, o julgamento e processamento poderão ser realizados por qualquer um dos membros da Comissão, devendo a decisão conclusiva ser expedida, obrigatoriamente, na presença da maioria.

Art. 4º Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos decisórios que adotar, salvo se a posição divergente for devidamente registrada em ata lavrada na respectiva reunião.

Art. 5º A investidura dos membros da Comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente, conforme preceitua o § 4º do Artigo 51, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 6º Pelos serviços prestados consoantes a este Decreto, os servidores designados não receberão nenhuma gratificação ou adicional pecuniário, sendo os serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 475 de 16 de novembro de 2016.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 05 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

CONTRATO ADM N. 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 002/2017. Partes: Município de Maravilha – SC e Fabio Markendarf ME. Objeto: Execução de passeio público e meio fio, com área de 490,55m² na Unidade de Saúde do Bairro Floresta do município de Maravilha – sc. Vigência: 30 dias após recebimento da ordem de serviço. Valor R\$ 12.342,17. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 10/01/2017. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Fabio Markendarf pela Contratada.

Decreto nº 006/2017

DECRETO Nº 6, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O gozo de férias dos conselheiros tutelares;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 10 de janeiro a 06 de junho de 2017, ELAINE FERNANDES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 981.005.219-72, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 007/2017

DECRETO Nº 7, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (4), situados no Loteamento

Esplendor II, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, localizado no lado ímpar da Rua Fortaleza, distando 30,00 metros da esquina formada pela Rua Bertholdo Lösch, com área de: (813,97 m²), com edificação, sendo uma casa residencial de alvenaria, com área construída de (111,17 m²), que recebeu o nº 25, coberta de telhas de fibrocimento, objeto da Matrícula nº 21.735 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade da Osvani Luiz Ribeiro, brasileiro, solteiro, maior, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 342.398.710-34, domiciliado e residente na Rua Fortaleza, nº 25, Loteamento Esplendor II, nesta cidade, que será desdobrado formando novos lotes urbanos, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Gerson Cesar Albrecht, CREA/SC 133.342-1, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DOS LOTES DESDOBRADOS

LOTE URBANO Nº (8-A), DA QUADRA Nº (4), com área de (412,93 m²), situado no Loteamento Esplendor II, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, localizado no lado ímpar da Rua Fortaleza, distando 30,00 metros da esquina formada com a Rua Bertholdo Lösch, com edificação de uma casa residencial de alvenaria, com a área construída de (111,17 m²), que recebeu o nº 25, coberta de telhas de fibrocimento. Confrontando:- Ao NOROESTE: com o lote urbano nº (8-B), de Osvani Luiz Ribeiro - M. 21.735, na extensão de 24,29 metros;- Ao SUDESTE: com o lote urbano nº (7), de Régis Nicholas Desconsi - M. 21.060, na extensão de 24,29 metros;- Ao NORDESTE: com parte do lote urbano nº (4), de Município de Maravilha - M. 18.669, na extensão de 17,00 metros;- Ao SUDOESTE: com a Rua Fortaleza, na extensão de 17,00 metros.

LOTE URBANO Nº (8-B), DA QUADRA Nº (4), com área de (401,04 m²), situado no Loteamento Esplendor II, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, sem edificações, localizado no lado ímpar da Rua Fortaleza, distando 47,00 metros da esquina formada com a Rua Bertholdo Lösch. Confrontando:- Ao NOROESTE: com o lote urbano nº (9), de Rafael Oswaldo Baratto e Márcia Piccoli Fusieger Baratto - M. 20.870, na extensão de 20,29 metros;- Ao SUDESTE: com o lote urbano nº (8-A), de Osvani Luiz Ribeiro - M. 21.735, na extensão de 24,29 metros;- Ao NORDESTE: com parte do lote urbano nº (4), de Município de Maravilha - M. 18.669, na extensão de 17,49 metros;- Ao SUDOESTE: por duas linhas, com a Rua Fortaleza, uma curva, na extensão de 9,69 metros, e outra reta na extensão de 9,00 metros.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 881, de 19 de dezembro de 2016.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 008/2017

DECRETO Nº 8, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga o Decreto nº 404, de 11 de abril de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A reeleição da Prefeita Rosimar Maldaner e do Vice-Prefeito Sandro Donati para o mandato de 2017 a 2020,

O Decreto nº 404, de 11 de abril de 2016, que dispõe sobre a contratação do Senhor Cleiton Borgaro para o cargo de Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente prorrogado a vigência e os efeitos do Decreto nº 404, de 11 de abril de 2016 por prazo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de janeiro de 2017.

Maravilha – SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 5/2017

DECRETO Nº 5, DE 3 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 3 de janeiro a 2 de abril de 2017, LILIANE ALVES DE MELLO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 076.749.409-18, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 003/2017 Dispensa de Licitação n. 001/2017

Contratada: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. Valor global: R\$30.000,00. Contrato Administrativo n. 001/2017. Vigência: 6 (seis) meses. A Senhora Prefeita do Município de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa de licitação para contratação de serviços de horas de consultoria destinadas a área ambiental. Município de Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita do Município de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO/FMS N. 0001/2017

DECRETO n. 010/2017
de 10/01/2017

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO/FMS n. 0002/2017 NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/FMS n. 0001/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação

DECRETA

Art. 1º - A ratificação do ato do Senhor Presidente da Comissão de licitação, que declarou dispensável a licitação, com fundamento no art. 24, inc. XXVI da Lei Federal n. 8.666/93, nestes termos:

- Processo/FMS n. 0002/2017
- Licitação/FMS n. 0002/2017 – Dispensa de Licitação
- Modalidade – Dispensa de Licitação
- Objeto – Contratação de Serviços de Saúde autorizado em contrato de consórcio público.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto único ao fornecedor CIS AMOSC – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – CNPJ/MF n. 01.336.261/0001-40, no valor total de R\$ 77.000,00,00 (reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 10 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Secretario de Administração

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2017

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 001/2017 - Pregão Presencial n. 001/2017 para prestação de serviços de assessoria, consultoria e treinamento no âmbito da administração pública. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 24/01/2017, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 24/01/2017 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 10 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MAREMA

Processo Seletivo nº 001/2017

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos, da Legislação vigente TORNA PÚBLICO que estarão abertas as inscrições, no período de 11 a 31 de janeiro de 2017, do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA OS CARGOS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20HS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20HS, PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS 20HS, NUTRICIONISTA 20HS, PSICÓLOGO 20HS, FISIOTERAPEUTA 20HS, ASSISTENTE SOCIAL 20HS e TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40HS, PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO para atender as necessidades de Contratação Temporária, sob o regime estatutário, filiado ao Regime Geral de Previdência Social, o qual se regerá pelas Instruções Especiais contidas no Edital, que poderá ser obtido no Mural Público da Prefeitura e nos sítios www.epbazi.com.br e www.marema.sc.gov.br.

Marema – SC, 10 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 007-2017 AO CONTRATO Nº 128-2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 007/2017 (Acréscimo de valor)

Contrato n.º. 128/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES EM ANEXO.

Valor acrescido: R\$ 93.146,36

Data da assinatura: 03 de janeiro de 2017.

PORTARIA Nº017-2017

PORTARIA n.º 017/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal ANGELA MARIA VALNIER DE LUCA – matrícula 10303 ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/01/2017.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002-2017 PASSAGENS DE ÔNIBUS-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo nº: 012/2017

Modalidade: Pregão nº 002/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de passagens de ônibus destinadas a pacientes do Município de Modelo, para realização de exames, procedimentos ou consultas em outras cidades.

Entrega dos Envelopes: 14:30 horas do dia 24 de janeiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 14:45 horas do dia 24 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 10 de janeiro 2017.

ERNO MICHELIN

Gestor FMS

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003-2017 ASSESSORIA PEDAGÓGICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo nº: 013/2017

Modalidade: Pregão nº 003/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Prestação de serviços de assessoria pedagógica para melhoria das atividades do Departamento Municipal de Educação, sendo no mínimo 16 (dezesesseis) horas semanais, de fevereiro a dezembro de 2017.

Entrega dos Envelopes: 16:00 horas do dia 24 de janeiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 16:15 horas do dia 24 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 10 de janeiro de 2017.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016-2017 LIMPEZA URBANA

Decreto nº 016/2017 de 10/01/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1759/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1759/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 055/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto: Execução de Serviços de limpeza urbana do Município de Modelo: Varrição de Ruas, calçadas, logradouros, praças, canteiros entre outros locais públicos, compreendendo ainda a coleta dos materiais (lixo). A execução dos serviços deverá ocorrer com a periodicidade e nos locais constantes no Edital., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CLARICE FATIMA PADILHA	12.894,00
MARIA FRIDA KLEIN	14.850,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 10 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011-2017 LAVAGEM E CONserto DE PNEUS

Extrato de Contrato nº 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 268/2016

Pregão nº 021/2016

Contratada: JACOBY E JACOBY LTDA

Valor: R\$ 11.963,35

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a aquisição de SERVIÇOS DE BORRACHARIA, SENDO: CONserto, REMENDO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E TROCA DE PNEUS, E LAVAGEM DE VEÍCULOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO PARA O ANO DE 2017.

Modelo/SC, 06 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009/2017

PORTARIA Nº 009/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEVIO ANTONIO DE GREGORI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 90 (noventa) dias a partir de 03.01.2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal CLEVIO ANTONIO DE GREGORI, matrícula nº 1350-1, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Agricultura, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 03.01.2017 a 02.04.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 10 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 002/2017 e, com fulcro no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: contratação dos serviços de saúde especializados de referencia, de media e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Mondaí, em conformidade de acordo com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referencia e contra referencia.

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMEOSC (CIS-AMEOSC), CNPJ nº. 02.311.972/0001-22.

VALOR TOTAL: R\$ 132.000,00

Mondaí – SC, 10 de Janeiro de 2017

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 058 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, TAMARA SILVA DE MELO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 5.429.921, inscrita no CPF sob nº 065.217.619-43, matrícula 3519, para exercer a função de CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE ATOS OFICIAIS. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 06 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração
e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 03.2017 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 03/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

“ALTERA A CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a CPL – Comissão Permanente de Licitações, composta pelos seguintes membros:

- 1) Presidente: DELCIR BARZOTTO
- 2) Secretário: PATRICIA PROENCIO
- 3) Membro: ILSEMAR SCAPINELLO MENEGATT.

Art. 2º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

- 1) Beatriz Rezende Amazonas;
- 2) Márcio Antônio Padilha;
- 3) Bruno de Oliveira.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 063/2016 de 28 de novembro de 2016.

Monte Carlo, 10 de janeiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 04.2017 NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 004/2017, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2017.

“NOMEIA PREGOEIRO E ALTERA COMISSÃO DE APOIO”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita, Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Pregoeiro Oficial do município de Monte Carlo, Sr.
DELCIR BARZOTTO.

Art. 2º - A comissão de apoio será composta por três membros:

- 1) Carla Viater;
- 2) Bruno de Oliveira

3) Eluzete Perpétua Buyno.

Art. 3º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

- 1) Cristiane Weber Maziero
- 2) Márcio Antônio Padilha.
- 3) Janieri Romanatto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 065/2016, de 18 de julho de 2016.

Monte Carlo, 10 de janeiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETTE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016 11º

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	WILLIAM BRUNING
2º	DANIEL PEREIRA DA SILVA
3º	JARDEL HERMINIO GARCIA

ZELADOR DE ESCOLA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	GLADSON SERAFIM VIEIRA
2º	JOAO CARLOS COSTA
3º	DANIELA DE OLIVEIRA MEDEIROS
4º	SANDRA ANACRETA DE SOUZA DELA
5º	JEFERSON EDUARDO DE SOUZA NAGILDO
6º	MARISA DE OLIVEIRA MEDEIROS
7º	PAULO HENRIQUE DE JESUS
8º	ADAIANE PIRES CORREA
9º	MICHELE DE SOUZA EINECKE COSTA
10º	LUCIANE SILVESTRE FRASSON
11º	MARINALDA PEREIRA MACHADO
12º	JANAINA ZACARIAS

Morro da Fumaça, 10 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 001/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 001/2017. Objeto: contratação de empresa para aquisição de medicamentos, constantes do GUIA DA FARMÁCIA, para uso imediato, cemergerencial e cumprimento de mandados judiciais, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I, conforme anexo I. Data: 24/01/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 002/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 002/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA, HIDRÁULICA, FUNILARIA, CHAPEAÇÃO, PINTURA, SOLDA, RETIFICA E TORNO - PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS E DE PASSEIO, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MAQUINAS PESADA, conforme anexo I. Data: 23/01/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 003/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 003/2017. Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa para prestação de serviços de reparos e manutenção na rede de iluminação pública, compreendendo todo o perímetro urbano e rural do município de Morro da Fumaça e manutenção dos próprios da Prefeitura. Todos os serviços deverão atender as condições de segurança estabelecida na NR-10, conforme anexo I. Data: 23/01/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 255/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 255/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 11.258.607/0001-92

Valor Total: 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais).

Vigência.: Início.:01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Licitação: PP 025/2014.

Recursos: Dotação: 2.037.3390.00

Objeto: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº199/2014, referente à Contratação de empresa especializada em Informática para Manutenção, treinamento (dos profissionais) de Software de Gestão Escolar (online) para a Rede Municipal de Educação de Navegantes, conforme Pregão Presencial nº 025/2014.

Navegantes, 19 de dezembro de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 272/2016.

Extrato Contratual PMN 272/2016.

Contrato Nº.: 272/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: LIZ SERVIÇOS ONLINE.

CNPJ: 03.725.725/0001-35.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 17.604,56.

Licitação : Inexigibilidade nº 096/2015.

Recursos : Dotação: 2.013 3.3.90.00.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 131/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DESSE MUNICÍPIO (LEI ORGÂNICA, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS) NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, UTILIZANDO AVANÇADA TECNOLOGIA DE HARDWARE E SOFTWARE. , CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 96/2015.

Navegantes, 27 de dezembro de 2016.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 298/2016 / 299/2016 / 300/2016 / 301/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 298/2016 .

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA.

Vigência : - Início: 01/01/2017 Término: 08/02/2017.

Licitação : Concorrência nº 202/2013.

Recursos : Dotação: 2.044 2.046 3.3.90.00.00./2.046 3.3.90.00.00.00.

Objeto : Terceiro Termo Aditivo visando a prorrogação do Contrato nº 045/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ENSINO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, TREINAMENTO E SUPORTE CONTINUADO PARA DOCENTES, DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC,

conforme Concorrência nº 202/2013.

Navegantes, 30 de dezembro de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 299/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 183/2015*

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratado: DUETO TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ | 04.311.157/0001-99.

VALOR TOTAL: R\$ 6.360,00

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ATUALIZAÇÃO DA LICENÇA DE USO AGREGADA AOS DIREITOS AUTORAIS DO SOFTWARE CAGEPE DE USO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 183/2015.

Vigência: 01/01/2017 – 31/12/2017.

Recursos: 2.136 3.3.90.00.00.00.00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 30 de dezembro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 300/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: OSVALDO DIAS DA SILVA EIRELI

CNPJ nº 00.851.016/0001-08

Valor Total: R\$ 977.800,17.

Vigência : Início: 01/01/2017.Término: 30/04/2017.

Licitação : PP04/2015.

Recursos : Dotação: 2.038.3390.00 / 2.064 / 2.055 / 2.093

Objeto : Segundo Termo Aditivo a prorrogação/renovação do Contrato nº 037/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA (CARPINTEIRO, ENCANADOR, PEDREIRO, SERVENTE, ELETRICISTA, ROÇADOR, SERRALHEIRO E PINTOR), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO E REFORMA A DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 04/2015.

Navegantes, 30 de dezembro de 2016.

Extrato Contratual.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.:301/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda., CNPJ: 02.908.992/0001-85.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2016.

Licitação :PP114/2015.

Recursos : Dotação: 2.136 3.3.90.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando à prorrogação do Contrato nº 179/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE FROTAS PARA CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO POR TODA A FROTA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº114/2015.

Navegantes, 30 de dezembro de 2016.

PORTARIA 424/2017 ALTERA OS INCISOS I,II DA PORTARIA 2513/2016 QUE NOMEAVA OS MEMBROS PARA OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV CONFORME SEGUE:

PORTARIA N º 424 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

ALTERA OS INCISOS I, II DA PORTARIA 2513/2016 QUE NOMEAVA OS MEMBROS PARA OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV, CONFORME SEGUE;

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, III da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

I SUBSTITUIR os membros representantes do Poder Executivo dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto de Previdência Social de Navegantes NAVEGANTESPREV, alterando assim os incisos I e II da Portaria 2513/2016 conforme segue:

Conselho de Administração
Representantes do Poder Executivo: Nádia Braz Bins;
Pedro José da Silva

Conselho Fiscal
Representante do Poder Executivo: Célio de Oliveira

II Ficam inalterados os demais dispositivos referente a portaria 2513/2016.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JANEIRO DE 2017.
Emílio Vieira
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 06 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 425/2017 EXONERAÇÃOPORTARIA N º 425 DE 06 DE JANEIRO DE 2017
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) CATIA REGINA DA COSTA do cargo de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 6), a partir de 06/01/2017.
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JANEIRO DE 2017.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 06 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 426,427/2017 CONCEDE LICENÇA PRÊMIOPORTARIA N º 426 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ILVA MAILA DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de JORNALISTA, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 09/01/2017 a 07/02/2017, referente ao período aquisitivo entre 2001/2006.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 427 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ZENAIDE BARON, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 03/01/2017 a 01/02/2017, referente ao período aquisitivo entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 432/2017 PROGRESSÃO VERTICAL

PORTARIA N º 432 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO VERTICAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I **CONCEDER** progressão vertical a servidora FRANCINE REYNAUD, efetiva no cargo de Fisioterapeuta, letra B, progredindo para o nível " I ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a retroativo a partir de 01/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 435/2017 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 435 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, **RESOLVE:**

I – **EXONERAR** o servidor PAULO CELSO MAFRA, da Função de Confiança de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN;

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 436/2017 NOMEAÇÃO

PORTARIA N º 436 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I **NOMEAR**, por este ato para exercer a função de confiança de

Superintendente Interino da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN o senhor João Paulo Baptista Serpa, por tempo indeterminado.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 03/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 428,429,430,431/2017 PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA N º 428 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I **PROMOVER** MICHEL KIRSCHNER HERBST no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista Socorrista do SAMU, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 02.01.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 429 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I **PROMOVER** FABIANO TEODORO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de técnico de Computação, posicionando para a classe/referência "h".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 02.01.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 430 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER CARLITO FERREIRA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a classe/referência "k".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 02.01.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 431 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ NORCI DOS SANTOS ANTUNES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a classe/referência "k".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 02.01.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL PM Nº 007/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 007/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017-Sistema de Registro de Preços

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de profissionais habilitados para ministrar oficinas dos cursos de: "Pintura em Tecido, Vidros, Telas e Decoração Decopagem e reciclados" e "Costura, Bordados e Trabalhos com Petwork" a serem oferecidos aos usuários do CRAS do Município de Novo Horizonte/SC, conforme Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 23/01/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 11 de Janeiro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 003, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº. 003, de 06 de janeiro de 2017.

CONCEDE férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

CLEONIR JOSÉ DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 19, incisos II e III, cumulado com o artigo 18, inciso I, alínea d, e amparado pela Lei Federal 10.520/2002, com suas atualizações,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias normais pelo período de 15 dias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, Lourdes de Macedo, Matrícula nº. 37, ocupante do cargo de Contadora, sendo período aquisitivo de 05/01/2015 á 04/01/2016, e que gozará no período de 10/01/2017 á 24/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 06/01/2017.

CLEONIR JOSÉ DE LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 6/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 6/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA
Valor : 343.095,40 (trezentos e quarenta e três mil e noventa e cinco reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 10/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (70) Saldo: 756.741,54
Objeto : MATERIAIS DIDÁTICOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, COMPOSTO POR LIVROS DIDÁTICOS INTEGRADOS; AMBIENTE DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS; ACOMPANHAMENTO E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO; AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS, EXCLUSIVAMENTE PARA OS ALUNOS DO 4º E 8º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL; E, SISTEMA DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS."
Orleans, 10 de Janeiro de 2017

JORGE LUIZ KOCH - PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO 2/2017

PROCESSO Nº 2/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL REGINA CHECHETTO SPRICIGO PRÓXIMO A RODOVIÁRIA.
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada
Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 10 de Janeiro de 2017.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO 3/2017

PROCESSO Nº 3/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 2/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CONSÉLHO TUTELAR.
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada
Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 10 de Janeiro de 2017.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO 4/2017

PROCESSO Nº 4/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 3/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CEI SÃO JERÔNIMO LOCALIZADA NA RUA ANTONIO LONGO.
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada
Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 10 de Janeiro de 2017.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO 5/2017

PROCESSO Nº 5/2017
INEXIGIBILIDADE PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2017
Objeto: MATERIAIS DIDÁTICOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, COMPOSTO POR LIVROS DIDÁTICOS INTEGRADOS; AMBIENTE DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS; ACOMPANHAMENTO E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO; AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS, EXCLUSIVAMENTE PARA OS ALUNOS DO 4º E 8º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL; E, SISTEMA DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Orleans
Contratada: Editora Positivo Ltda.
Valor: R\$ 343.095,40 (trezentos e quarenta e três mil, noventa e cinco reais e quarenta centavos).
Período de Vigência: 10/01/2017 á 31/12/2017
Fundamento legal: art. 25, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 10 de Janeiro de 2017.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO 6/2017

PROCESSO Nº 6/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 4/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA RETIRADA DE AREÃO NA COMUNIDADE DE RIO PINHEIROS ALTO.
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada
Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 10 de Janeiro de 2017.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2870

DECRETO N.º 2870/2017

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. MARCELO LUIS BRANCHER, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Assistente de Programas de Atenção Básica, lotado junto a Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2871

DECRETO N.º 2871/2017

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a Pedido a servidora pública municipal Sra. CASSIÊ FONTANA SANTOS, ocupante do cargo Efetivo de Psicólogo 16:00 hs. semanais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 551/2016

ATO Nº. 551/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CARLOS ANTONIO DO AMARAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 552/2016

ATO Nº. 552/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR PRISCILA SILVEIRA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 553/2016

ATO Nº. 553/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CAROLINE ARALDI, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de

Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 554/2016

ATO Nº. 554/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANGELA HERONDINA PERES ALVES, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 555/2016

ATO Nº. 555/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR HENRIQUE EURICO DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 25/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 556/2016
ATO Nº. 556/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR DIRLEI FRANCISCO ANGELO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 557/2016
ATO Nº. 557/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR TULIO NAHAS CLAUMANN, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 558/2016
ATO Nº. 558/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MARCIO DA SILVA HOFFMANN, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 559/2016
ATO Nº. 559/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR AUGUSTO WERLICH CORREA JUNIOR, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 560/2016
ATO Nº. 560/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JAIR DE MEDEIROS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Geral Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 561/2016

ATO Nº. 561/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR MARCOS JOSE COELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 562/2016

ATO Nº. 562/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JOSE MURILO LEITE SALAZAR, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 563/2016

ATO Nº. 563/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ALEXSANDRO ADRIANO, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 564/2016

ATO Nº. 564/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR AMANDA ALEXANDRE SVALDI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 565/2016

ATO Nº. 565/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR SILVIO ALVAREZ D'AVILA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 566/2016

ATO Nº. 566/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JOÃO MANOEL BATISTA FILHO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 567/2016

ATO Nº. 567/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR JACKSON LEE SIMAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 568/2016

ATO Nº. 568/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CRISTIANE DEBIASE DULLIUS DASSI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 569/2016

ATO Nº. 569/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR SIMONE NOGUEIRA VIEGAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível III, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 570/2016

ATO Nº. 570/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR CARLA MOREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

EXTRATO CONTRATO Nº 352/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 352/2016

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Fornecimento de Água Tratada, nº 352/2016, firmado em 22/12/2016, com a COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de água potável em regime de atacado pela contratada, através da Superintendência Regional METROPOLITANA, Sistema de Abastecimento de Água – SAA de FLORIANÓPOLIS para o abastecimento do município de Palhoça.

AMPARO: art. 57 da Lei nº 8.666/93

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 158/2016

VIGÊNCIA: - 12 meses: 22/12/2016 A 22/12/2017

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "621" 3.3.3.90.39.44.00.00.00

VALOR TOTAL DO OBJETO: R\$ 12.402.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dois mil, reais), sendo R\$ 1.872.000,00 (hum milhão, oitocentos e setenta e dois mil), referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e R\$ 10.530.000,00 (dez milhões, quinhentos e trinta mil reais), referentes aos meses de março à dezembro de 2017.

Signatários: pelo Contratante,

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

Pelo Contratado

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN.

Valter José Gallina

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação nº 4/2016, com início em 01/01/2017.

Devido à correção anual estabelecida na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo, do Contrato de Prestação Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação nº 4/2016, fica atualizado o valor anual, conforme a Resolução juntada da Empresa CIGA n. 106/2016, referente ao exercício de 2017. Segue abaixo, o valor anual atualizado dos itens:

· DOM SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: R\$ 44.700,00;

· PGO – Programa de Gestão de Obras: R\$ 47.520,00;

· REGIN – Registro Mercantil Integrado: R\$ 10.800,00;

· Gestão do Simples Nacional: R\$ 17.400,00;

· Serviços Técnicos – sem correção.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II e 65, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO

N. 3/2016

DATA: 19/12/2016

Signatários: pelos Contratantes,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Gestão e Comunicação

Pelo Contratado

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2016

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2016

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, VIII, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de água potável em regime de atacado pela contratada, através da Superintendência Regional METROPOLITANA, Sistema de Abastecimento de Água – SAA de FLORIANÓPOLIS para o abastecimento do município de Palhoça.

Vigência do Contrato: 22/12/2016 a 22/12/2017

Processo: Dispensa de Licitação n. 158/2016

Rubrica orçamentária: "621" 3.3.3.90.39.44.00.00.00

VALOR TOTAL DO OBJETO: R\$ 12.402.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dois mil, reais), sendo R\$ 1.872.000,00 (hum milhão, oitocentos e setenta e dois mil), referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e R\$ 10.530.000,00 (dez milhões, quinhentos e trinta mil reais), referentes aos meses de março à dezembro de 2017.

Autorização em 22/12/2016.

Ratificada em: 22/12/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 350/2016

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 350/2016

Espécie: Contrato nº 12/2014, firmado em 02/01/2014, com a Sra. ADENISE BECKER GOULART, neste ato representado por seu bastante procurador o Sr. ODILO ALVES DE CARVALHO.

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel em alvenaria, medindo 99,16m2, contendo dez peças, com área total de 340,45m2, localizada na Rua Dom Manoel I, nº 150 – Loteamento Laranjeiras – Barra do Arirú, neste Município, destinado ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Jardim Laranjeiras, pelo prazo de 42 (quarenta e dois) meses, com início no dia 01/01/2014, e término no dia 30/06/2017.

Amparo: Não havendo mais interesse por parte do município em manter o referido contrato, resolvem, as partes em comum acordo, rescindir o contrato de locação nº 12/2014.

Dispensa de Licitação n. 009/2014.

Data da Rescisão: 21/12/2016.

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

LEI Nº 4.471, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.471, de 22 de dezembro de 2016.

DENOMINA VIA PUBLICA, Rua Osmar Esperidião de Souza (Maroca), Morretes II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

“Art. 1º Fica denominado de Rua, Osmar Esperidião de Souza, (Maroca), com extensão de 733,00 metros de comprimento, e 5,00 metros de largura e início na Estrada Geral Morretes I, via pública

localizada no Morretes II, neste Município."

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Palhoça, 22 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 4281/2016

PORTARIA Nº. 4281/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, IZABEL CRISTINA COELHO DA SILVA, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4282/2016

PORTARIA Nº. 4282/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JANETE WEBER SEBASTIÃO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4283/2016

PORTARIA Nº. 4283/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JUCÉLIA MARIA SILVANO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4284/2016

PORTARIA Nº. 4284/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LEONIA PFLEGER HOFFMANN, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4285/2016

PORTARIA Nº. 4285/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIA DOMINGOS GOUART, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4286/2016

PORTARIA Nº. 4286/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIANA DE BRITO DE ARAUJO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4288/2016

PORTARIA Nº. 4288/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARA MARQUES DA COSTA, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4289/2016

PORTARIA Nº. 4289/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA APARECIDA DA COSTA, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4290/2016

PORTARIA Nº. 4290/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Responsável pelo CREAS Brejaru a servidora FERNANDA GOULART FERREIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4291/2016

PORTARIA Nº. 4291/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4101 de 20 de outubro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora DEBORA JULIANE PLAUT TONIAZZI, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/11/2016, de acordo com o Processo nº. 21091/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4292/2016

PORTARIA Nº. 4292/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 0928 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SIRLEI APARECIDA MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/11/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4293/2016

PORTARIA Nº. 4293/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA NELZA ALVES, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4294/2016

PORTARIA Nº. 4294/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARLY MAURA FRANCISCO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4295/2016

PORTARIA Nº. 4295/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NEUZA JOÃO FELISBERTO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4296/2016

PORTARIA Nº. 4296/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RENATA DELOSA DA SILVA, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4297/2016

PORTARIA Nº. 4297/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSINETE ROSA CANDIDO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4298/2016

PORTARIA Nº. 4298/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SILVANIA DE SOUZA E SOUZA, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4299/2016

PORTARIA Nº. 4299/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TEREZINHA HASSE, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4300/2016

PORTARIA Nº. 4300/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VERA LUCIA COELHO RAMOS, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4301/2016

PORTARIA Nº. 4301/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VERONICA SILVEIRA NAU, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4302/2016

PORTARIA Nº. 4302/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANDREZA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4303/2016

PORTARIA Nº. 4303/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Geraldo Bitencourt Filho	1356863750

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4304/2016

PORTARIA Nº. 4304/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Josiele Aparecida Couto	30	40	07/10/2016 a 14/10/2016

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4305/2016

PORTARIA Nº. 4305/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALTAMIRO REGINALDO, matrícula nº. 500048-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/07/2006 a 10/07/2011, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/12/2016 à 05/03/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4306/2016

PORTARIA Nº. 4306/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA ENI MOREIRA, matrícula nº. 800263-3, titular do cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/05/2000 a 07/05/2005, por 01 (um) mês, a contar de 21/11/2016 à 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4307/2016

PORTARIA Nº. 4307/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUANA MAI, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4308/2016

PORTARIA Nº. 4308/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KIM MARIANO DE SOUZA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4309/2016

PORTARIA Nº. 4309/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761291-1	Laura Di Nallo	90%

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4310/2016

PORTARIA Nº. 4310/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RIVELINO DA SILVEIRA, matrícula nº. 500564-1, titular do cargo de Engenheiro Civil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/03/2008 a 28/03/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/11/2016 à 22/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4311/2016

PORTARIA Nº. 4311/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3442 de 19 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SILVANIA ROSA MACHADO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/11/2016 a 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4312/2016

PORTARIA Nº. 4312/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para CARMELITA GREGORIA MARTINS DE SOUZA, matrícula nº. 210524-18, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Interação da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4313/2016

PORTARIA Nº. 4313/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GABRIELA NUNES DA SILVEIRA, Matrícula nº. 3761262-1 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4314/2016

PORTARIA Nº. 4314/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para JANI TADEA ANDRADE WIGGERS, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4315/2016

PORTARIA Nº. 4315/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, o servidor VITOR SODRÉ DIAS, de Encarregado da Secretaria de Saúde, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4316/2016

PORTARIA Nº. 4316/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON FURTADO, matrícula nº. 200223-1, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio

de 03/05/2010 a 03/05/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/11/2016 à 22/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4317/2016

PORTARIA Nº. 4317/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Murilo Candido Nazare da Silva	863503273

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4318/2016

PORTARIA Nº. 4318/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1024 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora TAYNARA CRISTINA VIEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2016, de acordo com o Processo nº. 19900/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4319/2016

PORTARIA Nº. 4319/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0931 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MAIRA SIMAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2016, de acordo com o Processo nº. 21080/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4320/2016

PORTARIA Nº. 4320/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 16 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
122165-1	Clarice Maria dos Santos Galvão	R\$ 738,21
100317-1	Helaine Cristina da Silva	R\$ 1400,00

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4321/2016

PORTARIA Nº. 4321/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO do HELAINE CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4322/2016

PORTARIA Nº. 4322/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) POLIANA MENDES MOURA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Abílio Manoel de Abreu, a contar de 16/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4323/2016

PORTARIA Nº. 4323/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para CLARICE MARIA DOS SANTOS GALVÃO, matrícula nº. 122165-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Dolores da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4324/2016

PORTARIA Nº. 4324/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0925 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora LILIANE DE PINHO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20713/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4325/2016

PORTARIA Nº. 4325/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA CRUZ DA SILVA, matrícula nº. 800543-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/11/2003 a 02/11/2008, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 21/11/2016 à 21/01/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4326/2016

PORTARIA Nº. 4326/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) JOYCE REJANE DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a Secretaria de Turismo, a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4327/2016

PORTARIA Nº. 4327/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) PEDRO PAULO SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a Fundação Municipal de Esporte e Cultura, a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4328/2016

PORTARIA Nº. 4328/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR STEFANNY BARBOSA SALVADOR, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4329/2016

PORTARIA Nº. 4329/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) MARIA ELZI PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a Fundação Municipal de Esporte e Cultura, a contar de 01/10/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4330/2016

PORTARIA Nº. 4330/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) GILSEMARA SILVA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Dona Maricota, a contar de 27/09/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4331/2016

PORTARIA Nº. 4331/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 17 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100635-1	Simere Aparecida da Silva	R\$ 490,00	R\$ 1400,00

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4332/2016

PORTARIA Nº. 4332/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANI MARIA SILVEIRA, matrícula nº. 300210-1, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/05/2005 a 19/05/2010, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 19/05/2010 a 19/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/11/2016 à 18/01/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSENEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4333/2016

PORTARIA Nº. 4333/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENI TEREZINHA DA CRUZ, matrícula nº. 401546-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/11/2011 a 07/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/12/2016 à 12/01/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSENEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4334/2016

PORTARIA Nº. 4334/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA MARGARETE DA SILVA, matrícula nº. 401227-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/04/2011 a 11/04/2016, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 21/11/2016 à 21/01/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4335/2016

PORTARIA Nº. 4335/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANA ZENIR MARTINS, matrícula nº. 400869-2, titular do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/04/2010 a 05/04/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/11/2016 à 11/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSENEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4336/2016

PORTARIA Nº. 4336/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DEBORA PAULA SILVA DA SILVA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4337/2016

PORTARIA Nº. 4337/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Izabel da Silva	Técnico em Enfermagem	30	29/11/16	I – F 32, II – F 43
Alessandra de Souza da Silva	Professor	15	16/11/16	I – O 47-0
Alessandra de Souza da Silva	Professor	15	30/11/16	I –
Alexandra da Silva	Técnico em Enfermagem	30	21/11/16	I – Z 54-0
Aline da Silva	Professor	30	07/11/16	I – Z 76-3
Amanda Ricci Regis	Técnico em Enfermagem	180	02/12/16	I –
Ana Carolina Lessa Vieira	Técnico em Enfermagem	15	30/11/16	I –
Ana Claudia Gomes Gonçalves	Professor	30	16/11/16	I – C 34
Ana Cristina de Jesus dos Santos	ASG	30	28/11/16	I – M 51-0, II – M 54-2, III – M 54-4
Ana Cristina P. Cunha Pamplona	Professor	05	05/12/16	I –
Ana Karina da Cunha	ASO	07	17/11/16	I – M 65-8
Ana Lucia Azevedo Manauer	ACS	30	01/12/16	I – F 41-2, II – F 60-9
Ana Márcia Pereira	Professor	180	16/11/16	I –
Ana Paula da Rosa Zacchi	ACE	24	23/11/16	I – O 47
Ana Paula Milan	Merendeira	03	16/11/16	I – M 54-3
Ana Paula Milan	Merendeira	24	23/11/16	I – M 54-3
Andrea Martins da Silva	Professor	30	16/11/16	I –
Andressa Diana Farias	ACS	10	17/11/16	I – Z 76-3
Angela Francine Tomazoni	Professor	07	22/11/16	I – Z 76-3
Angela Maria Hamann	ASO	30	18/11/16	I – G 56-2
Caroline Aline Marghot	ASG	30	28/11/16	I – E 54-0, E - 66,
Catia Regina Pierri Martins	Professor	120	27/10/16	I – C 20
Cintia Gouveia Mesquita	Pedagogo	02	21/11/16	I – Z 76-9
Cleideliz Comim	Pedagogo	04	28/11/16	I – Z 76-3
Cleusa Cristina Romanski	ASO	20	22/11/16	I – M 17
Cleusa de Oliveira	Professor	17	28/11/16	I – M 25-5, II M 95
Daiane Eaupp Martins	Contadora	04	24/11/16	I –
Daiane Lichtenfelz	Professor	15	23/11/16	I – Z 54, II – K 46
Daiele de Oliveira	Assistente Administrativo	04	18/11/16	I -
Débora Regina Bruggmann	Professor	04	29/11/16	I –
Denise Ayres D ´Avila	Psicólogo	05	28/11/16	I – M 25-5
Denise Gonçalves Pierri	Assistente Administrativo	180	18/11/16	I –
Denise Perpetua Natividade	Assistente Administrativo	15	30/11/16	I – M 65
Dilane Rodrigues Schmitz	ACS	10	17/11/16	I – F 31-3
Dioneia Mafra Araujo	ACS	20	28/11/16	I – M 23-9
Doriam Vitor de Andrade	Assistente de Educação	30	09/11/16	I – Z 54

Edson João da Silva	Assistente Administrativo	30	18/11/16	I -
Edvalda Peres da Silveira	Merendeira	15	24/11/16	I -
Eliane Berreta	Professor	30	29/11/16	I - F 39
Elis Regina Ventura	Professor	07	24/11/16	I - R 53
Fabiana Florano	ASO	05	22/11/16	I - Z 76-3
Fernanda da Silva	Professor	06	17/11/16	I -
Fernanda de Fátima Dias Velho	Merendeira	23	16/11/16	I - O 62-3
Fernanda Zanini	Psicólogo	05	05/12/16	I - L 40-0
Flavia Gutiha	Professor	05	05/12/16	I - A 09
Gedelci Quadros de Oliveira	Monitor	30	30/11/16	I - I 20, II - I 25, III - Z 11
Gracielle F. Damasceno Piccoli	Monitor	30	18/11/16	I -
Grasielli Peres da Silva Schmitz	Professor	30	18/11/16	I - C 50-9
Ivani Adelaide Silva	ASO	30	23/11/16	I - H 25-1
Ivonira Zelia de Souza	Assistente Administrativo	09	21/11/16	I - M 25-5
Janaina Aparecida da Silva	Merendeira	07	21/11/16	I - S 93-4
Janaina Aparecida da Silva	Merendeira	06	28/11/16	I - S 90-6
Jane dos Santos Silva	ASO	10	30/11/16	I - M 65-9, II - M 79-6
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	30	23/11/16	I - M 75-1, II - M 70-1
Jaqueline Ramos Depieri Martins	Professor	30	21/11/16	I - M 77-7, II - M 52-1
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	60	29/11/16	I - F 39, II - F 10-2
Josilene Roseli Bernardo	Enfermeiro	04	28/11/16	I - N 30-0
Josue Jose dos Santos	Motorista	30	23/11/16	I - M 75
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	08	25/11/16	I - M 79-6
Juliana Adriana de Souza	Professor	18	18/11/16	I - F 41-1
Juliano Rodrigues Brasil	ASO	05	21/11/16	I - Z 76-3
Julio Cesar Macedo	Professor	10	22/11/16	I - N 20
Karla de Souza	ASG	15	18/11/16	I - J 38
Karla Steinmetz Spricigo	Professor	90	30/11/16	I - M 54, II - M 51-1
Kátia Luciane Borges Pinto	Técnico em Enfermagem	08	29/11/16	I - S 93-4
Kátia Regina Linhares Araujo	ACS	06	18/11/16	I - S 80-1
Kátia Rosane Moreira	ASO	10	28/11/16	I - M 65-8
Kelly Cristian Pierri Custodio	Enfermeiro	35	01/12/16	I - K 80
Lea Rosa Peres Silva	Professor	30	16/11/16	I - M 75-1
Lenita Althoff	ASO	09	22/11/16	I - F 43, II - F 32
Luana de Andrade Inácio Melo	ACD	10	29/11/16	I - S 93-4
Luana Passos Pierri	Professor	15	16/11/16	I - Z 76-3
Lucia Bussolo	Merendeira	15	17/11/16	I - F 93-0
Luciane Maria da Silva	ASO	03	23/11/16	I - M 54-5
Luciane Maria da Silva	ASO	03	28/11/16	I - M 54-5
Luciano Rodrigues Veiga	Odontologo	30	24/11/16	I - M 65
Luiza Vieira	Professor	14	28/11/16	I - R 42
Luiziane Renata Feijo dos Santos	Enfermeira	03	16/11/16	I -
Luiziane Renata Feijo dos Santos	Enfermeira	02	22/11/16	I -
Luiziane Renata Feijo dos Santos	Enfermeira	02	28/11/16	I -
Luziania Meurer Geraldo	Professor	15	14/11/16	I - M 65-8
Luzivania Meurer Geraldo	Professor	16	29/11/16	I - M 65-9
Maira Soares	Professor	10	05/12/16	I - O 60-0
Mara Siluandra Rodrigues	Professor	07	25/11/16	I -
Marcela de Araujo P. da Silva	Farmacêutica	14	10/11/16	I - Z 54-0
Márcia Kanitz de Cesaro	Farmacêutico	04	22/11/16	I - F 32-0
Maria Aparecida Soares	ACS	05	21/11/16	I - M 54
Maria de Fátima Cardoso	ASO	30	17/11/16	I - F 41-0
Maria Eni Valente da Silva	ASO	04	29/11/16	I - M 75-5
Maria Hilda da Silva	Professor	15	02/12/16	I - M 54-5, II - M 54-2, III - M 52-3
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	180	27/11/16	I - C 50

Maria Salete da Silva	ASG	08	08/11/16	I – J 44-9, II – J 30, III – J 45-9
Maria Salete da Silva	ASG	05	17/11/16	I – J 44-9, II – J 30, III – J 45-9
Maria Siluanda Rodrigues	Professor	07	18/11/16	I – F 32-1
Maria Tais de Melo	Psicólogo	15	24/11/16	I – F 41
Mariza Adriana do Nascimento	Professor	30	28/11/16	I – I 83-9
Marlucy Silveira de Souza	Supervisor Escolar	30	21/11/16	I – F 32
Maryland Figueiredo da Silva	Auxiliar de Enfermagem	33	21/11/16	I – M 25-5, II – M 79-6, III – F 33-2
Michele Bechthold	Assistente Administrativo	05	10/11/16	I – A 09
Michele Patrícia Moreira	Assistente de Educação	15	14/11/16	I – Z 54-0
Michele Paula Santiago	Merendeira	24	21/11/16	I – M 54-1, II – M 51
Michelle Schreiber	Professor	09	05/12/16	I – K 07-5
Milena Aparecida Koch	Assistente Administrativo	07	16/11/16	I –
Miriam Josiane Silveira de Souza	ASG	90	22/11/16	
Mirian Meurer de Oliveira	Professor	30	21/11/16	I –
Nathalia Broering Borba	Fisioterapeuta	30	16/11/16	I –
Neide Terezinha Scheidt	ASP	02	09/11/16	I – Z 98
Neide Terezinha Scheidt	ASP	14	16/11/16	I – Z 98
Nesi Terezinha Rodrigues	ASO	14	17/11/16	I – M 77-0
Neuri Osorio Jose da Cruz	Motorista	30	21/11/16	I – M 54-5
Neusa Schafer	Técnico em Enfermagem	20	28/11/16	I – S 93-4
Nirlene Martins Angelo	Monitora	41	01/12/16	I – C 73, II – Z 54-0
Patrícia Adelaide da Silva	Professor	10	05/12/16	I – M 79, II – M 72-2, III – M 25-5
Patrícia Sharf Eger	ACS	08	22/11/16	I – R 52, II – R 07, III – J 06-9
Paulo Cesar da Silva Gonçalves	Enfermeiro	15	30/11/16	I – Q 21-9
Rafaela Pamela Ferreira	Professor	05	28/11/16	I – Z 54-0
Rita de Cássia Santos	ASO	03	16/11/16	I – M 25-5
Rocelito Souza Coelho	Professor	15	16/11/16	I – M 22-4
Rosane Bergmann da Silva	ACD	03	28/11/16	I –
Rosane Maria Gandolfi	Professor	10	21/11/16	I –
Rosangela Marta G. Espindola	ASO	07	23/11/16	I –
Rose Maria de Campos	Professor	10	26/11/16	I – S 93-4
Roseneide Scheidt Stein	ACS	07	01/12/16	I –
Rosimeri da Silva Scheidt	Professor	24	21/11/16	I – M 65
Rosineia Marli Martins	ACS	08	22/11/16	I – M 79-1
Sabrina Jacinto Laurindo	Professor	15	16/11/16	I –
Samanta Manuela Meirel	Professor	10	25/11/16	I – F 32
Sebastiana Pires da Silva	ASO	07	14/11/16	I – S 20-2
Selma Luzia Gomes de Souza	ACS	16	17/11/16	I – F 41, II – F 45
Sevasty Rosa da Silva	ASO	90	18/11/16	I – C 82
Sheren Abreu	Assistente Administrativo	15	11/11/16	I – K 21
Sonia Mara Reinert	Professor	05	14/11/16	I – J 01, II – J 30
Sonia Mara Reinert	Professor	03	23/11/16	I – J 01, II – J 30
Sueli Lucia da Silveira	ASO	15	23/11/16	I – Z 76-3
Suzana Angélica da Silva	ASO	10	22/11/16	I –
Suzana Angélica da Silva	ASG	15	30/11/16	I – M 75-1, II – M 25-5, III – G 56-0
Suzana Duck Rosar	Professor	15	21/11/16	I – Z 76-3
Suzete Angelica da Silva	Merendeira	30	18/11/16	I – F 33-1
Taise Cardoso da Silva	Enfermeiro	15	21/11/16	I – F 41-2
Tarsyane Zenilda da Silva	Assistente Administrativo	03	08/11/16	I –
Tarsyane Zenilda da Silva	Assistente Administrativo	180	21/11/16	I –
Tatiane da Silva	Merendeira	03	07/11/16	I – Z 76-3, II – Z 76-3, III – J 03
Tatiane da Silva	Merendeira	03	25/11/16	I – Z 76-3, II – Z 76-3, III – J 03
Tatiane da Silva	Merendeira	02	30/11/16	I – Z 76-3, II – Z 76-3, III – J 03
Vanderleia Alves	ASO	02	17/11/16	I –
Vanderleia Alves	ASO	10	21/11/16	I –

Viviane Meyer	ASO	30	14/11/16	I –
Walquiria Alves	ACS	15	28/11/16	I – M 75-0
Zenaide P. Martins Gaspar	Professor	30	30/11/16	I –

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4338/2016

PORTARIA Nº. 4338/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO OSCAR FELIPE GORAYEB ARRIAZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/11/2016 a 10/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4339/2016

PORTARIA Nº. 4339/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 20 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
800034-1	Geovania de Abreu	R\$ 1100,00	Diretor CEI Snoopy

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4340/2016

PORTARIA Nº. 4340/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Janiele Ramos Rodrigues Barbosa	20	40	21/10/2016 a 26/10/2016

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4341/2016

PORTARIA Nº. 4341/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CLAUDETE MANOEL DOS PASSOS NUNES, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 24/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4342/2016

PORTARIA Nº. 4342/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DIEGO OLIVEIRA MENDONÇA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4343/2016

PORTARIA Nº. 4343/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para GEOVANIA DE ABREU, matrícula nº. 800034-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Snoopy da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4344/2016

PORTARIA Nº. 4344/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSILENE PATRICIA DE SOUZA, matricula nº. 800897-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 07/11/2016, de acordo com às folhas 05.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4345/2016

PORTARIA Nº. 4345/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora EDVALDA PERES DA SILVEIRA, matricula nº. 801189-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 22/11/2016, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4346/2016

PORTARIA Nº. 4346/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA APARECIDA MARTINS CESCNETO, matrícula nº. 801175-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 22/11/2016, de acordo com às folhas 37.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4347/2016

PORTARIA Nº. 4347/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ELAINE CRISTINA HENRIQUE, matrícula nº. 802388-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 22/11/2016, de acordo com às folhas 22.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4348/2016

PORTARIA Nº. 4348/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GISELY NIENKOETTER, matrícula nº. 802203-7, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 22/11/2016, de acordo com às folhas 25.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4349/2016

PORTARIA Nº. 4349/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º, alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003, do quadro de pessoal efetivo:

O servidor Andre Jose Silveira e os servidores: Julio Cesar da Cruz e Rubia Bertelli Peres para atuarem como equipe de Apoio os Pregoeiros.

Esta Portaria entre em vigor em 01 de novembro de 2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4350/2016

PORTARIA Nº. 4350/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DALVANA LUCIA DE BORBA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4351/2016

PORTARIA Nº. 4351/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402237-5	Leonardo Kretzer	30%

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4353/2016

PORTARIA Nº. 4353/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DAIKO LIMA E SILVA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4354/2016

PORTARIA Nº. 4354/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARCIO ALEXANDRE PITTA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4355/2016

PORTARIA Nº. 4355/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ALTAIR ALTAMIRO DA SILVA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4356/2016

PORTARIA Nº. 4356/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANDRE LUIZ DOS SANTOS, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4357/2016

PORTARIA Nº. 4357/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DEBORA REGINA OURIQUES, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4358/2016

PORTARIA Nº. 4358/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR EDVANIA PEREIRA ALMEIDA, titular do cargo de

Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4359/2016

PORTARIA Nº. 4359/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR HORACIO DUTRA MELLO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4360/2016

PORTARIA Nº. 4360/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JAIRO JOSE ASSUMPÇÃO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 024/2016, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Empreendedorismo e Captação de Recursos na Administração Pública, Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (Artigo Científico), com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 06/10/2016 à 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4361/2016

PORTARIA Nº. 4361/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JOICI LILIAN RODRIGUES, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4362/2016

PORTARIA Nº. 4362/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LUCIA CORREA MARQUES DE MIRANDA MOREIRA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4363/2016

PORTARIA Nº. 4363/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MAIRA DE SOUSA EMERICK DE MARIA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com

efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4364/2016

PORTARIA Nº. 4364/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARCELO JOSE CAVALCANTI, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4365/2016

PORTARIA Nº. 4365/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARCIELE DALLASTRA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4366/2016

PORTARIA Nº. 4366/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARCOS ANTONIO SOUZA, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4367/2016

PORTARIA Nº. 4367/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIA FERNANDA DIOGO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4368/2016

PORTARIA Nº. 4368/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARINES DA CONCEIÇÃO WALKOWSKI, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4369/2016

PORTARIA Nº. 4369/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARY JERUSA GUERCIO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4370/2016

PORTARIA Nº. 4370/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MAURO ROQUE DE SOUZA JUNIOR, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO 02/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL -SEC. DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 02/2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Materiais Méd. Laboratorial e Odontológico

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: das 07:00 h até às 13:00 h do dia 24/01/2017.

Abertura dos envelopes: às 08:00 h do dia 25/01/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 10 de janeiro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 006/2017

DECRETO Nº 006, de 09 de janeiro de 2017.

“NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de provimento de cargos públicos do quadro único de pessoal da administração direta do município;
Considerando que o provimento de cargos públicos municipais deve se dar por meio de aprovação em processo seletivo;
Considerando, por fim, a realização do processo seletivo;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Processo Seletivo as pessoas abaixo nominadas, sob a presidência da primeira;

- I – Ivania Sangali Dall Orsoletta;
- II – Juliana Fabia Canonica Tirelli;
- III – Antonio Correa Neves;

Art. 2º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 09 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0005/2017

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0005/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0002/2017

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a Dispensa de Licitação para aquisição de 02 (dois) relógios para registro de ponto eletrônico.

Valor: R\$ 5.000,00

Amparo Legal: Art.24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 10 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº 003/2017

“NOMEIA CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

OSVALDIR ALVES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. FLAVIO ROBERTO ROSSI, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/SC nº 020309/O-7, inscrito no CPF nº 625.630.689-91, RG 1786.284, residente e domiciliado na Rua Madre Maria Theodoro, 530, Bairro Quatro Irmãos, no Município de Ponte Serrada/SC, para exercer serviços de Contabilidade, nos termos do art. 15, da Resolução nº 004/2010, de 27 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroativamente a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia/SC, em 04 de janeiro de 2017.

OSVALDIR ALVES
Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI
Secretário Executivo

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 01/2017 conforme Processo Licitatório nº 01/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV. Objeto: Contratação de entidade para realizar o planejamento, organização e a execução de Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário do quadro da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Valor do Contrato: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Data Assinatura: 02/01/2017.

PORTARIA Nº 052/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 052/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e justificativa 002/2017, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch, Estrangeiro, portador do CPF nº 113.344.178-57 matrícula nº 11283, contratado pela portaria nº 410/2016 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 053/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 053/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch, Estrangeiro, portador do CPF nº 113.344.178-57, matrícula 11301, para atuar no para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com início em 03/01/2017. A contratação tem um prazo de noventa dias ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 054/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 054/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch, Estrangeiro, portador do CPF nº 113.344.178-57, matrícula 11302, para a contratação temporária emergencial de Médico Clínico Geral com carga horária de 40 horas, ficando a disposição da Secretaria Municipal de Saúde a partir de 04/01/2017 até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 04 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 055/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 055/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Rafael Zardim, brasileiro, portador do CPF nº 067.823.139-79, matrícula nº 11303, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Secretário do Transporte, com lotação na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 04 de Janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO 03/2017-FMS

5º TERMO ADITIVO Nº 03/2017- FMS

AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 06/2012- FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2012 – FMS, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2012 – FMS

OBJETO: O imóvel objeto desta locação destina-se exclusivamente ao funcionamento da Vigilância Sanitária, Centro de Referência e Secretaria da Saúde e Saneamento.

Os signatários deste instrumento, de um lado o Sr. MAURO OLIVEIRA RIBEIRO, brasileiro, casado, motorista, portador da carteira de identidade nº RG 1281762 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 446.501.839-87, residente na Estrada Geral, s/nº, Bairro Fundos Albertina, cidade de Rio do Sul/SC, telefone 47-35218729, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Aquiles José Schneider Da Costa, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e aditivado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

, A vigência do 4º Termo Aditivo 02/2016-FMS ao Contrato de Locação nº 06/2012 - FMS, passa a contar de 07/01/2016 até 06/01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor mensal do aluguel fica alterado para R\$ 4.558,52 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) mensais, perfazendo um total de R\$ 54.702,54 (cinquenta e quatro mil, setecentos e dois reais e vinte e quatro centavos), corrigido de acordo com o IPCA(IBGE) acumulado no período, conforme constante no Contrato 06/2012-FMS.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.064 - Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000057

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 06 de Janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

MAURO OLIVEIRA RIBEIRO

CONTRATADO

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

LEANDRO LIMA DE BORBA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 07/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 07/2017 – Pregão Presencial 03/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de impressos gráficos personalizados, materiais para divulgação de eventos/campanhas de cultura, saúde, educação entre outras.

Processo licitatório é destinado exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h45min do dia 24/01/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h30min do dia 24/01/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 10 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos a Câmara Municipal de Vereadores, os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação do seguinte recurso do Tesouro Nacional ao Fundo Municipal de Saúde de Peritiba:

- Processo nº 25000175800201680 creditado em 30 de Dezembro de 2016 e comunicado em data de 28 de Dezembro de 2016, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente do Ministério da Saúde, referente ao pagamento da estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde competência 11/2016 Municipal.

Peritiba SC, 10 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 08 2017 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 08/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO DESTA MUNICIPALIDADE. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h do dia 03/02/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 11 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 003/17

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 24/01/2017, licitação modalidade Pregão Presencial nº 003/2017, visando a aquisição de medicamentos constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2017.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 24/01/2017, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 10 DE JANEIRO DE 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 012

PORTARIA N.º 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Permanente de Licitação, os seguintes servidores públicos municipais:

I – Hadriel Dalmolin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Renda, Tributos e Obras;

II – Bruna Bertoncello, ocupante do cargo efetivo de Vigilante Sanitário;

III – Maria Helena Mattana Mariani, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Coordenação e Planejamento;

Parágrafo único. A presidência e a função de pregoeiro da comissão serão exercidas pelo servidor Hadriel Dalmolin.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 013

PORTARIA Nº 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DESGINA VERONICE FRITZEN PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar VERONICE FRITZEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n. 799.945.209-20, residente e domiciliada na Rua Pe. Trudo Plessers, neste Município de Pinheiro Preto-SC, para exercer a Função Gratificada de "DIRETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL", conforme disposto na Lei Complementar n.º 211 de 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 014

PORTARIA Nº 014 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA JUSSARA BOESING PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JUSSARA BOESEING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 029.620.869-85, residente e domiciliada no Loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, neste Município de Pinheiro Preto-SC, para o cargo de provimento em comissão de "DIRETORA DE CRECHE", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 015

PORTARIA Nº 015 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA MARILDA CASAGRANDE MATTANA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARILDA CASAGRANDE MATTANA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 594.539.239-15, residente e domiciliada na Rua Octavio Mattana, neste Município de Pinheiro Preto-SC, para o cargo de provimento em comissão de "Coordenador de Serviço Social", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 016

PORTARIA Nº 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA ADNÉIA FERREIRA DE OLIVEIRA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADINÉIA FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 178.640.488-54, residente e domiciliada na Av. Mal. Castelo Branco, neste Município de Pinheiro Preto-SC, para o cargo de provimento em comissão de "Coordenador Administrativo da Unidade Central de Saúde", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 017

PORTARIA Nº 017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Complementar 142/2008;

CONSIDERANDO que a servidora Maria Helena Mattana Mariani, pediu exoneração da função de Membro da Comissão de Avaliação de Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada como membro da Comissão de Avaliação de Servidores, em substituição a servidora Maria Helena Mattana Mariani, a servidora Enaide Pereira de Costa ocupante do cargo efetivo de Técnico em Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Pinheiro Preto – SC, 04 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 018

PORTARIA Nº 018, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA Tauana Neis PARA o cargo de Provimento em comissão de Coordenador administrativo escolar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Tauana Neis, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 084.305.859-58, residente e domiciliada na Rua Eugenio de Costa, Bairro Tranquilo Guzzi, Município de Pinheiro Preto-SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador administrativo escolar, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 106/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0106/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 61 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a (s) Servidor (es) Público (s) Municipal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento no período de 11/01/2017 a 25/01/2017, conforme relação:

- Ana Paula Rohrbeck Chiarello, Tesoureira, referente ao período aquisitivo de 16/12/2015 a 15/12/2016;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 10 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2017 – 34FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
34ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2017 – 34FP

Processo Administrativo n.º 003 / 2016.
Pregão Presencial n.º 002 / 2016.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: WEBER SEGURANÇA LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SERVIÇOS DE BRIGADISTAS PARA A 34ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2017, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor Unitário p/ hora de serviços de vigilância desarmada – R\$18,98 (dezoito reais e noventa e oito centavos).
Valor Total contratado – 3.235 horas – R\$61.400,30 (sessenta um mil, quatrocentos reais e trinta centavos).
Prazo de vigência: 60 dias – Durante a edição da 34ª Festa Pomerana – 12 a 22/01/2017.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Ademir Eugênio Weber – Weber Segurança Ltda ME – Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Janeiro de 2017.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2017 – 34FP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
34ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2017 – 34FP

Processo Administrativo n.º 003 / 2016.
Pregão Presencial n.º 002 / 2016.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratada: OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SERVIÇOS DE BRIGADISTAS PARA A 34ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2017, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor Unitário p/ hora de serviços de brigadista – R\$25,80 (vinte e cinco reais e oitenta centavos).
Valor Total contratado – 310 horas – R\$7.998,00 (sete mil e novecentos e noventa e oito reais).
Prazo de vigência: 60 dias – Durante a edição da 34ª Festa Pomerana – 12 a 22/01/2017.
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Elissandra Patricia Firmo Mahnke – Observes Serviços Eireli ME – Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Janeiro de 2017.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da Fundação Cultural

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

DECRETO Nº 3.163, DE 06 DE JANEIRO DE 2.017.

DECRETO Nº 3.163, DE 06 DE JANEIRO DE 2.017.

TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, inciso I, II e III, Artigo 10º e o Artigo 12º da Lei 2.880 de 10/11/2.016, e o Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1.964.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 49.452,00 (Quarenta e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais.) do orçamento em vigor, da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, inciso II, da Lei nº 2.880 de 10/11/2.016, Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17/03/1.964, no seguinte Programa e Dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E

ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE
Projeto/Atividade:0004.0122.0080.2056–Manutenção dos Serviços Administrativos
Modalidade de Aplicação: - 3171000.00 – Aplicações Diretas
Vinc.p/Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 33.894,00
Modalidade de Aplicação: - 3371000.00 – Aplicações Diretas
Vinc.p/Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 15.000,00
Modalidade de Aplicação: - 4471000.00 – Aplicações Diretas
Vinc.p/Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 558,00

TOTAL
..... R\$ 49.452,00

Artigo 2º- O valor resultante da transposição de que trata o Artigo 1º. deste Decreto, será destinada a dotação orçamentária no orçamento da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, dentro do mesmo projeto/atividade, abaixo discriminado:

ORGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0004.0122.0080.2056–Manutenção dos Serviços Administrativos

Modalidade de Aplicação: - 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários

..... R\$ 406,40

Modalidade de Aplicação: - 339300.00 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários

..... R\$ 49.045,60

TOTAL

..... R\$ 49.452,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 06 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO COMISSÃO LICITAÇÃO 012/2017 DECRETO Nº 012/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA E CONSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO E COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, através da presente Decreto, Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Licitações na modalidade de Pregão e Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, realizadas no âmbito do Município de Ponte Serrada.

Art. 2º - As Comissões têm por objetivo:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores, bem como fornecer Certificado de registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada os bens móveis e bens imóveis que compõe o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e bens imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Art. 3º - A Comissão Municipal de Acompanhamento, Realização e Fiscalização das Licitações na Modalidade de Pregão terá a seguinte composição:

1. – ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI – Pregoeira

2. – Equipe de Apoio:

2.1. – ALICE CRISTINA FROZZA

2.2. – MARILENE SAMPAIO VOSS

2.3. – RODRIGO PECINATTO GIRARDI

Art. 4º - A Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliação dos Bens Móveis e Bens Imóveis da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais terá a seguinte composição:

1. – ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI– Presidente

2. – ALICE CRISTINA FROZZA

3. – MARILENE SAMPAIO VOSS

4. – RODRIGO PECINATTO GIRARDI

Art. 5º - Excepcionalmente, nos termos do Art. 51, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93, para emissão e julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo membro ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI, que processará e julgará nos termos da Lei, lavrando ata circunstanciada para cada caso.

Art. 6º - O exercício do encargo existente decorrente da presente portaria é considerado serviço público relevante e não remunerado.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 676, de 31 de agosto de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 004/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 004/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS□.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.827.200,00 (Dois Milhões, Oitocentos e Vinte e Sete mil e Duzentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 □ Departamento de Educação

12.361.1201.1.005 – Construção e Ampliação Unidades Escolares Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 102 R\$ 2.827.200,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 2.827.200,00 (Dois Milhões, Oitocentos e Vinte e Sete mil e Duzentos Reais), provenientes do provável excesso de arrecadação do Exercício de 2017, da Fonte de Recurso 032 Convênio Educação União recursos vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

RETIFICAÇÃO PROCESSO ASSESSORIA 003/2017

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2017

TP 002/2017

Referente a publicação de 04/01/2017, A Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC torna público a retificação: onde lê-se PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 TP 001/2017, leia-se PROCESSO LICITATÓRIO 003/2017 TP 02/2017. As demais informações permanecem sem alteração. Outras informações pelo fone (49) 3435-0122, pelo site <http://www.ponteserrada.sc.gov.br/> e e-mail: licitacao ponteserrada@gmail.com . Ponte Serrada SC, 11 de Janeiro de 2017. Alceu Alberto Wrubel Prefeito Municipal.

Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE 2017-2020

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO PARA O MANDATO DE 2017/2020.

Ata da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Porto Belo, eleitos no dia 02 (dois) de outubro do ano de dois mil e dezesseis. Às dezoito horas do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete, o Diretor de Secretaria do Poder Legislativo Municipal, Sr. Marcos Antônio Santiago deu início ao Cerimonial de Posse, desejando uma boa noite a todos que se fazem presente nesta Casa Legislativa e um feliz ano novo repleto de realizações e pediu a todos que possuam aparelhos celulares que desligue ou deixe no silencioso para não atrapalhar a Sessão Solene. Ato contínuo, o Diretor de Secretaria do Poder Legislativo de Porto Belo, Sr. Marcos Antônio Santiago, cumprimentou aos presentes: Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Porto Belo, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein, Vice-Prefeito Municipal, Ilmo. Sr. Elias Cabral, Vereadores Eleitos e Reeleitos do Município de Porto Belo, Autoridades, Imprensa Inscrita e em especial a comunidade que se fazem presentes. Dando prosseguimento, o Diretor de Secretaria lembrou a todos que na Sessão Solene de Posse será Empossados os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos no dia 02 (dois) de outubro do ano de dois mil e dezesseis, para o período 2017/2020, e na sequência a Eleição e Posse dos Membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Belo para o período 2017/2018, e após, a abertura da Legislatura do ano dois mil e dezessete a dois mil e vinte- 2017/2020. Ato contínuo, o Diretor de Secretaria do Poder Legislativo, Sr. Marcos Antônio Santiago deu início a chamada individual dos Senhores Vereadores eleitos para ocuparem seus assentos na Mesa. Conforme prescreve o artigo 59 (cinquenta e nove) da Lei Orgânica do Município de Porto Belo e artigo 6º (sexto) do Regimento Interno, o Diretor de Secretaria convidou para assumir a Presidência em exercício o Vereador Reeleito do Partido Progressista (PP), da Coligação Porto Belo para todos, o Ilmo. Sr. Francisco Scottini, em seguida o Diretor de Secretaria convidou para tomar assento o Vereador Reeleito do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da Coligação Porto Belo Merece Mais, Ilmo. Sr. Joel Orlando Lucinda, para assumir provisoriamente o Cargo de Primeiro Secretário, após convidou para tomar assento o Vereador Eleito do Partido Social Democrático (PSD), da Coligação Porto Belo Merece Mais, Ilmo. Sr. Altino Torquato dos Santos Junior para assumir provisoriamente o Cargo de Segundo Secretário, em seguida foram chamados os demais Vereadores e Vereadoras para tomar assento, que foram os seguintes: Ilmo. Sr. Jonas Amadeu Raulino, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Coligação Porto Belo Merece Mais; Ilmo. Sr. Bento Sebastião Voltolini, Partido Popular Socialista - PPS, Coligação Porto Belo Merece Mais; Ilmo. Sr. Célio Roberto Ramos, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Coligação Porto Belo Merece Mais; Ilmo. Sr. Diogo dos Santos, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Coligação Porto Belo Merece Mais; Ilmo. Sr. Jonatha Carlo Cabral, Partido dos Trabalhadores - PT, Coligação Porto Belo Para Todos; Ilmo. Sr. Marcos Venicius Marques, Partido Republicano Brasileiro - PRB, Coligação Porto Belo Para Todos; Ilma. Sra. Rosaura de Oliveira Rodrigues, Partido dos Trabalhadores - PT, Coligação Porto Belo Para Todos; Ilma. Sra. Silvana Nunes Stadler, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Coligação Porto Belo Merece Mais. Ato contínuo, também foi convidado pelo Diretor de Secretaria, Sr. Marcos Antônio Santiago para tomar assento junto a Mesa o Vice- Prefeito Municipal, Ilmo. Sr. Elias Cabral e o Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein. Ato contínuo, o Diretor de Secretaria convidou os Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e demais presentes nesta Sessão Solene em posição de respeito para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro e o Hino de Porto Belo. Terminado a execução dos Hinos, o Diretor de Secretaria Sr. Marcos Antônio Santiago informou a todos, por disposição legal cabe ao Vereador Eleito mais Idoso a conduzir os trabalhos da Sessão Solene de Posse dos Eleitos, conforme determina o artigo 59 (cinquenta e nove) da Lei Orgânica Municipal, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Francisco Scottini conforme determina o § terceiro do artigo 59 (cinquenta e nove) da Lei Orgânica do Município convidou os Senhores Vereadores para juntos fazerem o juramento do compromisso de Posse: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTES MUNICÍPIO". Ato contínuo, foi feita a chamada individual pelo Presidente em exercício e de pé os Vereadores e Vereadoras declararam "Assim o Prometo", após compromisso o Senhor Presidente em exercício, Senhor Francisco Scottini declarou empossados os Vereadores e Vereadoras para o Mandato 2017 (dois mil e dezessete) a 2020 (dois mil e vinte), e os convidou para a assinatura do Termo de Posse e fazerem as entregas de suas declarações de bens e seus diplomas eleitorais os seguintes Vereadores: Altino Torquato dos Santos Junior - PSD, Bento Sebastião Voltolini - PPS, Célio Roberto Ramos - PMDB, Diogo Santos - PMDB, Joel Orlando Lucinda - PTB, Jonas Amadeu Raulino - PMDB, Jonatha Carlo Cabral - PT, Marcos Vinicius Marques - PRB, Rosaura de Oliveira Rodrigues - PT, Silvana Nunes Stadler - PTB e Francisco Scottini passou a Presidência ao Primeiro Secretário da Mesa, Vereador Joel Orlando Lucinda e assinou o Termo de Posse. Após empossados os Vereadores, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Francisco Scottini procedeu o Compromisso de Posse dos Eleitos do Poder Executivo Municipal, onde convidou o Vice-Prefeito Municipal, Ilmo. Sr. Elias Cabral para fazer o juramento de compromisso de Posse, que foi o seguinte: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTES MUNICÍPIO", e de pé o Vice-Prefeito Elias Cabral declarou "Assim o Prometo". Ato contínuo, o Presidente em exercício, Vereador Francisco Scottini, convidou o Prefeito eleito do Município de Porto Belo, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein para fazer o juramento de compromisso de Posse, que foi o seguinte: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTES MUNICÍPIO", e de pé o Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein declarou "Assim o Prometo". Ato contínuo, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Francisco Scottini declarou empossados no Cargo de Prefeito Municipal do Município de Porto Belo, o Excelentíssimo Senhor Emerson Luciano Stein e para o Cargo de Vice-Prefeito Municipal o Ilmo. Sr. Elias Cabral para o Mandato do ano de 2017 (dois mil e dezessete) à 2020 (dois mil e vinte), em seguida convidou o Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein e o Vice-Prefeito, Ilmo. Sr. Elias Cabral para a Assinatura do Termo de Posse, e, após fizeram as entregas de suas declarações de bens e diplomas eleitorais. Ato contínuo, terminado a Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para o mandato de dois mil e dezessete à dois mil e vinte, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Francisco Scottini convidou o Ilustríssimo Senhor Felipe Schmitz, Vereador do Município de Antônio Carlos para fazer o uso da palavra na tribuna pelo tempo de

cinco minutos: parabenizou os vereadores eleitos e desejou à todos muito sucesso. Agradeceu ao convite especial feito pelo Vereador Diogo dos Santos e se colocou à disposição para colaborar no que for necessário. Em seguida, o Senhor Presidente, em exercício, em chamada individual convidou os Senhores Vereadores para fazer seu pronunciamento na tribuna pelo tempo de 05 (cinco) minutos, conforme determina o § 7º do artigo 6º do Regimento Interno deste Poder Legislativo: Primeiro: Vereador – PSD, Altino Torquato dos Santos Junior. Desejou uma boa noite a todos e a todas, agradeceu a presença de cada um nesta noite, quero já começar, até porque nós temos muito pouco tempo pra falar, agradecendo, em primeiro lugar à Deus, meu senhor a quem eu sirvo e a que tudo devo, a minha família meu pai e minha mãe que estão aqui, minhas irmãs, meus cunhados, meus sobrinhos, de uma certa forma toda a família representada por estes que eu citei, não poderia deixar de agradecer, porque se estou aqui é porque eles me deram suporte, de uma certa forma criação e educação para conseguir pela segunda vez ser um vereador eleito no Município de Porto Belo. Agradeço também aos meus amigos, que também no momento, não só da eleição, da campanha, mas em diversos momentos da vida, foram amigos, foram irmãos, nos momentos de angústia, nos momentos de alegria, em cada momento, junto com a minha família, eles se tornaram como irmãos, a Cris, a Marcinha, o Josi, o Eder, e tantos outros que eu fiz durante a campanha, que a vida me deu. Pessoal, nosso Vice- Prefeito Elias, nosso Prefeito Emerson, e tantos outros, como falei, que a vida me deu, não como amigos, mas como irmãos. Parabenizou e pediu a todos uma salva de palmas para o amigo Marcos-Cacai e a Jovelina, Bunga, que no último dia, vinte e sete de dezembro, os dois completaram vinte e oito anos de serviços prestados à esta Casa Legislativa com sucesso, que viram muita coisa acontecer. Pra vocês todo o meu respeito e todo o meu carinho, parabéns. Tentarei ser breve, por conta do tempo, mas eu me recordo um fato que aconteceu: assim que nós perdemos a eleição de dois mil e doze eu ia pra minha casa naquela noite, eu presenciei um fato que naquele momento me entristeceu. Mas me deu força pra lutar e pra chegar até aqui. Quando eu passei em frente a Prefeitura eu vi estrelas pintadas no chão. As estrelas que deviam estar no céu estavam de baixo dos pés do povo. Me entristeceu muito. E na segunda-feira após a eleição de dois mil e doze, eu usei esta tribuna, se não está registrado na ata, mas está registrada em alguma gravação e algumas pessoas lembram. Quando eu usei a seguinte frase: "Espero que o caminho trilhado pelas estrelas não leve a perdição". E levou. Tanto é que o povo resolveu mudar. E a palavra que eu trago nesta noite é esperança. Que ainda não tinha, confesso pra vocês um discurso feito, pensado pra esta noite, mas ontem, pela infinita misericórdia do meu senhor, eu tive a revelação. A palavra Esperança. Não de esperar. Esperar por esperar Vereadora Silvana, mas de esperar, Pastor Marcelo, meu líder religioso. De acreditar, Vereador Célio, que nós vencemos, que somos capazes e que nós vamos mudar, por mais difícil que seja. Porque nós não podemos perder a esperança. Naquele momento em dois mil e doze, eu tive a certeza de que eu precisaria continuar na vida pública. E assim quis o povo, Eliane. Assim quis o Senhor Nosso Deus, em nos colocar aqui e eu juntamente com todos os onze Vereadores, mais o nosso Prefeito, o nosso Vice-Prefeito e toda a equipe que será formada. Eu estou aqui pra dizer pra vocês que o meu mandato é do povo. Lutarei com todas as forças, ser muito melhor do que já fui, trabalhar muito mais do que já trabalhei, neste meus vinte e um anos de vida pública. Trabalhando com a Assistência Social e com meus amados e queridos pescadores e pescadoras com quem eu faço reverência. Se estou aqui, foi a classe que me amparou, juntamente com o povo. Por eles, pra eles e por tudo que tem me feito, eu vou trabalhar e vou lutar a cada dia. Não tenho mais muito tempo, mas quero agradecer a cada um, os que eu conheço, os que ainda não conheço, mas com certeza, com este tempo estarei me aproximando. Muito obrigado por cada um de vocês. Desejo que o nosso mandato, senhores Vereadores, seja amigável, seja frutífero, seja interessante para o povo de Porto Belo, e unicamente para o povo de Porto Belo, não para nós, que em algum momento, Vereador Jonas, nós precisamos dar passos atrás, não pra pegar impulso que ninguém é avião, mas pra reconhecer que somos nada, e de nada viemos, porque viemos do pó. À ele toda honra e toda glória. Agradeço à todos, que Deus abençoe a todos e um feliz dois mil e dezessete. Segundo: Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini. Deu um boa noite à todos e à todas, faço das minhas palavras, as do meu colega Altino, aí parabenizando o Cacai e a Jovelina, por estes vinte e oito anos de trabalho nesta Casa Legislativa. Com certeza ajudando os Vereadores e ajudando o Município. Quero iniciar agradecendo à Deus, por ter dado esta honra de eu estar aqui, à minha família, minha esposa, minha filha, minhas irmãs, minha mãe, meu pai, que está com Deus com certeza, mas também está olhando, neste momento, por nós todos aqui e com certeza ele está junto de nós aí, e quer que nós, vereadores eleitos, Prefeito e Vice-Prefeito eleito façam deste Município uma coisa diferente, uma política diferente, uma política humana, direcionado mesmo às pessoas desse Município, que estão merecendo, com certeza. Quero agradecer à cada família, a cada casa que eu entrei e tive, assim, a honra das pessoas receberem, abrirem as portas pra gente debater, poder conversar sobre política, sobre mandato, sobre vereador, sobre Prefeito, sobre Vice-Prefeito e agente mostrar pra eles que a realidade podia acontecer. E graças à Deus este momento chegou, Altino. Professor Elias, Emerson, o mandato nosso chegou. A eleição passada eu perdi na idade pro Vereador Francisco Scottini, mas nada me entristeceu. Isso deu mais força pra que eu continuasse e hoje estou aqui, graças à Deus. E essas famílias, desde o Valongo, Sertão do Valongo até o Araçá que me apoiaram com certeza, peço perdão, por não ter tido tempo de ir em todas as casas, mas com certeza o meu coração entrou em todas. Então Altino, o meu coração eu faço o de cada um de nós nesse momento, por que nós temos que lutar pelo povo, fazer uma política diferente, nós sermos mais políticos, sermos mais humanos. Uma política humanista, uma política pra frente, direcionada pro povo. Um feliz dois mil e dezessete à todos de coração, do Vereador Bento. Tá, uma abraço à todos. Terceiro: Vereador – PMDB, Célio Roberto Ramos. Deu início ao seu pronunciamento desejando boa noite à todos e primeiramente eu quero agradecer à Deus, porque eu creio assim: tudo o que foi, aconteceu, foi permissão de Deus. Nada acontece sem ele permitir. Então estamos todos aqui esta noite assumindo uma cadeira do Legislativo porque Deus assim permitiu. E quero também mais uma vez desejar, ou agradecer a toda a minha família, que me apoiou, que nos deu suporte, que nos incentivou e que naquelas horas, e que nas horas boas, e também nas horas difíceis. Mas nas horas difíceis a gente teve a família e teve os amigos, isso que é importante. E estamos aqui porque queremos e temos vontade de ter uma Porto Belo melhor. E eu tenho certeza que se nós trabalharmos juntos, unidos, não só eu ganho, mas ganha toda Porto Belo. Ganha todo o povo de Porto Belo. Porque o que o povo quer é que cresça, o povo quer é que faça. O povo quer que o município tenha referência e sem dívida nenhuma. Eu estou crendo, acredito no Emerson, acredito no Elias e acredito nesta Câmara de Vereadores. Então quero deixar aqui à todos aqueles que colaboraram e que me ajudaram o meu agradecimento. Pastor Marcelo, que Deus abençoe, que é um líder religioso da Igreja a qual a gente se congrega e vejo aqui também a Damázia, a Simone que também me ajudaram muito, o Onésio e enfim, toda a minha família. Deus os abençoe grandemente e que tenhamos um dois mil e dezessete cheio das bênçãos do Senhor. Muito Obrigado. Quarto: Vereador – PMDB, Diogo dos Santos. Deu início ao seu pronunciamento, desejando boa noite a todos e a todas, quero cumprimentar o Presidente em exercício, Vereador Kiko, a Mesa Diretora, e que, ainda vai ser composta, os demais Vereadores já empossados, as autoridades aqui presentes, público presente, Vereador de Antônio Carlos, Felipe Schmitz, meu amigo, o Felipe, dezenove anos, Vereador mais jovem do estado de Santa Catarina, obrigado pela sua presença. Viviane, do PMDB de Braço do Norte, obrigado pela sua presença. Quero cumprimentar os funcionários desta Casa Legislativa, Jovelina e Cacai, que aproveito e parabenizo pelos vinte e oito anos de serviços prestados à esta Casa, e quero também aproveitar e pedir palmas para o Vereador reeleito Joel, que neste primeiro de janeiro completa mais um ano de vida, está. Quero cumprimentar nosso Prefeito e Vice-Prefeito empossado, Emerson Luciano Stein e Professor Elias Cabral, Primeira-Dama, Marla, Emerson amigo de partido, Elias ex-Vereador, meu professor, parabéns à vocês, aos Vereadores e eu quero aqui

agradecer esta oportunidade. Eu quero agradecer a responsabilidade a mim concedida, muito obrigada a cada um de vocês. Eu agradeço a minha família, a minha base que em todos esses anos vem me dando esse suporte. Muito obrigado meu pai, muito obrigado minha mãe, muito obrigado minha irmã. Quero cumprimentar aos meus familiares, os meus primos de outros estados que estão aqui presentes hoje. Meus primos lá de São Paulo, meu primo lá de Belém do Pará, que aqui se faz presente. Quero cumprimentar o Presidente do PMDB de Porto Belo, Sr. Meu amigo Ermandes Rodrigo da Costa, que aqui se encontra. Parabenizar e agradecer pelo trabalho feito em nosso PMDB municipal. Quero agradecer aos meus amigos, por todo esse apoio. Quero aqui citar o Rodrigo. Obrigado irmão, por todo esse apoio, Patrick, obrigado pela tua confiança. O Patrick que em dois mil e doze foi candidato junto comigo e em dois mil e dezesseis abriu mão disto e trabalhamos em um só conjunto em prol de nossa juventude que vai ser valorizada com certeza nesta administração. Quero aqui também cumprimentar a Jana, Miss Porto Belo que aqui também se faz presente, muito obrigado. Que vai nos representar, Prefeito Emerson, neste ano no Miss Santa Catarina Mundo, na cidade de Imbituba. Parabéns Jana. Enfim, quero agradecer a cada um de vocês que confiaram um voto de confiança na minha pessoa. Muito obrigada de coração, a cada voto, a cada apoio, a cada um de vocês que não puderam votar em minha pessoa, mas que torciam por mim e queriam sempre o meu melhor e eu vejo em cada um de vocês, que aqui tem muitas pessoas que pensavam assim e eu agradeço muito mesmo a cada um de vocês. Desde há muito tempo, aos dezesseis anos, lá em dois mil e sete, me filiei no PMDB e em seguida, tive a honra, por meio do Colégio Tiradentes participar do Parlamento jovem de Santa Catarina, sendo o Deputado Jovem, o qual o Professor Elias estava conosco e nos acompanhou naquele momento. Em dois mil e doze coloquei meu nome à disposição do partido e fui candidato nas eleições de dois mil e doze. Naquele momento faltou muito pouco, eu não tinha dezenove anos, mas tinha vinte e um anos e conquistei duzentos e quarenta e nove votos e fiquei como primeiro suplente. Aproveito também e cumprimentar os suplentes de Vereadores e os ex. Vereadores que aqui se encontram, bem como toda a equipe do novo governo que a partir de hoje administrará nossa cidade. O tempo é curto e só quero agradecer. Dois mil e doze passou, o tempo passou, me graduei e novamente coloquei meu nome à disposição de todos vocês como candidato à Vereador. Desta vez tive esta honra de ser o Vereador mais votado da história de Porto Belo com quinhentos e quarenta e cinco votos. Isso não me faz mais nada. Não sou mais do que ninguém por isso, mas eu tenho certeza que a minha responsabilidade é muito maior e vou honrar com muita ética, muita responsabilidade. Podem ter certeza disso. Contem com o vereador Diogo Santos. Contem comigo. Você que votou, você que não votou, me cobre. Me procurem sempre que precisar. Quando tiver dúvidas, me procurem, vamos conversar, nunca pense nada negativo a respeito do Vereador Diogo Santos sem antes vir conversar comigo, porque aqui vai ter muito trabalho. Podem ter certeza disso. Quero representar essa cidade com muito orgulho. Muito obrigado Porto Belo. Sempre em frente. Quinto: Vereador – PTB, Joel Orlando Lucinda. Deu início ao seu pronunciamento, desejou boa noite ao senhor Presidente em exercício, boa noite aos Senhores Vereadores, que tomaram posse, Senhoras Vereadoras que não tinha nesta Casa no mandato passado e ao Prefeito Empossado Emerson, ao Vice-Prefeito Elias, à toda a base do governo, onde vai administrar Porto Belo nestes próximos quatro anos. Também aqui agradecer a minha esposa, minha família, e eu só posso Prefeito, em nome dessa Casa, e até falando já deixo o Gabinete aberto aos Senhores Vereadores, e tanto ao Prefeito e ao Vice-Prefeito à disposição, o interesse do crescimento da cidade e do Município de Porto Belo. Eu peço aqui ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, que dê esse valor ao Poder Legislativo, o que não aconteceu neste últimos quatro anos. O Poder Legislativo de Porto Belo foi desprezado, não teve respeito. E nesta Casa hoje Senhor Prefeito, se for contar quantos votos esses onze Vereadores fizeram, é mais da metade do município de Porto Belo, tanto que merece respeito. E aqui, onde está a base do Município, onde está a base que está o dia a dia com o povo é o que o povo necessita, é pedido noventa e nove por cento para os Vereadores e é triste quando é pedido para o Vereador e não é resolvido. Então eu peço aqui com carinho e que dê respeito à esta Casa. E ao povo de Porto Belo, eu quero falar: estou fazendo hoje quarenta e cinco anos e graças à Deus vinte anos de vida pública com bastante sinceridade e tudo o que eu fiz na vida pública eu sempre penso em duas pessoas: é o meu pai, o Sr. Orlando, senhor com setenta e cinco anos, quarenta anos de vida no estaleiro de barcos no Bairro de Santa Luzia, nunca foi comentado sobre aquela pessoa. E o meu sogro, que não existe pessoa mais política na vida. Aquele que quando chega a campanha política, sai pelo município caminhando, fazendo pesquisa. Aquele lá é um homem político. Todo respeito que eu tenho e honestidade nessa minha vida pública, com quarenta e cinco anos de idade, me elegi com vinte e quatro anos. Por isso quero deixar aqui, meu Gabinete à disposição senhor Prefeito, tanto pra Prefeitura quanto pra comunidade de Porto Belo e pra todos os Senhores Vereadores. Porque aqui nesta Casa, um Vereador só não é nada. Nesta Casa são onze e os onze Vereadores tem que trabalhar unidos e ter o pensamento no Município de Porto Belo. O Município de Porto Belo precisa crescer, eu não preciso falar né. Toda a comunidade sabe da situação do Município de Porto Belo. Era só isso que eu queria deixar Senhor Prefeito. Muito Obrigado Senhor Presidente e uma boa noite à todos. Sexto: Vereador – PMDB, Jonas Amadeu Raulino. Boa noite Senhor Presidente, demais Vereadores. Quero Primeiramente agradecer à Deus, porque acima de tudo é ele. Só quem pode, é ele. Nós não somos nada. E segundo, agradecer à minha família, porque é a minha estrutura, é a minha força, é aqueles que na hora do desânimo está lá pra dar o ombro pra chorar, então minha família, respeito vocês grandemente e desejo tudo de bom pra vocês. Então eu digo pra vocês, quero cumprimentar o Pastor Marcelo Rosa e em nome do Pastor cumprimento todas as autoridades presentes e então dizer, ao nosso povo: quero parabenizar Cris, o nosso povo. O nosso povo nos põe aqui. Mas é o nosso povo que nos tira. E te digo também Cris, que vamos hoje poder ser recebido no Poder Executivo. Fico muito triste: há quatro anos que o nosso povo se encontra abandonado, há quatro anos que o Prefeito não responde esta tribuna, não responde Vereadores. Não sei se é porque ele tinha medo de algum Vereador, quero até dizer pro Ex-Prefeito, que agora já posso dizer Ex-Prefeito, que esta Casa é uma Casa de Lei, uma Casa de Respeito, uma Casa de homens que conquistaram, estão aqui porque conquistaram e digo assim, quantas vezes o nosso povo pediu pra nós levar no médico, com carros parados. Então eu digo pra vocês, quero agradecer novamente a todos, agradecer quem me elegeru, a cada voto, a cada casa que nos recebeu. Quero ser vereador de todos, não só de quem me elegeru. E de botar se for preciso Prefeito Emerson, eu botar a mão na obra pra essa cidade andar. Se for preciso, conte comigo prefeito. Conte comigo, como já me botei à disposição do Ex-Prefeito também. Então digo pra vocês, uma cidade se constrói em grupo não em panelas. Então eu digo pra vocês, Vereadores acabou a eleição, acabou a disputa, acabou os partidos. Nós, hoje, só temos um partido: o nosso Município, o nosso povo, que merece respeito que faz muito tempo que não tem respeito. Faz muito tempo, eu vou dar um exemplo aqui, quer a pessoa não deve estar aqui. Nós temos uma Casa de Apoio que se Chama Dona Izoete, bem próximo lá da casa da Cris. Ela faz voluntariamente, atende as crianças na casa dela. E simplesmente uma visita ao Ex-Prefeito, ela chegou lá, queria conversar com o Prefeito Evaldo e ele simplesmente mandou a Secretária dizer: "a senhora teria que falar com a assistente social". Olha a situação, Senhor Emerson, Prefeito da nossa cidade, eu tenho certeza Emerson, Prefeito é vinte e quatro horas, Prefeito tem que ter celular. Agora, semana passada faltou luz no Município Porto Belo todo, e eu estava ali no Posto de Saúde Central, funcionário queria fechar, não vão fechar. Ligamos para Secretário da Saúde, Diretor da Saúde a pessoa que era pra dar o suporte, o Prefeito, que não atendeu a população. Então pessoal, quero agradecer, desejar um feliz ano novo à todos um abraço forte em cada um e dizer conte comigo e posso dizer, acredito Vereador, conte conosco. Prefeito Emerson, Vice-Prefeito Elias e desejar um Feliz Ano Novo e que deus abençoe cada coração a cada família e digo "A ditadura em Porto Belo acabou". Sétimo: Vereador – PT, Jonatha Carlo Cabral. Deu início ao seu pronunciamento, primeiramente quero cumprimentar o Vereador Francisco Scottini, por presidir esta sessão, uma

sessão tão importante, histórica do nosso município, tão querido e amado que é Porto Belo. Cumprimentando o Francisco eu quero cumprimentar os demais colegas Vereadores, demais autoridades e Prefeito aqui eleito, Emerson Luciano Stein, quero cumprimentar o Vice-Prefeito eleito Elias Cabral, meu primo, cumprimentando eles, quero cumprimentar também minha família, em especial meu pai Laureci Cabral que foi a pessoa que me apoiou muito em minha campanha. Foi a pessoa que mais me ligou, que mais me convidava para fazer as visitas, eu quero desejar pra você pai, que trabalha há vinte e sete anos aqui na Câmara de Vereadores de Porto Belo, a minha eleição, a minha vitória é a tua vitória. Quero cumprimentar minha mãe, que bastante orou, para que eu tivesse sucesso nessa eleição, que teve muitos momentos que algumas pessoas falavam: "ele não faz trinta e nove votos", "ele não faz cem votos", e eu fiz trezentos e quarenta e cinco votos, e tenho muito orgulho destes votos que eu fiz. Cumprimentar minha esposa, que eu sei que não foi fácil pra ela, muitos momentos que eu fiquei ausente, o quanto que ela sofreu, eu peço desculpas. Quero cumprimentar meu irmão, minha cunhada, quero cumprimentar minha irmã Cassiane que está aqui, a mãe dela Edna, e cumprimento à todos e à todas e cada um que está aqui, familiares e amigos de cada Vereador aqui presente. Não posso esquecer, também, de falar, agradecer também, o meu coordenador de campanha, Estevão Bertemes Guerreiro-Maninho, que não pode estar aqui presente, que foi o Vereador que por oito anos trabalhou nesta Casa, com cento e três Projetos de Lei apresentados, noventa e três aprovados e duzentos e vinte e sete Emendas Parlamentares e cumprimentando o Estevão Bertemes Guerreiro eu quero cumprimentar toda a família Guerreiro, falar de todo o meu respeito e meu carinho que eu tenho por eles. Quero também, aqui cumprimentar a Presidente do Partido dos Trabalhadores, a Soraia, a Presidente do meu partido, que muitas vezes me incentivou pra ser candidato, quando nem eu mesmo acreditava que poderia ser. Quero te cumprimentar Soraia e te cumprimentando eu cumprimento todos os militantes do Partido dos Trabalhadores de Porto Belo. E concluindo os cumprimentos, eu desejo um Feliz Ano Novo pra cada um de vocês que estão aqui. Que dois mil e dezessete seja um ano de muita vitória, de muita alegria e de muita conquista. Que cada um de nós que estamos aqui, a gente possa ser mais fraterno e mais solidário com cada uma das pessoas. Falar da alegria de poder trabalhar por nossa cidade, agora como Vereador, fiscalizando e criando leis que possa beneficiar nossa gente e nosso povo, a nossa cidade. Quem me conhece sabe do meu esforço e dedicação, foi quando tive o privilégio de ter ocupado o cargo de Diretor de Educação Ambiental e Presidente da Fundação Municipal de Esportes, sempre respeitando cada centavo do dinheiro público e respeitando todos os servidores municipais deste município. Falar da campanha. Trezentos e quarenta e cinco votos de confiança na minha pessoa. Não conheço todos, porque sei que muitas pessoas votaram em mim a pedido de outros amigos. Prometo que não terão decepções com meu mandato. Vou trabalhar pelos quase vinte mil habitantes da cidade de Porto Belo. Ser Vereador atuante no esporte como junto com o executivo ajudei a criar a Lei do Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, onde esta Casa aprovou, onde vai ser um grande desafio Emerson, junto com o Secretário de Esporte, tirar esta Lei do papel, que eu acho que vai ser um avanço muito grande pro Esporte de Porto Belo. Quero fazer a política do bem, não a crítica pela crítica, a política de bem, ajudar meu município, o que está correto eu vou ajudar, o que eu não concordo, eu vou procurar saber porque não concordo. Este é meu ponto de vista. Criticar por criticar não adianta. Não é verdade? Concordam comigo pessoal? Eu não vou mais apresentar. Quero dar atenção à educação. Sou Professor de Artes. Quero dar atenção à saúde, porque também sou Técnico de Enfermagem e o que o nosso povo precisa. Sou neto de pescador e lutarei pela dragagem do Rio de Santa Luzia, quero dar atenção aos servidores públicos o qual cito meu pai e minha mãe e quero também, a partir do mês de março, abril, que foi uma das minhas propostas de campanha, que é o Gabinete Itinerante. A cada semana quero estar num bairro, numa rua diferente, onde eu quero ter um mandato popular, conversando com as pessoas, olhando no olho das pessoas. Desejo muita sabedoria ao Prefeito eleito e empossado, pois o Evaldo Guerreiro Filho foi o melhor político de Porto Belo, na minha opinião. Pra concluir, tudo o que tenho, foi Deus que me deu. Minha família, foi Deus que me deu. Meu mandato, foi Deus que me deu. E pra finalizar, Deus, não deixa de olhar por um filho seu. Isso é para aquele que falou que eu não fazia trinta e nove votos. É para aquele que apostou que eu não faria cem votos. Muito obrigado.

Oitavo: Vereador – PRB, Marcos Venicius Marques. Deu início ao seu pronunciamento, desejando boa noite a todos. Gostaria aqui de cumprimentar a Mesa. Eu gostaria de agradecer, de cumprimentar a Mesa e de cumprimentar a todos os presentes. Em primeiro lugar agradecer aos trezentos e sessenta e oito votos que foram me dados, ao voto de confiança. Gostaria de parabenizar o Cacaí e a Jovelina, Parabenizando eles pelo tempo de trabalho, parabenizando também todos os funcionários do Município, que são pessoas que tem papel muito importante para o Município. Gostaria de parabenizar aqui, nosso eleito Prefeito Emerson que, assim Emerson, eu acho que a gente tem que trabalhar em conjunto para o melhor do Município. Eu creio nisso, então, pode ter certeza que ninguém vai estar aqui pra puxar tapete. A gente vai estar aqui pra correr atrás, lutar pelo melhor. O que é certo é certo, o que é errado é errado. Finalizando desejo a todos um feliz dois mil e dezessete a todos, um forte abraço. Nono: Vereadora – PT, Rosaura de Oliveira Rodrigues. Deu início ao seu pronunciamento, desejando boa noite a todos, cumprimentando a Mesa, cumprimento à todos os presentes e quero dizer em primeiro lugar, primeiramente "Fora Temer". Fora todo e qualquer tipo de governo que usa de artifícios legais para ditatorialmente retirar direitos da população que o elegeu. Tira direito dos trabalhadores e das trabalhadoras que através de tributos o financia e que através da sua força de trabalho gera toda a riqueza deste país. Fora um governo que arquitetou e executou seu plano de golpe onde o momento legítimo de eleição é totalmente ignorado e que junto com seus financiadores de suas campanhas políticas afastam uma presidente sem provas. Fora Temer. Fora aqueles que usam a campanha midiática diária dos meios de comunicação fazendo com que pareça que todos nós, trabalhadores e trabalhadoras, é que somos culpados pela crise. E não somos. Digo a vocês que votam nesse país que tem consequências e abre precedentes para que se divirja até do processo eleitoral do qual todos nós estamos tomando posse hoje. Pois não basta o Tribunal Eleitoral, aprovar nossas contas, legitimar o processo eleitoral, nos diplomar, porque isso também ocorreu no Governo Federal. Temos que combater este absurdo e lutar contra o golpe sob pena de qualquer um de nós, eleitos em outubro e hoje empossados, também ser julgados e talvez condenados a perder esse mandato, sem provas. Digo isso, porque, participando desse processo eleitoral e aqui, eleita por ele, hoje ocupo papel de oposição na câmara. Atuarei como oposição democrática e nunca serei oposição aos interesses reais da população ou da sua maioria. Quero colaborar com as discussões de ideias, discutir projetos, o modo a operacionaliza-los, é isso que vamos discutir aqui colegas. Quero desejar aos novos gestores, Emerson e Elias, pelo bem da população de Porto Belo, inclusive minha e da família que eu aqui trouxe, há dezesseis anos morando aqui, um bom governo. Acredito em gestores que mantêm o que foi construído e que não usem a dificuldade de recursos para justificar uma ineficiência. Eu quero lembra-los que esta cidade vivenciei, no início da gestão do Evaldo e Giovanni graves problemas de financiamento, da última gestão. Mesmo assim, esta gestão que finda, e que findou ontem fez e executou o maior conjunto de obras em Porto Belo. Façam uma gestão, colegas, executiva, gestores, que represente mulheres, idosos, trabalhadores e trabalhadoras. Continuem a construir a participação popular em nossa cidade, consolidando o Orçamento Participativo e os Conselhos Municipais, como parceiros, mas que garantam financiamento, cronograma e equipe para que sim consigam trabalhar. Não esqueçam que esta cidade sabe agora o que é participar e não podemos achar que o povo não é legítimo e que não sabe suas necessidades. Um bom gestor não tem medo de ouvir, não se tranca em gabinetes e nem em reuniões com poucos. Pelo contrário, somos nós representantes, todos somos representantes, temos que ouvir. Eu ainda apelo pela democracia. E por fim, quero desejar para dois mil e dezessete muita saúde à todos. Mas saúde para mim está condicionada ao que diz a constituição, que aqui fizemos um juramento: "Saúde é direito de todos e dever do estado". Assim sendo, está

alicerçado em políticas econômicas e sociais que visem reduzir o risco de doenças, o acesso universal e transparente das ações de saúde, proteção, promoção. Saúde é muito mais que isso. É um conjunto de políticas públicas que busquem melhorar a qualidade de vida de todos e, não se pode escolher quem tem direito à saúde. Devemos pensar uma mudança do que chamamos saúde e para mim, para terminar, como diz Alexandre Padilha, Ex-Ministro de Saúde do Governo Dilma, "Saúde significa luta pela vida". E eu vou continuar usando meu tempo, enquanto a democracia valer neste país. Despeço-me agora, com as palavras de Alexandre Padilha, "Saúde significa luta pela vida". Então amigos, colegas, mesa, vamos, vida longa à todos nós, e vamos continuar lutando pela vida melhor de todos e todas. Não podemos escolher quem tem o privilégio à saúde. Muito obrigada. Décima: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler. Deu início ao seu pronunciamento, desejando uma boa noite à todos. Hoje é um dia de agradecimento? Quero dizer pra vocês um boa noite às Senhoras e Senhores, os nobres Vereadores, a nobre Vereadora, e a todas as autoridades presentes. Quero agradecer, primeiramente à Deus, por estar aqui, por ter me conduzido neste novo ciclo da minha vida. Que bastante foi, árduo chegar até aqui. Agradecer minha mãezinha Ivonete que se faz presente, obrigada pela educação que a senhora sempre deu pra gente. Agradecer minhas filhas, meus amores, Tati e Laís Stadler por cada palavra de consolo quando a mãe chegava em casa, ao meu marido Curru, muito obrigado. Muito obrigada mesmo por tudo que me ensinou na vida política. Meu muito obrigada à minha sogra, minha cunhada, meus cunhados que sempre fazem parte da minha vida, aos meus amigos, todos, à toda a equipe que ajudou a chegar até aqui, à todos companheiros, todo mundo que estava engajado na minha campanha, muito obrigada. Quero especialmente em nome do Emerson agradecer as maiores autoridades presentes neste nesta Casa, que é o povo de Porto Belo. Que bota, que tira a gente do poder. Muito obrigada pelos quatrocentos e vinte e dois votos que a mim foram confiados e podem ter certeza, quero ser sim a voz de vocês e vou ser e quero representa-los com muito orgulho. Sei da minha capacidade de estar aqui representando vocês, também sei dos meus deveres com esta Casa. Quero dizer Prefeito Emerson, conte comigo. Povo de Porto Belo, conte sempre com a Silvana em todas as áreas que precisar. Amigos Vereadores, peço pra que essa Casa, sim, trabalhe em favor do povo de Porto Belo que precisa e também peço pra que a gente, sim, faça um bom governo neste dois mil e dezessete e que gente volte a fazer a população de Porto Belo sorrir, que viveu triste por muitos anos, há quatro anos que eu não vejo o povo sorrir. Convido ao povo de Porto Belo que quer realmente uma cidade feliz pra se viver que faça junto com nós e reconstruir o nosso Porto Belo que está acabado. Muito obrigado. Boa noite. Décimo Primeiro: o Vereador – PP, Francisco Scottini, convidou o Vereador Joel Orlando Lucinda para assumir a Presidência em exercício para fazer o uso da palavra. Deu início ao seu pronunciamento, desejando boa noite ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Mesa Diretora, público presente, Pastor, assim eu me estendo à todas as autoridades, em especial pra minha amiga Eliana. Gente, a minha palavra de hoje, primeiro à Deus e o perdão. Se não perdoar ninguém é perdoado. Nós, eu não sou nativo, mas sou adotivo, amo Porto Belo. Minha família, tenho só minha esposa e meu menino. Ela não participa e não gosta de política, e só tenho a agradecer o povo de Porto Belo que me adotaram e eu sei que me ama, porque é a segunda gestão que eu estou aqui. Só tenho a agradecer. A minha esposa não está junto a mim nesta Casa, pouca gente sabe, eu tenho minha sogra, ela é filha única, acamada. No primeiro dia que eu assumi a Casa aqui na outra gestão, minha sogra deu dois AVC's e ficou acamada e está lá até hoje. Eu carrego o mesmo fardo que a Dona Jovelina carrega, tem a mãezinha lá e tem que ter alguém pra cuidar. Graças à Deus a minha esposa é filha única e eu posso ajudar a gente com isso. Então, a minha família é o pessoal de Porto Belo, povo que eu amo. Independente, um gosta mais, um menos, e vai. A divergência existe. Eu só vou pedir uma coisa, pra gente ter um pouquinho de cuidado e sabedoria, quem não tem busca que Deus dá, por causa desta guerrinha de sigla política. Vamos respeitar cada um no seu quadrado. É simples. Imagina só se existisse só uma sigla, não tinha gosto. Eu perdo todos os meus adversários porque os que não são adversários eu não preciso perdoar, eles me amam. Nós vamos ter que ter cuidado, sabedoria. O município não é fácil. Nós todos, sei lá eu gostaria. Quer dizer quero ter conhecimento, entendimento e dar conta, planejamento, e nós temos que estar ajudando o Emerson e Elias. Como eu, graças à Deus, fiz a minha parte, tive os quatro anos ao lado do Evaldo, ajudando ele, independente de sigla partidária. O Evaldo, no Perequê ele fez algumas coisas. Nós temos avenida, nós temos ciclovias, temos algumas praças. Então o respeito tem que ser dado a quem merece. Eu só tenho a agradecer por Porto Belo, todos meus eleitores. Como diz: eu vou sempre bem no limite. Eu só faço minha pequena parte, a outra parte é o povo que faz. E é Deus no comando, claro. Quero parabenizar a Jovelina, Cacaí e novos vereadores, vocês, alguns já sabem, alguns não. Pode chegar nesses funcionários que eles são eficiente e trabalham correto. Eles entendem e eles transmitem pra nós tudo. O pouco que eu sei eu aprendi com eles. Não aprendi mais porque eu não fui buscar também. Se buscar tu aprende. E eu estou aí pra dizer, também parabenizar o Vereador Joel Orlando Lucinda pelo seu aniversário. O Joel tem um grande respeito da minha pessoa, porque ele está há cinco mandatos, que muita gente quer, mas não é todos que conseguem. Então, ele tem um monte de respeito comigo e com muitas pessoas de Porto Belo. E o Emerson e o Elias, eu vou estar aí, trabalhando, dentro do que eu posso, ajudando, e nunca atrapalhando, claro. Que a gente tem que ter o cuidado, que tem gente que não ajuda mas atrapalha. E o Kiko está aí com muita vontade e com muito amor no coração pode ter certeza e independente de, minha sigla pra mim acabou agora, que agora nós temos que mirar para o bem do município. Nós gostamos, amamos Porto Belo, então vamos trabalhar para Porto Belo. E não tem mais o que fazer. E pensar, " ah mais não existe mais o outro". Existe só o amor a Porto Belo, que nós todos estamos aqui, e nós amamos e nós gostamos de Porto Belo do jeito que ele é. Claro, a tendência é sempre melhorar. Mas se tem um buraco, não interessa, nós gostamos dele porque ele é assim, porque ele é bom. A qualidade de vida que nós temos aqui, não é qualquer cidade, qualquer lugar que tem lá este mar bonito, este ar que nós respiramos. Muito obrigado, boa noite a todos, um feliz dois mil e dezessete, que Deus guarde o coração e casa de cada um de vocês. Obrigado. Concluído os pronunciamentos dos Senhores Vereadores, ato contínuo o Senhor Presidente em exercício, Vereador Francisco Scottini convidou o Vice-Prefeito Municipal, Ilmo. Sr. Elias Cabral para fazer seu discurso na tribuna pelo tempo de cinco minutos. Deu início ao seu pronunciamento, desenhando uma boa noite à todos e à todas. Eu gostaria de iniciar o meu discurso nesta noite saudando a Mesa Diretora para esta Sessão Solene, cumprimentar meu amigo, parceiro, não só de campanha, mas de longas datas, já desde a época do ensino médio, o qual nós formamos juntos, o Emerson, nosso Prefeito Eleito, os Vereadores e Vereadoras eleitos e reeleitos, todas as autoridades civis. Em nome do meu Pastor -Presidente, Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Pastor Marcelo, cumprimentar todas as autoridades religiosas, muito obrigado Pastor, pelas orações. Cumprimentar a imprensa que se faz presente, os líderes comunitários, a nossa equipe de Governo, composta para o próximo mandato, funcionários desta Casa Legislativa. No nome do Cacaí, gentilmente, o Marcos Antônio Santiago e da Jovelina, os quais completam vinte e oito anos de serviços prestados à esta Casa e à comunidade e, ao Laureci que ano que vem, completa também seus vinte e oito anos. Todos os funcionários públicos, concursados e contratados. Um abraço especial à minha família que se faz presente. Gostaria muito de ter meu pai, minha mãe hoje aqui, mas as circunstâncias da vida já os levaram. Meus amigos, minhas amigas, comunidade de Porto Belo e à esta Casa Legislativa, a qual hoje, depois de dois mandatos, eu me despeço. Hoje, iniciamos um novo ciclo em nossa vida. Um ciclo que para alcançarmos percorremos muitos caminhos. Vivo este momento com alegria, mas sem desmembramento. Vivo este momento com entusiasmo, mas sem falsas ilusões. Vivo este momento com muita confiança, mas sem soberba. E, ainda, não posso negar, com as naturais preocupações que toda pessoa responsável deve ter diante dos desafios e dos caminhos que ainda não foram trilhados. Um garoto, nascido em um bairro humilde, filho de um pescador e de uma merendeira escolar, que foi crescendo, buscando seu espaço, tornou-se um professor

nesta cidade, vereador por dois mandatos, e, hoje pela graça e misericórdia e vontade de Deus, Eleito Vice-Prefeito de nossa cidade. Por isso agradeço imensamente à Deus, por nos ter dado forças, sabedoria para chegarmos até aqui, pois não foi fácil. Agradecer ao povo de Porto Belo, que sempre me tratou com muito carinho. O povo de Porto Belo que sempre me tratou com muito respeito e que após terem me confiado estes dois mandatos, nesta Casa Legislativa, me honram com o mandato de Vice-Prefeito, ao lado do meu amigo, parceiro, Emerson Luciano Stein. O povo espera, meu parceiro Emerson, o povo espera muito de nós. Espera que contemos a história nos próximos quatro anos, parceiro, e que esta história transforme para melhor a vida das pessoas que aqui vivem e aqui nos visitam. Os desafios são grandes Emerson e estão visíveis aí para todos verem. Por isso, temos de imprimir a nossa marca e com muito, mas muito trabalho Emerson, superar todos estes desafios. E tenho certeza que vamos superar. Façamos o que de melhor este povo espera de nós e com uma atuação comprometida, pois somos muito mais do que contar uma história. Possamos, enfim, iniciar uma mudança na atuação do político para que possamos provarmos, neste momento tão difícil da política nacional, que os políticos não são todos iguais, Vereador Altino. Nossa atuação, nosso parceiro Emerson, não pode ser unilateral. A nossa atuação Prefeito, tem que estar pautada no diálogo e principalmente no respeito para com o povo que os confiou esta função, respeito. Aos nossos, quase cinco mil eleitores, o nosso muito obrigado, de coração. No entanto, a partir de hoje, nosso governo não deve ser, Prefeito Emerson, somente para os, quase, cinco mil eleitores. Mas para todos os cidadãos e cidadãs desta linda cidade de Porto Belo. Aos nossos colaboradores de campanha, em nome da Cris, do Ermandes, e à todos os colaboradores da Coligação Porto Belo Merece Mais o meu muito, mas muito obrigado mesmo. Nós só chegamos aonde chegamos, porque nós tivemos base e apoio, Vereadora Silvana. Somos sabedores que este cargo é transitório. Ele não é nosso. Ele foi dado pelo povo. Por isso vamos exercê-lo, nobres colegas Vereadores desta Casa e Vereadoras, Prefeito Emerson, com muita ética, com muito zelo, com muito respeito e principalmente, com muita sabedoria. Como Vice-Prefeito eleito, estarei ao seu lado meu parceiro Emerson. Ajudá-lo naquilo que for preciso, auxiliá-lo no que for necessário e substituí-lo que não puder se fazer presente. Terás um parceiro meu amigo. Posso servir como mediador entre a administração e o povo, entre a administração e esta Casa Legislativa, a qual tive honra de estar aqui por dois mandatos. Vamos à luta parceiro. Não somos os senhores do nosso próprio destino. Façamos por merecer esta honrosa história e esta honrosa tarefa a nós confiada. Que Deus ilumine à todos. Que Deus abençoe a nossa linda cidade de Porto Belo. Que Deus abençoe a todos os governantes desta cidade, Poder Executivo e Poder Legislativo. O meu muito obrigado e encerro dizendo "Contem com o Professor Elias". Muito obrigado. Após o Senhor Presidente em exercício, convidou o Prefeito do Município de Porto Belo, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein, para fazer seu discurso na tribuna. Desejou uma boa noite à todos e à todas. Em nome de minha esposa Marla, quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes. Cumprimentar o Presidente Francisco Scottini, Kiko, a Mesa Diretora, Vereador Altino, Vereador Joel Orlando Lucinda, que hoje completa quarenta e cinco anos de idade, meu sincero respeito e te dizer que hoje, um Vereador conquistar seis mandatos, não é da noite pro dia. É com muito trabalho, e te dizer que tenha muito sucesso na tua caminhada, assim como desejo também sucesso aos Vereadores: Jonas, Diogo, Célio, Bento, Altino, Kiko, Jonatha, Marquinhos, Dra. Rosaura, e Silvana Stadler. Que vocês sejam as vozes da comunidade, as vozes do povo, que podem ter a certeza que o Prefeito Emerson e o Professor Elias estarão sempre de portas abertas pra todos vocês. E também estaremos sempre presente na Câmara assim que possível. Tenha certeza disso. Cumprimentar esta Casa Legislativa, onde também fui Vereador. Cumprimentar através dos funcionários, nossa amiga Jovelina, Cacai, Laureci, Fabinho, todos aqueles que aqui representam esta Casa Legislativa. Por isso que eu te digo, Vereador Kiko e demais Vereadores, nós sabemos o que o Vereador sofre. Nós fizemos parte da Casa Legislativa. Fomos Vereadores. E vocês são a linha de frente, por isso terão sempre o respeito desta administração. Vocês podem ter certeza disso. Cumprimentar o Vereador que aqui estava Felipe Schmitz, que aqui esteve, a nossa rainha de Porto Belo, Pastor Marcelo, que representa aqui a autoridades eclesiais. Cumprimentar aqui e agradecer a presença do nosso Presidente Estadual do PMDB que aqui se encontra, Deputado federal Mauro Mariani. É uma honra tê-lo aqui presente Deputado, isto representa muito para a nossa administração e para os Vereadores e população. Porque são muitos de vocês que vão nos socorrer em Brasília e no Governo do Estado. Agradeço de coração. Hoje, primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, até aqui, um dos dias mais importantes de minha vida. Quero agradecer à Deus por nos dar saúde e direção e à Nossa Senhora Aparecida pela proteção. Na administração pública fui Secretário Municipal em dois mil e um e dois mil e dois e candidato pela primeira vez a Vice-Prefeito em dois mil e quatro. Não desistindo, fui Vereador, um dos mais votados em dois mil e oito, onde fui Presidente desta Casa Legislativa em dois mil e nove. Em dois mil e doze, fui novamente candidato a Vice-Prefeito, não obtendo êxito. Realmente. Não era para o Emerson ser Vice-Prefeito. Era para o Emerson ser Prefeito. Continuei meu trabalho, no que mais gostava de fazer e o que eu mais gosto de fazer. Atender, cuidar das pessoas, estar próximo delas. E assim fizemos durante muitos anos. E tenho uma testemunha, dentro de casa, de tudo isso. Quero destacar pessoas importantes que neste momento de felicidade que fizeram de tudo para que eu estivesse hoje. A você meu pai, que muitas vezes me deu conselhos, muitas vezes brigamos, discutimos, mas era pensando em um futuro melhor para nossa cidade. Sei do seu orgulho e da felicidade de neste momento ter seu filho sendo empossado Prefeito de Porto Belo. A oportunidade que você não teve e tenho certeza que você teria muito a contribuir com a nossa cidade. Não vou te decepcionar. Meus irmãos sempre ao nosso lado, nos dando aquele suporte, aquele amparo, meus cunhados, minhas cunhadas. Minha mãezinha querida que ali está e que muitas vezes eu corria pra casa dela buscando um amparo no ombro, do sofrimento que tínhamos. E ela dizia "Não esquenta. Não dá bola. O que eles dizem e o que eles falam um dia cairá por terra". Você tinha razão. Meus sogros, Dona Marlene e Senhor Augusto, que também me ampararam muitas vezes em momentos tristes e que diziam "Segue em frente. Hoje eu vou fazer um bolinho de banana pra te alegrar". E aí eu chegava lá e tinha o bolinho de banana. Aos amigos do PMDB, da Executiva do Partido, diretório, dos filiados, liderado pelo meu parceiro e amigo que aprendi admirar, Ermandes Rodrigues da Costa. Que mostrou responsabilidade, comprometimento com o nosso projeto. Amigo de todas as horas Jefferson Otto, que as vezes era bravo, brigava, batia na mesa, quebrava a mesa, mas ele queria que o PMDB sempre tivesse candidato próprio. Leandro Moreira incansável nas articulações, Eliana Mendes, presidente do PSD. Primeiro partido a acreditar e abraçar o nosso projeto. Quando eu estava naquele canto da tua cozinha e você me deu aquela Nossa Senhora eu passei a acreditar muito na nossa eleição. Quando todos estavam de costas para o nosso projeto. Obrigado. Amigo Gargano, que esta presente nesta Casa, que com um telefonema mudou a história. Que algumas decisões que pode ter certeza, a história da eleição de Porto Belo e nos confiou também esta oportunidade. Gesto que não irei esquecer, muito obrigado parceiro Gargano. Vereador Jonas Amadeu, que muitas desavenças tivemos no partido, isso faz parte da democracia. É assim que se vive na democracia do País, da Cidade, no Estado, nos partidos políticos. Foi meu Vice-Prefeito por alguns dias, te agradeço, porque também foi importante para que hoje estivéssemos aqui neste momento. À nossa Coligação Porto Belo Merece Mais. Não tínhamos marqueteiros, não tínhamos articuladores, não tínhamos coordenadores, éramos nós mesmos. Eu, Professor Elias, a Cris, o Ermandes, o Josi, o Eder, outros parceiros, outros amigos. A Ana. Nossa fotógrafa, corria pra lá e pra cá. A Zena, todas as pessoas, os nossos advogados, José Almiro, Contador, os Vereadores nossos da coligação, pessoas importantes que fazem parte desta história. Que abraçaram este projeto. Pensamos, Deputado Mauro Mariani, simplesmente no bem comum. A gratidão será eterna, no dia a dia conhecemos novos amigos, tenho outro que não poderia deixar de citar, que nos conduziu, Professor Elias, por muitos dias por estas cidade, que nos fez alegres nos momentos mais difíceis da campanha, que contava piada, que rodava conosco pela cidade, Neni Zandonai, muito obrigado meu amigo,

aquele abraço pra ti. Meu Vice-Prefeito Professor Elias, grande amigo, parceiro, incontestável, que acreditou que poderíamos fazer a diferença, fazer diferente, fazer o melhor para o nosso povo e nossa cidade, que merece ser tratado com carinho e respeito. Eu tenho a certeza da sua contribuição para a nossa cidade e serão os quatro anos que o Emerson e o Professor Elias trabalharão pela nossa cidade e pelo nosso povo. Você será muito importante, tenha certeza que será um Vice atuante e é pra isso que nós nos coligamos, para trabalhar pela nossa cidade. Eu tenho certeza que você será esta pessoa que trabalhará junto conosco na administração vinte e quatro horas por dia. O processo político passou. A partir de hoje nosso partido e coligação se chama Porto Belo. Nossa equipe de colaboradores, que aqui muitos se fazem presentes, e agradeço desde já, que aceitaram este desafio para conosco, está sendo montada com comprometimento e muito trabalho, Marquinhos. Seriedade, ética, honestidade e transparência com a coisa pública. Eu sei que vocês vão cobrar isso na Câmara de Vereadores e tenham a certeza desta administração de Emerson e Professor Elias. Portal de transparência que seja transparente. Que trabalharemos com harmonia com os Poderes Legislativo e Judiciário, aqui constituídos. O momento é difícil, mas juntos vamos superá-los. O país passa por um momento difícil e como o Professor Elias disse: "É momento e hora de nós dizermos chega. Chega de corrupção". Chega do povo sofrer e sofrer, como sofreu. Para isso contamos com a compreensão de todos. Não vamos trabalhar, e o povo pode ter certeza disso, com mentiras e inventando números irreais para nossa população. Trabalharemos com ética, com responsabilidade, valorizando também nossos funcionários públicos. Aquele que dá o sangue no seu dia a dia, é na coleta de lixo, é na sala de aula, é no posto de saúde, é na administração direta que com tristeza presenciamos no final desta administração pessoas correndo atrás de um caminhão de lixo, uma pessoa, porque os outros não foram porque não receberam a hora extra. Honrem seus compromissos gestores públicos. Gestor público tem que honrar seus compromissos do início ao fim do mandato. É pra isso que estamos nos dispondo, e honrar nossos compromissos com aqueles que são fornecedores para o nosso município. Também vamos buscar investimentos importantes para o nosso município, cuidando do nosso meio ambiente que tanto precisa. Vimos que Porto Belo não avançou muito, em muitas áreas e é o que vemos quando as chuvas chegam em Porto Belo, que as pessoas tem as casa invadidas pelas águas. Vamos trabalhar muito, já a partir da próxima noite, Professor Elias, não pararemos para deixar nossa cidade limpa e agradável para nossos moradores e visitantes. Quando vinha no caminho, eu e minha esposa Marla viemos analisando e olhando a nossa cidade. Todos os prefeitos que passar pela nossa cidade, Vereador Jonatha, tem que servir de exemplo para aquele que entra. Uma cidade como Porto Belo, turística, você passa pela avenida que não foi terminada, você passa pela praça que não foi terminada, você passa pelos cestos de lixo que estão abarrotados de lixo, são professores, hoje, contratados nas creches, desistindo, contra partida que não foi paga para as empresas, obras paradas desde julho. Mas aí, não precisa mentir para o povo, tem que dizer a verdade. Nossa transição foi um engano, nós soubemos hoje quanto a Prefeitura tem em caixa pela internet. Escrever, aceita tudo. Eu também poderia colocar lá muitas coisas. Mas vamos mostrar pro povo como é ter responsabilidade nos próximos dias, a verdade. Se tiver o dinheiro lá em caixa, se tiver na conta nós vamos mostrar sim. Agora, não precisa dizer que tem em caixa os investimentos que não vieram. O dinheiro que não veio. Isto é responsabilidade. E é isto que nós queremos implantar a partir de amanhã. De hoje. Não seremos negligentes. Saúde precisa de responsabilidade também. O povo precisa ser tratado com carinho. Na educação na assistência social, no esporte, no turismo, todas as áreas, com responsabilidade. Quero deixar meu imenso amor e carinho ao povo de Porto Belo que nos confiou, também, este momento. À você minha esposa Marla, dedico tudo isto, esta felicidade, este momento, que sempre, a pessoas que sempre esteve ao meu lado, que nunca me deixou desistir deste sonho de poder trabalhar por vocês. Foi compreensiva, guerreira, que deixou de lado muitos momentos de sua vida para estar junto. Conseguimos, agora é mostrar que é possível e você sabe que vamos mostrar com muito trabalho, com muita dedicação, estar junto do povo, estar junto de vocês Vereadores. Porto Belo, és o nosso coração, uma das cidades mais lindas da nação. Porto Belo merece respeito. Porto Belo merece os moradores com o sorriso no rosto. Porto Belo é uma cidade que merece muito mais. Porto Belo muito obrigado. Que deus proteja e ilumine a todos. Agradeço de coração os quatro mil novecentos e quarenta e quatro votos. Vamos honrar junto com os vinte mil habitantes de Porto Belo cada voto a nós depositado. Sei que temos um desafio dos outros que não votaram, a quem teremos que mostrar a eles que nossa forma de governo será realmente para as pessoas. Imunizar nossa cidade, deixar ela linda pra receber a todos. Temos oitocentos e vinte e sete para mostrar que realmente merecemos estar lá. Um dois mil e dezessete de muita saúde, muita paz, novas realizações, forte abraço e fique com Deus. Muito obrigado. Em seguida o Deputado Federal Mauro Mariani fez uso da palavra na tribuna, parabenizando e desejando sucesso aos Vereadores, Vereadoras, Vice-Prefeito e Prefeito empossados. Terminado o pronunciamento do Vice-Prefeito e do Prefeito do Município de Porto Belo, o Senhor Presidente em exercício Vereador Francisco Scottini, conforme prescreve o § 5º e 5º A do artigo 6º do regimento interno e § 5º do artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo declarou suspensa a Sessão Solene por trinta minutos a fim de que seja procedida a eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018, com a apresentação das chapas concorrentes e as confecções das cédulas de votação. Ato contínuo, de posse as Chapas e as Cédulas Eleitorais, o Senhor Presidente em Exercício Vereador Francisco Scottini declarou reaberta a Sessão Solene, onde convidou o Diretor de Secretaria deste Poder Legislativo Municipal, Sr. Marcos Antônio Santiago para fazer a leitura da respectiva chapa que foi protocolada na Secretaria desta Casa, sendo apresentada Chapa Única, Porto Belo Merece Mais, compostas pelos seguintes Membros: Presidente: Vereador – PTB, Joel Orlando Lucinda, Vice-Presidente: Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini; Primeiro Secretário: Vereador - PSD, Altino Torquato dos Santos Junior e Segundo Secretário: Vereador – PMDB, Diogo dos Santos. Ato seguinte, o Senhor Presidente em exercício Francisco Scottini procedeu o início da votação para Eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018, na qual após verificar-se as cédulas e que a urna estava vazia, chamou individualmente os Senhores Vereadores para depositar seu voto na urna, sendo que após a votação dos Vereadores, o Presidente em exercício Francisco Scottini convidou o Primeiro Secretário Joel Orlando Lucinda para assumir interinamente a Presidência para que eu Francisco Scottini possa exercer seu voto, sendo que no momento da votação cada Vereador manifestou-se verbalmente o seu voto, onde oito Vereadores votaram a favor da Chapa Única denominada "Porto Belo Merece Mais", sendo três Vereadores: Jonatha Carlo Cabral, Marcos Venicius Marques e Rosaura de Oliveira Rodrigues abstiveram da votação da Chapa Única da Eleição da Mesa Diretora. Ato seguinte, terminada a votação, o Senhor Presidente em exercício Francisco Scottini, declarou Eleita e Empossada a Nova Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018, constituída pelos os seguintes Membros: Na Presidência o Vereador – PTB, Joel Orlando Lucinda, Na Vice-Presidência o Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini, Primeiro Secretário: Vereador – PSD, Altino Torquato dos Santos Junior e Segundo Secretário: Vereador – PMDB, Diogo dos Santos. Ato seguinte, o Senhor Presidente em exercício Francisco Scottini convidou o Presidente Eleito Ilmo. Sr. Joel Orlando Lucinda para proferir seu discurso na tribuna. Na Tribuna o Presidente Eleito falou do fundo do coração agradecendo os senhores Vereadores que confiaram ao Vereador Joel Orlando Lucinda à Presidência da Mesa Diretora, para o Biênio 2017/2020, tanto quando os Senhores Vereadores que se abstiveram da votação. Nós, aqui, somos uma família. Agora é união e vamos trabalhar. Eu, graças à Deus, tenho experiência na Presidência, já fui Presidente em dois mil e três e dois mil e quatro. Fui Presidente em dois mil e dez. e quero deixar para os Senhores Vereadores, não é só a Mesa Diretora Eleita. Todos os Vereadores tem, totalmente, liberação nessa Casa, junto aos funcionários. Não estou aqui para perseguir nenhum lado político nem partidário. Eu estou na Presidência com a Mesa Diretora, a qual eu vou conversar muito, é para ajudar o Município de Porto Belo. É o que precisa agora. Que nós temos que nos unir pra deixar Porto Belo crescer. É isso que eu estou na Presidência da Casa, que eu fui Candidato à Presidente.

[illegible]

Joel Orlando Lucinda
Presidente

Altino T. dos Santos Junior
1º Secretário

Diogo dos Santos
2º Secretário

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA Nº 008/2017 - RH

PORTARIA Nº 008, de 02 de janeiro de 2017.

Conceder função gratificada, como Responsável pela Pagadoria

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Pagadoria de 30% (trinta por cento), a servidora efetiva LUANA BERTON, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 18/2017

PORTARIA Nº 18/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora GILMARA FATIMA CORDEIRO, investida no cargo de carreira de Agente Legislativo 15 (quinze) dias de férias regulamentares, adquiridas no período aquisitivo de 17/06/2015 à 16/06/2016 a serem gozadas no período de 12/01/2017 à 26/01/2017 em conformidade com o insculpido no Artigo 24 da Lei Municipal nº 3.048/2005 de 13 de abril de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 09 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	
Presidente	

Pouso Redondo

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

ATO 008/2016

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
DO EDITAL Nº 001/2016 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL, de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica divulgado no anexo I deste ato, a Classificação Preliminar dos Candidatos ao Processo Seletivo 001/2016, em ordem decrescente de nota final.

2. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos dias 11 e 12 de janeiro de 2017, conforme edital.

Pouso Redondo, 10 de janeiro de 2017

Oscar Gutz

Prefeita Municipal

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Legenda:

CB – Conhecimentos Básicos

CE – Conhecimentos Específicos

TA – Total de Acertos

NF - Nota Final

NPE- Nota da Prova Escrita

NPT- Nota de Títulos

Agente de Organização Escolar Ensino Médio												
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Situa- ção		
1	493515	09/01/1984	Daiane Alves Da Luz Correa	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Apro- vado		
2	501155	17/11/1985	Francine Hoffmann	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Apro- vado		
3	502646	09/06/1999	Patrik Butzke	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Apro- vado		
4	502685	14/10/1962	Ester Sebold	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Apro- vado		
5	492487	22/05/1996	Elaine Cristina Da Silva	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Apro- vado		
6	500350	20/03/1990	Adriane Giselle Baasch	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Apro- vado		
7	495184	29/05/1995	Maiara Iglkowski Manerich	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Apro- vado		
8	502644	26/05/1999	Daniela Franzoi	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Apro- vado		
9	498572	06/10/2000	Maria Cherpers Holanda	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Apro- vado		
10	495652	28/12/1998	Danielli Andrade	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Apro- vado		
11	495130	17/08/1990	Elisiane Maciel	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Apro- vado		
12	499211	19/07/1998	Monica Ines Schlosser	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Apro- vado		
13	501594	09/05/1992	Adriano Do Nascimento	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Apro- vado		
14	495275	29/10/1994	Debora Solidario Linhares	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Apro- vado		
15	500455	23/07/1991	Tamara Cristina Vanzelli De Franca	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Apro- vado		

16	493456	30/06/1988	Joao Fernando Mateus De Sousa	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Apro- vado		
17	497039	08/03/1996	Ricardo Antonio Berto	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Apro- vado		
18	494751	17/11/1986	Josiane Eyng Licheski	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Apro- vado		
19	493951	27/01/1990	Diego Rafael Manchein	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Apro- vado		
20	500577	19/08/1996	Joice Mara De Andrade	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Apro- vado		
21	497524	05/02/2000	Rafael Vieira	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Apro- vado		
22	500679	26/12/1998	Sthefani Cristofolini Lopes Fortes	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Apro- vado		
23	503044	25/09/1992	Kauana Kasminie Bertoldi	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Apro- vado		
24	500313	16/08/1998	Igor Bini	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Apro- vado		
25	494015	13/11/2000	Natalia Miranda Constantino	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Apro- vado		
26	493443	28/01/1998	Fabiana Aparecida Lopes Dos Santos	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Apro- vado		
27	495325	03/12/1990	Aline Nunes De Aquino Cardoso	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Apro- vado		
28	500707	10/08/1992	Jessica Julia Martins	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Apro- vado		
29	498569	01/03/1977	Zenita Cherpers	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Apro- vado		
30	498401	12/06/1998	Juliana Cachoeira	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Apro- vado		
31	501721	28/12/1993	Francine Soares Fioravante	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Apro- vado		
32	496594	03/02/1998	Maria Eduarda Poleza	0	0,00	7	3,50	7	3,50	Apro- vado		
33	498791	14/07/1997	Angelica Aparecida Jesuino Sardo	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Apro- vado		
34	496504	27/07/1999	Daniela Grocinotti	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Apro- vado		
35	496272	07/07/1999	Cristiane Da Silva Porto	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Apro- vado		
36	502845	11/05/1999	Renata Freitas	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Apro- vado		
37	494040	28/10/1999	Marceli Souza	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Apro- vado		
38	491477	25/05/1995	Luana Camargo	4	1,00	3	1,50	7	2,50	Apro- vado		
39	495229	11/06/2000	Ricardo Da Silva	2	0,50	2	1,00	4	1,50	Apro- vado		
	491698	19/10/1999	Bruna Beletti	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	502387	03/07/1998	Bruna Pereira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	499759	25/05/1997	Bruno Mohr	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	502431	20/09/1994	Carlos Afonso Feldhaus Filho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	502828	16/02/1991	Itamara Da Silveira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	499249	26/09/1997	Jaqueline Xavier	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	493061	26/05/1983	Jozeli Dos Anjos Bonassa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	500557	01/03/1997	Liandro Kramel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	494958	14/03/1987	Maridiane Braga	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		

	496992	19/05/1991	Patricia Silva Natel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	493118	11/04/1991	Suellen Marquez De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
Agente de Serviços Gerais Ensino Fundamental												
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Situa- ção		
1	499855	15/12/1989	Amanda De Fatima Prado Da Luz	8	3,20	10	6,00	18	9,20	Apro- vado		
2	499444	14/10/1972	Eliane Boll Dobrantz	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Apro- vado		
3	500876	14/08/1996	Tais Carolina Elias	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Apro- vado		
4	493409	17/07/1962	Marilde Aparecida Pereira Goncal- ves	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Apro- vado		
5	495360	27/05/1983	Clodomir Cardoso	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Apro- vado		
6	500448	22/07/1983	Denise De Souza	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Apro- vado		
7	493916	13/04/1989	Eliane Leite De Almeida	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Apro- vado		
8	494283	26/09/1995	Nadini Rafaela Da Silva	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Apro- vado		
9	497656	16/03/1994	Tatiana Kocian	6	2,40	9	5,40	15	7,80	Apro- vado		
10	498814	11/09/1989	Tatiana Zaror Nunes	4	1,60	10	6,00	14	7,60	Apro- vado		
11	502027	22/09/1972	Ironita Dos Santos Da Silva	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Apro- vado		
12	497733	17/09/1981	Carla Gizeli Da Rosa	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Apro- vado		
13	501699	10/12/1988	Jaqueline Aparecida Klegin Payerl	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Apro- vado		
14	500635	19/06/1992	Josiane Regina Klegin	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Apro- vado		
15	494213	12/12/1969	Jane Lucoli Schollemberg	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Apro- vado		
16	498224	30/12/1978	Eliane Bonessi	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Apro- vado		
17	501371	12/07/1982	Edivaldo Eigen	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Apro- vado		
18	502848	30/07/1992	Leia Borges	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Apro- vado		
19	493761	04/02/1977	Luizia Salvador Rosa	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
20	499008	24/04/1977	Luciana Franca Da Paz	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
21	497153	06/04/1979	Izabel Aparecida Rais Krueger	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
22	501896	15/05/1981	Eziziani Barbosa	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
23	495205	12/05/1985	Eva Tormes	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
24	501277	02/01/1989	Daiana Aparecida Pereira	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
25	497040	16/05/1994	Francieli Adriano	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Apro- vado		
26	493028	27/02/1995	Fabiula Dos Santos	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Apro- vado		
27	494563	05/05/1970	Maike ziele poleza	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Apro- vado		
28	502656	02/05/1979	Maria Poleza	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Apro- vado		

29	496993	16/09/1983	Pricila Dos Santos	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Apro- vado		
30	493029	02/12/1980	Eziziela Barbosa	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Apro- vado		
31	493422	29/06/1991	Karla Edite Moreira Constante	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Apro- vado		
32	499591	01/09/1986	Alini Charieli Da Cunha	4	1,60	7	4,20	11	5,80	Apro- vado		
33	494707	03/03/1975	Marilza Andrade Schmoegel	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Apro- vado		
34	498991	26/06/1966	Ivonete De Liz	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Apro- vado		
35	498117	02/11/1992	Raquel De Quadros	2	0,80	7	4,20	9	5,00	Apro- vado		
36	493494	18/12/1968	Aladir Hastrit Mohr	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Apro- vado		
37	493237	25/09/1992	Patricia Aparecida Buss Schlosser	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Apro- vado		
38	498955	07/09/1997	Tairini Thives Cardoso	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Apro- vado		
39	502070	28/07/1989	Grasieli Da Rosa Vidal	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Apro- vado		
40	500895	23/09/1997	Claudioneia Da Rosa Vidal	2	0,80	5	3,00	7	3,80	Apro- vado		
41	499824	05/04/1974	Adriana De Fatima De Liz	2	0,80	4	2,40	6	3,20	Apro- vado		
42	493718	16/10/1978	Janete Sothe	2	0,80	4	2,40	6	3,20	Apro- vado		
43	498122	11/05/1972	Claudeti Peron Fiamoncini	0	0,00	3	1,80	3	1,80	Apro- vado		
	495257	25/04/1982	Adriana Sutil Lopes Cardoso	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	502825	18/06/1966	Cleusa Monteiro Rufino	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	503001	19/03/1982	Eduardo Magalhaes Capeletto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	495167	07/12/1966	Matilde Moreira Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	502123	30/03/1984	Nadia Aparecida De Lima	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		
	500609	21/10/1966	Zenilda Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausen- te		

Borracheiro | Ensino Fundamental

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Situa- ção		
1	499147	24/08/1984	Fabio Junior Prado	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Apro- vado		

Estagiário Nível Médio para Creche | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação		
1	496377	19/12/2000	Raquel Cardoso De Leodor	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado		
2	495075	29/08/1999	Barbara Pereira	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado		
3	497532	08/01/2000	Barbara Wersdörfer Lamin	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado		
4	501780	09/02/2001	Ana Kettlelle Fuck	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado		

5	497920	31/12/2000	Jaqueline Steinhäuser Gutz	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado		
6	495097	25/02/2001	Djulieli De Freitas	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado		
7	498661	17/03/2000	Marina Constante Mollo	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado		
8	501275	06/03/2001	Eduarda Stringari Tavares	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado		
9	495461	05/04/1998	Solange Gottardi	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado		
10	495111	26/10/2000	Greice Keli Aparecida Zanluca	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado		
11	502515	27/03/1997	Eliziana Aparecida Santos Lima	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado		
12	497406	12/01/2001	Jessica Kokoviski	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado		
13	494634	18/05/1999	Diuli Amanda Fagundes Da Motta	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado		
14	495062	10/02/2000	Ana Caroline Da Silva Pereira	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado		
15	495541	18/05/1998	Dayane Szczepkowski	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado		
16	500177	15/03/2001	Eduarda Kuerten Porfirio	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado		
17	497855	30/12/2000	Luiza Azevedo	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado		
18	493929	06/07/2000	Luana Souza	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado		
19	502529	03/12/1999	Alexssandra Sabel Farias	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Aprovado		
20	498731	14/02/2000	Luana Stern	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Aprovado		
	497846	14/12/1998	Joelma Mondini	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente		

Estagiário Nível Superior para Creche (4ª fase) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação		
1	497708	11/06/1997	Karine Regis Da Silva	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado		
2	501825	16/12/1998	Tainara Dobrantz	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado		
3	494651	15/05/1998	Luana Goulart	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado		
4	495908	02/01/1998	Diessica Muniz Pereira	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado		

Estagiário Nível Superior para Creche (5ª fase) | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação		
1	503026	15/10/1996	Tayna Da Silveira	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado		

Nutricionista | Ensino Superior

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		Nota prova teórica				
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação		
1	497278	03/02/1995	Andreza Tischner	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado		

2	492079	18/06/1991	Claudia Schena	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado		
3	492713	04/10/1995	Eliani Correa	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado		
4	495135	11/03/1988	Maira Fachini Bolduan	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado		
5	503097	19/10/1992	Camila Garcia	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado		
6	498633	19/08/1994	Jocilene Hoepers	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado		
7	502064	24/12/1988	Bruna Taufebach	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado		

Professor Anos Iniciais (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	493098	05/09/1967	Eliani Pontizelli	2	0,50	12	6,00	14	6,50	1,50	8,00	Aprovado
2	499498	12/01/1960	Mario Luchtenberg	5	1,25	13	6,50	18	7,75	0,00	7,75	Aprovado
3	492781	01/10/1993	Fabiula Nicolletti	2	0,50	11	5,50	13	6,00	0,50	6,50	Aprovado
4	495577	17/10/1961	Marize Teresinha Figueiredo	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,00	6,25	Aprovado
5	494276	24/12/1994	Patricia Murara	6	1,50	8	4,00	14	5,50	0,50	6,00	Aprovado
6	494771	13/10/1989	Bruna Lais Prada	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado
7	495486	19/11/1994	Ana Caroline Cardozo Stringari	1	0,25	10	5,00	11	5,25	0,50	5,75	Aprovado
8	500884	25/06/1988	Cheila Nilsen das Neves	2	0,50	7	3,50	9	4,00	1,50	5,50	Aprovado
9	496648	10/08/1988	Elisane De Fatima Felicio	4	1,00	8	4,00	12	5,00	0,00	5,00	Aprovado
10	491674	16/12/1992	Franciane Regina Serafim	4	1,00	7	3,50	11	4,50	0,50	5,00	Aprovado
11	492606	16/08/1966	Eni Oliveira Branco	2	0,50	8	4,00	10	4,50	0,00	4,50	Aprovado
12	495172	20/02/1979	Jose Esther Souza	2	0,50	8	4,00	10	4,50	0,00	4,50	Aprovado
13	498599	24/03/1985	Rafaela Cristiani Machado	0	0,00	8	4,00	8	4,00	0,47	4,47	Aprovado
14	496850	22/12/1973	Zaira Geni Gonzaga	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,00	3,75	Aprovado
15	500773	22/09/1965	Rosangela Althoff Miranda	4	1,00	4	2,00	8	3,00	0,50	3,50	Aprovado
16	494903	02/01/1959	Maria Iracy Jones	3	0,75	4	2,00	7	2,75	0,00	2,75	Aprovado

Professor Anos Iniciais (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	491917	09/11/1988	Ana Claudia Moratelli	5	1,25	11	5,50	16	6,75	0,50	7,25	Aprovado
2	499688	22/12/1993	Ana Paula Bini	2	0,50	10	5,00	12	5,50	0,50	6,00	Aprovado
3	492094	23/11/1994	Thais Figueiredo	3	0,75	9	4,50	12	5,25	0,00	5,25	Aprovado
4	492010	26/01/1997	Tainara Woelcker Ezidio	2	0,50	7	3,50	9	4,00	0,00	4,00	Aprovado

5	494534	02/07/1973	Irani Miranda	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,00	3,75	Aprovado
6	495153	30/10/1994	Morgana Ribeiro	0	0,00	7	3,50	7	3,50	0,00	3,50	Aprovado
7	495337	18/05/1988	Edinara Machado	3	0,75	4	2,00	7	2,75	0,00	2,75	Aprovado
	494598	25/03/1987	Juliana Pintarelli Avi	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	501199	02/09/1997	Larissa Estela Schneider	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Artes (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	502227	18/12/1990	Andressa Concentius	2	0,50	8	4,00	10	4,50	1,00	5,50	Aprovado

Professor de Artes (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	499439	20/08/1997	Leticia De Souza	2	0,50	11	5,50	13	6,00	0,30	6,30	Aprovado
2	494529	30/03/1997	Jaqueline Schlosser	4	1,00	9	4,50	13	5,50	0,27	5,77	Aprovado

Professor de Ciências (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	498299	05/04/1976	Geovanio Hoffmann	7	1,75	8	4,00	15	5,75	0,50	6,25	Aprovado
2	500387	21/11/1972	Maike Cristiane Voss Bichels	2	0,50	7	3,50	9	4,00	0,00	4,00	Aprovado
3	491731	05/03/1987	Pamela Gomes Regueira	2	0,50	5	2,50	7	3,00	0,50	3,50	Aprovado
	502745	15/06/1983	Cintia Jardim Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Ciências (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
	501200	02/09/1997	Larissa Estela Schneider	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Educação Física (recreador) (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	497211	11/04/1994	Nilsara Floriani Pereira	4	1,00	12	6,00	16	7,00	0,15	7,15	Aprovado
2	491696	03/05/1974	Nilvo Da Silva	4	1,00	9	4,50	13	5,50	1,50	7,00	Aprovado
3	498907	26/12/1989	Afonso Bianchet	5	1,25	11	5,50	16	6,75	0,00	6,75	Aprovado
4	500355	23/02/1995	Marcos Vinicius Bauchspiess De Almeida	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,50	6,50	Aprovado
	502581	05/03/1986	Vanessa Campregher	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Educação Física (recreador) (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	500566	12/08/1994	Jardel Alexandre	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado
2	500500	23/09/1983	Maristela Goncalves De Gois	1	0,25	4	2,00	5	2,25	0,00	2,25	Aprovado
	503102	08/05/1993	Luiz Ricardo Da Silva Ribeiro	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Educação Infantil (habilitado) | Ensino Superior - Professor



Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	500379	17/09/1986	Fernanda Do Carmo Ferreira Belli	2	0,50	13	6,50	15	7,00	1,50	8,50	Aprovado
2	499963	13/12/1990	Jociani Carla Grosch Menke	2	0,50	13	6,50	15	7,00	1,50	8,50	Aprovado
3	499572	04/04/1988	Michele Gutz Bertoli	2	0,50	13	6,50	15	7,00	1,30	8,30	Aprovado
4	498245	06/04/1985	Kelly Cristina Dziuba	1	0,25	15	7,50	16	7,75	0,50	8,25	Aprovado
5	496048	08/12/1994	Vanessa Joaquim	1	0,25	13	6,50	14	6,75	1,50	8,25	Aprovado
6	494277	24/12/1994	Patricia Murara	6	1,50	11	5,50	17	7,00	0,50	7,50	Aprovado
7	500885	25/06/1988	Cheila Nilsen das Neves	2	0,50	11	5,50	13	6,00	1,50	7,50	Aprovado
8	495098	21/08/1978	Leziane Pasold	1	0,25	13	6,50	14	6,75	0,50	7,25	Aprovado
9	495601	25/08/1995	Julia Hasse	1	0,25	13	6,50	14	6,75	0,50	7,25	Aprovado
10	491675	16/12/1992	Franciane Regina Serafim	3	0,75	12	6,00	15	6,75	0,50	7,25	Aprovado
11	493134	05/09/1967	Eliani Pontizelli	3	0,75	10	5,00	13	5,75	1,50	7,25	Aprovado
12	498827	07/11/1991	Cristiana Da Silva De Souza	3	0,75	10	5,00	13	5,75	1,50	7,25	Aprovado
13	496267	09/02/1996	Fernanda Aparecida Betoni	2	0,50	12	6,00	14	6,50	0,50	7,00	Aprovado
14	493041	05/02/1978	Adriana Da Cruz	4	1,00	11	5,50	15	6,50	0,50	7,00	Aprovado
15	496502	19/05/1994	Maria Karolina Peters Simplicio Zils	4	1,00	11	5,50	15	6,50	0,50	7,00	Aprovado
16	502328	02/12/1989	Elisabete Da Silva	4	1,00	9	4,50	13	5,50	1,50	7,00	Aprovado
17	498239	21/05/1989	Juliana Salete Loat	3	0,75	12	6,00	15	6,75	0,00	6,75	Aprovado
18	492782	01/10/1993	Fabiula Nicolletti	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,50	6,75	Aprovado
19	502113	04/01/1976	Ivanir Mauricio De Brito Fronza	3	0,75	9	4,50	12	5,25	1,50	6,75	Aprovado
20	491719	06/03/1978	Lindacir A.borges	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,00	6,25	Aprovado
21	499812	14/04/1995	Laresa Alexandre	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,00	6,25	Aprovado
22	499733	25/05/1989	Cristiani De Sousa	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,50	6,25	Aprovado
23	497439	08/05/1986	Janaina Tambosi	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,00	6,00	Aprovado
24	501956	11/11/1973	Sueli Klaumann Da Cunha	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado
25	494548	18/03/1995	Deize Dal Pra May	1	0,25	10	5,00	11	5,25	0,50	5,75	Aprovado
26	497509	20/02/1985	Lucimere Vogel De Almeida	3	0,75	9	4,50	12	5,25	0,50	5,75	Aprovado
27	497142	22/12/1973	Zaira Geni Gonzaga	3	0,75	9	4,50	12	5,25	0,00	5,25	Aprovado
28	496649	10/08/1988	Elisane De Fatima Felicio	3	0,75	9	4,50	12	5,25	0,00	5,25	Aprovado
29	498799	20/05/1994	Claudia Regina Neumann	1	0,25	9	4,50	10	4,75	0,50	5,25	Aprovado
30	501300	16/05/1995	Aline Clarinda Goetten De Lima	5	1,25	7	3,50	12	4,75	0,50	5,25	Aprovado
31	497384	11/08/1993	Jaqueline Rodrigues De Brito	4	1,00	7	3,50	11	4,50	0,50	5,00	Aprovado
32	500629	18/01/1981	Jucelia Alves Dos Santos	0	0,00	7	3,50	7	3,50	1,50	5,00	Aprovado
33	492202	09/07/1988	Leila Almeida Ferreira	2	0,50	6	3,00	8	3,50	1,50	5,00	Aprovado
34	499954	17/09/1988	Sinara Cardoso De Aguiar	1	0,25	9	4,50	10	4,75	0,00	4,75	Aprovado
35	495027	04/11/1989	Cibele Cristina Fiamoncini	1	0,25	8	4,00	9	4,25	0,50	4,75	Aprovado
36	500222	27/12/1965	Rosiani Mgeni Muller Pires De Moraes	5	1,25	7	3,50	12	4,75	0,00	4,75	Aprovado
37	491743	17/07/1981	Viviane Apolinario	3	0,75	7	3,50	10	4,25	0,50	4,75	Aprovado
38	500713	22/09/1965	Rosangela Althoff Miranda	3	0,75	5	2,50	8	3,25	0,50	3,75	Aprovado
	501141	13/07/1982	Josiane Da Cunha	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Educação Infantil (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	491145	15/03/1994	Janelize Schlosser Trentini	7	1,75	13	6,50	20	8,25	0,00	8,25	Aprovado
2	491918	09/11/1988	Ana Claudia Moratelli	5	1,25	13	6,50	18	7,75	0,50	8,25	Aprovado
3	497147	10/10/1989	Karini Da Silva Borba	5	1,25	13	6,50	18	7,75	0,50	8,25	Aprovado
4	495187	08/08/1974	Silvia Costa	4	1,00	14	7,00	18	8,00	0,00	8,00	Aprovado
5	495382	20/12/1988	Fabiana Hillmann Trentini	4	1,00	13	6,50	17	7,50	0,50	8,00	Aprovado

6	501810	10/08/1990	Fernanda De Andrade	7	1,75	12	6,00	19	7,75	0,00	7,75	Aprovado
7	492773	19/05/1991	Fabrini Coelho De Liz	1	0,25	14	7,00	15	7,25	0,25	7,50	Aprovado
8	493878	21/10/1988	Adriana Ferreira Barbosa	4	1,00	12	6,00	16	7,00	0,50	7,50	Aprovado
9	498906	17/05/1993	Vanessa Diana Correa	6	1,50	11	5,50	17	7,00	0,00	7,00	Aprovado
10	492438	30/09/1984	Jacira Moura Lopes	5	1,25	11	5,50	16	6,75	0,00	6,75	Aprovado
11	495655	23/01/1984	Vania Cardoso Schmitz	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,50	6,75	Aprovado
12	497905	16/03/1986	Joice Suelen De Andrade	5	1,25	10	5,00	15	6,25	0,50	6,75	Aprovado
13	496435	23/03/1997	Luana Marcellos	4	1,00	11	5,50	15	6,50	0,00	6,50	Aprovado
14	495458	19/03/1998	Eduarda Tauana Senem Martins	4	1,00	11	5,50	15	6,50	0,00	6,50	Aprovado
15	493387	31/10/1986	Luciane Peters	2	0,50	11	5,50	13	6,00	0,50	6,50	Aprovado
16	492976	16/04/1987	Jaqueline Büchling	2	0,50	11	5,50	13	6,00	0,50	6,50	Aprovado
17	492295	08/11/1969	Magrid Nagel Martins	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,50	6,50	Aprovado
18	495211	22/06/1986	Joice Ionceck Nunes	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,50	6,50	Aprovado
19	495338	18/05/1988	Edinara Machado	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,00	6,25	Aprovado
20	494614	18/01/1986	Janice Beirao	5	1,25	10	5,00	15	6,25	0,00	6,25	Aprovado
21	499676	28/05/1994	Juliana Da Silva	1	0,25	11	5,50	12	5,75	0,40	6,15	Aprovado
22	500695	28/11/1989	Caroline Verdi	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,00	6,00	Aprovado
23	499689	22/12/1993	Ana Paula Bini	2	0,50	10	5,00	12	5,50	0,50	6,00	Aprovado
24	494130	17/03/1994	Debora Lucia Esser Berri	2	0,50	10	5,00	12	5,50	0,50	6,00	Aprovado
25	491780	06/03/1985	Catiane De Jesus	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado
26	501309	25/10/1980	Zuleica Amancio	5	1,25	9	4,50	14	5,75	0,00	5,75	Aprovado
27	499799	24/04/1995	Fabiana Da Silva Do Carmo	3	0,75	9	4,50	12	5,25	0,50	5,75	Aprovado
28	493932	20/04/1995	Gilmara Alves	0	0,00	11	5,50	11	5,50	0,00	5,50	Aprovado
29	494583	04/10/1990	Juliana Schwarz	2	0,50	9	4,50	11	5,00	0,50	5,50	Aprovado
30	499109	04/07/1995	Katia Kuhnhen	1	0,25	10	5,00	11	5,25	0,00	5,25	Aprovado
31	492309	01/03/1982	Lucimar Da Silva Porto	1	0,25	9	4,50	10	4,75	0,50	5,25	Aprovado
32	492351	27/05/1992	Scheila Almeida Ferreira	1	0,25	9	4,50	10	4,75	0,50	5,25	Aprovado
33	498033	14/08/1991	Gislaine Draprinchinski Rech	3	0,75	8	4,00	11	4,75	0,50	5,25	Aprovado
34	491937	25/05/1996	Bianca Aparecida Elvira Poleza Souza	1	0,25	8	4,00	9	4,25	0,50	4,75	Aprovado
35	501247	25/07/1990	Aline Vieira Dellani	1	0,25	8	4,00	9	4,25	0,00	4,25	Aprovado
36	496437	28/03/1996	Silvia Farias	1	0,25	8	4,00	9	4,25	0,00	4,25	Aprovado
37	494069	02/04/1997	Jeice Tatiana Moih Zanella	5	1,25	6	3,00	11	4,25	0,00	4,25	Aprovado
38	498794	24/07/1990	Franciele Miranda Fernandes	2	0,50	7	3,50	9	4,00	0,00	4,00	Aprovado
39	498448	28/11/1976	Marcia Regina Da Silva	4	1,00	6	3,00	10	4,00	0,00	4,00	Aprovado
40	500054	06/01/1969	Cirlene Moraes Estevoao	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,00	3,75	Aprovado
41	502795	11/03/1968	Selma Bichels Blasius	2	0,50	6	3,00	8	3,50	0,00	3,50	Aprovado
42	500026	08/07/1993	Patricia Schepers	2	0,50	5	2,50	7	3,00	0,50	3,50	Aprovado
43	498600	24/03/1985	Rafaela Cristiani Machado	0	0,00	6	3,00	6	3,00	0,47	3,47	Aprovado
44	498511	19/03/1964	Elsa Helena Reif	3	0,75	5	2,50	8	3,25	0,00	3,25	Aprovado
45	502464	09/02/1979	Sirlene Moik	2	0,50	5	2,50	7	3,00	0,00	3,00	Aprovado
46	492011	26/01/1997	Tainara Woelcker Ezidio	2	0,50	5	2,50	7	3,00	0,00	3,00	Aprovado
47	500471	02/07/1973	Irani Miranda	1	0,25	3	1,50	4	1,75	0,00	1,75	Aprovado
	501235	01/07/1994	Andressa Senem	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado
	494599	25/03/1987	Juliana Pintarelli Avi	0	0,00	0	0,00	0	Ausente	0,00	0,00	Eliminado

Professor de Geografia (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	500853	18/01/1987	Roi Hentoni Klein	3	0,75	12	6,00	15	6,75	1,50	8,25	Aprovado
2	500167	12/10/1984	Andre Araldi	6	1,50	11	5,50	17	7,00	0,00	7,00	Aprovado

Professor de Geografia (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	498095	03/07/1995	Diego Weiss	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,00	6,00	Aprovado

Professor de História (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	498843	04/01/1994	Briana Beatriz Beirao	5	1,25	9	4,50	14	5,75	1,50	7,25	Aprovado
2	500166	12/10/1984	Andre Araldi	6	1,50	8	4,00	14	5,50	0,00	5,50	Aprovado
3	498034	14/08/1991	Gislaine Draprinchinski Rech	3	0,75	7	3,50	10	4,25	0,50	4,75	Aprovado

Professor de Inglês (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	499539	12/02/1962	Mario Antonio Flores Moran	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,00	6,00	Aprovado
2	501434	03/10/1986	Leticia Marques Dos Santos	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,00	3,75	Aprovado

Professor de Inglês (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	502873	04/05/1992	Elaine Debiazi	4	1,00	7	3,50	11	4,50	0,00	4,50	Aprovado

Professor de Língua Portuguesa (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	501435	03/10/1986	Leticia Marques Dos Santos	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado
2	493750	04/08/1973	Roseli Figueiredo	7	1,75	8	4,00	15	5,75	0,00	5,75	Aprovado

Professor de Matemática (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	500842	07/02/1995	Barbara Maria Feller	5	1,25	12	6,00	17	7,25	1,50	8,75	Aprovado
2	498645	18/08/1979	Leandro Ferreira Vieira	4	1,00	7	3,50	11	4,50	0,00	4,50	Aprovado
3	499862	26/01/1993	Janaina Giacomozzi Cardozo Feldaus	2	0,50	7	3,50	9	4,00	0,00	4,00	Aprovado

Professor de Matemática (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	494067	02/01/1995	Junior Stopa	3	0,75	7	3,50	10	4,25	0,50	4,75	Aprovado
2	491713	14/06/1977	Valdir Razini	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,00	3,75	Aprovado

Professor II (habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	499499	12/01/1960	Mario Luchtenberg	6	1,50	13	6,50	19	8,00	0,00	8,00	Aprovado
2	501422	18/10/1985	Ducineia Bauner	4	1,00	11	5,50	15	6,50	0,00	6,50	Aprovado
3	499574	04/04/1988	Michele Gutz Bertoli	2	0,50	9	4,50	11	5,00	1,30	6,30	Aprovado
4	493205	29/01/1989	Fabiana Goulart De Souza	5	1,25	10	5,00	15	6,25	0,00	6,25	Aprovado

5	497087	19/06/1976	Moniege Nunes Farias	7	1,75	9	4,50	16	6,25	0,00	6,25	Aprovado
6	495487	19/11/1994	Ana Caroline Cardozo Stringari	4	1,00	7	3,50	11	4,50	0,50	5,00	Aprovado
7	494549	18/03/1995	Deize Dal Pra May	1	0,25	8	4,00	9	4,25	0,50	4,75	Aprovado
8	491806	17/07/1981	Viviane Apolinario	1	0,25	7	3,50	8	3,75	0,50	4,25	Aprovado
9	497385	11/08/1993	Jaqueline Rodrigues De Brito	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,50	4,25	Aprovado
10	495939	22/10/1986	Silvana Gottardi Correa	1	0,25	7	3,50	8	3,75	0,00	3,75	Aprovado
11	494904	02/01/1959	Maria Iracy Jomes	2	0,50	4	2,00	6	2,50	0,00	2,50	Aprovado

Professor II (não-habilitado) | Ensino Superior - Professor

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CG		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	492774	19/05/1991	Fabrini Coelho De Liz	2	0,50	13	6,50	15	7,00	0,00	7,00	Aprovado
2	493388	31/10/1986	Luciane Peters	2	0,50	11	5,50	13	6,00	0,50	6,50	Aprovado
3	497800	05/05/1995	Mariani Pereira	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,27	6,27	Aprovado
4	499904	20/12/1988	Fabiana Hillmann Trentini	1	0,25	11	5,50	12	5,75	0,50	6,25	Aprovado
5	501311	25/10/1980	Zuleica Amancio	4	1,00	10	5,00	14	6,00	0,00	6,00	Aprovado
6	492296	08/11/1969	Magrid Nagel Martins	2	0,50	10	5,00	12	5,50	0,50	6,00	Aprovado
7	494584	04/10/1990	Juliana Schwarz	2	0,50	10	5,00	12	5,50	0,50	6,00	Aprovado
8	491788	06/03/1985	Catiane De Jesus	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado
9	499804	24/04/1995	Fabiana Da Silva Do Carmo	1	0,25	10	5,00	11	5,25	0,50	5,75	Aprovado
10	497148	10/10/1989	Karini Da Silva Borba	5	1,25	8	4,00	13	5,25	0,50	5,75	Aprovado
11	495459	19/03/1998	Eduarda Tauana Senem Martins	4	1,00	9	4,50	13	5,50	0,00	5,50	Aprovado
12	499148	12/09/1994	Cristiane Trentini	2	0,50	9	4,50	11	5,00	0,50	5,50	Aprovado
13	496428	21/10/1988	Adriana Ferreira Barbosa	5	1,25	7	3,50	12	4,75	0,50	5,25	Aprovado
14	494615	18/01/1986	Janice Beirao	2	0,50	9	4,50	11	5,00	0,00	5,00	Aprovado
15	499025	15/02/1982	Viviane Goetten De Souza	4	1,00	8	4,00	12	5,00	0,00	5,00	Aprovado
16	492352	27/05/1992	Scheila Almeida Ferreira	1	0,25	8	4,00	9	4,25	0,50	4,75	Aprovado
17	492953	31/12/1957	Odete Silveira Machado	3	0,75	7	3,50	10	4,25	0,00	4,25	Aprovado
18	499044	16/03/1986	Joice Suelen De Andrade	5	1,25	6	3,00	11	4,25	0,00	4,25	Aprovado
19	499040	14/08/1995	Daniela Ribeiro De Oliveira	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,50	4,25	Aprovado
20	498795	24/07/1990	Franciele Miranda Fernandes	3	0,75	6	3,00	9	3,75	0,00	3,75	Aprovado
21	491938	25/05/1996	Bianca Aparecida Elvira Poleza Souza	1	0,25	6	3,00	7	3,25	0,50	3,75	Aprovado
22	501248	25/07/1990	Aline Vieira Dellani	1	0,25	6	3,00	7	3,25	0,00	3,25	Aprovado
23	498512	19/03/1964	Elsa Helena Reif	3	0,75	5	2,50	8	3,25	0,00	3,25	Aprovado
24	494070	02/04/1997	Jeice Tatiana Moih Zanella	3	0,75	5	2,50	8	3,25	0,00	3,25	Aprovado
25	498449	28/11/1976	Marcia Regina Da Silva	4	1,00	4	2,00	8	3,00	0,00	3,00	Aprovado

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO MULTAS POLICIA MILITAR 847 E 848

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 180 847/2016

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMK3165	54023187F	6599/2	06/12/2016		230 * V



BMK3165	54023188F	5010/0	06/12/2016		162 * I
BMK3165	54023189F	5118/0	06/12/2016		164 c/c 162 * I
CJX0453	54023185F	5274/1	03/12/2016		175
CJX0453	54023186F	6637/1	03/12/2016		230 * IX
CQR6028	55833021F	6610/2	10/12/2016		230 * VII
GWV1133	55833024F	5010/0	13/12/2016		162 * I
GWV1133	55833025F	5118/0	13/12/2016		164 c/c 162 * I
GWV1133	55833026F	6599/2	13/12/2016		230 * V
MEP3019	55833017F	5010/0	04/12/2016		162 * I
MEP3019	55833018F	5118/0	04/12/2016		164 c/c 162 * I
MEP3019	55833019F	6599/2	04/12/2016		230 * V
MGL7157	55833011F	6599/2	01/12/2016		230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2017

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 180 848/2016

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY8089	55833002F	5010/0	25/11/2016		162 * I
LYY8089	55833003F	5118/0	25/11/2016		164 c/c 162 * I
LYY8089	55833004F	6653/1	25/11/2016		230 * XI
MBF6722	55832844F	7579/0	12/11/2016		165 A
MCR3258	54199986N	5002/0	29/11/2016		257 § 8º
MGV1266	54023184F	6599/2	24/11/2016		230 * V
MKT4072	55832664F	5010/0	25/11/2016		162 * I
MKT4072	55832665F	6599/2	25/11/2016		230 * V
MKT4072	55832666F	5118/0	25/11/2016		164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 3 DE JANEIRO DE 2017

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO MULTAS POLICIA MILITAR 849 E 850

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 180 849/2017

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DPJ1202	55684896D	6599/2	27/11/2016		230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)

NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 9 DE JANEIRO DE 2017

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 180 850/2017

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KRK2299	55832821F	5185/1	19/10/2016	R\$ 127,69	167
MAQ4862	55832711F	7579/0	04/09/2016	R\$ 1.915,38	277
MCF1394	54022985F	5010/0	14/02/2016	R\$ 574,61	162 * I
MCF1394	54022986F	5118/0	14/02/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCF1394	54022987F	6599/2	14/02/2016	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 9 DE JANEIRO DE 2017

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

GABARITO DEFINITIVO

GABARITO DEFINITIVO

ATO 007/iobv/001/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

Processo Seletivo 001/2016 – 18/12/2016

X- Questão Anulada

Fundamental

Agente de Serviços Gerais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	A	D	B	C	A	B	C	A	D	B	C	D	A	B	D	X

Borracheiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	A	D	B	C	A	B	C	A	C	B	D	A	C	D	B	D

Médio

Agente de Organização Escolar

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	D	B	C	A	D	A	A	B	C	D	D	B	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	A															

Estagiário Nível Médio Creche

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	D	B	C	A	D	A	B	C	C	D	D	A	D	A	C	B
21	22	23	24	25															
A	B	A	C	D															

Superior

Estagiário Nível Superior Creche

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	D	A	C	B
21	22	23	24	25															
A	B	A	C	D															

Nutricionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	A	B	A	D	C	B	C	B	X	A
21	22	23	24	25															
B	C	C	A	D															

Professor de Anos Iniciais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	B	C	C	D
21	22	23	24	25															
A	B	D	B	A															

Professor de Ciências

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	B	C	A	D	B
21	22	23	24	25															
D	C	D	B	A															

Professor de Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	B	C	D	A	B
21	22	23	24	25															
A	A	D	C	B															

Professor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	D	A	A	D	C
21	22	23	24	25															
X	B	C	A	D															

Professor de Geografia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	D	A	A	B	C
21	22	23	24	25															
C	D	D	B	A															

Professor de História

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	B	A	A	C	B
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	B															

Professor de Inglês

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	C	B	A	D
21	22	23	24	25															
B	D	B	A	C															

Professor de Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	B	D	D	B	C
21	22	23	24	25															
A	C	B	A	D															

Professor de Matemática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	D	A	A	D	B
21	22	23	24	25															
D	C	A	C	B															

Professor de Artes

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	C	D	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	A	B	A															

Professor II

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	B	D	B	A	C	B	D	C	B	A	D	C	A	D	B	B	A
21	22	23	24	25															
B	D	D	C	C															

Pouso Redondo, 09 de Janeiro de 2017.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DE PROVA

ATO 006/2016

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E O

GABARITO PRELIMINAR

DO EDITAL Nº 001/2016 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL, de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o Julgamento dos Recursos contra Questões de prova, conforme segue:

Questão 07- Língua Portuguesa (SUPERIOR)

Candidatos: 493041 Adriana Da Cruz

Professor de Educação Infantil (habilitado)

ALEGAÇÃO: A candidata impetrou recurso afirmando que a questão é confusa e que gera pelo menos três respostas verdadeiras, visto que os artistas referidos pertenceriam a mais de uma estética musical.

Decisão: INDEFERIDO. Não assiste razão ao recorrente, pois a Tropicália é o único movimento músico-cultural que possui a participação efetiva de Caetano Veloso e Gilberto Gil, pelo menos no período exposto. Assim, a Banca indefere o recurso e mantém a questão.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 20 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Candidatos: 493237 Patricia Aparecida Buss Schlosser

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso contra a questão alegando, em suma, que a questão possui problema de interpretação no enunciado, deixando-a sem alternativa passível de resposta. Solicita anulação da questão.

Decisão: DEFERIDO: Ao candidato assiste razão, a questão deve ser anulada. O enunciado da questão incorreu em erro ao solicitar o que "não é dever" do servidor. Prejudicando a compreensão do candidato, no que tange à alternativa que deveria ser de resposta //cuidar de sua saúde, mas não da aparência//.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 19 NUTRICIONISTA

Candidatos: 497278 Andreza Tischner

ALEGAÇÃO: A candidata alega que a questão cobrou assunto que não está contido no conteúdo programático do edital. Em nenhum momento o conteúdo programático menciona conhecimentos sobre endocrinologia, conforme pode ser visto abaixo: Levando em consideração que o conteúdo cobrado por esta questão não estava presente no edital, que deve ter cumprimento obrigatório conforme legislação vigente, solicito a anulação da questão 19.

Decisão: DEFERIDO: A questão encontra-se correta. Porém o assunto abordado não está contemplado no conteúdo programático do Edital deste Processo Seletivo.

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 22 NUTRICIONISTA

Candidatos: 497278 Andreza Tischner

ALEGAÇÃO: A candidata alega que O gabarito da questão informa que a alternativa C (3 meses 5,5 (%) Perda de peso - Perda grave de peso) seria a correta. Porém, de acordo com a literatura sobre o assunto, a alternativa correta é a A (1 semana - 1-2(%) Perda de peso - Perda significativa de peso). Solicita a correção do gabarito da questão para alternativa A.

Decisão: INDEFERIDO: A questão encontra-se correta. Pois a pergunta referenciada é em relação a alternativa incorreta em relação ao tempo para ser considerado perda de peso grave em relação ao tempo de 3 meses deve ser superior a 7,5% e não 5% c, caracterizando a alternativa como incorreta.

REFERÊNCIA: Blackburn GL & Bistrian BR, 1977.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 20 Professor de Educação Infantil (não-habilitado)

Candidatos: 493878 Adriana Ferreira Barbosa

499799 Fabiana Da Silva Do Carmo

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam em síntese que a questão está mal formulada, que deve ser anulada ou que seja feita uma revisão da questão e gabarito.

Decisão: INDEFERIDO: segundo Souza (2012), é função da família: educar, ensinar com limites e apresentar as boas maneiras de convivência. A tarefa de educar, determinando limites, explicando as boas maneiras é papel da família. Ao docente incumbe a função de orientar a aprendizagem, mediando o processo de construção do conhecimento. Segundo Ivani Fazenda, o que ocorre na atualidade é que muitas famílias se eximem de seu papel, atribuindo à escola muitas tarefas que seriam suas.

QUESTÃO MANTIDA

QUESTÃO 21 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO E NÃO-HABILITADO)

Candidatos:

491145 Janelize Schlosser Trentini

496267 Fernanda Aparecida Betoni

500379 Fernanda Do Carmo Ferreira Belli

494614 Janice Beirao

495382 Fabiana Hillmann Trentini

495458 Eduarda Tauana Senem Martins

499799 Fabiana Da Silva Do Carmo

492295 Magrid Nagel Martins

ALEGAÇÃO: Candidatos alegam em síntese que A alternativa C é errada diante o enunciado da pergunta. No enunciado desta questão 21 diz: não é incorreto dizer: as alternativas A, B e D correspondem ao enunciado, mas o gabarito diz que a C e a resposta e a Letra C está incorreta, Não incorreta seriam as alternativas A, B ou D.

Solicitam anulação da questão ou correção do gabarito.

Decisão: DEFERIDO. Questão anulada por excesso de negativas. Houve comprometimento semântico em relação à redação do texto.

QUESTÃO ANULADA

Questão 24 PROFESSOR II (NÃO-HABILITADO)

Candidatos: 496428 Adriana Ferreira Barbosa

ALEGAÇÃO: A questão deixa dúvidas quanto a resposta correta, pois a pergunta é interpretativa. Depende do ponto vista, todas as alternativas se encaixam para responder a pergunta. Na imagem, ocorre um diálogo, não que a pessoa em fato, a cadeirante está com dificuldades para se locomover.

O que é acessibilidade "Acessibilidade são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade". Solicita correção, ou anulação da questão.

Decisão: INDEFERIDO: Trata-se de uma questão interpretativa. Imagem que remete à questão de identificação lógica, não se está falando de acessibilidade.

QUESTÃO MANTIDA

Pouso Redondo, 09 de Janeiro de 2016

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 10 DE 10.01.2017

DECRETO Nº 10, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. LUCIANE MARTA THESIEN DA SILVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, portadora do CPF nº. 066.241.409-84 para ocupar o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO AJDUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, Grupo/código CC-02, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 02.01.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
10 de Janeiro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO 11 DE 10.01.2017

DECRETO Nº 11, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADO, o Sr. ROBERTO CARLOS MALLMANN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Princesa, Linha Vista Alta, Interior, portador do CPF nº. 006.491.389-96 para ocupar o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO AJDUNTO DE PLANEJAMENTO, Grupo/código CC-02, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 02.01.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
10 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 12 DE 10.01.2017

DECRETO Nº. 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 82 da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014, e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. CLAUDINEI PAULO MORSCH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Paraná, Município de Princesa, inscrito no CPF nº. 017.745.449-03, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda, percebendo o subsídio mensal fixado em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Janeiro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 13 DE 10.01.2017

DECRETO Nº. 13, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 82 da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014, e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. ALINE CRISTINA DITTRICH, brasileira, convivente, residente e domiciliada na Avenida Santo Cristo, Município de Princesa, inscrita no CPF nº. 064.584.699/69, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, percebendo o subsídio mensal fixado em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 14 DE 10.01.2017

DECRETO Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Srta. SIMONI OCHÔA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Princesa, portadora do CPF nº. 065.159.199-64 para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a contar de 02.01.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto número 005 de 05 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
10 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 15 DE 10.01.2017

DECRETO Nº 15, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. MÔNICA DELEVATTI DALSOGLIO, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, Rua das Palmeiras, nº. 928, Bairro Floresta, portadora do CPF nº. 068.453.089-93 para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a contar de 02.01.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
10 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 16 DE 10.01.2017

DECRETO Nº. 16, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DE OBRAS, DOS TRANSPORTES E URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 82 da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014, e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. CLAUDEMIR NÓS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº. 1088, Município de Princesa, inscrito no CPF nº. 656.500.009-30, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DE OBRAS, DOS TRANSPORTES E URBANISMO, percebendo o subsídio mensal fixado em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 17 DE 10.01.2017

DECRETO Nº. 17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 82 da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014, e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. RUDI KOBER, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa, Linha Estrada Hentz, Interior, inscrito no CPF nº. 799.884.589-91, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, percebendo o subsídio mensal fixado em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Janeiro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 18 DE 10.01.2017

DECRETO Nº 18, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. ALEXANDRO JÚNIOR COPATTI, brasileiro, convivente, residente e domiciliado no Município de Princesa, Rua Voluntários da Pátria, nº. 1126, portador do CPF nº. 034.656.629-03 para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a contar de 02.01.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
10 de Janeiro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5817, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5817, 05 de janeiro de 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE DEMOLIÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, da prerrogativa que lhe confere o inciso VI do art. 37 da Lei Orgânica Municipal e artigo 287 da Lei Complementar nº007/95- Código de Edificações.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados para compor a Comissão de Demolição, os membros abaixo relacionados:

I – Alexandre José Woritovicz – CREA/SC 019.978-0, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil;

II – Denise Peres Farias – CAU A66335-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto;

III – Jean Marco Pegoraro – CAU A105827-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.

Parágrafo único - A nomeação dos membros mencionados no caput tem vigência de 01 (um) ano, iniciando o período a partir do dia 04 de janeiro de 2017, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

05 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

FABIO ALEXANDRINI

Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

DECRETO Nº 5818, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5818, de 02 de janeiro de 2017.

"EXONERA ANA PAULA NUNES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/01/2017, a servidora ANA PAULA NUNES, do cargo em comissão – CHEFE DA DIVISÃO DE HABITAÇÃO, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5819, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5819, de 09 de janeiro de 2017

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
07.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA
0.001 Pagamento da Dívida Fundada Interna
3.0.00.00 Despesas Correntes
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida
3.2.90.00 Aplicações Diretas
01000000 Recursos Ordinários R\$ 530.000,00
TOTAL R\$ 530.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
07.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA
0.001 Pagamento da Dívida Fundada Interna
4.0.00.00 Despesas de Capital
4.6.00.00 Amortização da Dívida
4.6.90.00 Aplicações Diretas
01000000 Recursos Ordinários R\$ 530.000,00
TOTAL R\$ 530.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

09 de janeiro de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5821, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5821, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA VICTOR MATHEUS TEIXEIRA POMPÍLIO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear VICTOR MATHEUS TEIXEIRA POMPÍLIO, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Diretor Departamento de Gabinete do Povo do Gabinete do Prefeito, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5822, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5822, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA VALESKA DOS SANTOS DIAS FRONZA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear VALESKA DOS SANTOS DIAS FRONZA, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Diretor Administrativo Geral, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5823, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5823, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA ANDERSON LUIS GORAL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ANDERSON LUIS GORAL, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Diretor Departamento Meio Ambiente, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5825, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5825, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA CRISTIAN CAE SEEMANN STASSUN"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear CRISTIAN CAE SEEMANN STASSUN, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Chefe de Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 54 da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5827, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5827 de 09 de Janeiro de 2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), por conta da tendência de excesso

de arrecadação referente ao Programa de Aceleração do Crescimento, PAC 2, através da Caixa Econômica Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.120	Pac 2 – Segunda Fase		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01830000	Operações de Crédito	R\$	2.500.000,00
	TOTAL	R\$	2.500.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
09 de Janeiro de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5829, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5929, 09 de janeiro de 2017.
"NOMEIA JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Diretor Departamento Patrimônio, nos termos do Art. 54, Caput, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5930, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5935, 09 de janeiro de 2017
"ALTERA DECRETO QUE NOMEOU OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art 1º do Decreto nº 5475 de 12 de agosto de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Alexandre Matos Pereira, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Maristela Regina Balbinot, Marlise Fronza, Rafael Pacher e Fernanda Pontes Rossi Fachini para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo – Edital nº 002/2016 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Monitor Escolar e Monitor de Transporte Escolar, em caráter temporário."

.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
09 de janeiro de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5931, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5931, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA JOANA SOTOPIETRA SEDREZ"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JOANA SOTOPIETRA SEDREZ, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Consultor Jurídico Administrativo, nos termos do Art. 54, Caput, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5932, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5932, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA CAROLINA CARDOSO DUTRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear CAROLINA CARDOSO DUTRA, para a partir de 03/01/2017, exercer o cargo em comissão – Consultor Jurídico Administrativo, nos termos do Art. 54, Caput, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5933, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5933, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA MARIA APARECIDA DOS ANJOS PANDINI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear MARIA APARECIDA DOS ANJOS PANDINI, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Chefe de Divisão Administração Financeira, nos termos do Art. 54, Caput, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5934, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5934, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA ANDRÉ DA LANÇA MARCON"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ANDRÉ DA LANÇA MARCON, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Secretário Adjunto de Planejamento, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de janeiro de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5935, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº xxxx, 03 de janeiro de 2017

"ALTERA DECRETO QUE NOMEOU OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art 1º do Decreto nº 5476 de 12 de agosto de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Alexandre Matos Pereira, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Maristela Regina Balbinot Marlise Fronza, Sandra Aparecida Dela Justina e Rafael Pacher para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo – Edital nº 001/2016 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Professor e Pedagogo, em caráter temporário."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
03 de janeiro de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA N. 0048/RH

PORTARIA N. 0048/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Alterar o Art. 1º, da Portaria n. 0079/RH 02 de fevereiro de 2016, publicada em 06 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Conceder auxílio-funeral, para HENRY JOAO ERHERDT, (Protocolo 157482/2016), em virtude do falecimento ocorrido no dia 20/01/2016, da servidora municipal SILVIA SCHLEMPER, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme Certidão de óbito de Matrícula Nº. 105262 01 55 2016 4 00047 065 0017369 38, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.794/2017

DECRETO Nº 3.794/2017	
	DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto DESIGNADA, a Servidora Municipal ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG, ocupante do cargo de Secretaria de Administração, portador do CPF – 942.246.929-53, como Gestor Máster, específico para o perfil PBECW044 e PBECW025.

Art. 2º A função acima citada será desempenhada sem remuneração.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelandia – SC, 09 de JANEIRO de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N.001/2016

TERMO ADITIVO N. 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N. 001/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 912.833.619-49, como CONTRATADA a Câmara Municipal de SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 89.595.626/0001-72, com sede R. Padre Agostinho Rombaldi, 170, CEP 89595-000, na cidade de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor SANTO CIVIERO, brasileiro, convivente em união estável, vereador, portador do RG n. 2.970.311-5 e inscrito no CPF n. 800.372.839-87, residente e domiciliado na Rua João Domingos Cantú, 618, Bairro Escolar, Salto Veloso-SC, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n. 001/2016, celebrado em 04 de janeiro de 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n. 001/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2017	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2017
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2017 (parcela única)			R\$ 3.024,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 10 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n. 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2017.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n. 001/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Salto Veloso-SC, 10 de dezembro de 2016.

SANTO CIVIERO Presidente da Câmara Municipal de SALTO VELOSO CONTRATANTE		GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
--	--	---

TESTEMUNHAS:

SILBELI APARECIDA MATOS GANASINI

Secretária Executiva da Câmara Municipal

FERNANDA ROSA SOCIAL

Assistente Administrativa do CIGA

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 001, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 001, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Servidores para Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 056/93 de 30/07/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores, ANA REGINA PAULO DE BORBA, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Compra e Licitação, nomeada pela Portaria nº 032 de 31/03/2016, ROSANE FERREIRA EMERIM, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo II, WILFRIED HEMMER, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo I, CÉLIA CAETANA PAULO DE BORBA ROXO ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo II para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo único. A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2017.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 018, de 31 de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2016.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

DECRETO Nº 002, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 002, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Servidores para Comissão Permanente de Licitação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 056/93 de 30/07/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores, ANA REGINA PAULO DE BORBA, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Compra e Licitação, nomeada pela Portaria nº 032 de 31/03/2016, ROSANE FERREIRA EMERIM, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo II, WILFRIED HEMMER, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo I e CARMELUCIA DA CUNHA VUOLO ocupante do cargo permanente de Auxiliar Administrativo do SAMAE, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação – CPL de SAMAE de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo único. A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2017.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o decreto nº 019, de 31 de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2017.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

DECRETO Nº 003, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 003, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em Licitações na modalidade de Pregão no Âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas as Servidoras ANA REGINA PAULO DE BORBA, matrícula nº 369 e LUANA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº 1990 para atuarem como Pregoeiras em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Ficam designadas para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, as servidoras:

- I. CÉLIA CAETANA PAULO DE BORBA ROXO, matrícula nº 165;
- II. FÁBIO DE SOUZA MACHADO, matrícula nº 1451 e
- III. ROSANE FERREIRA EMERIM, matrícula nº 004.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 023, de 31 de março de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

. Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de janeiro de 2017.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

DECRETO Nº 004, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 004, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em Licitações na modalidade de Pregão no âmbito do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado a Servidora ANA REGINA PAULO DE BORBA, matrícula nº 369 e LUANA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº 1990 para atuarem como Pregoeiras em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do SAMAE de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, os servidores

- I. CELIA CAETANA DE BORBA; matrícula nº 165;
- II. FABIO DE SOUZA MACHADO matrícula nº 1451 e
- III. CARMELUCIA DA CUNHA VUOLO, matrícula nº 628.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 029, de 05 de maio de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2017.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

DECRETO Nº 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Fixa o valor da UFM para o exercício de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Parágrafo único do Art. 336, da Lei nº 92, de 05/12/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 400,21 (quatrocentos reais e vinte um centavos) o valor da UFM para o exercício de 2017.

Art. 2º Revoga-se disposição em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2017.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 174 AO 180/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA LTDA
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de automação de processo seletivo, por prova de títulos, horas de curso e tempo de serviço, na área da educação do município de Santa Rosa do Sul/SC, englobando implantação, gerenciamento e suporte on-line das inscrições aos candidatos e treinamento de pessoal para utilização do software gerenciador de inscrições on-line (GerACT 2.0) nas datas de validação das inscrições.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Vigência: 11/11/2016 a 30/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2016

Processo de Licitatório nº 081/2016 – Pregão Presencial nº 081/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SEBASTIÃO TEIXEIRA DE BITENCOURT- ME

OBJETO: Fornecimento de Troféus e medalhas para premiação no Campeonato Municipal de Bocha, de Futsal e Futebol de Campo, exercício 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 11.662,00 (onze mil reais e seiscentos e sessenta e dois reais).

Vigência: 21/11/2016 a 30/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175A/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARIA CRISTINA COELHO MACHADO E CIA LTDA – ME

OBJETO: O Objeto previsto na Clausula Segunda do contrato de origem, fica aditado para incluir os quantitativos.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 12.363,65 (doze mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: 23/11/2016 a 30/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2016 - Processo Licitatório nº 059/2016 – DL.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE –AMESC

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, conforme convênio nº 2016TR001627. Em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Vigência: 30/11/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2016 - Processo Licitatório nº 060/2016 – DL.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE –AMESC

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, conforme convênio nº 2016TR001627. Em conformidade com o disposto no instrumento original do contrato.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Vigência: 30/11/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2016 - Processo Licitatório nº 035/2016 – TP.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, em conformidade com o instrumento original do contrato e nos termos da Lei n.º 8.666/93. E fica aditado para supressão de valores, devido a alteração do projeto de drenagem.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: O valor previsto do contrato de origem nº 093/2016, fica suprimido em R\$ 2.739,40 (dois mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos), ficando o valor total diminuído de R\$ 397.378,02 (trezentos e noventa e sete mil, trezentos e trinta e oito reais e dois centavos).

Vigência: 02/12/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2016

Processo Licitatório nº 083/2016 – CV

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ATRAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- EPP

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas de Palco, Tendás, Sonorização e Iluminação, para realização do evento Natal iluminado, Edição 2016, a ser realizado entre os dias 12/12/2016 a 26/12/2016.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 26.235,00 (vinte e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2016 - Processo de Licitação Nº 033/2016 - PR.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: RAC SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a Prorrogação da vigência contratual de 02/01/2017 até 31/12/2017, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira do instrumento original do Contrato e nos termos do Art. 57, da Lei N.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 181.440,00 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais).

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº .23-2017

DECRETO Nº023/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

Considerando o fato de que o Município não dispõe em seu quadro efetivo nenhum profissional de Assistente Social;
Considerando que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS necessita de um profissional Assistente Social, sob pena de perder programas e recursos importantes para a população;
Considerando que é uma exigência do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS tenha profissional habilitado na função de Assistente Social e que esse profissional seja exclusivo para o CRAS;
Considerando a necessidade da contratação, em caráter emergencial e de excepcional interesse público, de profissional habilitado na função de Assistente Social para o CRAS até a realização de teste seletivo ou concurso público;
Considerando, assim, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que a dispensa do processo seletivo, para a contratação em caráter emergencial, se mostra como a medida viável para evitar a descontinuidade nos serviços públicos e garantir respeito ao interesse público;
Considerando que a contratação temporária só poderá ocorrer nos termos também postos pela Constituição Federal, no inciso IX do art. 37, que a permite por “tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada em caráter temporário de excepcional interesse público a servidora Andreia Francisca Ely Scherer, no cargo de Assistente Social, código 086, carga horária de 30 horas semanais, lotada no Fundo Municipal de Assistência Social até a realização de Teste Seletivo ou Concurso Público.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC,
em 05 de janeiro de 2017.

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO Nº. 21/2017

DECRETO Nº021/2017

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença sem vencimento, por tempo indeterminado, a servidora pública ANDREIA FRANCISCA ELY SCHERER, matrícula nº 10243/01, ocupante do cargo de Monitor Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com início a partir do dia 04 de janeiro de 2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 04 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

matricula: 13034/01

DECRETO Nº. 22/2017

DECRETO Nº 022/2017

Dispõe sobre a autorização para crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1308/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 21.130,74 (vinte e um mil cento e trinta reais setenta e quatro centavos).

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
128	0300	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.120,03

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 21.130,74 (vinte e um mil cento e trinta reais setenta e quatro centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 04 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO Nº. 24/2017

DECRETO Nº024/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME: NELSON GOETZ

CARGO: COORDENADOR DE MANUTENÇÃO

NIVEL: CC-05

CODIGO: 1044

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 09 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

matricula: 13034/01

DECRETO Nº. 25/2017

DECRETO Nº025/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME: ARISTEO GASS

CARGO: CHEFE DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

NÍVEL: CC-05

CODIGO: 1043

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 09 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

matricula: 13034/01

DECRETO Nº. 26/2017

DECRETO Nº026/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

Considerando o fato de que o Município não dispõe em seu quadro efetivo nenhum profissional de Assistente Social;

Considerando, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que a dispensa do processo seletivo, para a contratação em caráter emergencial, se mostra como a medida viável para evitar a descontinuidade nos serviços públicos e garantir respeito ao interesse público;

Considerando que a contratação temporária só poderá ocorrer nos termos também postos pela Constituição Federal, no inciso IX do art. 37, que a permite por "tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público",

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada em caráter temporário de excepcional interesse público a servidora Juliana Manzoni Borges da Silva, no cargo de Assistente Social, código 0086, carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretária de Assistência Social até a realização de Teste Seletivo ou Concurso Público.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC,
em 10 de janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO Nº. 27/2017

DECRETO Nº027/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica revogado o decreto 161/2013 de 01 de Abril de 2013.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 10 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

DECRETO Nº. 28/2017

DECRETO Nº028/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

Considerando, que o Município possui mais caminhões do que servidores contratados;

Considerando, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que a dispensa do processo seletivo, para a contratação em caráter emergencial, se mostra como a medida viável para evitar a descontinuidade nos serviços públicos e garantir respeito ao interesse público;

Considerando que a contratação temporária só poderá ocorrer nos termos também postos pela Constituição Federal, no inciso IX do art. 37, que a permite por "tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público",

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado em caráter temporário de excepcional interesse público o servidor Marcelo Wommer, no cargo de Motorista de Caminhão, código 0013, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretária de Infraestrutura até a realização de Teste Seletivo ou Concurso Público.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC,
em 10 de janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO Nº. 29-2017

DECRETO Nº 029

Dispõe sobre alteração do horário de TURNO ÚNICO do Município de Santa Terezinha do Progresso e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado horário especial para atendimento ao público nos diversos setores do Município de Santa Terezinha do Progresso a

partir de 11 de Janeiro de 2017.

Parágrafo Primeiro – Estão inclusos no horário especial de atendimento o centro administrativo Municipal e todos os seus departamentos internos, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Assistência Social no horário das 13h00m às 19h00m.

Parágrafo Segundo – A Secretarias de Saúde atenderá no horário das 07h00m às 13h00m.

Parágrafo Terceiro – As Secretarias da Agricultura e Infraestrutura terão atendimento integral das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

10 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 03/2017

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Sr. Derli Furtado, torna publico, para o conhecimento dos interessados que realizou Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa por Justificativa, tendo como objeto a aquisição emergencial de Gasolina Comum, Diesel S-10 e Diesel Comum para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município.

O processo será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no edital.

A integra do edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Av. Tancredo Neves, 337, na Cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone: 049-3657-0001 e-mail: prefeitura@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.com.br.

Santa Terezinha do Progresso, 06 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 32/2017

PORTARIA Nº032/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE

Art.1º. Fica revogado a portaria 208/2016 de 04 de outubro de 2016.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 06 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

São Bento do Sul

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2017 FC

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

OBJETO: APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS MUSICAIS DURANTE AS RETRETAS DE VERÃO 2017, A SEREM REALIZADAS NA PRAÇA GETÚLIO VARGAS (CENTRO), PRAÇA LEOPOLDO RUDNICK (OXFORD) E CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS JOÃO ROESLER (SERRA ALTA) – SÃO BENTO DO SUL, CONFORME CORNOGRAMA PRE-ESTABELECIDO, E RETRETA NO DIA 23/9/2017, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

CONTRATADO: BANDA TREML

VALOR: R\$ 13.300,00 (TREZE MIL E TREZENTOS REAIS).

SÃO BENTO DO SUL, 10 DE JANEIRO DE 2017.
MARLA HUEBL KAISER
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MÁRCIO BROSKOWSKY
DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA – IL 1/2017

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS MUSICAIS DURANTE AS RETRETAS DE VERÃO 2017, A SEREM REALIZADAS NA PRAÇA GETÚLIO VARGAS (CENTRO), PRAÇA LEOPOLDO RUDNICK (OXFORD) E CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS JOÃO ROESLER (SERRA ALTA) – SÃO BENTO DO SUL, CONFORME CORNOGRAMA PRE-ESTABELECIDO, E RETRETA NO DIA 23/9/2017, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

II – Contratado: Banda Trem

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a

inexigibilidade de licitação se baseia no inciso III do Artigo 25 da Lei 8.666/93, onde é inviável a competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Fundada em 1913 no município de São Bento do Sul, a Banda Trem é uma das bandas mais antigas do Brasil, sendo que completou o seu centenário em 2013. A Banda Trem mantém, desde a sua fundação, a cultura e a tradição germânica por meio da música, e renova-se com a combinação do talento dos mais jovens com a experiência da velha guarda. Além das músicas germânicas características da banda, compõem o seu repertório músicas de diversas nacionalidades e ritmos. Apresenta-se em eventos diversos no município, arredores e outros estados brasileiros, além de já ter realizado apresentações no exterior e também gravado diversos LPs. Visto que mantém em São Bento do Sul as tradições culturais e musicais, e que é a banda mais tradicional do município, torna-se inviável a competição, conforme art. 25, III da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o valor é compatível com os preços praticados no mercado, considerando que possui mais de 30 integrantes.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Diretor Presidente Interino da Fundação Cultural, Sr. MÁRCIO BROSKOWSKY.

MARLA HUEBL KAISER
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MÁRCIO BROSKOWSKY
DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE - São Bento do Sul

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 015, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 015, de 9 de janeiro de 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º- Ficam designados para formação da Comissão Permanente de Licitação, na abertura, análise e julgamento das licitações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul - SC, que ficará assim constituída:

PRESIDENTE José Alexandre Koch – matrícula 444
SECRETÁRIO Karla Sofia Diener – matrícula 479
SUPLENTE Paulo Schwirkowski – matrícula 474
MEMBRO Luís Sérgio Ferreira – matrícula 319

MEMBRO Zaira Zipperer Schroeder – matrícula 368
MEMBRO Sandro Mateo Beier – matrícula 191
MEMBRO Everton de Souza Brandalize – matrícula 483

Art. 2º - Na Ausência de um dos integrantes, inclusive o Presidente, será substituído pelo Suplente da Comissão;

Art. 3º – Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de sua publicação, revogando-se a portaria nº 049 de 18 de março de 2016.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 016, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 016, de 9 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER a servidora ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º – As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 12/01/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 017, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 017, de 9 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MARCOS ANTÔNIO LEITHOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Eletricista, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2º – As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 12/01/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São João Batista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 001/PMSJB/2017 - PP 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 001/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMSJB/2017 - SRP

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Daniel Netto Cândido, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 001/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 001/PMSJB/2017 SRP, para a AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL COM INSTALAÇÃO DE TANQUE DE 15.000 LITROS COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, E A GASOLINA COMUM COM INSTALAÇÃO DE TANQUE DE 7.500 LITROS COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS DURANTE O ANO DE 2017, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO DO PRESENTE EDITAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 24/01/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 24/01/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 237/258, no horário das 7h às 13h, em dias úteis, ou pelo site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 10 de janeiro de 2017. Daniel Netto Cândido - Prefeito Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

INEX 03.17 FMS PROTESES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 03.2017 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 12 de janeiro de 2017.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para fornecimento de prótese dentaria maxilar e mandibular, a pessoas necessitadas do Município de São João do Oeste, com Recursos do Ministério da Saúde.

Vigência: até 31.12.2017 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 10 de janeiro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 04.17 GRÁFICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 04/2017, com sistema de registro de preço, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de impressão gráfica para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 11 de janeiro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 104 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 104 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1768 de 08 de dezembro 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 55.085,00 (cinquenta e cinco mil e oitenta e cinco reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para o Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0116 – Aplicações Diretas R\$ 55.085,00

TOTAL R\$ 55.085,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recurso vinculado do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/PAR – Plano de Ação Articulada - TD – Transferência Direta, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

22 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIANº 041/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 023/2016, Leis Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.324/2015; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Vespertino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - IARA DENIZE DE FATIMA FARIAS DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Vespertino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - MARIA ISABEL PEREIRA DO ROSARIO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Vespertino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - VIVIANE PEREIRA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - VERÔNICA RODRIGUES BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 042/2017

PORTARIANº 042/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 023/2016, Leis Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.324/2015; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - LORENA APARECIDA VIEIRA MACHADO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - ANGELINA COSTA LINHARES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Vespertino, Profª. Normalista, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - DANIELA DE SENA AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Vespertino, Profª. Plena, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino/Vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - ANA MARIA MARAFIGO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino/Vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - EMILIA MARCIA RODRIGUES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino/Vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017. - ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARÃES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, período Matutino/Vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/01/2017.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

TERMO ADITIVO/TA Nº 073/2016-01 – CC 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 073/2016-01 – CC 015/2015 - Proc. Adm. 24496/2016 – Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE 44 (QUARENTA E QUATRO) RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DA READEQUAÇÃO QUANTITATIVA: Conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (fls. 103-109), conforme análise jurídica apresentada pela Procuradoria-Geral do Município, o Contrato nº 073/2016 será suprimido em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento) e acrescido em 6,31% (seis vírgula trinta e um por cento), não representando reflexo financeiro, conforme justificado pela Secretaria gestora do Contrato. DA ADEQUAÇÃO DO PROJETO ORIGINAL: O projeto original do Contrato nº 073/2016 sofrerá ajustes, adequando-se às novas características necessárias à consecução da obra, conforme documentos que instruem o processo administrativo para atender de forma mais eficaz e eficiente o interesse público primário. DO VALOR DO CONTRATO: Considerando-se todas as alterações ocorridas, o contrato continuará a vigorar com o valor original de R\$ 13.924.256,79 (treze milhões, novecentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos), tendo em vista que não há reflexo financeiro na readequação. Data da assinatura: 08 de dezembro de 2016.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO FMS PREGÃO PRESENCIAL N.02/2017

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2017 – Registro de preço
O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 02/2017, Edital de Pregão Nº 02/2017, REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER LIMPEZA GERAL E HIGIENIZAÇÃO INTERNA COMPLETA POR MEIO DE PULVERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 23/01/2017. No mesmo horário será feito o credenciamento das proponentes, dos representantes e realizado a abertura das propostas para lançamento no sistema, para iniciar os lances, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº02/2017, Edital de Pregão Nº02/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE SÊMEN PARA USO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 30 de Janeiro de 2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:00hrs até as 13:00hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 023/2017

PORTARIA Nº 023/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos Incisos VI, IX e XI, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 04 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal Leilane Pavan Weis, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche, Matrícula 3265.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2017.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 10 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

CELIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 024/2017

PORTARIA Nº 024/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Mara Regina Deves Budtinger, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, matrícula 3291, referente ao período aquisitivo de 10/01/2016 a 09/01/2017, para serem gozados no período de 10 a 29 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 10 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 025/2017

PORTARIA Nº 025/2017.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 08 (oito) dias de GOZO de férias ao Servidor Público Municipal Renan Lopes, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, Matrícula 2459, no período de 11 a 18 de janeiro de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 5.752, de 16 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 11 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA Nº 026/2017.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de GOZO de férias ao Servidor Público Municipal Rudimar Cesar Winter, ocupante do cargo efetivo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, Grupo ANS, Nível 11, Matrícula 1691, no período de 12 a 26 de janeiro de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 5.625, de 21 de julho de 2015 e Decreto nº 5.849, de 12 de julho de 2016, restando 17 (dezessete) dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 11 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 41, DE 12 DE JUNHO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 41, DE 12 DE JUNHO DE 2012.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal Marizete Aparecida Ricardi, CPF: 041.698.339-10.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 41, de 12 de junho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A562HB60, com registro no patrimônio do Município sob nº 9544, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público, tendo em vista o roubo do equipamento conforme o Boletim de Ocorrência PMSC nº 2427292, de 02/01/2017.

Data da assinatura: 10 de janeiro de 2017.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marizete Aparecida Ricardi - servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 134, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 134, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir, a partir de 02 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal NADIA GAVA BOLZAN, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 3113/01, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR- 5) por exercer a Função de Auxiliar Direto da Comissão Permanente de Licitações, com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular". (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 137, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 137, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001, de 04 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora, que irá coordenar a execução do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 001, de 04 de janeiro de 2017, destinado a admissão de professores em caráter temporário e excepcional e formação de Cadastro de Reserva, para o ano letivo de 2017, na Rede Municipal de Ensino, sob a presidência do primeiro:

I - Solange Bauer da Rosa Cenci, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 346/02;

II - Kerly Cristina Catani Hippler, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, matrícula nº 1913/04;

III - Zilda Salete Michelon Savi, ocupante do cargo de Diretora Geral de Educação, matrícula nº 205/01;

IV - Alesandra D' Agostini Matte, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, matrícula nº 10802/01;

V - Anelise Vivian, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, matrícula nº 3370/01.

Art. 2º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 001/2017 aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 138, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 138, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Samara Alexandre, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3301/01, para responder cumulativamente pela coordenação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 742, de 23 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 25/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA ADEQUAÇÕES DO TRÂNSITO REFERENTE AO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NA ÁREA CENTRAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO, CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
VIGÊNCIA: Prorrogado até 18/03/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI
São Miguel do Oeste, SC., 04 de janeiro de 2017.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 6.2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 06/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: aquisição de combustíveis destinados aos veículos, máquinas e equipamentos vinculados para as Secretarias Municipais da Educação e Infraestrutura, conforme necessidade emergencial, para suprir, momentaneamente, a frota municipal. Contratado: STANG & STANG LTDA, Valor Total de R\$ 7.805,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 10 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 46/2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 46/2016
Processo Licitatório 27/2016
Dispensa de Licitação 04/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PERMANÊNCIA DO IDOSO DEJANDIR PEREIRA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº 0900112-35.2016.8.24.0067, NO LAR DIVINA PROVIDÊNCIA – NUPAI, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS – SC, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93
VIGENCIA: Prorrogado até 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS ASSINA
pela CONTRATADA: DENIS MAURICIO SIGNORI
São Miguel do Oeste, SC., 30 de dezembro de 2016.

PROCESSO 01.2017 DL 1.2017 - AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 03/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AOS VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. NECESSIDADE EMERGENCIAL, PARA SUPRIR MOMENTANEAMENTE A FROTA MUNICIPAL.
Valor Total de R\$ 6.913,35. Contratada: STANG & STANG LTDA.
Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.
São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.
RENATO ROMANCINI
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 03/2017

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2.004 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 300,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 300,00

Suplementa:

3.3.93.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 300,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 04/2017

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO.

13.03.17.512.15.2.093 - Funcionamento e Manutenção da

Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 30.689,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.689,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.689,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 234/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 234/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9.2.056 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 184,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 184,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 184,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº001/2017

DELEGA PODERES A TESOUREIRA E PREFEITO MUNICIPAL PARA AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica delegado os poderes a Tesoureira e Prefeito Municipal, conforme segue abaixo:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº002/2017

DELEGA PODERES A SECRETARIA DE SAÚDE E PREFEITO MUNICIPAL PARA AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica delegado os poderes a Secretaria de Saúde e Prefeito Municipal, conforme segue abaixo:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº235/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº235/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do INSPA.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do INSPA no valor de R\$ 26.023,36

(vinte e seis mil vinte e três reais e trinta e seis centavos)por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

12 – INSPA

12.01.9.272.13-2.089 – Pagamento de Inativos e Pensionistas R\$ 26.023,36

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003 – Aplicações Diretas R\$

26.023,36

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

DISPENSA 76.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 76/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993, “na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação”. Dispensável é a licitação com a empresa CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL CNPJ 09.427.503/0001-12 para a contratação dos serviços de tecnologia da informação do Programa de Gestão Tributária (CIGA).

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais), divididos em parcelas mensais até o dia 31/12/2017.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contratam-se a Empresa acima descrita para a contratação dos Serviços de Tecnologia da Informação do Programa de Gestão Tributária (CIGA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546 – Estreito – Florianópolis SC- CEP: 88070-101.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica. 03.01.2.004.3.3.93.

00.00.00.00.00.01.0000 (10)

Seara

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 45/2017

Portaria n.º 45/2017, de 10 de janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas do cargo e combinadas com as disposições da Lei nº 489, de 01 de março de 1985, nomeia os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Curador da Fundação Cultural de Seara, na forma que dispõe:

Diretoria Executiva:

- Diretora Presidente: Elaine Fátima Aigner Benetti
- Diretor Vice-Presidente: Dirlei Giombelli Wildner
- Diretor Secretário: Cristiane Dutkewicz
- Diretor Tesoureiro: Cláudia Regina Nardi

Conselho Deliberativo:

- Diretora Presidente: Elaine Fátima Aigner Benetti

Titulares:

- Representante dos Professores: Deyze Boarim Gonçalves Paludo
- Representante da Prefeitura: Neri Cosmann
- Representante da Câmara de Vereadores: Marines Miranda
- Representante da Federação Catarinense de Agricultura: Arloci Berno
- Representante da Indústria e do Comércio: Gilson Michaelsen

Suplentes:

- Representante dos Professores: Ana Paula Trentini Alves
- Representante da Prefeitura: Nelson Carpe da Silveira
- Representante da Câmara de Vereadores: Adriana Camargo
- Representante da Indústria e do Comércio: Adilson Mattiello

Conselho Curador:

Titulares:

- Representante da Prefeitura: Fabiana Mariani
- Representante da Câmara de Vereadores: Adriana Camargo
- Representante do Conselho Deliberativo: Simone Fátima Gehlen Jung

Suplentes:

- Representante da Prefeitura: Luiz Dalago Junior
- Representante da Câmara de Vereadores: Marines Miranda
- Representante do Conselho Deliberativo: Rosemeri da Silva Fracasso

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 10 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios em cumprimento a legislação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), compreendendo o período de (Fevereiro a Agosto de 2017). A referida aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino e da Creche do município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 31 de janeiro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 31 de janeiro de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 11 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 001

PORTARIA Nº. 001/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal da Ata de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 051/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução da referida Ata na forma e condições abaixo relacionada:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº:	001/2017		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA PARA A CONFEÇÃO DE SILAGEM PARA ATENDER AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO AGROPECUÁRIO.		
EMPRESA:	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP		
CNPJ Nº:	11.451.859/0001-33		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	LUCIANO DOS SANTOS		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	030.509.349-56	MATRÍCULA:	48
LOTAÇÃO:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	CÉSAR SPEROTO		
CARGO:	Agente Administrativo		
CPF:	868.040.659-72	MATRÍCULA:	18
LOTAÇÃO:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		

Art. 2º O serviço de fiscal da Ata e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE POSSE

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DO PREFEITO MUNICIPAL E DO VICE-PREFEITO ELEITOS NO PLEITO DE DOIS DE OUTUBRO DE 2016.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no Pavilhão Comunitário Católico, sob a Presidência do Vereador Jaci Marin, o mais votado entre os Vereadores eleitos, às 10 horas, em sessão solene, compareceram, investidos automaticamente em seus respectivos cargos em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete, os Senhores Darci Cerizolli e Rafael Senhor para prestarem compromisso e serem empossados, respectivamente, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Serra Alta eleitos no pleito de dois de outubro do ano de dois mil e dezesseis, pela coligação denominada "Decida o futuro, você faz a diferença", composta pelos seguintes Partidos: Partido Progressista – PP, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, Partido Social Cristão – PSC e Partido Popular Socialista – PPS. Após cumpridas as demais formalidades de Lei, bem como a apresentação do diploma e a declaração de bens, que ficarão arquivados na Secretaria da Câmara à disposição dos interessados, prestaram o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Serra Alta e as demais leis, desempenhar, com lealdade, o mandato que me foi outorgado, e promover o bem geral do povo Serraltense, exercendo com patriotismo as funções do meu cargo". Em ato contínuo, foram declarados empossados pelo Senhor Presidente, Vereador Jaci Marin, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Serra Alta, para o período compreendido entre primeiro de janeiro do ano de

dois mil e dezessete à trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte. Para que surta todos os efeitos legais, eu, Cristiano Fuzinato, Secretária da Câmara de Vereadores de Serra Alta lavrei o presente termo, que vai assinado pelos empossados, pelo Presidente e Secretário da presente sessão. Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Darci Cerizolli
Prefeito Municipal

Rafel Senhor
Vice-Prefeito

Jaci Marin
Presidente

Elenice Crestani de Carli
Secretário

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO SUPLEMENTAÇÃO 007/2017

DECRETO Nº. 007/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 141.787,09 (Cento e quarenta e um mil setecentos e oitenta e sete reais e nove centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da Secretaria de Saúde
MODALIDADE: 3.3.90.0302 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0302 – Superávit Saúde 15% R\$ 12.918,92

MODALIDADE: 3.3.90.0323 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0323 – Superávit Convênio Saúde R\$ 34.857,20

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.019 – Atenção Básica Pab Fixo e Variável
MODALIDADE: 3.3.90.0364 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0364 – Superávit Atenção Básica R\$ 19.052,31

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.120 – Agentes de Saúde
MODALIDADE: 3.1.90.0364 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0364 – Superávit Atenção Básica R\$ 11.070,63

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.121 – Programa Saúde da Família
MODALIDADE: 3.1.90.0364 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0364 – Superávit Atenção Básica R\$ 10.800,81

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.118 – Programa Saúde Bucal
MODALIDADE: 3.3.90.0364 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0364 – Superávit Atenção Básica R\$ 3.605,58

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.116 – Farmácia Básica
MODALIDADE: 3.3.90.0367 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0367 – Superávit Financeiro – Farmácia Básica R\$ 1.948,56

MODALIDADE: 3.3.90.0323 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0323 – Superávit Farmácia Básica Estado R\$ 4.980,75

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.135 – Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade- PMAQ
MODALIDADE: 3.3.90.0364 – Aplicações Diretas (XX)

FONTE DE RECURSO: 0364 – Superávit Atenção Básica R\$ 36.611,15

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.136 – Teto Mun. Media e Alta complexidade Amb. Hosp. MAC
MODALIDADE: 3.3.90.0365 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 0365 – Superávit MAC R\$ 5.941,18

TOTAL R\$ 141.787,09

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 141.787,09 (Cento e quarenta e um mil setecentos e oitenta e sete reais e nove centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do Superávit Financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, apurado na fonte de recurso 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 17% no valor de R\$ 12.918,92, na fonte de recurso 0023 – Transferência Convênio - Saúde no valor de R\$ 39.837,95, na fonte de recurso 0064 – Atenção Básica no valor de R\$ 81.140,48, na fonte de recurso 0065 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar no valor de R\$ 5.941,18, na fonte de recurso 0067 – Assistência Farmacêutica Básica no valor de R\$ 1.948,56.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAÇÃO 008/2017

DECRETO Nº. 008/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.082,64 (Dezoito mil oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da Secretaria de Saúde
MODALIDADE: 4.4.90.35108 – Aplicações Diretas (XX)
FONTE DE RECURSO: 35108 – Superávit Min. Saúde Investimento R\$ 18.082,64
TOTAL R\$ 18.082,64

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 18.082,64 (Dezoito mil oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do

Superávit Financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, apurado na fonte de recurso 35108– Superávit Conv. Ministério saúde Investimento.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 016/2017

PORTARIA Nº. 016/2017.

PROCEDE A RETORNO DA SERVIDORA SRA. SIMONE LAMB NEU AO SEU CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Reconduz a servidora Sra. SIMONE LAMB NEU ao cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, cadastrada na matrícula nº. 527/01, com carga horária de 20 (vinte) semanais, que estava em férias conforme a Portaria Nº. 010/2017, cumprido com as devidas atribuições, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 10 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dez de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 017/2017

PORTARIA Nº. 017/2017. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 035/2015 de 03 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. ANDREIA WACHHOLZ, para exercer o Cargo Comissionado de ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, responsável pela Agência do Correios e auxiliar nas atividades administrativas na Prefeitura Municipal de Tigrinhos, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 11 de Janeiro de 2017, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 25/2017; ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

DECRETO Nº 25, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01 de 1º de Março de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Thalia Lopes dos Santos, CPF nº 119.025.799-84 e RG 6.029.639, no Cargo de Chefe do Serviço de Ações Sociais, Cadastro e Projetos Habitacionais, no Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretario de Administração e finanças

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

EDITAL DE LICITAÇÃO 1/2017

Convite Nº 1/2017

Processo PBS Nº 1/2017

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 23/01/2017

HORA: 14:00 h

LOCAL: SAMAE DE TIMBÉ DO SUL

RUA CARLOS SAVI, 365 - CENTRO

CEP:88940-000 – TIMBÉ DO SUL -SC LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

EMPRESA:

ENDEREÇO:

Solicitamos cotação de preço para objeto conforme especificado no ANEXO I, observadas as seguintes normas e condições:

1 – OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESTOQUE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES constantes no anexo I.

2 - TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Esta licitação reger-se-á pelo tipo de: Menor Preço/Item

Forma/Regime de Execução: Menor Preço global.

3 - DA ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

3.1 - A abertura das propostas dar-se-á no dia, hora e local indicados neste Convite.

3.2 - O recebimento das propostas dar-se-á no mesmo local onde será realizada a abertura.

3.2.1- Serão acolhidas todas as propostas que forem entregues até a hora da abertura.

4 - DA SUBORDINAÇÃO

O presente convite subordina-se em seu todo, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº.8883/94 de 08 de junho de 1994.

5- DA DOCUMENTAÇÃO

5.1- As firmas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar em ENVELOPE SEPARADO, no ato da abertura das propostas, os documentos abaixo relacionados, em cópia autenticada e na falta desta apresentar original para confronto. Os documentos extraídos via internet estarão sujeitos a verificação de regularidade nos respectivos sites: www.caixa.gov.br, www.inss.gov.br e www.tst.jus.br.

a. Prova de regularidade de situação fiscal perante o FUNDO DE GATANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CND FGTS);

b. Certidão Negativa de débito junto ao INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL (CND INSS);

c. O documento exigido na letra "b" pode ser substituído pela certidão negativa conjunta de regularidade fiscal e previdenciária perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/2014 e MF 443, de 17/10/2014)";

d. Declaração de conformidade com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (modelo anexo III);

e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452/1943, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.

f. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão anexar ao envelope de habilitação documento que comprove essa condição se quiserem se beneficiar das disposições dos artigos 42 a 45 da LC n.º 123/2006, de 14/12/2006, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte:

- Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo Anexo IV);
- Certidão simplificada obtida na Junta Comercial do Estado.

5.2 – Apresentar junto aos documentos de habilitação endereço eletrônico da empresa participante para envio de atas e comunicados referentes ao processo de licitação.

5.3 – A habilitação deverá ser apresentada em envelope fechado e rubricado pelo representante do licitante, com a seguinte identificação externa:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE

ENDEREÇO

Convite Nº 1/2017

SAMAE TIMBÉ DO SUL

ABERTURA: 23/01/2017 ÀS 14:00 horas

6 – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - O licitante deverá apresentar sua proposta da seguinte forma;

6.1.1 - Em papel timbrado;

6.1.2 - Datilografada em língua portuguesa;

6.1.3 - Datada;

6.1.4 - Rubricada em todas as páginas e assinada na última página, constando o nome e o cargo da pessoa juridicamente habilitada para assinar;

6.1.5 - Em envelope fechado e identificado, na forma do item 6.3.

6.2 - Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

6.2.1 - Prazo de entrega proposto: máximo 30 dias.

6.2.2 - Prazo de validade da proposta, no mínimo de 30 DIAS;

6.2.3 - Preços unitários em algarismos e o preço global, em algarismos e por extenso, em moeda corrente; sendo os preços fixos até a entrega e instalação final;

6.3 - A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado e rubricado pelo representante do licitante, com a seguinte identificação externa:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE

ENDEREÇO

Convite Nº 1/2017

SAMAE TIMBÉ DO SUL

ABERTURA: 23/01/2017 ÀS 14:00 horas

Obs: Os envelopes deverão ser protocolados até as 13h:45min. 7 – PRAZOS E PAGAMENTOS

7.1 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

7.2 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

7.3 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

7.4 - O pagamento será realizado pelo SAMAE após o recebimento do material e/ou execução dos serviços contra apresentação da Nota Fiscal, em até sete dias úteis após recebimento da mesma.

7.5- A Nota Fiscal deverá indicar o número da Nota de Empenho correspondente.

7.6 - O eventual atraso de pagamento por parte do SAMAE, implicará em atualização monetária do valor, cujo índice para órgãos públicos é o INPC –IBGE, e os juros devidos são os previstos no art. 1.062, do Código Civil, 6 ao ano, ou 0,5% ao mês.

8 - REUNIÃO DE LICITAÇÃO

8.1 - Recomenda-se aos licitantes que desejarem participar da reunião de licitação que estejam no local 15 (quinze) minutos antes do horário previsto.

8.2 - Para participar da reunião, os licitantes deverão estar legalmente representados, através de procuração pública ou particular, carta de apresentação ou contrato social, conforme o caso, juntamente com a cédula de Identidade ou documento equivalente. As credenciais serão apresentadas em separado dos envelopes.

8.3 - A reunião de licitação se desenvolverá como segue:

8.3.1 - Abertura da reunião;

8.3.2 - Credenciamento dos licitantes presentes;

8.3.3- Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes;

8.3.4 - Rubrica de todos os licitantes nos documentos apresentados;

8.3.5 - Apreciação dos documentos;

8.3.6 - Devolução dos envelopes contendo as propostas fechados aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso;

8.3.7 - Estando todos os licitantes proponentes presentes na reunião e não tendo sido interposto recurso quanto à habilitação, o que será entendido como desistência e constará em ata, serão abertos os envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados. Se alguma empresa proponente não estiver representada na reunião, será concedido prazo para recurso, na forma do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, sendo que os envelopes de propostas somente serão abertos após encerrada a fase de habilitação, em data e horário previamente determinados pela Comissão de Licitação.

8.3.8 - Interposto recurso, a reunião será suspensa até o julgamento, sendo comunicados os licitantes do seu conteúdo e decisão, bem como do reinício dos trabalhos;

8.3.9 - A abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas será realizada em ato público com a lavratura de ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão;

8.3.10 - As propostas serão rubricadas pelos licitantes presentes e pela Comissão.

8.4 - É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada à esclarecer ou a complementar o processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

8.5 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9 - JULGAMENTO

9.1 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da licitação;

9.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo (Parágrafo 2º. do Art. 45, Lei 8.666/93).

9.3 - O SAMAE DE SÃO LUDGERO se reserva o direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação em parte ou no todo, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

9.4 - A adjudicação prevista neste aviso será feita pelo Menor Preço dos Itens no julgamento das propostas, levando-se em conta, o critério de Menor Preço.

9.5 - Aprovada a licitação, será emitida nota de empenho/ Autorização de fornecimento e/ou execução dos serviços, ficando o fornecedor ou executor obrigado a cumpri-los de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em sua proposta, com assinatura de contrato de acordo com o Anexo II, que deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

9.6 - As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão anexar ao envelope de habilitação documento que comprove essa condição se quiserem se beneficiar das disposições dos artigos 42 a 45 da LC n.º 123/2006, de 14/12/2006, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 11, caput, do Decreto n.º 6.204/2007.

10 - DO REAJUSTE (válido para entrega futura e pagamento parcelado) -

Serão adotados os seguintes critérios de reajuste: SEM REAJUSTE.

11 - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente 2017, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 17 Sistema de Água e Esgoto

Projeto/Atividade: 1.021 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água

Elemento: 4.4.90.30.99.00.00.00 Outros Materiais de Consumo

12 - SANÇÕES

12.1 - De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a licitante adjudicada que descumprir as condições deste Edital, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

12.1.1 - Advertência;

12.1.2 - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o SAMAE DE TIMBÉ DO SUL pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o SAMAE DE SÃO LUDGERO, e toda a Administração Pública, de acordo com o inc. IV, do art. 87, c/c o inc. XI, do art. 6º, ambos da Lei de Licitações - Lei n.º 8.666/93.

12.1.4 - Não serão aplicados, principalmente multa, se comprovadamente, o atraso na execução dos serviços, advier de caso fortuito ou de força maior.

13 - DO RECURSO

Dos atos decorrentes deste Edital, praticados pelo SAMAE DE SÃO LUDGERO, caberá:

13.1 - Recurso, no prazo de dois dias úteis a contar da lavratura da ata ou da intimação do ato, nos casos de:

13.1.1 - Habilitação ou inabilitação do licitante;

13.1.2 - Julgamento das propostas;

13.1.3 - Anulação ou renovação da licitante;

13.1.4 - Indeferimento do pedido de inscrição no registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

13.1.5 - Rescisão do contrato pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

13.1.6 - Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

13.2 - Representação no prazo de dois dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, desde que não caiba recurso hierárquico.

13.3 - Pedido de reconsideração de decisão da SAMAE DE SÃO LUDGERO, nos casos previstos na Lei Nº. 8666 de 21/06/93 e legislação pertinente, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

13.4 - Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de dois dias úteis.

13.5 - O recurso será dirigido a autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão,

no prazo de 02 (dois) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

13.6 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - O SAMAE DE TIMBÉ DO SUL reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

14.2 - No caso de não haver expediente para a data fixada a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á as 14:30 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

14.3 - A presente licitação é regida pelas disposições da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

14.4 - Faz parte integrante deste edital de licitação:

- Anexo I – Objeto;
- Anexo II – Modelo de Declaração Regularidade Junto ao Ministério do Trabalho;
- Anexo III - Modelo de Declaração EPP;

Timbé do Sul-SC, 11 de Janeiro de 2017.

JUCIANA CARLESSI BURIN
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ANEXO I – DO OBJETO

Item	QT	UN	ESPECIFICAÇÃO
01	100	BAR	Tubo PVC PBA Classe 15 JEI DN 75mm DE 85mm x 6mt
02	200	BAR	Tubo PVC PBA Classe 15 JEI DN 50mm DE 60mm x 6mt
03	50	BAR	Tubo PVC Defoyo JEI DN 150mm x 6mt
04	30	PÇ	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 150MM
05	3000	M	Tubo PE 80 Ramal Pred. 100m 20 x 2.3mm – preto
06	2000	M	Tubo PE 80 Ramal Pred. 100m 32 x 3.0mm – preto
07	20	PÇ	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO UTILIZADO EM TUBOS DE FERRO OU PVC DN 150 X 1', COMPOSTO DE PARAFUSOS, PORCAS E ANEL DE VEDACAO.

REQUISITOS PARA COTAÇÃO:

1. Todas as conexões e tubos que requerem junta Elástica de borracha, deverão ser cotados e fornecidos com anel incluso.
2. As marcas cotadas deverão ser consideradas qualificadas no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habit -PBQP-H, do Ministério das Cidades e estarem de acordo com as respectivas NBR'S, sob pena de desclassificação da proposta.
3. Se considerar necessário, a Comissão Permanente de Licitação, antes do julgamento das propostas poderá solicitar amostra do material ofertado, para verificação de atendimento das especificações exigidas.

JUCIANA CARLESSI BURIN
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃOANEXO II

(MODELO DE DECLARAÇÃO)

DECLARAÇÃO REGULARIDADE JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, _____, representante legal da empresa _____, DECLARO, sob as penas da lei, que nos termos da Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999 que alterou dispositivos da Lei 8.666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que a nossa empresa, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federativa do Brasil.

Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente.

Local e data

Assinatura

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

ANEXO III
(Modelo de declaração para Microempresa/EPP)

AO
SAMAE DE TIMBÉ DO SUL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na alínea "f" do subitem 5.1 do Edital CV-17/2016, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2016.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBS:Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

Timbó

PREFEITURA

DECRETO NO 4416, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO No 4416, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-453,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

PREFEITURA – BENS TRANSITÓRIOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
64	Cadeira	40,00
1900,1904	Estante	15,00
1923,1926,1935	Mesa	10,00
2274,2277	Conjunto 4 cadeiras	4,00
3066,3461,3462,3464	Mesa	10,00
3465 A 3468	Banco	5,00
5363,5372,5375,5378,5384,5442,5445, 5455,5529,5555,5569,5619,5632, 5639,5664,5667,5679,5797,6548	Cadeira	8,00
6644,6650,6709,6710,6724,6737,6803, 6864,6882,6887,6928,7005,7028,7030, 7047,7049,7056,7058,7074,7091,7093, 7108,7109,7113,7117,7125,7126,7129, 7138,7148,7153,7155,7180,7183,7323, 7326,7327	Cadeiras diversas	1,00
9405	Impressora xerox	1.075,00
10178 E 10179	Gaveteiro	79,00
11192,11193,11195,11196,11198,11200, 11207,11751,11823,11862	Cadeira	21,00
22333,22335 A 22340,22344	Cadeira	39,00
26254 A 26259	Globo terrestre	208,00
26260 A 26271	Modelo anatomico	178,00
27300	Balcão mdf	273,00
9612	Monitor	300,00
9754	Cadeira giratória	72,00
9806	Cadeira giratoria	215,00
9811	Cadeira giratória	67,00
9944,10039,10041,10042,10044,10047,10048, 10049,10050,10051,10052,10053,10054,10056 A 10062, 10064 A 10067	Cadeira em laminado	48,00
10246,10247,10250 A 10252,10255,10260, 10274,10284	Carteira	23,12
10389,10390,10396,10401,10403,10405,10407, 10410,10412,10413, 10414,10418,10422,10423,10425,10426, 10427,10428,10434,10435,10586	Cadeira em laminado	15,41
10718	Mesa	144,00
10822	Cadeira giratória	70,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI ARCO IRIS		

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
3062	Mesa de fórmica	10,00
3063	Mesa de fórmica	10,00
12160	Conjunto modular	416,00
15902	Mesa quadrada	430,00
15906	Máquina de lavar roupas	1.099,00
15913 a 15915	Aparelho de som	157,00
15927,15929,15931,15932	Cadeira	49,00
16227,16229,16230,16232	Banco	100,00
16263	Teclado	41,00
17511	Cadeira para bebe	150,00
19076	Aparelho de dvd	128,70
19240, 19264,19265	Carrinho de bebe	155,00
19720	Centrífuga	294,50
19738	Liquidificador	55,00
19744	Forno elétrico	275,00
22457 a 22463	Cadeira para alimentação	102,00
22479 a 22488	Berço	129,00
25678,25679	Colchonete	80,00
26107	Fogão 4 bocas	1.075,00
27923	Câmara fotográfica	385,00

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
522	Suporte para CPU	5,00
845	Estante de madeira	60,00
858	Cadeira preta	10,00
863	Impressora HD	400,00
17537	Monitor	281,22
19584	Livros diversos	31,00
19585	Recursos	50,00
19587	Livro direito eleitoral	89,00
19932	Livro processo adm.	140,00
19935	Livro atos de improbab.	65,00
19936	Livro responsabilidade penal	48,00
20304 a 20307	Livros	243,00
20312 a 20315	Livros	97,00
20330,20331	Procon	243,00
20334	Procon	59,00
20338 a 20341	Procon	97,00
20343	Procon	207,00
20813	Teclado	36,00
14622	Teclado	200,00
874	Cadeira curvin preto	10,00
816	Mesa	5,00
9389	Mesa	89,00
10736	Livro medidas liminares	65,00
10737	Livro com do cod proc civil	186,00
10741	Código tributário	85,00
10742	Exceção pré-executividade	29,00
10818	Cadeira giratória	70,00
10829	Telefone	50,00
11115	Monitor	380,00
11131	livro	99,00
11132	Manual direito tributário	48,00
11950	Estante	180,00
11960	Novo código civil	69,00
11965	Das servidões adminis.	165,00
12437	Controle jurisdicional	99,00
12488	Código de processo	108,00
12658	Livros didáticos	68,00
12977	Improbidade administrativa	90,00
12981	E4xtinção dos contratos	62,00
13977	Improbidade administrativa	79,00

14015	Direito processual	89,00
14030	Direito eleitoral	85,00
14304 e 14305	livros	116,00
14314	Competências legislativas	9,00
14325	Estatuto da cidade	68,00
14977	Técnica processual	98,00
15687,15690,15691,15704,15705,15709,15719, 15751,15773,15795,15796,15803,15826,15831, 15832,15848,15855,15856,15858,15859	Livros	1,00
15689	Livro	48,00
15892	Prática do processo	57,00
16295	Parcerias públicas - Livro	35,00
16376	Direito tributário	205,00
17141	Contratos código de defesa	208,00
17246	Comentários a consolidação	109,00
17484	Mesa	150,00
17487	Conexão de mesa	62,00
18249,18320	Manual de direito	110,00
17250	Programa de respons.	65,00
20332	Procon	243,00
21691	Telefone	34,40
21726	Manual de direito adminis.	160,00
23586	Hd 500gb	226,00
26226	Telefone	33,00
26406	Telefone	35,00
29217	Direito de construir	90,00
29220	Curso direito ao consumidor	229,00
29221	Manual de direito	151,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ENSINO PRESENCIAL/JOVENS E ADULTOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
698	Mesa em L	70,00
1278	Retro projetor	150,00
1936	Escrivaninha	30,00
2855	Escrivaninha	60,00
3186	Mesa	6,00
2571 e 2572	Escrivaninha	40,00
7781	Cadeira	40,00
8263	CPU pentium	200,00
8589	Estante	50,00
9470	Monitor	250,00
9741	Fax	423,00
9767,9768,9770	Extintor	50,00
10253,10254,10256,10258	Carteira	23,12
11126	No break	250,00
12103	Escrivaninha	111,24
16490	Mesa 1 metro	169,00
17362,17371,17375	Protoboard	109,50
17780	Furadeira	280,00
22161	Escrivaninha	211,00
29766	CPU pentium	200,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – CEDUP

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
25122 a 25124	Protoboard	58,00

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20568 a 20587	Quadro galeria ex-prefeitos	1,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUN.NESTOR MARGARIDA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
11364	Cadeira	29,00
20	Escrivaninha	40,00

338	Arquivo de aço	80,00
378	Estante de madeira	45,00
7338,7343,7345,7346,7349,7350,7356, 7364,7369,7380,7387,7388,7401,7402, 7459,7481,7484,7488,7496,7499,7506,7514, 7531,7532,7541,7561, 7563,7574,7579,7600,7606,7609,7610, 7613,7616,7627,7634,7644,7646,7651, 7672,7691,7696,7703,7715, 7721,7723,7725	Cadeira	8,00
7733 a 7738 a 7747,7749,7751 a 7762, 7764,7767,7768,7772 a 7774, 7776 a 7781 7785 e 7797	Cadeira	40,00
7804,7807 a 7809,7811 a 7813	Armário	25,00
7814 a 7816, 7818,7821 a 7823	CPU pentium	1.200,00
7844	Monitor	150,00
7846	Mimeógrafo	70,00
12915	Retro projetor	200,00
7706	Televisor	125,00
8779	Carteira	8,00
17530,17532,17533	Cadeira	30,00
17538 e 17540, 17636	Microcomputador	1.391,78
17581,17643,17649	Monitor	281,22
17619	Estabilizador	71,58
17654,17655,17663,17667	Microcomputador	1.361,78
3097,3122,3136,3137,3155,3161,3177,3188, 3189,3330,3337,3339,3346,3348,3350,3351, 3352,3353	Teclado	30,00
8774,8777,8778,8780,8781,8783,8784,8 785,8789	Cadeira	6,00
8789	Cadeira	30,00
8794,8795,8799,8800	Geladeira CCE	460,00
9419	Mesa	89,39
9832,9840,9847,9850	Teclado	40,00
9854,9857,9858,9863, 9867,9870,9871,9876, 9878,9883,9888 a 9896, 9898 a 9901,9903 a 9919, 9921 a 9933,9935 a 9943, 9945,9946	Carteira	48,00
10068	Cadeira	48,00
10070,10071,10643,10644	Mesa	112,00
10656,10657	Cadeira fixa	27,00
11293,11295,11298	Armário	243,00
11322,11324	Escritivaninha	114,08
11328 a 11338,11340, 11342,11346,11347,11351, 11352,11354,11357 a 11360,11362,11363	Mesa redonda	108,00
11387 , 11390 a 11392, 11394 a 11396,11398,11399,11401 a 11403, 11405 a 11408, 11415	Cadeira	29,00
11595 a 11599, 11604	Cadeira fixa	57,13
11607,11609,11610,11615,11623, 11627,11629,11631,11633,11636, 11637,11641,11644,11645,11648, 11650,11657,11659,11661,11662, 11665,11673,11674,11675,11689, 11694,11699,11700 a 11702, 11705,11706,11709,11710,11715, 11716,11718,11722,11724,11725, 11728,11730,11732 a 11734, 11736,11740,11752,11756,11763, 11773,11782 a 11784,11791,11796,11797,11801, 11814,11819,11835,11838,11841,11848, 11854,11858,11860,11865 a 11868, 11870,11871	Ventilador	45,00
11954	Cadeira	29,00
	Microscópio	705,87

11976	Impressora	549,25
12203	Impressora	2.030,00
12716 e 12717	Armário de aço	316,00
12729 a 12731	Mesa	117,00
12733 e 12734	Cadeira	29,00
12922	Forno elétrico	170,00
12998	Mesa de ping pong	265,70
13002	Armário de aço	239,00
14559 a 14568	Mesa	557,00
14569 a 14581,14583 a 14587	Banco	199,00
15200 e 15201	Aparelho de som	183,20
15261	Mimeógrafo	216,53
15641	Monitor	500,00
15651	Teclado	50,00
16571	Armário	175,00
16572	Mesa	98,00
16615	Forno elétrico	233,00
16679	Impressora	1.150,00
16965,16967,16969,16970,16976, 16977,16980,16981,16982,16983, 16984,16986,16987,16992,16994 a 16997,16999 a 17001,17010,17011	Carteira	25,82
17013 a 17015,17017,17018, 17022,17023,17026,17027,17029, 17030,17032 a 17034,17037,17040 a 17045,17047,17049,17051 a 17057,17060,	Carteira	38,63
17082	Multi-processador	1.088,00
17241 a 17243	Estante	136,33
17797,17800	Mesa	125,00
17853 e 17854	Forno elétrico	235,00
17855	Aspirador	134,00
18023 a 18072	Carteira	146,20
18073,18075 a 18122	Cadeira escolar	98,80
18942 a 18945,19173 a 19175,19203 a 19208	Ventilador de parede	89,50
19210 e 19211	Mesa de tênis de mesa	299,33
19212	Aparelho de som	133,13
19284 e 19286	Monitor	460,00
19315 e 19316	Estabilizador	76,00
19403	Microcomputador	1.210,00
20372	Fonte para teclado	28,00
20819,20820	Mesa de tênis de mesa	370,00
20828	Armário	789,00
20829	Filtro de entrada	1.180,00
21265 a 21268	Armário	585,90
21269	Mesa	1.755,00
21270 a 21272	Dvd	150,00
21273 a 21275	Dvd	160,00
21559 a 21563	Dominó geográfico	100,00
22151	Aparelho de som	175,00
22218	Forno elétrico	1.370,00
24248 a 24251	Teclado	13,50
24263 e 24266	Monitor	256,25
24396 a 24401	Gabinete	92,00
25360	Quadro de madeira	1.197,50
29484	Mesa de tênis de mesa	789,91
7810 e 8547	Computador	1.300,00
22537 a 22566	Carteira com cadeira	115,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE PEQUENO PRÍNCIPE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
2562	Mesa	40,00
3286	Cadeira	5,00
3296,3297,3299	Mesa	6,00
3301,3303,3305,3307,3310	Banco de madeira	5,00
3313	Cadeira	5,00
3315,3316	Cadeira	6,00

3320	Arquivo de aço	80,00
3350	Cadeira	6,00
2449, 2488,2502,2509,2515,2522, 2528,2530,2538,3228,3235, 3239,3245,3247,3248,3249, 3258,3259,3261,3262,3268, 3274,3276,3277,3400	Cadeira	6,00
3291 a 3293	Armário americano	30,00
3441 a 3443	Mesa	10,00
11041,11049,11050,11051	Cadeira	21,00
11063	Escrivaninha	137,00
11094,13288,13289,13290 13291	Estante de aço	43,00
11135	Mimeografo	243,00
12670	Parque infantil	5.800,00
22193, 22194,22195	Conjunto mesa	680,00
22276,22277,22279,22280	Cadeira pré-escolar	93,00
22887	Corrimão - tronco	200,00
22889	Mini escalada	680,00
22890	Sequencia composta	4.900,00
22891	Carroça de madeira	1.580,00
24080	Escrivaninha	365,00
25850	Escrivaninha	229,00
25853	Bebedouro	785,00
25961	Rack	229,00
13293 e 13294	Armário de aço	256,33
28330	Extintor	300,00
16658,16659 e 16663	Cadeira	15,00
24069 e 24075	Aparelho de som	337,00
22282,22284 a 22309, 22311,22312,22314 a 22331	Cadeira	39,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – CONSELHO DOS DIREITOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
9549	Cadeira	27,00

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16392	Mesa	142,00
9518	Cadeira	27,00
9540	Cadeira	27,00
9550	Cadeira	27,00
9552	Cadeira	27,00
16724	Cadeira	85,00
17380	Cadeira	63,00
21725	Telefone	34,40
22126	Telefone	34,40
16515	Estante	333,00
25828	Cadeira	165,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CPD

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
32	Mesa	0,00
308	Monitor	0,00
401	Estabilizador	20,00
565	Gaveteiro	40,00
566	Estante	60,00
568	Suporte para CPU	5,00
580	Cadeira	40,00
607	Perfurador	1,00
609	Suporte para CPU	5,00
727	No break	40,00
865	No break	40,00
7910	Telefone	8,00
7927	Estabilizador	20,00

9403	No break	248,00
12990	Cadeira	40,00
13144	Monitor	470,00
13153	Monitor	470,00
13211	Monitor	470,00
14619	Estabilizador	48,00
16495	No break	900,00
17220	Modulo de bateria	1.680,00
17536	Monitor	281,22
18355	Servidor de impressão	221,00
18358	Switch	54,00
18402	Suporte CPU	37,00
18430	Mesa	230,00
18431	Conexão	98,80
18543	Teclado	13,00
19440	Pendrive	175,00
19443	Leitor slot	172,00
19861	Compressor	300,00
20478	Notebook	3.895,00
20601	Estabilizador	144,00
20815	Switch	1.195,00
20816	HD SDE	175,00
22010	Leitor código de barra	119,00
26085	Hub 8 portas	50,00
26277	Computador	1.068,74
26286	No break	950,00
26288	No break	770,00
26361	Switch	50,00
26451	Tsnc1825 ma 3	400,00
26840	Hd Externo	405,00
26881	Wireless	130,00
27159	No break	270,00
27480	Fonte de alimentação	430,00
27661	Switch	630,00
28188	Extintor	77,00
28792	Placa de vídeo	170,00
17280 e 17281	PC	824,00
20472 e 20473	Telefone	34,40
20479 e 20480	Switch	2.322,00
23386 e 23389	Hd Externo	299,00
29825 a 29828	Placa de rede	41,31
29829 a 29831	Placa de vídeo	184,13
29851 e 29852	Placa de vídeo	191,33

POLÍCIA MILITAR

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19876	Fogão	1.200,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI SONHO DA CRIANÇA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
328	Armário de madeira	30,00
2027	Balcão de madeira	15,00
2028	Balcão de madeira	15,00
2030	Fogão a gás	70,00
2031	Fogareiro	15,00
2245	Arquivo de aço	80,00
7850	Balcão de madeira	15,00
7851	Balcão de madeira	15,00
7852	Armário americano	20,00
7853	Armário americano	20,00
7854	Balcão de madeira	15,00
7855	Armário	15,00
11447	Centrífuga	126,00
11510 a 1153	Ventilador de parede	79,00

13296	Forno elétrico	166,50
19119	Centrífuga	289,90
19148	Televisor	465,00
19230	Cadeira de refeição	87,00
19702	Máquina fotográfica	579,00
21011	Conjunto de mesa	498,90
21054	Televisor	450,00
21055	Radio CD	148,90
21056	Radio cd	148,90
21281	DVD Player	168,00
22209	Maquina de lavar roupas	1.379,00
22375	Mesa	93,00
22394,22396,22397,22399	Cadeira	39,00
22783	Micro-ondas	655,00
26109	Fogão 4 bocas	1.075,00
19150 a 19153	Circulador de ar	145,00
28213 a 28215	Extintor	300,00
19251 a 19258	Carrinho de bebe	155,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPÓSITO FRITZ LORENZ		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
309	CPU	600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
391	Telefone	8,00
9580	Mesa de canto	30,00
14697	Teclado	200,00
14703	Monitor	800,00
16604	Suporte para CPU	30,00
16617	Mascote merenda	430,00
17230	Mesa 3 gavetas	150,00
17235	Mesa para computador	130,00
17240	Conexão	60,00
11972	Monitor	450,00
11973	Teclado	30,00
13829	Cadeira giratória	54,00
14696	Teclado	200,00
14702	Monitor	800,00
16603	Suporte para CPU	30,00
16686	Bracket	247,53
16712	Nobreak	280,00
17226	Mesa 3 gavetas	150,00
17227	Mesa 3 gavetas	150,00
17231	Mesa teclado	126,00
17232	Mesa teclado	126,00
18573	Fragmentadora	129,00
19120	Cadeira giratória	179,00
19139	Cadeira giratória	179,00
19141	Cadeira giratória	179,00
19365	Switch	240,00
331	Estante de madeira	50,00
332	Telefone	8,00
341	Cadeira giratória	40,00
350	Estabilizador	20,00
355	Scanner	100,00
357	Guilhotina	10,00
1616	Estabilizador	20,00
15950	Patrimônio da humanidade	3.240,00
15951	Barsa	864,00
17587	Projektor	2.496,93
2440	Telefone	8,00
375	Cadeira	10,00
26176	Quadro branco	115,00

26179	Nobreak	260,00
26181	Torneira elétrica	122,24
26182	Switch	46,40
26229	Microscópio biológico	580,00
27255	Telefone	99,70
28920 a 28945	Casco de botijão	455,00
425	Frigobar	80,00
446	Mesa para micro	90,00
463	perfurador	1,00
15532	Cafeteira Arno	99,00
19593 e 19594	Bissexual	680,00
19595 e 19596	Projeção auto retráteis	345,00
19605	cafeteira	1.124,00
19606 a 19609	Flexível	660,00
19614 a 19619	Redonda para reunião	128,00
19620 a 19621	Revisteira	155,00
19622	Geladeira	848,00
19623	Ar condicionado	1.150,00
19626 a 19627	Mesa de tênis de mesa	380,00
19656	Batedeira	57,50
19659	Câmera fotográfica	579,90
19660	Aparelho de som	775,00
19661	Aparelho de som	104,99
19663 e 19666	Aparelho de som	159,99
19668	Gaveteiro	314,00
19671	Gaveteiro	475,00
19672,19676,19677,19678 e 19681	Estante de aço	502,99
19682	Estante de aço	275,00
19683	Fogão	350,00
19726	Ventilador	55,00
19810, 19813,19815 a 19823, 19827 a 19829, 19831, 19835 a 19840, 19842 a 19851	Cadeira	38,49
19852	Manuak esolral	361,00
19853	Carrinho	75,00
303	Cadeira	10,00
356	Estabilizador	20,00
362	Impressora	700,00
373	Cadeira	10,00
376	Cadeira giratória	10,00
384	Televisor	400,00
386	Receptor parabólica	120,00
390	Calculadora	40,00
397	Suporte para cpu	1,00
422 e 423	Estante	60,00
440 e 449	Cadeira	10,00
464	Grampeador	1,00
508	CPU pentium	1.200,00
1298	Cadeira	10,00
2594	Geladeira	90,00
79399	Suporte para CPU	18,00
12662	Teclado	18,00
12665	Conexão	39,00
12994	Amplificador AB2000	133,90
13029	Arquivo 4 gavetas	159,00
13227	Radio	415,00
15664	Monitor	500,00
15665	Teclado	50,00
15666	Micro computador	1.055,00
15671	Teclado	30,00
16685	Auto radio	110,00
17535	Monitor	281,22
17599	Teclado	30,00
17607	Micro computador	1.361,78
18946	Refiladora de papel	79,00

18959 a 18963	Cadeira giratória	179,00
19100	Armário de aço	430,00
19209	Ventilador	89,50
19402	Micro computador	1.210,00
19444	Mapoteca	1.800,00
19612	Dvd	300,00
20277	Teclado	38,00
20278	Teclado	38,00
20422	Calculadora	34,95
20603	CD Player	295,00
20830	Lava jato	470,00
21012	Gravador	128,00
21013	Caixa amplificadora	414,50
21014	microfone	396,00
21015	Liquidificador	148,00
21016	Radio CD	148,90
21283	Câmera digital	454,00
21482	Estabilizador	150,00
21575 a 21579	Material didático	290,00
21593 a 21595, 21598, 21600 a 21603	Microcomputador	985,00
21604 e 21605, 21607,21608,21610,21612 a 21614	Monitor	385,00
21615 a 21627	Teclado	13,20
21647 e 21648	Aparelho de som	295,00
21649 a 21652	Cadeira dobrável	205,00
21709	Gaveteiro	222,50
22434	Cadeira	126,00
22736 a 22754	Conjunto 1 cadeira 1 carteira	115,00
22805	Fogão a gás	390,00
23225	Cadeira empilhável	75,00
24071	Celular	279,00
24290	Balança doméstica	118,00
24293	Garrafa térmica	199,80
24294	Torneira elétrica	110,32
25482 a 25485	Aparelho de som	398,00
25567 a 25569, 25571, 25572,25588	Mesa	58,50
25643 a 25645, 25648,25649,25652,25653	Cadeira	39,00
25793	Ar condicionado	1.494,00
25944	Cafeteira	134,00
26146	Extintor	50,00
26236	Aparelho de som	289,00
26237	Antena	27,00
26238 e 26239	Alto falante	89,00
26240	Colector	15,00
26241 e 26242	Extintor	50,00
26243	Extintor	80,00
26350 e 26353	Grampeador	35,00
26470 a 26472	Telefone	39,00
26531	Alto falante	159,90
26532	Aparelho de som	344,70
26866	Aparelho de som	284,90
26883 e 26884	Cartonado	10,00
26885 e 26886	Livro de banho	11,00
26887 e 26888	Livro a bicharada	23,00
26889 e 26890	Livro a corajosa Tigresa	22,00
26891 e 26892	Livro a escavadeira	19,00
26893 e 26894	A nova amiga do coelhinho	26,00
26895 e 26896	ABC do mundinho	10,00
26897 e 26898	Livro Adoráveis Criaturas	32,00
26899 e 26900	Livro africanidades	76,50
26901 e 26902	Livro amigo da selva	19,00
26903 e 26904	Livro amigos especiasi	46,00
26905 e 26906	Livro amiguinhos felpudos	48,00
26907 e 26908	Livro Animais da fazenda	17,00
26909 e 26910	Livro animais da floresta	17,00

26911 e 26912	Livro animais da selva	17,50
26913 e 26914	Livro animais de estimação	17,00
26915 e 26916	Livro animais do gelo	17,50
26917 e 26918	Livro animais do mundo	14,00
26919 e 26920	Livro Aprendendo o Abecedário	19,00
26921 e 26922	Livro arregalado	32,00
26923 e 26924	Livro As cores do mundinho	10,00
26925 e 26926	Livro as delicia do cozinheiro	14,00
26927 e 26928	Livro AS formas do mundinho	15,00
26929 e 26930	Livro bichinhos do quintal	25,00
26931 e 26931	Livro Boa Noite	16,00
26933 e 26934	Livro Boa Esponja	21,00
26935 e 26936	Livro Brilha, brilha.	15,00
26937 e 26938	Livro brincando com o caracol	18,00
26939 e 26940	Livro Brincar de rir	23,00
26941 e 26942	Livro Brinquedos	10,00
26943 e 26944	Brinquedos	11,00
26945 e 26946	Livro Cachorrinho	26,00
26947 e 26948	Livro Caco	21,00
26949 e 26950	Livro cheirar	11,00
26951 e 26952	Livro ciranda	76,30
26953 e 26954	Livro clássicos	68,00
26955 e 26956	Livro coelho leleco	26,00
26957 e 26958	Livro coleção baby	51,00
26959 e 26960	Livro coleção beijinhos	67,00
26961 e 26962	Livro coleção boas maneiras	48,00
26963 e 26964	Coleção boquinhos	35,10
26964 e 26966	Coleção caudas	56,00
26967 e 26968	Livro coleção vogais	79,00
26969 e 26970	Livro comer	11,00
26971 e 26972	Livro conheça a cléo	28,00
26973 e 26974	Livro conheça o bernard	28,00
26975 e 26976	Livro conheça o charles	28,00
26977 e 26978	Livro contando os animais	19,00
26979 e 26980	Livro de olho na Amazônia	14,00
26981 a 26984	Livro descobrindo o inglês	16,50
26985 e 26986	Livro deslize	56,00
26987 e 26988	Livro dez animais	17,00
26989 e 26990	Livro dez peixes	17,00
26991 e 26992	Livro dino	24,00
26993 e 26994	Livro dino ferinhas	32,00
26995 e 26996	Livro dinossauros	17,00
26997 e 26998	Livro divirta-se	46,00
26999 e 27000	Livro é hora de brincar	23,00
27001 e 27002	Livro gatinho	16,00
27003 e 27004	Livro era uma vez	19,00
27005 e 27006	Eu amo ser uma ovelinha	24,00
27007 e 27008	Livro eu amo ser uma vaquinha	24,00
27009 e 27010	Livro fazendo barulho	34,00
27011 e 27012	Livro fofinhos	44,00
27013 a 27016	Livro grandes aventuras	36,00
27017 e 27018	Heitor o trator	19,00
27019 e 27020	Livro histórias de filhotes	22,00
27021 e 27022	Livro histórias de princesas	19,00
27023 e 27024	Livro insetos	98,00
27025 e 27026	Livro leão bebeto	26,00
27028 e 27029	Ler e montar	21,00
27030 e 27031	Livro levante e olhe	32,00
27032 e 27033	Livro macio	46,00
27034 e 27035	Livro mergulhando com bia	22,00
27036 a 27039	Livro meu grande livro de pano	28,50
27040 e 27041	Livro meu primeiro livro de animais	23,00
27042 e 27043	Livro meu primeiro maluquinho	17,00
27044 e 27045	Livro meus primeiros números	22,00

27046 e 27047	Livro mexendo e remexendo	18,00
27049 a 27156	Livros infantis	56,00
27248	Switch	46,40
27894 a 27899	Modelo anatômico orelha	140,00
28299 a 29316	Tapetes de atividades	173,99
19696	Aparelho de som	104,99
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
31	Mesa	70,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE-DEMUTRAN		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
18981	Telefone	31,90
18984	Serra tico tico	101,00
18985	Plaina manual	258,00
19005	Máquina de Xerox	700,00
19785	Mesa	230,00
19787	Mesa	150,00
19794	Conexão	55,00
19806	Bebedouro	510,00
19807	Bebedouro	510,00
19989	Leitor biométrico	390,00
19990	Gabinete preto	115,00
19991	Estabilizador de tensão	55,00
21653	Monitor	345,00
21655	Nobreak	595,00
21693	Telefone	34,40
22089	Câmara digital	500,00
25390	Bebedouro	525,00
25391	Bebedouro	525,00
26094	Hd sata	415,00
26140	Gaveteiro	154,00
26141	Gaveteiro	154,00
26146	Cadeira giratória	63,00
26354	Luz de emergência	305,00
26360	Bateria hero	120,00
27443	Telefone	33,04
26355 e 26356	Switch	46,40
26358 e 26359	Cartões de memória	250,00
27355 a 27360	Extintor	300,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4411, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4411, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.000,00. O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2236.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2236.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4412, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4412, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 32.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	fundeb	32.000,00
	TOTAL	32.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	fundeb	32.000,00
	TOTAL	32.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4413, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4413, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 59.925,89.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 59.925,89 (cinquenta e nove mil e novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 26.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	26.500,00
	TOTAL	26.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	26.500,00
	TOTAL	26.500,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

IV – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.500,00
	TOTAL	4.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.500,00
	TOTAL	4.500,00

V – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

VI – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.925,89, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.925,89
	TOTAL	10.925,89

b)SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.925,89
	TOTAL	10.925,89

VII – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

b)SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4414, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4414, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 138.251,19.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 138.251,19 (cento e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	33.251,19
	TOTAL	33.251,19
06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	90.000,00
	TOTAL	90.000,00
	TOTAL GERAL	138.251,19

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4415, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4415, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.300,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS LIVRES SUPERAVIT	2.200,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS LIVRES SUPERAVIT	1.100,00
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS LIVRES	7.000,00
	TOTAL	10.300,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS LIVRES SUPERAVIT	3.300,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS LIVRES	2.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS LIVRES	5.000,00
	TOTAL	10.300,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4417, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4417, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 350,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS LIVRES	350,00
	TOTAL	350,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS LIVRES	350,00
	TOTAL	350,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4418, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4418, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.045.100,44.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 2.045.100,44 (dois milhões, quarenta e cinco mil, cem reais e quarenta e quatro centavos, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 12.141,14, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	12.141,14
	TOTAL	12.141,14

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	12.141,14
	TOTAL	12.141,14

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 570.267,61, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	64.066,15
0.11800	FUNDEB 60%	14.880,67
0.33658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	42.946,11
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	331.328,28
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	117.046,40
	TOTAL	570.267,61

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	3.078,77
0.11800	FUNDEB 60%	14.880,67
0.33658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	42.946,11
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	60.987,38
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	448.374,68
	TOTAL	570.267,61

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 89.377,34, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.841,75
0.11800	FUNDEB 60%	1.526,35
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	24.379,79
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	22.000,00
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	38.629,45
	TOTAL	89.377,34

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	1.526,35
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	41.471,20
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	46.379,79
	TOTAL	89.377,34

IV – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.334.836,99, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	11.026,23
0.30100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	815,60
0.11800	FUNDEB 60%	490.033,21
0.33658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	442.068,07
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	5.380,07
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	63.142,04
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	136.831,38
0.33658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	185.540,39
	TOTAL	1.334.836,99

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	490.033,21
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	74.168,27
0.30100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	815,60
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	142.211,45
0.33658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	627.608,46
	TOTAL	1.334.836,99

V – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.508,97, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	5.361,20
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	147,77
	TOTAL	5.508,97

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	5.508,97
	TOTAL	5.508,97

VI – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.701,55, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.04.012.366.0022.2056.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.04.012.366.0022.2056.	ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
04.04.012.366.0022.2056.	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	4.701,55
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.000,00
	TOTAL	6.701,55

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.04.012.366.0022.2056.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.04.012.366.0022.2056.	ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
04.04.012.366.0022.2056.	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	6.701,55
	TOTAL	6.701,55

VII – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 16.236,40, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.236,40
	TOTAL	16.236,40

b)SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.236,40
	TOTAL	16.236,40

VIII – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.707,49, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.707,49
	TOTAL	3.707,49

b)SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.707,49
	TOTAL	3.707,49

XI – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.746,51, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.746,51
	TOTAL	1.746,51

b)SUPLEMENTAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.746,51
	TOTAL	1.746,51

X – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.249,53, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	97,21
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.152,32
	TOTAL	1.249,53

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.249,53
	TOTAL	1.249,53

XI – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.326,91, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.326,91
	TOTAL	3.326,91

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.326,91
	TOTAL	3.326,91

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4419, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4419, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 66.869,99.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 66.869,99 (sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
320000.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	
329000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	66.869,99
	TOTAL	66.869,99

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4420, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4420, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 286.099,70.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 286.099,70 (duzentos e oitenta e seis mil e noventa e nove reais e setenta centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB 60%	286.099,70
	TOTAL	286.099,70

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4422, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4422, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 1.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.04.028.845.0007.0009.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ	
24.04.028.845.0007.0009.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
24.04.028.845.0007.0009.	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11200	CONVENIO TRANSITO – PREFEITURA	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4423, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4423, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro, no valor de R\$ 500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

13.02.028.845.0007.0014.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.02.028.845.0007.0014.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
13.02.028.845.0007.0014.	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.3000	RECURSOS ORDINARIOS - SUPERVAIT	500,00
	TOTAL	500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4424, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4424, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais e suspende a contagem dos prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos administrativos, no período de 01 a 17 de Janeiro de 2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, VII, c/c art. 70, I, alínea “n” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e

CONSIDERANDO que compete à administração pública municipal, nos termos do art. 85 da Lei Complementar nº 01/93, estatuir o período de férias de seus servidores, podendo, inclusive, fazê-lo de forma coletiva,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta, compreendido entre 01 a 17 de janeiro de 2017, inclusive.

Parágrafo único. Os Servidores em gozo de férias coletivas terão os dias deduzidos do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 2º Não estão sujeitos aos efeitos do presente decreto os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que deverá observar escala própria de férias coletivas.

Art. 3º No período de férias coletivas, os Secretários Municipais, bem como os Presidentes das Fundações Municipais de Esportes e Cultura, e SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, deverão organizar escalas de plantão nos setores considerados

prioritários, de modo a garantir a prestação de serviços básicos à população, estando os respectivos servidores excetuados, integral ou parcialmente, do gozo das férias de que trata o presente Decreto.

Art. 4º Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos em trâmite no Município de Timbó, que estejam embasados na Lei Complementar Municipal nº 01/93, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias e certidões, durante o período de 01 a 17 de Janeiro de 2017, inclusive.

Parágrafo único. Ficam excluídos dos efeitos da suspensão apenas os prazos inerentes ao trâmite dos atos, procedimentos e processos relativos à licitações e de trânsito, os quais fluirão regularmente durante o período de férias coletivas, cabendo as secretarias responsáveis pelos mesmos adotar as medidas necessárias a seu efetivo cumprimento, adotando-se o regime de plantão.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4426, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4426, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Delega competência ao Assessor Institucional de Comunicação Social para ordenar e autorizar despesas, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, II, VII, XXII e §1º c/c art. 70, I, alíneas "f" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art.1º Fica delegada ao Assessor Institucional de Comunicação Social a competência para ordenar e autorizar despesas oriundas do Órgão 02, Unidade 002, Ação/Projeto/Atividade 2008 da Lei Municipal 2.852 de 09/12/16.

Parágrafo único. Excluem-se desta delegação o ordenamento oriundo do Elemento Despesa 3190.

Art. 2º Esta delegação terá vigência automática sobre as Leis Orçamentárias Anuais dos anos seguintes à 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4425, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4425, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII, da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações e

Considerando os termos da Lei 2.045 de 22/12/98, alterada pela Lei 2.439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015, que possibilitam a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

Considerando que os resultados finais dos Concursos Públicos n. 001/2016, 002/2016, 003/2016, 004/2016, 005/2016, 006/2016, 007/2016, 008/2016 e 009/2016, foram homologados em 23 de dezembro de 2016 e, por tal motivo, não há tempo hábil e legal para realizar todos os trâmites administrativos imprescindíveis à regular nomeação e posse dos candidatos aprovados no certame (convocação, nomeação e efetiva posse ou não em 30 dias; possibilidade/necessidade de convocação de demais colocados) e a necessidade de manutenção de todas as atividades atualmente executadas pelas contratações temporárias sob pena de inúmeros prejuízos ao atendimento da população;

Considerando que se encontram suspensos até 17 de janeiro, inclusive, o expediente e os prazos inerentes aos atos e procedimentos administrativos, nos termos do Decreto n. 4424, de 02/01/2017;

Considerando que nos últimos concursos públicos e processos seletivos realizados pelo Poder Executivo não se obteve número suficiente de candidatos inscritos e aprovados ao preenchimento da demanda necessária à manutenção dos serviços prestados pela administração pública direta e indireta (autarquias e fundações);

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo face às licenças concedidas a servidores públicos nos termos do artigo 90 e incisos, da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços dispostos à comunidade;

Considerando o interesse público e os princípios aplicáveis a Administração Pública, em especial o da razoabilidade, economicidade e eficiência;

Considerando que compete à municipalidade zelar pelo pleno e integral atendimento das necessidades do cidadão;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação emergencial no Município de Timbó/SC, pelo período compreendido entre 02/01/2017 a 30/03/2017, em face da necessidade de pessoal para manutenção e completa continuidade dos serviços públicos considerados essenciais, incluindo as atividades da administração direta, autarquia e fundações municipais, tendo em vista não haver tempo hábil e legal para realizar todos os trâmites administrativos imprescindíveis à regular nomeação e posse dos candidatos aprovados no certame face a recente homologação dos concursos públicos, o não preenchimento das vagas ofertadas nos concursos públicos realizados, bem como em razão de exonerações, aposentadorias e rescisões de contratos temporários ocorridas durante o ano de 2016.

§ 1º Para atendimento das necessidades especificadas no "caput" deste artigo, fica autorizada a contratação temporária de candidatos interessados, pelo prazo estabelecido no caput deste artigo, após prévio cadastramento junto às Secretarias, Autarquia e Fundações, através de formulário próprio, conforme modelo anexo, na forma do §2º do artigo 3º da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações.

§ 2º As contratações autorizadas pelo presente decreto serão regidas pela Lei Municipal nº 2.045, de 22/12/1998, com alterações efetuadas pela Lei 2.439 de 02/12/2009 e pela Lei 2.819 de 22/12/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 100 2016 PMT - SERVIÇOS DE GUINCHO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munck, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Renato Schumann Epp; Terrabase Terraplanagem Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 556.608,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil seiscientos e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/01/2018

Timbó, 10/01/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO 07, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA No 07, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa Servidores Públicos Municipais para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no art.7º da Lei Complementar nº 458, de 19 de dezembro de 2014, os servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Alberto Klitzke Neto	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação da Limpeza Urbana
Carlos Piazza	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação na manutenção de vias urbanas não pavimentadas
Mauro Schumann	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação na manutenção de pavimentações
Emidio Ribeiro	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação das equipes de manutenção do Parque Henry Paul

Renato Niess	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação na manutenção de drenagens de águas pluviais
Joacir Antônio Ribeiro	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação dos Serviços de Manutenção e Limpeza Pública
José Rogaciano dos Santos	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação de Patrulha Mecanizada do Setor Agrícola
Valdir Ribeiro	FG-1	50% calculado sobre a Ref.Salarial 35 (Anexo III da LC 137/98)	Coordenação dos Serviços de Jardinagem e Paisagismo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó / SC

PORTARIA NO 16, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA No 16, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam os Servidores Públicos Municipais abaixo identificados, a contar desta data, autorizados a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Alfroh Postai	Secretário Municipal de Educação	04050848013/AC
Claracy Ferrari Butzke	Assessor do Departamento de Ensino	02886589792/B
Denise Klotz de Becerra	Assessor do Departamento de Ensino	03698392717/AB
Iracema Ramos Gonzaga Pellin	Diretor do Departamento de Apoio Administrativo	01136034690/B
Mabel Demonti Mengarda	Assessor do Departamento de Ensino	01974928816/AB
Maria Aparecida Ferreira	Professor	01533913752/B

Art. 2º Ficam os servidores desde já cientificados que durante o período em que estiverem de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta e Indireta do Município de Timbó, a contar de 01 de Janeiro de 2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01 de 22/10/93; art. 4º, §1º da Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000; art. 12 da Lei Complementar nº 212 de 21/12/2001; art. 11, §1º da Lei Complementar nº 171 de 24/03/2000 e art. 28 da Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar de 01 de janeiro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Alfroh Postai	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio mensal
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Deise Adriana Nicholletti Mendes	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio mensal
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Fabiano Martins Adriano	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio mensal
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SALARIAL
Márcio Elísio	Diretor Presidente / DAS-1	Subsídio mensal
SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Maria Ramos Gonzaga Pellin	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio mensal
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Giscard Ataides Wolter Bertoldi	Procurador Geral do Município/DAS-1	Subsídio mensal
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Maria Angélica Faggiani	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio Mensal
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Darcizio Bona	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio mensal
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SALARIAL
Jean Pierre Bezerra Museka	Diretor Presidente / DAS-1	Subsídio mensal
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBO - FCT		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF. SALARIAL
Jorge Revelino Ferreira	Diretor Presidente / DAS-1	Subsídio mensal

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e Lei Complementar nº 212 de 21/12/2001,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Carla Tatiana Raduenz Geisler	Diretor de Departamento-Administrativo/Financeiro/CC-2	76
Walter Mazzi	Chefe de Divisão / CC-3	61
Ivo Adam	Chefe de Divisão - Resíduos Sólidos / CC-3	61
Silvio Sandro Sdrigotti	Chefe de Divisão - Tratamento de Água / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Giovana Quaiato	Assessor de Divisão de Urbanismo	52
Thais Cristina de Oliveira	Assessor de Divisão de Planejamento	52

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art.

28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Christiane M. Pellin	Assessor Institucional de Controladoria / DAS-2	92
Denielle Cristiane Parno	Supervisor de Tesouraria / CC3	61
Simone Barth Cristelli	Diretor do Departamento de Recursos Humanos / CC2	76
Rose Mery Dalcanale	Diretor do Departamento de Compras e Licitações e Contratos Administrativos / CC2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 05, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 05, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Gladis Terezinha Longo Boaventura	Assessor de Departamento de Ensino / CC-2	76
Mabel Demonti Mengarda	Assessor de Departamento de Ensino / CC-2	76
Claracy Maria Ferrari Butzke	Assessor de Departamento de Ensino / CC-2	76
Denise Klotz de Becerra	Assessor de Departamento de Ensino / CC-2	76
Márcia Withoeft Mellies	Diretor de Departamento de Ensino / CC-2	76
Iracema Ramos Gonzaga Pellin	Diretor do Departamento de Apoio Administrativo - Educação / CC-2	76
Rubia Manuele Campregheer	Assessor de Serviços Nível I / CC-5	41
Darcísio Knoch	Diretor de Unidade Educacional / CC-2	76
Vânia Regina Lenzi Zoboli	Diretor de Unidade Educacional / CC-2	76
Jonas Weege	Diretor de Unidade Educacional / CC-2	76
Dirlene Vicenti Salvador	Diretor de Unidade Educacional / CC-2	76
Clarice Lenzi Vicenti	Diretor de Unidade Educacional / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 06, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 06, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidora para exercer Cargo em Comissão na Procuradoria Geral do Município, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar desta data:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Maria Carolina Schwarz Berri	Assessor Institucional da Procuradoria Geral do Município / DAS-2	92

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 08, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 08, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Daniel Agostini Neto	Assessor Institucional de Relações Internas / DAS-2	92

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 09, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 09, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Marcos Ramos do Nascimento	Assessor Institucional de Comunicação Social / DAS-2	92

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 10, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 10, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Jaime Joel Avendano Jara	Assessor Institucional de Saúde do Trabalhador/ DAS-2	92	02/01/2017
Graciela Inês Uber Gomes	Assessor da Fazenda e Administração / CC-2	76	12/01/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 11, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 11, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Eduardo Espindola	Assessor Institucional de Política Pública de Saúde/ DAS-2	92

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 12, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 12, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Orlei Adazir Pedron	Assessor Institucional de Planejamento e Reestruturação Viária / DAS-2	92
Marise Teresinha Heinig	Assessor Técnico de Captação de Recursos / CC-2	76
Silvia Saul Museka	Assessor Técnico de Indústria, Comércio e Serviços/CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 13, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 13, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Atomir Sebastião Rufino	Assessor Institucional de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola / DAS-2	92
Wiegold Starke	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos/ CC-2	76
Mário Vieira	Diretor do Departamento de Agropecuário / CC-2	76
Otomar Meyer	Supervisor da Divisão de Iluminação Pública / CC-3	61
Alcides A. Scoz	Supervisor da Divisão de Apoio Administrativo-Obras / CC-3	61
Ivanir Rodrigues Sozin	Supervisor da Divisão de Serviços Urbanos / CC-3	61
Neri Mueller	Supervisor da Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada / CC-3	61
Marco A. Longo	Assessor de Divisão de Serviços Urbanos / CC-4	52
Rafaela dos Santos Guedes	Assessor de Serviços Nível I / CC-5	41

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 14, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 14, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Procuradoria Geral do Município, a contar de 09 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados, a contar de 09 de janeiro de 2017:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Pamela Aparecida Campregher Floriano	Assessor Jurídico / CC-2	76
Carolina Heloisa Guchel Berri	Assessor Jurídico / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 15, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 15, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional, a contar de 09 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar de 09 de janeiro de 2017:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Ana Paula Voltolini	Assessor Executivo de Gabinete / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde de Timbó.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Laudos de Raio X, através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Telelaudo Tecnologia Médica Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 97.790,00 (noventa e sete mil e setecentos e noventa reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/10/2017

Timbó, 10/10/2016
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2016 SAMAE

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto
- SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de hidrômetros novos destinados a substituição dos hidrômetros antigos e instalação de novas ligações.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Elster Medição de Água Ltda e Via D'agua Comercio de Produtos de Medição Hidraulica e Saneamento Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 109.326,00 (cento e nove mil e trezentos e vinte e seis reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/07/2017

Timbó, 08/07/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 561/2017

PORTARIA N. 561 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor JOÃO VITOR CORREA NIZER, CPF n. 083.871.679-24, para ocupar o cargo de Assessor de Gabinete da Presidência, Padrão PC-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, com vencimento mensal de R\$ 1.635,33 (hum mil, seiscentos e trinta e cinco reais, trinta e três centavos).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 10 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 11 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 562/2017

PORTARIA N. 562 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor BRAYAN DERECK PADILHA, CPF n. 078.119.089-48, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar de Apoio Técnico, Padrão CC-02-A, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, com vencimento mensal de R\$ 1.997,42,00 (hum mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 10 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 11 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 563/2017

PORTARIA N. 563 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Nomear o servidor Joel da Cruz na condição de Presidente e os servidores Claudete da Silva na condição de Vice-Presidente e Joel Antonio Voigt na condição de Secretário e Membro, para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES, para o período de 10 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 10 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 11 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CR 01/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 01/2017 – CREDENCIAMENTO

Objeto: Credenciamento de Profissional especializado em Podologia para atendimento aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 07h00min às 13h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA Nº 17/2017

PORTARIA Nº 017/17 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os membros abaixo descritos para compor a Comissão de Avaliação do Teste Seletivo Simplificado Edital 001/2017.

Presidente: Nelceni Surdi;
Talitta Angélica Marchioro;
Danielle Kühn Hartmann;
Deisy Karine Juchen;
Gicelda Inês Rigo Froehlich;
Vanda Falchetti Hofsteter;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2017

ESTABELECE NORMAS PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO, DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, JUNTO À REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

CONSIDERANDO que os serviços de educação são de caráter essencial para a comunidade, justificando-se assim a urgência do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO que os serviços de educação serão prejudicados com a ausência de profissionais atuantes nestes cargos;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo é destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público;

O Prefeito de Treze Tílias/SC, MAURO DRESCH, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 73, VII, IX, XXIV e demais preceitos da Lei Orgânica Municipal, torna público a realização de processo seletivo simplificado de títulos para contratação de profissionais do

magistério, pelo prazo de 10 (dez) meses, mediante as condições estabelecidas neste Edital, podendo ser renovado pelo mesmo período, caso haja impossibilidade de realização de concurso público ou processo seletivo ou em havendo qualquer das modalidades haja pendência de eventuais recursos ou ordem emanada do Poder Judiciário.

I. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O Processo de seleção de professores, para contratação em caráter temporário, para atendimento às necessidades de excepcional interesse público da rede municipal de ensino será realizado por área de atuação.

1.2. Compreende-se como processo de seleção a inscrição, classificação, chamada e contratação de professores e agentes de apoio a educação, nos termos deste Edital.

1.3. Cabe à Secretaria Municipal de Educação de Treze Tílias/SC a coordenação geral do processo de seleção de que trata o presente Edital, mediante fiscalização de todos os atos pela Comissão Especial de Teste Seletivo, designada por ato do Prefeito, sob pena de invalidade dos mesmos.

II. DOS CARGOS

2.1. As contratações por meio do presente processo seletivo simplificado destinam-se ao atendimento das necessidades de excepcional interesse público no âmbito do Magistério Público Municipal de Treze Tílias/SC, pelo prazo máximo de 10 (dez) meses, prorrogável pelo mesmo período ou até que seja realizado o devido concurso público ou processo seletivo, ambos de provas e títulos, conforme o ANEXO I deste Edital.

2.2. Os candidatos selecionados e classificados atuarão na Rede Pública Municipal de Ensino, fazendo jus ao vencimento inerente aos cargos que irão ocupar.

2.3. Os cronogramas das etapas do processo seletivo, chamada e contratação do processo de seleção regulamentado por este Edital serão divulgados em editais próprios.

III. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Poderão se inscrever os candidatos brasileiros natos ou naturalizados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da inscrição e que atendam aos pré-requisitos constantes no ANEXO I deste Edital.

3.2. O protocolo das inscrições será realizado no período definido no item 3.2 e no Anexo IV deste Edital, em horário de expediente (das 07h às 13h) na Recepção da sede da Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC, na Praça Ministro Andreas Thaler, nº. 25, CEP: 89.650-000.

3.3. Para a inscrição o candidato deverá entregar, em envelope lacrado, a seguinte documentação:

I. Cópia simples do CPF;

II. Cópia simples do RG (Identidade);

III. Comprovante autenticado da formação exigida como pré-requisito para o cargo, conforme o Anexo I;

IV. Comprovantes autenticados para Avaliação de Títulos e de tempo de serviço, conforme itens 4.2 e 4.3;

V. Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada (Anexo II).

3.4. O candidato poderá se inscrever para apenas um cargo disponível.

3.4.1. Deverá constar na parte externa do envelope a identificação do candidato e o cargo pretendido. O envelope deverá ser endereçado para: Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC -Comissão Especial de Teste Seletivo, Praça Ministro Andreas Thaler, nº 25, Centro, Treze Tílias/SC, CEP: 89650-000.

3.4.2. Não serão analisados pela Comissão Especial de Processo Seletivo documentos entregues após a data limite estabelecidos no item 3.2 deste Edital.

3.4.3. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.5. São condições para inscrição:

I. Possuir a formação exigida como pré-requisito de acordo com o ANEXO I;

II. Não enquadrar-se nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda constitucional nº. 19/98.

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O processo seletivo, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado em ETAPA ÚNICA mediante avaliação de títulos e do tempo de serviço.

4.1.1. A pontuação da avaliação atenderá aos critérios estabelecidos no Anexo III.

4.2. Serão consideradas como experiência profissional, as atividades de regência prestadas em escolas públicas e particulares na área objeto ou as atividades prestadas em escolas públicas e particulares em outra área da educação, desde que comprovada através de declaração em papel timbrado fornecida pelo estabelecimento através de sua direção, no qual deverá estar especificado escola, cargo e período de atuação.

4.3. A comprovação de qualificação profissional para fins de pré-requisito e prova de Títulos se dará por meio de:

I. Cópia autenticada do diploma ou certidão de conclusão na versão da Licenciatura exigida como pré-requisito, com data de colação de grau e cópia do respectivo Histórico;

II. Cópia autenticada do certificado de curso de pós-graduação ☐ Lato Sensu ☐ Especialização em Educação, na área de conhecimento da Licenciatura ou em área correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função;

III. Cópia autenticada do diploma do curso de pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação, na área de conhecimento da Licenciatura ou em área correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função;

IV. Cópia autenticada do diploma do curso de pós-graduação Stricto Sensu, Doutorado em Educação, na área de conhecimento da Licenciatura ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.

V. Cópia autenticada do diploma de outra Licenciatura na área da educação que não seja a apresentada como pré requisito ao exercício do cargo.

VI. Cópia autenticada do certificado ou declaração de curso avulso na área da Educação objeto, realizado nos últimos 03 (três) anos com Carga Horária de 80 horas, no mínimo, por certificado, sendo que será desconsiderada, para efeitos de contagem de pontos, a carga horária excedente, por certificado.

4.3.1. Para todos os casos explicitados nos itens I a VI, acima, não terão validade os cursos não reconhecidos pelo MEC (Ministério da Educação), sendo tais títulos eliminados de plano pela comissão, devendo constar no certificado ou diploma a anotação de reconhecimento.

4.3.2. No caso de não constar a anotação de reconhecimento, a comissão procederá a consulta no site do Ministério da Educação.

4.4. Na hipótese da não comprovação dos pré-requisitos exigidos para o cargo, o candidato estará SUMARIAMENTE ELIMINADO do processo de seleção.

4.5. Nos casos de empate na classificação dos candidatos, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

I. Maior tempo de exercício profissional na área objeto;

II. Maior titulação apresentada;

III. Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

IV. Sorteio

4.6. A listagem de classificação dos candidatos será disponibilizada na sede da Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC, em local visível, além de ser divulgada no site oficial do município no endereço eletrônico: www.trezetilas.sc.gov.br

5. DA REMUNERAÇÃO E DA JORNADA DE TRABALHO

5.1. A remuneração do profissional contratado nos termos deste Edital será aquela fixada no momento da contratação, de acordo com a carga horária estipulada no Anexo I.

5.2. A carga horária semanal do profissional do magistério contratado por este edital é a mesma daquela definida para os cargos de provimento efetivo, prevista na Lei Complementar Municipal nº. 05/2004 (Plano de Carreira do Magistério Municipal de Treze Tílias/SC).

5.2.1. Por excepcional interesse da Secretaria Municipal de Educação a carga horária semanal a que se refere o caput deste item poderá ser modificada desde que respeitados os preceitos legais.

5.3. Para efeitos de remuneração será observado o disposto na Lei Complementar Municipal nº. 05/2004 (Estabelece o quadro de pessoal, plano de carreira e remuneração do Magistério Público do Município de Treze Tílias e dá outras providências), conforme quadro abaixo:

CARGOS	NÍVEL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTOS
PROFESSOR 40 HORAS	N 2	GRADUAÇÃO	R\$ 3.149,20
PROFESSOR 30 HORAS	N 2	GRADUAÇÃO	R\$ 2.361,90
PROFESSOR 20 HORAS	N 2	GRADUAÇÃO	R\$ 1.574,60

AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO 40 HORAS	N 2	FORMAÇÃO EM MAGISTÉRIO OU ESTAR CURSANDO, NO MÍNIMO, A 3ª FASE DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	R\$ 1.424,57
--	-----	--	--------------

6. DA CHAMADA

6.1. O preenchimento de vagas será feito em acordo com o disposto no ANEXO I do presente Edital, dentro do número de vagas oferecidas.

6.2. A chamada dos classificados será efetuada sob a coordenação da Comissão Especial de Processo Seletivo e da Secretaria Municipal de Educação.

6.3. A desistência ou o não comparecimento do candidato implicará na sua reclassificação automática, devendo o candidato ser reposicionado no final da listagem.

6.3.1. Ao candidato é reservado o direito de obter apenas uma reclassificação.

6.5. Após a chamada inicial para atendimento ao início do ano letivo de 2017, terá continuidade o procedimento de chamada em rigorosa ordem de classificação para suprimimento de vagas remanescentes e das que surgirem no decorrer do período estipulado no presente Edital.

7. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 ☐ Para efeito de formalização do contrato fica definida a apresentação de cópia legível dos seguintes documentos:

I. CPF ou comprovante de situação cadastral do CPF emitido pelo site da Receita Federal;

II. Carteira de identidade (RG), com número, órgão expedidor e data de expedição da mesma;

III. Título de eleitor com comprovante da última votação ou declaração de quitação da Justiça Eleitoral;

IV. Carteira de trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento e página de contrato do primeiro emprego;

V. Comprovante de PIS/PASEP e, caso não possua, apresentar a declaração constante no anexo V deste Edital devidamente preenchida e assinada;

VI. Comprovante de residência ;

VII. Certificado de reservista (para homens);

VIII. Certidão de casamento (se houver);

IX. Fotografia 3 x 4, recente;

X. Atestado admissional (a ser realizado gratuitamente no posto de saúde do município);

XI. Certidão de nascimento dos filhos menores (se houver).

8. DAS IRREGULARIDADES

8.1. Eventuais irregularidades constantes no processo de seleção e contratação de professores em caráter temporário serão objeto de sindicância sob a responsabilidade de comissão especialmente designada para este fim, sendo que os infratores estarão sujeitos às penalidades legais e estatutárias quando for o caso.

9. DOS RECURSOS

9.1. O candidato poderá formalizar pedido de recurso por escrito, à Comissão Especial de Processo Seletivo, no prazo determinado no anexo IV.

9.1.1 - Os recursos apresentados serão julgados no prazo determinado no anexo IV.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

10.1. O ato de designação temporária para o exercício do cargo de professor é de competência da Secretaria Municipal de Educação, sob a supervisão da Comissão Especial de Processo Seletivo e demais normas contidas neste Edital.

10.2. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

10.3. Este processo seletivo terá validade de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado por até igual período, a partir da data de divulgação da homologação do resultado final.

10.4. Caberá ao candidato, quando convocado, nos termos do item 7 (sete) apresentar todos os documentos originais exigidos, para conferência e autenticação das cópias.

10.5. Os candidatos estarão sujeitos ao cumprimento do horário de trabalho determinado pela Secretaria Municipal de Educação, no ato de sua convocação e em atendimento à excepcional necessidade da rede municipal de ensino. Na impossibilidade de cumprimento o candidato formalizará desistência sendo, automaticamente, conduzido ao final da lista de classificação.

10.6. No caso de evidenciada a insuficiência de desempenho do profissional contratado, mediante avaliação, será adotada a medida de rescisão imediata do contrato celebrado com a Secretaria Municipal de Educação;

10.7. O critério de assiduidade será fundamental na avaliação de desempenho do profissional.

10.8. De acordo com a legislação processual civil em vigor, fica eleita a Comarca de Joaçaba/SC foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo simplificado.

10.9. Todos os documentos exigidos nos termos do item 3.3. do presente Edital devem ser apresentados em cópias autenticadas em cartório, e deverão constar no envelope lacrado.

Treze Tílias/SC, 10 de janeiro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

ANEXO I

Cargo	CARGA HORÁRIA	ATRIBUIÇÕES	PRÉ-REQUISITOS/HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS
Professor de Educação Infantil	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL.	5
Professor de Educação Infantil	20 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	3
Professor de Séries Iniciais Do Ensino Fundamental	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM SÉRIES INICIAIS	2
Professor de Séries Iniciais do Ensino Fundamental	20 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM SÉRIES INICIAIS	2
Professor de Ensino Fundamental para o EJA	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM SÉRIES INICIAIS	1
Professor de Língua Alemã	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM ALEMÃO.	1
Professor de Língua Alemã	30 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM ALEMÃO.	1
Professor de Música	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM MÚSICA	1
Professor de Música	30 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM MÚSICA	1
Professor de Artes	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM ARTE OU EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA.	1
Professor de Educação Física	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	1
Professor de Libras	20 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.	1

Agente de Apoio a Educação	40 H	LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 05/2004	FORMAÇÃO EM MAGISTÉRIO OU ESTAR CURSANDO, NO MÍNIMO, A 3ª FASE DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	10
----------------------------	------	--	---	----

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO EDITAL Nº. 01/2017 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO		
NOME:		
TELEFONE RESIDENCIAL:	CELULAR:	CONTATO:
CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
ENDEREÇO:		
ASSINALE O CARGO PARA O QUAL SE INSCREVE: () PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS () PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS () PROFESSOR SÉRIES INICIAIS 20 HORAS () PROFESSOR SÉRIES INICIAIS 40 HORAS <input type="checkbox"/> EJA () PROFESSOR LÍNGUA ALEMÃ 30 HORAS () PROFESSOR LÍNGUA ALEMÃ 40 HORAS () PROFESSOR DE MÚSICA 30 HORAS () PROFESSOR DE MÚSICA 40 HORAS () PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS () PROFESSOR DE ARTES 40 HORAS () PROFESSOR DE LIBRAS 20 HORAS () AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO 40 HORAS		DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO NA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL): () ACUMULA () NÃO ACUMULA NO CASO DE ACUMULAÇÃO, INDIQUE: DENOMINAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO: ÓRGÃO:
ASSINATURA LEGÍVEL DO CANDIDATO		

ANEXO III

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1. Referente ao Tempo de Serviço

A. Atividades de regência prestadas em escolas públicas e particulares na área objeto.	12 meses a 23 meses e 29 dias – 3 pontos
	24 meses em diante – 6 pontos
B. Atividades prestadas em escolas públicas e particulares em outra área da educação.	12 meses a 23 meses e 29 dias – 1 ponto
	24 meses em diante – 3 pontos
Obs.: As condições dos quadros <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> e <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> , descritas neste item, não são cumulativas para efeitos de contagem de pontos.	

2. Referente a qualificações

Formação Acadêmica/Titulação	Valor atribuído
A. Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.	15 pontos

B. Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.	10 pontos
C. Pós-Graduação <input type="checkbox"/> Lato Sensu <input type="checkbox"/> Especialização em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.	5.0 pontos
D. Outra Licenciatura na área da educação que não seja a apresentada como pré requisito ao exercício do cargo.	4.0 pontos
E. Curso avulso na área da Educação objeto realizado nos últimos 03 (três) anos com Carga Horária de 40 (quarenta) horas, no mínimo, por certificado, sendo que será desconsiderada, para efeitos de contagem de pontos, a carga horária excedente, por certificado.	1.0 pontos
Obs.: As condições dos quadros de <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> até <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> descritas neste item, são cumulativas para efeitos de contagem de pontos.	

OBS. : Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o CARGO PRETENDIDO, e realizados após 02/01/2013.

3. O fato de estar qualificado ao cargo pretendido, atendendo o disposto no Anexo I, por si só já é computável como 1 (um) ponto para efeitos de classificação, que será considerado ponto qualificador.

4. O critério de somatória de pontos, para efeitos de classificação, observará a seguinte fórmula: PONTO QUALIFICADOR + TEMPO DE SERVIÇO + FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO = NOTA FINAL.

ANEXO IV CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(somente para os que não tem inscrição de PIS/PASEP)

Eu, , residente e domiciliado no município de , inscrito no processo seletivo simplificado regulamentado pelo Edital nº , portador do CPF e cédula de identidade , declaro que não possuo inscrição de PIS/PASEP.
, de de 2017 .

Assinatura do candidato

ANEXO VI

Função	Atribuições	Habilitação Profissional
--------	-------------	--------------------------

PROFESSOR	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas-didáticas; - Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; - Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; - Ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino- aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; - Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzem à aprendizagem; - Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente; - Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; - Manter com os colegas, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa; - Cooperar com os serviços de Orientação Educacional e Supervisão Escolar; - Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais - Promover recuperações preventivas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações; - Colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação; - Cumprir e fazer cumprir fielmente os horários e calendário escolar; - Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; - Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente a execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; - Dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; - Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da Escola, bem como a conservação dos bens materiais; - Advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplinas ocorridos; - Participar e/ou organizar reuniões com os pais de seus alunos; - Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional; - Executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente; - Desempenhar outras tarefas relativas à docência; 	Formação em curso superior de graduação, de licenciatura plena com habilitação específica para atuação na educação infantil e/ ou nas séries iniciais do ensino fundamental, ou graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo para atuar nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental.
Função	Atribuições	Habilitação Profissional

AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

- Manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais;
- Requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades;
- Zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda;
- Observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais, solicitando os reparos necessários, para evitar riscos e prejuízos;
- Zelar pelo uso racional e econômico e pela conservação dos equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho;
- Colaborar com a instituição, equipe diretiva e docência na observância de regras de segurança quando do atendimento às crianças/alunos e da utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- Participar de programas de capacitação na área de atuação. - Atribuições específicas para atuação nas unidades de educação infantil e em salas com alunos incluídos; - Colaborar com o Professor Regente e/ou Direção quando da execução das atividades propostas às crianças/alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; - Colaborar com o Professor Regente e/ou Direção no desenvolvimento das atividades previstas no projeto político pedagógico da unidade escolar;
- Receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações Professor Regente e/ou Direção no trato e atendimento à clientela;
- Disponibilizar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvidas;
- Colaborar na execução de atividades que visem à desestimulação da agressividade sob a orientação e supervisão do Professor Regente;
- Acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer das crianças/alunos;
- Colaborar na estimulação da independência da criança/aluno, em especial, no que tange aos hábitos alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis;
- Responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças/alunos dos berçários;
- Cuidar da higiene e do asseio das crianças/alunos sob a sua responsabilidade;
- Acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar.

Formação em Magistério ou estar cursando, no mínimo, a 3ª fase de Licenciatura em Pedagogia

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 003/2017

DECRETO 003/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DE TELEFONES CELULARES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO-SE os atuais aparelhos celulares adquiridos para uso em serviço Público, disponibilizados aos Secretários; ao Chefe de Gabinete; aos Assessores; aos Diretores; aos Gerentes; aos Chefes de Serviço e Servidores no exercício de cargo de provimento efetivo;

CONSIDERANDO-SE ainda, a necessidade de disciplinar ocorrência de ligações desses telefones, bem como Processo Administrativo Disciplinar aos servidores.

DECRETA:

Art. 1º - O limite de despesas mensais com aparelhos celulares para uso em serviço, correspondente aos servidores relacionados no anexo único deste decreto, a ser suportado mensalmente pelo Município é o que estabelecido está no presente ato.

Art. 2º - As despesas que ultrapassarem o teto fixado no anexo único deste decreto serão debitadas na folha de pagamento dos servidores.

Parágrafo único: Caso o valor ultrapassar o teto estipulado no anexo único o Secretario(a), ou o responsável da pasta em que o servidor é lotado fará o Deferimento do desconto em folha do servidor ou o Indeferimento mediante apresentação de justificativa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto n.º 003/2017 de 10 de janeiro de 2017

ANEXO ÚNICO

NÚMERO DO APARELHO	NOME DO SERVIDOR	LIMITE
91078061	Geovana Gessner	Livre
91124523	Erico Barchfeld	R\$ 150,00
88948757	Zulnei Luchtenberg	R\$ 50,00
88529120	Celso Marcelino	R\$ 50,00
91312171	Geziel Balcker	R\$ 150,00
88724746	Recepção Administração	Livre
88688983	Francisco de Carvalho	R\$ 50,00
91084211	Osmar Gonçalves	R\$ 100,00
89001320	Vilson Wespthal	R\$ 100,00
88514782	Conselho Tutelar	R\$ 100,00
88808232	Catia Regina Marangoni Geremias	R\$ 150,00
91113012	Secretaria de Educação	Livre
88514962	Elieni da Silva	R\$ 50,00
91117457	Gerson de Souza	R\$ 50,00
91125019	Vagner Luiz Deitos	R\$ 50,00
91161474	Joacir Fernandes	R\$ 50,00
89035771	Tania Bini Azevedo Waltrick	R\$ 200,00
91115562	Fabio Machado	R\$ 50,00
91140523	Patricia Aparecida Cândido	R\$ 80,00
88093247	Plantão Ambulância	Livre

88449384	Flavio Antonio Gonçalves	R\$ 150,00
91136314	ESF 2	R\$ 50,00
88093251	ESF 1	R\$ 50,00
88283384	Alecio Jung	R\$ 50,00
88881997	Bombeiros	Livre
88400215	Bombeiros	Livre
88430390	Bombeiros	Livre
88916975	Bombeiros	Livre
88305447	Bombeiros	Livre

Trombudo Central, 10 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Turvo

PREFEITURA

CTR PMT 61/2016

CONTRATO Nº. 61/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 42/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº. 42/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Libero Bardini, 51 - Vila Manenti, no município de Turvo, inscrita no CNPJ sob o nº 12.766.781/0001-09, neste ato representada pelo, Sr. Edemilso Luiz Venson, portador do CPF nº 898.861.199-34 residente e domiciliado no município de Turvo/SC, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato objetivando a contratação de empresa especializada para executar o serviço de 340 (trezentos e quarenta) horas de escavadeira hidráulica para retirada de seixo do rio para manutenção e conservação das estradas municipais de Turvo/SC, e de conformidade com o Processo de Licitação nº 42/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 42/2016, homologada em 10/08/2016, bem como a proposta da vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para executar o serviço de 340 (trezentos e quarenta) horas de escavadeira hidráulica para retirada de seixo do rio para manutenção e conservação das estradas municipais, do município de Turvo/SC.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do processo de Licitação e de conformidade com o Processo de Licitação nº 42/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 42/2016, homologada em 10/08/2016, bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**I - DA CONTRATADA:**

Visando a execução dos serviços que são objeto deste Contrato, a CONTRATADA obriga-se à:

a) arcar com todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços tais como: combustível, mão-de-obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária;

b) cumprir fielmente o presente Contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos determinados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

II - DA CONTRATANTE:

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

a) efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Terceira deste Instrumento;

b) comunicar à CONTRATADA, através do executor designado, qualquer anormalidade verificada na execução do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Pela execução dos serviços que alude este contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por hora maquina escavadeira hidráulica, perfazendo o total do presente contrato de R\$ 74.800,00 (setenta e quatro mil e oitocentos reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão efetuados 10 (dez) dias após a prestação do serviço, mediante Nota Fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços dos serviços que são objeto deste contrato não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta do seguinte crédito do orçamento corrente:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0044.2.019 - Manut. e Func. Sec. Transp., Obras e Serv. Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080 (90) - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura pelas partes, com término em 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado de conformidade com a Lei nº. 9.666/92 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei 8666/93 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O descumprimento das condições estipuladas neste Contrato, que não seja determinantes da rescisão contratual, implicará a imposição de multa à CONTRATADA, de 5%(cinco por cento) do valor do Contrato, em cada caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contrato poderá ser rescindido, amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Contrato poderá ser rescindido judicialmente nos termos da legislação processual vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica, ainda, assegurado à CONTRATANTE o direito à rescisão deste Contrato independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado por mais de 30 dias consecutivos no início da execução dos serviços;
- b) interrupção dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- c) descumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE feita em base contratual;
- d) transferência do objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer a CONTRATANTE, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito Foro da Comarca de Turvo/SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

TURVO – SC, 10 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LIDER PAVIM. E TERRAP. LTDA - ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 62/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

CONTRATO Nº 62/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E A EMPRESA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA TRES BRAÇAS LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, e a Empresa CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA TRES BRAÇAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Nossa Senhora da Conceição, Nº 1027 - sala 01, Centro, cidade de Maracajá/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.959.716/0001-90, neste ato representada pelo Senhora Janete Ines Weber Eckert, portadora do CPF nº 593.327.190-04, residente e domiciliado no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, doravante designada CONTRATADA, tem entre si, como justos e contratados na forma abaixo estabelecida.

Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se à Licitação nº 43/2016 - PP e à proposta da Contratada, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de empreitada global.

cláusula terceira – do Objeto do Contrato

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa para construção de travessias elevadas em Trecho da Rua Jorge Lacerda, onde tudo será executado conforme o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo.

Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação, Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (83) – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (84) – Aplicações Diretas

Cláusula Quinta – Do valor

Pelos serviços descritos na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 48.964,38 (quarenta e oito mil novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos).

Cláusula sexta – do reajuste

Os preços dos serviços objeto deste são irreajustáveis.

cláusula sétima – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este contrato terá vigência no dia 21/09/2016, a contar da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA OITAVA – Do Pagamento

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, SERÁ emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 2º O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 3º O pagamento somente será realizado mediante apresentação da cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior, relativos ao pessoal empregado na obra:

I – Guia de recolhimento do FGTS; e

II – Guia de recolhimento do INSS.

§ 4º O pagamento da primeira parcela fica condicionada ainda à apresentação do CEI (Cadastro Específico do INSS), e a última parcela, à apresentação de comprovante de quitação final da obra junto ao INSS.

Cláusula NONA – DA ENTREGA

A entrega do objeto só estará caracterizada mediante o recebimento definitivo do mesmo, ou seja, o aceite na nota fiscal correspondente pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

I - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93, sendo que a multa será de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

II - Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor total do contrato, aplicável por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo de entrega previsto neste edital;

III - A inexecução total ou parcial da ata enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

Cláusula décima PRIMEIRA – Das Prerrogativas do Contratante

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste

IV - Suspende o fornecimento do material em caso de irregularidades na execução até a sua regularização, sem quaisquer custos;

Cláusula Décima segunda – Das Obrigações do Contratado

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III - assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento do objeto;

IV - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;

V - fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;

VI - assumir responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos subcontratados, mesmo em áreas do CONTRATANTE que não constem do objeto do presente Edital.

Cláusula Décima TERCEIRA– Das Obrigações do CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

- II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.
- IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;

Cláusula décima quarta – das hipóteses de rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

Cláusula DÉCIMA QUINTA – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;
- III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Cláusula décima sexta – Dos Representantes das Partes

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é o servidor designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

Cláusula décima sétima – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Turvo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

TURVO/SC, 19 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

CONSTRUTORA E PAV. TRÊS BRAÇAS LTDA
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 63/2016

CONTRATO Nº 63/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 48/2016

MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 48/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME, Situada na Rua Líbero Bardini, nº. 51, Bairro Vila Manenti, Cidade de Turvo Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº. 12.766.781/0001-09, neste ato representada Sr. Edemilso Luiz Venson, portador do CPF nº 898.861.199-34 residente e domiciliado no município de Turvo/SC, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato, objetivando a contratação de empresa para a recuperação e de galeria pluvial na estrada municipal TVO 354 na comunidade de Nova Esperança, Turvo/SC. Tudo será executado conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo, onde terá que ser executada em regime de emergência, pois a existente se rompeu impedindo o trânsito de veículos e caminhões para o escoamento de produção agrícola, cfe. Processo de Licitação nº 48/2016 – na Modalidade de Dispensa de Licitação nº 48/2016, homologada em 26/08/2016, bem como a proposta da vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa para a recuperação e de galeria pluvial na estrada municipal TVO 354 na comunidade de Nova Esperança, Turvo/SC. tudo será executado conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo, onde terá que ser executada em regime de emergência, pois a existente se rompeu impedindo o trânsito de veículos e caminhões para o escoamento de produção agrícola, cfe. Processo de Licitação nº 48/2016 – na Modalidade de Dispensa de Licitação nº 48/2016, homologada em 26/08/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os Serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos Serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados;

Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua publicação.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de

Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos Serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato;

for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 38.737,55 (trinta e oito mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Sendo pagos após a execução dos serviços, cfe. medição.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos Serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará os valores devidos à CONTRATADA pela execução dos Serviços, cfe. Medições feitas pela empresa contratada, apresentadas a Prefeitura Municipal de Turvo e aprovadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, conforme medição de serviços.

A CONTRATADA deverá enviar suas faturas em 01 (uma) via, de acordo com a respectiva Medição, constando o número deste Contrato, para o endereço da Contratante.

Na hipótese da CONTRATADA não concordar com os dados constantes de um Boletim de Medição deverá apresentar por escrito, até 05 (cinco) dias contados do recebimento do mesmo, os motivos de sua contestação para análise e decisão por parte da CONTRATANTE. Esta contestação, porém, não impedirá a emissão do documento de cobrança respectivo, que será processado e pago normalmente. Havendo concordância por parte da CONTRATANTE quanto às objeções levantadas, os ajustes decorrentes serão efetuados no Boletim de Medição seguinte.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com cada fatura, uma cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do mês anterior ao mês relativo à prestação dos Serviços, devidamente quitadas, bem como da folha de pagamento referente a todos os seus empregados engajados na execução dos Serviços.

A não apresentação dos documentos elencados no Item anterior implicará na retenção do pagamento devido à CONTRATADA até o cumprimento dessa obrigação, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o presente Contrato. No último faturamento, a falta de apresentação das guias de recolhimento do INSS e do FGTS relativas ao mês em curso, a não apresentação de baixa da inscrição no Cadastro Específico do INSS - CEI, com a respectiva Certidão Negativa de Débito, implicará na retenção do valor do pagamento, até o cumprimento dessa obrigação. Após a apresentação desses documentos, a CONTRATANTE procederá ao pagamento do valor retido.

A CONTRATANTE não pagará qualquer compensação monetária por atraso de pagamento ocorrido em função do previsto nesta Cláusula.

A CONTRATANTE terá o direito de, mensalmente, descontar ou compensar contra quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA o valor de qualquer débito da CONTRATADA, incluindo os tributos municipais devidos e os decorrentes da aplicação de quaisquer das multas ou outras penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas).

A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da

celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas Partes como provenientes de Caso Fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes, e qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que

possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – GARANTIAS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus Serviços, por um período mínimo de 03 (três) anos, iniciando-se o período de garantia a partir da data de conclusão dos Serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratado. O Preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo

delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 02 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 26 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

LIDER PAV. E TERRAPLANAGEM LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 64/2016

CONTRATO Nº. 64/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2016

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2016

1. CONTRATANTES:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/SC com sede a Rua Nereu ramos, 609, Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, através do Prefeito Sr. Ronaldo Carlessi, portador do CPF: 344.589.139-72, domiciliada neste município, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI ME, com sede na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.754.528/0001-14, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato a aquisição de Material Didático para todas as creches do município de Turvo/SC, nas condições previstas no Edital Processo Licitatório nº. 44/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº. 44/2016 e seus Anexos, partes integrantes e inseparáveis deste contrato, homologada em 29/08/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De acordo com o Edital Processo Licitatório nº. 44/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº. 44/2016, Homologado em 29/08/2016, a Contratada compromete-se a fornecer Material Didático para todas as creches do município de Turvo/SC. (Itens: 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31 e 32).

CLÁUSULA SEGUNDA

A Contratada deverá proceder a entrega física e técnica dos materiais objeto da aquisição, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, na sede administrativa do Município sito a Rua Nereu Ramos, 609, Centro, na cidade de Turvo - SC, livre de frete ou quaisquer despesas adicionais, e os equipamentos e mobiliários em geral serão entregues nos postos de saúde e ESF determinado pela administração.

Parágrafo Único – O prazo acima ajustado poderá ser prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas no art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pela aquisição e fornecimento dos materiais objeto deste contrato, o Município pagará a Contratada mediante a emissão respectiva de empenho e nota fiscal, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Turvo. Sendo o valor total deste contrato de R\$ 26.191.13 (vinte e seis mil cento e noventa e um reais e treze centavos).

CLÁUSULA QUARTA

O Município será isento de toda e qualquer obrigação que lhe for atribuída neste instrumento, especialmente quanto ao pagamento, se o objeto da aquisição e fornecimento não for entregue pela Contratada no prazo previsto na Cláusula Primeira ou em eventual termo aditivo de prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA

O recebimento do equipamento dar-se-á na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93, em seu Art. 73.

CLÁUSULA SEXTA

Se o equipamento apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o Município poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA

O Termo de Garantia dos equipamentos será o fornecido pelo fabricante dos mesmos, fará parte integrante deste instrumento, responsabilizando-se a Contratada pela fiel execução do mesmo.

Parágrafo Único - A Contratada compromete-se a fornecer assistência técnica e garantia dos materiais.

CLÁUSULA OITAVA

A vigência do presente contrato terá início na data de sua assinatura, e findará ao término do período da Garantia dos Materiais.

CLÁUSULA NONA

A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Educação e também poderá ser exercida por órgão federal, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do Contrato, as especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução do contrato. O mesmo anotará em registro próprio, eventuais ocorrências ou anormalidades constatadas, determinando no que for necessário, a imediata regularização ou providências administrativas a serem tomadas, sem que isso importe na redução da responsabilidade da Contratada pela boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Contratada compromete-se a manter durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação apresentadas por ocasião da Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O presente Contrato somente poderá ser alterado nas hipóteses previstas no Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A infringência de qualquer uma das cláusulas previstas no presente Contrato, por parte da Contratada, ensejará uma indenização ao Município, de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, importância esta que será devidamente atualizada ao termo do efetivo pagamento, sem o prejuízo de outras multas previstas neste instrumento e aplicações de sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O presente Contrato somente poderá ser rescindido por qualquer uma das razões constantes no Art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Em caso de rescisão contratual por descumprimento das obrigações ora assumidas, ficará a Contratada sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, além da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O presente Contrato vincula-se ao Edital de Pregão nº 44//2016, para todos os fins que se fizerem necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo – SC para o exercício de 2016.

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0010.1.018 – Construção e ou Ampliação de sala de aula creches

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 (53) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Turvo - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas instrumentais.

Turvo, 29 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza

CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco

CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 65/2016

CONTRATO Nº. 65/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2016

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2016

1. CONTRATANTES:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/SC com sede a Rua Nereu ramos, 609, Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, através do Prefeito Sr. Ronaldo Carlessi, portador do CPF: 344.589.139-72, domiciliada neste município, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa CATARINA BAZAR LTDA ME, com sede na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.665.336/0001-52, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato a aquisição de Material Didático para todas as creches do município de Turvo/SC, nas condições previstas no Edital Processo Licitatório nº. 44/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº. 44/2016 e seus Anexos, partes integrantes e inseparáveis deste contrato, homologada em 29/08/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De acordo com o Edital Processo Licitatório nº. 44/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº. 44/2016, Homologado em 29/08/2016, a Contratada compromete-se a fornecer Material Didático para todas as creches do município de Turvo/SC. (itens: 1, 3, 9, 13, 14, 22, 26 e 33).

CLÁUSULA SEGUNDA

A Contratada deverá proceder a entrega física e técnica dos materiais objeto da aquisição, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, na sede administrativa do Município sito a Rua Nereu Ramos, 609, Centro, na cidade de Turvo - SC, livre de frete ou quaisquer despesas adicionais, e os equipamentos e mobiliários em geral serão entregues nos postos de saúde e ESF determinado pela administração.

Parágrafo Único – O prazo acima ajustado poderá ser prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas no art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pela aquisição e fornecimento dos materiais objeto deste contrato, o Município pagará a Contratada mediante a emissão respectiva de empenho e nota fiscal, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Turvo. Sendo o valor total deste contrato de R\$ 11.521,00 (onze mil quinhentos e vinte e um reais).

CLÁUSULA QUARTA

O Município será isento de toda e qualquer obrigação que lhe for atribuída neste instrumento, especialmente quanto ao pagamento, se o objeto da aquisição e fornecimento não for entregue pela Contratada no prazo previsto na Cláusula Primeira ou em eventual termo aditivo de prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA

O recebimento do equipamento, dar-se-á na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93, em seu Art. 73.

CLÁUSULA SEXTA

Se o equipamento apresentar especificações em desacordo com o estabelecido no Edital, o Município poderá rejeitar o seu recebimento, bem como declarar a inidoneidade do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA

O Termo de Garantia dos equipamentos será o fornecido pelo fabricante dos mesmos, fará parte integrante deste instrumento, responsabilizando-se a Contratada pela fiel execução do mesmo.

Parágrafo Único - A Contratada compromete-se a fornecer assistência técnica e garantia dos materiais.

CLÁUSULA OITAVA

A vigência do presente contrato terá início na data de sua assinatura, e findará ao término do período da Garantia dos Materiais.

CLÁUSULA NONA

A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Educação e também poderá ser exercida por órgão federal, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do Contrato, as especificações e demais

requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução do contrato. O mesmo anotarà em registro próprio, eventuais ocorrências ou anormalidades constatadas, determinando no que for necessário, a imediata regularização ou providências administrativas a serem tomadas, sem que isso importe na redução da responsabilidade da Contratada pela boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Contratada compromete-se a manter durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação apresentadas por ocasião da Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O presente Contrato somente poderá ser alterado nas hipóteses previstas no Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A infringência de qualquer uma das cláusulas previstas no presente Contrato, por parte da Contratada, ensejará uma indenização ao Município, de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, importância esta que será devidamente atualizada ao termo do efetivo pagamento, sem o prejuízo de outras multas previstas neste instrumento e aplicações de sanções administrativas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O presente Contrato somente poderá ser rescindido por qualquer uma das razões constantes no Art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Em caso de rescisão contratual por descumprimento das obrigações ora assumidas, ficará a Contratada sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, além da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O presente Contrato vincula-se ao Edital de Pregão nº 44//2016, para todos os fins que se fizerem necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo – SC para o exercício de 2016.

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0010.1.018 – Construção e ou Ampliação de sala de aula creches

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 (53) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Turvo - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas instrumentais.

Turvo, 29 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

CATARINA BAZAR LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF:894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 66/2016
CONTRATO Nº 66/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 47/2016
MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº 47/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO - SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo - SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com sede na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.111.709/0001-09, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA Nº 353 BAIRRO LINHA CONTESSI MUNICÍPIO DE TURVO/SC", onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 47/2016, na modalidade de Carta Convite nº. 47/2016, homologada em 01/09/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA Nº 353 BAIRRO LINHA CONTESSI MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com 90,75 metros de extensão, no valor de R\$ 65.903,32 (sessenta e cinco mil novecentos e três reais e trinta e dois centavos), ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou

inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 60 (sessenta) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$: 65.903,32 (sessenta e cinco mil novecentos e três reais e trinta e dois centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser suspenso pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

- e . Certificado de Regularidade do FGTS.
- f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;
- g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.
Na hipótese de não apresentação, o pagamento será sustado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
15.452.0007.1.004.4.4.90.00.00.00.00.0080 (84) – aplicações diretas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

A CONTRATADA obriga-se se manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e

forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Turvo/SC, 01 de setembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 67/2016
CONTRATO Nº 67/2016

TOMADA DE PREÇO 46/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E A EMPRESA ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, e a Empresa ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua José Malgarezi, Nº 1930, cidade de Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 74.111.709/0001-09, neste ato representada pelo Senhor Luiz Tomasi., portador do CPF nº 560.334.519-53, residente e domiciliado no município de Turvo, Estado de Santa Catarina, doravante designada CONTRATADA, tem entre si, como justos e contratados na forma abaixo estabelecida.

Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se à Licitação nº 45/2016 - TP e à proposta da Contratada, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de empreitada global.

cláusula terceira – do Objeto do Contrato

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa para Reforma do prédio da Biblioteca com área total de 480,58m², tudo de conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico financeiro e projetos complementares em anexo.
1.2. Cabe a empresa Contratada providenciar o local para a instalação do canteiro da obra, arcando com todos os custos, inclusive eventuais licenças, não havendo objeção que seja no próprio terreno onde será executada a obra, desde que haja compatibilidade com o cronograma físico e espaço.

Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

13.392.0039.2.015 – Manutenção e Divulgação da Cultura

4.4.90.00.00.00.00.008 (72) – Aplicações Diretas

Cláusula Quinta – Do valor e da garantia DE ADIMPLEMENTO

Pelos serviços descritos na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 332.805,90 (trezentos e trinta e dois mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos), em parcelas de acordo com o cronograma físico-financeiro, observado o disposto na Cláusula Nona deste Contrato.

§ 1º O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo, independente dos quantitativos unitários constantes da planilha de custos da proposta, e somente poderá ser revisto em caso de reajuste, conforme previsto na Cláusula Sexta ou alteração contratual nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Nona.

§ 2º O CONTRATADO apresentou garantia no valor de R\$ 16.657,56 (dezesseis mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), através de Seguro Garantia, visando assegurar o adimplemento integral da avença, sendo que a mesma será devolvida ao final do contrato, devidamente corrigida pelo rendimento da caderneta de poupança em caso de caução em dinheiro, caso cumprida todas as obrigações.

Cláusula sexta – do reajuste

Os preços dos serviços objeto deste são irreajustáveis.

cláusula sétima – do prazo de execução DO OBJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da data de entrega da Ordem de Serviço.

Parágrafo único. Este contrato terá vigência no dia 11/12/2016, a contar da data de sua assinatura.

Cláusula oitava – Da Garantia

A garantia legal para os serviços objeto do presente contrato é de 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo da obra pelo CONTRATANTE.

Parágrafo único. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão de obra e todos os materiais, peças, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

Cláusula nona – Do Pagamento

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º O pagamento somente será realizado mediante apresentação da cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior, relativos ao pessoal empregado na obra:

I – Guia de recolhimento do FGTS; e

II – Guia de recolhimento do INSS.

§ 6º O pagamento da primeira parcela fica condicionada ainda à apresentação do CEI (Cadastro Específico do INSS), e a última parcela, à apresentação de comprovante de quitação final da obra junto ao INSS.

§ 7º caso a contratada não comprove o disposto nos §§ 4º e 5º, o pagamento será realizado mediante retenção do INSS, na forma da legislação da previdência social.

Cláusula décima – Da Atualização Monetária

Havendo atraso nos pagamentos, causado pela Prefeitura Municipal e tendo o Contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia em que ocorrer o pagamento segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias.

Cláusula décima primeira – do recebimento

Após a execução, o objeto será recebido:

I – provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II – definitivamente, em até 90 dias, após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

Parágrafo único. Por execução final entende-se a conclusão da obra, com todas as instalações e equipamentos em pleno funcionamento, quando for o caso.

Cláusula Décima segunda – Das Prerrogativas do Contratante

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V - Suspender a execução da obra em caso de irregularidades na execução até a sua regularização, sem quaisquer custos;

Cláusula Décima terceira – Das Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 0,2% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte do CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 20%.

b) de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias;

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Turvo pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Cláusula Décima quarta – Das Obrigações do Contratado

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

- III - executar o objeto diretamente, salvo quando admitida a subcontratação, devendo, neste caso, emitir as ART's, também vinculadas ao responsável técnico do subcontratado;
- IV - executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos.
- V - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;
- VI - oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;
- VII - adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução, arcando com todos os custos;
- VIII - iniciar os serviços, em até 5 dias corridos a contar da entrega da Ordem de Serviços;
- IX - instalar por sua conta e manter o canteiro de obras de acordo com as normas. A guarda e a manutenção do canteiro de obras será de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO;
- X - estabelecer para toda equipe de trabalho que todo material retirado da obra é de propriedade do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO subtrair por sua conta, apenas o que lhe for dado como entulho;
- XI - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- XII - fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- XIII - assumir responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos subcontratados, mesmo em áreas do CONTRATANTE que não constem do objeto do presente Edital.
- XIV - manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo CONTRATANTE;
- XV - implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria diária da fiscalização do CONTRATANTE que anotará as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O Diário de Obras será emitido em 02 vias, também constituindo-se meio de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO;
- XVI - substituir os seus empregados que não atenderem satisfatoriamente a execução do objeto. Feita a solicitação formal, o CONTRATADO terá que adotar a providência no máximo em quarenta e oito horas após o recebimento da comunicação;
- XVII - exibir placa(s) em local visível, contendo as informações legais;

Cláusula décima quinta – Das Obrigações do CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.
- IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;
- V - adotar as providências e coordenar as reuniões, bem como, destinar e disponibilizar local para a realização das mesmas.

Cláusula DÉCIMA sexta – das hipóteses de rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

Cláusula décima sétima – dos direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão unilateral

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;
- III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Cláusula décima oitava – Das Alterações

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

Cláusula décima nona– Dos Representantes das Partes

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é o servidor designado para fiscalizar e acompanhar a obra, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

Cláusula vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Turvo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

TURVO/SC, 12 de setembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

ENGETOM CONST. CIVIL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 68/2016
CONTRATO Nº 68/2016

PROCESO LICITATORIO Nº. 49/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº. 49/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME, Situada na Rua Libero Bardini, nº. 51, Bairro Vila Manenti, Cidade de Turvo Santa Catarina, Inscrição no CNPJ nº. 12.766.781/0001-09, neste ato representada Sr. Edemilso Luiz Venson, portador do CPF nº 898.861.199-34 residente e domiciliado no município de Turvo/SC, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato, objetivando a contratação de empresa para construção de galeria pluvial e recuperação de drenagem pluvial na Estrada Municipal TVO 252, estrada de acesso a Três Marias na comunidade de Vila Progresso Turvo/SC. Tudo será executado conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo, cfe. Processo de Licitação nº 49/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 49/2016, homologada em 21/09/2016, bem como a proposta da vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa para construção de galeria pluvial e recuperação de drenagem pluvial na Estrada Municipal TVO 252, estrada de acesso a Três Marias na comunidade de Vila Progresso Turvo/SC. Tudo será executado conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo, cfe. Processo de Licitação nº 49/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 49/2016, homologada em 21/09/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os Serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências

todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos Serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados;

Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos Serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato;

for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 39.935,57 (trinta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Sendo pagos após a execução dos serviços, conforme medição.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos Serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará os valores devidos à CONTRATADA pela execução dos Serviços, cfe. medições feitas pela empresa contratada, apresentadas a Prefeitura Municipal de Turvo e aprovadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, conforme medição de serviços.

A CONTRATADA deverá enviar suas faturas em 01 (uma) via, de acordo com a respectiva Medição, constando o número deste Contrato, para o endereço da Contratante.

Na hipótese da CONTRATADA não concordar com os dados constantes de um Boletim de Medição deverá apresentar por escrito, até 05 (cinco) dias contados do recebimento do mesmo, os motivos de sua contestação para análise e decisão por parte da CONTRATANTE. Esta contestação, porém, não impedirá a emissão do documento de cobrança respectivo, que será processado e pago normalmente. Havendo concordância por parte da CONTRATANTE quanto às objeções levantadas, os ajustes decorrentes serão efetuados no Boletim de Medição seguinte.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com cada fatura, uma cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do mês anterior ao mês relativo à prestação dos Serviços, devidamente quitadas, bem como da folha de pagamento referente a todos os seus empregados engajados na execução dos Serviços.

A não apresentação dos documentos elencados no Item anterior implicará na retenção do pagamento devido à CONTRATADA até o cumprimento dessa obrigação, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o presente Contrato. No último faturamento, a falta de apresentação das guias de recolhimento do INSS e do FGTS relativas ao mês em curso, a não apresentação de baixa da inscrição no Cadastro Específico do INSS - CEI, com a respectiva Certidão Negativa de Débito, implicará na retenção do valor do pagamento, até o cumprimento dessa obrigação. Após a apresentação desses documentos, a CONTRATANTE procederá ao pagamento do valor retido.

A CONTRATANTE não pagará qualquer compensação monetária por atraso de pagamento ocorrido em função do previsto nesta Cláusula.

A CONTRATANTE terá o direito de, mensalmente, descontar ou compensar contra quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA o valor de qualquer débito da CONTRATADA, incluindo os tributos municipais devidos e os decorrentes da aplicação de quaisquer das multas ou outras penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas).

A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na

medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas Partes como provenientes de Caso Fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes, e qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que

possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – GARANTIAS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus Serviços, por um período mínimo de 03 (três) anos, iniciando-se o período de garantia a partir da data de conclusão dos Serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratado. O Preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 02 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 21 de setembro 2016.

RONALDO CARLESSI LIDER PAV. E TERRAPLANAGEM LTDA ME
CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF:894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 69/2016

CONTRATO Nº 69/2016

PROCESO LICITATORIO Nº. 50/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº. 50/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa ERLINDO BON ME, Situada na Rua Vereador Oscar Pietsch, nº. 660, Bairro São Cristovão, Cidade de Turvo Santa Catarina, Inscrita no CNPJ nº. 11.635.222/0001-05, neste ato representada Sr. Erlindo Bon, portador do CPF nº 522.176.129-72 residente e domiciliado no município de Turvo/SC, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato, objetivando a contratação de empresa para recuperação do sistema de esgotamento sanitário de Vila Serrano município de Turvo/SC. Tudo será executado conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo, cfe. Processo de Licitação nº 50/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 50/2016, homologada em 21/09/2016, bem como a proposta da vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa para recuperação do sistema de esgotamento sanitário de Vila Serrano município de Turvo/SC. Tudo será executado conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e projeto em anexo, cfe. Processo de Licitação nº 50/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 50/2016, homologada em 21/09/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os Serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os

seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos Serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados;

Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos Serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato;

for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 22.761,84 (vinte e dois mil setecentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Sendo pagos após a execução dos serviços, conforme medição.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos Serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará os valores devidos à CONTRATADA pela execução dos Serviços, cfe. medições feitas pela empresa contratada, apresentadas a Prefeitura Municipal de Turvo e aprovadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, conforme medição de serviços.

A CONTRATADA deverá enviar suas faturas em 01 (uma) via, de acordo com a respectiva Medição, constando o número deste Contrato, para o endereço da Contratante.

Na hipótese da CONTRATADA não concordar com os dados constantes de um Boletim de Medição deverá apresentar por escrito, até 05 (cinco) dias contados do recebimento do mesmo, os motivos de sua contestação para análise e decisão por parte da CONTRATANTE. Esta contestação, porém, não impedirá a emissão do documento de cobrança respectivo, que será processado e pago normalmente. Havendo concordância por parte da CONTRATANTE quanto às objeções levantadas, os ajustes decorrentes serão efetuados no Boletim de Medição seguinte.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com cada fatura, uma cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do mês anterior ao mês relativo à prestação dos Serviços, devidamente quitadas, bem como da folha de pagamento referente a todos os seus empregados engajados na execução dos Serviços.

A não apresentação dos documentos elencados no Item anterior implicará na retenção do pagamento devido à CONTRATADA até o cumprimento dessa obrigação, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o presente Contrato. No último faturamento, a falta de apresentação das guias de recolhimento do INSS e do FGTS relativas ao mês em curso, a não apresentação de baixa da inscrição no Cadastro Específico do INSS - CEI, com a respectiva Certidão Negativa de Débito, implicará na retenção do valor do pagamento, até o cumprimento dessa obrigação. Após a apresentação desses documentos, a CONTRATANTE procederá ao pagamento do valor retido.

A CONTRATANTE não pagará qualquer compensação monetária por atraso de pagamento ocorrido em função do previsto nesta Cláusula.

A CONTRATANTE terá o direito de, mensalmente, descontar ou compensar contra quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA o valor de qualquer débito da CONTRATADA, incluindo os tributos municipais devidos e os decorrentes da aplicação de quaisquer das multas ou outras penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas).

A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada,

sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato. Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas Partes como provenientes de Caso Fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes, e qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que

possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – GARANTIAS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus Serviços, por um período mínimo de 03 (três) anos, iniciando-se o período de garantia a partir da data de conclusão dos Serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratado. O Preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 02 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 21 de setembro 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

ERLINDO BON ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 70/2016
CONTRATO Nº 70/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 45/2016
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 45/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”; e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, com

sede na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.665.141/0001-50, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS", constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo programa BADESC CIDADES, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 45/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 45/2016, homologada em 28/09/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

LOTE 1 ☐ PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA LUIZ CIRIMBELLI COM EXTENSÃO DE 695,56 METROS, NO VALOR DE R\$ 532.178,72 (quinhentos e trinta e dois mil cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ R\$ 532.178,72 (quinhentos e trinta e dois mil cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 120 (cento e vinte) dias para cada rua licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços,

devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$: 532.178,72 (quinhentos e trinta e dois mil cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito conforme cronograma físico-financeiro, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.0113 (85) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a um processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais

a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 28 de setembro de 2016.

RONALDO CARLESSI SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPE:894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPE: 477.669.809-91

CTR PMT 71/2016
CONTRATO Nº 71/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 45/2016
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 45/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”; e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, com sede na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.665.141/0001-50, neste ato representada por seu

representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS", constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo programa BADESC CIDADES, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 45/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 45/2016, homologada em 28/09/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

LOTE 2 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA PROFESSORA VIGINIA CECHINEL COM EXTENSÃO DE 206,16 METROS, NO VALOR DE R\$ 155.418,64 (cento e cinquenta e cinco mil quatrocentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos); PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA EMILIO NEIS COM EXTENSÃO DE 317,32 METROS, NO VALOR DE R\$ 258.477,18 (duzentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e setenta e sete reais e dezoito centavos); PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA FREI GREGÓRIO DAL MONT COM EXTENSÃO DE 156,24 METROS, NO VALOR DE R\$ 112.655,71 (cento e doze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos).

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ 526.551,53 (quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 120 (cento e vinte) dias para cada rua licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$: 526.551,53 (quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito conforme cronograma físico-financeiro, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser suspenso pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.0113 (85) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – NOVAÇÃO

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 28 de setembro de 2016.

RONALDO CARLESSI SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

CTR PMT 72/2016
CONTRATO Nº 72/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 45/2016
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 45/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado,

empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP, com sede na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.323.544/0001-33, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes"; e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS", constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo programa BADESC CIDADES, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 45/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 45/2016, homologada em 28/09/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

LOTE 3 – PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA PREFEITO JOSÉ MARCON COM EXTENSÃO DE 212,52 METROS, NO VALOR DE R\$ 182.502,72 (cento e oitenta e dois mil quinhentos e dois reais e setenta e dois centavos).

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ 182.502,72 (cento e oitenta e dois mil quinhentos e dois reais e setenta e dois centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 120 (cento e vinte) dias para cada rua licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 182.502,72 (cento e oitenta e dois mil quinhentos e dois reais e setenta e dois centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito conforme cronograma físico-financeiro, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO aposto no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser suspenso pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.0113 (85) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO N° 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 28 de setembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

CONCRETUBOS OBRAS DE URB. LTDA EPP
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 73/2016

CONTRATO Nº. 73/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 51/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº. 51/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72,

residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa LIGA ATLETICA DOS MUN. DO EXTREMO SUL CATARINENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Avenida Municipal, Nº. s/n – Bairro São Cristovão, no município de Turvo/SC SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.174.942/0001-40, neste ato representada pelo(a) Presidente(a), Sr(a) EDSON RODRIGUES, residente e domiciliado no município de Turvo/SC, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e o Processo de Licitação nº 51/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 51/2016, homologada em 30/09/2016 bem como a proposta da vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestar serviços arbitragem, mesários e premiações para o campeonato municipal empresarial de futsal cidade de Turvo/SC, nas categorias: masculino livre, feminino, sub 17, sub 14, sub 12 e sub 9. Que se realizará no ginásio de esportes prefeito Abelle Bez Batti com previsão para iniciar no dia 07 de outubro de 2016 e termino previsto para o dia 30 de dezembro de 2016, tudo de conformidade com o processo de Licitação nº 51/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 51/2016, homologada em 30/08/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA compromete-se a executar os jogos compreendendo serviços de arbitragem tudo de conformidade com o Processo de Licitação nº 51/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 51/2016, homologada em 30/08/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

Todos os serviços enumerados deverão ser executados e prestados por pessoal devidamente habilitado e qualificado da CONTRATADA, a qual assume inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, ficando desta forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE sobre tal matéria.

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE, em retribuição aos serviços prestados pela CONTRATADA, obriga-se a pagar o valor total de RS: 31.437,00 (trinta e um mil quatrocentos e trinta e sete reais) sendo pago a cada duas rodadas executadas do referido campeonato amador de futebol de campo do município de Turvo – SC.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato de origem será durante o decorrer do campeonato municipal de futebol de campo previsto para inicio em 07/10/2016 e seu termino previsto para 30 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste instrumento correção por conta da Dotação Orçamentária do orçamento vigente a seguir:

06.01 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

27.812.0037.2.013 – MANUT. E FUNC. DO ESPORTE AMADOR

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080 (77) – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento de quaisquer cláusulas do presente termo pelo CONTRATADO acarretará uma multa correspondente a cinco (5%) por cento do valor global deste instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA

As questões omissas e não reguladas pelo presente Contrato serão resolvidas na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA– DO FORO

As partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Turvo/SC, com a exclusão de qualquer outro para dirimir oriundas deste Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas de 02 testemunhas.

Turvo/SC, 30 de setembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

LIGA ATLETICA DOS MUN. DO EXTREMO SUL

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza

CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco

CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 74/2016

CONTRATO Nº 74/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 52/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº 52/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito

no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME, com sede na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.766.781/0001-09, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "TERRAPLANAGEM DE TRECHO DA RUA Nº 362 COM EXTENSÃO DE 175,00M", constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 52/2016, na modalidade de Carta Convite nº. 52/2016, homologada em 08/11/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERRAPLANAGEM DE TRECHO DA RUA Nº 362 COM EXTENSÃO DE 175,00M. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

a) Terraplanagem de trecho da Rua nº 362 com extensão de 175,00m, no valor de R\$ 66.209,78 (sessenta e seis mil duzentos e nove reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE,

a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 90 (noventa) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 66.209,78 (sessenta e seis mil duzentos e nove reais e setenta e oito centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser suspenso pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;
g . Folha de pagamento de pessoal
Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.
Na hipótese de não apresentação, o pagamento será sustado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:
07.01.15.452.0055.1.021.4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (82) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

A CONTRATADA obriga-se se manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- TERCEIRA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da

data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-QUINTA - REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Turvo/SC, 08 de novembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito

CONTRATANTE

LÍDER PAV. E TERRAPLANAGEM LTDA ME

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

Nome: Nestor Reco

RG/CPF: 477.669.809-91

2.

Nome: Bernardete Biz Souza

RG/CPF: 894.603.919-15

CTR PMT 75/2016

CONTRATO Nº 75/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 53/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº 53/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO - SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo - SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com sede na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 74.111.709/0001-09, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E GRADI METÁLICO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PREFEITO IRES OLIVO NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC", onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 53/2016, na modalidade de Carta Convite nº. 53/2016, homologada em 16/11/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E GRADI METÁLICO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PREFEITO IRES OLIVO NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO. No valor de R\$ 36.160,44 (trinta e seis mil cento e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em

todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 36.160,44 (trinta e seis mil cento e sessenta reais e quarenta e quatro centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração

e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susgado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susgado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

20.608.0030.2.020.4.4.90.00.00.00.00.0080 (112) – aplicações diretas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou

atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser

reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Turvo/SC, 16 de novembro de 2016.

RONALDO CARLESSI CONTRATANTE	ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CONTRATADA
---------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza CPF: 894.603.919-15	Nome: Nestor Reco CPF: 477.669.809-91
--	--

CTR PMT 76/2016

CONTRATO Nº 75/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 53/2016
MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº 53/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO - SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo - SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com sede na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.111.709/0001-09, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes"; e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E GRADI METÁLICO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PREFEITO IRES OLIVO NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC", onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 53/2016, na modalidade de Carta Convite nº. 53/2016, homologada em 16/11/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E GRADI METÁLICO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PREFEITO IRES OLIVO NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO. No valor de R\$ 36.160,44 (trinta e seis mil cento e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 36.160,44 (trinta e seis mil cento e sessenta reais e quarenta e quatro centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos

Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

20.608.0030.2.020.4.4.90.00.00.00.00.0080 (112) – aplicações diretas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua

natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Turvo/SC, 16 de novembro de 2016.

RONALDO CARLESSI CONTRATANTE	ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CONTRATADA
---------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernadete Biz Souza CPF: 894.603.919-15	Nome: Nestor Reco CPF: 477.669.809-91
--	--

CTR PMT 77/2016

CONTRATO Nº. 77/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 58/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 82.548.983/0001-60, com sede na Rua Nereu Ramos, 609, Bairro Centro, cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Ronaldo Carlessi, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS CORAL INFANTO JUVENIL CRINAÇA FELIZ, pessoa jurídica, com sede na Rua José Gaidzinski, nº. 281 na Cidade de Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.628.316/0001-95, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de apresentação de show artístico com coral Criança Feliz para apresentação cultural no dia 27 de novembro de 2016 as 10:00 horas, 14:00 horas e as 20:30 horas com duração de 45 minutos por apresentação a ser realizada no Centro de Eventos.

CLÁUSULA SEGUNDA

O preço do serviço a ser executado pelo CONTRATADO inserido na cláusula primeira é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), que deverá ser pago em dinheiro, logo após o cumprimento do contrato ou a suspensão do mesmo, por infração a qualquer das cláusulas aqui prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA

O pagamento deverá ser efetuado em moeda corrente nacional logo após a realização do evento.

CLÁUSULA QUARTA

Em caso de rescisão do contrato, a parte que o fizer incidirá em multa de 50% (cinquenta por cento) do valor total sempre que ocorrer até

30 (trinta) dias antes da data da apresentação e incorrerá em multa integral se a mesma se verificar em prazo menor.

CLÁUSULA QUINTA

Os direitos autorais, assim como os demais impostos vigentes determinados por lei, para a realização da apresentação acima contratada correrão por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

O presente contrato entrará em vigor a partir da assinatura das partes e testemunhas e findará após a prestação do serviço na data aprazada.

CLÁUSULA SETIMA

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo com renúncia de qualquer outro para dirimir as dúvidas ou questão decorrentes deste contrato. E por estarem justos e contratados firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta todos os efeitos legais.

Turvo, 23 de novembro de 2016.

RONALDO CARLESSI ASSOC. DOS PAIS E AMIGOS DO CORAL INF. JUV.

Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 78/2016

CONTRATO Nº 78/2016

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA ACT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Nereu Ramos 609, centro, município de Turvo, Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito, RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.204.148/0001-12 com sede na Av. Castelo Branco, 1597, Engenho Velho, Torres, RS, Representada por Jeisson Rocha da Cunha, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 002.993.640-38, portador da cédula de identidade RG 6088576514, residente e domiciliado na Av. Castelo Branco, 1597, Engenho Velho, Torres, RS, CEP: 95560-000.

Pelo presente instrumento, o CONTRATANTE e CONTRATADA, acordam em celebrarem o presente contrato, com fulcro no art. 23, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Presente Contrato tem por objeto a aplicação do processo seletivo para ACT no setor de Educação, Obras e Administração para 2017 no município de Turvo/SC. Tudo conforme detalhamento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA METODOLOGIA

A metodologia dos trabalhos objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com a proposta técnico-financeira para elaboração, organização, planejamento e execução do Processo Seletivo apresentada ao CONTRATADO, parte integrante da Compra Direta nº 2.328/2015 de 22.10.2015 e segundo especificidades do Edital de Processo Seletivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente contrato envolvem a realização de todas as etapas do processo seletivo, na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, sendo que para execução do Processo Seletivo, a contratada obriga-se a:

- viabilizar, se for o caso, a contratação de profissionais e pessoal necessários às tarefas relativas à elaboração, aplicação e correção das provas, sempre obedecendo a normas de sigilo e segurança, e conforme competências estabelecidas no edital do Processo Seletivo;
- viabilizar o atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais de acordo com as especificidades de cada caso apresentado (motora, auditiva, visual);
- elaborar e distribuir o material necessário à orientação e inscrição dos candidatos;
- viabilizar a organização e a logística concernentes a avaliação de todas as etapas do Processo;
- responder aos recursos administrativos, inclusive impugnações do Edital do Processo Seletivo, em trabalho mútuo e conjunto, concernentes à quaisquer das etapas do Processo, bem como subsidiar o Município, prestando as informações que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. DA CONTRATADA

- Realizar o processo seletivo, nos termos solicitados pela Contratante, na forma de sua necessidade, sob sua coordenação;

- b. Ser responsável pela coordenação geral das atividades de execução do Processo Seletivo, compreendendo os serviços essenciais à sua consecução;
- c. Responsabilizar-se pelo planejamento e execução do Processo Seletivo, objeto deste Contrato, observando, para tanto, todas as disposições do Edital do Processo;
- d. Cumprir com todos os prazos fixados no edital publicado previamente acordado entre as partes;
- e. Cumprir as datas, prazos de entrega e exigências estabelecidas pelo Edital do Processo;
- f. Responder a eventuais recursos que forem interpostos pelos candidatos, e que forem de sua alçada e competência, inclusive subsidiar a Comissão Examinadora do Processo com informações necessárias à plena fundamentação da resposta aos recursos de suas alçada e competência;
- g. Manter absoluto sigilo, total imparcialidade e plena impessoalidade durante todas as fases do Processo, assegurando que nenhuma informação sigilosa seja fornecida a terceiros;
- h. Repassar e reportar apenas e tão somente aos integrantes da Coordenação Geral de Concursos da Secretaria Municipal de Gestão Pública todas as informações e/ou dúvidas pertinentes ao Processo em questão;
- i. Imprimir as provas objetivas previstas no Edital, inclusive sob forma diferenciada para atender aos requerimentos de condições especiais ou diferenciadas formulados pelos candidatos portadores de necessidades especiais, desde que devidamente solicitadas conforme edital publicado e homologado;
- j. Atender às condições diferenciadas pleiteadas pelos candidatos portadores de necessidades especiais, necessárias para a execução das provas, nos limites estabelecidos no edital do Processo Seletivo;
- k. Oferecer auxílio e consultoria técnica para o desenvolvimento do edital, sob posterior conferência e validação do edital de processo seletivo

II. DO CONTRATANTE

- a. Acompanhar e supervisionar o planejamento, a organização e a execução de todas as fases do Processo Seletivo;
- b. Repassar todos os documentos, informações, dados, legislações e diretrizes eventualmente solicitadas para o bom, eficiente e seguro desempenho das atribuições das funções das CONTRATADAS;
- c. Publicar, na imprensa oficial, os editais de abertura e homologação do Processo Seletivo, bem como quaisquer materiais ou informes pertinentes ao Processo Seletivo, observando, para tanto, as exigências legais;
- d. Repassar, diretamente à CONTRATADA, as informações e os atos inerentes ao Processo Seletivo, visando à elaboração e à inserção dos Editais respectivos e informações no site da contratada;
- e. Emitir, ao término do Contrato, Atestado de Capacitação Técnica à CONTRATADA/Coordenadoria de Processos Seletivos, acerca do serviço técnico especializado executado.
- f. Repassar para a Contratada, toda a legislação municipal que será questionada no certame.
- g. Fornecer local para a aplicação da prova, cujo será informado ao contratado trinta dias antes da aplicação da prova;
- h. Fornecer material gráfico (logotipos, brasões, artes) e informações técnicas, ou não, solicitadas pela contratante, para a confecção das provas e desenvolvimento do processo seletivo.
- i. Apresentar as pessoas que farão a fiscalização (comissão nomeada e representante jurídico) junto com a Contratada em até uma hora antes da aplicação da prova.
- j. Dar suporte jurídico à contratada nas questões que envolvem legislação municipal, e que gerem dúvidas quando da elaboração da prova.
- k. Conferir, auxiliar e aprovar os editais, erratas e outras publicações durante e após o processo seletivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução será de 3 meses, contados da data de recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, e a vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato e terminará 30 (trinta) dias após o término do prazo de execução.

Parágrafo único. Os prazos de execução e vigência contratual poderão ser prorrogados, nas hipóteses legais, desde que devidamente justificado pelo Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A contratante elegerá uma comissão para fiscalizar os serviços que serão executados pela contratada, sendo que, será de exclusiva responsabilidade da contratante manter os devidos sigilos, bem como, cooperar com as solicitações feitas pela Contratada.

§ 1º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão gestor o direito de verificar a perfeita execução do presente contrato, de seus termos e condições, respeitado o sigilo inerente aos serviços;

§ 2º. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento dos serviços contratados deverão ser comunicadas imediatamente, e por escrito, ao gestor de contratos da Diretoria de Gestão e Licitações e Contratos, que procederá à abertura de processo competente. Antes de comunicar o gestor de contrato, a DGPP poderá, primeiramente, comunicar oficialmente à contratada sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para resposta. Findo este prazo, com ou sem êxito, enviará então, a comunicação ao gestor de contrato.

§ 3º. A Coordenação Geral de Concursos da Diretoria de Gestão de Políticas de Pessoal, da Secretaria Municipal de Gestão Pública, emitirá o Termo de Aprovação dos serviços, uma vez publicado o resultado final do Processo Seletivo, e efetivará a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes no processo que deu origem à nota de empenho, encaminhando o mesmo junto com a fatura à gestão de contratos da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS E FORMA DE CUSTEIO E PAGAMENTO

Pela execução dos serviços objeto deste Contrato o CONTRATANTE obriga-se a pagar à CONTRATADA o valor de R\$ 7.950,00 (Sete mil novecentos e cinquenta reais), cujo será pago da seguinte forma: via transferência bancária, na conta corrente da contratada em até 10 dias úteis após a divulgação do resultado final do processo seletivo

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Os tributos e demais incidências fiscais e previdenciárias, assim como as obrigações trabalhistas decorrentes deste contrato e de recursos humanos utilizados à sua execução, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES E ANEXO

Quaisquer alterações dos termos e condições do presente Contrato deverão ser tratadas em Termos Aditivos específicos, que dele farão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

Também faz parte deste contrato, o ANEXO I, a que se refere ao detalhamento do orçamento dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO

As partes se comprometem a manter confidencialidade absoluta e irrestrita sobre qualquer tipo de informação relativa ao conteúdo das provas, a equipamentos e procedimentos de segurança e outros instrumentos que venham a ser utilizados para preservar o sigilo e a segurança no decorrer da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES PARA O DESEMPENHO DO TRABALHO

A contratante deverá apresentar em até trinta dias da assinatura do presente instrumento, todo o material necessário para a elaboração das provas, em sendo especialmente a legislação municipal que será questionada no certame, bem como, informar os locais onde serão realizadas as provas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO NÃO CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ORA AJUSTADAS

Caso a Contratante não cumpra com as condições ora ajustada, não será aplicada a prova, sendo cancelado o processo seletivo, respondendo a contratante pelos danos e despesas despendidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Elegem as partes, de comum acordo, o Foro da Comarca de Turvo/SC, como único competente, para nele serem dirimidas as dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta do seguinte crédito do orçamento corrente:

04.01 – Secretaria de Administração e Finanças

04.122.0028.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080 (11) – Aplicações Diretas

E por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Turvo (SC), 16 de novembro de 2016.

PREFEITURA DE TURVO

AIR SOLUÇÕES EM PES. E TEC. LTDA ME

Ronaldo Carlessi

Testemunhas:

Nome: Roberto Carlos Patel

CPF: 652.650.099-49

Nome: Nestor Reco

CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 79/2016

CONTRATO Nº 79/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 59/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº. 59/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO, com sede na Rua Nereu Ramos, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001.60, neste ato representado pelo prefeito RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, Empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliada na Rua Jorge Lacerda, centro, no município de Turvo/SC, daqui por diante denominado CONTRATANTE e a Empresa AISLAN FERROS LTDA ME, Situada na Rodovia SC 448 KM 38, nº 680, Bairro Imigrantes, Cidade de Turvo Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº. 04.338.433/0001-02, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato objetivando a contratação de empresa para fechamento com portões, gradil e portal sociais nas garagens do Quartel do Corpo de Bombeiros de Turvo/SC. onde tudo será executado cfe. "Orçamento discriminativo, planilha orçamentária, memorial descritivo em anexo ao processo licitatório." licitados pelo Processo Licitatório nº 59/2016, Modalidade Carta Convite nº 59/2016, homologada em 07/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este processo visa à contratação de empresa para fechamento com portões, gradil e portal sociais nas garagens do Quartel do Corpo de Bombeiros de Turvo/SC. Tudo conforme projeto em anexo. Licitados pelo Processo Licitatório nº 59/2016, Modalidade Carta Convite nº 59/2016, homologada em 07/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os Serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade, da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos Serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados;

Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos Serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 38.392,01 (trinta e oito mil trezentos e noventa e dois reais e um centavos). Sendo este valor a única remuneração devida à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos Serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará os valores devidos à CONTRATADA pela execução dos Serviços, cfe. Medições feitas pela empresa contratada, apresentadas a Prefeitura Municipal de Turvo e aprovadas pelo setor de engenharia desta Prefeitura Municipal, conforme medição de serviços.

A CONTRATADA deverá enviar suas faturas em 01 (uma) via, de acordo com a respectiva Medição, constando o número deste Contrato, para o endereço da Contratante.

Na hipótese da CONTRATADA não concordar com os dados constantes de um Boletim de Medição deverá apresentar por escrito, até 05 (cinco) dias contados do recebimento do mesmo, os motivos de sua contestação para análise e decisão por parte da CONTRATANTE. Esta contestação, porém, não impedirá a emissão do documento de cobrança respectivo, que será processado e pago normalmente. Havendo concordância por parte da CONTRATANTE quanto às objeções levantadas, os ajustes decorrentes serão efetuados no Boletim de Medição seguinte.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com cada fatura, uma cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e do FGTS do mês anterior ao mês relativo à prestação dos Serviços, devidamente quitadas, bem como da folha de pagamento referente a todos os seus empregados engajados na execução dos Serviços.

A não apresentação dos documentos elencados no Item anterior implicará na retenção do pagamento devido à CONTRATADA até o cumprimento dessa obrigação, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o presente Contrato. No último faturamento, a falta de apresentação das guias de recolhimento do INSS e do FGTS relativas ao mês em curso, a não apresentação de baixa da inscrição no Cadastro Específico do INSS - CEI, com a respectiva Certidão Negativa de Débito, implicará na retenção do valor do pagamento, até o cumprimento dessa obrigação. Após a apresentação desses documentos, a CONTRATANTE procederá ao pagamento do valor retido.

A CONTRATANTE não pagará qualquer compensação monetária por atraso de pagamento ocorrido em função do previsto nesta Cláusula.

A CONTRATANTE terá o direito de, mensalmente, descontar ou compensar contra quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA o valor de qualquer débito da CONTRATADA, incluindo os tributos municipais devidos e os decorrentes da aplicação de quaisquer das multas ou outras penalidades previstas neste Contrato.

- Dotações Orçamentárias:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.182.0056.2.030 – Manutenção da e Funcionamento Funrebom

4.4.90.00.00.00.00.0080 (19) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas).

A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas Partes como provenientes de Caso Fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes, e qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – GARANTIAS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus Serviços, por um período mínimo de 03 (três) anos, iniciando-se o período de garantia a partir da data de conclusão dos Serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O Preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 02 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO – SC, 07 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

AISLAN FERROS LTDA ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- | | |
|----------------------------|---------------------|
| 1. | 2. |
| Nome: Bernardete Biz Souza | Nome: Nestor Reco |
| CPF: 894.603.919-15 | CPF: 477.669.809-91 |

CTR PMT 80/2016

CONTRATO Nº 80

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2016
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 55/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”; e a Empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.490.849/0001-53, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”; (doravante denominadas em conjunto simplesmente “Partes”, e de forma genérica e individual simplesmente “Parte”), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de “PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA Nº 40, RUA Nº 29 E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE TRECHO DA RUA JOSÉ ROBERTO TRICHES”, constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo Governo Federal, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 55/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 55/2016, homologada em 12/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA Nº 40, RUA Nº 29 E AVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE TRECHO DA RUA JOSÉ ROBERTO TRICHES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO. Sendo estes serviços dividido em 3 (três) lotes, assim descritos:

LOTE 1- Pavimentação com lajotas e calçadas da Rua nº 40, no valor de R\$ 277.539,28 (duzentos e setenta e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos);

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ 277.539,28 (duzentos e setenta e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 210 (duzentos e dez) dias para a conclusão total da obra licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente “Materiais”), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente “Licenças” necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente “Leis e Regulamentos”.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 277.539,28 (duzentos e setenta e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio e contrapartida dos cofres públicos.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito após a comprovação do depósito efetuado da parcela pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser suspenso pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será suspenso.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação, Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (83) – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (84) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratadas).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada

em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO/SC, 12 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito EMPRESA

CONTRATANTE

CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

Nome: Nestor Reco

RG/CPF: 477.669.809-91

2.

Nome: Bernardete Biz Souza

RG/CPF: 894.603.919-15

CTR PMT 81/2016

CONTRATO Nº 81/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2016

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 55/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”; e a Empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.490.849/0001-53, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”; (doravante denominadas em conjunto simplesmente “Partes”, e de forma genérica e individual simplesmente “Parte”), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de “PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA Nº 40, RUA Nº 29 E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE TRECHO DA RUA JOSÉ ROBERTO TRICHES”, constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo Governo Federal, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 55/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 55/2016, homologada em 12/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA Nº 40, RUA Nº 29 E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE TRECHO DA RUA JOSÉ ROBERTO TRICHES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO. Sendo estes serviços dividido em 3 (três) lotes, assim descritos:

LOTE 2 – Pavimentação com lajotas e calçadas da Rua nº 29, no valor de R\$ 490.545,72 (quatrocentos e noventa mil quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos);

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ 490.545,72 (quatrocentos e noventa mil quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 210 (duzentos e dez) dias para a conclusão total da obra licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente “Materiais”), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente “Licenças” necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 490.545,72 (quatrocentos e noventa mil quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio e contrapartida dos cofres públicos.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito após a comprovação do depósito efetuado da parcela pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação, Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (83) – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (84) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e

forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO/SC, 12 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito
CONTRATANTE

CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- | | |
|---|--|
| 1.
Nome: Nestor Reco
RG/CPF: 477.669.809-91 | 2.
Nome: Bernardete Biz Souza
RG/CPF: 894.603.919-15 |
|---|--|

CTR PMT 82/2016

CONTRATO Nº 82/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2016

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 55/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, com sede na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.665.141/0001-50, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA Nº 40, RUA Nº 29 E AVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE TRECHO DA RUA JOSÉ ROBERTO TRICHES", constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo Governo Federal, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 55/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 55/2016, homologada em 12/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA Nº 40, RUA Nº 29 E AVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE TRECHO DA RUA JOSÉ ROBERTO TRICHES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO. Sendo estes serviços dividido em 3 (três) lotes, assim descritos:

LOTE 3 – Pavimentação com asfalto de trecho da Rua José Roberto Trichês, no valor de R\$ 203.829,98 (duzentos e três mil oitocentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ 203.829,98 (duzentos e três mil oitocentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 210 (duzentos e dez) dias para a conclusão total da obra licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE

para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente "Leis e Regulamentos".

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 203.829,98 (duzentos e três mil oitocentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio e contrapartida dos cofres públicos.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito após a comprovação do depósito efetuado da parcela pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação, Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (83) – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (84) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e

forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO/SC, 12 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito EMPRESA
CONTRATANTE

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Nestor Reco RG/CPF: 477.669.809-91	2. Nome: Bernardete Biz Souza RG/CPF: 894.603.919-15
---	--

CTR PMT 83/2016

CONTRATO Nº 83/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 57/2016

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 57/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente "CONTRATANTE"; e a Empresa CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA TRÊS BRAÇAS LTDA, com sede na cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.959.716/0001-90, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente "CONTRATADA"; (doravante denominadas em conjunto simplesmente "Partes", e de forma genérica e individual simplesmente "Parte"), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de "PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS – RUA ANTONIO DANDOLINI", constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo programa BADESC CIDADES, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 57/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 57/2016, homologada em 13/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS – RUA ANTONIO DANDOLINI COM EXTENSÃO DE 109,08M, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

ITEM 1 ☐ PAVIMENTAÇÃO DA RUA ANTONIO DANDOLINI EXTENSÃO DE 109,08 METROS, NO VALOR DE R\$ 109.473,75 (cento e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente "Materiais"), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente "Licenças" necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE,

devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente “Leis e Regulamentos”.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 109.473,75 (cento e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito conforme cronograma físico-financeiro, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.0113 (85) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E OPREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO/ SC, 13 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

CONSTRUTORA E PAV. TRÊS BRAÇAS LTDA
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 84/2016
CONTRATO Nº 84/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 56/2016
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 56/2016

A PREFEITURA DE TURVO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”; e a Empresa RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME, com sede na cidade de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.858.793/0001-02, neste ato representada por seu representante legal adiante assinado, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”; (doravante denominadas em conjunto simplesmente “Partes”, e de forma genérica e individual simplesmente “Parte”), têm entre si justo e acordado a celebração do presente Contrato com o objetivo de “PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA LIBERO CARLESSI, RUA N 316 E RUA JOSÉ DAGOSTIN”, constante do Plano de Trabalho proposto pelo Município e aprovado pelo Governo Federal, parte integrante do presente Contrato, onde tudo será executado de conformidade com o projeto arquitetônico, plantas, memorial descritivo e orçamento discriminativo em anexo, licitados pelo Processo Licitatório nº. 56/2016, na modalidade de Tomada de Preço nº. 56/2016, homologada em 14/12/2016, conforme edital e condições de proposta vencedora que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA LIBERO CARLESSI, RUA N 316 E RUA JOSÉ DAGOSTIN, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO. Sendo estes serviços dividido em 3 (três) lotes, assim descritos:

LOTE 1- Pavimentação com lajotas e calçadas da Rua Líbero Carlessi, no valor de R\$ 103.413,38 (cento e três mil quatrocentos e treze reais e trinta e oito centavos);

LOTE 2 – Pavimentação com lajotas e calçadas da Rua nº 316, no valor de R\$ 88.014,91 (oitenta e oito mil quatorze reais e noventa e um centavos);

LOTE 3 – Pavimentação com asfalto de trecho da Rua José Dagostin, no valor de R\$ 153.258,41 (cento e cinquenta e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos).

1.2) Do valor previsto: O valor global previsto para a execução dos serviços será de R\$ 344.686,70 (trezentos e quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta e seis reais e setenta centavos). Sendo que cada lote terá seu orçamento.

1.3) Do prazo para execução da Obra: o prazo previsto é de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão total da obra licitada.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, devendo obedecer rigorosamente o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e na Proposta vencedora.

A CONTRATADA será exclusivamente responsável, às suas custas, pelo fornecimento, transporte, manutenção, guarda e seguro de todos os seus materiais, inclusive veículos, ferramentas e equipamentos (doravante denominados simplesmente “Materiais”), utilizados ou necessários para a execução e conclusão dos Serviços, não tendo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelos mesmos. Todos os Materiais da CONTRATADA deverão ser claramente identificados, estar em bom estado de conservação e ser de alta qualidade, em quantidade suficiente e adequada à execução dos Serviços nas condições mínima estipuladas no Anexo do Edital referenciado.

A CONTRATADA deverá disponibilizar pessoal devidamente habilitado e deverá identificá-los.

A CONTRATADA deverá obter, manter e cumprir, ou fazer com que sejam obtidos e mantidos, todas as licenças, aprovações, autorizações, registros e outros instrumentos similares, doravante denominados simplesmente “Licenças” necessários à execução dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A CONTRATADA será exclusivamente responsável pela limpeza e conservação do local dos Serviços, ou de quaisquer instalações que sejam temporariamente cedidas pela CONTRATANTE ou colocadas à disposição da CONTRATADA, devendo respeitar as normas da CONTRATANTE para o acesso e manutenção de tais instalações.

A CONTRATADA não poderá fazer qualquer alteração a tais instalações sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, devendo, às suas custas exclusivas, reparar e restaurar todos os danos que seus empregados ou subcontratados, se for o caso, causarem, direta ou indiretamente, a quaisquer instalações de propriedade da CONTRATANTE.

Cabe à CONTRATADA notificar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, quaisquer irregularidades ou mau funcionamento em equipamentos e sistemas da CONTRATANTE que estejam afetando o desempenho dos Serviços. Na falta de aviso de tais ocorrências todos os custos diretos ou indiretos decorrentes deverão ser integralmente ressarcidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – LEIS E REGULAMENTOS; SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A todo o tempo durante a vigência deste Contrato, a Contratada deverá manter-se plenamente informada e deverá observar e cumprir, em todos os aspectos, toda a legislação, sentenças e decisões aplicáveis à execução e conclusão dos Serviços e às suas atividades, doravante denominados simplesmente “Leis e Regulamentos”.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir e a fazer com que seus empregados engajados na execução dos Serviços cumpram toda a legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho aplicável à sua empresa, sendo a única responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, sob pena de suspensão dos Serviços, ficando a CONTRATADA responsável pela falta, ainda que venha a ocorrer à rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar, direta ou indiretamente, ou ainda, por órgãos financiadores, a execução dos Serviços, devendo a CONTRATADA facilitar a fiscalização, a qual não diminuirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao acordado neste Contrato. Verificada qualquer irregularidade na execução dos Serviços ou inadimplemento com quaisquer outras obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE, mediante notificação, por escrito, à CONTRATADA, poderá exigir a retificação de tal defeito, irregularidade ou inadimplemento. Caso estes não sejam prontamente sanados pela CONTRATADA, dentro do prazo fixado na notificação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá suspender, a risco e responsabilidade da CONTRATADA, os Serviços, ficando a mesma sujeita a todas as penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de rescindir o presente.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer subcontratado/sub-rogado na execução dos serviços sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Caso qualquer subcontratação/sub-rogação venha a ser autorizada pela CONTRATANTE, os termos e condições básicas da subcontratação/sub-rogação deverão observar os seguintes requisitos: a CONTRATADA deverá comprovar a viabilidade da subcontratação, através da idoneidade da subcontratada. O subcontratado/sub-rogado responderá diretamente à CONTRATADA; a subcontratação/sub-rogação não poderá resultar em qualquer despesa ou custo adicional para a CONTRATANTE; o subcontratado/sub-rogado ficará obrigado a cumprir todas as obrigações impostas à CONTRATADA neste Contrato; e a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução dos Serviços subcontratados/sub-rogados; Aplica-se no caso de subcontratação, o disposto no artigo 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de vigência deste Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua assinatura.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, a qualquer momento, desde que manifestado pelas Partes.

É de competência exclusiva da CONTRATANTE o julgamento e decisão sobre qualquer prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de Caso Fortuito ou de Força Maior, em conformidade com o estipulado neste Contrato, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Além do disposto nas Cláusulas deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos Serviços, ou de parte deles, desde que notifique a CONTRATADA.

No caso da suspensão durar mais do que 60 (sessenta) dias, a CONTRATANTE deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas efetivamente incorridas e devidamente comprovadas que sejam diretamente decorrentes da suspensão dos Serviços, salvo se a suspensão: tiver ocorrido por falta ou culpa da CONTRATADA na execução dos serviços; ocorrer por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior, conforme o disposto neste Contrato; for necessária para a execução de determinados serviços por exigência relevante, inclusive em decorrência de ordem judicial, ou por motivo de segurança, casos em que nenhum valor será devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 344.686,70 (trezentos e quarenta e quatro mil seiscientos e oitenta e seis reais e setenta centavos). Os preços previstos serão a únicas remunerações devidas à CONTRATADA pela

prestação dos Serviços, e serão pagos conforme estipulado na licitação. Este será pago conforme a liberação dos recursos do Convênio e contrapartida dos cofres públicos.

Os preços já incluem todos os custos diretos e indiretos da CONTRATADA relativos à execução dos serviços, bem como o cumprimento, por parte da CONTRATADA, de todas as suas obrigações nos termos deste Contrato, e outras previstas no Edital de Licitação.

A CONTRATADA declara ter inteiro conhecimento e estar plenamente satisfeita no que se refere a todas as condições e circunstâncias que afetem os preços constantes, estando os mesmos fixados de forma compatível com tais condições.

O preço é fixo, firme e irrevogável, ficando acordado que a CONTRATADA não terá direito a qualquer aumento dos preços em razão de falha, erro ou omissão sua ou de terceiros no cálculo do mesmo. Excetua-se a previsão editalícia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTOS

O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito após a comprovação do depósito efetuado da parcela pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo emitido o cheque nominal a empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da NF pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo-SC, com o carimbo de que foi certificada pela FISCALIZAÇÃO apostado no verso da nota.

§ 1º A execução antecipada da obra não implica em obrigação de pagamento mensal diferente do previsto no Cronograma Físico Financeiro, que corresponde ao Cronograma de desembolso.

§ 2º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 3º O pagamento poderá ser susinado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

§ 4º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o ISS.

§ 5º A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, juntamente com cada fatura emitida, os documentos identificados:

a . Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das Certidões.

Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b . Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

c . Certidão Negativa de Tributos Municipais;

d . Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

e . Certificado de Regularidade do FGTS.

f . Guia de Recolhimento do ISS, se for o caso;

g . Folha de pagamento de pessoal

Os documentos acima deverão ser do domicílio ou sede da proponente.

Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susinado.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavimentação, Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (83) – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0080.0 (84) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MULTAS

Caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações, ficará sujeita ao pagamento de uma multa conforme estipulado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1 Este Contrato não cria uma relação de trabalho ou de agência entre a CONTRATANTE e qualquer pessoal empregado pela CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados) na execução dos Serviços, os quais terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a própria CONTRATADA (ou suas eventuais subcontratados).

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter em dia, com todos e quaisquer tributos ou contribuições, fiscais ou parafiscais, inclusive de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como de todos e quaisquer emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza decorrentes da celebração e da execução deste Contrato e dos Serviços, devendo assumir e arcar com todas e quaisquer reclamações ou reivindicações por parte de seus empregados.

Caso seja, a qualquer momento, verificada a existência de qualquer débito da CONTRATADA para com tais contribuições, a CONTRATANTE terá o direito de aplicar multa e de suspender imediatamente os pagamentos devidos à CONTRATADA até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo de outros direitos da CONTRATANTE conforme o Contrato, incluindo o direito de rescindir o presente. Tal suspensão não dispensará a CONTRATADA de sua obrigação de continuar a execução dos Serviços conforme os termos e condições deste Contrato.

Fica expressamente acordado que se a CONTRATANTE for advertida, intimada, citada, autuada, notificada ou condenada em razão de deixar a CONTRATADA de cumprir, em época própria, qualquer obrigação de natureza originária deste Contrato, ou no caso da CONTRATANTE já estar respondendo a processo judicial vinculado a outros contratos celebrados com a CONTRATADA, mesmo que tais contratos já estejam encerrados, a CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA qualquer valor necessário ao cumprimento de tais obrigações da CONTRATADA, ou reter importância tão próxima quanto possível do valor pleiteado e das despesas que terá para sua defesa no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato em qualquer uma das hipóteses prevista na Lei de Licitações ou estipuladas no Edital.

Qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato se, em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme disposto neste Contrato, a execução deste Contrato ficar suspensa por um prazo igual ou maior a 60 (sessenta) dias consecutivos, ou em quaisquer dos casos específicos previstos neste Contrato.

O término ou a rescisão deste Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente, ou que decorra de tal término ou rescisão.

Em caso de rescisão do Contrato conforme esta Cláusula, as Partes terão direito às indenizações previstas neste Contrato, sem prejuízo do direito das Partes de pleitearem outras indenizações previstas nas Leis e Regulamentos, ou de apresentarem reivindicações adicionais na medida em que tenham direito de fazê-lo pelas Leis e Regulamentos ou conforme qualquer dispositivo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior, conforme o artigo 1.058, parágrafo único do Código Civil Brasileiro, somente será aceita se: estiver além do controle da Parte afetada; não puder ter sido evitada ou superada pelo exercício de esforços imediatos e diligentes; e for a causa direta, impedindo a Parte afetada de cumprir suas obrigações previstas e assumidas no Contrato.

Os seguintes atos não serão considerados pelas partes como provenientes de caso fortuito ou de Força Maior: greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante, de empregados e contratados da CONTRATADA, ou de suas eventuais subcontratados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral de natureza nacional, regional ou setorial; problemas e/ou dificuldades de ordem financeira; desgaste quebra ou falha de equipamentos utilizados na execução dos Serviços; inadimplementos, erros, falhas ou atraso de subcontratados na execução do Contrato, salvo se estes forem causados exclusivamente por motivos de Caso Fortuito ou de Força Maior; insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte.

Fica acordado que na ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior, devidamente comprovado, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa, não devendo causar nenhuma revisão dos preços constantes, ou de pagamentos adicionais a qualquer das Partes, por qualquer motivo que seja, e as Partes deverão continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato na extensão em que forem capazes.

Se qualquer uma das Partes considerar que ocorreu um evento de Caso Fortuito ou de Força Maior que possa afetar o cumprimento de suas obrigações, a Parte afetada deverá notificar, por escrito, a outra Parte, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do fato, informando a ocorrência do evento e sua natureza, conforme esta Cláusula, descrevendo também os impactos sobre suas obrigações previstas no Contrato e uma estimativa do prazo de impedimento no cumprimento da obrigação afetada, bem como as medidas que ela propõe que sejam tomadas para o cumprimento das obrigações que não estejam afetadas. O ônus da prova recairá sobre a Parte que alegar a ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – GARANTIAS DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA oferece garantia total de seus serviços, por um período mínimo de 3 (três) anos. Este período de garantia inicia a partir da data de conclusão dos serviços pela CONTRATANTE.

No período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os trabalhos e ou reparos necessários, incluindo o fornecimento de materiais. Caso a CONTRATANTE, por qualquer motivo, tenha que realizar os Serviços, todos os custos e despesas envolvidos deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá pela qualidade do produto fornecido, substituindo-o, sem ônus para a CONTRATANTE, quando apresentar qualquer defeito ou não corresponder à Especificação Técnica, mesmo se tal defeito for verificado após o recebimento e utilização do produto pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA-QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, quando da assinatura do contrato deverá efetuar na Secretaria da Administração e Finanças da Prefeitura de Turvo – SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento da importância indicada no ANEXO 2 – QUADRO Nº 1.

A Garantia de Execução poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com a Prefeitura de Turvo - SC. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da CONTRATADA não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pela Prefeitura de Turvo - SC a título de multa rescisória.

A caução original, em caso de alteração do valor contratual, deverá ser ajustada ao percentual originalmente estabelecido.

Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade e de liberação da caução deverá ser prorrogado automaticamente.

A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, satisfeitas as exigências eventualmente feitas, atualizada monetariamente conforme índice estabelecido para depósito em poupança.

Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não apresentação da garantia exigida será considerada como recusa injustificada em executar o contrato, implicando na imediata anulação da nota de empenho emitida e na rescisão do contrato, com as penalidades por ventura cabíveis.

Se o valor da garantia for utilizada total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta duas) horas, a contar da data que for notificada pela Prefeitura de Turvo - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – REPRESENTANTE DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá designar, até a data de início dos Serviços, um Preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "Preposto"), o qual será responsável pela execução dos Serviços, devendo supervisionar o pessoal da CONTRATADA engajado na execução dos Serviços, assim como qualquer subcontratados. O preposto será autorizado a representar a CONTRATADA quanto a todos os assuntos relativos ao Contrato e aos Serviços e será responsável pela comunicação com o representante da CONTRATANTE, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito. Qualquer decisão do Preposto deverá obrigar a CONTRATADA como se tivesse sido emanada da própria CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, pelas Partes, de quaisquer dos direitos a elas assegurados neste Contrato, ou nas Leis e Regulamentos, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstos, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo ser interpretada como renúncia ou desistência da aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição das Partes neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a Leis e Regulamentos.

Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for outorgada, especificamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – CESSÃO

Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato de qualquer forma, no seu todo ou em parte, bem como oferecê-lo como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Sempre que necessário e solicitado por uma das Partes, por escrito, durante a vigência deste Contrato, haverá reunião para alterar, aperfeiçoar, inserir, suprimir e/ou modificar Cláusulas ou Itens deste Contrato ou de seus Anexos.

As modificações introduzidas neste Contrato deverão ser através de Termo Aditivo, a ser ratificado e assinado pelas Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas ou Aditivo Epistolar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Documentos de Contrato constituem o acordo completo entre as Partes com relação ao seu objeto, e substituem todos os compromissos prévios, verbais ou escritos, acordos entre as Partes em relação às questões aqui consideradas, somente podendo ser alterados de acordo com o firmado neste Contrato, sendo que as estipulações eventualmente indicadas em somente um deles poderão vir a ser exigida como se constasse de todos. No caso de haver qualquer divergência entre este Contrato, este Contrato prevalecerá.

Este Contrato não deverá ser interpretado no sentido de criar uma associação ou sociedade entre as Partes, ou impor qualquer obrigação ou responsabilidade societária sobre quaisquer das Partes.

Caso uma das Cláusulas deste Contrato venha a ser considerada nula, anulável ou ineficaz por um Juízo Competente, deverá ela ser reputada como não escrita e, na medida do legalmente possível, ser substituída por outra que, de comum acordo as Partes hajam por bem pactuar a fim de preservar o atingimento dos fins colimados pelo presente Contrato. As demais disposições contratuais não atingidas pela vedação legal subsistirão com sua plena eficácia.

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, com comprovante de recebimento.

Este Contrato é regido pela legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito, para as questões derivadas do presente Contrato, o Foro da Comarca de TURVO, Estado de Santa Catarina, com expressa

renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, estando assim justas e acordadas, as partes dão por lido o Contrato e firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

TURVO/SC, 14 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM
CONTRATANTE EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza Nome: Nestor Reco
CPF: 894.603.919-15 CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 85/2016

CONTRATO Nº 85/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 60/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Municipal 2709, Cidade Alta., no município de Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.075.558/0001-24, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Dagostin, portador do CPF nº 907.122.189-04, residente e domiciliado município de Turvo/SC, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº. 60/2016 – Modalidade de Pregão Presencial nº. 60/2016. Homologado em 28/12/2016, bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de 60.000 (sessenta mil) litros de gasolina filtrada comum, 220.00 (duzentos e vinte mil) litros de Óleo Diesel Comum e 35.000 (trinta e cinco mil) litros de Óleo Diesel S-10, com as características constantes da proposta julgada vencedora e abaixo descritas, para atender as necessidades da CONTRATANTE, no abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 60/2016 - Modalidade de Pregão Presencial nº. 60/2016, Homologado em 28/12/2016, bem como a proposta da vencedora.

PARÁGRAFO ÚNICO – A qualidade e especificação do objeto fornecido deverão atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.

Do Preço

I – O preço unitário para cada item por litro é de acordo com a proposta apresentada, é:

Gasolina Filtrada Comum R\$: 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos)

Óleo Diesel Comum R\$: 2,72 (dois reais e setenta e dois centavos)

Óleo Diesel S-10 R\$: 2,91 (dois reais e noventa e um centavos)

Sendo o valor total do presente contrato de R\$ 914.450,00 (novecentos e quatorze mil quatrocentos e cinquenta reais)

II – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do presente Contrato, e inclui:

a) Todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato;

b) A prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia do bem fornecido.

Das Condições de Pagamento

§ 1º – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega e aceite do produto fornecido, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e do Contrato.

§ 2º – O pagamento será liberado mediante:

a) Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social – INSS;

b) Prova de regularidade fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Negativa de Débito Municipal.

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

§ 3º – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 4º – O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao

fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 5º – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 – Manutenção da Secretaria de Adm. e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(11) – Aplicações Diretas

06.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(41) – Aplicações Diretas

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0044.2.019 – Manut. e Func. Sec. Transportes, Obras e Serviços Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(90) – Aplicações Diretas

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.0053.2.029 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(116) – Aplicações Diretas

3.3.90.30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

O prazo de vigência deste instrumento tem início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

Da Contratada

a) Realizar o fornecimento estabelecido no presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo Licitatório nº 60/2016 - Modalidade de Pregão Presencial nº. 60/2016, Homologado em 28/12/2016, bem como a proposta da vencedora, e na forma e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato;

b) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato;

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

d) Fornecer o objeto com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega do(s) veículo(s);

f) Assegurar, durante o prazo de garantia, a prestação de assistência técnica especializada, bem como a reposição/substituição de peças ou componentes defeituosos, ou do bem fornecido sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

g) Entregar manuais, certificados e garantia como todos e quaisquer documentos relacionados ao(s) veículo(s);

h) Manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Da Contratante

a) Emitir a Autorização de Fornecedor/Contrato do produto licitado.

b) Pagar a CONTRATADA, na forma estipulada no presente Contrato, o preço ajustado.

c) Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por intermédio de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência**II – Multa:**

- a) 0,33% por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

§ 1º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

§ 3º – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, alterações posteriores, o edital de Licitação nº 60/2016 - Modalidade de Pregão Presencial nº. 60/2016, bem como a proposta da vencedora, à proposta da CONTRATADA, demais normas legais federais e estaduais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, 28 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

ROMANO COMERCIO VAREJISTA
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 86/2016

CONTRATO Nº. 86/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa ARX COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Metropolitana, 1676, no município de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o nº 23.595.412/0001-17, neste ato representada pelo Sr. Teo Alexandre Paz Arend, portador do CPF nº 030.470.109-27, residente e domiciliado Criciúma, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento,

mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 70, 71, 73 e 74, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (34) - Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.00.1.0080.0 (35) - Aplicações Diretas
12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.
- 2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.
 - Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.
 - Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.
- 3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 4 – Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

- 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR
- ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA
- ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES
- PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS
- TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES
- ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

- 1 – O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,
- 2 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações
- 3 – As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.
- 4 – As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.
- 5 – As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.
- 6 – entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

- Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.
- Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248
- Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069
- Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298
- Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344
- Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290
- Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3503
- Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057
- Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255
- UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776
- Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

- 1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.
- 2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE**I - DA CONTRATADA**

- 1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.
- 2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.
- 3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.
- 4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.
- 5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.
- 6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
- 7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

- 1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;
- 2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;
- 3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;
- 4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/Fatura”.
- 1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.
- 1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.
- 1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
- 2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.
- 2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
- 3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
- 5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
- 6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

- 1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.
- 1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.
- 2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93

e alterações subsequentes.

3 – O total do presente contrato é de R\$ 104.850,00 (cento e quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.

2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

3 – O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

ARX COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 87/2016

CONTRATO Nº. 87/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa GETULIO DE COSTA FILHO, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Jaguarari, no município de Santa Rosa do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 81.626.327/0002-56, neste ato representada pelo Sr. Luiz Fernando Bittencourt, portador do CPF nº 056.029.539-14, residente e domiciliado em Santa Rosa do Sul, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 75 e 76, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (34) - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.00.1.0080.0 (35) - Aplicações Diretas

12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.

2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.

- Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.

- Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

4 – Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

· 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR

· ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA

· ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES

· PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS

· TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES

· ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

1 – O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,

2 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações

3 – As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.

4 – As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.

5 – As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.

6 – entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

- Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.
- Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248
- Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069
- Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298
- Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344
- Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290
- Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro são Luiz, Fone (48) 3525-3503
- Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057
- Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255
- UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776
- Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

- 1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.
- 2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

I - DA CONTRATADA

- 1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.
- 2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.
- 3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.
- 4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.
- 5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.
- 6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
- 7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

- 1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;
- 2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;
- 3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;
- 4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/Fatura”.
- 1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.
- 1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.
- 1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
- 2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.
- 2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
- 3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
- 5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação

hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.

1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.

2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3 - O total do presente contrato é de R\$ 43.400,00 (quarenta e três mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.

2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

3 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitação nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2017, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

GETULIO DE COSTA FILHO
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 88/2016

CONTRATO Nº. 88/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa MARIA STELA BRISTOT BRINA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Antônio Bez Batti, no município de Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.862.407/0001-77, neste ato representada pela Sra. Maria Stela Bristot Brina, portador do CPF nº 777.213.069-49, residente e domiciliada em Turvo, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61//2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 147, 156 e 169, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.0 (34) - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (35) - Aplicações Diretas

12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.

2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.

- Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.

- Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

4 – Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

· 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR

· ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA

· ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES

· PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS

· TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES

· ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

- 1 – O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,
- 2 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações
- 3 – As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.
- 4 – As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.
- 5 – As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.
- 6 – entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

- Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.
- Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248
- Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069
- Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298
- Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344
- Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290
- Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3503
- Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057
- Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255
- UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776
- Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

- 1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.
- 2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

I - DA CONTRATADA

- 1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.
- 2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.
- 3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.
- 4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.
- 5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.
- 6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
- 7 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

- 1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;
- 2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;
- 3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;
- 4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/

Fatura”.

1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.

1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.

1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.

2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3 - O total do presente contrato é de R\$ 1.130.015,05 (um milhão cento e trinta mil quinze reais e cinco centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.

2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

3 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso de não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 89/2016

CONTRATO Nº. 89/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016
PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa NADINE ALBERTON VIEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rodovia SC 108, Nº 643, bairro Cond D EU, no município de Orleans/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.182.608/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Artedânio Silva Vieira, portador do CPF nº 715.671.949/15, residente e domiciliado em Orleans/SC, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 137, 143, 145, 150, 151, 170, 179, 181, 182, 193, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (34) - Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.00.1.0080.0 (35) - Aplicações Diretas
12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.
2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em

conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.

- Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.
- Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.
- 3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 4 - Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

- 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR
- ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA
- ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES
- PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS
- TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES
- ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

- 1 - O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,
- 2 - Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações
- 3 - As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.
- 4 - As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.
- 5 - As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.
- 6 - entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

- Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.
- Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248
- Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069
- Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298
- Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344
- Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290
- Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro são Luiz, Fone (48) 3525-3503
- Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057
- Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255
- UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776
- Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

- 1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.
- 2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

I - DA CONTRATADA

- 1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.
- 2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.
- 3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.
- 4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.
- 5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.
- 6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

7 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

- 1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;
- 2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;
- 3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;
- 4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/Fatura”.
- 1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.
- 1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.
- 1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
- 2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.
- 2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
- 3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
- 5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
- 6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

- 1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.
- 1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.
- 2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.
- 3 – O total do presente contrato é de R\$ 38.287,20 (trinta e oito mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.
- 2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 3 – O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta;
e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
f) comportar-se de modo inidôneo;
g) cometer fraude fiscal;
h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.
IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

NADINE ALBERTON VIEIRA ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 90/2016

CONTRATO Nº. 90/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016
PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Municipal, Nº 2230, bairro Cidade Alta no município de Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.927.884/0001-85, neste ato representada pela Sra. Maria Terezinha Maragno Colonetti, portadora do CPF nº 015.685.609-31, residente e domiciliada em Turvo/SC, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 132, 133, 134, 135 e 136, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (34) - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (35) - Aplicações Diretas

12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.

2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.

- Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.

- Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

4 – Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

· 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR

· ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA

· ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES

· PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS

· TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES

· ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

1 – O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,

2 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações

3 – As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.

4 – As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.

5 – As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.

6 – entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

· Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.

· Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248

· Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069

· Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298

· Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344

· Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290

· Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro são Luiz, Fone (48) 3525-3503

· Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057

· Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255

· UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776

· Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.

2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE**I - DA CONTRATADA**

- 1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.
- 2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.
- 3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.
- 4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.
- 5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.
- 6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
- 7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

- 1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;
- 2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;
- 3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;
- 4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/Fatura”.
- 1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.
- 1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.
- 1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
- 2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.
- 2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
- 3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
- 5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
- 6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

- 1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.
- 1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.
- 2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.
- 3 - O total do presente contrato é de R\$ 86.526,00 (oitenta e seis mil quinhentos e vinte e seis reais).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.
- 2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 3 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

- I – Advertência;
- II – Multa;

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 91/2016

CONTRATO Nº. 91/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa POLPAS E SUCOS ROS IND. E COM. DE FRUTAS NATURAIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Estrada Geral, Nº 640, Pavilhão Fundos, Manhoso no município de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.815.662/0001-94, neste ato representada pelo Sr. Fabio Carvalho de Maceda, portador do CPF nº 007.344.769-22 residente e domiciliado em Araranguá, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 115, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (34) - Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.00.1.0080.0 (35) - Aplicações Diretas
12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.
- 2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.
 - Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.
 - Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.
- 3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 4 – Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

- 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR
- ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA
- ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES
- PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS
- TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES
- ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

- 1 – O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,
- 2 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações
- 3 – As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.
- 4 – As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.
- 5 – As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.
- 6 – entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

- Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.
- Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248
- Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069
- Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298
- Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344
- Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290
- Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3503
- Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057
- Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255
- UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776
- Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

- 1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor

de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.

2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

I - DA CONTRATADA

1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.

2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.

3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.

4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.

5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.

6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;

2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;

3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;

4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/Fatura”.

1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.

1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.

1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.

2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3 - O total do presente contrato é de R\$ 47.250,00 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.
- 2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 3 – O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

POLPAS E SUCOS ROSIND. E COM. DE FRUTAS
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

CTR PMT 92/2016

CONTRATO Nº. 92/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

PREGAO PRESENCIAL 61/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Imigrante João Cechinel, Nº 65, Quarta Linha, no município de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o nº 18.619.082/0001-12, neste ato representada pelo Sr. Paulo Ademir Réus, portador do CPF nº 932.407.759-72, residente e domiciliado Araranguá, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato de Fornecimento, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 011/2008, de 03 de março de 2008, e Processo Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61//2016, Homologado em 29/12/2016 bem como a proposta da vencedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato o Fornecimento Parcelado e Contínuo de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para toda rede Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Creche, referentes os itens de nº 138, 139, 140, 142, 144, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191 e 192, para a Rede Municipal de Educação, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 61/2016 - Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016 e seus anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.0038.2.014 – Aquisição de merenda escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (34) - Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.00.1.0080.0 (35) - Aplicações Diretas
12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 (41) – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 1 – O prazo de entrega deverá ser de no máximo 02 (dois) dias contados a partir da data de entrega da requisição.
- 2 - O prazo de entrega estabelecido no ITEM I precedente, é fixo e improrrogável, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, em conformidade com o que dispõe o artigo 399 do novo Código Civil.
 - Neste caso, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, à CONTRATANTE o fato ocorrido, antes do vencimento do prazo de entrega.
 - Configurada e comprovada, pela CONTRATADA, as hipóteses previstas nos dispositivos legais supra referidos, o prazo de entrega será prorrogado, automaticamente, pelo número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.
- 3 - O não cumprimento do prazo de entrega pela CONTRATADA, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 4 – Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues de acordo com as características exigidas neste contrato.

- 2 DIAS ÚTEIS PARA ENTREGAR
- ENTREGAR TODOS OS ITENS NO MESMO DIA
- ENTREGAR PRIMEIRO NA COZINHA INDUSTRIAL SEGUIDO DAS ESCOLAS E CRECHES
- PRODUTOS AMASSADOS, QUEBRADOS, ESTRAGADOS DEVERÃO SER TROCADOS
- TODOS OS PRODUTOS DEVERÃO CONTER O PESO NA EMBALAGEM, INCLUSIVE HORTIFRUTI, EMBUTIDOS E CARNES
- ENTREGAR JUNTO COM OS ITENS UMA CÓPIA DA NOTA FISCAL ONDE A MESMA DEVERÁ SER ENCAMINHADA AO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO LOCAL

- 1 – O objeto dessa licitação deverá ser entregue semanalmente com as devidas quantidades, de acordo com a requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações da prefeitura de Turvo após a assinatura do Contrato,
- 2 – Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações
- 3 – As Frutas e Verduras deverão ser entregues semanalmente, em grau de amadurecimento apropriado para consumo, nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações.
- 4 – As carnes deverão ser entregues nas Unidades Escolares cfe. Requisição emitida pelo Setor de Compras e Licitações, as embalagens deverão constar identificação do produto seguida do peso e data de validade.
- 5 – As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas em nome da Prefeitura Municipal de Turvo, e entregues no setor de Compras e Licitação mediante assinatura de recebido do responsável pela unidade escolar.
- 6 – entregar junto com os itens uma cópia da Nota Fiscal em cada unidade escolar.

Local para entrega:

- Pré Escolar Morro Chato – Rua Vereador Quintino Bortot, nº65, Morro Chato, Fone (48) 3525-9469.
- Escola Laurita Manfredini Bristot – Rod. SC285 km 36, Linha Contessi, Fone (48) 3525-3248
- Escola São Luiz – Rua nº 312, nº73, Bairro São Luiz, Fone (48) 3525-3069
- Escola Vila Manenti – Rua Domingos Maragno, nº24, Vila Manenti, Fone (48) 3525-1298
- Escola Professor Celso Marcon – Rua Nº 40, nº 165, Loteamento São Braz, Fone (48) 35250143 ou (48) 8829-5344
- Creche São Cristovão – Rua frei Gregório Dal Mont, nº 290, São Cristovão, Fone (48) 3525-1290
- Creche São Luiz – Rua Edmundo Bretz, nº 45, bairro são Luiz, Fone (48) 3525-3503
- Pré Escolar Cidade Alta – Rua Jorge Lacerda, nº 2484, Cidade Alta, Fone (48) 3525-1057
- Creche Maria Marcon Sartor – Rua Pascoal Sartor, esquina com a Rua nº 103, Bairro Cidade Alta, Fone (48) 8813-2255
- UAME – Unidade de Alimentação Merenda Escolar, Rod. SC 285 km 001, Linha Seminário Fone (48) 3525-0776
- Pré Escolar José Roberto Trichês (Peixinho Dourado), Rua Liberato Simon, nº 487, São Cristovão Fone (48) 3525-1290.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

- 1 - Os Materiais somente serão considerados devidamente aceitos depois de analisados, vistoriados e aprovados pelo responsável do Setor de MERENDA da CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento.
- 2 - Caso os materiais venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pela CONTRATADA, dentro das mesmas características exigidas neste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Os preços não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

I - DA CONTRATADA

- 1 - Na hipótese de rejeição do(s) produtos, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a substituí-los às suas expensas.
- 2 - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do(s) produtos, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito.
- 3 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que venham a causar à CONTRATANTE.
- 4 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução do seu objeto.
- 5 - A CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados em decorrência deste Contrato.
- 6 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.
- 7 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

II – DA CONTRATANTE

- 1 - Designar e apresentar ao CONTRATADO o preposto da Administração responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato;
- 2 - Prestar todos os esclarecimentos necessários ao adimplemento da obrigação;
- 3 - Facilitar a CONTRATADA o acesso ao local de entrega;
- 4 - Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 - O pagamento será feito até 20 (vinte) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, mediante “aprovação da Nota fiscal/Fatura”.
- 1.1 - A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do Setor de Merenda, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.
- 1.2 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número deste contrato.
- 1.3 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, no município de Turvo/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
- 2 - A CONTRATADA deverá exibir na data de liquidação, obrigatoriamente prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento; sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.
- 2.1 - O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
- 3 - Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4 - A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e

responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

5 - A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

6 - Mediante o pagamento do valor total dos materiais, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação a CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais, os preços unitários propostos.

1.1 - Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, durante o período de vigência da garantia.

2 - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

3 - O total do presente contrato é de R\$ 39.473,10 (trinta e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e dez centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão regulados pelos artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações posteriores.

2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

3 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 011/2008 de 03 de março de 2008, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso de não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura pelas partes até 31/12/2017, ou até terminar as quantidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PARTES INTEGRANTES

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital Licitatório nº 61/2016 – Pregão Presencial nº. 61/2016, Homologado em 29/12/2016, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

1.1 - Ficam, também fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de fornecimento e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Turvo/SC, em 29 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI
CONTRATANTE

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza
CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco
CPF: 477.669.809-91

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 05/2017

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	05/2017
Contratante.	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada..	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.
Objeto	A locação de SOFTWARE de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, contemplando a disponibilização do Módulo "Controle Interno"
Valor	R\$ 4.536,00 (Quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais).
Vigência	Início: 09/01/2017 Término: 31/12/2017.
UNIÃO DO OESTE, 09 de janeiro de 2017.	
CELSO MATIELLO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 04 2017 PMU PR 04 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de pneus novos. Entrega dos envelopes: até as 09h30 do dia 27/01/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 27/01/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EDITAL PL 05 2017 PMU PR 05 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de material de construção. Entrega dos envelopes: até as 09h30 do dia 06/02/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 06/02/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EDITAL PL 06 2017 PMU PR 06 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de artefatos de cimento. Entrega dos envelopes: até as 09h30 do dia 31/01/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 31/01/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 24 de janeiro de 2017 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de materiais didáticos, de expediente e para artesanato, destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 12/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 10 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 13/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 24 de janeiro de 2017 às 14 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 13/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 10 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.009/2017

DECRETO Nº 009/2017, DE 09 JANEIRO DE 2017.

“ATUALIZA A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e, artigo 439 da Lei Complementar nº 033/2002 de 20 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - A UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) será atualizada em 6,43% (seis vírgula quarenta e três por cento) segundo o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, passando a vigorar com o valor de R\$ 85,09 (oitenta e cinco reais e nove centavos).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 09 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 10/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.010/2017

DECRETO Nº 010/2017, DE 09 JANEIRO DE 2017.

“ATUALIZA O PREÇO A SER COBRADO POR HORAS/MÁQUINAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e parágrafo único do artigo 8º da Lei Municipal nº 527/2003.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica atualizado o preço a ser cobrado pela Administração Municipal, por horas/máquinas no exercício de 2017, atualizado na forma prevista no parágrafo único do artigo 8º da Lei 527/2003, conforme se apresenta abaixo:

	MÁQUINA	PREÇO/HORA OU KM R\$	DESCONTO 40%
1	Trator de Esteiras D-50	141,10	84,66
2	Trator de Pneus Traçado	63,49	38,09
3	Trator de Pneus Simples	56,45	33,87
4	Motoniveladora	141,10	84,66
5	Pá-Carregadeira	98,76	59,26
6	Retroescavadeira	91,70	55,02
7	Rolo Compactador	91,70	55,02
8	Carga Terras Caminhão Truck	42,33	25,39
9	Carga Terras Caminhão Toco	21,15	12,69
10	Transp. Calcário Caminhão Truck	2,11 (km)	1,26
11	Transp. Calcário Caminhão Toco	1,57 (km)	0,94
12	Escavadeira Hidráulica	148,25	88,95

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Fica revogado o Decreto nº 018/2015 de 06 de março de 2015.

Vargem Bonita, 09 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 10/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 001/2017

PORTARIA N. 001/2017

"NOMEIA AGENTE POLÍTICA PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, I e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "ALDACIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 17/01/1971, inscrita no CPF n. 693.269.839-00, carteira de identidade n. 2.822.638, título eleitoral n. 029849140949, para exercer o cargo de "SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL", nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 002/2017

PORTARIA N. 002/2017

"NOMEIA AGENTE POLÍTICO PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, I e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "GELSON DE ZORZI", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 10/07/1961, inscrito no CPF n. 326.764.410-00, carteira de identidade n. 5.423.579, título eleitoral n. 0298 5821 0965, para exercer o cargo de "SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES", nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 003/2017

PORTARIA N. 003/2017

"DESIGNA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora "SUELEN FAVRETTO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 19/01/1986, inscrita no CPF n. 054.474.669-46, carteira de identidade n. 11/R 4.929.569, título eleitoral n. 0441 6210 0930, ocupante do cargo efetivo de "ESCRITURÁRIA", nível 09, classe/referência "J", para exercer o cargo de "SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS", nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 005/2017

PORTARIA N. 005/2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear “IVAN ROBERTO GALVAN”, brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/09/1968, inscrito no CPF n. 594.635.709-34, carteira de identidade n. 1.709.439, título eleitoral n. 0231 2470 0990, para exercer o cargo de “DIRETOR” DE EDUCAÇÃO, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 006/2017

PORTARIA N. 006/2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear “LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 19/09/1989, inscrito no CPF n. 065.086.539-11, carteira de identidade n. 4.434.303, título eleitoral n. 0515 1613 0965, para exercer o cargo de “DIRETOR” DE COMPRAS E LICITAÇÃO, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 014/2017

PORTARIA N. 014/2017

"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, I e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora "ALDACIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA", inscrita no CPF n. 693.269.839-00, ocupante do cargo comissionado de "Secretária Municipal De Saúde e Bem Estar Social", em conjunto com a servidora "VANIA LUCIA ROMAN CORSO", CPF n. 854.934.499-00, ocupante do cargo efetivo de "Tesoureira" para realizarem a movimentação financeira da Conta Corrente Agência 1760-4, conta corrente 106.162-3, do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita, CNPJ: 10.536.938/0001-84. E as mesmas terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 015/2017

PORTARIA N. 015/2017

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, I e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor "LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA", inscrito no CPF n. 065.086.539-11, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Compras e Licitações, em conjunto com a servidora "VANIA LUCIA ROMAN CORSO", CPF n. 854.934.499-00, ocupante do cargo efetivo de Tesoureira para realizarem a movimentação financeira da Conta Corrente Agência 1760-4, conta corrente 106.189-5, do Município de Vargem Bonita, CNPJ: 95.996.187/0001-31. E os mesmos terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.667/17

DECRETO Nº 13.667/17, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre avaliação dos contratos em vigor celebrados pela Administração Municipal Direta e Indireta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO o inafastável princípio da eficiência administrativa, consagrado no art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO ser imperioso o conhecimento sobre a real necessidade e conveniência da manutenção dos contratos vigentes no âmbito desta Municipalidade;

CONSIDERANDO haver sinais de que os atuais contratos celebrados pela Administração Pública Municipal comportam ajustamento de valores e análise de continuidade;

CONSIDERANDO a já prevista queda de arrecadação para o Ano de 2017, bem como a previsão de aumento de despesas com pessoal, com a previdência dos servidores e com obrigações relacionadas às dívidas do Município e consequente redução no valor disponível para o custeio de atividades e a realização de investimentos por parte do Município,

DECRETA

Art. 1.º Os Titulares das Secretarias e Dirigentes das Entidades da Administração Indireta deverão avaliar a necessidade de manutenção dos contratos e convênios em vigor e das condições pactuadas. § 1.º Nos casos em que seja necessária a manutenção do fornecimento ou do serviço contratado, os contratos deverão ser renegociados, com vistas à obtenção de redução do montante ajustado, observadas as normas licitatórias incidentes na espécie.

§ 2.º Fica fixada a meta de 25% (vinte e cinco por cento) de redução no valor global dos contratos do Órgão ou Entidade.

Art. 2.º Os Titulares das Secretarias e Dirigentes das Entidades da Administração Indireta deverão encaminhar ao Gabinete, no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório contendo o resultado dos trabalhos indicados no Art. 1.º.

Art. 3.º Ficam isentos do cumprimento da meta fixada no § 2.º do Art. 1.º deste Decreto somente os contratos da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social e aqueles referentes à educação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.695/17

DECRETO Nº 13.695/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga o Decreto nº 13.662/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 13.662/17, que designa o Secretário Municipal de Planejamento, SANDRO ANTONIO CAREGNATO, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.699/17

DECRETO Nº 13.699/17, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Fixa o prazo de 30 (trinta) dias para que a Controladoria Geral do Município, a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Finanças apresentem relatório com todos os atos administrativos realizados nos dois últimos quadrimestres, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, CONSIDERANDO que é vedado nos últimos dois quadrimestres do último ano de mandato eletivo, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, na forma do artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

CONSIDERANDO o princípio da legalidade previsto no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os ditames da LRF, que preveem requisitos para edição de atos que criam novas despesas e despesas de caráter continuado, conforme artigos 15, 16 e 17 do referido diploma legal;

CONSIDERANDO a vedação legal de edição de ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, na forma do parágrafo único do artigo 21 da LRF;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurarem eventuais despesas feitas nestes períodos, acima mencionados e se cumpriram os requisitos legais;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurarem a economicidade e a legalidade dos demais atos que tenham gerado gravame ao Município no mencionado período e, em sendo o caso, exercer a autotutela administrativa;

DECRETA

Art. 1º Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias para que a Controladoria Geral do Município, a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Finanças apresentem relatório ao Gabinete do Prefeito com os seguintes atos ou contratos administrativos realizados nos dois últimos quadrimestres de 2016 que tenham as seguintes naturezas:

- I - criação de despesas de caráter continuado;
- II - reconhecimento de dívidas ou termos de ajuste de contas e quitação;
- III - alienação ou cessão de imóveis;
- IV - autorizações e permissões de uso de bem público;
- V - permissões de serviços públicos;
- VI - parcerias público-privadas e concessão de serviços públicos;
- VII - convênios de qualquer tipo celebrados com outros entes federativos.

Art. 2º O relatório de que trata o artigo 1º deverá ser ordenado de acordo com a ordem decrescente de valor e deverá conter:

- I - resumo do objeto do ato ou contrato;
- II - data da celebração ou da realização do ato;
- III - valor envolvido.

Art. 3º O relatório também deverá contemplar os atos que resultem em aumento da despesa com pessoal, expedidos nos últimos 180 (cento e oitenta) dias de 2016, na forma do artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º Após análise do Gabinete do Prefeito e dos Órgãos responsáveis pela elaboração do relatório, caso seja aferido vício de legalidade, ou seja, verificada desconformidade com o princípio da economicidade, deverá ser instaurado procedimento para anulação do ato ou contrato administrativo e ressarcimento ao Erário.

§ 1º Com a instauração de Processo Administrativo, fica suspensa a execução do ato ou contrato administrativo, bem como de eventuais pagamentos.

§ 2º Ficam excepcionados da suspensão a que alude o parágrafo 1º os contratos cujo objeto se referir à prestação de serviços essenciais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.700/17

DECRETO Nº 13.700/17, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Instaura Auditoria, sob a competência da Controladoria Geral do Município e Procuradoria Geral, para análise da legalidade da supressão de dados dos computadores da Municipalidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais;

CONSIDERANDO a necessidade e a obrigatoriedade de manutenção de dados nos computadores da Municipalidade, mais especificamente dos Secretários, tendo como principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o da legalidade, da impessoalidade e da continuidade dos atos administrativos com efetividade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO o relato da maioria dos Secretários Municipais, que ao assumirem suas respectivas pastas, encontraram seus computadores formatados com a supressão de todo o histórico dos dados até então gravados.

CONSIDERANDO que as supressões de dados dos computadores somente se deram em pontos específicos e estratégicos, como probabilidade de gerar possíveis prejuízos ou responsabilização pelas informações contidas no banco de dados.

CONSIDERANDO que determinados Secretários constataram a supressão dos dados através de técnicos, e tiveram conhecimento da data e hora da exclusão dos arquivos e outros que possuem documentos físicos que estavam arquivados no sistema através de arquivo eletrônico.

CONSIDERANDO que não há relato que houve no Município algum ataque de hacker ou algo similar, que gerasse a condição de formatação dos computadores dos Secretários.

CONSIDERANDO que o Município sofre com estas violações nos seus dados e informações privadas, podendo acarretar não somente danos financeiros, mas também danos na gestão da própria Secretaria atingida, vistos a necessidade de refazimento de todos os dados suprimidos.

CONSIDERANDO que de um modo geral, tais fatos podem ser considerados crimes de informática uma que envolve o uso da infraestrutura tecnológica da informática para interferência no sistema (interferência nos sistemas de computadores quanto à entrada de dados, transmissão, pagamentos, deterioração, alteração ou supressão de dados de computador).

CONSIDERANDO que a observância à juridicidade administrativa implica respeito não só à lei, mas, também, aos demais princípios e regras típicos da Administração Pública, como a moralidade, a impessoalidade e eficiência, todos voltados à defesa do interesse público,

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores prevê sanções a servidores que comete faltas administrativas, seja de ação ou omissão, dentre essas, inclui-se a supressão de banco de dados, como sendo os danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda.

DECRETA

Art. 1º Fica instaurada Auditoria, sob competência da Procuradoria Geral e Controladoria Geral do Município, para verificar a legalidade da supressão de dados dos computadores da Municipalidade ocorridos até a posse da atual gestão.

Art. 2º Deverá a Procuradoria Geral, concomitantemente determinar a abertura de procedimento administrativo nos termos da Lei Complementar n.º 129/2012 que será acompanhado com relatórios a Controladoria Geral.

Art. 3º O resultado da Auditoria instaurada por este Decreto, bem como o resultado apurado em sede de Sindicância nos termos da Lei Complementar n. 129/2012 deverá ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito, acompanhado das sugestões de medidas de controle necessárias, bem como ao Ministério Público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0013/17

PORTARIA nº 0013/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores SANDRO ANTONIO CAREGNATO, FRANCK MAYER BRANDALISE, VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, ARNALDO POSANSKE, FABIO NUNES LIMA, MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO e RÔMULO MACHADO DE SOUZA para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia contratados pela Administração Municipal.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1085/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0015/17

PORTARIA nº 0015/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no

cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Contrato Administrativo nº CT 148/2016, Processo Licitatório Concorrência nº 02/2016-PMV, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar a construção de edificação em alvenaria para o novo terminal urbano, área total construída 601,61m² (área total de implantação 1.078,33m²), incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 678/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0016/17

PORTARIA nº 0016/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

RESOLVE

Art. 1º Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 54/2016, Tomada de Preços nº 01/2016-FMS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para instalações mecânicas do sistema de gases medicinais (ar comprimido medicinal, oxigênio medicinal e vácuo clínico) para a UPA - Unidade de Pronto Atendimento, área total de 1.747,27m², pela Secretaria de Saúde.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0359/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0017/17

PORTARIA nº 0017/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670, para acompanhamento e fiscalização de obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 15/2016 - PMV, contrato administrativo nº CT 159/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar a substituição da cobertura do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm, com área de 1.435 m², conforme projeto básico, incluindo material e mão de obra.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 791/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0018/17

PORTARIA nº 0018/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 205/2015, Processo Licitatório nº 82/2015, Concorrência nº 01/2015-PMV, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de edificação em alvenaria para novo terminal rodoviário (etapa 1), com área total de 1.594,18 m², incluindo material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativos (anexos ao P.L.).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0680/15.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0019/17

PORTARIA nº 0019/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670; MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório, Tomada de Preços nº 11/2016-PMV, Contrato Administrativo nº CT 146/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para executar ampliação e reforma da edificação em alvenaria do C.E.M.E.I. Irmã Concilia (ampliação: 66,08 m² e reforma geral: 449,28 m²), por meio da Secretaria de Educação.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0667/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0020/17

PORTARIA nº 0020/17

Interrompe gozo de licença para tratar de interesses particulares de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no §4º, do art. 194, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21365/2016,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, a pedido, a partir de 06 de janeiro de 2017, o gozo da licença para tratar de interesses particulares, do servidor ROSELITO ANTONIO FERLIN, concedida por meio da Portaria nº 0238/15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0021/17

PORTARIA nº 0021/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

RESOLVE

Art. 1º Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670; MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Contrato Administrativo nº CT 116/2016, Processo Licitatório Tomada de Preços nº 03/2016-FMS, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar a reforma e ampliação da edificação em alvenaria no ESF - Estratégia de Saúde da Família do bairro Floresta, área de ampliação de 161,37m² e área da reforma de 542,85m², incluindo material e mão de obra,

conforme memorial e projetos, através das Secretarias de Planejamento e Saúde.

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0561/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0022/17

PORTARIA nº 0022/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 04/2016-FMS, Contrato Administrativo nº CT 154/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar a reforma e ampliação de edificação em alvenaria da estratégia de saúde da família, localizada no bairro De Carli (ampliação: 240,40 m² e reforma: 131,10 m², incluindo material e mão de obra, conforme Projeto Básico.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, m especial a Portaria nº 0756/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0023/17

PORTARIA nº 0023/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 10/2016-PMV, Contrato Administrativo nº CT 124/2016, cujo objeto é a execução da reforma do observatório astronômico com substituição de revestimento e impermeabilização do terraço, construção de nova cúpula de observação e pintura geral, área total de 200,78 m², incluindo material e mão de obra, de acordo com o projeto básico.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0597/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0024/17

PORTARIA nº 0024/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º. Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670; MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de Engenheira Civil, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório Concorrência nº 02/2015-PMV, sendo Contrato Administrativo nº CT 30/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de pavimentação asfáltica com C.A.U.Q. da Campina Bela a Linha Aparecida VDR 478, com extensão de 4.260m, incluindo material e mão de obra, conforme projeto básico.

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0211/16.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0025/17

PORTARIA nº 0025/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 198/2015, Processo Licitatório nº 22/2015, Tomada de Preços nº 01/2015-FMS, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de subestação abrigada, calçadas em paver para acesso a UPA – unidade de pronto atendimento, adequação de entrada para vigilância epidemiológica e muros, incluindo material e mão de obra, de acordo com memorial e projetos.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0643/15.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0026/17

PORTARIA nº 0026/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 010.173.989-33, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670; MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT 229/2015, Processo Licitatório nº 213/2015, Tomada de Preços nº 21/2015-PMV, cujo objeto é a contratação de empresa para a instalação do sistema de sinalização noturna da pista do Aeroporto Municipal Ângelo Ponzoni conforme norma da aviação civil vigente, incluindo materiais e mão de obra conforme projetos básicos, executivos e descritivos.

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0780/15.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0027/17

PORTARIA nº 0027/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMV255, Processo Administrativo Licitatório nº 188/2014, Tomada de Preços nº 17/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para conclusão da Creche/Escola Infantil proinfância tipo c no Bairro Sesi, através do convênio nº 700074/2011

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Ministério da Educação. Incluindo material e mão de obra, nesta cidade de Videira, de acordo com os projetos, memorial descritivo e quantitativo (anexos ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0014/15.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2017 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA O CONserto NA BOMBA DE ALTA PRESSÃO DO CAMINHÃO LEVE VOLKSWAGEN 8.150 E DELIVERY, ANO 2006, PLACAS MGH 9252, FROTA 139, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 24/01/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 10 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 003/2017

Processo de Licitação 003/2017
Modalidade: Pregão 002/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 23 de janeiro de 2017 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 11 de janeiro de 2017.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO 002/2016

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo objeto do Edital nº 02/2016, de 23 de novembro de 2016, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 15/01/2017 com início às 9h até no máximo às 12h. A prova terá duração mínima de 30 minutos e máxima de 3 horas e será realizada na E.E.B. Victor Meirelles, Rua Leopoldo Krambeck, nº 03, centro.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de pagamento.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

2. A Entrega Dos Títulos será no mesmo local da prova escrita em sala específica, onde o candidato após realizar a prova escrita entregará seus títulos.

2.1. Os documentos para comprovação da habilitação mínima, prova de títulos e tempo de serviço podem ser cópias simples. Em uma eventual divergência, a empresa se resguarda no direito de solicitar a apresentação dos documentos originais em outra oportunidade.

2.2. Os documentos da prova de títulos servirão também para comprovação da habilitação mínima exigida pelo edital;

2.3. O candidato à vaga de professor que não entregar documentos comprovando a habilitação mínima, na forma descrita acima, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado no momento da publicação das notas.

2.4. No local de entrega dos documentos não será realizado cópias.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 11 de janeiro de 2017.
Bento Francisco Silvy
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO PROFESSOR DE ARTES

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
511224	27/03/1991	Anastacia Santana Goncalves	52326659
506082	24/02/1989	Gregori Mathias Soares	5091593789
514775	28/12/1993	Mikelle Anelao Pripa	4794919
508457	05/08/1998	Talita De Gracia Borges	6445470
512641	29/09/1988	Tatiana Penz Feliciano	4529471

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
504285	07/07/1990	Amanda Bogo	53684001
505179	22/09/1995	Cristina Rengel	49358979
511509	10/11/1982	Elton Paulo	35985593
517615	24/05/1997	Fabricio Bloemer	6189379
516121	20/11/1990	Fernando Kissner	4085461
499767	30/03/1986	Jaqueline Scherer	4690087
512758	11/08/1987	Jonas Biff	4342668
515243	31/12/1995	Larissa Soethe	6645304
504647	15/06/1973	Rozane Da Silva	2628826
505965	28/11/1990	Wagner De Brito	5405544

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
500867	28/08/1990	Alini Neili Masote	4744056
516939	26/05/1969	Alzira Gabriel	2499067
501306	26/06/1993	Ana Claudia Fossa	4744065
517231	26/09/1995	Angela Graziela Schafer	6190310
502239	10/09/1995	Cassiane Ignaczuk	5787927
516024	17/10/1986	Cirlei Fausto	5797133
503560	08/06/1998	Danieli Sinclair Decarli	6804680
499508	06/11/1985	Deny Elen Dos Santos	48369233
514179	17/06/1988	Edina Milena Loos	5529544
513313	06/10/1965	Eduardo Decarli	16781139
503704	24/11/1989	Elaine Beninca	4088650
513027	15/08/1960	Elisama Vieira Da Silva Miranda	43308599
513154	22/06/1995	Fernanda Barcelos	6276925
500300	05/11/1997	Giovana Aparecida Laurindo	6338989
517496	31/03/1988	Gracieli Mondini	54120616
516527	17/04/1974	Isabel Morguenroth	3394958
501334	13/01/1992	Janaina Chiodini	5880281
511898	24/07/1989	Janaina Priscila Darolt Francisco	5720025
502856	23/03/1998	Jaqueline Staloch	5772768
502039	01/07/1993	Josiana Rucinski	5772441
500380	14/07/1990	Karina Meneghelli Tomaz	4457728
515244	31/12/1995	Larissa Soethe	6645304
508930	27/10/1975	Luciane Meire Dalpra Da Silva	41879074
505519	04/05/1991	Luciara Kuhl	53689810
516469	01/12/1982	Maicon Marcelo Fossa	3693264
507436	15/03/1979	Marina De Oliveira	4342986
516452	26/09/1991	Maristela Tose	5797613
516746	21/01/1996	Monica De Oliveira	5844904
507269	12/12/1978	Noeli Sepka	4171466
511962	16/05/1998	Paloma Aparecida Bertotti	7318337
503311	14/05/1988	Patricia Hobold Zalasko	5307320
507432	14/02/1992	Patricia Tillmann	5529335
515174	26/07/1989	Priscila Marchi	52320600
516291	27/06/1969	Rosilena Medeiros Da Silva Fausto	2026454
500308	20/09/1988	Rosimeri Luzia Schutze Maiberg	5181346
504648	15/06/1973	Rozane Da Silva	2628826
515937	16/01/1988	Samira Vendrami Rodrigues	4690140
517549	10/04/1993	Taina Cirico	5307742
498912	08/09/1997	Taina Possamai	6276604

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
507697	28/04/1997	Tais Meneghelli	5772727
512642	29/09/1988	Tatiana Penz Feliciano	4529471
510859	26/01/1987	Thayse Tomaz	5168235
502946	08/10/1989	Vera Cristina Zwang	5548981
511580	27/03/1973	Vera Lucia Tibes De Mello	3272226
506361	07/02/1965	Zenita Ignaczuk	1420281

Portaria n.º 013/2017

PORTARIANº 013/2017

BENTO FRANCISO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 068/2011, de 29 de dezembro de 2011,

Nome: TEILOR PETERSEN

Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 11 de Janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 de Janeiro de 2017.

BENTO FRANCISO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 028/2017

DECRETO Nº AM 028/2017

REVOGA DECRETO Nº AJG 089/2013, NOMEIA DIRETOR DE AÇÕES CULTURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o senhor DIEGO GONÇALVES, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, inscrito no cpf/mf sob nº 053.822.219-01, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.072.441, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Ações Culturais, lotado na Secretaria Municipal Esportes Cultura e Lazer, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 089/2013, de 20 de fevereiro de 2013.

Xanxerê/SC, 10 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 023/2017

DECRETO Nº AM 023/2017

CONCEDE VANTAGEM PECUNIÁRIA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e no art. 230 da Lei Complementar nº AM 2907/2006,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, vantagem pecuniária nos seguintes percentuais sobre os seus vencimentos ou salários:

Andreza Gallas.....	80,00%
Fernando De Marco.....	80,00%

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 09 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 024/2017

DECRETO Nº AM 024/2017

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos III e VIII, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Fica delegada competência aos Secretários Municipais de Administração e Finanças, de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Econômico e Agropecuário, de Desenvolvimento Social, e de Obras, Transportes, Serviços e de Políticas Ambientais, ou, na inexistência ou ausência de Secretários, aos Diretores responsáveis pelas pastas, para ordenar despesas e pagamentos inerentes às suas respectivas áreas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no que diz respeito às fases do empenho e do pagamento.

Art. 2º - Os cheques decorrentes desta delegação serão assinados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças ou, na inexistência ou ausência deste, por quem estiver respondendo por suas atribuições, e pelo Secretário responsável pela pasta, ou, na ausência deste, pelos respectivos Diretores. No caso de ausência do Secretário ou Diretor da pasta, os cheques serão assinados pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário de Administração e Finanças ou responsável por suas atribuições.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº AJG 057/2013, de 21 de janeiro de 2013, e demais disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 09 de janeiro de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 025/2017

DECRETO Nº AM 025/2017

ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DE FORNECEDORES E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de Xanxerê, no exercício de 2017, serão agrupados por período e serão efetuados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da seguinte forma:

I - quando se referirem a fornecedores da unidade gestora Prefeitura Municipal serão efetuados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação contida no documento fiscal e a disponibilidade

financeira das fontes de recursos;

II - quando se referirem a fornecedores das demais unidades gestoras (Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário) serão efetivados até dois dias úteis antes das datas previstas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação contida no documento fiscal e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

Parágrafo primeiro. Na hipótese das datas constantes no Anexo I recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão prorrogados para o primeiro dia útil imediatamente posterior.

Parágrafo segundo. Será considerado para efeito de liquidação a data em que o documento fiscal for entregue no departamento de contabilidade do município.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante do artigo 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - contrapartidas relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação;

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente;

VII - rescisões de contrato com funcionários;

VIII - diárias;

IX - publicações legais;

X - custas processuais, parcelamentos e financiamentos;

XI - combustível;

XII - lixo;

XIII - transporte escolar;

XIV - convênios;

XV - iluminação pública;

XVI - internet;

XVII - suprimentos para impressoras;

XVIII - merenda escolar;

XIX - medicamentos;

XX - softwares e/ou sistemas de informática.

Art. 3º Os restos a pagar processados de exercícios anteriores, seguirão a ordem cronológica de pagamentos, estabelecendo-se como prazo final para pagamento a data de 28/02/2017.

Art. 4º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais para o exercício de 2017, de acordo com a tabela constante do Anexo II, deste Decreto.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo II recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos ficarão antecipados para o dia útil imediatamente anterior.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 09 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Decreto nº AM 025/2017, de 09 de janeiro de 2017).

EXERCÍCIO 2017	
RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	DATA DE PAGAMENTO

De 02/01 a 09/01/2017	10/02/2017
De 10/01 a 19/01/2017	10/02/2017
De 20/01 a 31/01/2017	10/02/2017
De 01/02 a 09/02/2017	20/02/2017
De 10/02 a 19/02/2017	27/02/2017
De 20/02 a 28/02/2017	10/03/2017
De 01/03 a 09/03/2017	20/03/2017
De 10/03 a 19/03/2017	31/03/2017
De 20/03 a 31/03/2017	07/04/2017
De 01/04 a 09/04/2017	24/04/2017
De 10/04 a 19/04/2017	28/04/2017
De 20/04 a 30/04/2017	10/05/2017
De 01/05 a 09/05/2017	22/05/2017
De 10/05 a 19/05/2017	31/05/2017
De 20/05 a 31/05/2017	09/06/2017
De 01/06 a 09/06/2017	20/06/2017
De 10/06 a 19/06/2017	30/06/2017
De 20/06 a 30/06/2017	10/07/2017
De 01/07 a 09/07/2017	21/07/2017
De 10/07 a 19/07/2017	28/07/2017
De 20/07 a 31/07/2017	11/08/2017
De 01/08 a 09/08/2017	18/08/2017
De 10/08 a 19/08/2017	31/08/2017
De 20/08 a 31/08/2017	08/09/2017
De 01/09 a 09/09/2017	20/09/2017
De 10/09 a 19/09/2017	29/09/2017
De 20/09 a 30/09/2017	10/10/2017
De 01/10 a 09/10/2017	20/10/2017
De 10/10 a 19/10/2017	31/10/2017
De 20/10 a 31/10/2017	10/11/2017
De 01/11 a 09/11/2017	20/11/2017
De 10/11 a 19/11/2017	30/11/2017
De 20/11 a 30/11/2017	08/12/2017
De 01/12 a 09/12/2017	15/12/2017
A partir de 11/12/2017 não serão mais recebidos documentos fiscais	-

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Decreto nº AM 025/2017, de 09 de janeiro de 2017).

DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO
Janeiro	07/02/2017
Fevereiro	07/03/2017
Março	06/04/2017
Abril	08/05/2017
Maio	07/06/2017
1ª Parcela 13º salário	29/06/2017
Junho	06/07/2017
Julho	07/08/2017
Agosto	10/09/2017
Setembro	05/10/2017
Outubro	08/11/2017
Novembro	07/12/2017
2ª Parcela 13º salário	17/12/2017
Dezembro	31/12/2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 026/2017

DECRETO Nº AM 026/2017

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Diretora de Contabilidade e Orçamento, NILSE BRESAN, nomeada pelo Decreto nº AJG 065/2016, de 28 de março de 2016.

Parágrafo Único. A servidora exonerada do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 065/2016, de 28 de março de 2016.

Xanxerê/SC, 10 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 027/2017

DECRETO Nº AM 027/2017

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA O CARGO DE DIRETOR DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o senhor MARCOS ANTONIO BOSSINI, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no cpf/mf sob nº 400.762.709-63, portador da Cédula de Identidade RG nº 946.950 expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Contabilidade e Orçamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 029/2017

DECRETO Nº AM 029/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE PLANTÃO E PROMOÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com

fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora RAPHAELA IZABEL HÚNING, brasileira, solteira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 041.596.219-61, portadora da Cédula de Identidade nº 3.436.913-9, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Departamento de Plantão e Promoção Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 030/2017

DECRETO Nº AM 030/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora CAROLINE CENZI, brasileira, solteira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 969.354.130-87, portadora da Cédula de Identidade nº 1073757476, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AM 016/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 016/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 01.03.2017 a 29.04.2017 ao Servidor Público Municipal, o Sr. JOÃO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 14/R 937.003 e CPF n.º 249.837.999-15, nomeada conforme Decreto n.º BLB 149/2010 no cargo de ENCANADOR, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000036/2017 datado de 09.01.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

05.04.2010 a 04.04.2013 = 30 dias

05.04.2013 a 04.04.2016 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 01.03.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO PL Nº. 69/2016.1

ATA 001

Processo Licitatório nº. 69/2016 – Pregão Presencial nº 44/2016 PMXV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, CARRETA PALCO, GERADOR DE ENERGIA E CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS SENDO BANDA/GRUPO/ARTISTA/DUPLA SERTANEJA/DJ/MC PARA ANIMAÇÃO DO 53º ANIVERSÁRIO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ITEM 10 E ANEXO "C" DESTE EDITAL.

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio reuniram-se com a finalidade de promover análise do pedido de impugnação realizado pelo SINDICATO DE MÚSICOS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SC E SIMILARES – SIMPOESC, que em síntese, requer que no Edital em epígrafe, "seja incluída a exigência de que os licitantes apresentem recolhimento da contribuição sindical laboral ou certidão emitida pelo sindicato local ou regional, onde ocorrerá a prestação de serviços".

Ao analisar a impugnação, constatamos que os órgãos são específicos ao afirmar que tal exigência não está em desacordo com a legislação licitatória vigente.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União, no ACÓRDÃO 473/2004 - Plenário – TCU, já tratou de referida matéria:

Questão nº 3: Exigência, quanto à capacidade técnica, de certidão de regularidade junto ao Sindicon - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de São Paulo e Siemaco - Sindicato dos Trabalhadores de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana do Estado de São Paulo, para o ano de 2002, acompanhadas das guias de recolhimento (item 5.1.4.b do edital - fl. 131 do vol. 1).

Análise: O disposto no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/93 deve ser interpretado à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal (requisitos mínimos de qualificação técnica). Desta forma, apenas é cabível, como habilitação técnica, exigir a inscrição na entidade profissional fiscalizadora da atividade básica relativa ao objeto da licitação.

Os sindicatos (referidos no item 5.1.4.b) não são entidades fiscalizadoras da atividade objeto da Concorrência nº 11/2002, de modo que não há fundamentação legal para tal exigência.

Saliento, entretanto, que tais sindicatos poderiam fornecer (não exclusivamente) os atestados de aptidão para atendimento ao disposto no art. 30, II, da Lei nº 8.666/93.

(...)

A necessidade de apresentação dos comprovantes de "quituação da anuidades do exercício de 2002, do profissional responsável e da empresa" (item 5.1.4.d do edital) também não pode subsistir. Apesar de a unidade técnica afirmar que a exigência não é cabível por não estar abrangida pelo art. 30, I, da Lei nº 8.666/93, tenho entendimento diferente. É que a contribuição devida ao conselho de fiscalização profissional tem natureza tributária. Sendo assim, a exigência é incabível não por não estar prevista no art. 30, relativo à habilitação técnica, mas por não estar incluída no art. 29 da Lei nº 8.666/93, referente à regularidade fiscal.

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

abstenha-se de exigir certidão de regularidade e guias de recolhimento de sindicatos, sejam patronais ou de trabalhadores (...).(grifos nossos). (ACÓRDÃO 473/2004 - Plenário – TCU, Processo nº TC 004.590/2003-8 (c/ 1 volume), Grupo I - Classe de Assunto VII – Representação, Interessado: Flávio Augusto de Oliveira, Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça. Data da Sessão: 28/4/2004 – Ordinária)

Ainda, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar uma impugnação, referente ao Processo nº 335.689, PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2009, emitiu o seguinte parecer:

(...)

Nesse contexto, outro fato que deve ser levado em conta é a de que o Decreto nº 3.555/2000, que regulamenta o Pregão, prevê em seu Parágrafo único do art. 13, que a documentação exigida para comprovar a regularidade fiscal deverá ser substituída pelo registro cadastral do SICAF. Da consulta ao SICAF não se verifica regularidade da empresa com contribuição sindical, mas tão somente as exigências legais.

Ademais, a Lei nº 10.520/2002 – Lei do Pregão - traz nova disciplina ao tema ao deixar claro, inclusive, que em algumas hipóteses, dependendo do objeto a ser licitado, deve-se dispensar a obrigatoriedade de regularidade fiscal, ao menos, perante os outros entes federativos.

Registra-se que há diversos julgados do Tribunal de Contas da União no sentido da impossibilidade de exigir Certidão de Regularidade Sindical em licitações. A título de exemplificação citamos os acórdãos 2521/2003, 697/2006, 1979/2006, 951/2007 e 2717/2008

Nesse sentido, constitui-se legítimo o Edital de Licitação em análise, em não exigir, para fins de habilitação, prova de regularidade com contribuição sindical, pois essa apesar ter caráter tributária e recolhida pelos empregadores, a Lei 8.666/93 em momento algum exige ou prescreve a contribuição sindical, como elemento de regularidade fiscal, a ser exigido dos participantes de Licitações Públicas. (...).(grifos nossos).

Portanto, após as considerações expostas acima, opinamos pela rejeição da impugnação e manutenção do certame licitatório.

Ato contínuo, o parecer foi submetido à apreciação da autoridade superior, que igualmente, manteve a posição já firmada, assim o ato convocatório fica mantido na sua integralidade, restando definitivamente, na esfera administrativa, rejeitada as impugnações formuladas.

Do teor da presente manifestação o SINDICATO DE MÚSICOS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SC E SIMILARES – SIMPOESC deverá ser cientificado.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

Pregoeiro: JOSELINO LUIZ NAISSINGER

Equipe de Apoio: VÂNIA SALETE MIRANDOLLI

MAIRA ALTENHOFEN

LADY GRIS

IZILDE JANDIRA PAWIOKIEVICZ FASOLO

TACIANE CAON

ATA LICITAÇÃO PL Nº. 69/2016.2

ATA 002

Processo Licitatório nº. 69/2016 – Pregão Presencial nº 44/2016 PMXV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, CARRETA PALCO, GERADOR DE ENERGIA E CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS SENDO BANDA/GRUPO/ARTISTA/DUPLA SERTANEJA/DJ/MC PARA ANIMAÇÃO DO 53º ANIVERSÁRIO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ITEM 10 E ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Reuniram-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designada pelo Decreto nº. 16/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de propostas comerciais e documentação de habilitação, referente à licitação epígrafe. Apresentou-se participar do certame a empresa CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME, sendo que a mesma apresentou documentação de credenciamento conforme exigido no Edital.

Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes de propostas comerciais e de habilitação, sendo que foi verificado que os mesmos estavam lacrados e foram protocolados dentro do prazo fixado no item 1.2 do Edital.

Ato contínuo foi aberto o envelope nº. 1 - Propostas Comerciais, o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Credenciado.

O Pregoeiro declarou a proposta formal compatível com os requisitos mínimos fixados no Edital.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo que a empresa licitante optou por não ofertar lances.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Credenciado, constatando que a empresa atendeu a exigência formal relativa habilitação constante no item 6.1 e alíneas seguintes, do instrumento convocatório.

Dessa forma, a empresa CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME sagrou-se vencedora dos itens 01 a 05, do respectivo processo, no valor global de 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e Credenciado presentes ao final da sessão.

Xavantina, 10 de janeiro de 2017.

Pregoeiro: JOSELINO LUIZ NAISSINGER

Equipe de Apoio: VÂNIA SALETE MIRANDOLLI

MAIRA ALTENHOFEN

LADY GRIS

IZILDE JANDIRA PAWIOKIEVICZ FASOLO

TACIANE CAON

Representante/Credenciado: SÉGIO JOSÉ REGINATTO

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº002/2017

PORTARIA Nº 002/2017

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 19, do Regimento Interno.

Considerando a Portaria nº 007/2016, que concedeu 30 (trinta) dias de férias a servidora Pública Municipal Sra Elizandra Fátima Granoski;

Considerando a Portaria nº 009/2016, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas à Servidora Pública Municipal Sra Elizandra Fátima Granoski;

Considerando que da interrupção, ficaram remanescentes 10 (dez) dias de férias, as quais estão sendo neste ato concedidas pela Câmara Municipal de Vereadores, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública

Municipal, Sra ELIZANDRA FATIMA GRANOSKI, ocupante do cargo de Contadora referente ao período aquisitivo de 04/01/2016 à 03/01/2017, a contar de 11/01/2017 à 20/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 10 de Janeiro de 2017.

HELIO DOMINGOS SORDI

Presidente

Consórcios

AGIR

DECRETO Nº 021/2016 - AGIR

DECRETO Nº 021/2016

APROVA E CONFERE PUBLICIDADE A ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E DIRETOR GERAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGIR PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a deliberação da Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 08 de dezembro de 2016, na qual os representantes legais votaram e aprovaram a Eleição da Diretoria Executiva (Cargos: Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro), Conselho Fiscal (Cargos: Presidente, 02 (dois) Membros Efetivos e 03 (três) Suplentes), e após proclamado o candidato à Presidente da AGIR para o exercício de 2017, o Prefeito reeleito do Município de Benedito Novo, Exmo. Sr. Jean Michel Grundmann, foi-lhe dada a palavra que manifestou sua satisfação com a Agência e reconheceu o desafio apresentado, devolvendo a palavra ao atual Presidente Sr. Fernando Tomaselli, que passou ao próximo item da pauta, acerca da eleição do Diretor Geral ou a confirmação do atual ocupante, o que o fez confirmando-o na pessoa do Sr. Heinrich Luiz Pasold; cuja decisão foi referendada pelos votos e aclamação dos presentes.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificadas e aprovadas as deliberações da Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 08 de dezembro de 2016, em especial quanto a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o exercício de 2017, que para tanto passará a constar com a seguinte composição:

I – Diretoria Executiva: Presidente, Prefeito reeleito do Município de Benedito Novo, Exmo. Sr. Jean Michel Grundmann; Vice-Presidente, Prefeito do Município de Brusque e Tesoureiro, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho;

II – Conselho Fiscal: Presidente, Prefeito do Município de Apiúna, 02 (dois) Membros Titulares: Prefeito do Município Ascurra, e o Prefeito do Município de Indaial;

II – Conselho Fiscal Suplentes: Prefeito do Município de Rio dos Cedros; Prefeito do Município de Timbó, e o Prefeito do Município de Blumenau.

Parágrafo único: Ratifica-se a confirmação em seu cargo para o biênio de 2017/2018, o atual Diretor Geral da AGIR, Sr. Heinrich Luiz Pasold, bem como, para as atividades referente ao exercício de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros e retroativos a contar de 1º de janeiro de 2.017.

Blumenau (SC), em 29 de dezembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

RESOLUÇÃO Nº 042/2016 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 042/2016

Abre Créditos adicionais suplementares, no valor de R\$116.828,00 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 011/2016, e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público, fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor da Unidade Orçamentária a seguir relacionada, crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 116.828,00 (cento e dezesseis mil e oitocentos e vinte e oito mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Órgão:	05	AGIR
Unidade:	05.001	SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA
Projeto/Atividade:	05.001.0004.0122.2010.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGIR
Elemento:	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
Vínculos:	3001012 – R\$87.000,00	Rec. Ordinários 2012 – AGIR – Manutenção Valor Suplementado.

Órgão:	05	AGIR
Unidade:	05.001	SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA
Projeto/Atividade:	05.001.0004.0122.2010.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGIR
Elemento:	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
Vínculos:	3001012 – R\$ 22.791,00	Rec. Ordinários 2012 – AGIR – Manutenção Valor Suplementado

Órgão:	05	AGIR
Unidade:	05.001	SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA
Projeto/Atividade:	05.001.0004.0122.2010.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGIR
Elemento:	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
Vínculos:	3001012 – R\$7.037,00	Rec. Ordinários 2012 – AGIR – Manutenção Valor Suplementado .

Valor Suplementado: R\$116.828,00

Total Suplementado: R\$116.828,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 29 de dezembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

RESOLUÇÃO Nº 043/2016 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 043/2016

Abre Créditos adicionais suplementares, no valor de R\$19.000,00 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 011/2016, e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público, fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor da Unidade Orçamentária a seguir relacionada, crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Órgão:	05	AGIR
Unidade:	05.001	SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA
Projeto/Atividade:	05.001.0004.0122.2010.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGIR
Elemento:	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
Vínculos:	3001012 – R\$19.000,00	Rec. Ordinários 2012 – AGIR – Manutenção Valor Suplementado.

Valor Suplementado: R\$19.000,00

Total Suplementado: R\$19.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 29 de dezembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIGA**Extrato de Contrato n. 480 - Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 480/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 24.868.567/0001-42

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 08/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMMVI**CONTRATO DE RATEIO CISAMVI 001-2016**

CONTRATO DE RATEIO CISAMVI nº 001/2016

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BLUMENAU, BOTUVERÁ, BRUSQUE, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DO CISAMVI NO EXERCÍCIO DE 2017.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aqui representado por seu presidente Pedro Celso Zuchi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os Municípios de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.108.357/0001-15, com sede na Praça Victor Konder, nº 02, na cidade de Blumenau, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Napoleão Bernardes Neto, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 038.738.439-19, domiciliado e residente à Rua Jardim Belvedere, nº 211, na cidade de Blumenau, neste Estado; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Luiz Colombi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 455.167.669-15, domiciliado e residente à Rua 9 de Junho, s/nº, na cidade de Botuverá, neste Estado; BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, na cidade de Brusque, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Luiz Cunha, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 157.957.729-68, domiciliado e residente à Júlio Reinoldo Hildebrand, nº 420, Apto. 402, bairro Jardim Maluche, , na cidade de Brusque; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; GASPAS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Pedro Celso Zuchi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Matias Kohler, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 376.148.359-72, domiciliado e residente à Rua Pomerânia, nº 752, na cidade de Guabiruba, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado

por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CISAMVI, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO

2.1 O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelos seguintes critérios:

- quantidade de utilização dos serviços do CISAMVI no período entre julho de 2015 e junho de 2016;
- distribuição igualitária para cada Município; e
- proporcionalidade populacional (IBGE – 2011).

2.2 As cotas de despesas serão divididas na proporção de 40% (quarenta por cento) referente à utilização, 40% (quarenta por cento) referente à distribuição igualitária e 20% (vinte por cento) referente ao índice populacional.

2.3 O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 0852, Operação 006, Conta Corrente nº 150-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2017 o valor total de R\$ 640.500,00 (seiscentos e quarente mil e quinhentos reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

3.2 O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério estabelecido, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal (R\$)	Grupo de Despesa	Valor Anual (R\$)	
			Valor	Total
APIÚNA	3.222,00	3190	30.363,77	38.664,00
		3390	6.368,54	
		4490	1.931,69	
ASCURRA	2.046,00	3190	19.281,27	24.552,00
		3390	4.044,09	
		4490	1.226,64	
BENEDITO NOVO	2.304,00	3190	21.712,64	27.648,00
		3390	4.554,04	
		4490	1.381,32	
BLUMENAU	9.427,00	3190	88.838,99	113.124,00
		3390	18.633,23	
		4490	5.651,78	
BOTUVERÁ	2.865,00	3190	26.999,44	34.380,00
		3390	5.662,90	
		4490	1.717,66	
BRUSQUE	6.892,00	3190	64.949,43	82.704,00
		3390	13.622,59	
		4490	4.131,98	
DOUTOR PEDRINHO	1.723,00	3190	16.237,36	20.676,00
		3390	3.405,65	
		4490	1.032,99	

GASPAR	6.129,00	3190	57.759,01	73.548,00
		3390	12.114,46	
		4490	3.674,53	
GUABIRUBA	2.512,00	3190	23.672,81	30.144,00
		3390	4.965,17	
		4490	1.506,02	
INDAIAL	4.326,00	3190	40.767,74	51.912,00
		3390	8.550,69	
		4490	2.593,57	
POMERODE	4.066,00	3190	38.317,52	48.792,00
		3390	8.036,78	
		4490	2.437,70	
RIO DOS CEDROS	2.303,00	3190	21.703,21	27.636,00
		3390	4.552,07	
		4490	1.380,72	
RODEIO	2.143,00	3190	20.195,39	25.716,00
		3390	4.235,81	
		4490	1.284,80	
TIMBÓ	3.417,00	3190	32.201,42	41.004,00
		3390	6.753,98	
		4490	2.048,60	

3.3 Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017.

3.4 Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionada à aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2017.

5.2 Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2017.

5.3 Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

5.4 As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
02	CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
001	SECRETARIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA DA MANUTENÇÃO
10.122.0001.2004	MANUTENÇÃO ATIVIDADES SECRETARIA ADM FINANCEIRA
33190	APLICAÇÕES DIRETAS
33390	APLICAÇÕES DIRETAS
34490	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CISAMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO, desde já, responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das

demaís sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CISAMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Blumenau, 08 de dezembro de 2016.

CISAMVI - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí
Presidente

Município de APIÚNA Nicanor Morro	Município de ASCURRA Moacir Polidoro
Município de BENEDITO NOVO Jean Michel Grundmann	Município de BLUMENAU Napoleão Bernardes Neto
Município de BOTUVERÁ José Luiz Colombi	Município de BRUSQUE José Luiz Cunha
Município de DOUTOR PEDRINHO Hartwig Persuhn	Município de GASPAR Pedro Celso Zuchi
Município de GUABIRUBA Matias Kohler	Município de INDIAIAL Sergio Almir dos Santos
Município de POMERODE Rolf Nicolodelli	Município de RIO DOS CEDROS Fernando Tomaselli
Município de RODEIO Paulo Roberto Weiss	Município de TIMBÓ Laercio Demerval Schuster Júnior

Testemunhas:

Cleones Hostins	Maria de Fátima Martins
CPF nº. 007.944.929-83	CPF nº. 552.396.769-68
Diretor Executivo do CISAMVI	Assessora Jurídica CISAMVI OAB/SC 35.127

CIS/AMOSC**EXTRATO CONTRATO DE RATEIO 2017**

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO CIS-AMOSC 2017

CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE RATEIO Nº104/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº105/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARVOREDO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº106/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº107/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CHAPECO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº108/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº110/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº112/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRATI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº115/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº118/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUILOMBO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº120/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº121/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº124/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº125/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº127/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUPIA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº128/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017
CONTRATO DE RATEIO Nº130/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº132/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº135/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº136/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº137/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº138/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº139/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº140/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº141/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº142/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VARGEAO
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº143/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XANXERE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº144/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº145/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº147/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUMIRIM
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 10.800,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº148/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRANI
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO

OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº149/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº151/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PERITIBA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº153/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAVANTINA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 10.800,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº155 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 198.000,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº156 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARVOREDO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 190.000,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº157 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 326.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº158 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CHAPECO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 2.437.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº159 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 372.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº161 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 296.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº163 /2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRATI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 80.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº166/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 296.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº169/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUILOMBO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 372.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº171/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$296.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº172/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$173.200,00

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº175/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 19.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº176/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 234.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº178/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUPIÁ
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 35.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº179/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 128.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº181/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 143.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº183/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 210.000,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº186/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 296.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº187/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$143.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº188/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO

OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 66.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº189/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 173.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº190/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 158.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº191/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 296.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº192/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 300.000,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº193/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VARGEO
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 180.000,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº194/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XANXERE
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 840.900,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº195/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 449.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº196/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 19.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº198/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUMIRIM
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 80.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº199/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRANI
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 111.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº200/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 143.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº202/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PERITIBA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 19.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº204/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAVANTINA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
OBJETO: Serviço de saúde especializado de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial.
VALOR R\$ 19.200,00
VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

CIS/AMURES

ATA Nº 01/2017 ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO E POSSE CIS AMURES

ATA 01/2017 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNCIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES

Aos seis dias do mês de Janeiro de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas e trinta minutos, já na terceira chamada devidamente, estiveram reunidos na sede da Amures, convocados pela direção executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme prevê o estatuto do CIS/AMURES, em seu artigo 11, § 1º “No primeiro ano de mandato dos prefeitos, as eleições serão realizadas no mês de janeiro e convocadas pela direção executiva”. Assim sendo, a Diretora Nalú Júlio, cumprimentou todos, dando boas vindas; desejou uma excelente gestão à todos. Convidou para compor a mesa o presidente da Amures, em exercício, prefeito de Rio Rufino, Sr. Thiago Costa e prefeito de Lages, Sr. Antonio Ceron, anfitrião. Explicou que nas demais reuniões costuma-se compor a mesa com os três presidentes, como ainda vamos elegê – los pediria licença para assim fazê – lo. Todos prefeitos presentes concordaram. Antes de iniciar solicitou a todos para juntos fazerem uma oração para o bom andamento dos trabalhos nos próximos quatro anos e em memória do grande parceiro prefeito de Campo Belo do Sul que faleceu no último dia vinte e quatro de Dezembro. Assim foi feito. Em seguida passou a palavra para o presidente da Amures, em exercício, que deu as boas vindas à todos, solicitou parceria e sugeriu que fizessem uma breve apresentação. Feito as apresentações, passou a palavra a Nalú, diretora executiva do CIS, a fim de que coordenasse a reunião. Neste momento adentrou a sala de reuniões, a deputada Federal Carmem Zanotto, a que foi convidada pela Nalú e pelo prefeito Thiago, para que fizesse parte da mesa. A Nalú informou que a deputada havia solicitado um espaço, para repassar algumas informações aos novos gestores. E assim cumprimentou a todos e informou que esta repassando via emenda parlamentar Quinhentos e setenta e sete mil reais ao Consorcio Intermunicipal de Saúde - CIS, para compras de equipamentos para um consultório oftalmológico, Um aparelho de ultrassonografia, um ecocardiograma e mobiliários, todos para sede do CIS. A fim de atender ao vinte e cinco municípios consorciados. Repassará ainda mais seiscentos e setenta e um mil, seiscentos cinquenta e quatro reais para compra de exames de média e alta complexidade, para a região. Sendo trezentos e quarenta mil, novecentos e vinte e seis reais para o CIS/Amures comprar exames para os demais municípios e trezentos e trinta mil setecentos e vinte e oito reais para os pacientes de Lages. A Nalú perguntou se os recursos viriam direto para o CIS/Amures? A deputada Carmem respondeu que, virá para o fundo municipal de Lages e que Lages repassará para o CIS/ Amures através de convênio. Falou que já havia conversado com o prefeito Ceron. Falou ainda que divisão deverá ser definida na Comissão Intergestores Regional – CIR. Em seguida, a deputada pediu licença para retirar -se devido a outros compromissos e colocou -se a disposição para participar sempre que possível das reuniões de prefeitos. A Nalú explicou porque ela faria a coordenação conforme já mencionado acima na presente ata. Falou rapidamente sobre o funcionamento do CIS/AMURES. Ato contínuo seguiu-se a ordem do dia, conforme ofício de convocação. 1) Apresentação da prestação de contas de 2016, não foi realizada porque apenas sete municípios efetuaram o pagamento das contas de Dezembro de dois mil e dezesseis, explicou que todos tem até o próximo dia dez de Janeiro para fazê – lo e que sendo assim as contas de dois mil e dezesseis já serão analisadas pelo novo Conselho Fiscal e apreciadas e aprovadas na próxima assembleia provavelmente em Fevereiro de dois mil e dezessete; 2) Orçamento de dois mil e dezessete; Relatório Consolidados de Serviços Prestados 2016, durante a apresentação relatório a Nalú fez as contas juntamente como os prefeitos e perceberam que somente com as consultas os vinte cinco municípios economizaram juntos mais de cinco milhões, mais do gastaram entre exames e consultas. Somando - se a economia entre exames e consultas resulta algo em aproximadamente treze milhões, dinheiro este que certamente nossos municipios não teriam para aplicar em saúde e 3) eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CIS/AMURES. Seguindo a pauta após esclarecida as dúvidas, teve início o processo de eleição da presidência. Por aclamação, foi eleito presidente do CIS/AMURES, a Prefeita do Município de Palmeira, Sra. Fernanda de Souza Cordova ; primeiro Vice-Presidente, Prefeito do Município de Bom Retiro, Sr. Vilmar José Neckel; segundo Vice-presidente, prefeito do Município de

Capão Alto, Sr. Tito Pereira Freitas. O Conselho Fiscal ficou com a seguinte composição: Primeiro Conselheiro, Prefeito do Município de: Ponte Alta, Sr. Luiz Paulo Farias; Suplente: Prefeito do Município de Bocaina do Sul, Sr. Luiz Carlos Schmuller; Segundo Conselheiro, Prefeito do Município de Lages, Sr. Antonio Ceron; e suplente: Prefeito de São José do Cerrito, Sr. Arno Tadeu Marian; Terceiro Conselheiro, Prefeito do Município de Urupema, Sr. Evandro Frigo Pereira e Suplente, prefeito de Campo Belo do Sul, Sr. Jose Tadeu Martins de Oliveira. Após a eleição tomaram posse o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal. Em seguida congratularam-se os eleitos e os demais prefeitos. A presidente eleita solicitou apoio de todos os colegas e da diretora executiva Nalú Júlio. Agradeceu as presenças, desejando à todos uma ótima gestão e um 2017 coroado de sucesso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia tendo eu, Nalú Terezinha Júlio, Diretora Executiva do CIS/AMURES, lavrado a presente ata, que leva minha assinatura, do presidente e de todos os demais presentes. Estiveram presentes: Sr. João Cidinei da Silva, Prefeito de Anita Garibaldi; Sr. Luiz Carlos Schmuller, Prefeito de Bocaina do Sul, Sr. Pedro Luiz Ostetto, Prefeito de Bom Jardim da Serra; Sr. Vilmar José Neckel, Prefeito de Bom Retiro; José Tadeu Martins de Oliveira, Prefeito de Campo Belo do Sul; Sr. Tito Pereira de Freitas, Prefeito de Capão Alto; Sr. Ondino Ribeiro de Medeiros, Prefeito de Celso Ramos; Sr. Ademilson Conrado, Prefeito de Cerro Negro; Sr. Cassimiro R. de Liz, Prefeito de Correia Pinto; Sr. Jair da Silva Ribeiro, Prefeito de Frei Rogério; Sr. Antônio Ceron, Prefeito de Lages; Sra. Sonia Salete Vedovatto, Prefeita de Monte Carlo; Sr. Luiz Carlos Xavier, Prefeito de Otacílio Costa; Sr. Flávio Antônio Neto da Silva, Prefeito de Painei; Sra. Fernanda de Souza Córdova, Prefeita de Palmeira; Sr. Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta; Sr. Roberto Molin de Almeida, Prefeito de Ponte Alta do Norte; Sr. Thiago Costa, Prefeito de Rio Rufino; Sra. Alessandra Aparecida Garcia, Prefeita de Santa Cecília; Sr. Giovane Nunes, Prefeito de São Joaquim; Sr. Arno Marian, Prefeito de São José do Cerrito; Sr. Antonio Zilli, Prefeito de Urubici; Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema e Sra. Milena Andersen Lopes Becker, Prefeita de Vargem.

João Cidinei da Silva
Prefeito de Anita Garibaldi

Luiz Carlos Schmuller
Prefeito de Bocaina do Sul

Cristiano Cardoso da Silva
Prefeito de Bom J. da Serra

Vilmar José Neckel
Prefeito de Bom Retiro

José Tadeu Martins Oliveira
Prefeito de Campo B. do Sul

Tito Pereira de Freitas
Prefeito de Capão Alto

Ondino Ribeiro de Medeiros
Prefeito de Celso Ramos

Ademilson Conrado
Prefeito de Cerro Negro

Cassimiro R. de Liz
Prefeito de Correia Pinto

Jair da Silva Ribeiro
Prefeito de Frei Rogério

Antônio Ceron
Prefeito de Lages

Sonia Salete Vedovatto
Prefeita de Monte Carlo

Luiz Carlos Xavier
Prefeito de Otacílio Costa

Flávio Antonio Neto da Silva
Prefeito de Painei

Fernanda de Souza Córdova
Prefeita de Palmeira

Luiz Paulo Farias
Prefeito de Ponte Alta

Roberto Molin de Almeida
Prefeito de Ponte Alta do Norte

Thiago Costa
Prefeito de Rio Rufino

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita de Santa Cecília

Sissi Blind
Prefeita de São Crist. do Sul

Giovane Nunes
Prefeito de São Joaquim

Arno Marian
Prefeito de São José do Cerrito

Antônio Zilli
Prefeito de Urubici

Evandro Frigo Pereira
Prefeito de Urupema

Milena Andersen Lopes Becker
Prefeita de Vargem

Nalú Terezinha Júlio
Diretora Exec. CIS/AMURES

ATO DELEGATÓRIO CIS/AMURES 2017

Ofício nº 01/2017

Município (SC), 09 de Janeiro de 2017.

ATO DELEGATÓRIO

Informamos a Vossa Senhoria, por meio deste, os poderes de conta corrente a serem cadastrados para movimentação financeira para as seguintes entidades:

CNPJ: 07.383.800/0001-88 Razão Social: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES

As contas cadastradas sob o CNPJ acima, serão movimentadas mediante assinaturas dos gestores: Sra. Fernanda de Souza Cordova, CPF nº 007.142.639-66 e carteira de identidade nº 4399773, expedida em 11/12/2013, e pela Sra. Nalú Terezinha Júlio, CPF nº 443.262.549-04 e carteira de identidade nº 1.174.920 expedida em 04/02/2009.

Salientamos que as movimentações financeiras serão assinadas em conjunto de 02 (dois) dos gestores acima citados, com exceção da consulta de saldos e extratos, que podem ser consultados de forma individual.

Os poderes cadastrados são os seguintes:

EMITIR CHEQUES
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO
AUTORIZAR COBRANÇA
UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES
ENDOSSAR CHEQUES
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
CANCELAR CHEQUES
BAIXAR CHEQUES
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE
EFETUAR SAQUES – POUPANÇA
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECUP
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO AASP
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
EMITIR COMPROVANTES
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE – MEIO ELETRÔNICO
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DE DÉBITO DIRETO AUTORIZADO
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES
REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
ASSINAR INSTR.CONVENIO E CONTRATO PREST.SERVIÇOS

Atenciosamente,

Nome: Fernanda de Souza Cordova Nome: Nalú Terezinha Júlio

Cargo: Presidente CIS/AMURES Cargo: Diretora Executiva CIS/AMURES

CIS/AMERIOS

BALANCETE DE DESPESA CIS/AMERIOS DEZEMBRO DE 2016

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Despesa		Dezembro de 2016		Folha: 1	
Unidade Gestora.....: CIS - Amerios							
Orgao.....: 01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes	Reducoes Liquidado no Mes	Reservado Anulado no Mes	Total Creditos Pago no Mes	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar	
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar	
10 Saude							
10122 Administracao Geral							
101220002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
101220002.2.004000 Adminitracao							
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
1 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	35.390,14	
		10.125,28	10.125,28	0,00	10.125,28	0,00	
		64.609,86	64.609,86	0,00	64.609,86	0,00	
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS							
10 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		7.876,00	7.876,00	0,00	7.876,00	0,00	
		49.928,21	49.928,21	0,00	49.928,21	0,00	
3.1.90.13.01.00.00 FGTS							
11 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		517,44	517,44	0,00	517,44	0,00	
		4.121,16	4.121,16	0,00	4.121,16	0,00	
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS							
12 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		1.731,84	1.731,84	0,00	1.731,84	0,00	
		10.560,49	10.560,49	0,00	10.560,49	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
2 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	1.690.000,00	0,00	0,00	0,00	1.690.000,00	325.687,93	
		135.649,21	135.649,21	0,00	135.649,21	0,00	
		1.364.312,07	1.364.312,07	1.136,25	1.364.312,07	0,00	
3.3.90.30.01.00.00 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS							
15 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		240,00	240,00	0,00	240,00	0,00	
		1.375,82	1.375,82	0,00	1.375,82	0,00	
3.3.90.30.39.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS							
20 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		470,00	470,00	0,00	470,00	0,00	
3.3.90.36.06.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS							
8 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		7.477,00	7.477,00	0,00	7.477,00	0,00	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS							
4 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		18.974,40	18.974,40	0,00	18.974,40	0,00	
		230.011,40	230.011,40	0,00	230.011,40	0,00	
3.3.90.36.99.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI							
21 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1.208,00	1.208,00	0,00	1.208,00	0,00	
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES							
6 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		16.000,00	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	
3.3.90.39.19.00.00 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS							
27 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		80,00	80,00	0,00	80,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
5 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		107.469,63	107.469,63	0,00	107.469,63	0,00	
		1.037.043,99	1.037.043,99	1.136,25	1.037.043,99	0,00	
3.3.90.39.69.00.00 SEGUROS EM GERAL							
28 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		1.697,77	1.697,77	0,00	1.697,77	0,00	
		1.697,77	1.697,77	0,00	1.697,77	0,00	
3.3.90.39.81.00.00 SERVICOS BANCARIOS							
13 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		70,39	70,39	0,00	70,39	0,00	
		844,04	844,04	0,00	844,04	0,00	
3.3.90.39.99.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU							
7 Fonte.....: 100 Recursos ordinarios							

CPcetil - Contabilidade Publica - Emissao: 09/01/2017 as 10h49min (1)

Estado de Santa Catarina		Balancete da Despesa		Dezembro de 2016		Folha: 2	
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude							
Unidade Gestora.....		CIS - Amerios					
Orgao.....		01 CIS - AMERIOS					
Unidade Orcamentaria:		01.01 ADMINISTRACAO					
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel	
		Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar	
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		600,00	600,00	0,00	600,00	0,00	
		1.517,00	1.517,00	0,00	1.517,00	0,00	
3.3.90.47.12.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP - Desdobramento da Despesa							
14	Fonte.....	100 Recursos ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			2.802,14		2.802,14	0,00	
			16.111,57		16.111,57	0,00	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS - Desdobramento da Despesa							
9	Fonte.....	100 Recursos ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			3.794,88		3.794,88	0,00	
			50.475,48		50.475,48	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
16	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS - Desdobramento da Despesa							
17	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES - Desdobramento da Despesa							
19	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO - Desdobramento da Despesa							
18	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
22	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	207.890,69	0,00	0,00	207.890,69	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			207.890,69	207.890,69	0,00	207.890,69	0,00
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS - Desdobramento da Despesa							
23	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			32.478,20	32.478,20	0,00	32.478,20	0,00
3.3.90.39.11.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES - Desdobramento da Despesa							
25	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO - Desdobramento da Despesa							
24	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			170.264,65	170.264,65	0,00	170.264,65	0,00
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS - Desdobramento da Despesa							
26	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios					
		0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00	
			3.547,84	3.547,84	0,00	3.547,84	0,00
4.4.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
3	Fonte.....	100 Recursos ordinarios					
		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria							
		1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	371.078,07
			145.774,49	145.774,49	0,00	145.774,49	0,00
			1.636.812,62	1.636.812,62	1.136,25	1.636.812,62	0,00
Total do Orgao							
		1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	371.078,07
			145.774,49	145.774,49	0,00	145.774,49	0,00
			1.636.812,62	1.636.812,62	1.136,25	1.636.812,62	0,00
Total Geral							
		1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	371.078,07
			145.774,49	145.774,49	0,00	145.774,49	0,00
			1.636.812,62	1.636.812,62	1.136,25	1.636.812,62	0,00

CPcetil - Contabilidade Publica - Emissao: 09/01/2017 as 10h49min (1)

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Despesa

Dezembro de 2016

Folha: 3

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
CIS - AMERIOS	1.800.000,00	207.890,69 145.774,49 1.636.812,62	0,00 145.774,49 1.636.812,62	0,00 0,00 1.136,25	2.007.890,69 145.774,49 1.636.812,62	371.078,07 0,00 0,00
Total Geral	1.800.000,00	207.890,69 145.774,49 1.636.812,62	0,00 145.774,49 1.636.812,62	0,00 0,00 1.136,25	2.007.890,69 145.774,49 1.636.812,62	371.078,07 0,00 0,00

ROGERIO PERIN
Presidente

FABIANE GALERA
Sec. Adm e Financeira

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC/SC 020.101/0-8

BALANCETE DE RECEITA CIS/AMERIOS DEZEMBRO DE 2016Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Receita

Dezembro/2016

Folha: 1

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
100 Recursos ordinarios					
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.800.000,00	155.014,55	1.616.712,59	-183.287,41
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00	0,00	24.869,92	-130,08
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIO	25.000,00	0,00	24.869,92	-130,08
1.3.2.5.00.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCA	25.000,00	0,00	24.869,92	-130,08
1.3.2.5.02.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	25.000,00	0,00	24.869,92	-130,08
1.3.2.5.02.99.00.00	REMUNERACAO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS				
1		25.000,00	0,00	24.869,92	-130,08
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	20.000,00	0,00	0,00	-20.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00	OUTROS SERVICOS				
2		20.000,00	0,00	0,00	-20.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.755.000,00	155.014,55	1.591.842,67	-163.157,33
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMEN	1.755.000,00	155.014,55	1.591.842,67	-163.157,33
1.7.2.3.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	1.755.000,00	155.014,55	1.591.842,67	-163.157,33
1.7.2.3.37.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PU	1.755.000,00	155.014,55	1.591.842,67	-163.157,33
1.7.2.3.37.01.00.00	Bom Jesus do Oeste				
3		85.000,00	7.696,19	115.881,05	30.881,05
1.7.2.3.37.02.00.00	Caibi				
4		140.000,00	9.428,50	113.142,00	-26.858,00
1.7.2.3.37.03.00.00	Cunha Pora				
5		130.000,00	12.912,49	138.474,83	8.474,83
1.7.2.3.37.04.00.00	Cunhatai				
6		50.000,00	9.322,75	80.938,27	30.938,27
1.7.2.3.37.05.00.00	Flor do Sertao				
7		70.000,00	24.809,64	110.608,31	40.608,31
1.7.2.3.37.06.00.00	Iraceminha				
8		120.000,00	7.755,40	95.616,55	-24.383,45
1.7.2.3.37.07.00.00	Maravilha				
9		320.000,00	36.918,72	313.666,10	-6.333,90
1.7.2.3.37.08.00.00	Modelo				
10		120.000,00	7.769,25	103.108,48	-16.891,52
1.7.2.3.37.09.00.00	Palmitos				
11		110.000,00	6.524,40	97.089,72	-12.910,28
1.7.2.3.37.10.00.00	Riqueza				
12		100.000,00	0,00	60.976,00	-39.024,00
1.7.2.3.37.11.00.00	Romelandia				
13		70.000,00	6.911,85	55.699,83	-14.300,17
1.7.2.3.37.12.00.00	Saltinho				
14		50.000,00	3.184,92	24.716,96	-25.283,04
1.7.2.3.37.13.00.00	Sta Terezinha do Progresso				
15		60.000,00	3.864,80	50.482,83	-9.517,17
1.7.2.3.37.14.00.00	Sao Miguel da Boa Vista				
16		60.000,00	3.566,50	30.082,73	-29.917,27
1.7.2.3.37.15.00.00	Saudades				
17		70.000,00	5.910,79	80.229,61	10.229,61
1.7.2.3.37.16.00.00	Tigrinhos				
18		50.000,00	8.438,35	62.784,10	12.784,10
1.7.2.3.37.18.00.00	MH-SUS - PRODUCAO				
19		150.000,00	0,00	58.345,30	-91.654,70
Total Fonte		1.800.000,00	155.014,55	1.616.712,59	-183.287,41
Total Geral		1.800.000,00	155.014,55	1.616.712,59	-183.287,41

ROGERIO PERIN
PresidenteFABIANE GALERA
Sec. Adm e FinanceiraNAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC/SC 020.101/0-8